



Em Perspectiva

Revista do PPGH/UFC

Ana Rita Fonteles Duarte

Organizadora

História & Gênero

ISBN 2448-0789 / v. 6, n. 1, 2020



Dossiê
— HISTÓRIA E —
GÊNERO

ISSN: 2448-0789
[On-line]
v.6 , n.1
Fortaleza,
2020



Editora Chefe: Ana Rita Fonteles Duarte – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Editor Gerente: Francisco Régis Lopes Ramos – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Editor Assistente: Gilberto Gilvan Souza Oliveira – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

Conselho Editorial:

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Carolina Maria Abreu Maciel - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Daniel Alencar de Carvalho - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Elane Cristina Rodrigues Gomes - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Elynaldo Gonçalves Dantas - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Francisco Régis Lopes Ramos - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
João Ernani Furtado Filho - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Jorge Henrique Maia Sampaio - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
José Maria Almeida Neto - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Kamillo Karol Ribeiro e Silva - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Marise Magalhães Olímpio - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Priscilla de Freitas Farias - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Ramona Jeronimo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Thiago de Sales Silva – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Valesca Gomes Rios – Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.
Walter de Carvalho Braga Júnior - Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

Conselho Consultivo:

Adriano Comissoli – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil.
Alessandra Regina e Souza Mafra – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.
Allyson Bruno Viana – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil.
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez – Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil.
Antonio Edmilson Martins Rodrigues – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.
Antonio Mauricio Dias da Costa – Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
Arnaldo Pinto Junior - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.
Beatriz Gallotti Mamigonian – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.
Carlos Augusto de Castro Bastos - Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
Carmen Margarida Oliveira Alveal – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.
Darlan de Oliveira Reis Junior - Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil.
Dilton Maynard – Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil.
Edson Hely Silva - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.
Eunícia Barros Fernandes - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil.
Francisco Egberto de Melo - Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil.
Gabriela Fernandes de Siqueira - Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Brasil.
Gil Eduardo de Albuquerque Macedo - Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Brasil.
Giselle Martins Venâncio - Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.
Jaison Castros Silva – Instituto Federal do Piauí (IFPI), Brasil.
Janaina Guimarães da Fonseca e Silva – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

Joel Carlos de Souza Andrade - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.
José Evangelista Fagundes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.
Luis Junior Costa Saraiva - Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
Marcio Couto Henrique - Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
Maria Emília Monteiro Porto - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.
Mônica da Silva Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.
Muirakytan Macedo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES-Caicó), Brasil
Raimundo Pereira Alencar Arrais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.
Rodrigo Ceballos – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil.
Sarah Campelo Cruz Gois - Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Brasil.
Simeia de Nazaré Lopes - Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
Tacito Thadeu Leite Rolim - Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil.
Taissa Tavernad de Luca - Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.
Tatiana Silva Poggi de Figueiredo – Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

Capa e diagramação: Gilberto Gilvan Souza Oliveira





Revista Em Perspectiva. v. 6, n. 1, 2020.

Sumário

Apresentação

Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará)

Dossiê História e Gênero

União das Mulheres Cearenses:

eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.

Sarah Pinho da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina)

Allana Letticia dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina)

“Mulheres do Brasil” ou terroristas?:

as muitas representações da mulher durante a Ditadura Militar (1964-1985)

Ayssa Yamaguti Norek (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Diálogo entre História e Gênero:

críticas, perspectivas e análise de mulheres operárias em Portugal durante o período revolucionário (1974-1975).

Pamela Peres Cabreira (Universidade Nova de Lisboa)

O corpo também é um agente político:

a resistência à Ditadura Civil Militar através do filme Tatuagem.

Stella Ferreira (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Gênero:

uma falácia contemporânea?

João Paulo Ribeiro Beraldo (Universidade do Estado de São Paulo)

O patriarcado nas entrelinhas da sociedade:

a exposição da imagem da mulher como fruto dos desejos masculinos.

Thomas Barrili Ramos (Universidade de Taubaté)

Gênero, classe e raça no sistema social de Desterro (1877 – 1882).

Flávia de Freitas Souza (Universidade do Estado de Santa Catarina)

Entre bazares e ações beneficentes:

discursos sobre organização feminina na Folha do Norte do Paraná.

Gessica Aline Silva (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Mulheres do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro:

freiras de véu branco, viúvas e divorciadas.

Amanda Dias de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

7

10

26

41

67

87

101

121

134

150

A representação da esfera pública norte-americana na autobiografia de Emma Goldman. 171

Nilciana Alves Martins (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Gênero e a escrita da história: 191

reflexões sobre feminismo, raça e crítica à colonialidade.

Maria Clara Martins Cavalcanti (Universidade Estadual de Campinas)

Políticas de domesticidade e trabalho assalariado: 208

ressignificando os papéis femininos nas Américas no entre guerras.

Jaqueline Stafani Andrade (Universidade de São Paulo)

A categoria gênero em pesquisas históricas sobre a Idade Média: 229

do desafio à realidade.

Priscila Cardoso Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Subjetividade Feminina a partir da análise da vida e obra de Ann Radcliffe. 247

Indaiá Demarchi Klein (Universidade Federal de Santa Catarina)

A erosão do masculino em souvenirs da Grande Guerra: 272

virilidade e corpo militar.

Lucas Otávio Boamorte (Universidade

A construção histórico-social do sujeito travesti. 292

Antonio Simão Cavalcante (Universidade Estadual do Ceará)

Noélia Alves de Sousa (Universidade Estadual do Ceará)

O Tchikumbi: 322

resistências e transformações nas formas de ritos de passagem feminino entre os Bawoyo de Cabinda (Angola)

Pedro Joaquim Massanga (

Resenha

Sobre o autoritarismo brasileiro: 339

uma fissura no silêncio.

Marco Túlio da Silva (Universidade Federal de Uberlândia)

Entrevista

O perigo da fragmentação e o desafio do trabalho coletivo: 343

uma entrevista com Magali Gouveia Engel.

Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará)



Apresentação

A revista *Em Perspectiva* em seu vol. 6 n. 1, abre espaço para pensar a história a partir de um olhar de gênero. A categoria, surgida no âmbito dos estudos feministas, e apropriada por diversas áreas do conhecimento, tornou-se objeto de disputa política nos últimos anos, em vários países, incluindo o Brasil. Os embates ocorrem como reações ao avanço na conquista de direitos pelas mulheres, homossexuais e pessoas transgênero e chegaram ao cotidiano de escolas, meios de comunicação, parlamentos e tribunais.

Mas para além da polêmica e da apropriação da categoria pelos movimentos sociais e partidos políticos, de que forma o gênero impactou os estudos históricos? Ou colocando de outra forma, quais as possibilidades que ela ainda potencializa para a pesquisa e escrita da história? Para pensar um pouco nesse tema, resgato um texto fundamental e fundante para a introdução da perspectiva em nossa disciplina no Brasil: *O gênero como categoria útil para a análise histórica*, da historiadora norte-americana Joan Scott, traduzido e publicado nos anos 1990.

No artigo, ela estabelece o gênero como uma primeira forma de significar o poder, a partir de hierarquias construídas e estabelecidas, por meio da cultura, sobre percepções em torno das diferenças sexuais. Seria esse um primeiro caminho a auxiliar na desnaturalização das diferenças entre masculinos e femininos, na percepção de suas transformações no tempo. Mas a categoria portaria ainda uma dimensão relacional: o gênero é construído em relação a um outro e pelo outro. Levar essa relação em consideração torna-se fundamental para as análises históricas. Scott trazia em seu texto uma forte crítica à forma descritiva como as questões da diferença apareciam até então na história das mulheres que, na tarefa política de incluir sujeitos estigmatizados e silenciados por narrativas realizadas, em grande parte por historiadores homens, não aprofundava a análise sobre as formas e dispositivos de construção e desconstrução das diferenças de gênero em diferentes tempos e suas formas de estruturação, apropriação e usos pelas dimensões da política, da economia, da religião, etc.

Muito da crítica de Scott é válida ainda nos dias de hoje, quando, pelo menos, o uso ilustrativo da categoria é feito ad nauseam em trabalhos historiográficos, sem necessariamente operar com o aspecto relacional e potência analítica do termo. Mas mesmo considerando seu julgamento precedente, é necessário pensar as especificidades da apropriação do gênero em



diferentes experiências e tradições historiográficas em outros países e realidades. A historiadora Joana Maria Pedro fez excelente debate em que analisa essas realidades e as historicizou no artigo *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*, levando em consideração as imbricações entre academia e movimentos sociais de mulheres, as relações entre feminismos e realidades políticas diversas que continuarão a valorizar uma história mais centrada na presença das mulheres e em seu protagonismo, tensionando os limites políticos do gênero.

Essas contradições e tensões também estão presentes na produção historiográfica brasileira e nos 17 artigos selecionados para este dossiê. A organização das mulheres sob os ditames autoritários durante os anos 1970 e 1980 é tema em três artigos distintos que narram experiências do Brasil, mas também de Portugal, nas escritas de Sarah Pinho e Allana Letticia dos Santos, Ayssa Yamaguti Noreke e Pamela Peres. Também a ditadura e suas tentativas de normatização dos corpos são pensadas a partir do filme brasileiro *Tatuagem*, por Stella Ferreira.

As possibilidades e usos da categoria gênero na pesquisa histórica são trabalhados no artigo de João Paulo Ribeiro Beraldo e por Priscila Cardoso que aborda as alternativas para a pesquisa sobre masculinos e femininos durante a Idade Média. As experiências de opressão e reinvenção de mulheres em espaços de reclusão são pensadas por Amanda Dias de Oliveira em sua análise sobre o convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda no Rio de Janeiro em meados do século XVIII e início do XIX. As políticas da domesticidade e trabalho assalariado no entreguerras são discutidos por Jaqueline Stefani Andrade. A atuação das mulheres de elite no campo da benemerência e suas representações são estudadas por Gessica Aline Silva.

Discussões baseadas na interseccionalidade, operação que articula no exame de processos históricos as categorias de raça, classe e gênero estão presentes nos artigos de Flávia de Freitas Souza sobre as mulheres em Desterro, Santa Catarina, na segunda metade do século XIX e nas reflexões de Maria Clara Martins Cavalcante que traz a contribuição dos estudos decoloniais a campo. A construção da subjetividade feminina é pensada a partir da vida e obra de da escritora inglesa Ann Radcliffe, por Indaiá Demarchi e o conceito de esfera pública nos é apresentado a partir das discussões da anarquista Emma Goldman, na segunda metade do século XIX, por Nilciana Alves Martins.

Temos ainda artigo escrito a partir do chamado campo das masculinidades como o instigante texto de Lucas Otávio Boamorte que reflete sobre as erosões do masculino a partir de cartões postais que retratam soldados, como souvenirs da Primeira Guerra Mundial. A



construção histórica do sujeito travesti é examinada em artigo de Antônio Simão Cavalcante e Noélia Alves de Sousa. Por fim, temos artigo de Pedro Joaquim Massanga sobre o Tchikumbi, rito de passagem de meninas a mulheres em comunidades em Angola.

Esse número de *Em Perspectiva*, dedicado ao gênero, traz ainda entrevista com a historiadora Magali Engel, referência nos estudos sobre mulheres, prostituição, loucura e discurso médico, autora de trabalhos como *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*, publicado pela editora Brasiliense e *Os delírios da razão. Médicos, loucos e hospícios*, lançado em 2001 pela Editora Fiocruz. Atualmente, Magali vive em Salvador onde atua como professora visitante da UFBA e realiza trabalho de pesquisa sobre escritoras cariocas e suas redes de sociabilidade, orienta alunos de pós-graduação e dá aulas. Nesta conversa, gravada, durante o 11º Encontro Nacional de História da UFAL, em setembro de 2019, em Maceió, ela fala sobre sua trajetória de pesquisa, sobre seus projetos atuais e sobre sua experiência como professora no Colégio de Aplicação da UERJ onde atuou como professora de História, para crianças e adolescentes, depois de anos trabalhando no ensino superior, na UFF.

O dossiê traz ainda a resenha do livro *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, de Lilia Moritz Schwarcz, publicado em 2019, pela Companhia das Letras, feita por Marco Túlio da Silva.

A todos uma boa leitura!

Ana Rita Fonteles Duarte



União das Mulheres Cearenses: eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor¹.

Sara Sarah Pinho da Silva²
Allana Leticia dos Santos³

Recebido em: 30/08/2019
Aprovado em: 24/10/2019

RESUMO

Durante a ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, surgiram várias organizações que tinham por intuito combater o regime repressor. Essas instituições foram perseguidas e, muitas delas, aniquiladas pela ditadura. Em meio às perseguições, prisões e torturas, que marcaram a história do regime militar, ressurgiu, no Brasil, em meados da década de 1970, o movimento chamado de Segunda Onda do Feminismo. A partir disso, foram criadas, no país, diferentes organizações feministas, no Ceará, a primeira delas foi a União de Mulheres Cearenses, criada em 1979, que buscou aliar a luta feminista às demandas do combate à ditadura militar e à luta de classes. Dessa forma, analisou-se o processo de surgimento da organização, suas pautas de discussões, as adesões ao movimento e a relevância da organização para o avanço dos feminismos no Ceará. Através das narrativas das mulheres, que integraram a organização, e o diálogo com a História Oral, a qual permitiu o acesso às discussões acerca da memória, a identificação e o processo de subjetivação desses sujeitos, observou-se, portanto, a relevância dessa entidade para os feminismos cearenses.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Gênero. União de Mulheres Cearenses.

Union of Ceará Women: I'm on my own, but I'm better off with you

ABSTRACT

During the Brazilian military dictatorship, established in 1964, various organizations emerged to combat the repressive regime. These institutions were persecuted and many of them annihilated by the dictatorship. Amid the persecutions, arrests and tortures that marked the history of the military regime, the movement known as the Second Wave of Feminism reemerged in Brazil in the mid-1970s. After this, different feminist organizations were created in the country. In Ceará, the first one created was the Ceará Women's Union, developed in 1979, which sought to combine the feminist struggles with the demands of fighting the military dictatorship and the class struggles. Thus, we analyzed the emergence process of the organization, its discussion agendas, the adhesions to the movement and the relevance of the organization for the advancement of feminisms in Ceará. Through the narratives of the women

¹ Trecho de uma ciranda cantada em diferentes coletivos feministas. “Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

² Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará, sob orientação da professora Pós-doutora Ana Rita Fonteles Duarte, bolsista FUNCAP. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012253864953591>. E-mail: sarah.silva@aluno.uece.br

³ Mestranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Pós-doutora Janine Gomes da Silva, bolsista CNPq. Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6459296210284871>. E-mail: allanaleticia@hotmail.com



who integrated the organization and the dialogue with the Oral History, which allowed the access to the discussions about the memory, the identification and the subjectification process of these subjects, it was observed, therefore, the relevance of this entity for the subjects of Ceará's feminisms.

Keywords: Military dictatorship. Gender. Ceará Women's Union.

1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira se instaurou, em 1964, com o golpe militar, destituindo o governo do presidente João Goulart. No dia 09 de abril de 1964, foi lançado o manifesto à nação⁴, posteriormente, conhecido como Ato Institucional nº1, que reconhecia o governo militar e que derrubara o governo de Goulart. A partir disso, foi inaugurado, oficialmente, o regime militar. Sob a presidência do general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro entre os militares a assumir a presidência do país, o Brasil iniciava um período de lutas e manifestações contrárias aos militares.

Nesse período de insurgência, várias organizações foram constituídas com o intuito de combater o regime repressor dos militares, diferentes órgãos de esquerda, vinculados a partidos políticos ou não, formaram suas respectivas organizações. Vale ressaltar que, com o decreto⁵ do Ato Institucional nº2, em outubro de 1965, houve a dissolução dos partidos políticos e foram instauradas eleições indiretas para Presidente da República e governadores. Assim sendo, surgiu, no país, o chamado bipartidarismo, a saber: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político dos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que tinha por intuito dar “ares” de legalidade ao regime.

Durante esse período de efervescências de ideias de esquerda, de combate ao regime repressor e de luta de classes, ressurgiu, no Brasil, o movimento feminista. A partir de meados da década de 1970, diferentes grupos de mulheres passaram a se organizar, em torno de organizações feministas, em diferentes estados brasileiros. Com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia⁶ (MFPA), em 1975, organização fundada por mulheres, mães, esposas,

⁴ No documento os militares justificavam sua “ação revolucionária”, embasados em uma decisão política que procurava defender o País do avanço comunista. (Comissão Nacional da Verdade - CNV, 2014, p. 94).

⁵ O Ato Institucional número 02 (AI-2) foi decretado em 27 de outubro de 1965, no governo do General Humberto de Alencar Castello Branco, com 33 artigos, que previa dentre outras medidas a extinção dos demais partidos políticos. Destaca-se o artigo nº18: “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Parágrafo único - Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações”.

⁶ De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte: “O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como



irmãs, filhas, mas também, simpatizantes à causa dos presos políticos, no país, novas propostas de grupos de mulheres foram surgindo. Apesar de não ter se configurado como grupo feminista, muitas mulheres do MFPA contribuíram para a fundação de organizações com esse teor. Dessa forma, o Movimento Feminino pela Anistia colaborou para a inserção das mulheres na luta política.

Neste artigo, iremos analisar a formação de um desses grupos feministas, que surgiu durante a ditadura militar brasileira, mais especificamente, a União de Mulheres Cearenses (UMC), primeira organização feminista do Ceará. Esta entidade se formou, em 1979, a partir do fim do Movimento Feminino pela Anistia, e reuniu, já em meados da década de 1980, mais de 1600 mulheres associadas.

Há relevância em se analisar essa organização, visto que ela surgiu em um contexto de repressão, no qual as manifestações eram, duramente, reprimidas pelos militares, ademais, a UMC contribuiu para avanços na luta das mulheres e aprofundou as discussões de gênero e feminismos no estado do Ceará.

A União de Mulheres Cearenses surgiu sob influência da chamada Segunda Onda⁷ do Feminismo, movimento iniciado nas décadas de 1970, e trouxe como pautas para a discussão: a sexualidade, o corpo e o prazer, métodos contraceptivos entre outras demandas. Dessa forma, a organização feminista cearense buscava ampliar a discussão, atrelando maior participação política das mulheres na luta contra a ditadura militar e nas pautas mais específicas do movimento feminista.

Assim, a UMC já surgiu com a característica de agregar diferentes mulheres em sua formação. De acordo com o estatuto da organização, a UMC (Artº1) “define-se como uma entidade que luta pelos direitos da mulher, por uma sociedade humana e justa, contra a submissão que foi forjada durante séculos”.

objetivo inicial a conquista da anistia. O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976”. (2010, p. 01).

⁷ “Segunda Onda denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção)”. (PEDRO, 2013, p. 256). Para mais consultar: COSTA, Suely Gomes. *Movimentos Feministas, Feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

COSTA, Cláudia de Lima. *Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

SARTI Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. cadernos pagu (16) 2001: p. 31-48.

Todavia, esse termo tem sido questionado. Ver: HEMMINGS, Clare. *Contando histórias feministas*. Revista Estudos Feministas, v.17, n.1, 2009, p. 215-241.



Percebemos, portanto, que o caráter da formação da UMC já abordava a bandeira central dos movimentos feministas, que era a emancipação feminina e a luta por equidade em uma sociedade mais justa. Vale ressaltar que o Estatuto da UMC foi aprovado, em 1981, e registrado em cartório.

Compreendemos que o feminismo, que surge no Brasil, em meados da década de 1970, reivindicava a libertação da mulher, abordando pautas específicas: sexualidade e métodos contraceptivos como um lugar de fala definido. Esse lugar era pensado e ocupado por mulheres. No exemplo da UMC, no Ceará, apreendemos a relevância de uma organização fundada e composta só por mulheres de diferentes camadas sociais.

Uma das finalidades da UMC, segundo o estatuto da organização, era: (Artº2) “elevar o nível de conscientização das mulheres sobre sua situação de exploração, submissão e discriminação na sociedade”. Isso significa que muitas mulheres começaram a se organizar, em plena ditadura militar, tendo por base o combate à submissão feminina. Logo, podemos perceber que as mulheres, que se envolveram com o movimento feminista, buscavam ampliar os locais e espaços femininos, tornar público as demandas do movimento e discutir acerca dos direitos das mulheres.

As demandas propostas pela UMC foram expostas, também, no I Congresso⁸ da Mulher Cearense. O evento consistiu em um espaço de discussão para tratar questões específicas relacionadas ao movimento feminista, mas também, para discutir demandas gerais, a saber: a luta contra a carestia, a luta por moradia, educação, saúde, creche entre outras. A partir desse Congresso, a UMC decidiu ampliar a rede de contatos do movimento feminista com o intuito de divulgar e ampliar as ideias. De acordo com a resolução 3º, que trata sobre a organização da UMC:

Que a União das Mulheres entre em contato com todos os movimentos de mulheres do país, tendo em vista a convocação de I Congresso da Mulher brasileira, para que seja, entre outros objetivos, apresentada e discutida essa proposta de organização das mulheres em cada estado.

⁸ O Congresso abordou temas como: moradia, carestia, educação, saúde, creche, trabalho e liberdade. As discussões consistiram em buscar melhorias para esses setores, reconhecendo a importância pela luta democrática, afinal, no país ainda vigorava o regime militar, sob o comando do Gal. João Baptista Figueiredo, mesmo com a Lei de Anistia, em 1979 e o processo de reabertura política, o clima ainda era de tensão e desconfiança por parte dos militantes de esquerda. Ficou decidido no Congresso a luta “por liberdade de expressão, organização e manifestação”, além disso, as mulheres deveriam lutar também “contra a Lei de Segurança Nacional e todos os atos de exceção e pelo fim do aparelho repressivo”. (Resolução do I Congresso da Mulher Cearense).



Podemos notar, destarte, que uma das premissas do movimento feminista cearense era expandir as ideias e discussões para um movimento nacional, que pudesse levar, a cada estado brasileiro, as demandas e pautas do feminismo. O intuito era, realmente, difundir as questões principais que vinham sendo abordadas, como: combate a violência contra mulher, maior representação política, combate à exploração, discriminação e submissão feminina.

Apesar do contexto repressor e de todas as limitações que o movimento feminista enfrentou, ao chegar ao Brasil, é válido destacar a relevância dessas mulheres que se organizaram e romperam com regras e valores da época. De acordo Ramkrapes (2017, p. 47):

A UMC foi pioneira no Ceará no processo, ainda em curso, sem dúvida, de desconstrução dos códigos que normatizam a conduta das mulheres, questionando padrões de comportamento que naturalizavam a violência doméstica e sexual, o assassinato em nome da honra, e o rebaixamento social e cultural que a elas se relacionava.

Nesse enunciado, podemos notar que a autora destaca e evidencia a importância, para o estado, de um movimento como a UMC, já que essa organização de mulheres proporcionou debates acerca de questões que atingiam milhares de mulheres, a saber: a violência, a discriminação e a submissão, tanto no ambiente privado quanto no público.

Dessa forma, a União de Mulheres Cearenses pôde contribuir para o avanço das discussões e na tentativa de assegurar direitos. Assim sendo, durante o II Congresso da Mulher Cearense, organizado, em 1983, pela UMC, as discussões consistiram no tema da sexualidade, tendo como pautas específicas corpo, sexo, virgindade e aborto (RAMKRAPES, 2015).

Portanto, podemos perceber a relevância que o grupo feminista trouxe, ao estado cearense, quando destacou diferentes lutas, que compreendiam os direitos da mulher, dialogando sempre com as chamadas “pautas gerais”, que eram a luta de classes e o combate à ditadura militar brasileira. Logo, compreendemos que os avanços dos feminismos, no Ceará, ocorreram a partir da fundação da UMC. Ademais, com os seus desdobramentos, foram surgindo novas entidades feministas, no estado, o que contribuiu para fortalecer o movimento feminista cearense.

Analisaremos a formação da UMC, a partir da metodologia da História Oral, utilizando-se, para isso, dessa ferramenta teórico-metodológica, para apreender sobre as práticas discursivas das mulheres que integraram o movimento e/ou romperam com a entidade a posteriori. Contudo, o nosso intuito não é dar voz a essas mulheres militantes, procuramos, através da história oral, alcançar as que foram excluídos do discurso político. A esse respeito e fundamentando nosso argumento, Portelli afirma que:



Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia. (PORTELLI, 2010, p. 3)

A respeito dessa fala, podemos pensá-la, a partir das argumentações de Ricoeur (1994), como um elo de ligação entre as temporalidades, ou seja, de acordo com a história oral, e, mais especificamente, das falas coletadas é possível se atribui uma lógica à temporalidade, uma vez que o tempo - passado, presente e futuro - não está fora da narrativa. Ele é articulado pela narrativa, ao mesmo tempo em que é a própria condição de possibilidade dela (RICOEUR, 1994).

Diante disso, buscamos entender o processo de agrupamento da entidade (União de Mulheres Cearenses), que, dentre tantos grupos, destacou-se pela atuação frente às pautas relevantes que dialogaram tanto com as “questões mais gerais” quanto com as “demandas específicas”. Para tanto, esse artigo visa discutir o surgimento dessa instituição, no final da década de 1970, levando-se em consideração suas pautas de discussões e as alianças entre a adesão à luta feminista, o combate à ditadura militar e à luta de classes. Tal investigação foi amparada a partir de documentações desenvolvidas pela instituição, narrativas das mulheres entrevistadas e bibliografia.

2. UNIÃO DE MULHERES CEARENSES: OS FEMINISMOS NO CEARÁ.

O surgimento da União de Mulheres Cearenses, no final da década de 1970, mais especificamente, em 1979, representou uma consequência do processo, em curso, que o movimento de Segunda Onda do Feminismo trouxe ao Brasil. Com o ressurgimento do movimento, a partir de 1975, as ideias feministas passaram a circular, pelo país, nos chamados círculos feministas, que criaram redes de colaboração entres mulheres das diferentes regiões do Brasil. Foi nesse contexto de circulação das teses feministas, que a União de Mulheres se formou no Ceará.

Com o fim do Movimento Feminino pela Anistia, em 1979, as mulheres cearenses, que integravam o MFPA, decidiram formar a organização (UMC), objetivando agregar as discussões mais específicas dos feminismos com as pautas gerais, que envolviam o combate à



repressão militar e à luta por uma sociedade mais justa. De acordo com Ramkrapes (2017 p. 150), “a União das Mulheres Cearenses (UMC) trouxe o feminismo para os nascentes movimentos de mulheres que se organizavam nas periferias da capital, nas regiões rurais, como também nos partidos e sindicatos”.

A autora destaca a formação da União de Mulheres e sua expansão, na cidade de Fortaleza-CE, mas também, em outros municípios do estado, com o intuito de disseminar as ideias feministas e expandir, ainda mais, a luta de mulheres, não, apenas, no Ceará, mas fomentar, também, o circuito das teses feministas para outros estados e regiões do Brasil. Vale ressaltar a multiplicidade que envolveu a formação da União de Mulheres Cearenses, visto que a organização reuniu, em seu quadro, diversas mulheres, ainda, de acordo com Ramkrapes (2017, p. 151):

[...] a fundação da UMC coloca em primeiro plano o fato de que as mulheres que chegaram à União traziam distintas experiências de luta, que se somavam ao grupo: no MFPA, contra a ditadura e em prol da democracia; nas comunidades eclesiais de base, contra as injustiças no campo e em prol da reforma agrária; nas grandes cidades, contra as desigualdades sociais e em prol de políticas distributivas.

Dessa forma, podemos analisar e compreender que a composição da UMC aconteceu de forma plural e diversificada, dialogando com diversas mulheres, mas também, com diferentes pautas. Isso corroborou para que essa organização se diferenciasse de outros movimentos feministas do país. Segundo Ramkrapes, (2017, p. 151):

Enquanto no Sudeste, feminismo e movimentos populares se enriquecem com suas trocas de experiências, na conjuntura política cearense, é possível afirmar que os debates feministas ocorreram “organicamente” às pautas gerais, se desenvolvendo junto aos movimentos populares e tencionando as reivindicações no interior dos partidos e grupos de esquerda.

Assim sendo, podemos apreender a especificidade que o movimento feminista cearense adotou, em sua formação, mesmo acontecendo de forma tímida, no estado, ele se destacou com suas provocações e questionamentos, que colaboraram para tencionar questões relevantes em relação aos feminismos e às demandas mais gerais.

Todavia, é importante destacar que o feminismo cearense guardava outras especificidades locais, a saber: a chamada cultura do “cabra macho”. Essa questão foi pontuada durante as entrevistas realizadas com ex-participantes da UMC. Ademais, foi percebida no levantamento bibliográfico. De acordo Maria Luiza Fontenele (entrevista, 19 de abril de 2018), essa cultura do cabra macho é muito forte, no Ceará, o que faz com muitas mulheres sofram com a perpetuação do patriarcado e de um sistema misógeno.



A pesquisadora, Daniele Alves, do Observatório⁹ da Violência contra a Mulher (Observem), no Ceará, destacou, também, a cultura do “cabra macho” como um dos fatores que contribuem para a construção de valores sexistas no estado. Em uma reportagem concedida ao jornal *O Povo*, em 02 de fevereiro de 2018, ela ressaltou que essa questão estava atrelada aos altos índices de feminicídio no estado cearense. Dessa forma, compreendemos que as construções sociais, de uma cultura marcada por uma dominação masculina, na qual a mulher era vista como uma propriedade, influenciaram a forma de atuação da UMC, visto que as mulheres, que se vincularam a essa entidade, no final dos anos 1970 e 1980, enfrentaram resistências, em diferentes ambientes, desde a esfera privada, em suas casas, até a pública.

Ao compreendermos essa questão específica do local, podemos perceber que as mulheres, ligadas a UMC, tiveram que determinar sua militância, de acordo com as especificidades do ambiente, percebendo o contexto repressor da época, afinal, o governo ditatorial, também, era sexista e caracterizou inúmeros casos de tortura pautados no gênero, mas também, as mulheres associadas à UMC precisaram entender as nuances locais e exercer sua militância a partir disso.

Nesse aspecto, a UMC tratou de se organizar e com a aprovação do seu Estatuto, em março de 1981, a organização definiu algumas diretrizes que deveriam ser abordadas com o intuito de sistematizar suas ideias. De acordo com os objetivos do estatuto, art.3º:

Contribuir com a participação efetiva da mulher em instituições de representação social tais como: conselhos de moradores, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos e todas aquelas que digam respeito a organização e administração da vida pública e sociedade civil.

Percebemos que o intuito era agregar mais mulheres e expandir os espaços de ocupação feminina, tornando as mulheres cearenses sujeitos ativos, no processo de construção de uma sociedade mais igualitária, no sentido de permitir que as mulheres estivessem envolvidas nas lutas, discussões políticas e pudessem expressar suas opiniões de forma livre e fossem respeitadas. Nesse aspecto, o Estatuto da UMC, em seu artigo 26, reitera a multiplicidade de sua organização ao afirmar:

⁹ O OBSERVEM é um espaço de monitoramento das condições de vida da mulher cearense e da violência que se abate sobre as mesmas. Trata-se de uma experiência de acompanhamento das políticas públicas e sociais desenvolvidas local e nacionalmente, principalmente no tocante a efetivação da Lei Maria da Penha e de todas as formas de discriminação contra as mulheres. O OBSERVEM é uma criação do Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais vinculado ao CNPQ e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Disponível em: <https://observem.com.br>



Pode integrar a entidade como sócia, qualquer mulher, sem distinção de nacionalidade, idade, cor, raça, classe social, partido político, credo religioso, que queira participar ativamente com trabalho e finanças, para a luta de libertação da mulher, de acordo com os objetivos e finalidades da entidade.

O artigo 26º do Estatuto da UMC reafirma o compromisso que a instituição buscou ter com a pluralidade de ideias e o respeito às especificidades das mulheres, que compunham seus quadros de associadas, visto que, com a expansão da entidade, a UMC conseguiu chegar a um quantitativo de mulheres com diferentes perspectivas, abrangendo as mulheres de uma camada média da sociedade, as moradoras de bairros periféricos e as mulheres que viviam no interior do estado, algumas vezes, em zonas rurais. Ou seja, a UMC tentou abranger e agregar as várias mulheres cearenses do período. Segundo Verônica Guedes:

... o que me interessou ali foi uma construção que eu achei interessante, vamos fazer uma União das Mulheres Cearenses com todas essas diferenças de grupos, eu me lembro que não tinha só a gente... tinham outras mulheres, também, de outros grupos políticos (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

Essa questão foi reforçada, também, pela entrevistada Nilze Costa e Silva (entrevista, 10 de abril de 2018), que ressaltou a relevância da criação dos núcleos, nos diferentes bairros de Fortaleza-CE, e como isso colaborou para a conscientização das mulheres, por exemplo, em relação à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, aos cuidados durante a gravidez.

Ademais, Nilze Costa e Silva destacou, também, que as mulheres, moradoras dos bairros, começaram a reivindicar melhores condições estruturais, a saber: saneamento básico, revitalização das ruas, coleta de lixo, algumas questões que contribuía para melhorias coletivas da comunidade, mas também, que impulsionou a ocupação de lugares públicos por essas mulheres.

Diante disso, podemos entender que a UMC colaborou, em diferentes aspectos, apesar de ter iniciado as reivindicações feministas de forma tímida, muitas vezes, não debatendo algumas questões específicas do feminismo, a organização contribuiu para a elaboração de um pensamento emancipador, no qual as mulheres cearenses, que estavam vinculadas a entidade, puderam exercer uma militância política ao mesmo tempo em que dialogavam com pautas feministas que eram abordadas pela organização. Nesse sentido, podemos perceber que é relevante a construção do discurso feminista, no Ceará, mesmo esse tendo estado de forma polida e, algumas vezes, cedendo espaço para um discurso mais geral.

Apesar disso, entendemos que o diálogo com outras questões mais gerais não invalidou a luta feminista da UMC, de acordo com Ramkrupes (2017, p.47): “Até 1991, a UMC realizara



6 congressos, reunindo entre 400 e 600 mulheres a cada encontro: durante três dias, elas debatiam a Constituinte, reforma agrária, direitos da mulher” [...]. Ou seja, a especificidade da demanda feminista se atrelava a pautas mais gerais, algumas críticas consistem em afirmar que isso acabava por minimizar as questões feministas, outras defendem que isso não ocorria.

Durante a entrevista com Nilze Costa e Silva, ela afirmou que rompeu com a organização por entender que as teses feministas não estavam sendo contempladas da forma como era esperada, já que algumas questões continuavam não sendo pontuadas nas discussões. De acordo com Nilze Costa e Silva:

... eu acho que a União das Mulheres, ela achava que era assim, existia uma luta de libertação da mulher, mas era, totalmente, acoplado ao socialismo, mas que não tinha como objetivo, assim, primordial, também, a libertação do corpo, como a gente previa... (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

Ramkrapes (2017) ressalta que dentro da própria organização havia divergência com relação à forma como eram conduzidas as discussões, visto que algumas mulheres não se sentiam contempladas pelas colocações e/ou com os encaminhamentos realizados durante as reuniões. Nesse aspecto, a autora destaca a criação do grupo feminista 04 de janeiro, em 1983, que foi uma dissidência da UMC, durante a realização do II Congresso da Mulher Cearense, de acordo com Ramkrapes (2017, p. 152):

Lilian Oliveira, Nilza Costa e Silva e Verônica Guedes fundam, naquele mesmo ano, o grupo “Frente Feminista 4 de Janeiro”, justificando a saída pela necessidade em se discutir temas específicos ao cotidiano feminino, e menos ligados às pautas gerais como greve, reajuste salarial, ou ainda redemocratização do Brasil.

Nesse aspecto, podemos considerar as divergências que surgiram, em relação à manutenção de um diálogo que a instituição mantinha com outras demandas, compreendendo que é importante tecer o alinhamento a outras pautas, todavia, isso foi encarado, por algumas mulheres que integravam a UMC, como uma falha para aprofundar questões mais específicas do movimento feminista. Ademais, a crítica realizada, por algumas mulheres, por exemplo, que romperam com a organização, reforça uma questão interna que havia dentro dos feminismos em todo o país. Conforme Verônica Guedes: “porque a UMC ela não tratava de questões específicas, ela tratava da participação das mulheres, segundo a esquerda, das mulheres nas lutas gerais, contra a carestia” (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

Vale ressaltar que, reiteradas vezes, o não aprofundamento das discussões feministas estava atrelada, diretamente, ao fato dos vários estereótipos que cercavam esse termo. Quando



o movimento feminista ressurgiu, no Brasil, em 1975, ele foi associado “à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PEDRO, 2013, p.238-240). Nesse sentido, foi muito difícil, para várias mulheres, assumir a militância feminista, visto que os rótulos, acerca dessa categoria, eram bastante estereotipados. Além disso, outras questões, também, foram relevantes para travar o embate acerca de discussões feministas no Ceará.

Apesar de a UMC ser fundada como organização feminista, em sua composição, havia diferentes mulheres e alguns assuntos, muitas vezes, eram vistos como tabu, quando o assunto era a discussão desses. Por exemplo, a discussão sobre a descriminalização do aborto, tema abordado pelos feminismos, tornava-se um assunto delicado para discussão, já que muitas mulheres, associadas à UMC, vinham de uma tradição católica, derivadas de grupos ligados à Igreja Católica, como a Juventude Universitária Católica¹⁰ e a Ação Popular¹¹, além disso, muitas delas tinham tido uma formação muito conversadora, dessa forma, algumas pautas dos feminismos, ainda, encontravam resistências para serem discutidas.

Neste aspecto, não é difícil imaginar o porquê de existirem algumas críticas voltadas a essa organização, mas, ao mesmo tempo, é necessário ressaltar o contexto, no qual essas diferentes mulheres cearenses estavam inseridas, visto que, além da repressão da ditadura militar, havia, também, as especificidades de uma cultura misógina e sexista, que reforçava, em diferentes aspectos, a submissão feminina. Logo, podemos apreender que o processo de formação do feminismo cearense aconteceu em meio a embates e que sua constituição seu deu em meio a contradições, todavia, a UMC marcou uma importante fase para o advento do feminismo no Ceará.

3. CONCLUSÃO

A partir dessa análise, podemos compreender as contribuições da UMC para o movimento feminista, no Ceará, mas também, entender as contradições, embates e dissidências

10 Grupo derivado da Ação Católica, com forte ligação à Igreja, posteriormente, quadros da Juventude Universitária Católica formaram a Ação Popular, durante a ditadura militar brasileira. Com efeito, criaram uma organização não confessional, isto é, sem vínculos oficiais com a Igreja Católica, a Ação Popular. Ver: GAVIÃO, Fábio Pires. A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2007. Disponível em: Acesso em: 17 set.2016.

11 “A Ação Popular (AP) foi uma organização de esquerda que diferiu das outras. Sua raiz foi o cristianismo, particularmente na ala mais radical da Juventude Universitária Católica (JUC) no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 [...] A sua origem, porém, não esteve exclusivamente ligada ao catolicismo, mas também à presença de estudantes independentes de esquerda”. (SENA; MARETTI. 2011, p. 357-358).



que surgiram ao longo da existência da organização. Nesse aspecto, foi relevante perceber como a entidade buscou se organizar de acordo com a análise do seu Estatuto, documento que regulamentou a instituição e deu substância no que concernem as realizações de atividades e intervenções.

Ademais, podemos perceber, também, que as realizações dos Congressos, feitos pela UMC, tiveram por intuito expandir as ideias, que vinham sendo colocadas em suas reuniões, desde demandas mais gerais, mas também, pautas mais específicas relacionadas ao feminismo. A análise da Resolução do I Congresso da Mulher Cearense nos permitiu perceber quais eram as prioridades da organização, suas pretensões em relação à discussão feminista e como a UMC estava se organizando após sua fundação.

Dessa forma, percebemos que a entidade buscou sempre dialogar com as pautas mais gerais, tendo como base o combate à repressão militar e à luta de classes junto a discussões feministas que estavam surgindo no país.

Além disso, compreendemos as especificidades que o movimento feminista cearense, mas também, o brasileiro guardou, visto que o momento no qual as lutas feministas ressurgem, no Brasil, foi, em meados da década de 1970, em plena ditadura militar. De acordo com Veiga (2007, p. 109):

A especificidade sul-americana diante do cenário feminista mundial foi a repressão, além do gênero, também dos governos da direita militar. O feminismo sul-americano nasce nesse paradoxo: de um lado a visão externa e a influência eurocêntrica; do outro, a ditadura militar dentro dos países, fazendo calar as manifestações.

A partir dessa assertiva, pudemos perceber que os feminismos do Cone Sul, surgiram, em meio as diferentes repressões, não atrelado, apenas, à resistência à luta feminista, mas havia a perseguição militar contra organizações de esquerda e/ou qualquer movimento social. Dessa forma, quando o movimento feminista brasileiro ressurgiu, em 1975, ele enfrentou a dupla repressão de sua militância e busca meios para se firmar diante disso.

Logo, no Ceará, não foi diferente, quando a UMC surge, em 1979, as mulheres cearenses, associadas à organização, tiveram que lidar com a resistência à ditadura militar, mas também, com a objeção de diferentes setores, inclusive a esquerda, em relação à luta feminista. A reflexão que fizemos sobre essas experiências individuais femininas, durante a Ditadura Militar, no Ceará, nos possibilitou perceber características muito particulares e específicas da época e dos quadros que integravam a esquerda - armada ou não -, porém, ao mesmo tempo, notamos que determinadas ações perduram, até os dias de hoje, contrariando, tantas vezes, o



ideal de esquerda, já que várias mulheres, que militam, ainda hoje, também, passam por alguma situação discriminatória, seja dentro de suas organizações, como em outros espaços de ocupação, simplesmente, pelo fato de ser mulher.

A esquerda enxergava, no feminismo, a divisão da luta geral, nesse sentido, Joana Pedro nos diz que “acusavam as feministas de divisionismo, pois, ao invés de somar esforços, estariam promovendo a discórdia nas famílias e no campo da esquerda” (PEDRO, 2013, p. 252). Ou seja, a luta feminista precisou definir um campo, que foi disputado pela esquerda, em prol das lutas gerais, mas que acabou fazendo com que os feminismos que se insurgiam no país conseguissem espaço, mesmo em meio as críticas e resistências.

Assim, apreendemos que o feminismo, que surgiu, no Ceará, foi pautado em diferentes direções e contou com a dicotomia da luta geral e da luta específica, sendo criticado por priorizar a luta geral, ao mesmo tempo em que foi criticado pela esquerda por discutir as demandas particulares do feminismo. Neste sentido, podemos perceber que a luta feminista consistiu em manobrar as diversas críticas que vinham em sua direção. Além disso, a UMC buscou superar essas críticas, tentando vincular, ao seu projeto, as demandas que atendessem tanto a luta geral quanto a específica.

Portanto, compreendemos que, apesar da UMC ter consistido em um feminismo tímido, que surgiu dialogando com outras demandas, que não faziam parte da luta feminista, essa organização colaborou para a expansão do feminismo no Ceará. Contribuiu para o avanço de lutas importantes, na causa feminista, a saber: a criação da primeira delegacia de defesa à mulher, em Fortaleza, em 1986. Ademais, possibilitou a publicização dos altos índices de violência contra a mulher, que havia no Ceará e, conseqüentemente, buscou soluções para sanar o problema.

Logo, percebemos que analisar o surgimento do movimento feminista cearense, a partir de sua primeira organização, proporciona compreender como as lutas do movimento de mulheres surgiram, quais foram seus desdobramentos e repercussões e no que colaborou para o avanço de lutas importantes em relação às causas feministas. Entendendo as particularidades do período, a forma como a organização surgiu e se organizou, mas também, compreendendo a relevância dessa entidade para a consolidação do movimento feminista no Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. (1964-1984). Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. O enunciado, unidade da comunicação verbal. In: BAKHTIN, Mikhail **Estética da criação da verbal**. 03 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- **Relatório Final**, Brasília: [s.n.], 2014.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: Feminismo Em Questão, Questões Do Feminismo, **cadernos pagu** (16) 2001: p.13-30.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. In: **CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-São Paulo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 16 set.2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese (Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DUARTE, A. R. F. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.233-257.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Movimento Feminino pela Anistia** – militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. FAZENDO GÊNERO 09. Universidade Federal de Santa Catarina. *Anais* Santa Catarina, 2010.

_____. **Jogo de gênero em narrativas de mulheres: reconstruindo vivências no movimento feminino pela anistia no Ceará**. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009., Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009, p.1-9.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, p.29-60, 2004.

_____. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, p.251-286, dez.2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria.



(Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163.

MADERS, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10(19): 91-115, jul.-dez. 2010.

RAMKRAPES, Carolina Melania. **Histórias do movimento feminista no Ceará**: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele. 2017. recurso online (176 p.). Dissertação (mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. São Paulo, **Perspec.**, São Paulo, v.15, n.03, jul./set.2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Campinas: Papyrus: 1994.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, núm. 52, dez.2006, p. 249-272.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, n.36, p.15-23, jun.2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 13-33, abr.1997.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Vol.6, nº2, p. 2-13, 2010.

_____. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n.1, p.10-31, jan./jun. 2002.

_____. A infrapolítica dos grupos subordinados. In: **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013, p.253-275.

_____. Uma saturnal do poder: a primeira declaração pública do discurso oculto. In: **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 277-308.



SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.01, p.11-30, jan./abr.2005.

_____. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v.16, p.297-325, fev.1998.

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 02, p.71-99, jul./dez.1995.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p.51-71, abr.1997.

VEIGA, Ana Maria. Memórias do Feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós 1968). **História Oral**, v.10, n.1, p. 93-112, jan./jun. 2007.

VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e campo de possibilidades. In: **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 31-48.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 97-105.

VITORINO, Grace Troccoli. **Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero**. 1994, recurso impresso, (157 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.

Documentos da UMC utilizados:

Estatuto da União de Mulheres Cearenses, aprovado em 08 de março de 1981.

Resolução do I Congresso da Mulher Cearense, realizado nos dias 13 e 14 de março de 1981.

Entrevistas realizadas:

Entrevistada: Nilze Costa e Silva – União de Mulheres Cearenses (UMC) e Grupo Feminista 04 de Janeiro. Entrevista concedida em 10 de abril de 2018 – Fortaleza. Foi realizada uma segunda entrevista, dia 28 de agosto de 2018 – Fortaleza-CE.

Entrevistada: Maria Luiza Menezes Fontenele – União das Mulheres Cearenses (UMC). Entrevista concedida em 19 de abril de 2018 – Fortaleza-CE.

Entrevistada: Fátima Carvalho – União das Mulheres Cearenses (UMC). Entrevista concedida em 17 de maio de 2018 – Fortaleza -CE.

Entrevistada: Maria Verônica Guedes – União das Mulheres Cearenses (UMC). Entrevista concedida em 28 de agosto de 2018 – Fortaleza-CE.



“Mulheres do Brasil” ou terroristas?

As muitas representações da mulher durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Ayssa Yamaguti Norek¹

Recebido em: 30/08/2019

Aprovado em: 04/11/2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor uma discussão sobre mulheres, militância e crime durante a Ditadura Militar brasileira. Dessa forma, pretende-se abordar como as mulheres eram encaradas pelo próprio regime militar, com base em papéis sociais bem definidos e num discurso moral que atuava fortemente sobre a sociedade; como elas eram enquadradas dentro da militância, a partir de uma discussão que tem como pano de fundo a perspectiva dos militares e a masculinidade da militância; e por elas mesmas, levando em conta os movimentos de mulheres que se formaram no período. O objetivo, portanto, se centra em traçar um panorama sobre a atuação dessas mulheres a partir de fontes e uma bibliografia atual que versa, sobretudo, sobre a categoria “gênero”.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Mulher. Gênero.

“Women of Brazil” or terrorists? The many representations of women during the Military Dictatorship (1964-1985)

ABSTRACT

This paper aims to propose a discussion about women, militancy and crime during the Brazilian Military Dictatorship. Thus, we intend to discuss how women were viewed by the military regime itself, based on well-defined social roles and a moral discourse that acted strongly on society; how they were framed within militancy from a discussion based on the military's perspective and the masculinity of militancy; and by themselves, based on the movements of women which were formed in the that period. The goal, therefore, focuses on drawing an overview of the performance of these women from sources and a current bibliography that deals mainly with the category “gender”.

Keywords: Military Dictatorship. Women. Gender.

¹ Licenciada em História e Bacharel em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio). *Visiting Research Fellow* na Brown University no primeiro semestre de 2019. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, bolsista CNPq, e-mail: ayssanorek@hotmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/0225972723213456>.



1 INTRODUÇÃO

Como já nos alertou Perrot (2017), a história vem sendo escrita sob um ponto de vista masculino que se desenvolve a partir de materiais que “são monopólios de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos” (PERROT, 2017, p. 197). Nesse sentido, a história das mulheres foi há muito relegada a um ponto de partida que se baseia, principalmente, na condição de subalternidade deste grupo. Como então contar uma história das mulheres que não seja permeada por esse olhar totalizante masculino?

Se pensarmos na figura das militantes que se insurgiram contra a Ditadura Militar entre os anos de 1964 e 1985, o ponto aqui levantado continua o mesmo: ainda hoje podemos perceber na historiografia uma lacuna no que diz respeito a sua história. Alguns trabalhos vêm sendo produzidos para preenchê-la, mas ainda assim existe uma predominância de trabalhos que versam sobre o universo masculino e que partem de uma perspectiva masculina.

Isso nos remete a própria forma como as mulheres eram encaradas neste período. Antes, contudo, é necessário apresentar que estamos tratando aqui de um momento em que não só o Brasil, mas a América Latina como um todo, estava vivendo regimes autoritários e ditatoriais que alteraram completamente o curso da história da região. No Brasil, o período conhecido como Ditadura Militar teve início em 1964 após um golpe civil-militar que destituiu o presidente civil João Goulart e abriu espaço para 21 anos de governo militar comandado por generais do Exército.

A emergência do golpe tinha como objetivo principal lidar com uma dita ameaça comunista que assolava o país, sendo este orquestrado pelas altas cúpulas militares em conjunção com grandes empresários, uma parcela expressiva da população civil, e alguns outros setores, todos permanentemente atentos e “em guarda contra o perigo vermelho”. Neste início, a Ditadura Militar se estruturou em torno do combate a denominadores genéricos, como subversão, comunismo, corrupção e populismo que, aos olhos dos agentes acima citados, poderiam levar o Brasil à desordem e ao caos (REIS FILHO, 2000, p. 13); visando colocar o país em ordem através do combate à inflação e da garantia de desenvolvimento (CASTRO; D’ARAÚJO, 1997, p. 13).

Esse período foi responsável por perpetrar inúmeros abusos, dentre eles mortes, desaparecimentos, prisões e torturas, que tinham como objetivo conter uma dita ameaça comunista que se espalhava pelo país. Dentro dessa lógica de limpeza interna e, conseqüentemente, de garantia da segurança nacional, deu-se início a uma espécie de caça às bruxas que tinha como fim expurgar os “comunistas” do aparelho do Estado, da cidade e do



campo, e de todo o território nacional brasileiro. A estrutura repressiva montada, com base em órgãos já existentes como a polícia civil e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e órgãos criados especialmente para atuar em conjunto com estes, como o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), por exemplo, tornou-se a responsável por realizar as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes por parte do Estado brasileiro.

Diante deste cenário, não é de se estranhar que uma parcela da população brasileira se movimentasse para fazer oposição ao regime implantado e, de forma mais drástica, pôr a baixo a estrutura gerida pelos militares. Desde 1964, portanto, grupos de esquerda foram se organizando com esse objetivo e, no fim da década, muitos acabaram aderindo à luta armada. Eram nesses grupos que as mulheres que serão aqui estudadas atuavam, na maior parte das vezes em postos que não eram de liderança. O número minoritário de mulheres em postos de liderança das organizações de esquerda tinha a ver, frequentemente, com a forma como a sociedade brasileira se estruturava no momento.

O que mostraremos nos próximos itens é como a subversão das mulheres ia além do ambiente político *per se*, visto que este, antes de tudo, não era seu por direito; ou seja, veremos como essas mulheres transgrediam, e muito, o papel de gênero que deveriam exercer.

2 MULHERES, GÊNERO E MILITÂNCIA

Quando falamos de gênero, temos como pressuposto a categorização de Joan Scott (1986) que compreende o conceito como papéis sociais atribuídos aos sexos, isto é, como uma categoria analítica de ideias e ideais de feminilidade e masculinidade que não é fixa, mas sim fluida, se adequando à época e à sociedade estudada. O gênero é, dentro desta perspectiva, construído socialmente como uma das primeiras formas de dar significado às relações de poder a partir das diferenças que são percebidas entre os sexos. Sendo os papéis sociais atribuídos aos sexos, isto é, socialmente construídos e culturalmente definidos, percebemos que deste processo decorre uma desigualdade de *status* entre estes. A mulher, neste caso, ocupa uma posição diferente e inferior em relação ao homem; mesmo que seja o elemento de coesão e ordenação social que investe poder, ela não o detém (FERREIRA, 1996, p. 52-53). Adicionado a isso, a mulher tem sua posição marcada dentro do espaço social através do binômio público/privado, voltada ao mundo do particular e do doméstico e definida como mãe, esposa e irmã, enquanto o homem ocupa o outro lado, o domínio público, sendo definido em categoria de *status* como governante, entre outros.



Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, assim como Scott (1986) e Federici (2017) propõem, a utilização do conceito de gênero e do campo de história das mulheres como pano-de-fundo do presente artigo não é limitadora. A perspectiva adotada aqui parte do pressuposto de não apartar a história das mulheres de uma outra considerada geral, pois proponho a primeira em conjunto com toda a última, que a engloba em seu campo de tensões e inter-relações, procurando mudar o centro de perspectiva masculino das narrativas que – ainda hoje – concebem-se como oficiais. Dessa forma, seguindo a linha de Scott (1986), procuramos compreender a natureza vinculada do gênero e da sociedade, de forma que as significações de gênero e de poder se construam reciprocamente. Além disso, pressupomos que “essa história não pode ser escrita do ponto de vista de um sujeito universal, abstrato, assexuado” (FEDERICI, 2017, p. 36) como vem sendo escrita ao longo do tempo; pelo contrário, tem que ser levado em conta que existem outros sujeitos que dela fazem parte, como as mulheres.

Nesse sentido, a dicotomia do masculino/feminino e a sua hierarquização constitui uma relação de poder. Utilizar gênero, portanto, é compreender que não existem referenciais fixos ou pré-definidos sobre “homens” e “mulheres”, mas que suas definições são estabelecidas de acordo com o *contexto* e com a *situação* em que estão sendo utilizados. Ademais, gênero pressupõe que “homens” e “mulheres”, assim como “masculinidade” e “feminilidade” são ideais estabelecidos na sociedade que regulam as ações humanas, e as diferenças percebidas entre eles são apresentadas “a partir de uma norma presumida (e muitas vezes não explicitada)” (SCOTT, 1998, p. 298). Por último, é importante ressaltar a forma como o “gênero sublinha o aspecto relacional entre homens e mulheres, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado” (SOIHET, 1997, p. 101).

Retornando ao ponto deste artigo, segundo Alvarez (1990), o machismo difundido na sociedade brasileira da época era sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja. No restante da América Latina não era diferente, visto que as ditaduras militares difundidas na região se baseavam na manipulação de valores familiares e no reforço da concepção de “esfera própria” das mulheres. A ameaça comunista, neste sentido, não era apenas um perigo à segurança nacional brasileira, mas também à família tradicional que historicamente estava no centro das relações de poder.

Os homens que encenaram o golpe de direita brasileiro de abril de 1964, por exemplo, recorreram às mulheres e ao simbolismo da família para amenizar e



justificar sua apreensão ilegal do poder do Estado. Apelando para o compromisso “inato” das mulheres com a família, a moralidade e a ordem social, a Direita Brasileira ordenou às “mulheres do Brasil” que se organizassem contra o governo democraticamente eleito de João Goulart [tradução nossa] (ALVAREZ, 1990, p. 5).

Ao lado disso, as mulheres conservadoras de classe-média integrantes dos movimentos CAMDE, LIMDE e MAF², conhecidas como “mulheres do Brasil”, pediam que os militares cumprissem seus “deveres de homens” para restaurar a ordem e a estabilidade da nação.

Mas essas pretensas heroínas logo recuaram da cena política. Quando a nova coalizão dominante distribuiu o poder político, as mulheres de CAMDE, LIMDE e MAF foram ignoradas – enviadas de volta à cozinha. No entanto, o estoque tradicional de imagens femininas e toda a gama de “valores morais, cristãos e familiares” que serviram de base para a mobilização de mulheres da direita contra Goulart não foram abandonadas pelos novos governantes militares e, de fato, tornaram-se as bases para a ideologia de gênero do novo regime autoritário. De fato, os golpistas brasileiros estabeleceram um novo padrão modal para a política reacionária de gênero no Cone Sul [tradução nossa] (ALVAREZ, 1990, p. 6).

A ideia de *moralidade* e ideia de *família* eram, portanto, chaves importantes para o funcionamento do regime, fato que só endurecia o local que a mulher deveria ocupar na sociedade. Desde a década de 1950, a família urbana havia se tornado o protótipo universal a ser seguido, tendo como epicentro o relacionamento doméstico e a tríade pai-mãe-progenitura (MORAES, 2003, p. 497). Mesmo que ao lado disso estivessem ocorrendo transformações urbanas que contribuíam para a diminuição das distâncias entre homens e mulheres, a tradição bem delimitada das relações de gênero através da diferenciação entre o papel do homem e o papel da mulher a partir das diferenças observadas entre os sexos, ainda era vigente na sociedade. Havia, ainda, “a valorização da castidade para a mulher e a moral sexual diferenciada para homens e mulheres” (PINSKY, 2014, p. 18). Nesse sentido, a mulher deveria desempenhar seu papel voltado ao lar e à procriação, de forma a ajudar a construir a família conjugal – sendo mãe e esposa, ao lado da figura de autoridade do marido. A mulher nada mais era, nesse sentido, do que a “rainha do lar”.

Ao mesmo tempo em que essa estrutura se mantinha e era defendida pelos grupos conservadores que tomavam as ruas do país na década de 1960 para defender o Brasil do fantasma do comunismo e para reafirmar valores conservadores baseados nos “valores morais”, chegava ao território nacional a pílula anticoncepcional e a minissaia, possibilitando uma nova forma das mulheres encararem o mundo.

² Estas siglas referem-se aos movimentos Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE) e Movimento de Arregimentação Feminina (MAF).



A liberação das mulheres, proporcionada pela pílula, é acompanhada de revisões comportamentais. O casamento é questionado e a moda acompanha aos novos tempos. A geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni. Para alguns é a expressão direta da liberdade emergente (COLLING, 2015, p. 375).

Nos anos 1970 essas discussões apenas tornaram-se mais radicais, a partir do desenvolvimento do movimento feminista e da centralidade da discussão da relação homem-mulher. Nessa reviravolta, 1975 é considerado um ano ímpar das discussões sobre mulheres e feminismo, sendo muito influenciado pela decretação deste como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal qual Virginia Woolf disse em um discurso proferido em 1931 e publicado no livro “Profissões para Mulheres”, as mulheres começaram o processo de matar o seu “anjo do lar”, isto é, o fantasma feminino e de feminilidade que cada mulher carrega consigo. As mulheres militantes não fizeram muito diferente ao se insurgirem enquanto agentes políticos numa época em que a política ainda era majoritariamente, se não exclusivamente, vinculada aos homens.

Essa decisão de ultrapassar os muros da casa e adentrar a vida política, masculina por natureza, fez com que estas mulheres fossem acusadas paralelamente de “terroristas” e “mulheres” pelos agentes da Ditadura Militar. “Mulheres” passou a ser uma acusação justamente porque o ideal de mulher, socialmente construído e culturalmente definido, seguido pelo regime militar, era descumprido pelas mulheres que eles passaram a combater. Essas duas categorias de acusação eram, para a repressão, uma combinação infame (ROSA, 2013, p. 59). Por isso, recorria-se com frequência à figura socialmente construída da mulher.

A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes o homem também comanda. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão (COLLING, 1997, p. 7).

Indo além, o que observamos, no desenrolar da história, é que desde a Antiguidade Clássica, a voz das mulheres não era – e não deveria – ser ouvida em âmbito público. Era papel do homem controlar o pronunciamento público e silenciar o sexo feminino. “Discurso” era “coisa de homem” e o agir político, o *devir* político, era para os homens. Nesse sentido, o discurso público nada mais era do que o *locus* político por natureza. Sobre isso Mary Beard (2018) reflete:



Essa “mudez” não é apenas um reflexo do esvaziamento geral do poder feminino em todo o mundo clássico. (...) Mas estamos lidando com uma exclusão muito mais ativa e intensa das mulheres do discurso público. (...) O que quero dizer é que o discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres antigas não faziam: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero. Como vimos com Telêmaco, tornar-se homem (ou pelo menos um homem de elite) era reivindicar o direito de falar. Discursar publicamente era uma – se não a – característica que definia a masculinidade. Ou, para citar um famoso chavão romano, o cidadão masculino da elite poderia ser sintetizado como *vir bonus discendi peritus*, “homem de bem, perito na fala”. Na maioria das circunstâncias, uma mulher que falasse em público não era, por definição, uma mulher (BEARD, 2018, p. 28-29).

É importante lembrar ainda que não era somente no âmbito político que as mulheres estavam se incluindo naquele momento. Com a ampliação do número de vagas nas universidades e a ascensão dos setores médios da sociedade após o dito “milagre econômico” da década de 1970, as mulheres – e aqui fazemos uma recorte claro de classe, falando, portanto, de classe média – conseguiram entrar cada vez mais no mercado de trabalho, passaram a integrar em maior peso as turmas das universidades e começaram a organizar movimentos de rupturas de regras morais, como o feminismo. Eram essas mulheres pertencentes aos setores médios que representavam, como vimos, o compasso moral da sociedade. Estando nesta posição, a sua participação na militância contra a Ditadura Militar e as proscricções de gênero tornaram-se ameaças reais contra a “ordem social” que se procurava manter (LANGLAND, 2013, p. 176).

A participação na militância, contudo, não estava acima do recorte machista e patriarcal da sociedade. Segundo Teles (2014), as mulheres adentraram o campo da resistência política, armada ou não, por vontade e autonomia própria e “enfrentaram o machismo da esquerda, seja na luta armada, nas greves operárias ou nos movimentos populares nas periferias e nas áreas rurais. Enfrentaram a truculência de cunho patriarcal e racista da repressão política” (TELES, 2014, p. 14). As mulheres tinham que lidar, portanto, com os dois lados do sistema machista e patriarcal da sociedade: o lado extremamente rígido e baseado em “regras morais” dos militares e o lado da militância que, de alguma forma, também se pautava em certos valores que circulavam na sociedade da época.

Do lado do regime militar, as mulheres frequentemente caíam em certos estereótipos muito específicos, a depender do olhar do agente da repressão. Na sala de tortura, a mulher era encarada como pecadora. Segundo Jessie Jane³, em entrevista concedida à Samantha Quadrat e João Bôscio Hora, “na polícia tem essa coisa do fetiche da mulher como pecadora. É

³ Jessie Jane Vieira de Souza militava pela Aliança Nacional Libertadora (ALN) na época.



a coisa da Eva. (...) Para eles nós éramos as “putas”. (...) E nós éramos as “putas terroristas” (QUADRAT, GÓIS, 2008, p. 29). Essa construção da mulher como “pecadora” por ter se envolvido num campo antes só dominado por homens e que, aos olhos da repressão deveria ser só dominado por homens que tinham um certo tipo de mentalidade, acabou levando também a um aprofundamento do olhar dicotômico que eles tinham pelas mulheres. Os discursos ressaltavam, então, características masculinas, ou que colocavam a mulher em posições específicas da hierarquia de gênero, como “putas” ou “ordinárias”. Segundo Dulce Maia⁴, na época militante da VPR:

(...) Eles tiveram muito ódio de mim porque **diziam que eu era macho de aguentar**. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. **Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’.** **Me tratavam como uma pessoa completamente desumana.** Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (MERLINO & OJEDA, 2010, p. 70, *grifos nossos*).

Aguentar a tortura, naqueles termos, era ser “macho”, ao mesmo tempo em que estar naquela posição significava ser taxada de “puta” e “ordinária”; e a desumanização, aspecto fundamental da tortura, completava a linha repressiva. Resistir naquelas circunstâncias, como Dulce Maia fez, não era algo bem visto aos olhos dos torturadores. Se a mulher fosse capaz de resistir, ela era imediatamente comparada a um homem, quando não era chamada de “fria” ou “fera” por aguentar as graves violações as quais foi submetida. Esse foi o caso de Hecilda Fontelles Veiga⁵:

Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, **ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos.** Todos queriam ver **quem era a ‘fera’ que estava ali** (MERLINO & OJEDA, 2010, p. 76, *grifos nossos*).

Seguindo essa linha de pensamento, as representações das mulheres na mídia não fugiam ao mesmo padrão. Os atributos físicos eram exacerbados e procurava-se sempre uma forma de relacioná-las a certas ideias e padrões. Nesse sentido, muitas mulheres foram chamadas de “loura dos assaltos” ou “terrorista loura” pelos jornais, como foi o caso de Ana Burzstyn-Miranda, da ALN, e Renata Guerra de Andrade, da VPR. Era só elas colocarem

⁴ Dulce Maia pertencia à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) na época.

⁵ Hecilda Fontelles Veiga era militante da ação Popular (AP) na época.



uma peruca loira e fazerem ações de assalto à banco, como era comum nas organizações de luta armada, que podiam ser classificadas, quase que naturalmente, como “loura dos assaltos”.

Essa figura era exaltada com tanta naturalidade que a descrição das mulheres nas revistas se centrava nas suas características físicas e na cor loira de seus cabelos. A revista *Veja* de 27 de novembro de 1968, recai nos mesmos padrões físicos em sua descrição de Catarina Helena Xavier da ALN:

As formas e as medidas, as covinhas e as pernas de uma loura nunca vista estão sendo permanentemente analisadas com rigor pelos investigadores de uma delegacia de subúrbio. Em Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, os policiais já chegaram à conclusão de que a moça Sílvia, procurada como ajudante de Carlos Marighella em assaltos a bancos, tem “pernas roliças” e “braços lisos”, é alta e “muito bacana” (MAKLOUF, 1998, p. 35).

Outras representações iam ainda mais à fundo na questão de gênero, como foi o caso de Vera Silvia Magalhães, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que foi desmoralizada pela imprensa diante do mesmo atributo físico: “a terrível mulher loura” ou “loura 90”, o que mais uma vez demonstra que uma mulher recaía sempre no papel de terrível, implacável, fria. Segundo depoimento de Vera Silvia Magalhães veiculado por Telles e Leite (2013), o fato dela ser mulher a tornava menos suspeita para uma ação de grande porte como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrik. A sociedade brasileira da época não esperava que uma mulher estivesse presente numa ação armada como aquela.

A mulher dentro dessas representações era um ser *desviante*, aquela que ousou sair do espaço que lhe era destinado “por natureza”, o ambiente do lar. Logo,

A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade (COLLING, 2015, p. 378).

Um último ponto a ser ressaltado é a visão que os militares tinham dos papéis diferentes que as mulheres e os homens deveriam exercer. Os homens eram, aos olhos deles, os dirigentes, ou pelo menos aqueles que comandavam a resistência. Segundo Guida Amaral⁶, ser mulher garantia – ainda em 1968 – a possibilidade, em alguns casos, de falar certas coisas para os militares sem sofrer uma grande represália.

⁶ Margarida Maria do Amaral Lopes, conhecida como Guida Amaral, era militante da Ala Vermelha do Partido Comunista Brasileiro (PBC) na época.



Claro que eu era mulher e podia falar isso também. (...) A margem de manobra de uma mulher na cabeça desses caras é muito maior, mulher não afronta, mulher não dá soco, mulher é diferente; é outra história. Então, criava-se assim um certo desconcerto (LOPES, 2019)⁷.

Por outro lado, é importante lembrar que na militância a especificidade feminina era diluída diante de uma ideia universal de “militante”, palavra que só pode ser diferenciada pelo artigo que a precede. O que acontecia, na maior parte dos casos, era a mulher militante se “negar enquanto mulher” (COLLING, 1997, p. 68) para que assim pudesse ocupar espaços nas organizações que eram historicamente relegados aos homens. Ainda assim, foram poucos os casos em que mulheres se tornaram as chefes das organizações de esquerda, ainda mais de luta armada.

Nesse sentido, lutas específicas como o feminismo e a pauta identitária dos movimentos homossexual e negro se diluíam diante de uma luta “maior”, a da classe operária contra o sistema capitalista; a luta contra a Ditadura (SILVA, 2016, p. 9). Essa mentalidade era responsável, de alguma forma, por “reforçar o poder e o papel dos homens dentro das organizações de esquerda” (COLLING, 2015, p. 380). Segundo Lúcia Murat⁸, “na luta armada a gente perde um pouco da feminilidade: salto alto não combina com assalto” (CARVALHO, 1998, p. 196). A militância era um espaço marcadamente masculino que exigia das mulheres a diluição das suas diferenças. Havia uma *masculinidade revolucionária* que norteava as ações e que era inspirada na figura do Che Guevara e do “novo homem” pregado por ele: forte, viril, dominante e agressivo (SILVA, 2016, p. 10). Diante disso, é possível perceber como as mulheres não se enquadravam nesse ideal.

Por fim, percebemos que existia, em alguns casos, uma certa ideia de proteção das mulheres por parte dos militantes homens, como descreve Jessie Jane brevemente: “depois, no tempo em que estivemos presas tinha, eu não diria preconceito dos presos... nós éramos vistas como “são as meninas”. Nos protegiam e tudo mais, mas muito com esse olhar de “as meninas” (QUADRAT, GÓIS, 2008, p. 29). O homem ainda era, nesse sentido, uma espécie de “macho” que deveria proteger a mulher das malhas da repressão, pautado na ideia de força e até mesmo de superioridade do sexo masculino. Logo, o sentimento do homem militante forte que observava a mulher como “um ser fraco, pode ter sido um empecilho nas organizações de esquerda para a mulher assumir cargos de liderança” (COLLING, 1997, p. 73).

⁷ LOPES, Margarida Maria do Amaral. Entrevista concedida à autora no dia 22 de fevereiro de 2019.

⁸ Lúcia Maria Murat de Vasconcelos era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) na época.



4 CONCLUSÃO

Com isso, pretendemos mostrar que o discurso presente na sociedade brasileira, baseado em “valores morais” muito rígidos, era extremamente forte em todos os âmbitos da mesma. A repressão apenas utilizava esses valores no seu *modus operandi* e, mesmo dentro das organizações de esquerda, era difícil se dissociar totalmente dos mesmos.

Isso nos mostra como toda a sociedade estava conectada por certos valores que baseavam a ação dos mais diversos grupos. Nesse sentido, percebemos como a categoria *gênero* nos ajuda a entender as relações entre o poder e a sociedade, e principalmente entre homens e mulheres. As mulheres que aqui estudamos eram enquadradas dentro destes mesmos valores, seja aos olhos do regime militar, da militância ou até mesmo delas próprias, fossem elas militantes ou apoiadoras da Ditadura Militar.

Esse breve artigo surgiu dentro da ânsia de compreender a sociedade e os grupos sociais que moldavam a visão das muitas mulheres militantes que, posteriormente, foram encarceradas em presídios de todo o país – estudo este que está sendo levado a cabo pela autora, tendo como escopo o Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, e o Presídio Tiradentes, em São Paulo – justamente para compreender como a prisão conformava as visões da sociedade que a cerca.

Dessa forma, concluímos o artigo seguindo a linha de Ana Maria Colling (2015),

O discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço político masculino não é bem vista pela sociedade (COLLING, 2015, p. 380).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy In Brazil: women’s movements in politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 2a ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Por uma arqueologia feminista da Ditadura no Brasil (1964-1985)*. **Revista de Arqueologia**, Campinas, v. 30, n. 2, pp. 8-34, dez. 2017.



BEARD, Mary. A voz pública das mulheres. In: **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, p. 13-54.

CARVALHO, Luis Maklouf. **Mulheres que Foram à Luta Armada**. São Paulo, Globo, 1998.

CAULFIELD, Sueann; SCHETTINI, Cristiana. *Gender and Sexuality in Brazil since Independence*. In: **The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. New York: Oxford University Press, 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Gênero, Militância e Memória*. In: AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, FERNANDA PIRES; STREY, Marlene Neves (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2004, p. 45-62.

COLLING, Ana Maria. *50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero*. **OPSIS**, Goiás, v. 15, n. 2, p. 370–383, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COWAN, Benjamin. **The Secret History of Subversion: Sex, Modernity and the Brazilian National Security State**. PhD dissertation - UCLA, Los Angeles, 2010.

_____. **Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 47, p. 29-60, jul. 2004.

_____. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. O Brasil Republicano, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 167-205.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid et al. **Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Ed. Humanitas/ UFMG, 2012.

GREEN, James. **“Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970**, 2012, p. 64. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.



LANGLAND, Victoria. **Speaking of Flowers: student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil.** Durham: Duke University Press, 2013.

LAQUEUR, Thomas W. Da linguagem e da carne. *In: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial.* **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: dez. 2018.

MATTHEWS, Jill Julius. **Good and Mad Women: the historical construction of femininity in twentieth-century Australia.** Australia: George Allen & Unwin, 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. *In: NOVAIS, Fernando A (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MERLINO, Tatiana.; OJEDA, I. (Org.). **Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino.** São Paulo: Caros Amigos; Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Cidadania no Feminino.* *In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). História da Cidadania.* São Paulo: Contexto, 2003, p. 497.

NOREK, Ayssa Yamaguti. *Clausura e Gênero: fotografia do debate sobre o encarceramento de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1985).* **Anais do XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parceria.** Rio de Janeiro, 2018. Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

_____. *Uma estação no círculo do inferno: o olhar de gênero sobre o encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979).* Projeto de Mestrado. *In: IV Semana Discente do IESP-UERJ.* Rio de Janeiro, 2018. Anais... Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2018.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados.** São Paulo: Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989a.



_____. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989b.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar: esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SILVA, Natanael de Freitas. *Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas*. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64778>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O protagonismo de mulheres na luta contra a Ditadura Militar*. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/173/97>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

QUADRAT, Samantha Viz; GÓIS, João Bôsko Hora. *Militância Política e Gênero na Ditadura Militar: uma entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza*. **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 23-41, 2008.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na Luta Armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, Ditaduras e Memória: “não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SCOTT, Joan W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. **The American Historical Review**, vol. 91, no 5, p. 1053-1075, dez. 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *A Invisibilidade da Experiência*. **Proj. História**, São Paulo (16), fev. 1998.

SOIHET, Rachel. *História, mulheres, gênero: contribuições para um debate*. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.



SILVA, Angela Moreira Domingues. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil:** a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). Tese de Doutorado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, Paul. *História e Comunidade. In: A Voz do Passado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Entrevista

LOPES, Margarida Maria do Amaral. Entrevista. 22 fev. 2019. Entrevistador: Autora, Providence, 2019.



Diálogo entre História e Gênero: críticas, perspectivas e análise de mulheres operárias em Portugal durante o período revolucionário (1974-1975).

Pamela Peres Cabreira¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 16/01/2020

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo colocar em diálogo questões sobre gênero enquanto categoria analítica no campo da História, de forma a problematizar e discutir o estudo sobre mulheres operárias no período revolucionário português, especificamente o caso de autogestão da empresa Sogantal. Portugal rompe com um regime de cunho fascista que já durara quase meio século, findando este período com o 25 de Abril de 1974. Este período é marcadamente importante na história do país sob uma experiência revolucionária, com diretrizes para um caminho socialista onde a classe trabalhadora teve importante influência nas consequências deste recorte. As manifestações, proibidas anteriormente, borbulhavam em todo o país, bem como greves, paralisações, reivindicações, autogestão, autocontrole e saneamentos de ex membros do antigo regime. Aponta-se que as mulheres operárias e trabalhadoras agrícolas e trabalhadoras domésticas tiveram destacado papel nas conquistas de Abril. Especificamente, analisar-se-á o caso da empresa têxtil Sogantal, constituída por 48 mulheres entre os 14 e 23 anos, que entrou em autogestão após expulsarem os antigos patrões que pretendiam declarar falência e não pagar as indenizações devidas. Metodologicamente, serão analisados jornais de empresas, periódicos como o *Avante!*, *Combate* e *Revolução* - dentre outros -, documentos oficiais e debate bibliográfico. A historiografia portuguesa ainda é escassa em trabalhos que evidenciem uma análise não da “história das mulheres”, mas sim de inserir o papel histórico destas nos acontecimentos que se desenrolam na linha temporal. É sublime destacar, portanto, que a relação entre gênero e história deve ser criticamente utilizada para se perceber profundamente o passado e, neste caso, as lutas e conquistas partidas de uma ruptura revolucionária.

Palavras-chave: Mulheres Operárias. Sogantal. Portugal.

Dialogue between History and Gender: Criticism, perspectives and analysis of working women in Portugal during the revolutionary period (1974-1975)

ABSTRACT

This article aims to put into dialogue issues about gender as an analytical category in the field of history, in order to problematize and discuss the study of women workers in the Portuguese revolutionary period, specifically the case of self-management of the company Sogantal.

¹ Pesquisadora e doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (FCSH) sob fomento de Bolsa de Doutorado Pleno CAPES. Mestra em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Investigadora associada ao Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais em Portugal (IHC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4604978733127074>. Endereço eletrônico: cabreiraperes@gmail.com



Portugal breaks with a fascist regime that had lasted almost half a century, ending this period with April 25, 1974. This period is markedly important in the history of the country under a revolutionary experience, with guidelines for a socialist path where the working class had an important influence on the consequences of this cut. Demonstrations, previously banned, bubbled up throughout the country, as well as strikes, stoppages, claims, self-management, self-control and reorganization of former members of the former regime. It is noteworthy that women agricultural workers and domestic workers had a prominent role in the achievements of April. Specifically, the case of the textile company Sogantal, made up of 48 women between 14 and 23 years old, who went into self-management after expelling former employers who wanted to declare bankruptcy and did not pay the due compensation, will be analyzed. Methodologically, we will analyze company newspapers, periodicals such as *Avante!*, *Combate* and *Revolução* - among others -, official documents and bibliographical debate. Portuguese historiography is still scarce in works that show an analysis not of the “history of women”, but of inserting their historical role in the events that unfold in the timeline. It is sublime to point out, therefore, that the relationship between gender and history must be critically used to deeply understand the past and, in this case, the struggles and achievements stemming from a revolutionary rupture.

Keywords: Working Woman. Sogantal. Portugal.

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas e óticas de análise na historiografia expandiram-se com novas configurações no campo da História Social. Sobretudo a partir da década de 1970 após intensas mudanças sociais, econômicas e políticas a nível global, os desafios de se desenvolver uma teoria de história pautada nos conflitos e nas relações sociais ganham ainda mais força e escopo, desenvolvendo-se nas décadas seguintes como importante método analítico no se “fazer história”. Logo, ocorre esta viragem para o campo das problemáticas sociais nas mais diversas faces, intensificam e demarcam uma possibilidade inovadora na perspectiva da construção histórica.

A inserção de conceitos abarcados de significações de diferentes vertentes também se faz presente neste processo. As discussões acerca de “gênero” e “feminismo” ganham um importante espaço na representação dicotômica entre teoria e prática ao longo deste processo constitutivo na História Social, indo dos “Estudos das Mulheres”, em sua forma embrionária, à ampla discussão narrativa e historicizada do conceito de gênero.

Logo, propõe-se neste artigo abordar algumas vias de discussão presente no campo da História sobre o estudo de gênero, da relação não necessariamente binária entre “homem” e “mulher” e da importância em se levantar e se manter ativos os debates sobre o papel histórico



da mulher seja no campo público, institucional, do trabalho ou no privado; a presença da mulher e sua designação histórica percorrem todas as fissuras da vida nas suas mais diferentes faces.

Além do aspecto teórico, propomos introduzir o debate de uma luta emblemática durante o período revolucionário português: a ocupação e autogestão da empresa Sogantal, tomada por 48 operárias que optaram pela luta e enfrentamento face à inércia neste período de mudanças. A empresa estava inserida no Montijo, cidade componente do Distrito de Setúbal que forma o maior polo industrial do país, onde o processo revolucionário atingiu um forte caráter de luta, resistência e combatividade pelo movimento operário, cenário em que se enquadra a Sogantal. Sua ocupação e posterior tentativa de evasão dos donos com maquinários e matérias primas, fará com que a comunidade se solidarize e se manifeste em um episódio que deixou marcado na história do Montijo pela intensidade de combatividade pelas operárias naquele momento.

A ocupação inicia-se em Junho de 1974, motivadas pela negação de reivindicações como o aumento de salários, 13º e férias. Como aponta José Maria Ferreira, no livro *O Futuro era Agora* (1994, p.46), o caso da Sogantal foi muito particular, sobretudo por sua radicalização, onde houve “supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direção; e, mais subversivo ainda, a decisão de encetar a venda directa da produção”.

Em Portugal, no ano de 2016, a taxa de postos de trabalho feminino era de 48,7% e recebem, à exceção de cargos públicos, algo em torno de 16,7% a menos que o mesmo posto de trabalho exercido por um homem; são as primeiras a serem despedidas em situações de “crise” econômica e, na esmagadora maioria das residências, ainda são estas mesmas mulheres a desempenhar o papel de doméstica, de cuidadora e mãe presente. Isto apenas para demonstrar que a intensidade da luta - iniciada de forma legal e encarada no molde da representação social a partir de 1974 -, ainda tem muito a ser desenvolvida e compreender a importância destes movimentos para a luta atual é, sem dúvida, algo que incita a criar e pensar ferramentas para a produção intelectual da História Social abarcando os diferentes nichos e classes trazendo à luz, neste caso, a importância e inserção das trabalhadoras nas conquistas sociais deste país.

2 MULHERES E TRABALHO

A libertação da mulher e a luta pelo socialismo são coisas indissociáveis. Marx e Engels (1975) no *Manifesto do Partido Comunista* já colocavam em pauta que a classe



dominante sempre irá oprimir a mulher relegando a elas uma segunda base enquanto cidadãs, um objeto de reprodução e trabalho doméstico. “O burguês vê na mulher um mero instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados comunitariamente, e naturalmente não pode pensar senão que a comunidade virá igualmente a ser o destino das mulheres”. Esta concepção da mulher enquanto objeto de produção tanto material como de fator biológico reprodutivo, como já debatemos anteriormente, terá sido comum em Portugal nas décadas de 1960, 70, quiçá é uma luta ainda em andamento.

Durante o período ditatorial em Portugal (1926/1932 – 1974) com Oliveira Salazar e, posteriormente com Marcello Caetano, a inserção feminina no campo das lutas contra o fascismo já se faziam presentes, sobretudo enquanto militantes clandestinas pelo PCP seja como companheiras de militância de seus parceiros homens (BARRADAS, 2004). As relações laborais ainda eram extremamente precárias e à mulher cabia apenas o papel secundário de submissão e conservadorismo no núcleo familiar, e o trabalho feminino era ainda mais penoso, sobretudo na indústria têxtil, com baixíssimos salários. O maior número de trabalhadoras encontrava-se no campo, tendo esta viragem na década de 1960 com o início da guerra de guerrilha em África a partir das intensas ondas de emigração e o elevado número de jovens recrutados para as Forças Armadas. As mulheres trabalhadoras de áreas rurais eram então denominadas “domésticas agrícolas” (ROCHA, 1984, p. 621-644) pelos recenseamentos da década de 1960, demonstrando claramente o papel inferiorizado a que se atribuía à mulher trabalhadora.

Com a inversão produtiva no país da agricultura para atividades do setor secundário a partir dos anos 60, o crescimento da indústria e do meio urbano é exponencial. A emigração se torna a saída para muitos portugueses devido à baixa dinamização no sistema rural e o desemprego urbano. Dois importantes fatores são observáveis como incentivo de emigração para países como França, Alemanha e Inglaterra neste período: os baixos salários em Portugal, tendo como contrapartida ordenados maiores nestes países, bem como a fuga da guerra em África, a partir de 1961. Segundo Maxwell (2006, p. 44-45), “[...] novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de dezoito e 35 anos. Isso representava 180 emigrantes a cada mil habitantes no norte de Portugal e 185 a cada mil na região do Algarve”. Tendo em vista que duas em cada três pessoas que emigravam, eram trabalhadores do campo, a produção e a força da mão de obra agrícola declinaram perceptivelmente. A corrida pela industrialização e urbanização do país ganha vigor a partir da década de 50, desdobrando as



atas reivindicativas de acordo com os novos problemas enfrentados. A quebra na produção agrícola é enorme, transferindo para as cidades e para as indústrias pessoas ainda acostumadas na cultura rural, com pouca ou nenhuma experiência no modo de produção industrial. Em contrapartida, o comércio aumenta, os transportes modificam-se e ocorre um aumento significativo no quadro de empregados do funcionalismo público, mostrando “um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno” (Ibidem, p. 22). Ao mesmo tempo, esse “desenvolvimento” relativo não supriu as condições de vida básicas para estes trabalhadores urbanos, criando verdadeiras “cidades de lata” nas periferias industriais, baseadas em salários que visavam cumprir apenas a “reprodução biológica” de seus trabalhadores. A inversão de valor dentro da sociedade, do rural para o urbano, mexerá em todas as estruturas sociais e econômicas em Portugal, uma vez que a dinâmica familiar e valorativa volta-se para outros objetos, com distintos interesses e atributos quando da mudança para a rotina urbana.

Nesta alternância produtiva, o papel da mulher enquanto trabalhadora aumenta significativamente, tendo ainda a responsabilidade doméstica e a manutenção da família e da casa sob seus cuidados. Baseada em dados de recenseamentos da década de 1960 e início de 1970, Barreto (*apud* CARVALHO, 2009, p. 45) irá apontar que Portugal contava com “as mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. A mais jovem população com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença. O menor número de médicos e enfermeiros por habitante”, quando comparado ao restante da Europa Ocidental. A falta de efetivação social e do foco de objetivos no campo social ainda mostra-se secundário nas políticas públicas. A condição de vida feminina mostrava-se precária e as leis que assegurassem os direitos de conciliar maternidade e trabalho eram praticamente inexistentes.

2.1 Estudo de mulheres na historiografia portuguesa

“As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’” (PERROT, 2005: p. 251). O trabalho feminino e sua inserção no campo produtivo assalariado em paralelo com seu papel/trabalho reprodutivo é ainda alvo de poucos estudos em Portugal. As mulheres das classes populares sempre trabalharam e, por exemplo, no contexto fabril (e têxtil, onde se abrigava o maior número de operárias) ter um trabalho assalariado era um aspecto primordial na construção de sua própria identidade social, enquanto “colaboradora” ou por muitas vezes promotora total da remuneração familiar (CHALHOUB, 2012: p. 203). Estudos



pautados na História Social, na representação de uma “história vista de baixo”, e, neste caso, sobre operárias em contexto revolucionário ainda é algo a ser repensado e produzido na historiografia portuguesa.

Percebemos que na historiografia portuguesa, os estudos sobre o papel histórico das mulheres no processo revolucionário, ou mesmo nas manifestações operárias e de trabalhadoras nos últimos anos do governo marcelista são escassos. Nota-se a existência brutal de greves, paralisações e reivindicações por operárias de forma constante e muitas vezes organizadas e realizadas apenas por elas mesmas. Também o mesmo se percebe com as trabalhadoras agrícolas, sobretudo ao norte do país. Na Signetics, com praticamente todo o quadro de mulheres operárias, entraram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e 30 dias de férias remuneradas. A empresa solicitou a polícia, fechando a fábrica e mantendo as operárias do lado de fora, onde mantiveram-se com piquetes ao longo de cinco dias, conquistando aumento de salários e a redução para 45 horas de trabalho (AVANTE!, 1974, p. 4). Um exemplo da luta feminina na no início da década de 1970 foi a greve das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações. Reivindicavam aumento de salário que chegava a ser 6\$40 por hora, onde alcançaram um aumento de 37% ao final de três dias de greve geral (AVANTE, 1973, p.1). Em Alpiarça, na comemoração ao dia 8 de março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também entraram em paralisação (AVANTE, 1973, p. 1). As camponesas de Alpiarça renovam as manifestações sobre o aumento de salários, que corresponde a metade dos salários dos homens. Camponeses e camponesas juntaram-se para exigir o aumento de salário, conseguindo um aumento significativo após 5 dias de paralisação (AVANTE, 1973, p.1). Já no ano de 1974, novamente em Alpiarça os camponeses fazem greve, cerca de 6000 paralisam e exigem o aumento dos salários condizentes com o aumento do custo de vida, conquistando parte de suas reivindicações ao final de cinco dias de greve (AVANTE, 1974, p.3). Este demonstrativo da movimentação operária feminina é importante para se perceber e compreender que estas mulheres não só estavam ativas e combativas como também lutavam por direitos dentro de um sistema fortemente repressivo.

No campo da historiografia em Portugal, as “ondas” sobre o estudo das mulheres, do feminismo e gênero não alcançou grandes horizontes. Importantes estudos sobre o feminismo no país foram escritos, porém, além de não serem muitos, não estão difundidos no



campo da História. Em busca no catálogo geral da Biblioteca Nacional de Lisboa - leia-se: tudo o que se publica no país é catalogado neste espaço – com a palavra “mulheres” no título, encontramos 2868 resultados, dos quais 86% destinam-se à literatura, tratados médicos e enfermagem, psicologia, romances e os outros 14% dividem-se entre edições comemorativas pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), o papel da mulher na sociedade medieval e moderna e em menor grau estudos de caso sobre mulheres em períodos históricos. Quando se pesquisa por “mulher revolução” o número cai drasticamente para 20 títulos, dos quais nenhuns tratando especificamente do debate sobre mulheres/operárias e revolução, mas sim autobiografias ou depoimentos de Samora Machel sobre a importância das mulheres na revolução africana. Já nos Repositório Científicos de Acesso Aberto em Portugal (ARCAAP), após a inserção dos filtros de “trabalhos com acesso e teses de doutoramento”, tivemos 115 resultados dos quais a maior parte na área de saúde, literatura e psicologia, quando buscamos por “mulher”. Nenhum resultado nos levou a pesquisas sobre mulher no período revolucionário ou sua problematização no papel histórico de datações contemporâneas.

Um curto mapeamento demonstra a escassez de estudos sobre o período revolucionário centrado nas mulheres: Ana Barradas, jornalista e tradutora, questiona e trás à tona a discussão acerca da omissão da mulher na construção histórica e também social, tendo um papel chave no entendimento de que estes fatores são socialmente construídos. Ao escrever o livro *As Clandestinas* (2004), a autora busca inserir o papel histórico da mulher na luta contra o regime salazarista e como a atuação destas mulheres, condicionada a determinantes específicos da realidade do período analisado, é omitido ou diminuído frente aos feitos sempre ditos especificamente por homens. Barradas também irá coordenar um importante livro sobre a situação das mulheres no campo político e como o Estado tem lidado, no campo da União Europeia, à igualdade entre gêneros. *As mulheres na União Europeia*, apesar de não tratar especificamente de Portugal, trás para a discussão no país um forte elemento de discussão na área das ciências humanas.

Em 2002, Irene Vaquinhas produziu um breve texto sobre as possibilidades abertas no campo da pesquisa científica em Portugal após o 25 de Abril, onde a História das Mulheres marcou um campo que obteve fôlego a partir desta abertura. Contudo, para ela, em Portugal, “os estudos permanecem, salvo raras exceções, mais convencionais, empíricos, de cunho informativo e positivista ou neo-positivista” (148), estando, até então, voltados para uma



“história contributiva”, oposto à historiografia anglo-saxônica, francesa ou estadunidense preocupadas em relacionar diálogos e conceitos sobre o se pensar a mulher na história.

Formada em Economia e mestra e doutora em Estudos sobre as Mulheres, Manuela Tavares talvez seja a autora expoente em um mapeamento sobre o trato sobre o feminino e a valorização de direitos sobre a mulher em Portugal. Com sua tese *Feminismos em Portugal (1947-2007)* (2008) a autora alça voo em uma perspectiva ampla sobre a discussão do feminismo, suas categorias analíticas e a posição das mulheres em uma vertente militante em defesa dos direitos de igualdade. No entanto, o livro *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80*, como fruto de sua dissertação de mestrado traz as lutas e reivindicações presentes na década de 1970 para o debate.

Talvez uma exceção mais próxima ao nosso objeto seja a obra de Celeste Vieira, *Mulheres em Luta: a educação e dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960-1986)* (2018), que, apesar de não se embriancar necessariamente no campo das discussões teóricas sobre classe operária e gênero, tem uma importante preocupação em trazer para o foco de análise um grupo de mulheres especialmente marginalizadas na história da historiografia abarcando, em partes de sua pesquisa, o período revolucionário. Declara, ainda, que sua obra, fruto também de seu mestrado em Educação, Gênero e Cidadania, “é um ato de justiça, também porque não se limita a narrar uma história de subalternização decorrente da classe, mas também decorrente do sexo” (13).

Como destaca Souza-Lobo (2011), a “classe operária tem dois sexos” e precisa ser analisada enquanto tal. A perspectiva de gênero no contexto revolucionário e de luta por mudanças sociais nunca foi tão sublinhado e importante quanto no Período Revolucionário em Curso (PREC).

3 O CASO SOGANTAL

O caso Sogantal abre-nos um fértil caminho para compreensão da dualidade entre o papel da mulher em uma sociedade capitalista e as alternativas combativas a que são apresentadas a estas mulheres. Desde logo, destacamos que em Portugal, as organizações autônomas baseadas em comissões de trabalhadores bem como fábricas que adentraram no controle operário atingiram uma grande extensão da sociedade, colocando em causa o próprio paradigma ideológico do sistema capitalista. Logo nos primeiros dias e semanas após o 25 de Abril, o movimento social e a luta do operariado atingiram grandes dimensões e muitas delas



tiveram características espontâneas – como espontâneas devemos entender que as decisões de entrar em greve, ocupar as instalações, fazer os seus comunicados de luta e, nos diversos casos que atingiram maior radicalidade, vedar a entrada dos patrões nas instalações industriais, entrar em autogestão, foram decisões tomadas pelos trabalhadores, legitimadas em democráticas assembleias gerais em cada fábrica. Porém, as ações dos trabalhadores não se restringiram aos seus locais de trabalho.

Além do espaço de luta da fábrica, os movimentos sociais populares experimentaram uma criatividade social inovadora. Durante o período revolucionário, assistiu-se ao nascimento de formas de organização popular inéditas: sindicatos, comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, de mulheres, de pais, de saneamento de fascistas, comissões contra a guerra colonial, etc. As mulheres exigiram aos patrões o termo ao assédio sexual e, dentro das fábricas, creches para os filhos e salas de aleitamento. Ocupações foram protagonizadas por mulheres, sobretudo as advindas dos bairros de lata e barracas, ocupando casas abandonadas, formaram-se clínicas populares, “comissões de melhoramentos”, fundaram-se creches populares, abriram-se cursos de alfabetização nos bairros pobres, os camponeses do Alentejo e Ribatejo tomaram conta dos latifúndios e, enquanto puderam, controlaram os salários e a produção agrícola. Buscava-se todo o tipo de soluções autónomas no domínio da produção, habitação, saúde, educação, da atividade cultural e da vida comunitária.

O foco na empresa Sogantal se dá, sobretudo, pela importância que a luta teve na região do Montijo com influência direta em outras empresas, além de que o setor têxtil ter sido um dos protagonistas numericamente nas lutas, representando 19% dos conflitos sociais durante a revolução portuguesa. Cabe destacar também que 43% dos conflitos laborais deram-se na região onde se situava a Sogantal, reafirmando sua importância.

Por se tratar de um concelho inserido no Distrito de Setúbal que compõe o maior polo industrial do país, o processo revolucionário atingiu nesta região um forte caráter de luta, resistência e combatividade pelo movimento operário, cenário em que se enquadra esta empresa praticamente apenas de mulheres, muito jovens e fortemente influenciadas pela extrema esquerda. Além disso, o que motiva a centrar as atenções nesta luta é o fato de terem mantido a autogestão até meados de 1976 (ARQUIVO MF).



Contrariando o slogan do Estado Novo² “a mulher para o lar”, deu-se em uma virada da mulher na luta pela moradia e pelas condições de seus lares e família. Na região de Lisboa no início da década de 1970, 18 mil pessoas moravam em barracas ou em casas partilhadas, 82% destas casas não possuíam casa de banho, 71% não possuíam água canalizada e 62% da população não tinha eletricidade. Muitas mulheres analfabetas participaram de cursos de alfabetização geridos coletivamente nestes espaços, lembrando que 38% das mulheres no país naquela altura eram analfabetas (CABREIRA, 2017, p. 46).

Como destaca Sousa (1971, p. 34), na década de 1960, 603 mil mulheres tinham uma profissão, enquanto praticamente 3 milhões tinham uma ocupação, fossem doméstica ou em trabalhos precários. Neste compito, 44% estavam em serviços gerais, 29% em indústrias transformadoras, 18% na agricultura e pesca e outros 7% no comércio. A inserção das mulheres no campo laboral deu-se com enorme intensidade neste período, criando novas características na composição social. Um fator interessante na pesquisa de Sousa é a composição das mulheres na região do Montijo, local onde funcionou a Sogantal. A autora aponta que o Sindicato de Chacinaria daquela região, que abrangia homens e mulheres tinha uma direção composta apenas por mulheres (1971, p. 70), além do sindicato das costureiras e assistentes sociais também serem representados por mulheres. A força na luta destas mulheres na região é destacada e importante na constituição das redes de solidariedade que irão surgir após o 25 de Abril.

Ressalta-se brevemente alguns casos emblemáticos também com grande participação feminina: na Timex, em Maio de 74, duas mil trabalhadoras ocupam a empresa por aumento de salários, saneamento dos chefes, salário igual trabalho igual; na Cintideal fazem greve por 10 dias, também em maio, por diversas reivindicações, mas, sobretudo, contra o controle às idas à casa de banho. Na Standard Elétrica, em 24 de maio, ocupam a fábrica enquanto no mesmo mês as operárias da Messa iniciam uma greve que durará 12 dias com ocupação das instalações e reivindicam o trabalho igual salário igual. Ainda durante o mês de maio, 800 operárias ocupam a Melka e fazem greve por melhores salários; na Fábrica Simões conseguem suas reivindicações após dias de luta enquanto na Philips uma greve irá durar oito dias. No setor das conserveiras, mais de 10 mil mulheres envolvem-se em greves, manifestações e retenção das conservas dentro de determinadas fábricas. No Montijo, onde as lutas espalharam-se nos mais diversos setores, além da Sogantal, as operárias da camisaria Mafalda

² Regime de cunho autoritário e fascista instalado em Portugal com dois momentos de clivagem: 1926/1932 até a ruptura revolucionária em 25 de Abril de 1974.



sequestram o patrão estadunidense, que se recusava a pagar os salários e ameaçava fechar a empresa. Com a intervenção de um funcionário da embaixada dos EUA, os pagamentos são realizados, há a promessa do não encerramento da fábrica e o patrão é liberado. As operárias da Applied Magnetics, com cerca de 600 trabalhadoras que, após o despedimento de 116 funcionárias, fazem cotas para assegurar seus salários e entram em paralisações até que as mesmas são readmitidas. Muitas outras empresas majoritariamente de mulheres, mas não só, reivindicaram o aumento de salários, salário mínimo, trabalho igual salário igual, abolição dos privilégios e gratificações além de reivindicações mais qualitativas, como condições nos locais de trabalho, reconhecimento dos órgãos representativos como as Comissões de Trabalhadores, 40 horas semanais, abertura de creches, infantários e salas de amamentação no local de trabalho. Muitas destas reivindicações são pautas diretas de mulheres, o que pode indicar uma fértil consciência de luta.

Em maio, na empresa de confecções Charminha, situada na Pontinha - Lisboa, as mulheres viram o gerente fugindo para o estrangeiro deixando um cheque sem fundos para o pagamento dos salários, o que as levará a entrarem em autogestão, produzindo e vendendo muitos de seus artigos como calças e blusas. O processo desta empresa foi parecido ao da Sogantal, tanto que há registros de diálogos e troca de ideias e experiências entre as operárias (COMBATE, 1974).

É também em maio que a luta da Sogantal se intensifica. Em termos gerais, a Sogantal foi uma empresa francesa, com produção de fatos de treino, localizada no Montijo. Contava com 48 operárias na faixa etária dos 13 aos 24 anos. Os únicos homens que trabalhavam na empresa eram precisamente o segurança e o diretor. Foi a primeira empresa ocupada e a entrar em autogestão. As operárias passaram por um processo de troca de patrões, onde até meados de 1973, a empresa produzia luvas, também para donos franceses. Com a troca para o grupo Lamont, segundo as operárias, as condições de trabalho pioraram, os prêmios aumentaram e os salários diminuíram. Mesmo no dia 25 de Abril, uma das operárias, Lucia Palma, enfrenta a encarregada depois desta não querer autorizar sua saída para os 15 minutos do café no período da tarde, ficando esta suspensa por 3 dias, obviamente não remunerados.

No dia 20 de maio de 1974, estas mulheres apresentam um caderno reivindicativo à administração patronal, onde exigiam (ARQUIVO MF): a) o reconhecimento patronal pelas representantes sindicais e do grupo de trabalho, “escolhidas livremente pelo restante pessoal operário como representantes legais dos seus justos anseios, e a garantia de que não serão feitas



represálias nas suas pessoas”; b) Permitir o acesso a estas representantes seja ao sindicato, aos órgãos oficiais e à gerência; c) Que se vigore o contrato coletivo de trabalho; d) Ordenado em regime mensal; e) Aumento de 1250 escudos mensais, sem distinções de categorias, destacando que isso não chegaria aos 3300 escudos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho; f) Aumento dos valores dos prêmios; g) Pagamento de todas as diferenças de salários que estavam em atraso; Melhores condições nas instalações da empresa, como refeitório, a criação de uma sala de reuniões e confraternização que fica vedada a participação nestas reuniões o patronato, a gerência e a todo o pessoal de hierarquia mais elevada, salvo exceções; h) Décimo terceiro mês e que seja pago até o dia 10 de dezembro a todas as funcionárias, sem distinções.

Estas reivindicações não são meras condições estanques. Demonstram não apenas a capacidade de enfrentamento destas operárias como também uma aproximação de radicalização na forma como se organizaram, indo contra as condições impostas pelo patrão mas também confrontando uma realidade na esfera doméstica, ao impor o cuidado das casas e dos filhos muitas vezes aos maridos. A aproximação destas operárias com o MES (Movimento de Esquerda Socialista), já em finais de 1974 - que na altura continha um programa de certa forma situado à extrema esquerda -, também se torna representativo na maneira como vislumbravam sua própria luta, quando advogavam pela auto-organização dos trabalhadores ou das nacionalizações de indústrias chave no país. Não é possível afirmar que estavam de fato vislumbrando uma sociedade socialista, senão tratando das primeiras necessidades que lhes apareciam; porém, a forma como o fizeram e a potencialidade em suas críticas e ações é aqui o que mais nos chama a atenção como fator de luta e resistência.

Os franceses, donos da fábrica, recusaram as reivindicações alegando que, do contrário, a empresa iria à falência. Como resposta, as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios. Em 30 de maio, os patrões declararam que a fábrica fecharia e que os salários não mais seriam pagos, já que as trabalhadoras não haviam produzido o suficiente. Diante a posição patronal, as operárias decidem vender os fatos de treino prontos para manterem seus salários, ao que os patrões abandonam a empresa e, diante a iminente perda dos seus postos de trabalho, as operárias resolvem manter por si próprias o funcionamento da empresa e a produzir a sua subsistência de forma autogestionária. No jornal nº 1 da Sogantal, as operárias contam um pouco da sua luta:

A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, devido



também à 'docilidade' dos trabalhadores garantida que, começando no local de trabalho se estendia até a bem conhecida acção das várias polícias [...]. Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, o patronato pretende encerrar as instalações em Portugal. Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar essa situação; não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações [...] Afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitamos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras.

As operárias decidiram que a Assembleia Geral era o órgão soberano de decisão onde se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias pôr em prática. Já na primeira assembleia geral depois que a fábrica foi ocupada, as trabalhadoras decidem tomar em mãos a organização da sua luta e da sua vida em função da nova realidade. O gerente e uma encarregada são postos a correr. Outra encarregada aceitou ficar na fábrica, mas ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias. A partir daí, as operárias passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica.

A decisão de tomar a fábrica e autogerir a produção era demasiadamente perigosa pois atingia em cheio o 'inviolável' direito da propriedade privada. Por isso, a reacção dos patrões franceses vem logo em 24 de agosto quando decidem invadir a empresa e tirar de lá as máquinas e os 31.000 fatos de treino e levarem tudo para a França. Em relatos nos arquivos do Ministério das Finanças, mas também em entrevistas realizadas com algumas ex-operárias, apresenta-se que o patrão contratou um grupo de 14 mercenários franceses que assaltaram a fábrica de madrugada, armados de pistolas, granadas, matracas, gases lacrimogéneos e cães, sequestraram o guarda e iniciaram um processo de desmonte de maquinários e inventariado. A população do bairro próximo da fábrica cercou as instalações, travou-se luta e houve um incêndio. A GNR e o COPCON acabaram por retirar a salvo os sabotadores.

As investidas violentas nas fábricas em que se optou pela ocupação e autogestão foi constante, tendo os trabalhadores resistido em ocupações noite e dia e sempre buscando o apoio da população e de outras fábricas vizinhas. Ainda é possível perceber que não é apenas a consciência revolucionária, ante a exploração do seu trabalho, que se realiza com o cotidiano da luta autónoma. As operárias da Sogantal não apenas entram em ruptura com a hierarquia do sistema capitalista, quando rompem a barreira do trabalho manual e intelectual, mas também rompem dia-a-dia com os valores opressivos que fazem parte da ideologia desse sistema. Numa coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora*, a



respeito do movimento popular do 25 de Abril, José Maria Ferreira (1994, p. 46), relata sua aproximação com a Sogantal, onde diz que além da radicalidade da luta, essas mulheres também tiveram “uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes”.

Nesta altura, a pressão sobre os Governos Provisórios era intensa e a multiplicação de manifestações sociais espalhava-se pelo país. O Segundo Governo Provisório, que toma posse em 18 de Julho tendo como primeiro-ministro Vasco Gonçalves, apoiado pelo MFA mantêm-se no poder apenas até 30 de setembro de 74. Pode-se compreender este período de instabilidade pelas pressões exercidas nos mais diferentes meios sociais e institucionais, sem esquecer-se também das forças internacionais que imperavam neste momento de instabilidade. No sentido de defesa da força social exercida em Portugal, acompanha-se, “a incapacidade de haver acordos institucionais prende-se com a impossibilidade de conjugação de projetos políticos, impossibilitados de realizarem-se pela dinâmica do movimento social, e não o seu inverso” (Varela, Paço, Alcântara, 2014, p. 212). Como o exemplo dado, as forças sociais influenciaram a dinâmica do processo político, social e econômico do país, onde a estrutura “socializante” do período revolucionário irá romper-se com as mobilidades pós 25 de Novembro, ou seja, a contrarrevolução e a instauração de uma democracia burguesa.

Na dinâmica da autogestão, as operárias dividiam-se entre quem ficava na fábrica produzindo os fatos de treino e quem tinha carro saía para vender em Lisboa, Porto, Braga. Participaram em diversos eventos, gravaram cantigas e produziram peças de teatro, impulsionando de diferentes maneiras tanto a relação entre empresas e sindicatos quanto das próprias vendas. Em entrevista, as operárias diziam que muitas das companheiras deixaram a ocupação e foram buscar emprego em outros sítios. Estima-se que aproximadamente 25 operárias ficaram até meados do ano de 1976. Em 1985, viriam os patrões franceses a receber uma indenização de 40 milhões de escudos (ARQUIVO MF), uma inversão e derrocada total da luta revolucionária destas mulheres. Especificamente, entre as 12 ex-operárias entrevistadas, todas passaram por dificuldades em conseguir emprego ou estabilidade na década de 1980 e, em verdade, algumas delas, na casa dos 60 anos, até hoje trabalham horas a fio por salários mínimos e condições de vida, pode-se dizer, instáveis. A democracia em capitalismo, claramente, não foi a saída esperada por estas e por tantos outros operários e trabalhadores em todo o país. Como aponta Varela (2013), o Pacto Social nasceu em 1975 a partir das lutas do 25 de Abril e da cedência da burguesia por uma estabilidade democrática em capitalismo, mas



também tem o início de seu fim no início da década de 1980 com as perdas de direitos e tomada de políticas e estratégias neoliberais. Mais uma vez, quem perde é o povo e, neste caso, perdem ainda mais as mulheres por se voltarem à esfera da dupla opressão entre capitalismo e patriarcado.

Nas entrevistas publicadas pelo jornal *Combate* com operárias da Sogantal, é perceptível uma preocupação constante das trabalhadoras com o isolamento da sua luta, e das lutas em geral. Redigiram manifestos em apoio a outras empresas, buscando sempre acompanhar o processo de lutas que se desenvolvia naquele momento. No decurso da luta da Sogantal e de centenas de outras empresas, algumas dificuldades são compartilhadas: contratempos no fornecimento de matérias-primas e escoamento dos produtos; dificuldades em manter a produção aumentam com o boicote dos fornecedores capitalistas, dos bancos e instituições governamentais e a ausência de capitais para a aquisição das matérias-primas necessárias. Neste momento, trabalhadores e trabalhadoras são forçados a recorrer em vão aos órgãos do poder para conseguirem fundos de investimento.

As trabalhadoras da Sogantal tentaram manter seus salários e suas possibilidades de subsistência até onde puderam e aguentaram. O sistema foi mais forte e a precariedade bateu-lhes à porta. Para algumas, até aos dias atuais.

4 FAMÍLIA E NATURALIZAÇÃO DA “MULHER”: ANÁLISE TEÓRICA

A centelha da Revolução de Fevereiro, marco da virada histórica na luta pela construção do socialismo no século XX, inicia-se com as mulheres tecelãs em Petrogrado, convocando a greve e encarando os embates da repressão por seus atos reivindicativos contra o sistema opressor e insalubre em que viviam. A consciência e sabedoria pelas fraquezas e necessidades por que passavam se mostravam presentes na face da mulher mãe, trabalhadora, doméstica, esposa que fizeram levantes açambarcando tanto mulheres trabalhadoras como homens e soldados.

Muitas foram as conquistas das mulheres após 1917, como o sufrágio universal, o direito ao divórcio, o casamento tornou-se civil, direito ao seu próprio dinheiro, tiveram a legalização do aborto sob licitação. O primeiro passo havia sido dado para compreender que a mulher era e é chave fundamental na busca por uma sociedade igualitária e que sem paridade entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida, esta busca se torna inviabilizada.



Ainda utilizando a União Soviética como exemplo, teremos a partir da década de 1930 um período de maior intensidade da contrarrevolução e do desmonte do Estado social soviético, recorrendo à família para um maior grau de burocratização, na manutenção de hierarquias e de disciplinar as camadas jovens da sociedade. As conquistas dantes tornaram-se perigosas demais para se sustentar um regime que não visava a igualdade social, econômica e política. É necessário compreender, portanto, como as instituições do casamento e família servem como perpetuadoras das relações de poder, e como a subordinação do feminino é uma das formas de manutenção da dominação e das “relações sociais de dominação” (STOLKE, 1980, p. 87).

Ser mulher na sociedade capitalista significa estar além de um campo de análise puramente econômico e social, mas envolve também os significados de um *status* do privado e das características que levaram a mulher ao nível de superexploração como algo “natural”. Não se pode, pois, iniciar uma discussão acerca de mulheres e feminismos sem ponderar condições como o casamento, a maternidade e o trabalho doméstico e como estes fatores foram propositalmente interligados de forma a favorecer o atual sistema de produção.

Ainda neste sentido, os conceitos de “família” e “mulher” devem ser compreendidos de acordo com a classe, seus significados são metamorfizados dependendo da posição social que se ocupa, tendo em vista que a classe dominante é a perpetuadora das condições estabelecidas para o jogo desta sociedade. Interessa analisar e compreender especificamente a mulher trabalhadora, a classe operária e as condições de subordinação que a elas são impostas.

Investigando-se uma vertente analítica do marxismo econômico, pautado apenas nas relações de produção, ter-se-á em vista que a emancipação da mulher esteve ao longo de muitos anos associada à sua possibilidade de trabalhar fora de casa, conquistar certa independência financeira e, a partir disso, desfrutar de certa liberdade e “igualdade”, uma vez que esta estaria finalmente inserida em uma cadeia de trabalho “produtivo”, ou seja, que gere capital.

Uma vez que o trabalho doméstico é normalmente considerado como improdutivo, quem o executa é automaticamente rebaixado e colocado à margem da subordinação. Desta feita, uma superação da divisão sexual do trabalho deve ser um objetivo dos estudos de gênero não apenas em sua face teórica, mas também prática.



Como destaca Stolcke (1980, p. 85), a condição feminina na sociedade capitalista está estritamente vinculada à significação da família e do casamento enquanto reprodutores da desigualdade social entre gêneros. O ponto chave seria, portanto, o poder de procriação, ou seja, da sexualidade feminina na base da reprodução das relações de classe, tendo, por exemplo, no casamento, uma ferramenta de subordinação com diferentes significados em diferentes classes. Nesta lógica, por mais que se incorpore as mulheres no “trabalho produtivo”, isto não irá desencadear a emancipação, uma vez que a raiz do problema está na subordinação familiar e no controle da sexualidade. A emancipação só irá ocorrer de fato quando a mulher for incluída na “produção social”.

As condições atravessadas pelas mulheres no âmbito da família enquanto instituições burguesas traduzem-se em um mecanismo de repressão e dominação da reprodução sobre o papel inferido à mulher. Engels irá tomar esta discussão (baseando-se também em notas etnológicas de Marx) em sua obra *A origem da família, da propriedade e do Estado* (1884), buscando nas relações de descendência, herança e família patriarcal como causadores da situação a que evoca às mulheres um papel especificamente de interesse para a reprodução do sistema capitalista. Partindo da premissa de que o papel da mulher estaria atrelado à monogamia na garantia da linhagem e em seus dotes naturais de maternidade, sua dependência econômica face ao marido e sua subordinação sexual são fatores que produzem com mais substância a sua legitimação.

Para Engels (1984, p. 61), a domesticação do papel feminino e da maternidade enquanto ofício fundamental seriam a causa da “*grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*”. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, e escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” [grifo do autor].

Ora, quando Engels defende que a partir do sistema de herança patrilinear, a necessidade de fidelidade da mulher tornou-se indispensável e ferramenta de controle para o sistema, compondo uma família nuclear monogâmica, onde o homem tem suas liberdades sexuais naturalizadas e a mulher não, pode se estar atribuindo que a subordinação da mulher está associada a sua função de procriar, condicionada a fidelidade sexual ao marido, colocando que a questão da reprodução está associada, portanto, no sentido de “produção”. Ao fim e ao cabo a libertação e reincorporação da mulher dar-se-á logicamente através de sua inserção à indústria social do trabalho (STOLKE, 1980, p. 89).



Logo, o principal ponto de reflexão é se a segregação feminina está atrelada à sua exclusão da “produção social” ou se está inserida no âmbito da perpetuação das relações de opressão, submissão e reprodução cingidas pela instituição da família, casamento e herança, instituindo à mulher a primazia no trabalho doméstico e na desvalorização que este trabalho representa socialmente. “Na sociedade de classes, em outras palavras, a divisão sexual do trabalho – a ‘domesticação’ das mulheres – é, em última instância, produto do controle dos homens sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres a fim de assegurar a perpetuação ao acesso desigual aos meios de produção” (Idem).

Esta posição marxista pode ser criticada ao passo que determina uma valorização apenas do trabalho de “produção”, conferindo valor única e exclusivamente ao trabalho que se produz materialmente, colocando a mulher, assim como a natureza, como algo a ser servido “passivo e dominado” (Ibidem, p. 90). Logo, atribui-se a inferioridade e subordinação da mulher ao trabalho doméstico, desvalorizando-o sob a ótica do trabalho a uma visão unicamente do capital e da produção. Percebemos que esta corrente analítica proposta por Stolcke corrobora com os impasses enfrentados até os dias atuais na luta feminista. A libertação da mulher e sua posição de equidade social não seriam possíveis apenas nos moldes de sua emancipação econômica, mas sim quando as amarras da construção social em torno das “obrigações” matrimoniais e da maternidade como algo destinado naturalmente às mulheres se findar.

Ainda há que se destacar a contradição existente – já ensaiada em alguma medida por Stuar Mill em *The Subjection of Women* - entre a ética liberal na concepção de que o mérito e a possibilidade de enriquecimento é responsabilidade de cada indivíduo, bastando que o mesmo se esforce a ponto de alcançar privilégios dentro da sociedade capitalista. Ora, se o sucesso é individual e indiferente aos fatores sociais, qual então é a necessidade da família nuclear e da aposta de que a monogamia (que sempre é cobrada socialmente para as mulheres) seja um fator diferenciador na linha de herança de uma família? Qual o sentido da obrigação doméstica que recai unicamente sobre a mulher, já que depende de cada indivíduo, independentemente do sexo, de suas lutas e sucesso profissional e social?

A formação da família burguesa nuclear e paternalista e, como já destacamos, sendo a classe dominante responsável por disseminar e hegemonizar os interesses sociais, exemplificará um modelo parecido nos outros estratos sociais, no qual a mulher necessariamente é a única responsável pelo lar, pelas atividades domésticas, pelo trato dos filhos e muito melhor se ainda trabalhar “para fora” e constituir renda a ser destinada



exclusivamente para o orçamento doméstico. Claro que este imperativo é fundamentado e de maior interesse, sobretudo para a burguesia, visto que esta tripla jornada feminina implica na produção gratuita de trabalho em suas próprias casas, sem transformar essas tarefas em algo capitalizado e, além disso, coloca na conta da mulher a responsabilidade pela reprodução biológica da mão de obra que manterá este sistema. Complexo e tremendamente inescrupuloso, o sistema capitalista não pode ser enxergado enquanto natural, tampouco espontâneo. Foi desenvolvido e pensado de forma a manter uma base de produção do sistema sem custos para determinadas atividades - como o doméstico -, no incentivo moderno da meritocracia e da submissão feminina como algo propositivo e ideal para o bom andamento da sociedade.

O nascimento, a criação e a “vocação *natural* das mulheres, não necessitam quaisquer habilidades especiais. Isto não é trabalho, e assim não merecem compensação além do assim chamado prazer de satisfazer os instintos mais íntimos de procriar e ver sua prole prosperar” (STOLKE, 1980, p. 102), o que obviamente não seria natural aos homens. A atividade doméstica é, portanto, desvalorizada e deixada à luz da função do trabalho masculino, de forma a legitimar sua preponderância sobre a escala social.

Autores e revolucionários como Leon Trótsky e Lenin também traçaram em perspectiva que o papel da mulher deve extravasar a esfera do trabalho em casa, sobretudo livrando-se da “escravatura doméstica” (SMITH, 2015). Neste aspecto, a mulher é vista como uma reprodutora de mão de obra, a responsável por garantir a existência e a reprodução da mão de obra trabalhadora dentro de casa, no âmbito doméstico e reprodutivo. Este aspecto traz em contrapartida o dobro de esforço necessário para a manutenção da família, visto que quanto mais filhos esta mulher tiver, mais recursos será necessário. Ainda nesse sentido, para Lênin (1971, p. 71),

a mulher, tendo de dedicar-se às tarefas domésticas, continua vivendo sob restrição. Para que haja a completa emancipação das mulheres e sua efetiva igualdade é necessário criar uma economia coletivizada e fazer com que as mulheres participem do trabalho produtivo comum. Apenas então as mulheres ocuparão a mesma posição que os homens... as tarefas domésticas... são, na maioria dos casos, as mais improdutivas, bárbaras e penosas dentre aquelas que elas executam.

Apesar da luta pela emancipação da tarefa doméstica e da inserção da mulher no trabalho dito produtivo, outras características da construção social em torno do papel feminino devem alterar-se. A posição de repressão dentro da instituição do casamento, por exemplo, é fator delimitante para que se discuta uma fronteira maior dos pontos de libertação feminina, em relação às construções sociais que naturalizam posições e obrigações por se ser mulher. De fato,



“uma revolução social será incompleta sem uma transformação radical das instituições – casamento e família – que são um dos pilares para a perpetuação da desigualdade sexual e social” (STOLKE, 1980, p. 87).

5 FEMINISMOS E HISTÓRIA SOCIAL

O termo feminismo reacende uma enorme colcha de retalhos de (re)significações e tende a distanciar-se da homogeneização do vocábulo. No entanto, o mesmo deve ser categorizado de forma a compreender as nuances das reivindicações e faces da luta da mulher. Demarcar o início do feminismo enquanto diligência dos direitos da mulher é algo muito impreciso, dado à multifacetagem das demandas e da dificuldade corrente de expressar-se em sociedades machistas e patriarcais. No entanto, com o marco da Revolução Francesa e o princípio do Iluminismo é que a demarcação da igualdade de direitos começa a ser marcadamente uma reivindicação, como, por exemplo, Olympe de Gouges que em 1791 irá declarar a igualdade entre homens e mulheres frente aos direitos institucionais. Reivindica, que “a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum”. Guilhotinada em Paris em 1793, Gouges terá deixado o que pode se considerar o primeiro documento público a circular na reivindicação clara dos direitos da mulher. Também em 1792 Mary Wollstonecraft irá publicar o manifesto de *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, dando início à intensa luta que irá ter raízes na Inglaterra pela igualdade jurídica entre homens e mulheres, sobretudo ao direito de sufrágio universal, que irá capilarizar em diversos outros países ao longo dos séculos XIX e XX.

A dinâmica do século XX será intensificada por fatores ainda não presenciados na história, com um intenso desenvolvimento tecnológico (também como consequência da potência vivenciada em Guerra) irá possibilitar ondas migratórias e uma superprodução desenfreada na intensificação de uma sociedade de consumo. A luta das mulheres neste cenário encontrará dificuldades nas sociedades autoritárias que se estabeleceram neste período, mas também uma vaga possibilitadora de reivindicações no espectro da mudança. Seja pela luta das mulheres negras nos Estados Unidos, pelas sufragistas ou pelas operárias de todo o mundo, as possibilidades se alargaram e isso não terá passado batido.

No campo da História e, mais especificamente da História Social, convém resgatar e reclamar o estudo de gênero enquanto protagonistas de um “fazer-se história”, de perceber os motivos e causas da exploração e segregação feminina para se chegar ao entendimento do por



que as mulheres por tantos anos foram colocadas em segundo plano ou como meras coadjuvantes na historiografia mundial. A necessidade que se impõe atualmente, pressupõem-se, é desmistificar o estudo de gênero dentro da História Social como militância desvinculada de aporte teórico e analítico para se compreender historicamente o papel desempenhado pelas mulheres.

No campo da sociologia, antropologia e mesmo da história, há definições das etapas do feminismo como “ondas” que, tal como uma gota que pinga em uma superfície plana, propaga ondas ao redor de si mesmas, prolongando proporcionalmente para fora do epicentro do contato. O número de ondas é debatido conforme a percepção analítica do que cada uma representa. A primeira, unanimemente trata da luta pelos direitos políticos, sociais e econômicos nos séculos XIX e XX, sobretudo na luta pela igualdade institucional. Já a segunda onda pode ser categorizada a partir da década de 1960, quando as reivindicações giram em torno da liberdade de seus próprios corpos e prazeres, contra a noção patriarcal (PEDRO, 2011, p. 271), muito mais analisado e debatido no campo da sociologia e antropologia. A categorização feita por Joana Pedro (2011) atende sistematicamente o que ela entende serem três ondas: 1970: “mulher” unidade; 1980: “mulheres” em abrangência às negras e ao terceiro mundo; 1990: “relações de gênero” sobre a virada linguística, ao pós-estruturalismo, sobretudo por Judith Butler.

Especificamente no campo da História, o caminho trilhado percorreu o estudo da “História das Mulheres” que, embora importante por levantar questão da mulher na história, ficou restrita muitas vezes à análise descritiva e que não reforçaram consequências analíticas do saber histórico dentro deste contexto (PINSKY, 2009, p. 161), e/ou, ainda, dando importância às grandes figuras aristocráticas ou ligadas a personagens míticas ou famosas o que, em geral, volta-se para um estrato social que não o da classe operária, por exemplo. A virada neste campo deu-se, sobretudo a partir da problematização conceitual entre “sexo” e “gênero”, um importante ponto de inflexão na área de história dos anos 90.

Joan Scott publicará nos Estados Unidos um artigo na *The American Historical Review* (1986), que na versão para o português intitula-se “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, onde a autora fará uma crítica à História e a forma organizacional de se perceber as diferenças de sexo, sendo a narrativa histórica sempre tendente à reprodução social do momento da escrita. Falar de gênero significava, portanto, a relação entre homens e mulheres, mulheres e homens, uma construção do que seria gênero.



No entanto, a utilização do termo e da funcionalidade de “gênero” não foi utilizada com vontade pela historiografia, tendo sido adotada com mais vigor em outras áreas, em geral com caráter interdisciplinar, numa constante dificuldade em relacionar as disputas entre categorias como “gênero” e “feminismo”. Gênero estaria associado ao trabalho de acadêmicos enquanto feminismo, teoria feminista ou filosofia feminista estaria mais próximo à militância (PEDRO, 2011, p. 274). Para a autora Teresa Aguilar García, estaríamos vivendo na “terceira onda”, a da pós-modernidade, enquanto ainda existe uma “quarta onda”, a da teoria *queer* de Judith Butler, na quebra das análises binárias entre natureza (sexo) e cultura (gênero), onde o sexo não seria algo naturalmente constituído, sendo “um ideal regulativo materializado num corpo por meio de práticas normativas reiteradas” (Ibidem, p. 275).

Podemos demarcar, portanto, a distinção de análise entre a História Social da corrente historiográfica de vertente marxista com Louise Tilly, Eleni Varikas e Catherine Hall, composta, sobretudo, por Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Natalie Davis, Michelle Perrot e, também, do pensamento pós-estruturalista, sobretudo com Joan Scott e Judith Butler sob influência das obras de Foucault e Derrida. Apesar das diferenças de análise e perspectiva, ambos os grupos irão recorrer a compreender gênero enquanto categoria analítica, sendo na narrativa ou na experiência. É importante ressaltar que a organização histórica de classe também deve ser percebida em sua relação de gênero e como essa construção e estes papéis assumem diferentes importâncias para a escrita da história.

Neste percurso historiográfico dos conceitos, pode-se salientar dois importantes pontos de análise que permitiram uma desmistificação do estudo de gênero enquanto apenas militâncias, mas afirmando seu embasamento próprio de categoria analítica: o questionamento sobre o termo “sexo” por remeter-se ao biológico que encontra suas raízes no século XIX em um processo de justificativa das desigualdades sociais em países colonizadores, onde se estabelece definições “naturais” para o que de fato é social (STOLCKE, 1980, p. 94-95), tendo, portanto, sua substituição por “gênero” enquanto uma relação cultural, uma “construção social das diferenças sexuais” (PINSKY, 2009, p. 162) e a utilização acadêmica do conceito “feminismo” enquanto defesa dos direitos das mulheres com base na igualdade política econômica e social.

Dentro desta discussão conceitual na historiografia, sobretudo na “segunda onda”, temos a oposição entre análise social baseada no marxismo e o pós-estruturalismo, colocando de forma prática as delimitações linguísticas, de discurso, diferenças e desconstrução enquanto



formadoras do todo social e não apenas questões de representação teórica. Já em correntes de análise histórica marxista, levar-se-á em conta que é no sistema capitalista que estas relações de poder se intensificam e que é dentro deste sistema que o controle da força do trabalho feminino envolve também a sua domesticação, sua posição subalterna dentro das relações familiares e conjugais, partindo de uma necessidade deste sistema em realizar a manutenção do fator reprodutivo e de ter um “exército de reserva” com baixo custo. Compreende-se que, apesar da importância em se levantar diferentes propostas teóricas de análise e do endossamento no pós-estruturalismo em compreender a mulher enquanto sujeito histórico e a categorização de gênero enquanto uma possibilidade analítica, ou na corrente marxista em pensar as relações de classe, poder e produção, não é possível constituir uma pesquisa historiográfica indissociando elementos destas duas correntes. É necessário ter-se em conta as atribuições históricas aos conceitos que utilizamos em nossa escrita histórica de forma a compreender suas subjetividades e significações na prática social. Em paralelo, perceber os modos de produção a que estamos submetidos e como estas relações se constituem na opressão do feminino, é, fundamentalmente, ângulos de visão que precisam colidir para termos progresso na concretude no campo do estudo de gênero na historiografia.

Logo, enquanto historiadoras e historiadores de uma vertente que pensa o todo social, problematizar o papel histórico da mulher em trincheiras específicas ou mesmo de forma a teorizar os aspectos específicos desta luta, torna-se um objeto pertinente e muito necessário na concretização no campo da História Social. Não se trata aqui de perceber a “participação” da mulher em determinados eventos. As mulheres não participam de eventos protagonizados por homens ou eventos nitidamente masculinos. Elas estão estreitamente ligadas a estes acontecimentos mesmo que de forma embaraçada e escondida pelos determinantes a que se pretende, ao pesquisar e escrever História, desfazermos. Neste caso, as categorias de análise “gênero”, “mulher”, “feminismo”, contêm em si próprias, histórias, construções.

6 CONCLUSÃO

De forma objetiva, buscou-se apresentar uma breve discussão sobre o campo de pesquisa histórica sobre gênero na historiografia ocidental, sobretudo na história social. Passando por diferentes momentos, o estudo da mulher ainda encontra-se em constante formação e debate, sendo importante manter este campo possível e vivo para análise. A luta pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres deve ser feito visando o bem comum, na



desconstrução da naturalidade presente no machismo e nas relações de poder entre os sexos. A principal arma do pós-modernismo e do feminismo liberal é dividir e individualizar as lutas, contribuindo para um estado de superexploração e desigualdade, de criar diferenças e oprimi-las. Conclui-se, neste ponto que enquanto historiadores do âmbito social, cabe-nos a função de aprofundarmos e problematizarmos esta dúbia relação entre gênero e um marxismo reflexivo, entre homem mulher, igualdade e poder, sobretudo no âmbito da luta feminina no Portugal contemporâneo.

Sobre o caso das operárias da Sogantal, é correto afirmar que a autogestão, por si só, não deu conta de responder às demandas de uma nova estruturação de uma sociedade não capitalista, funcionando como bolsões de resistência. Para Phil Mailer (1978), enquanto permanecesse o regime capitalista, tudo isto não passava de autogestão da sua própria exploração: não se abolia a troca da força de trabalho por salários.

O fortalecimento da identidade coletiva fez com que trabalhadores, reunidos nos organismos coletivos, identificassem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. Em Portugal, não foram poucos os esforços dos trabalhadores em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as unidades coletivas de produção da Reforma Agrária e ainda com as comissões de moradores dos bairros populares. A urgência da unificação era sentida pelos trabalhadores, como está expresso no informativo da Sogantal: “Camaradas, não podemos permitir que tentem isolar as lutas destas e de outras lutas. Os nossos problemas são os mesmos de todos os trabalhadores. Só unidos e organizados os resolveremos” (COMBATE, 1974). Porém, apesar dos esforços da classe operária em estabelecer a ligação entre as empresas autogeridas e entre essas e as comissões de trabalhadores e moradores, culminando na constituição da Comissão Inter-Empresas, que abrangia toda a Grande Lisboa, a unidade das lutas não desenvolveu um processo amplo e geral, a não ser no interior das unidades de produção, pois aí verifica-se que os trabalhadores e trabalhadoras, unidos na luta, tentaram conquistar a sua autonomia.

Devido às debilidades do processo revolucionário português e às suas dificuldades em encontrar um desfecho para de fato uma via socialista, a democracia capitalista acabou por se impor pela força, através do golpe militar do 25 de Novembro: pela recuperação das lutas o capitalismo democrático renovou os seus quadros de gestão e organização do processo produtivo e tomou a democracia eleitoral como seu modelo político. Para as mulheres, algumas conquistas perduraram ao longo dos anos, muitas outras foram perdidas, mas a lógica patriarcal



e a precariedade da classe operária feminina ainda são elementos presentes até hoje, com uma neblina a esconder os salários mais baixos, a dupla jornada de trabalho, o assédio moral e sexual no local de trabalho e a violência machista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRADAS, Ana. **As Clandestinas**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

BARRETO, A. *A situação social em Portugal. 1960-1995*. Lisboa: ICS UL, 1996, p. 161. *Apud* CARVALHO, Luís Pedro Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril**: do Marcelismo à queda do Estado Novo. Dissertação apresentação para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2009.

CABREIRA, Pamela Peres. **“Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades!”**: Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). (Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, bar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOUGES, Olympe. (Marie Gouze) **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. 1791. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>>. Acesso em 15 jan 2018.

LENIN, V. I. **La emancipación de la mujer**. Moscou, 1971.

MAILER, Phil. **Portugal**: a revolução impossível? Porto: Afrontamento, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1975.

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado**: Revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PEDRO, Joana. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. **Topoi**, v.12, n.22, jan/jun, 2011, pp. 270-283.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.



PINSKY, Carla Bassanezi. *Estudos de Gênero e História Social. Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1), 296, jan-abril, 159-189, 2009.

ROCHA, Edgar. *Crescimento econômico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. Análise Social*, vol. XX (84), 1984-5, pp. 621-644.

RODRIGUES, Francisco Martins (org.). **O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.

SMITH, Sharon. *Marxismo, feminismo e a libertação da mulher*. 2015. Disponível em: <<https://feminismosemdemagogia.wordpress.com/2015/05/24/marxismo-feminismo-e-a-libertacao-da-mulher-por-sharon-smith/>>. Acesso em: 14 jan 2018.

SOUSA, Antónia. **O mercado de trabalho e a mulher**. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STOLCKE, Verena. *Mulheres e Trabalho*. São Paulo, **Estudos Cebrap**, n.26, 1980.

VAQUINHAS, Irene. “*Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História*”. **ex æquo**, n. 6, pp. 147-174, 2002.

VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões; ALCÂNTARA, Joana. *A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. Outros Tempos*, vol.11, n.17, 2014.

VIEIRA, A. Celeste. **Mulheres em luta: a educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960-1986)**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2018.

FONTES

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

Avante! Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974.

Avante! Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973.

Avante! Ano 43, série VI, n. 458, outubro de 1973.

Combate. “A luta da Sogantal é a luta de todos nós Trabalhadores” 13/09/1974; “Encontro Sogantal e Charminha” 20/08/1974.



Jornal da Sogantal. n 1. “O nosso primeiro comunicado”. Disponível em:

<https://ephemerajpp.com/2018/04/27/luta-das-operarias-da-sogantal-agosto-1974/>

Lucia Palma; entrevista concedida às autoras em setembro de 2018, Samouco, Portugal.
Combate, ano I, n.6, 13/09 a 27/07/1974.

Recenseamentos da População, INE, IP. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas.** Lisboa:
Instituto Nacional de Estatística, 2014.



O corpo também é um agente político: a resistência à Ditadura Civil Militar através do filme Tatuagem.

Stella Ferreira¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 04/01/2020

RESUMO

O artigo propõe uma breve discussão sobre Cinema e História procurando perceber este objeto como uma fonte de pesquisa para a construção do saber histórico e a sua potencialidade para explorar diversas temáticas na historiografia. Na segunda parte, discutiremos a questão da homossexualidade no período da Ditadura Civil Militar brasileira (1964 -1985). Utilizando como fonte principal, para elucidar este assunto, será utilizado o filme *Tatuagem* realizado pelo diretor Hilton Lacerda. Tendo como perspectiva de que o regime instalado no Brasil com o golpe de 64 era repressivo não apenas no âmbito político, mas também no campo social e que procurava cercear as liberdades tanto de gênero como sexuais, procuraremos através do material audiovisual escolhido tratarmos de algumas questões em que os personagens ao fazerem resistência ao governo exploram esses temas. Além deste material audiovisual traremos alguns estudos que também se dedicam a pensar a problemática da ditadura brasileira que procurava manter uma moral conservadora entre os cidadãos.

Palavras-chave: Ditadura civil militar. *Tatuagem*. Cinema.

ABSTRACT

The article proposes a brief discussion on Cinema and History seeking to perceive this object as a source of research for the construction of historical knowledge and its potential to explore various themes in historiography. In the second part, we will discuss the issue of homosexuality in the period of the Brazilian Military Civil Dictatorship (1964-1985). Using as the main source, to elucidate this subject, the film *Tattoo* made by director Hilton Lacerda will be used. With the perspective that the regime installed in Brazil with the coup of 64 was repressive not only in the political sphere, but also in the social field and that sought to curtail both gender and sexual freedoms, we will seek through the audiovisual material chosen to address some issues in which the characters in resisting the government explore these themes. In addition to this audiovisual material, we will bring some studies that are also dedicated to thinking about the problem of the Brazilian dictatorship that sought to maintain a conservative morality among citizens.

Keywords: Military civil dictatorship. *Tatuagem*. Movie theater.

¹ Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: stellaferreira.m@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9790574655359572>



1. INTRODUÇÃO

O cinema possui dentro de si complexidades interdisciplinares apresentando-se não apenas como um material composto por imagens, mas constituído de material de sonorização, de focos de câmeras, de edições e de toda a influência de uma equipe de pessoas que o idealiza, o produz e o realiza. Portanto, o historiador para trabalhar com material cinematográfico como objeto histórico precisa dedicar-se ao conteúdo que é explicitado, mas é imprescindível que analise toda a “bagagem” que este material audiovisual carrega na sua constituição. Partindo da perspectiva de que os filmes podem se constituir como uma fonte historiográfica, utilizo a interpretação de historiadores que colocam os filmes na condição de uma imagem-objeto e também como agente da história. O que nos possibilita analisar as obras fílmicas enquanto uma consequência cultural do mundo que as cerca e que as produziu.

O recorte temporal que analisaremos neste artigo está centrado no ano de 1978. Ano este que se encontra inserido dentro de um período da história brasileira muito maior marcada por uma ditadura repressiva que durou 21 anos e que após seu término deixou marcas e consequências sociopolíticas percebidas até os dias atuais. A Ditadura Civil Militar foi instalada no Brasil dentro de um contexto político mundial de Guerra Fria, em que a geopolítica se encontrava dividida basicamente entre zonas de influências capitalistas e comunistas. As Ditaduras que ocorreram na América Latina se apresentam com um caráter de intervenção para garantir a suposta segurança nacional de países que pertenciam ao bloco capitalista. No Brasil, o objetivo intervencionista não se apresentou diferente do exposto acima. Ela foi estabelecida para frear o seguimento de uma política reformista que se encontrava em desenvolvimento no governo do então presidente João Goulart. Além disso, foi a responsável por suspender um visível crescimento e fortalecimento nas lutas populares, assim como se posicionou contra qualquer projeto que pudesse ser identificado como uma ameaça socialista/comunista.

Dessa forma, a ditadura brasileira possuía intrinsicamente um caráter oligárquico de forma geral e uma aproximação internacional aos Estados Unidos. Ela adota e reinterpreta para o seu contexto brasileiro o conceito estadunidense de Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e se configura como um regime de exceção, que é marcado pela repressão política e social e pelo forte e constante argumento da aniquilação de um suposto inimigo interno que ameaçaria a seguridade do Estado. Tal argumento também possibilitou que uma política de Terrorismo de Estado (TDE) estivesse embutido em todo esse sistema apresentado. Portanto, a Ditadura Civil Militar brasileira, além da repressão política, é constituída por um período em que a violência contra



setores da população foi institucionalizada e foi marcada por torturas física e psicológicas, execuções extrajudiciais, prisões políticas, exílios e desaparecimentos sendo muitos até hoje não solucionados.

Para trabalharmos o período ditatorial brasileiro o filme selecionado é *Tatuagem*, audiovisual de estreia do diretor pernambucano Hilton Lacerda e que foi realizado no ano de 2013. O filme pode ser apresentado através da sinopse:

Brasil, 1978. A ditadura militar, ainda atuante, mostra sinais de esgotamento. Em um teatro/cabaré, localizado na periferia entre duas cidades do Nordeste do Brasil, *um grupo de artistas provoca o poder e a moral estabelecida com seus espetáculos e interferências públicas*. Liderado por Clécio Wanderley, a trupe conhecida como Chão de Estrelas, juntamente com intelectuais e artistas, além de seu tradicional público de homossexuais, *ensaiam resistência política a partir do deboche e da anarquia*. A vida de Clécio muda ao conhecer Fininha, apelido do soldado Arlindo Araújo, 18 anos: um garoto do interior que presta serviço militar na capital. É esse encontro que estabelece a transformação de nosso filme para os dois universos. A aproximação cria uma marca que nos lança no futuro, como tatuagem: signo que carregamos junto com nossa história² (grifos da autora).

Nesse artigo, procuramos apresentar uma breve discussão sobre o cinema e seu uso na história, traremos como alguns historiadores se dedicam a trabalhar o material fílmico como fonte histórica. Além de tentaremos compreender e contextualizar o período apresentado no filme com o período histórico utilizado e por ele e retratado pelo diretor e equipe discutindo pontos destacados.

2. CINEMA E HISTÓRIA

Antecipadamente da História virar seus olhos para as produções audiovisuais e perceber nesses materiais a existência da potencialidade de serem utilizados como fonte histórica, os cineastas e roteiristas já atentavam para a possibilidade da relação entre Cinema-História e utilizavam do campo histórico para a construção de roteiros para filmes e documentários que pudessem conquistar e serem assistidos pelos telespectadores.

As produções cinematográficas começam a ganhar status no campo epistemológico da História e terem notada a relevância política e social que possuíam a partir da sua massiva inserção na sociedade. Segundo a pesquisadora Mônica Kornis (1992, p.240) é possível datar essa mudança na perspectiva de se ver as produções audiovisuais de forma concreta a partir da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), apesar de já se possuir registros de trabalhos que colocavam o

² Sinopse retirada do site do filme *Tatuagem*. Disponível em: <http://www.tatuagemofilme.com.br/>. Acesso em: 11/04/2019



filme como documento histórico desde 1989. Contudo os “soviéticos e os nazistas foram os primeiros a encarar o cinema em toda sua amplitude, analisando sua função, atribuindo-lhe um estatuto privilegiado no mundo do saber, da propaganda, da cultura.” (FERRO, 1992, P.72). Percebendo as mudanças na forma como a sociedade estava se relacionando com o mundo, e diante das novas demandas que a modernidade estava trazendo para o cotidiano e para a pesquisa histórica, alguns historiadores, a partir de meados dos anos 60, começaram a debater, problematizar e explorar a utilização

Principalmente com a Nova História - os debates historiográficos e a renovação do material que poderia ser passível de utilização como documento para se realizar uma pesquisa histórica - foi possível analisar e observar a produção cinematográfica como um instrumento que pode ser utilizado para a construção de um saber cientificamente histórico³. Pode-se apontar que a partir dos anos 1970 um enfoque mais especializado no estudo da relação entre Cinema e História deu seu ponto de partida sendo apontado o historiador francês Marc Ferro como um dos fomentadores dessa temática. Para Ferro, a abordagem analítica não deve ser a partir de uma perspectiva de uma obra de arte, mas o historiador o aborda como uma testemunha representativa, uma imagem-objeto, um produto. Para o historiador quando compreendemos a realidade que a obra cinematográfica representa será possível constituir importantes descobertas, pois segundo o autor estes lapsos “ajudam a descobrir o latente por trás do aparente”. Defende que um filme nunca se limita ao que é visivelmente exibido e acaba por exceder o seu conteúdo, oportunizando, portanto, que se atinja zonas esquecidas ou ocultas da própria História.

A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso, é totalmente suportável: significaria que a imagem, as imagens, esses passantes, essa rua, esse soluço, esse juiz distraído, esse pardiciro em ruínas, essa jovem assustada, constituem a matéria de uma outra História que não a História, uma contra-análise da sociedade? (FERRO, 1992, p. 86)

Em seus escritos Marc Ferro defende a ideia de que os filmes apresentam o “não visível através do visível”, o que reafirma sua posição de que o cinema é mais que uma montagem de imagens e sons.

³ Na obra, Fazer História, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, Marc Ferro possui um artigo onde discute a utilização do cinema como possibilidade de objeto historiográfico. Para fins de consulta: FERRO, M. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J., NORA, P. (Orgs.). História: novos objetos. Trad.: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.



Para ambos autores para o pesquisador trabalhar o filme sendo um documento deve possuir uma visão analítica sobre ele. A perspectiva de trabalho de Marc Ferro está muito alinhada à apresentada pela pesquisadora Cristiane Nova que indica diretrizes possíveis a se seguir para a realização da análise fílmica. Em seu trabalho, Nova discorre que após a escolha de seleção dos filmes que serão utilizados enquanto documentos deve-se partir para uma crítica externa do filme, que segundo a autora consiste em⁴:

[...] resgate da cronologia da produção do filme (período de produção e de lançamento); verificação e comparação da versão da película a ser utilizada (no caso de existirem mais versões); as alterações realizadas pela censura; levantamento da equipe técnica de produção, dos seus custos de produção, das fontes financiadoras e de outros fatores importantes (como o público-alvo, por exemplo) do processo de produção. Nesta etapa, parte-se para o estudo, mesmo que superficial, da biografia dos produtores do filme: a que classe social pertencem, que tipo de filmes já produziram, quais as características mais gerais dessas produções e em que elas se assemelham à película que está sendo pesquisada etc.

Após essa análise inicial do filme que fornece ao pesquisador o contexto social do filme e dos responsáveis pela produção, pode-se partir para a análise do conteúdo fílmico.

Primeiramente, deve-se buscar, no seu conteúdo, tudo aquilo que se coloca de forma explícita, seja nos diálogos, na indumentária, nos gestos, no enredo e no seu sentido mais geral, ou seja, extrair dele o que é dito de forma direta. Posteriormente, deve-se passar para a análise do que, no filme, está presente de maneira implícita, isto é, todo o conteúdo existente nas suas entrelinhas, tudo aquilo que os produtores queriam que chegasse ao espectador, mas não o fizeram, por algum motivo particular, direta e claramente.

A esses dois tópicos da análise Nova chama de objetivos conscientes, ou o que Ferro chama de visível, pois acredita estarem conectadas com as intenções presentes naqueles que produziram o filme. Salaria a importância dessa análise para o estudo de filmes que são utilizados como material propagandístico ou como material de contestação em regimes autoritários. Após olhar o conteúdo visível, o foco passa para a análise dos elementos inconscientes.

A terceira etapa da análise diz respeito à descoberta dos elementos inconscientes existentes no filme, ou seja, a tudo o que existe na película que escapou à atenção ou ultrapassou as intenções de quem a produziu. Nesta, devem ser buscados tanto os elementos inconscientes presentes no filme que documentem em nível individual o autor, como, em nível mais geral, a sociedade. É nesta etapa que a ideologia deve ser decodificada de forma mais intensa. Afinal de contas, o processo de ideologização de uma sociedade ultrapassa a esfera da consciência plena e só se consubstancializa no momento em que a ideologia é interiorizada e passa a fazer parte daquele universo ao

⁴ Essa sistematização se encontra presente no artigo: NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da História. Clio História, Textos e Documentos.



qual se denomina comumente de "normal" (quando passa, então, a ser dominante) e do qual poucos são conscientes.

Por último, a historiadora salienta que para finalmente o material fílmico possa ser considerado um documento historiográfico passível de utilização deve-se

[...] partir para uma última que consiste na comparação do conteúdo apreendido do filme com os conhecimentos histórico sociológicos acerca da sociedade que produziu o filme e com outros tipos de filme, para então sintetizar os pontos em que o filme reproduz esses conhecimentos e, por outro lado, os elementos novos que ele apresenta para a compreensão histórica da mesma.

Partindo da metodologia apresentada é possível nortear algumas possibilidades de serem exploradas pelo historiador que se dedica a transformar um filme ou documentário em um documento de fonte histórica.

A potencialidade do material audiovisual está também em conseguir avançar os limites impostos por aqueles que os criou ou que os produziu. Marc Ferro denominou estes deslizes, também apontados por Cristiane Nova na metodologia acima, que fogem do poder consciente dos criadores de uma “contra-análise da sociedade”, pois nessas lacunas é possível notar, muitas vezes, uma contra história que contrapõe o possível discurso vigente e vencedor de uma sociedade, um processo histórico ou acontecimento específico que só possui uma versão revelada.

Possuindo a compreensão de que o filme pode ser uma imagem-objeto e que é constituído através de imagens que são selecionadas e manipuladas, assim como são muitas vezes os documentos escritos, e fazem uma representação histórica que podem servir como fonte primária para o historiador, também o pesquisador José D’ Assunção Barros alinhado com que já apresentava Ferro em seus escritos considera a possibilidade do filme possuir um papel de agente da História explanando que se “o cinema é ‘agente da história’ no sentido de que interfere nela direta ou indiretamente, ele também é interferido todo o tempo pela história, que o determina em seus múltiplos aspectos” (BARROS, 2011, p. 180). Com esta interpretação em atuação o cinema deixa de ser um objeto, de se encontrar em passividade na relação, e passa a ser considerado um sujeito ativo da História. O autor salienta as formas como o cinema pode ser visto como um agente histórico deixando de ser assim somente uma imagem-objeto submetida pela História passando a estabelecer uma relação de dualidade não hierarquizando assim a ciência acima da arte.



[...]do Cinema, podem se apropriar poderes diversos que “agem” na História; e que, de outro lado, o Cinema também pode se apresentar como campo de resistência a diversos poderes instituídos. Por isto, vale dizer que, em todos estes casos, o Cinema tem sido um poderoso ‘agente histórico’ desde os anos que o viram surgir (BARROS, 2016, p. 22)

Um beneficiando e influenciando o outro. Portanto, o cinema pode ser um agente histórico como também pode sofrer alterações no processo histórico e passar a ser visto como um produto dessa sociedade. Barros elenca as faces que o cinema se apresenta como agente histórico: através da Indústria Cultural e pelas ações estatais e diversos usos políticos.

Ressalta a importância que o cinema possui como ferramenta para os poderes instituídos sendo utilizado, muitas vezes, como meio de comunicação e veículo de ideias e de ideologias. Contudo, assim como serve para o poder instituído também os filmes servem para o poder de resistência, que o autor chama de Contrapoder. Nesta condição, apresentada por Barros, o cinema subverte a condição de instrumento de dominação e passa a ser um mecanismo de resistência. E assim como Cristiane Nova e Marc Ferro, José de Barros acredita também nos lapsos que os filmes podem nos proporcionar oportunizando perceber através das imagens um contra discurso.

Por todos esses usos políticos possíveis apresentados pelo autor é explicitado a ligação que muitas vezes o Cinema possui com uma esfera que permeia nossa vida em diversos âmbitos: o Poder. A partir disso sugere que os filmes tanto são úteis para se pensar uma História Cultural (através de suas representações e interpretações) quanto para a História Política.

O Cinema, considerado como agente histórico, pode ser por isto compreendido mais propriamente como um feixe de agentes históricos diversos – e se ele permite um estudo sistematizado das relações políticas, permite também um estudo acurado das práticas e representações culturais. Daí seu simultâneo interesse tanto para a História Política como para a História Cultural (BARROS, 2016, p. 26).

As possibilidades de exploração da relação entre Cinema e História são múltiplas. Diversos historiadores atualmente se debruçam a essa temática proporcionando cada vez mais o enriquecimento do debate e trazendo com suas reflexões e epistemologias novas visões sobre a construção do saber histórico.

3. A LUTA PELA LIBERDADE DOS CORPOS E DO SEXO: GÊNERO E SEXUALIDADE COMO ARMA POLÍTICA

Como já apontado, o filme *Tatuagem* foi realizado no ano de 2013, mas se ambienta no ano de 1978. Apesar de ter uma diferença de 35 anos entre o período ambientado e o período



de realização quando tratamos de um período repressivo, como o que ainda figurava na época, e quando possuímos as sequelas ainda latentes na atualidade, os questionamentos, as frustrações e os enfrentamentos que aparecem em cena - e divergem do discurso oficial - acabam por se reintroduzir no presente, oportunizando debates e resgate de memórias esquecidas ou silenciadas.

Na data de 1978 o regime de exceção, apesar de ainda vigente, já passava por um processo de esgotamento. Em 1973, a crise do petróleo fez com que a economia brasileira que vivia um momento de aparente prosperidade, inclusive sendo denominado este período como “milagre econômico”⁵, demonstrasse a sua fragilidade e perdesse o apoio da classe dos empresários e da classe média alta, setores que até aquele momento se constituam como uma base de apoio favorável ao governo. Mostrava-se também um desgaste aos mecanismos de repressão utilizados para enquadrar os movimentos sociais e políticos (lembrando-nos que nesse período as organizações armadas de oposição já se encontram dizimadas). E toda essa conjuntura, principalmente social e econômica, criava um clima de tensão que começava a se tornar insustentável para o regime que na tentativa de não ter seus planos interrompidos de forma abrupta reagiu apresentando um projeto de distensão que, a longo prazo, prometia a redemocratização do país. Logo, a segunda metade dos anos 70 no Brasil pode ser marcado como o encaminhamento da promessa - feita ainda quando o general Ernesto Geisel estava disposto como governante do Estado brasileiro - de realização do processo de abertura política “lenta, gradual e segura”. Tal iniciativa seria complementada pelo seu sucessor, o então general João Figueiredo, quem, por sua vez, assumiu dar sequência àquele projeto anunciado acrescentando que “faria deste país uma democracia”⁶. A expectativa de que os anos repressivos chegassem ao fim então começava a emergir e as manifestações sociais que foram fortemente reprimidas, desde o golpe em 1964, ressurgiram no campo político. O movimento sindical, o movimento estudantil assim como a emergência de outros movimentos como o de mulheres feministas são exemplos que podem ser citados para vermos o ressurgimento de

⁵ Entre o período de 1968 e 1973 o país apresentou um progressivo aumento de PIB e crescimento econômico. Este ciclo foi denominado de milagre econômico. O milagre econômico foi um produto de uma confluência histórica, onde condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foram a ideia da legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados, e, ainda, o nacionalismo das forças armadas brasileiras, que fizeram inevitável a opção pelo crescimento, em lugar da construção de uma ordem liberal como fazia a vizinha Argentina. Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações de questões como equidade, ou de melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime. (EARP e PRADO, 2003)

⁶ <http://memorialdademocracia.com.br/card/figueiredo-assume-ditadura-em-fase-final>



velhas e novas forças que se fizeram presentes na luta como oposição ao governo vigente, reivindicando seus direitos e exigindo ter suas vozes ouvidas pelo Estado brasileiro.⁷

Em 1978 apontamos o surgimento de Comitês Brasileiros pela Anistia (sendo o primeiro fundado no Rio de Janeiro), que tinham como intuito “investigar os assassinatos de presos políticos e divulgar os nomes dos desaparecidos, editavam jornais e panfletos, organizaram manifestações e denunciavam a tortura e a violência da ditadura.” (PADRÓS e GASPAROTTO, 2010, P.40)

Assim como a sociedade estava se organizando para o término da ditadura, o presidente já tomava medidas que indicavam a prometida distensão e abertura.

O derradeiro passo do governo Geisel de abertura lenta, gradual e segura foi a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, votada pelo Congresso Nacional. A emenda que revogou os Atos Institucionais e Complementares, banuiu as penas de morte e de prisões perpétuas que haviam sido impostas pelo regime militar, criou as figuras das Medidas de Emergência e do Estado de Emergência ao lado do tradicional Estado de Sítio, recuperou parcialmente as prerrogativas parlamentares, manteve a aprovação por decurso de prazo dos decretos-leis não votados pelo Congresso Nacional em tempo hábil, afirmou a fidelidade partidária e fez alterações nas exigências para a criação e funcionamento de partidos políticos a fim de que o bipartidarismo imposto pudesse vir a ser substituído por um pluripartidarismo composto por quatro a seis partidos (COELHO, 2010, p. 152).

Mudanças substanciais também viriam a acontecer no ano de 1979: dentre eles é imprescindível citar o processo de Anistia que seria assinado naquele ano abrindo a possibilidade de que diversos brasileiros exilados regressassem ao país e, além disso, o fim do bipartidarismo que esteve presente no sistema político desde 1966.

Todo este contexto foi apresentado para compreendermos o ambiente em que o filme nos insere e para elucidar algumas manifestações e comportamentos que são apresentados por personagens durante algumas cenas. Como de fato já dito, o processo de reabertura estava em curso e o sentimento de esperança e expectativa era um elemento presente daqueles que continuavam se opondo à ditadura.

O diretor não deixa de demonstrar através de seus personagens e diálogos essa expectativa projetada para um futuro que devia ser diferente daquele presente vivenciado. A presença mais marcante quanto a esse sentimento de mudança que está ocorrendo é apontada no personagem Joubert. Suas falas exemplificam esse sentimento quando diz: “Estamos em um momento de comprar as nossas roupas para o desfile que ainda está por vir.” Ou quando o personagem

⁷ GREEN, James Naylor. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.



projeta e deposita confiança no futuro: “Quando todos os jovens estiverem velhos e todas as dores estiverem contidas estamos no futuro. [...] E aqui no olho do futuro começa nossa não história. Aqui começamos a fazer a pintura rupestre de um novo tempo”.

É possível perceber em seus poemas e manifestos declamados dentro da apresentação do grupo Chão de Estrelas, e posteriormente em sua produção fílmica final, que o professor nunca deixa de citar a expectativa que vê na mudança e a convicção que deposita nos dias que hão de vir. Este sentimento transportado ao filme é o próprio sentimento do diretor, Hilton Lacerda. Para ele, o ano de 1978 é visto como um ano de esperança e de renovação.

O Brasil é um país que vai dar certo várias vezes ao longo de sua história, ele cresce e se retrai. Em 1978 tinha isso e quando eu pensei o *Tatuagem* também. [...]. Então pra mim o ano de 1978 era bem importante porque havia uma janela de possibilidades naquela época que eu conseguia transpor para o momento de concepção do filme⁸.

Já é apresentado, mesmo que brevemente, que há como pano de fundo o retrato do forte sentimento de expectativa e de esperança para o fim da Ditadura e os anos que hão de vir. Contextualizando o ano de 1978 é possível compreender essa forte emoção frente ao futuro, afinal como já apontado o processo de abertura política no país estava ocorrendo e após tantos anos de regime de exceção o fim dos anos repressivos no Brasil pareciam chegar ao final⁹. Grupos sociais e políticos readquiriam força e reapareciam no plano político e social para pressionar por suas demandas, pedir liberdade e democracia.

Já os espetáculos teatrais apresentados durante o filme provocam e impactam através, principalmente, da linguagem do deboche, da sátira e do uso do corpo dos artistas. Buscam por essas formas de expressão expor e questionar a opressão que os atinge enquanto indivíduos livres. Suas condutas libertárias divergem da postura que era esperada pelo sistema repressor para considerar pessoas como cidadãos.

Assim como grupos de luta armada de oposição possuíam táticas de enfrentamento ao regime ditatorial, também ocorriam confrontos que se davam fora do campo armado e tradicionalmente conhecido como político. Dessa forma, alguns militavam com armas que não necessariamente atingiam fisicamente, mas que tocavam nas feridas das estruturas sociais e comportamentais conservadoras da ditadura. No caso do filme explorado, constata-se

⁸ Entrevista concedida à revista Universitária de Audiovisual (RUA).

⁹ A ditadura brasileira se daria por encerrada no ano de 1985, mas desde 1974, após a destruição ou desestruturação da luta armada de oposição, havia um relativo processo de distensão política que tinha por objetivo final a abertura política brasileira.



efetivamente o uso do corpo e da ação corporal como armas para a confrontação dos valores impostos pelo sistema repressivo.

A sexualidade não é dissociada da política e os shows do Chão de Estrelas reafirmam esse fato a cada ato apresentado. Assim a grande maioria das cenas apresentadas “brinca” com a questão de gênero e com o binarismo entre homem/mulher. Nos shows não é feita a distinção entre os sexos biológicos, e assim como mulheres aparecem vestidas com roupas consideradas masculinas, os homens aparecem vestidos com roupas culturalmente femininas.

A subversão em relação ao corpo pode ser percebida como uma tentativa de inversão e um questionamento do poder opressor, levando em conta as palavras da pesquisadora Guacira Louro de que o corpo é o que determina o lugar ou a posição social que determinada pessoa vai ocupar dentro de uma sociedade.

A cor da pele ou dos cabelos; o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade. Podem valer mais ou valer menos. [...] Características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder. (LOURO, 2004, P.76)

A nudez e as “trocas de gênero” mostradas dentro do filme não são apenas uma forma estética de fazer arte, mas também uma forma política de se posicionar frente a normatização imposta aos corpos e as definições biológicas pré-estabelecidas de gênero.

De fato, Chão de Estrelas buscou sua inspiração no grupo pernambucano Vivencial Diversiones. Este grupo assim como o conhecido grupo Dzi Croquetes, fundado no Rio de Janeiro, se dedicava a revolucionar o comportamento dentro e fora dos palcos, rompendo com as normas sobre os corpos, ou seja, a liberdade sexual que questiona a autoridade e o controle sobre os corpos, como o grupo ficcional Chão de Estrelas demonstra em seus shows. Sem perder a função de crítica política também, os espetáculos misturam o deboche, a sexualidade e o questionamento da ordem imposta a todo o momento. Além de subverter o pensamento conservador ao exibirem seus corpos nus, transvestidos, de gênero fluido e que não se apegam ao imposto binarismo de gênero, ao sistema patriarcal, religioso, ocidental.

Jomard Muniz Britto, escritor, professor e poeta pernambucano que nos anos 70 e 80 conviveu e escreveu peças para o Vivencial Diversiones comenta o perfil do grupo e o



envolvimento dos mesmos na discussão política através do corpo e da utilização do corpo para abrir debates políticos¹⁰.

[...] o grupo de teatro vivencial nunca pretendeu despistar sua condição de marginalidade em face da maioria das produções teatrais. Está para o teatro estabelecido assim como a *lixeratura* ou a *poesia de mimeógrafo* para a literatura. [...]. Assim como a *lixeratura* e o superoito mais crítico, o grupo vivencial deseja colocar em cena, no nível de uma discussão permanente, a dialética entre o erótico e o político, sem pedir permissão nem a platão nem a marx-engels para revolucionar a palavra no corpo. [...] a palavra vivencial é assumida ao pé da letra e consumida nas letras do corpo, desnortando as ó-posições [sic] incômodas, travestindo a política de pornografia e vice-versa" [sic].

Portanto os questionamentos sobre gênero e sexualidade estão perpassando toda a produção, assim como é apresentado através dos shows o enfrentamento às organizações religiosas e políticas dominantes e normalizadoras, como as sátiras com a figura do Papa e dos militares. As peças não poupam críticas a estes elementos que compõem a sociedade repressiva. Desde a religião, a sexualidade, passando pelas forças militares tudo é uma oportunidade de realizar uma crítica bem-humorada para a trupe.

A ditadura possui uma visão conservadora nos âmbitos sociais. E podemos pensar como os comportamentos expostos pelos personagens/artistas das peças apresentadas no filme apresentam-se com um caráter de subversão ou de resistência ao regime. Salientamos a cena da censura ocorrida contra a peça final apresentada durante o filme. O espetáculo final estreia e logo os integrantes são informados que estão proibidos de apresentá-la novamente. Ao conversarem com o censor para tentar impedir a proibição, o funcionário é enfático ao ler o documento informando que o show feriu os “*valores da Pátria, da família, do pudor*”, valores conservadores e que ainda estavam fortemente vigentes no governo e, que como é possível perceber, eram transformados em argumentos que o governo ainda considerava como aplicáveis para exercer a prática da censura. Todavia, esta ideologia conservadora presente no regime não está dissociada da sociedade brasileira. Como afirma Renan Quinalha, a censura moral ainda pode ser considerada como uma demonstração de repressão política. Apesar de muitas vezes atitudes que feriam o moral serem considerados subversão o autor afirma que não é possível considerar toda a censura em relação à moralidade explicada pelo anticomunismo. Há também intrinsecamente presente na sociedade brasileira uma postura conservadora que reagia às revoluções sociais e sexuais que aconteciam em escala mundial.

¹⁰ Trecho extraído do site <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo514477/grupo-de-teatro-vivencial>>. Acesso em 11/04/2019



Mães, famílias, religiosos e outros cidadãos não agiam, necessariamente, por repulsa à ameaça comunista, mas antes por um sentimento quase atávico de autoproteção dos papéis sociais e dos valores tradicionais que cultivavam diante de mudanças culturais que estavam no horizonte (QUINALHA, 2018, p. 45).

Esta censura, instrumento controlador, que de alguma forma sempre esteve presente no cotidiano brasileiro, foi instituída como uma política governamental após o golpe, em 1964, tornando-se mais intensa até chegar ao seu ápice com o decreto do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 1968, que culminou com um aumento a perseguição dos movimentos políticos e sociais e com uma violência mais constante e institucionalizada. O AI-5 foi amplamente utilizado como um instrumento de controle muito mais abrangente e rigoroso às críticas e manifestações de oposição contra o regime.

Ao papel de mantenedora dos valores éticos e dos princípios morais, motivos alegados na criação do serviço censório na década de 1940, agregou-se a preocupação com a manutenção da ordem política e da segurança nacional, justificativas incorporadas na reestruturação do organismo censório na década de 1960. Não bastasse a atuação imbricada nesses dois campos distintos, os agentes censórios assumiram o papel de “guardiões” da sociedade brasileira, incorporaram a função saneadora da censura de costumes e opinaram sobre a qualidade artística do material examinado. Nesse sentido, os agentes censórios atuaram em várias frentes: na formação de um suposto padrão de qualidade para a cultura nacional e produção artística, na construção de uma base moral para a sociedade brasileira, na pretensa contenção do comunismo internacional e em defesa da segurança nacional (GARCIA, 2008, p. 258).

A repressão estava imposta principalmente a movimentos políticos de esquerda, contudo, manifestações culturais, como peças de teatros, livros, filmes, novelas, músicas que pudessem conter em sua essência qualquer conteúdo considerado como subversivo e que viesse a ameaçar a segurança nacional eram enquadrados como objetos que deveriam ser retidos de contato com a sociedade. O Decreto-Lei Nº 1.077¹¹, de 26 de Janeiro de 1970, demonstra a preocupação existente em manifestações que pudessem perturbar a ordem imposta pelos militares.

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações *contrárias à moral e aos costumes*;

[...]

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações *estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira*;

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações *contrárias à moral e aos bons costumes* quaisquer que sejam os meios de comunicação.

¹¹ Decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm. Acesso em: 15/04/2019



[...]

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão (grifos da autora).

Logo, é possível perceber que havia um foco potencializado em dizimar os movimentos políticos, porém há também uma forte preservação em manter a suposta moral e bons costumes na sociedade brasileira. Portanto, todo material que fosse considerado como oposto aos valores conservadores do governo repressor estava passível de ser, e possivelmente seria, censurado. A grande censura imposta às obras de Cassandra Rios é um exemplo a ser citada de como a repressão cerceou comportamentos e obras que estivessem alinhadas à homossexualidade ou a valores não heteronormativos¹².

Apesar de exposto que havia todo um quadro que se encaminhava para uma redemocratização em 1978 ainda eram presentes métodos da Doutrina de Segurança Nacional. Após os anúncios do processo de reabertura política, teoricamente os métodos repressivos deveriam ser cada vez menos aplicados, porém, eles ainda resistiam de forma efetiva por mais alguns anos. É possível concluir que apesar do “afrouxamento” político que estava ocorrendo na relação do regime com a sociedade, algumas práticas, como a censura, ainda se faziam presentes.

Ainda que na gestão do ministro Armando Falcão, no período de março de 1974 a março de 1979, tenha se concretizado a descentralização da censura teatral, antiga reivindicação [sic] do setor, a medida não alterou o exercício da censura prévia a filmes, peças teatrais, livros, revistas, letras musicais, programas de rádio e televisão. Nesse sentido, podemos afirmar que a distensão “lenta, gradativa e segura” não atingiu, de imediato, a censura de diversões públicas nem aboliu a prática da censura política. Na antevéspera de passar o cargo a Petrônio Portella, Armando Falcão afirmou: “censurar é cumprir um dever”, “censurar é servir à pátria” (GARCIA, 2008, p. 200).

Assim como manifestação ou publicações que pudessem ferir “a moral e os bons costumes” era uma preocupação do regime, a sexualidade e o comportamento - tanto de mulheres como de homens - era uma temática problemática e considerada relevante ao sistema ditatorial. Da mesma maneira que a censura é algo que de certa forma sempre esteve inserida

¹² Lembremos do caso da autora Cassandra Rios. Autora mais censurada no período da ditadura brasileira. Ver: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/documentos-revelam-perseguiçao-da-ditadura-a-cassandra-rios-a-primeira-escritora-brasileira-que-escapou-da-heteronormatividade/>; PIOVEZAN, Adriane; FONTOURA JUNIOR, Antonio. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá, PR. **Anais eletrônicos...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2015, p. 2407-2417; PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico x deleite dos sentidos**: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972). 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.



na sociedade brasileira a “discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) não surgiu durante a ditadura” (BRASIL, 2014, p. 300).

Segundo James Green, leis do século XIX e XX se preocuparam em regulamentar o comportamento homossexual. Pessoas envolvidas em atos sexuais com outrem em espaço público eram passíveis de ser indiciadas por ofender os bons costumes, atentados ao pudor e que ultrajariam e escandalizariam a sociedade (GREEN, 2000, p. 370).

Essa provisão, revisada de um código penal anterior, criou bases legais para controlar qualquer manifestação pública de comportamento homo-erótico ou homo-social. Com critérios abrangentes, a polícia e os juízes podiam punir ações “inapropriadas” ou “indecentes” que não se conformassem com construções heterocêntricas. Outra medida para regular manifestações públicas de homossexualidade era a de acusar pessoas de vadiagem. A polícia podia prender qualquer pessoa que não tivesse como provar sua subsistência ou domicílio certo, ou “provar a subsistência por meio de ocupação proibida [sic] por lei, ou manifestamente ofensiva [sic] da moral e dos bons costumes”. Essas duas medidas legais deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente os homossexuais que expressassem publicamente sua feminilidade, usassem roupas ou maquiagem feminina, ganhassem a vida através de prostituição, ou que usassem um cantinho escuro de uma praça pública para um encontro sexual noturno. Códigos criminais com noções de moral e decência pública vagamente definidas e provisões que controlavam estritamente a vadiagem forneceram uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais aprovadas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar este comportamento (GREEN, 2000, p. 370).

Pensando o filme como uma arte que se apresenta com personagens e roteirização que se colocam como instrumento de contestação e resistência ao período que é ambientado e que era vivido no Brasil, é importante ressaltar também a homossexualidade de alguns personagens que compõem o filme. Os personagens Clécio e o soldado Arlindo, chamado também de Fininha, compõem o principal romance homossexual apresentado pelo filme. Outros personagens também demonstram condutas libertárias, como a personagem Paulete que assume esse codinome como uma identidade, e também personagens com comportamentos de sexualidade reprimida como o colega de quartel de Fininha chamado Gusmão.

É possível afirmar que a homossexualidade apesar de não configurar como uma preocupação principal do regime repressivo não passou incólume:

Ainda que o Estado não seja o único responsável por normatizar os discursos e práticas sexuais, sem dúvidas, durante a ditadura, ele se tornou um *locus* privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis. (QUINALHA, 2018, p. 24)

Da mesma forma, Green aponta:



O governo reconhecia que proibir homossexualidade em todos os níveis da sociedade era impossível. Em vez disso ele optou por concentrar suas forças e erradicação de qualquer manifestação pública visível de modos efeminados como simbolizadas na performance dos travestis durante o carnaval presumivelmente o comportamento homossexual discreto era tolerado enquanto extravagantes estudo de gênero em público não (GREEN, 200, p. 370).

Não é possível afirmar em quantidade quantos homossexuais foram reprimidos ou atingidos direto ou indiretamente pela ditadura. Porém, é possível afirmar que haviam mecanismos de repreensão social para inibir comportamentos considerados como prejudiciais ao modelo de cidadão que o governo militar considerava aceitável. Não é equivocado afirmar que apesar de uma “não proibição” da homossexualidade, muitos sofreram as consequências do período repressivo e ditatorial ocorrido no Brasil.

É importante enfatizar que as forças de repressão viam a homossexualidade como parte relevante de uma conspiração comunista mais geral de subverter o Brasil. A diferença entre os discursos tradicionais contra a homossexualidade e os discursos dos militares foi a tendência de alegar que a crescente visibilidade e afirmação da homossexualidade, dentro da sociedade brasileira, levava os militares a associar esse processo com o “movimento comunista internacional”. Isso justificava a infiltração dentro de vários grupos e a perseguição a novos jornais, como o *Lampião da Esquina*. Também servia de pretexto para a censura arbitrária e a repressão aos gays, lésbicas e travestis (BRASIL, 2014, p. 303).

A importância de aparecer a homossexualidade também dentro do corpo militar é uma sinalização do diretor que, de forma consciente ou inconsciente, demonstra que mesmo aqueles que pareciam estar alinhados ao regime tinham que esconder comportamentos que seriam considerados subversivos reproduzindo assim comportamentos hipócritas para transparecer a normalidade exigida. A introdução Do personagem Fininha também a um mundo até então desconhecido por ele e tão diferente dos ambientes repressores que ele frequentava – o núcleo familiar e o quartel – podem representar o desejo tão expresso em várias mentes que começavam a sair às ruas nas cidades brasileiras exigindo serem livres e viver de acordo com seus desejos pessoais sem sentirem-se acuados de serem vítimas da repressão na próxima esquina que cruzassem. Acompanhamos o personagem não somente explorando sua sexualidade, mas convivendo com o grupo anárquico, experimentando seu cotidiano e nas cenas finais participando inclusive da peça teatral. Tal peça que havia sido censurada e que depois sofre um ataque mais direto do sistema repressivo, sendo interrompida a exibição com a entrada bruta e violenta do exército no cabaré. As cenas finais se passam no dia de estreia do filme ficcional “Filosofia e Ficção” que foi realizada pelo personagem professor Joubert. É uma produção



experimental que propõe uma discussão sobre o futuro. Clécio e os componentes do Chão de Estrelas participam do filme. Em seu longo manifesto, o filme de Joubert termina ao som de *Bandeira Branca*¹³ com a seguinte frase: *E aqui no olho do futuro começa nossa não-história. Aqui começamos a fazer a pintura rupestre de um novo tempo.* Novamente vemos a grande expectativa e projeção que é posta no futuro e no fim da ditadura que estava representada nos personagens, mas que também transparece o sentimento da época.

Depois da intervenção militar no espetáculo não sabemos as consequências com precisão em cada personagem, a não que o personagem Fininha foi para São Paulo em busca de emprego. O que sabemos é que o período que ele passou com o grupo teatral e com Clécio o marcou profundamente, tal como a tatuagem que fez em homenagem ao amante e que carregou no peito mesmo após sair da cidade de Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresento de forma inicial um breve debate sobre Cinema e História. Não há a intencionalidade de propor alguma novidade teórica ou metodológica. É trazido a luz o debate apenas para que estejamos cientes que há muitos pesquisadores que se dedicam a pensar epistemologias para se usar o material audiovisual, podendo enriquecer e interdisciplinarizar o trabalho do historiador que muitas vezes ainda se encontra apegado, por receio ou desprezo a outras fontes, ao documento escrito. É um campo que ainda pode ser muito estudado e aprofundado.

O diretor Hilton Lacerda aponta que seu filme não se posiciona como um meio de contestação do período passado, mas como um meio de resgate para que os debates postos na produção pudessem ser reabertos e retomados como mecanismos de resistência, ou seja, para enfrentar os dogmas que permeavam o pensamento conservador da década de 70 no Brasil e que ainda permanecem vigentes na nossa sociedade atual. Quando o diretor afirma que “A ideia é que Tatuagem não seja um filme de época. Ele se passa em determinada época, mas a discussão era para ser completamente contemporânea”¹⁴, expõe que desejava não somente mostrar a resistência que se deu de forma cultural na época, mas também trazer o

¹³ Marcha de Carnaval composta por Max Nunes e Laércio Alves. Cantada na voz de Dalva de Oliveira.

¹⁴ Entrevista concedida no site: <http://cinefestivals.com.br/entrevista-com-hilton-lacerda-diretor-de-tatuagem/>
Acesso em: 16/04/2019.



questionamento do quanto avançamos ou retrocedemos dentro dos nossos próprios conservadorismos atualmente, tantos anos depois, e em período considerado democrático.

Conservadorismo e liberdades ceifadas pela repressão, estes são os incômodos expostos no filme ambientado em 1978. O diretor utilizou-se dessas questões e lançou-as para os dias atuais. A ditadura oficialmente acabou, mas o que ainda permanecem de seus resquícios é a pergunta que nos rodeia. O conservadorismo e a sociedade que julga negativamente condutas que não estejam de acordo com aquilo que consideram como normativos ainda não nos relembra pensamentos e costumes que não avançamos? Talvez esse questionamento tenha obtido sua resposta nas urnas, nas eleições de 2018. Obviamente, que o conservadorismo moral não é a única resposta para os resultados eleitorais. Existem camadas econômicas, políticas e sociais profundas em nossa sociedade que contribuíram para isso, mas não podemos considerar o moralismo, o “deus, pátria e família” como uma cortina de fumaça que existe apenas para nos distrair do “que realmente importa”. Essas visões conservadoras e heteronormativas de enxergar a sociedade foram projetos que, através de decretos que tangenciavam essas questões ou através do Terror do Estado, no período da ditadura estavam presentes e não podemos negar que esses são também uns dos (poucos) projetos apresentados pelo governo atual.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

BARROS, José D'Assunção. *Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas*. **Comunicação & Sociedade**. Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011

BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História: Múltiplos aspectos de uma relação*. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 17-40, mar. 2016. ISSN 2237-9967. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/11551>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 1970.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos, vol. 2. Brasília, CNV, 2014.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência*. **Psicol. estud.** [online], v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000a. ISSN 1413-7372. Obtido via base



de dados Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 02/07/2017

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. "*Prezada Censura*": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 5, p.251-286, dez. 2002.

GALLO, Carlos. A; RUBERT, Silvania (Orgs.). **Entre memória e esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014.

GARCIA, Miliandre. "**Ou vocês mudam ou acabam**": teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). 2008. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008

GARRET, Adriano. **Queria colocar todas as minhas convicções no filme, diz diretor de Tatuagem**. nov. 2013. Disponível em: <<http://cinefestivais.com.br/entrevista-com-hilton-lacerda-diretor-de-tatuagem/>>. Acesso em 14. jun. 2017

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

N. GREEN, James. "*Mais amor e mais tesão*": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 15, p. 271-295, jun. 2015.

Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>>. Acesso em: 31/03/ 2019.

GRUPO de Teatro Vivencial. *In*: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em:

<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo514477/grupo-de-teatro-vivencial>>. Acesso em: 09 de Jul. 2017. Verbete da Enciclopédia.

KORNIS, Mônica Almeida. **História e Cinema**: um debate metodológico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.237-250, 1992.

LOURO, Guacira. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOVA, Cristiane. *O cinema e o conhecimento da História*. **Clio História, Textos e Documentos**. Disponível em:

https://www.academia.edu/300773/O_Cinema_Eo_Conhecimento_Da_Hist%C3%B3ria. Acesso em: 11/04/2019

PADRÓS, E. S. et al. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. v.4. **O Fim Da Ditadura E O Processo De Redemocratização**. Porto Alegre: Corag, 2009 (Col. História e Memória, v. 4.).



PIOVEZAN, Adriane; FONTOURA JUNIOR, Antonio. *Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. Anais do CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 2015, Maringá, PR. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2015, p. 2407-2417.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.*

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A Revolução em película: uma reflexão sobre a relação Cinema-História e a Guerra Civil Espanhola**. 221 f. Porto Alegre, UFRGS, 2010, Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

SILVA, Natanael de Freitas. *Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 64 - 83, nov. 2016. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64778/62714>>. Acesso em: 30 Jul. 2017.



Gênero: uma falácia contemporânea?

João Paulo Ribeiro Beraldo¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 10/12/2019

RESUMO

Neste artigo, – fruto de minha Dissertação de Mestrado –, pretendo trabalhar a ideia de gênero com um olhar voltado para o seu uso na História. Para tal, usarei como base argumentativa a historiadora norte-americana Joan Scott, além de outros/as autores/as que possam ser complementares ao meu ponto expositivo. Historicamente, a ideia de “gênero” desenvolveu-se com o intuito de “agregar”, “juntar” os dois sexos (masculino e feminino) em um único espaço de discussão, indo além de debates que cerceiam, única e exclusivamente, à mulher. O objetivo principal deste trabalho é demonstrar como tal ideia vem sendo utilizada fora de sua “intenção original” e pode irradiar outras concepções. É preciso responder a algumas perguntas: será que o “gênero” (utilizado como um conceito contemporâneo) responde às demandas sociais vigentes atualmente? Ou é necessário revisar a utilização de tal palavra?

Palavras-chave: Gênero. História. Mulher.

Genre: a contemporary fallacy?

ABSTRACT

In this article, - the result of my Master's Dissertation -, I intend to work on the idea of gender with a view to its use in history. To this end, I will use as an argumentative basis the American historian Joan Scott, as well as other authors who may be complementary to my expository point. Historically, the idea of “gender” was developed with the intention of “aggregating”, “joining” the two sexes (male and female) in a single discussion space, going beyond debates that unique and exclusively surround women. The main objective of this paper is to demonstrate how such an idea has been used outside its “original intention” and can radiate other conceptions. Some questions need to be answered: Does “gender” (used as a contemporary concept) responds to current social demands? Or is it necessary to revise the use of such a word?

Keywords: Gender. History. Woman.

¹ Mestrando em História e Cultura Social pela UNESP, campus de Franca/SP. E-mail: joao.pauloberaldo@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5804399311508002>



1. O GÊNERO E AS MULHERES: CATEGORIAS CONFLITANTES OU COMPLEMENTARES?

Discutir sobre gênero é muito comum nos tempos contemporâneos, mas será que quem dele se utiliza sabe qual sua origem e a sua função original? Sabe realmente o que significa este termo e usufruir bem sua potencial totalidade? Mas o que, de fato, vem a ser “Gênero”? O dicionário apresenta várias definições da mesma palavra. Vejamos algumas das principais: [S.M²] Conceito generalista que agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas têm em comum; [Biologia] Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes; família, raça; Maneira de ser ou de fazer; estilo, tipo; Diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais; [Gramática] Categoria gramatical que se baseia na diferenciação entre masculino, feminino e neutro; etc. Como vimos é uma palavra que agrega vários conceitos e idéias e que serve para designar uma infinidade de assuntos, de acordo com seu uso em determinadas áreas do conhecimento humano.

Kalina Silva e Maciel Silva no verbete “Gênero” presente em sua obra *Dicionário de conceitos históricos* (2009) definem-no como o caminhar por uma trilha ainda em construção e que tem muito a ver com questões políticas e de teoria, estando associado ao estudo das relações entre homens e mulheres pelas ciências humanas, o que segundo os autores, ele (o gênero) “ajudou a despertar o interesse da historiografia em compreender a multiplicidade de identidades femininas ao longo da história” (2009, p. 166). E acrescentam ainda que:

A definição mais corrente de gênero é a que o considera uma categoria relacional, ou seja, gênero é entendido como o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. Os pesquisadores que utilizam essa categoria de análise fazem questão de frisar que no campo das relações entre homens e mulheres há uma distinção entre a esfera biológica, que é o sexo propriamente dito e suas características físicas, e a esfera social e cultural, que é a identidade de gênero. (...) Historicamente, o conceito de gênero surgiu para se contrapor a uma visão que enfatizava as diferenças biológicas, ou sexuais, entre homens e mulheres, que acabava *naturalizando* a dominação masculina. A nova categoria veio enfatizar que a natureza não explica, e muito menos determina, a relação entre os sexos. São os componentes sociais e culturais que interferem mais decisivamente na maneira pela qual os gêneros se relacionam, não havendo papéis fixos para homens e mulheres em nenhuma esfera social. A categoria de gênero tem uma história que se inicia com o movimento feminista, nas décadas de 1960 e 1970. Este, em sua luta política, percebeu que tinha de construir uma *História das mulheres*, pois só assim explicaria a subordinação

² Substantivo masculino.



feminina e seus mecanismos e divulgaria a resistência e a luta de muitas mulheres no decorrer da história. Construir esse passado era, assim, um ato político fundamental para a afirmação do movimento no presente. (...) No entanto, com as mudanças que ocorreram no próprio movimento feminista e na concepção de História a partir dos últimos anos da década de 1970, a produção historiográfica ocidental se afastou da política. Esse rompimento conferiu maior legitimidade acadêmica ao saber histórico produzido pelas (e sobre) as mulheres, e agora também por homens. Foi nesse momento que surgiu, na década de 1980, a categoria *gênero*, elaborada como um termo aparentemente neutro e desvinculado da ideologia feminista que usava a “perigosa” ideia de *História das mulheres* (SILVA: SILVA, 2009, pp. 166-167).

Na citação acima, os autores enfatizam que na visão feminista durante as décadas de 1960 e 1970, era preciso criar espaços dedicados especialmente às mulheres e estudá-las, dando voz a elas e buscando as faces femininas “esquecidas” pela História (majoritariamente masculina, segundo se dizia na época). Inclusive os autores destacam que o termo “gênero” surge nos anos 1980 como algo neutro, ou seja, relacionando ambos os sexos (masculino e feminino). Uma problemática levantada pelos autores é em relação a quem defende a *História das mulheres* ou a *História de gênero*, pois os historiadores /as que defendem a primeira, “(...) ressaltam, por seu turno, que *gênero* não explica tudo e não se pode ir logo fazendo uma história das relações sociais entre homens e mulheres quando ainda se ignora muito da história das próprias mulheres” (SILVA: SILVA, 2009, p. 167). Já os defensores da segunda, que utilizam “(...) posições menos ortodoxas que fazem uso da categoria gênero associada a outras categorias, como raça e classe, pois a desigualdade não se dá apenas entre homens e mulheres, como um bloco homogêneo” (SILVA: SILVA, 2009, p. 167).

Quando se recorta uma temática sobre gênero (entendido apenas o feminino como representante-mor do termo), e se isola características específicas destas mulheres, seja pela cor de pele, nacionalidade, sexualidade e outras modalidades afins, pois se excluem ainda mais as demais e aos homens, é aí em que mora o problema e o perigo de ocorrer uma “segregação” e de se esquecer das correlações existentes entre o todo. Por exemplo, traçar uma linha de estudo sobre a mulher negra e favelada (cuja carga em si três características: sexo, etnia e *status* social), sem considerar as múltiplas possibilidades que esta discussão pode apresentar, é muito limitante, pois não se observará os contrastes de maneira mais global, devido ao fato de estar apenas focando-se nas circunstâncias existentes e circundantes desta mulher específica. Se eu discuto sobre a vida da mulher negra favelada em relação ao homem negro favelado e fico neste nicho específico (moradores da favela), avanço muito pouco meu olhar. Quanto mais se abrange a visão de pesquisa acerca das possibilidades concernentes aos personagens estudados, maior é a qualidade do trabalho e os resultados mais produtivos. Só é preciso saber onde e como buscar este equilíbrio. Silva e Silva destacam algo importante que:



O termo *gênero* não deve ser entendido como sinônimo de mulher/mulheres ou de sexo, uma vez que essa categoria de análise não combina com determinações biológicas. Mas isso não quer dizer que, na prática, as pessoas não acreditem em determinações biológicas. (...) No entanto, a História não deve ficar restrita aos papéis de gênero, à diferenciação entre a identidade masculina e a feminina (...). Por último, é preciso lembrar que os papéis sociais de gênero são mutáveis, e homens e mulheres podem, ao longo do tempo e dependendo da sociedade em que estão inseridos, apresentar práticas e comportamentos diferenciados. (SILVA: SILVA, 2009, pp. 167-168)

Realmente, a História não deve ficar presa a determinações, mas observar o todo e as relações existentes entre as pessoas, homem em relação à mulher, aos velhos, às crianças, ao meio, entre os *status* sociais, e assim por diante. Tudo no mundo exerce uma força e está em razão da outra, como diria a Terceira Lei de Newton traduzida na máxima que diz que: “A toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade: as ações mútuas de dois corpos um sobre o outro são sempre iguais e dirigidas em sentidos opostos”.

Como dito anteriormente, ultimamente tem-se utilizado muito o termo “gênero” como forma de aplacar certas diferenças entre os sexos masculino e feminino, no entanto, é preciso compreender melhor a sua construção histórica. Para isso utilizaremos o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), de Joan Scott. A autora afirma que por séculos o termo “gênero” foi utilizado erroneamente e sem uma análise concreta e histórica, evocando-se apenas os traços de caráter ou sexuais. A citada autora exemplifica como as feministas apropriaram-se do termo sublinhando que,

(...) começaram a usar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como maneira de se referir à organização social entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas. Explícita, porque o uso gramatical envolve regras formais que resulta da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades não-examinadas, porque em muitas línguas indo-europeias há uma terceira categoria – o sem sexo ou neutro. Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados. (SCOTT, 1990, p 72)

Para Scott, o uso de tal termo foi uma medida paliativa que escolhe uma palavra, aparentemente neutra para resolver um problema mais profundo na concepção delas (feministas), ou seja, as diferenças entre os dois sexos comumente aceitos. A supracitada autora explica que as feministas americanas foram promotoras do uso de “gênero” com intenção de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, tanto como rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. De acordo com esse uso, o termo servia-as como um meio de enfatizar



igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Scott explica que o termo “gênero” serviu para unificar os dois sexos, na visão feminista, e não mais separar os seus estudos, por exemplo. No entanto, hoje ocorre o contrário, não a união, mas o aprofundamento do abismo. Scott, citando Natalie Zemon Davis, destaca uma fala da historiadora em 1975:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância *dos sexos*, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la (DAVIS, 1975 *Apud* SCOTT, 1990, p. 72).

A fala de Davis destacada acima por Scott em seu artigo demonstra perfeitamente uma visão conciliadora entre as partes, ou seja, ao invés de tratarmos o “gênero” apenas como estudos voltados às mulheres (como acontece hoje), mas colocá-las em contraposição aos homens e os demais espaços históricos, campo, cidade, pobre, rico, etc. Scott afirma que para os historiadores não-feministas das mulheres, não tem sido suficiente provar que elas participavam da vida política e social, tanto quanto das revoltas ou mesmo tiveram uma história conjunta com os homens de seu tempo, pouco importando para os demais que têm concepções opostas, se elas participavam ou não, o que não alteraria a “sua compreensão da Revolução Francesa sabendo que dela participaram”. O uso de tal termo, para a autora, pode explicar-se pela busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 1980. E a referida autora completa afirmando que,

(...) O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais”- a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (...) Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (...) O uso de “gênero” enfatiza



todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1990, pp. 75-76)

A autora argumenta e enfatiza que não se deve separar um sexo do outro ao estudar qualquer aspecto relacionado a um ou outro, pois não estão separados por uma barreira. Além do fato apontado pela autora de que este termo serviu como sustentação da ideia de “construção social”, que a meu ver está longe de resolver qualquer espécie de problema existente entre características associadas ao masculino e ao feminino, porque enfatiza apenas, parafraseando Scott, “idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. A referida autora lança um forte argumento de como, na visão dela, podemos trabalhar com nossos estudos históricos e, inclusive com o gênero ao sublinhar que:

(...). Não penso que devemos deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acredito, isto sim, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos examinar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses de trabalho, explicar como a mudança ocorre. Em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados. É evidente que isolamos certos problemas para serem estudados e que estes problemas constituem pontos de partida ou de entrada para processos complexos. Mas são os processos que devemos ter sempre em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram; segundo a formulação de Michelle Rosaldo, devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado: “Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, produto das coisas que e a faz, mas, o significado que suas atividades adquirem através da interação concreta”. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem - uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação, permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação (SCOTT, 1990, pp. 85-86)

Acredito que a fala acima da historiadora resume bem certos aspectos da escrita da história e em particular da utilização do gênero na história, principalmente no quesito de “pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados”, etc. A autora acrescenta que o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, implica em quatro elementos inter-relacionados: o



primeiro está centrado nas ambivalências como os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e contraditórias, como Eva e Maria, símbolos da mulher na tradição cristã ocidental, assim como mitos de luz e escuridão, purificação e poluição; em segundo lugar conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, tentando conter suas possibilidades metafóricas, cujos conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, afirmando de maneira categórica e equivocada o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Quando discute as relações indentitárias, Scott argumenta que,

Se a identidade de gênero está baseada única e universalmente no medo da castração, nega-se a relevância da investigação histórica. Além disso os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Os/as historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1990, pp. 87-88).

Outro ponto que Scott acerta é que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas”, ou seja, não devemos generalizar suas ações como se tivessem um padrão preestabelecido – seja lá por quem -, mas observar as várias e quase infinitas possibilidades que estas pessoas possuem. Para a historiadora o gênero fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Os historiadores começam a compreender a reciprocidade do gênero e da sociedade e suas formas particulares, quando, segundo a supracitada autora, encontram as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política, sendo esta apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Historicamente, em muitos momentos do passado, o gênero é utilizado, segundo argumenta Scott, como formas de definição e consolidação de poder, pois as características ditas “fracas” representam as mulheres e as “fortes” os homens, que estes mesmo quando são fracos e explorados, o são à maneira das prostitutas (tidas como indefesas e exploradas), já os líderes trabalhadores são “produtores, fortes, protetores de suas mulheres e crianças”. Realmente esta visão estereotipada de mulher “fraca” e homem “forte” perdurou, reforçando alguns aspetos da submissão feminina em momentos pontuais do tempo histórico.



Falando de termos históricos, a Idade Moderna (minha área de concentração na pesquisa: História Moderna e Contemporânea), George Duby e Michelle Perrot, na introdução do volume 3 da *História das Mulheres no Ocidente* (1990) escreveram sobre a história das mulheres afirmando que,

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e da ênfase dada à família, a afirmação da história das “mentalidades”, mais atenta ao quantitativo, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda, o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. “Donde vimos? Para onde vamos?”, pensavam elas; e dentro e fora das universidades levaram a cabo investigações para encontrarem vestígios das suas antepassadas e sobre tudo para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo (DUBY; PERROT, 1990, p. 07).

Salientam os autores citados acima que grande parte da importância da saída das mulheres da dita “sombra da História” deu-se em parte por causa de estudos da História das Mentalidades que começaram por “escancarar o mundo privado” na sociedade europeia (no Brasil temos a versão da nossa História da Vida Privada), podendo assim expor, de fato, a vida de mulheres e suas ações sociais, importância para grandes eventos, etc. Arlette Farge e Natalie Zemon Davis afirmam que a mulher está presente em tudo na sociedade, mesmo em momentos de guerra, inclusive durante a Fronda³. As autoras enfatizam que durante os três séculos que entendemos como Tempos Modernos, a mulher vem exercendo os mais variados papéis nas mais variadas camadas sociais. E para elucidar este pensamento, Davis e Farge sublinham que,

Presente, de fato, na realidade dos dias, é ao mesmo tempo extraordinário apercebermo-nos até que ponto ela ocupa o campo dos discursos e das representações, o das fábulas e dos sermões, mesmos o do mundo científico e filosófico. Dela muito se fala, até mais não poder, afim de pôr o universo em ordem. Mas aqui reside um paradoxo, porque este discurso pletórico e repetido sobre a mulher e sobre a sua natureza é um discurso atravessado pela necessidade de a conter, pelo desejo mal disfarçado de fazer da sua presença uma espécie de ausência ou, pelo menos, uma presença discreta que deve cingir-se a limites cujo traçado se assemelha a um jardim fechado (DAVIS; FARGE, 1990, p. 09).

Com as afirmações das historiadoras supracitadas, concordo em partes, pois se realmente existisse um silêncio e ausência absoluta, se não houvesse quem escrevera (autores masculinos e femininos) sobre as mulheres, se as fontes delas estivessem esquecidas ou apagadas, ou mesmo perdidas, inexistindo toda a forma de vestígios históricos, anulando-as

³ A Fronda, ou as Frondas, foi uma série de guerras civis ocorridas na França entre 1648 e 1653 - concomitantemente à Guerra Franco-Espanhola, e alguns anos após a Guerra dos Trinta Anos - em que a monarquia se viu diante de uma série conflitos contrários a ela partindo de diversos segmentos da sociedade.



por completo – quase num complô conspiratório de algum tolo delirante – entre outras coisas, minha própria pesquisa (sobre a escrita feminina renascentista com base em obras poética e epistolares de duas mulheres da Itália do século XVI: Veronica Franco e Veronica Gambara) não seria possível. Querer negar todos os trabalhos para colocar a mulher – de um modo geral como vítima da tirania nefasta do Tempo – numa espécie de “pedestal dos excluídos” me parece muito desonesto tanto com as inúmeras personagens históricas femininas que foram estudadas e podem o ser um dia, quanto para com as pessoas que as pesquisaram e inspiraram, inspiram e inspirarão milhares de outras a fazer o mesmo e dar voz às mulheres, nossas ancestrais e contemporâneas. A quantidade de trabalhos pode até não ser a adequada, – se é que existe um nível quantitativo o suficiente que valha ser contado –, mas muitas histórias já foram contadas. As mulheres sempre estiveram e sempre estarão presentes na História, interagindo entre si, com homens, crianças, velhos, animais, etc, com o meio em que vivem e dividem com as demais espécies deste planeta.

Segundo Davis e Farge, “tomar a mulher a sério é reconstruir a sua atividade no campo das relações que se instituem entre ela e o homem, é fazer da relação entre os sexos uma produção social, a partir da qual o historiador pode e deve fazer a história” (1990, p. 11). Desde o século XVI, de acordo com as definições das citadas autoras, há uma querela entre os sexos masculino e feminino, onde a mulher é destacada por sua maledicência, pecaminosidade, mas ao mesmo tempo é meiga, doce e submissa. Para destacar bem esta questão de tensões entre os sexos masculino e feminino, as autoras afirmam que, “não há imobilidade alguma, mas um campo de relações entre o feminino e o masculino constantemente marcado pelas transformações do mundo, ainda que eternado por uma relação de forças que nem sempre é favorável ao sexo feminino” (1990, p. 13). Ao explicar o conceito de tensão que rodeia os sexos masculino e feminino, as autoras afirmam que é como se fosse um fio que liga dois espaços, e estes agem para manter a tensão do fio, e que seria nesse sentido que as relações entre os dois sexos são vistas, nesse frágil equilíbrio entre dois mundos feitos para se entenderem e para se devorarem. Davis e Farge explicam que é preciso remover o estereótipo de que desde sempre a mulher foi submissa e o homem seu opressor. De acordo com as autoras,

Os diferentes olhares sobre a história das mulheres tentam quebrar o estereótipo habitual, segundo o qual em todos os tempos as mulheres teriam estado dominadas e os homens teriam sido seus opressores. A realidade é de tal modo mais complexa que é preciso trabalhar com mais finura: desigualdade, com certeza, mas também espaço movido e tenso em que as mulheres, nem tão fatalmente vítimas nem excepcionalmente heroínas, trabalham de todas as formas para serem sujeitos da



história. No fundo, esta história das mulheres é uma maneira de apreender a mulher como participante da história e não como um dos seus objetos. Considerando-a deste ponto de vista, mudam-se as perspectivas, analisam-se as fontes com um novo olhar, descobrem-se numerosas tentativas e êxitos femininos que um olhar definitivamente dominado pelos habituais lugares-comuns sobre a mulher, eterna escrava, e sobre o homem, eterno dominador, não pode nem entrever nem sequer suspeitar (DAVIS; FARGE, 1990, p. 13).

A citação acima ilustra bem o ponto, sair do estereótipo de simples oposição entre “dominadores” e “dominados/as”, observar a mulher como atuante e não mero coadjuvante. De fato, não tenhamos a ilusão de que elas sempre foram, a todo o momento, tratadas “decentemente”, mas também nem tanto “indecentemente”. Houve épocas e sociedades que desfrutaram maior equilíbrio por assim dizer entre elas (mulheres) e os homens (exemplo: os vikings) e em outros momentos que foram mais “controladas”. De fato, como enfatiza as autoras ao dizerem sobre esta “linha tênue” que gera as relações entre os dois sexos “(...) desigualdade, com certeza, mas também espaço movediço e tenso em que as mulheres, nem tão fatalmente vítimas nem excepcionalmente heroínas, trabalham de todas as formas para serem sujeitos da história”. É evidente, segundo Davis e Farge, que muitos discursos rodeiam a mulher, a nomeando e a controlando. A realidade cotidiana a desenhara suficientemente bem não a deixando esquecer que o espaço em que vive, aparece e pensa está marcado por normas e interditos, e que isso é válido tanto para camponesa pobre como para a princesa da corte.

Segundo afirma Perrot, por volta dos anos setenta, aconteceu uma renovação do questionamento, ligada à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação de alianças disciplinares e ao crescimento da subjetividade. Entre vários aspectos relativos às tendências da época, a mulher torna-se um sujeito, idealizado através da família e tudo que envolvia (matrimônio, maternidade, etc), que faziam surgir outros personagens como os filhos, os jovens, outros questionamentos como, por exemplo, as idades da vida, o privado. Um fator sociológico que ajudou na escrita maior dessa “História das mulheres” foi, sem dúvida, a presença feminina nas universidades. Essa “feminização” pode, segundo afirma a citada autora, ser o germe de uma demanda renovada, ou pelo menos de uma atenção favorável. Dentre os fatores políticos estão o Feminismo, como já dito anteriormente, na sua fase com muito peso durante as décadas de 1960 e 1970.

Joan Scott afirma que “a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX” (1990, p. 85), estando por sua vez “ausente das principais abordagens de teoria social elaboradas no século XVIII até o século XX”, sendo



que algumas destas teorias tinham se orientado para uma “lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido”. Esta falta é explicada pelo fato de que as feministas contemporâneas tiveram dificuldade, segundo a autora, de incorporar o termo “gênero” às abordagens teóricas existentes, de convencer sobre a escolha de outra escola teórica ou até mesmo de explicar que o gênero fazia parte de seu vocabulário.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, trabalhei com um conceito contemporâneo, utilizado pela Sociologia e Ciências Sociais e seus afins, mas originário da Biologia, o gênero. Foi tecida uma exposição analítica, onde procurei discutir a utilização de tal ideia tendo em mente a sua construção histórica, ou seja, como tal palavra foi “saindo” apenas da utilização científica própria da área biológica (no sentido de “grupo da classificação dos seres vivos”) para designar uma construção social – idealizada na mente de quem se apropriou desse conceito e o aplicou no meio social – possibilitando que as pessoas se “enxerguem como quisessem”. Para que tal análise histórica obtivesse o êxito esperado tomei por base Joan Scott que em seu texto, afirma que quem se propõe a codificar os sentidos das palavras luta por algo perdido, pois as palavras e ideias que elas tentam codificar tem uma história e que ninguém, nem mesmo os professores de Oxford ou a Academia Francesa têm sido capazes de represar ou fixar o significado de uma forma que seja independente do jogo de invenção de imaginação humanas.

Na sua utilização recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”, segundo as explicações da já citada historiadora norte-americana, sendo que certos estudos realizados sobre a "história das mulheres" substituíram a palavra “mulheres” por “gênero” e que tal mudança por propósito para se valer mais de uma cientificidade pertencente às ciências sociais, dando certa neutralidade, que o termo “mulheres” não teria. “Gênero”, segundo a referida autora:

(...) parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo, “história das mulheres” proclama uma posição política ao afirmar (...) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e, parece assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1990, p. 75).



Na citação acima a autora deixa clara sua posição, em favor da “história das mulheres”, que validaria mais a ação feminina enquanto sujeito histórico atuante, enquanto o “gênero” não, pois não dá nome, voz á mulher, mas a inclui no meio de tantas outras, o que não seria uma “grande ameaça”, pois não destaca a mulher como se deve.

No entanto, é preciso ser realista e dar crédito ao que é necessário creditar. De fato, o Movimento Feminista tem sua grande importância no quesito de buscar a mulher e dar-lhe voz e vez de aparecer cada vez mais. Porém, não é preciso ser mulher e/ou feminista para falar de mulher, basta se interessar pelo assunto e desenvolver o seu projeto com o mínimo de seriedade e, se possível sem muitos vieses que ao invés de ampliar, restringem mais a visão global da situação e das possibilidades que cada uma apresenta, de todas as relações que são passíveis de serem feitas, etc.

O título deste trabalho abriu uma pergunta, uma possibilidade de interpretação, pois perguntei se o termo “gênero” poderia ser considerado uma falácia contemporânea, mas para saber se é ou não e responder ao questionamento inicial, primeiro devemos conhecer o significado de tal termo. Portanto, o termo falácia deriva do verbo latino *fallere*, que significa enganar. Designa-se por falácia um raciocínio errado com aparência de verdadeiro. Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente incoerente, sem fundamento, inválido ou falho na tentativa de provar eficazmente o que alega. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

Outras questões levantadas foram se o “gênero” (utilizado como um conceito contemporâneo) responde às demandas sociais vigentes atualmente? Ou é necessário revisar a utilização de tal palavra? Daí tem-se três questões cruciais as serem resumidas adequadamente. Para isso, revisemos o que foi dito, sobre o “gênero” e seu uso na História, principal mote desta discussão. Primeiro, o termo surgiu nos anos 1980, em que as feministas almejavam um termo neutro para abrigar as questões envolvidas aos sexos, um ambiente de inclusão. Segundo, houve certo, “desvio de direção”, onde gênero transformou-se em, apenas, sinônimo de mulher, pura e simplesmente. Tanto que quando se diz, atualmente “História de gênero” ou trabalhos (pesquisas, eventos, etc) que o envolvem, vem à mente somente o âmbito feminino suas variações, mas não fora deste. Isto é fato. Aos homens cabe a “história geral”, tida, tipicamente masculina, o que é um erro crasso.



A História é personificada na imagem de Clio que é uma das nove musas (filhas de Zeus com Mnemósine, a deusa da memória), e, junto com as irmãs, habita o monte Hélicon, e ela (Clio) como musa da história e da criatividade, é aquela que divulga e celebra as realizações, preside a eloquência, sendo a fiadora das relações políticas entre homens e nações. A História foi “fundada” por um homem (Heródoto, considerado seu “Pai”), praticada por séculos, majoritariamente por homens que a escreviam, mas também por mulheres. Atualmente têm-se mais presenças femininas na Academia, é um fato também, mas ainda não foi resolvido o problema principal, parar de querer separar os sexos (feminino e masculino) em dois mundos opostos, como se homem e mulher não dividissem o mesmo espaço-tempo e sua interação fosse nula. Crê nisso é tão absurdo tanto quanto na Terra plana. Natalie Davis já nos alertou sobre isso, como vimos nas linhas acima.

Portanto, podemos concluir afinal que como ocorreu um desvio em relação à “intenção original” no emprego do “gênero” como “conciliador dos sexos humanos”, um ambiente neutro por excelência, – como bem salientaram os autores presentes na composição deste artigo –, para o equivalente à mulher, resta-nos dois caminhos: a revisão da utilização do termo e suas práticas se são válidas da maneira que são empregadas atualmente; ou a restauração de sua origem, confluir homens e mulheres num espaço neutro, de convivência mútua e em razão um do outro, sem distinções e quando se falar de “gênero”, pensar nele para além do feminino, mas também englobando ao masculino. Se não ocorrer uma destas sugestões, talvez fosse melhor extingui-lo de vez, caso se verifique sua inutilidade ou “segregação sexual”, por assim dizer. Senão torna-se, realmente, algo enganoso, falacioso.

Termino de fato, este texto reforçando que é preciso construir e incentivar cada vez mais pesquisas e espaços de estudos das mulheres, mas também de homens, crianças, velhos, – sempre tendo em consideração as multiplicidades relacionais entre estes personagens –, para proteger a memória dessas pessoas e conservar a identidade cultural do país a qual pertencam. Precisamos acentuar ainda a consciência de que a História não se escreve com uma única versão, mas com várias, de homens e mulheres em conjunto.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. *Introdução*. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *Escrever a História das Mulheres*. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.



PERROT, Michelle. *I. Escribir la historia de las mujeres. In: Mi historia de las mujeres.* 1ª ed. 1ª reimp. Fondo Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Gênero.* In: **Dicionário de conceitos históricos.** Contexto, São Paulo, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* **Educação & Realidade**, vol. 15, n 2, jul/dez. 1990. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf



O patriarcado nas entrelinhas da sociedade: a exposição da imagem da mulher como fruto dos desejos masculinos.

Thomas Barrili Ramos¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 16/11/2019

RESUMO

O presente trabalho se baseia na análise da representação dos corpos femininos nas fotografias de um jornal carioca intitulado *O Rio Nu*, que circulou nas primeiras décadas do século XX na capital brasileira. A pesquisa teve como intuito verificar como o patriarcado instituído na sociedade brasileira acabava se expressando com a escolha das imagens femininas, o que gerava atração no público masculino. Imagens, essas, que eram ressignificadas a um contexto de consumo e pornografia. A análise se baseou em uma observação da iconografia dos diferentes elementos presentes nas fotografias colocadas no periódico e a relação de seus possíveis significados com os valores e características da identidade cultural brasileira. Verificou-se como as condições culturais são agentes compositivos para o padrão exposto nas representações eróticas, além da forma como aqueles corpos eram vistos e comercializados e a sobreposição masculina como causadora dessas condições. Esses e outros fatores possibilitaram entender que os valores e costumes se manifestam em toda expressão humana, e que o jornal analisado é apenas mais um resultado do patriarcalismo profundamente enraizado em nossa civilização.

Palavras-chave: *O Rio Nu*. História. Mulher. Sexualidade.

ABSTRACT

This research is based on the analysis of the representation of female bodies in the photographs of a Brazilian newspaper entitled *O Rio Nu*, which circulated in the first decades of the twentieth century in the Rio de Janeiro. The research aimed to verify how the patriarchy instituted in Brazilian society ended up expressing itself with the choice of female images, which generated attraction in the male public. These images were ressignified to a context of consumption and pornography. The analysis was based on an observation of the iconography of the different elements present in the photographs placed in the journal and the relationship of their possible meanings with the values and characteristics of the Brazilian cultural identity. It was verified how cultural conditions are composing agents for the pattern exposed in erotic representations, as well as the way those bodies were viewed and traded and the male overlap as causing these conditions. These and other factors made it possible to understand that values and customs manifest themselves in every human expression, and that the newspaper analyzed is just another result of patriarchalism deeply rooted in our civilization.

Keywords: *O Rio Nu*. History. Woman. Sexuality.

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Taubaté no ano de 2019. Email: thomas.barrili@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7469563735552346>



1. INTRODUÇÃO

A pretensão deste trabalho é levantar a discussão a respeito da forma como o pensamento patriarcal sempre esteve presente como agente definidor dos valores e percepções coletivamente aceitas e compartilhadas por nossa sociedade, analisando fotografias de mulheres expostas na primeira página de cada edição de um veículo periódico popular de cunho erótico, que pela capital brasileira circulou no início da República.

Tal conteúdo é proveniente de uma pesquisa mais ampla realizada como Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em História, que se utilizou do mesmo objeto de estudo com propostas de investigação que excedem o recorte idealizado para esse artigo. O descobrimento do jornal *O Rio Nu*, aliado às preocupações e interesses de estudo referentes às questões feministas, a imagem e a posição social da mulher na História, além da forma como essas problemáticas foram definidoras aos nossos valores de hoje originaram o interesse em explorar tal objeto de estudo e suas incógnitas expressões de nossa cultura.

Seja pela tendência – ainda viva – de encaixar toda manifestação que diga respeito a conteúdos de cunho sexual como um grande tabu para nossa sociedade, por certa falta de interesse nos produtos da Imprensa de Gênero Livre brasileira desse período, ou simplesmente pelo desconhecimento da grande maioria das pessoas desse tipo de periódico na história de nossa sociedade, o fato é que praticamente não foram encontradas produções a respeito desse jornal. O presente autor o conheceu a partir da obra “Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil”, de 2011, da historiadora Mary Del Priore, em que a autora dedica um trecho para apresentá-lo ao leitor ao falar sobre a evidência feminina no período republicano.

Dessa forma, um jornal que circulava livremente pelas ruas do Rio de Janeiro estampando ilustrações e fotografias de mulheres nuas logo na primeira página, com grande destaque, tem muito para demonstrar a respeito da perspectiva dos desejos masculinos naquele contexto e o estabelecimento de padrões de beleza e comportamentos na sociedade brasileira.

Se atentando a esses problemas, a presente pesquisa objetivou analisar o conteúdo fotográfico presente no jornal carioca que circulou na capital do Brasil no início do século XX chamado *O Rio Nu*. Esse, por sua vez, se iniciou a partir do ano de 1898 com edições contendo quatro páginas de conteúdos apenas textuais, sendo esse perfil alterado gradualmente com o decorrer dos anos – com o uso recorrente, a partir de 1908, de fotografias que mostravam mulheres nuas, retiradas de veículos franceses – até se apresentar de modo inteiramente diferente em 1916, seu último ano de existência.



O principal objetivo a ser atingido aqui é o de verificar como o pilar machista (que a sociedade patriarcal acaba tendo) se manifesta em uma produção periódica como essa, sobretudo dado o contexto histórico de sua circulação. Além disso, traçar o perfil da estética feminina que o público consumidor do jornal esperava encontrar, a partir da incorporação de imagens de mulheres europeias, demonstra muito a respeito do caráter de nossa mentalidade e da idealização do que era “ser mulher” para aqueles homens.

2. MÉTODO

Para a produção dessa pesquisa, é essencial ter em vista que o acesso ao periódico *O Rio Nu* foi possível por meio da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, estando (os exemplares do jornal) disponíveis no espaço da Hemeroteca Digital Brasileira², a qual contém exemplares digitalizados de quase todos os anos da existência do jornal, em ótima qualidade de apresentação e nitidez dos escritos, o que possibilita uma experiência de pesquisa muito satisfatória e confortável.

Dessa forma, é fundamental saber que, ao manusearmos um periódico, temos de ter a plena consciência das questões que circulam sua existência. Além de ser preciso entender que, naquelas folhas, se encontram sínteses de uma mentalidade abrangente de determinada sociedade que transpõem valores individuais e coletivos, opiniões, manipulações e, principalmente, a isenção de uma escrita neutra independente das preocupações que os responsáveis possuíam ao fazê-lo.

Sendo tal situação suficientemente merecedora de todas as necessárias precauções pertinentes a produção historiográfica, essas noções possibilitam, ainda, recortar e extrair informações da fonte para que sejam usadas de acordo com suas próprias intenções, se apoiando no material escrito para corroborar seu próprio discurso.

Referindo-se às abordagens, dimensões e domínios que a presente pesquisa se enquadra, deve-se saber que a produção historiográfica exprime o resultado de uma ação humana no tempo que, por natureza, é complexa demais para ser definida em uma determinada categorização. Como essa produção não existe sem um responsável por criá-la e trazer consigo suas características, é válido ressaltar que “os historiadores vivem seus temas por vocação ou por necessidade profissional, [...] sem contar que esperam transformar com o saber histórico a própria História” (BARROS, 2005, p. 239).

² Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>



A partir da proposta de análise visada antes de iniciar a investigação, pensava-se que ela se restringiria apenas às dimensões da História Social e das Mentalidades, já que se baseia na incógnita se existe efetivamente uma mentalidade coletiva e se é possível identificar uma base comum presente nos modos de pensar e sentir de uma sociedade, em uma mentalidade coletiva e de longa duração. Porém, com a execução e todas as ramificações passíveis de análise que foram desvendadas, viu-se que, dentre as dimensões, podemos encaixá-la na História do Imaginário e Cultural. Além disso, com relação aos seus domínios, acabou abrangendo a História da Arte, das Representações, das Ideias, da Sexualidade e, principalmente, das Mulheres³.

Tal pesquisa buscou expor os indícios encontrados como forma de evidenciar seus significados, até mesmo porque

[...] a história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida, privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2007, p. 14-15).

Desse modo, apesar de termos um objeto de estudo que se utiliza da imagem feminina e de todo o conjunto de valores histórico e culturalmente atribuídos às mulheres como produto para o consumo, é necessário sabermos caracterizá-lo como aspecto pertinente à História das Mulheres, com impactos de grande proximidade à nossa realidade social de hoje.

3. RESULTADOS

Em sua mais pura síntese, pode-se dizer que o intuito erótico presente nas páginas do jornal fazia com que o conteúdo se pautasse em histórias supostamente verdadeiras vivenciadas em espaços como bordéis e nas experiências tipicamente masculinas. Contos para suscitar a imaginação do leitor, anedotas que satirizavam elementos e momentos sexuais, charadas e adivinhas que até interagiam com o público, além de anúncios publicitários de produtos voltados para higiene íntima e fins medicinais eram o principal conteúdo das primeiras edições do jornal.

³ Parâmetros baseados no estudo: BARROS, José D'assunção. **O campo histórico: considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea.** São Leopoldo: **História Unisinos.** v. 9, n. 3, 2005, p.232

Porém, é do seu conteúdo imagético que devemos nos preocupar aqui. Num primeiro momento, tratava-se de um veículo de comunicação que passou a trazer ilustrações em meio a suas colunas, a partir da segunda edição de 1899, aumentando gradativamente de tamanho e, principalmente, de enfoque com o decorrer das edições. Tais gravuras acompanhavam os escritos do jornal sob o intuito de ilustrarem o que ali era descrito, como um instrumento auxiliador para a imaginação do leitor.

E não levou muito tempo para que fossem inseridas na primeira folha de cada edição, tão menos que fossem o foco dessa. Desde o título – que passou por algumas versões bastante estilizadas e cheias de conteúdos implícitos – até, e principalmente, representações que ocupavam a página toda definiram o perfil característico e único do *O Rio Nu* [imagem 1]. Anos se seguiram até que as fotografias (foco de nossa análise) passassem a ser inseridas na primeira página do jornal e se tornassem corriqueiras, típicas do jornal, processo que se inicia em 1908.

Imagem 1: Perfil característico do O Rio Nu.



Fonte: *O Rio Nu*, 07/11/1903, n.557, p.1. Em: <http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1903_00557.pdf>

Diante disso, é de suma importância saber que “historicizar a fonte requer ter em conta as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.” (LUCA, 2005, p. 132). Na sociedade brasileira, o advento da ilustração foi essencial para o impulso e a diversificação do impresso periódico, “ainda mais em um país onde o rarefeito público leitor, que incluía um modesto contingente feminino, avançava lentamente ‘entre os anônimos leitores de folhetins e os assíduos frequentadores de teatros’” (LUCA, 2005, p. 132). E apesar do fato de que as ilustrações traçaram o perfil do jornal e, muito provavelmente, tenham sido responsáveis pelo sucesso que *O Rio Nu* possuía (considerando que os desenhos eram únicos e divertidos, dentro de sua proposta), as fotografias eróticas de mulheres também tiveram parte importante nessa história.

Imagem 2: A nudez feminina como chamariz.



Fonte: *O Rio Nu*, 13/01/1909, n.1097, p.1. Em: <http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1909_01097.pdf>

Porém, essas fotografias não eram de autoria do *O Rio Nu*. Ao investigar com maior profundidade, foi visto que o jornal retirava as imagens de três veículos de informação franceses: a coleção *La Vénus Moderne*, e as revistas *En costume d'Eve* e *L'Étude Académique*. Essa última, por sua vez, foi a maior influenciadora do jornal carioca, considerando que a maioria das fotografias eram extraídas de lá.

A *L'Étude Académique*⁴ foi uma revista erótica de origem francesa que existiu entre os anos de a 1914. Tinha como objetivo, desde sua primeira edição, trazer para o público ensaios fotográficos em sua íntegra, baseando-se em páginas com uma única e grande fotografia, mas sem o acompanhamento de nenhum tipo de posicionamento expositivo a respeito de juízos direcionados à questão erótica por parte dos autores da revista ou pequenos textos dando contextos engraçados e provocantes às imagens. As edições contavam com 22 páginas em média.

Fator relevante de se retratar aqui é o tipo de fotografias que eram produzidas e colocadas na revista, que diferiam da seleção feita pelo *O Rio Nu*. Nela, havia a representação de pessoas de várias etnias (modelos com traços asiáticos e africanos, por exemplo), grande presença da natureza como coadjuvante em muitas imagens, estando as modelos localizadas em meio a campos e próximas a lagos – onde eram mostrados animais, inclusive – se assemelhando muito ao que as fotografias naturistas trazem. Possuía também bastantes fotos de homens e alguns casais, considerando ainda a presença do homossexualismo como beijos lésbicos, além de algumas que suscitavam desejos sexuais em objetos relacionados à submissão, como

⁴ Em tradução literal, “Os Estudos Acadêmicos”, disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32770741t/date.item>

amarras, correntes, chicotes. Enquanto o jornal carioca escolhia apenas fotografias de mulheres sozinhas em ambientes internos (como quartos) na grande maioria das vezes, com características étnicas europeias, em cenas que remetem a um ambiente sexual bastante tradicionais.

Imagem 3: Exemplo de fotografia encontrada no *L'Étude Académique*. Em tradução livre de sua própria legenda: “Movimento simbolizando o silêncio”.



Fonte: *L'Étude Académique*, 1906, p.306. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58319962>>

É evidente que, na revista francesa, os cenários eram bem construídos e representados, sendo muitos parte integrante da mensagem a ser transmitida. Também deve-se relevar que se tratava de expor um ensaio fotográfico completo que, inevitavelmente, acabaria repetindo cenários por várias fotos consecutivas. O foco lá estava na postura, atitude, sentimentos, feições e a mensagem que isso tudo transmitia em conjunto, em uma abordagem muito mais artística. Mas localidades como quartos tomavam conta de poucas fotografias na revista francesa, fonte para *O Rio Nu*.

Assim, para fazer a análise das imagens presentes no *O Rio Nu*, foi necessário levar em conta que “estudar certos fenômenos em seu aspecto semiótico é considerar seu modo de produção de sentido, ou seja, a maneira como provocam significações, isto é, interpretação” (JOLY, 2012, p.29). Para isso, é fundamental saber que, no âmbito dessa semiótica, existem os signos como composições das imagens, os quais podemos definir como formas ou objetos que representem situações ou coisas específicas, que consiste em “estar ali, presente, para designar ou significar outra coisa, ausente, concreta ou abstrata. Tudo pode ser signo a partir do momento em que dele deduzo uma significação que depende de minha cultura, assim como do contexto de surgimento do signo” (JOLY, 2012, p. 33). Assim, “um signo só é ‘signo’ se ‘expressir



ideias' e se provocar na mente daquele ou daqueles que o percebem uma atitude interpretativa” (JOLY, 2012, p.29).

Dentre os principais signos presentes nas fotografias do jornal carioca em todos os anos de sua existência – considerando que apenas cerca de 7% delas apresentam cenários em ambientes externos, e nenhuma delas possuía fundo preto, sem detalhes – foram os tecidos ornamentando tanto a modelo quanto o local onde ela estava a posar. Desses, o tipo que mais chama a atenção foram os de menor espessura que se parecem bastante com véus. Além disso, bancos e cadeiras, mesas, escadas, guarda-corpos, colunas, janelas e espelhos eram os principais elementos compositivos daquelas fotografias, ressaltando que a maioria delas colocavam as mulheres dentro de quartos.

4. DISCUSSÃO

A partir das imagens observadas, deve-se ter a noção de que não deve existir a confiança no poder explicativo da imagem de forma isolada, “pois o historiador, neste caso, não participa do processo de simulação: sua função é desvendá-lo. Expondo suas entranhas, o historiador procura entender que tipo de percepção a coletividade absorve e revela sobre seu modo de existência” (KAMENSKY, 2016, p. 23)

Nos atentando à proposta de investigação desse trabalho, acaba sendo possível localizar nossa temática em meio a conceitos estabelecidos pelos teóricos da Escola de Frankfurt quando se referem ao fenômeno da Indústria Cultural. Essa contextualização é fundamental, já que “a leitura da imagem não é imediata, pois provém de todo um universo mediado pelo olhar produtor e receptor das imagens” (KAMENSKY, 2016, p. 27) que, para nós, diz exatamente como o público consumidor manifestava seus desejos tanto ao comprar aquele produto quanto ao organizá-lo, pensando em qual tipo de fotografia deveria ser colocada naquelas páginas que faria com que o público quisesse comprar.

A partir da análise da obra intitulada “Indústria Cultural e Sociedade”, de Theodor Adorno, verifica-se que esse conceito caracteriza os ramos que a produção artística seguiu no contexto social pós-industrialização e, principalmente, após o estabelecimento capitalista, o qual passou a se preocupar com a produção massificada e, principalmente, com a mobilização do público para que o lucro possa ser atingido. A lógica de tal sistema pode ser caracterizada pelo fato de que a “participação de milhões em tal indústria imporia métodos de reprodução que, por seu turno, fazem com que inevitavelmente, em numerosos locais, necessidades iguais sejam satisfeitas com produtos estandardizados” (ADORNO, 2009, p. 6). Para isso, “a técnica



da indústria cultural chegou à estandardização e à produção em série, sacrificando aquilo pelo qual a lógica da obra se distinguia da lógica do sistema social” (ADORNO, 2009, p. 6).

Relacionando-se a tal estandardização e produção em série, deve-se lembrar que uma das preocupações quando se fala a respeito da Indústria Cultural é a forma como tendemos a utilizar manifestações como obras de arte – que tipicamente acabam se relacionando a grupos mais elitistas – em abordagens populares, adaptando-as para produtos voltados para a utilização da grande massa. Sendo esse um de seus princípios,

as obras de arte como palavras de ordem política são oportunamente adaptadas pela indústria cultural, levadas a preços reduzidos a um público relutante, e o seu uso se torna acessível a todos como o uso dos parques. Mas a dissolução do seu autêntico caráter de mercadoria não significa que elas sejam custodiadas e salvas na vida de uma sociedade livre, mas sim que desaparece até a última garantia contra a sua degradação em bens culturais (ADORNO, 2009, p. 38).

Essa incorporação cultural acaba se tornando parte já muito intrínseca ao conjunto dos elementos antropológicos de nossa civilização atual. Ao se referir ao principal objetivo dessa Indústria Cultural e se encaminhando para a prática da produção artística, Adorno tende a relacioná-las se utilizando dos conceitos de “valor de uso” e “valor de troca”, comentando até que o primeiro tende a ser substituído pelo segundo, sendo que o consumidor torna-se o álibi da indústria de divertimento. Então,

[...] o valor de uso da arte, o seu ser, é para os consumidores um fetiche, a sua valoração social, que eles tomam pela escala objetiva das obras, torna-se o seu único valor de uso, a única qualidade de que usufruem. Assim o caráter de mercadoria da arte se dissolve no próprio ato de se realizar integralmente. Ela é um tipo de mercadoria, preparado, inserido, assimilado à produção industrial, adquirível e fungível, mas o gênero de mercadoria arte, que vivia do fato de ser vendida, e de, entretanto, ser invendável, torna-se — hipocritamente — o absolutamente invendável quando o lucro não é mais só a sua intenção, mas o seu princípio exclusivo (ADORNO, 2009, p. 36).

Assim, é possível encaixar perfeitamente o jornal carioca *O Rio Nu* nesses conceitos de Indústria Cultural, principalmente considerando o recorte aqui estabelecido. Pelo que já se observou, tratava-se de um produto popular (que se não era amplamente comprado, era ao menos visto) que utilizava a arte – fotografias retiradas das revistas que inspiravam artistas da arte acadêmica – como mercadoria sob seus objetivos – o da veiculação dessas imagens como pornografia. Traz um tipo de conteúdo que dificilmente chegaria para a nossa sociedade e a torna “vendável”, mesmo que ela tivesse, em sua origem, um intuito mais artístico ou que servisse à arte como arte, não tanto como mercadoria.

Imagem 4: Do original: “Assim, postada ante a um espelho, quiz se mostrar a travessa após dobrar o joelho”.



Fonte: *O Rio Nu*, 02/09/1911, n.1369, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1911_01369.pdf>

Ao retirar as fotografias de um outro veículo (pertencente a outra cultura, que provavelmente serve como exemplo a ser seguido) nos mostra que a obra sempre se mantém à semelhança de outras pelo álibi da identidade. “A indústria cultural finalmente absolutiza a imitação” (ADORNO, 2009, p. 14), transformando aquele produto em outro totalmente diferente ao simplesmente alterar a abordagem, a ideologia, mesmo realizando cópias diretas desse outro produto. “Diante da trégua ideológica, o conformismo dos consumidores, assim como a imprudência da produção que estes mantêm em vida, adquire uma boa consciência. Ele se satisfaz com a reprodução do sempre igual” (ADORNO, 2009, p. 16), raramente inovando algo de forma grandiosa.

Para nossa análise, também é fundamental considerar o estudo intitulado “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de Walter Benjamin. Ao tratar sobre a incorporação de elementos de outro produto com a alteração apenas de seu contexto, o autor diz que “a reprodução técnica pode colocar a cópia do original em situações impossíveis para o próprio original. Ela pode, principalmente, aproximar do indivíduo a obra” (BENJAMIN, 1955, p. 2). De fato, as modelos que posavam para o *L'Étude Académique* provavelmente nunca teriam pensado que seriam postas para ilustrar conteúdos eróticos da forma como foram, pois ao se submeterem àquilo, acreditavam que estavam posando para uma revista de estudos acadêmicos. Dessa forma, “mesmo que essas novas circunstâncias deixem intacto o conteúdo da obra de arte, elas desvalorizam, de qualquer modo, o seu aqui e agora” (BENJAMIN, 1955, p. 2).

É simples entender esse fenômeno ao utilizar o presente objeto de estudo. Posicionar as fotografias em outro contexto, alterando a temática e as mensagens que elas lhe trazem, além



de “retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua aura, é a característica de uma forma de percepção cuja capacidade de captar ‘o semelhante no mundo’ é tão aguda, que graças à reprodução ela consegue captá-lo até no fenômeno único (BENJAMIN, 1955, p. 3).

Compreender esse processo se torna uma tarefa fácil se considerarmos que a sociedade brasileira, historicamente, ainda não tinha sido amplamente apresentada a um produto assim, apesar de ser impossível dizer que não almejava por uma manifestação como essa. Assim, a busca por esse “semelhante no mundo” se traduzia em algo que não era tão presente na própria realidade. Não só pela questão mais explícita do desejo sexual, mas a Indústria Cultural nos mostra que a vontade (mesmo que inconsciente) de consumir itens que se assemelham a algo mais nobre como a arte tende a viabilizar essa aceitação. Mesmo em um jornal com conteúdos “indelicados” para aquela sociedade de modo geral, a incorporação de fotografias daquele contexto era um diferencial.

Pode-se dizer, a respeito disso, que no início “a arte ainda mantinha o burguês dentro de certos limites, à medida que era cara. Isso acabou. A sua proximidade absoluta, não mais mediada pelo dinheiro, para todos aqueles a quem é exibida, é o cume da alienação e aproxima uma à outra no signo da completa reificação” (ADORNO, 2009, p. 38), o que também se aplica à concepção dos corpos femininos diante daquelas representações.

Falando a respeito das fotografias, um dos aspectos relevantes a se considerar é a frequência em que aparecem. Mesmo após terem começado a aparecer nas páginas no ano de 1908, não havia padrão, intervalos fixos ou uma incidência lógica entre as edições do *O Rio Nu*. Salvo por poucos períodos nessa trajetória em que as imagens acabaram aparecendo em todas as edições de forma ininterrupta, o público não sabia ou tinha como prever se a próxima edição contaria com uma foto ou, como na maioria das vezes, uma ilustração. Essa situação se agrava quando, nos anos finais (principalmente a partir de 1915), elas passam a ficar localizadas nas páginas centrais do jornal, o que poderia impossibilitar que o comprador averiguasse a sua existência antes de adquiri-la e o condicionava a comprar mesmo com essa incerteza, criando assim um sentimento de expectativa.

De tal modo, o fato de aparecerem “às vezes”, sem um padrão, acabava mostrando ao leitor que aquele produto poderia possuir as fotografias em sua composição, mas nem sempre cumpria tal premissa. Quanto a isso, há de se considerar que

a indústria cultural continuamente priva seus consumidores do que continuamente lhes promete. O assalto ao prazer que ação e apresentação emitem é indefinidamente prorrogado: a promessa a que na realidade o espetáculo se reduz, malignamente significa que não se chega ao *quid*, que o hóspede há de se contentar com a leitura do



menu. [...] A indústria cultural não sublima, mas reprime e sufoca. Expondo continuamente o objeto do desejo, ela apenas excita o prazer preliminar não sublimado, que, pelo hábito da privação, há muito tempo se tomou puramente masoquista (ADORNO, 2009, p. 21).

Essas concepções fazem parte do produto. Podem ser consideradas uma forma de manter o vínculo entre o público leitor e a própria revista, principalmente ao considerarmos que “a força da Indústria Cultural reside em seu acordo com as necessidades criadas” (ADORNO, 2009, p.18) por ela própria. Assim, como toda mercadoria que deve fazer contato com o cliente e com ele estabelecer relações até mesmo de diálogos, mediante ao seu conjunto de regras, estruturas e proibições, essa Indústria

[...] fixa positivamente uma linguagem sua, com uma sintaxe e um léxico próprios. A necessidade permanente de efeitos novos, que permanecem todavia ligados ao velho esquema, só faz acrescentar, como regra supletiva, a autoridade do que já foi transmitido, ao qual cada efeito particular desejaria esquivar-se (ADORNO, 2009, p. 11).

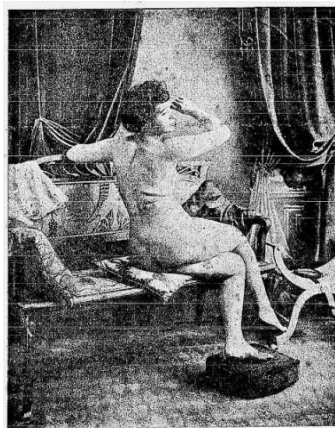
Tal vínculo entre o consumidor e os responsáveis pelo produto se agrava se lembrarmos que o jornal de fato mantinha um diálogo frequente com quem o lia. Seja de forma indireta ao colocar resultados do jogo do bicho daquela semana, ou anunciar acontecimentos e eventos que poderiam ser interessantes. Havia ainda um contato mais direto se considerarmos que haviam concursos, piadas interativas e charadas que pediam por respostas do público leitor, sendo essas divulgadas na edição posterior. Na Indústria Cultural e, principalmente, no capitalismo, conhecer seu público e se adaptar a ele são alguns dos princípios para que um produto se mantenha ativo e renovado no mercado.

Assim, seria possível dizer que se tratava, já naquela época e contexto, de um tipo de produto pornográfico? O valor de culto que aquelas imagens possuíam em sua origem vai sendo deixada de lado para um valor de exposição (BENJAMIN, 1955), em que é inserida para satisfazer pulsões sexuais momentâneas, conduzidas por determinado contexto exterior à própria fotografia. A produção e o uso da imagem feminina pelos homens é a problemática que devemos dar enfoque, já que

a prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes (PERROT, 2007, p. 17).

Assim, o próprio jornal tinha total consciência de sua abordagem. Desde a segunda edição de sua história⁵, já haviam menções que falavam sobre como o próprio jornal fora bem recebido em sua estreia e como tinha sido “um delírio!” para o público, já que até os mais idosos tinham passado a noite em claro “contemplando-o”, o pensamento pornográfico de criar produtos para suscitar pulsões sexuais no público de modo direcionado e, como foi na maior parte da história, voltado ao público masculino já era presente em dada mentalidade, mesmo que ainda não fosse tão comum em nossa cultura.

Imagem 5: Do original: “Na posição ideal tal qual a vemos aqui. E ao fitar-lhe as redundâncias... Sentireis leitores, creio, igual sensação e aneio.... A’quella que eu já senti”.



Fonte: *O Rio Nu*, 30/09/1908, n.1067, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1908_01067.pdf>

E como forma de entretenimento, aquele tipo de fotografia funcionava bem. Além de atrair com grande facilidade a atenção do futuro leitor que veria o *O Rio Nu* nas prateleiras da banca de jornal, ele saberia que sempre haveriam anedotas com humor bastante particular e que transmitia a impressão de ser inteligente, considerando os jogos de palavras ali envolvidos. Dessa forma, é quase impossível que alguém, naquela época e contexto, observaria as fotos presentes no *O Rio Nu* de modo a analisá-las como representações artísticas ou até mesmo de forma crítica. Assim, relacionando-se ainda ao fenômeno da Indústria Cultural do qual o jornal carioca faz parte

afirma-se que as massas procuram na obra de arte distração, enquanto o conhecedor a aborda com recolhimento. Para as massas, a obra de arte seria objeto de diversão, e para o conhecedor, objeto de devoção. A distração e o recolhimento representam um contraste que pode ser assim formulado: quem se recolhe diante de urna obra de arte mergulha dentro dela e nela se dissolve. [...] A massa distraída, pelo contrário, faz a

⁵ Ver: *O Rio Nu*, 21/05/1898, n.2, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1898_00002.pdf>.



obra de arte mergulhar em si, envolve-a com o ritmo de suas vagas, absorve-a em seu fluxo (BENJAMIN, 1955, p. 12).

Diante da imersão proporcionada pelo jornal e seu caráter manipulativo com relação ao público leitor, se relacionando com o estabelecimento do jornal carioca como parte da Indústria Cultural, é fundamental entendermos outra problemática totalmente relacionada com o objeto de estudo e sua natureza pornográfica: o fenômeno da indústria do comércio de corpos. Pode-se dizer que o *O Rio Nu* é um grande expoente nesse processo. Através dele, a sociedade brasileira passava a ter contato com o corpo feminino comercializado em fotografias em um veículo de massa. Neste sentido, o que era da dimensão privada e íntima – corpo, sexualidade – ganha publicidade e é massificado, tornando-se obsceno. Estes corpos passam a estar estampados no jornal e podem ser vistos por qualquer um. A nudez feminina que antes apareceria em lugares privados ganha foro público.

Isso pelo fato de que, mesmo não comprando, o jornal era muito popular por ficar exposto com enfoque nas ilustrações e fotografias tanto nas páginas centrais quanto as iniciais, dependendo dessa chamativa exposição para que fossem comprados. Seu sucesso se dava, em grande parte, por decorrência desses fatores.

Porém, que tipo de preocupações decorrem dessa situação? A começar que a "assimetria entre personagens masculinos dotados do poder de olhar e personagens femininas feitas para serem olhadas (...) entre a mulher como imagem e o homem como portador do olhar" (AUMONT, 1995, p. 126) é talvez o fator mais evidente.

O comércio de corpos acontece a partir da premissa que o produto à mostra está sendo comercializado para que seja consumido por uma grande massa. Considerando que esse consumo parece sempre estar atrelado ao prazer e às satisfações sexuais, e “como estamos vivendo na era da imagem visual, as diversas representações aceitas como eróticas vêm-se caracterizando, em sua maioria, pelo centramento da visualização da nudez e das cenas sexuais (VALENÇA, 1994, p. 149). Nesse processo, é colocado o erótico no mesmo nível de representação visível da nudez, o que faz com que o conceito de que uma produção cultural é erótica a partir da quantidade de nudez que ela contém.

O periódico analisado não seria um daqueles jornais que a pessoa abriria em um banco de praça e leria de modo habitual. O intuito do *O Rio Nu* era ser um produto que o público consumiria em seus momentos de intimidade, em que pudesse dar atenção aos diversos relatos eróticos e às imagens que ali existiam do modo que melhor os agradassem. Sendo assim, a “obscenidade” desse produto influenciaria na intimidade requerida por ele? A vulgarização do

jornal, vendido de forma bastante livre e exposta, atrapalharia a visão do público acerca desse produto que pedia por uma visualização mais reservada? Aquelas imagens pornográficas de mulheres nuas e convidativas surtiriam o mesmo efeito no público mesmo sendo amplamente vistas pela sociedade? Ao que tudo indica, sim. Talvez a pornografia necessite dessa consumação ampla para que seja vista com uma melhor qualidade e aceitação.

Se nos dias de hoje, o consumo pornográfico é dedicado principalmente ao que é mais popular, como fotos de pessoas famosas que acabam sendo disponibilizadas (ilegalmente, na maioria das vezes), vídeos de produtoras renomadas ou até mesmo de pessoas comuns que ganham popularidade pela natureza menos “artificial” de suas produções. Entre outros exemplos, essas manifestações que mais atraem o público são, coerentemente, as que mais tem visualizações. É nisso que se traduz o fenômeno do erotismo direcionado e massificado.

E se temos essas características atualmente, há pouco mais de cem anos atrás isso seria ainda maior, considerando que *O Rio Nu* era uma das poucas opções de produtos pornográficos naquele contexto histórico e social. Porém, se a popularidade e a presença nos espaços públicos não atrapalhavam o consumo íntimo do jornal e os desejos dos consumidores, talvez o conteúdo das fotografias sim – se devendo a isso a escolha de um padrão determinado para as fotografias. E nisso reside a coisificação dos corpos femininos.

Imagem 6: Do original: “Quem dera leitor amado. Sim quem dera essa ventura, té capaz de enlouquecer! Valia bem a loucura de nos seus braços morrer!”.



Fonte: *O Rio Nu*, 21/12/1910, n.1297, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1910_01297.pdf>;

Dessa forma, as imagens não trariam modelos totalmente iguais às mulheres que o público leitor teria como companheiras. Sobre isso, o historiador Robert Muchembled (2007) faz uma análise que se encaixa perfeitamente nessa premissa quando fala sobre a distinção



cultural entre “dois tipos totalmente opostos de mulheres, boas ou ruins, ao passo que os moralistas cristãos do passado só concebiam uma mulher, pecadora e lúbrica por natureza, ao mesmo tempo anjo e demônio” (MUCHEMBLED, 2007, p. 227). Com isso,

[...] a classificação das mulheres em dois grupos, as puras e as desencaminhadas, de certo modo as mães e as putas, permite além do mais tranquilizar os homens, dando-lhes a sensação de compreender facilmente os mistérios da outra parte da humanidade. [...] A cônjuge pudica ideal, quase santa, maternal, garante o repouso do guerreiro capitalista exausto fechando-se no lar, recusando toda paixão condenável e usando seu corpo com ele muito licitamente, mas com moderação. A mulher de bem como um ser sem necessidade nem desejos sexuais imperativos. Disponível, amante, fiel: nenhum homem jamais ousara sonhar com uma tal ventura nos séculos anteriores! A esposa virtuosa opõe-se literalmente a puta libidinosa. Esta última recolhe e concentra todas as características negativas outrora atribuídas a todo o gênero (MUCHEMBLED, 2007, p. 227-228).

É claro que o jornal não iria difamar as imagens que trazia em sua composição, as relacionando com “putas libidinosas”, assim como tinha que trazer mulheres que fossem atraentes, como essa identidade europeia acabava sendo – novamente se relacionando com o desejo pela ausência. Segundo a cultura que incorporávamos da França, por exemplo, “a mulher fatal é descrita como forte, independente, sem tutela masculina, exatamente o contrário da esposa e mãe casta, submissa, dócil” (MUCHEMBLED, 2007, p. 198), então a expressão pornográfica deveria seguir essas premissas para atrair o homem que, sob uma percepção instintiva nessa cultura patriarcal e machista, poderia se sentir desafiado a dominar essa mulher que se mostra forte e independente, sendo esse o fruto do desejo. É justamente essa percepção que tornam esses corpos tão objetificados: a vontade de dominar e conquistar aquilo como um troféu.

Uma relação um pouco mais científica pode ser traçada a partir do pressuposto que, com relação à mulher,

sua sexualidade não é concentrada na área genital, mas dispersa por todo o corpo, inclusive internamente. Ela, que não passou por um processo de sublimação tão agudo como o homem, não separa mente de corpo e, portanto, tampouco alma de corpo. Por ser mais simples, o corpo do homem carrega uma grande carga de fantasias, nas o da mulher não, porque o corpo dela carrega a realidade que é a vida. [...] Isto aponta para uma diferença de qualidade na vivência dos corpos masculinos e femininos e no prazer de homens e mulheres (BOFF; MURARO, 2002, p. 164-165).

E essas circunstâncias exemplificam como as relações de intimidade e obscenidade podiam servir como exemplo para aquela sociedade. O grupo que compõe o objeto de desejo, sendo nesse caso as mulheres, se quisessem ter uma atenção como as fotografias possuíam, teriam naqueles elementos e mensagens um exemplo teoricamente efetivo a se seguir. Porém,



se as mulheres passassem a se comportar de acordo com o que ali era demonstrado, seria pouco provável que seu comportamento fosse aceito dentro daquela sociedade. É possível sintetizar tais relações sabendo que

[...] o comportamento sexual, com as harmonizações e os conflitos que comporta, se forma e se desenvolve à medida que o ser humano, dotado de determinadas características genéticas, entra em interação com o meio sociocultural específico e seus estímulos singulares. Alguns comportamentos benfazejos se instauram porque ocorre uma sintonia entre equipamento genético e o meio, e outros são conflitivos pela falta de adequação e harmonização entre um fator e outro (BOFF; MURARO, 2002, p. 23).

Apesar dessa análise no âmbito da sexualidade e da intimidade, há de se considerar que o período em questão significou mudanças, em que uma dessas mudanças diz respeito à presença dessas mulheres na sociedade. Em contrapartida à herança cultural estabelecida na sociedade brasileira, sabe-se que, gradativamente, o meio passa a contar com transformações significativas. Na década de 1910,

[...] os corpos se libertam e as formas se alongam, como se as linhas do corpo ganhassem autonomia e acompanhassem a profunda transformação social em curso. A mulher, que agora ingressa no mercado de trabalho, busca uma imagem de movimento e atividade por meio de uma elegância apropriada aos novos tempos de desenvoltura e liberdade. Uma nova mulher emerge das profissões mais ativas e a ilusão de ter conquistado seus direitos faz com que ela passe a valorizar e investir mais no seu corpo (FERREIRA, 2010, p. 190).

O período de transformações políticas e estruturais do Rio de Janeiro proporcionaram isso. Porém, apesar das novidades descritas acima, aspectos já fortemente estabelecidos demorariam a se alterar. Tomando o *O Rio Nu* como grande exemplo, temos nele o resultado da mentalidade daquele período que, de modo geral, era voltado ao público masculino.

Assim, mesmo que seja possível dizer que a mulher estava se emancipando de tantas e tão bem estabelecidas amarras culturais, os corpos femininos ainda eram os primeiros – e até então únicos – a serem objetificados, em que a única preocupação era “servir” aos gostos do público masculino. A revista fonte – o *L'Étude Académique* – possibilitava que o jornal carioca pegasse fotografias que retratavam homens e que agradariam mais o público feminino heterossexual e o masculino homossexual, mas não seria coerente com a nossa cultura. Possivelmente significaria uma ameaça à sua imagem e popularidade que, considerando a quantidade vendida, não poderia acontecer.

O paralelo com os dias de hoje se torna inevitável se considerarmos a visibilidade massificada ainda bastante recente das problemáticas que, de modo geral, tratam da equidade



entre os gêneros e o reconhecimento deles de forma respeitosa. Nesse caso, quanto ao foco da pesquisa, é possível dizer que

as mulheres, agora protagonistas ao lado dos homens, foram pouco a pouco reveladas tanto na esfera pública (motins, organizações políticas, mercado de trabalho...) como em aspectos privados até então relegados (família, maternidade, lar...). Surgiam enquanto “rebeldes” e “amotinadas”, “donas-de-casa” e “trabalhadoras”, nas praças e nas casas, transformando e sendo transformadas nas teias do poder e das resistências (GOMES, 201-?, p. 4).

Apesar da forma objetificada e negativa em que aquelas imagens eram vistas, há de se considerar que a visibilidade ainda era presente. Mesmo considerando todas as possíveis problemáticas relatadas aqui a respeito do que essa representação significa, se mostra a necessidade de entender que era a mulher sendo vista. Mesmo que não fosse exatamente o perfil da mulher brasileira, e mesmo que isso pudesse causar certa prática de rejeição por esse perfil, não deixava de estarem as mulheres em evidência ali, estampando as folhas do jornal e sendo admiradas (da forma que for) pelo grupo que, até aquele momento, era dominante culturalmente: os homens.

O Rio Nu, evidência histórica tão rica, poderia ser um simples entretenimento que nada mais queria senão divertir o público se utilizando do que as pessoas menos gostassem de falar, talvez, naturalizando e convertendo temáticas sexuais em bom humor e conforto para os curiosos. Pode ter sido pensado como algo inovador ao seu próprio molde e, principalmente, uma ideia chamativa o suficiente para se acreditar e testar. Porém, cem anos depois, vemos que possui muito mais conteúdo histórico do que se via em seu período de produção. Assim, é possível dizer que a História proporciona rever os mais singulares indícios e desvendar uma enorme gama de informações também únicas acerca dos fatores internos e externos dessas evidências, nos permitindo conhecer de forma cada vez mais integral nosso passado, tomando-o como pauta aos nossos dias futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais:

Jornal *O Rio Nu*. De 1898 a 1916. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>>. Acesso contínuo de 22 dez. 2018 a 18 mai. 2019.

Revista *L'Étude Académique*. De 1904 a 1914. Fonte: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32770741t/date.item>>. Acesso contínuo de 12 fev. 2019 a 26 fev. 2019.

Referências Bibliográficas:



ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 5 v. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Industria-Cultural-e-Sociedade-Adorno.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2019

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1995.

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. *Um olhar sobre o corpo ontem e hoje*. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p.24-34, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2019.

BARROS, José D'assunção. *O campo histórico: considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea*. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p.230-239, set. 2005. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6433/3576>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Era e sua Reprodutibilidade Técnica**. Publicado originalmente em 1955. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/DIATAT>>. Acesso em: 10 mar. 2019

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

CASTRO, Flávia Lages de; CRESPO, Juliana. *Pornô Cultural: da concepção pornográfica como Indústria Cultural ao movimento Feminista Pornô*. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Jaguarão, ano 8, n. 14, p.90-104, out. 2017. Semanal. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27266/15871>>. Acesso em: 12 abr. 2019

FERREIRA, Francisco Romão. *Corpo feminino e beleza no século XX*. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.186-201, out. 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_12.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, Mulher e Gênero**. Juiz de Fora: UFJF. [201-?]. In: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIA-MULHER-EG%C3%84NERO.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019

GRESPLAN, Jorge. **Considerações sobre o Método**. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.291-301

KAMENSKY, Andrea P. dos S. Oliveira. *O audiovisual como documento histórico: documentários, filmes, narrativas e experiências entre História, Antropologia e Cinema*. In: KAMENSKY, Andrea P. dos S. Oliveira; MEIHY, José C. S. Bom (orgs.). **Olhares e Escutas**: história oral e audiovisual das experiências de quem educa na periferia de São Paulo. São Paulo: Pontocom, 2016. p.21-31

MELONI, Mariana. **A fetichização da Imagem da Mulher**. São Paulo: Opus Corpus – Antropologia das Aparências Corporais, [200-?]. Disponível em: <<http://www.each.usp.br/opuscorpus/PDF/t1p1.pdf>> . Acesso em: 04 abr. 2019



MORAES, Eliana Robert; LAPEIZ, Sandra Maria. **O que é pornografia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MUCHEMBLED, Robert. **O Orgasmo e o Ocidente**: uma história do prazer do século XVI a nossos dias. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **Um Gênero Alegre**: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de Campinas, 1997

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.



Gênero, classe e raça no sistema social de Desterro (1877 – 1882).

Flávia de Freitas Souza¹

Recebido em: 22/08/2019

Aceito em: 15/12/2019

RESUMO

Este artigo aborda duas histórias de mulheres unidas em um mesmo sistema de relações, construído no interior de uma casa senhorial comandada por uma delas, na cidade de Desterro (Florianópolis), capital de Santa Catarina, no último quartel do século XIX. O estudo analisa como essas mulheres – senhora e escravas – enfrentaram, a partir do seu lugar social, as regras de uma estrutura patriarcal que dominava, por força legal, as suas vidas e destinos. A primeira mulher que essa história apresenta é Anna Francisca da Costa e Silva, senhora bem posicionada na sociedade do seu tempo, viúva, provedora e administradora da própria casa onde vivia em companhia de dois escravos libertos, quatro jovens escravas e duas crianças, Roza e Maria, filhas de Eva e Benedita, as duas personagens que protagonizam a segunda história apresentada no texto e que trata das expectativas que animaram essas mulheres a requererem, judicialmente, a tutela das suas filhas menores, transferida ao inventariante de sua senhora, em decorrência da sua morte.

Palavras-chave: Mulheres. Classe social. Raça.

Gender, class and race in the social system of Desterro (1877 - 1882)

ABSTRACT

This article deals with two stories of women united in the same relationship system, built inside a manor house run by one of them, in the city of Desterro (Florianópolis), capital of Santa Catarina, in the last quarter of the 19th century. The study analyzes how these women, mistress and slaves, faced, from their social place, the rules of a patriarchal structure that legally dominated their lives and destinies. The first woman this story presents was Anna Francisca da Costa e Silva, a well-placed lady in the society of her time; Provider and administrator of the residence, where she lived in the company of four slaves and two children, Rosa and Maria Benedicta, daughters, respectively, of Eva and Benedita, the two characters who play the second story presented and that deals with the expectations that animated these two women. to petition in court for the custody of their youngest daughters, guarded by Anna Francisca's executor, as a result of their death.

Keywords: Women. Social class. Race.

¹ Mestranda do programa de pós graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8391059482427572>>. Endereço eletrônico: flavia.freitassouza@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Especialistas e pesquisadores da história de Santa Catarina assentem que a historiografia “tradicional” retratou a sociedade catarinense do século XIX, numa perspectiva associada às grandes personalidades do sexo masculino. Para a historiadora Joana Maria Pedro (2008), as mulheres aparecem pouco nos estudos tradicionais e quando aparecem, são retratadas como apêndices da história dos homens ou figurando em um papel social idealizado pela imagem da mulher de família, esposa e mãe devotada, pertencente a uma elite em processo de formação. As novas abordagens da história social, destaca a historiadora, têm buscado reintegrar essas mulheres ao seu contexto histórico, evidenciando a sua participação enquanto líderes de família e membros economicamente ativos dessa sociedade.

No aprofundamento da sua pesquisa sobre a vida de mulheres comuns na cidade de Desterro, Joana Maria Pedro abriu precedentes significativos para que outros historiadores perseguissem caminhos semelhantes. Daniela Sbravatti (2008), por exemplo, ao se dedicar à análise de documentos judiciais, cartoriais e administrativos como processos, testamentos, alforrias, contratos de compra e venda de imóveis e escravos, locação de mão-de-obra escrava e comprovantes de coleta de impostos pela prática comercial, demonstrou que muitas mulheres de Desterro administravam as suas finanças e exerciam direitos legais, aparentemente, sem a necessidade de serem tuteladas por um homem para a prática das suas vidas civis.

Entre os papéis definidos para homens e mulheres, não era convencional que estas últimas chefiassem domicílios ou não estivessem submetidas ao mando de um marido. Entretanto, situações que contrariavam o convencional e o “ideal” eram recorrentes na sociedade brasileira do século XIX, segundo a pesquisadora. Por essa razão, autores que defendem uma reavaliação dos papéis sociais das mulheres na historiografia brasileira, nesse período, propõem um olhar menos essencializado acerca das disparidades entre os sexos, chamando a atenção para a percepção de que as diferenças de gênero são construções históricas e culturais, e precisam ser repensadas à luz de outras realidades possíveis (SBRAVATTI, 2008, p. 22).

Esse tema será discutido no presente texto em duas abordagens distintas: a primeira, traz a história de Dona Anna Francisca da Costa e Silva, uma senhora de elite que ao ditar o seu testamento, legou aos seus escravos – quatro mulheres e duas crianças nascidas de ventre livre – a liberdade e parte dos seus bens, garantindo-lhes sobrevivência material após a sua morte. É



possível que o modelo de mulher e a convivência com essa senhora que exercia os seus propósitos, sem tutela, em um universo dominado por homens, tenha sido fator que animou as libertas Eva e Benedita, protagonistas da segunda história, a requererem, judicialmente, a guarda de suas filhas menores, transferida ao testamentário de Anna Francisca em decorrência da sua morte, no ano de 1877.

O testamento de Anna Francisca da Costa e Silva; o seu inventário *post mortem*; os autos do pedido de tutela impetrado por Eva e Benedita contra o inventariante; e os jornais de Desterro e da Corte, foram fontes utilizadas para desvelar as histórias dessas mulheres comuns, mas singulares, e as motivações que alimentaram as suas expectativas e estratégias, levando-as a agir para fazer valer os seus direitos em um sistema social marcado por tensões e controles, mas também por solidariedades nas relações pessoais entre escravos e senhores. Parte-se, portanto, de fragmentos das vidas dessas mulheres, registrados nos documentos a elas relacionados, para se pensar, em um contexto mais abrangente, uma nova história das mulheres no Brasil.

No desenvolvimento do texto dois temas relevantes merecem ser observados. O primeiro, é a relativização do controle social das mulheres quando a variável classe social se sobrepunha ao gênero, tornando evidente que o controle masculino e religioso, em situações específicas, em que a mulher se inseria em um patamar privilegiado na sociedade do seu tempo, obedecia, em menor escala, a fatores imperativos. O segundo tema, diz respeito aos laços de solidariedade que as senhoras de elite, solteiras ou viúvas, estabeleciam com os seus escravos (as) e agregados (as) garantindo-lhes a liberdade e parte dos seus bens para que pudessem sobreviver sem o seu amparo, após a sua morte. A hipótese é que a contrapartida viesse em forma de companhia e zelo, quando estas mulheres se tornavam idosas.

Este tema das redes de dependência e laços de solidariedade traz elementos importantes acerca da ambiguidade das relações estabelecidas entre escravos (as) e suas senhoras, isso por quê, para além do afeto e da preocupação demonstrada pelo gesto de protegê-los, financeiramente, há um evidente impulso de controlar os seus destinos, o que confirma um certo ceticismo de que eles pudessem fazê-lo por si, como veremos no caso em que Anna Francisca transfere a tutela das filhas menores de Eva e Benedita para o Major Antônio Nunes Ramos, um homem branco, que gozava de prestígio e respeito na sociedade local.

Essas nuances percebidas nas relações abordadas nas histórias que virão, partem, nos termos de Giovanni Levi (2000), de uma escala bastante reduzida, observada no âmbito das



histórias comuns. Para o historiador italiano, acontecimentos diluídos no cotidiano das pessoas abarcam realidades sociais, culturais e econômicas complexas e abrangentes, tornando os seus protagonistas alheios a certas escolhas porque estão envolvidos em um sistema que não controlam, mas que, de alguma forma, associam e reelaboram ou subvertem, a partir das suas próprias realidades, impactando nas suas formas de pensar, agir e articular no interior das sociedades.

Embora singulares, as histórias analisadas neste trabalho não destoam da realidade do período em que elas se desenrolaram, no entanto, as suas racionalidades específicas, afetam e são afetadas pela realidade social e cultural do seu tempo, permitindo a elaboração de hipóteses que uma visão totalizante ou estruturante, dificilmente apresentaria. No caso em tela, a hipótese é que, mesmo em uma sociedade patriarcal e de intenso controle social da vida e do corpo da mulher, só é possível analisar questões relacionadas ao gênero, se o tema for operacionalizado de forma relacional com outras variáveis que o interseccionam como classe, raça e sexualidade; categorias determinantes para se pensar diferentes possibilidades de vida, trânsito, direitos e mobilidade social dos sujeitos (HIRATA, 2014).

2. CASAMENTO OCULTO

Anna Francisca Livramento da Costa nasceu na vila de Desterro, Santa Catarina, no começo do século XIX. Era filha de Francisco da Costa Xavier e Anna Joaquina do Livramento, e pertencia a uma família bem estabelecida na cidade, proveniente dos Açores e da Ilha Terceira. Casou-se na Corte com o negociante português Anacleto José Pereira da Silva, no ano de 1844, quando passou a se chamar Anna Francisca da Costa e Silva. O casal não teve filhos.

Anna e Anacleto conheceram-se em Desterro por volta de 1826, quando ele achava-se assentado no posto de Sargento-Mor das Forças Militares na Ilha de Santa Catarina, e atuando como administrador e procurador do Hospital de Caridade e da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos. Casaram-se em “segredo” quase quinze anos depois de estarem vivendo maritalmente na corte do Rio de Janeiro.

Talvez tenha sido para preservar Anna Francisca do julgamento da sociedade cortesã ou mesmo para garantir a sua situação financeira que o casal resolvera regularizar, em segredo, a sua situação matrimonial, utilizando a estratégia do chamado *casamento oculto*: um procedimento de exceção que o Bispado do Rio de Janeiro vivenciou na primeira metade do século XIX. De acordo com a pesquisadora Alessandra Silveira (2004) que investigou os



registros de *Casamentos de Consciência ou Ocultos (1818-1852)*, consultados no arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (CMRJ), este ato religioso eximia os casais de realizarem habilitação matrimonial, os chamados “banhos” ou proclamas, processos pré-nupciais cuja função era verificar os dados dos nubentes para que pudessem ser considerados aptos ao matrimônio².

Consta na justificativa do pedido de regularização dessa união, que Anna Francisca e Anacleto viviam em situação de concubinato desde 1831. Tal condição, moralmente reprovável pelos padrões da época, se dava, segundo formalização do pedido, pelo fato de Anacleto ter deixado esposa em Portugal. O próprio declarante afirmou que contraiu casamento com a jovem catarinense “(...) durante o vínculo com o primeiro”.³ Assim, o “casamento oculto” de Anacleto José Pereira da Silva com Anna Francisca da Costa e Silva ocorreu em dois de novembro de 1844, e foram testemunhas: o Ministro Manoel José de Siqueira Rocha e o Sr. Domingos do Espírito Santo.

Anacleto faleceu em junho de 1949 deixando, ao que parece, Anna Francisca em boa situação financeira.⁴ Cerca de dez anos após a morte do marido, o nome da viúva foi identificado nas páginas do Jornal *O Comércio*, em anúncio do leiloeiro Manoel de Oliveira e Sá. No aviso o negociante se dizia encarregado de vender “pela melhor oferta obtida, a sua riquíssima e completa mobília, e mais artigos pertencentes à mesma”. A sessão de lances fora marcada para o dia 23 de fevereiro de 1858, “às 3 e meia da tarde, na sua ex-propriedade, localizada na Rua de São Clemente, n. 80 A”.

No lote do leilão foram anunciados:

(...) ricos móveis de mogno sólido, com estufo de *brocatelle* de seda carmesim e capas (entrando mobília completa), superior piano-forte de *Collard & Collard*, de Londres, mesa elástica, aparadores de sala de jantar, cômodas, sofás, cadeiras e mesas diversas, espelhos, ricas cortinas de casa fina, pêndula, serpentinas, ricos vasos de ornamento, louça, porcelana, cristais, esteiras de sala, etc. etc.

²Segundo Silveira (2004) os registros do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) indicam que na primeira metade do século XIX, vinte e um casais de diferentes regiões do Brasil, regularizaram as suas situações civis por meio do chamado “casamento de consciência” ou “casamento oculto”.

³ Acredita-se que após ter se tornado viúvo de Dona Francisca Matildes da Silva Paiva, Anacleto tenha podido regularizar a sua união com Anna Francisca, recorrendo à estratégia do “casamento oculto”.

⁴ Em nota publicada no Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, de 18 de julho de 1949, um dos herdeiros obrigatórios de Anacleto, o filho Manoel José Pereira da Silva, então procurador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, questionava os direitos da viúva aos bens do casal, contestando, inclusive, a validade da escritura dotal de Anna Francisca. Pedia portanto, que não se realizasse, naquela cidade, nenhum tipo de negócio com a viúva de seu pai até a decisão do litígio. A questão que se coloca é: atribuir uma escritura dotal a Anna Francisca teria sido uma estratégia visando garantir-lhe renda em caso de morte do marido?



Os objetos listados no lote de Dona Anna Francisca e mesmo a localização da sua residência – a rua São Clemente – permitem inferir que o padrão de vida que essa Senhora levava na corte era relativamente elevado. A referência a objetos e utensílios finos e peças importadas, indica uma vida social condizente com os hábitos de consumo da elite cortesã. Os móveis de luxo, o piano inglês, as “ricas cortinas de casa fina”, ornamentos, serpentinas (candelabros) e cristais, remetem a uma residência aberta à vida social, onde possivelmente recepções eram oferecidas para um círculo íntimo de amigos. Como uma mulher de elite, pode-se imaginar que Anna Francisca tenha marcado presença em saraus noturnos, idas ao teatro e demais acontecimentos da vida social da Corte e que, sendo uma mulher proveniente de uma vila interiorana, tenha aprendido a se portar em público e a bem representar diante das visitas, de acordo com os moldes sociais da época.

Da esposa do rico comerciante ou profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o *status* do grupo familiar mais e mais para cima. (D'INCAO, 1997, p. 228).

Evidências verificadas nos autos da transmissão do patrimônio de Anna Francisca indicam que após se mudar da Rua São Clemente, no bairro Botafogo, a viúva fixou residência em um sobrado na rua Santa Christina, no bairro da Glória, onde viveu por mais quatro anos. No verão de 1962, mudou-se em definitivo para Desterro, a sua terra natal. O Jornal *Correio Mercantil*, de 06/02/1862, noticiou o seu embarque a bordo do vapor Tocantins, “em companhia da sua irmã Justina, um criado e seis escravos”.

Em Desterro, a mulher passou a viver em uma ampla casa de chácara, ainda existente, situada no pitoresco arrabalde do Mato Grosso, região que tangenciava o centro da cidade. Este bairro, desde meados do século XIX, qualificava-se como refúgio das famílias abastadas de Desterro, decididas a viver em áreas mais aprazíveis, arejadas e isoladas do ambiente insalubre da região comercial e portuária da cidade (VEIGA, 2010, p. 101).

Até aqui, as fontes analisadas permitiram que fossem observadas ações, negociações e arranjos que buscaram blindar a imagem dessa uma mulher da elite, do julgamento e do controle social da sua época. As estratégias para preservar a “honestidade” e a herança de Anna Francisca contaram com a cumplicidade da igreja e de homens influentes e de reconhecida reputação, como o Ministro Manoel José de Siqueira Rocha que foi testemunha do seu casamento com Anacleto.



Tendo evidente que tal tratamento de exceção dificilmente alcançaria mulheres de classes menos favorecida e vivendo na mesma condição de concubinato, cabe perfeitamente pensar que sim, o *status* social e a pertença à elite particularizavam, significativamente, as relações de gênero na sociedade brasileira do século XIX (AZEVEDO; FRANÇOSO, 2004, p. 460).

Anna Francisca faleceu em fevereiro de 1877 e deixou um extenso testamento ditado dois meses antes de morrer. A leitura do documento enriquece a imaginação e dá pistas das relações humanas e dos valores estabelecidos no interior da casa comandada por esta velha senhora que, no final da vida, morava na companhia de dois idosos libertos, quatro jovens escravas e duas crianças.⁵

Em Desterro, a mulher levava uma vida discreta, dedicada à caridade e às obrigações religiosas. Seus bens foram distribuídos entre amigos, afilhados, e parentes de segundo grau. Também destinou uma quantia significativa para doação aos órfãos necessitados e para as cinquenta pessoas mais pobres da cidade, “preferindo as viúvas que viviam honestamente”. Os desejos expressados por Dona Anna Francisca ao indicar os seus legatários, dão conta da relação que esta senhora estabeleceu com os seus criados e com o restrito círculo de pessoas com as quais conviveu no final da sua vida.

Entre muitas doações e legados, Anna Francisca, ao elencar os termos da sua herança, cuidou primeiramente de libertar suas escravas Eva, Benedita, Luíza e Felisberta, determinando que a cada uma delas fossem destinadas duas apólices provinciais da Corte do Rio de Janeiro no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) cada. Para as menores Roza e Maria Benedita, destinou uma apólice provincial no valor de 500\$000 mil réis, a cada uma delas. Também prescreveu que o remanescente de suas posses, após distribuídos aos herdeiros e donatários indicados, fossem divididos e entregues à essas quatro mulheres “em reconhecimento pelo serviço que lhes prestaram em vida”. Recomendou ainda que lhes fossem concedido o direito de permanecer vivendo na casa de sua atual residência – situada na rua Áurea, n.37, no bairro Mato Grosso – até a definitiva transmissão do produto desta, aos seus legítimos legatários.

⁵ Cfe.: Traslado dos Autos do Inventário de D. Anna Francisca da Costa e Silva (Inventariante e testamentário o Major Antônio Nunes Ramos), Juízo de Órfãos e Ausentes da Cidade do Desterro. Caixa 515, Museu do Judiciário Catarinense (1877 – 1883).



A administração e distribuição do produto do espólio de Dona Anna Francisca, cerca 70:000\$000 (setenta contos de réis), ficou sob a responsabilidade do Major Antônio Nunes Pereira, a quem a viúva nomeou como seu testamenteiro e inventariante, e ao qual delegou, logo nas primeiras disposições, a responsabilidade pela tutoria das menores Rosa e Maria Benedita, filhas dos ventres livres de suas escravas Eva e Benedita. Aqui, claramente podemos ilustrar a ambiguidade presente na relação entre essa senhora e suas escravas e que, novamente, colocam questões de classe, gênero e raça em conflito.

Se por um lado no início do testamento vemos um ato de solidariedade e uma preocupação da senhora com o destino das suas ex-escravas, demonstrada pelo ato de libertá-las e destinar-lhes uma quantia financeira para que pudessem subsistir após a sua morte; por outro, ao determinar que a tutela das filhas menores dessas mulheres passassem para a responsabilidade de homem da sua confiança, Anna Francisca demonstra não acreditar na capacidade das mães, Eva e Benedita, de prover sustento e cuidar das suas crianças por si, dando uma demonstração evidente de que, mesmo na iminência da morte, prevalecia a pretensão de controlar a vida dos seus escravos.

O espólio de Dona Anna Francisca da Costa e Silva foi lavrado e atestado em 12 de dezembro de 1876 pelo tabelião do 1º. Ofício de Notas, Juvêncio Duarte Silva. Além de muitas joias, artigos finos de uso pessoal, utensílios domésticos, pratarias e cerca de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis) em apólices do Banco do Brasil e da Província da Corte do Rio de Janeiro; seus bens também incluíam duas residências: um sobrado, sito à rua Santa Cristina, no Bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro; e a casa de chácara onde vivia, na cidade de Desterro.

A receita da venda desta propriedade, a testadora determinou que fosse distribuída entre quatro parentes de 2º grau, sendo resguardados 2:000\$000 (dois contos de réis) a serem doados ao Imperial Hospital de Caridade de Desterro. Determinou ainda que, a casa fosse negociada em hasta pública pelo melhor valor ofertado, sendo seu produto distribuído aos nomeados herdeiros: “Dona Rita Graciana, Dona Maria de Araújo, Dona Justina de tal (afilhada de batismo de seu finado marido) e José da Cunha (Cego).⁶

⁶ Cfe: Traslado dos Autos do Inventário de D. Anna Francisca da Costa e Silva (Inventariante e testamenteiro o Major Antônio Nunes Ramos), Juízo de Órfãos e Ausentes da Cidade do Desterro. Caixa 515, Museu do Judiciário Catarinense (1877 – 1883).



O testamento é bastante extenso e demorou mais de cinco anos para ser finalizado, entre outros motivos, por ter sido alvo de muitas contestações e litígios que envolveram o inventariante e os legatários do espólio de Dona Anna Francisca. Um destes litígios correu em paralelo à distribuição dos bens da finada senhora e chamou a atenção pela peculiaridade.

3. EVA E BENEDITA CONTRA O SISTEMA SOCIAL DE DESTERRO (1877)

O caso que se sobreleva envolveu as recém libertadas Eva da Costa e Silva e Benedicta da Costa e Silva, ambas legatárias de Dona Anna Francisca e mães das menores, Rosa e Maria Benedita, cuja tutoria, a velha senhora destinou ao seu testamenteiro, o Major Antônio Nunes Ramos. Passados seis meses da morte da sua senhora, as duas mulheres, convictas dos seus direitos de reaverem a tutela das filhas, encaminharam pedido ao Juizado de Órfãos e Ausentes da cidade de Desterro, no dia 07 de agosto de 1877, requerendo serem nomeadas tutoras das suas filhas, na forma da lei. O referido pedido foi registrado verbalmente por Eva e Benedicta, sem a mediação de um advogado⁷.

No processo não fica evidente como era a relação das libertas com o tutor das suas filhas, tampouco as razões deste para negar esse direito parental às respectivas mães. O que é possível supor, a partir da recomendação de Anna Francisca, é que, ao tornar o Major Antônio Ramos o representante legal das menores – Rosa com cinco anos de idade, e Maria com três anos – a mulher estivesse convencida de que as estava protegendo e suprindo a sua própria ausência, garantindo-lhes defesa e provimento para que pudessem sobreviver ao peso da incerteza e à ameaça da precariedade que as suas mães, recém saídas da escravidão, poderiam enfrentar⁸.

A visão das mães para a situação que lhes foi imposta, no entanto, era outra. Suas esperanças iam além da liberdade; queriam gozar de autonomia para construir e gerir as suas vidas. Contrariando a vontade solene da sua senhora, Eva e Benedita resolveram agir com os meios de que dispunham, na expectativa de terem os seus direitos reconhecidos, ainda que, alcançar tais garantias envolvesse travar uma batalha judicial contra o homem a quem deviam obediência.

⁷ Cfe.: Justificação para Tutoria. Justificantes: Benedicta da Costa e Silva e Eva da Costa e Silva. Justificado: Major Antônio Nunes Ramos. (Desterro, 07/08/1877). Juízo de Órfãos e Ausentes da Cidade do Desterro. Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

⁸As duas meninas nasceram na casa da rua Área, sob a proteção de Dona Anna Francisca, sendo Maria Benedita filha reconhecida do liberto Narciso José Duarte, de quem recebeu bens em decorrência da sua morte, no ano de 1875, quando a menina tinha apenas quatorze meses.



Nos autos do pedido de revisão da tutoria das filhas, as “suplicantes” alegaram em seu favor “viverem honestamente e terem capacidade precisa para serem tutoras de suas filhas”; declararam “tratar carinhosamente as ditas menores”; e alegaram serem elas as responsáveis por suprir “as ditas suas filhas do necessário, cuidando uma das suplicantes, Eva, da educação de sua filha Roza, mandando-a para a escola”.

O fato de serem mulheres, pobres e ex-escravas tornava as suas alegações insuficientes para julgamento do mérito, sendo necessário apresentarem o testemunho de cidadãos brancos e de boa conduta na sociedade local. Assim, Eva e Benedicta recorreram aos membros mais próximos do círculo social da sua ex-senhora para que comprovassem o seu bom comportamento, a sua honestidade, e o afeto e desvelo dedicado às filhas, além das suas capacidades financeiras de sustentá-las. Foram intimados como testemunhas das justificantes: Francisco Rafael da Cunha, amigo da família e frequentador da casa onde viviam as mulheres; o alfaiate Abel Ignácio da Silveira, padrinho da menina Maria; e Silvio de Freitas Noronha, lente do Ateneu Provincial, colégio vizinho à casa que pertencera à Dona Anna Francisca.

Em seus depoimentos, as testemunhas não se furtaram em atestar o carinho com que as mulheres tratavam as crianças, bem como as suas capacidades de “se manter e aos seus filhos independentemente de suprimentos e da generosidade de terceiros”; informaram ainda, serem testemunhas de que ambas trabalhavam “ora na lavagem, ora na engomada, e algumas vezes em costura”, além de fazerem “doces para vender, e terem uma criada que as ajudava neste trabalho”. O compromisso de Eva com a educação de sua filha Rosa, em idade escolar, foi destacado quando uma das testemunhas declarou ter conhecimento de que a menina havia sido matriculada na escola pública de primeiras letras, sob os cuidados da professora Rosalina Paes Lemes, sendo a outra, Maria, ainda muito pequena para as obrigações escolares

A despeito das condições materiais das duas mulheres de viverem decentemente, devido aos recursos que receberam da sua senhora, e de terem comprovado capacidade de trabalho para proverem o sustento familiar – lavar, engomar, costurar e fazer doces – couberam também argumentar e provar serem “mulheres honestas” e terem atributos morais para cuidarem das próprias filhas. Ainda que os requisitos tenham sido cumpridos, a justificativa apresentada pelas reclamantes e suas testemunhas não foram acatadas pelo Juiz Severino Alves de Carvalho que, além de julgá-las insuficientes, exigiu que as mesmas arcassem com as custas do processo. Baseado nos códigos “arcaicos” das Ordenações Filipinas que vigoraram sobre os



temas de família no Brasil do século XVI até início do século XX, o Juiz deu o seu despacho alegando:

Não terem provado as justificantes, que pretendiam ser tutoras de suas filhas menores, a necessária capacidade para isso. Dos autos resulta que as justificantes, que acabaram de sair da escravidão, nunca foram casadas, e alegando elas na petição de que vivem honestamente, nenhuma das testemunhas comprova isto com o seu depoimento, antes pelo seu silêncio a esse respeito, mostraram todos o contrário, e como a Ord. livro 4º título 102 § 3º prescreve que só se confira tutoria de seus filhos àquelas mães que sejam casadas, as justificantes, que não estão neste caso, não podem gozar do favor d'esta Lei. E paguem as justificantes as custas (JUSTIFICAÇÃO PARA TUTORIA, Desterro, 14/08/1877)⁹.

Eva e Benedita perderam a batalha judicial travada contra o tutor das suas filhas. Pelo menos neste caso, a esperança que a condição de liberdade despertou, não foi concretizada. Pela análise de Henrique Espada, que também se debruçou sobre esse processo, suas demandas esbarraram em duas condições que as excluam do direito ao exercício do “Pátrio Poder”: sua condição recente de liberdade e o fato de serem mulheres (LIMA, 2013, p. 4)¹⁰. Estendendo um pouco mais essa reflexão, torna-se imperioso destacar a carga de preconceito, exclusão e indiferença ao apelo dessas mulheres subjugadas, a quem foi negado o direito de assumir e sustentar as filhas legítimas por se acharem expostas à égide de uma sociedade patriarcal, determinada a disciplinar as relações sociais por meio da austeridade, dos valores morais e do modelo cristão de organização familiar.

Ainda assim, se comparadas as trajetórias de Dona Anna Francisca, narrada no primeiro caso, com as agências de suas ex-escravas, Eva e Benedicta, narrada na segunda história, veremos que esse entendimento de mundo parece expressar de formas distintas, a depender da esfera de significação social na qual se manifestaram – pública ou privada – e onde certas tendências de normalização e moralização do comportamento do outro poderiam ser interpretadas por éticas particulares, legitimadas por papéis sociais e quadros de avaliação da existência que levavam em consideração a categoria e o segmento social ao qual a pessoa pertencesse (Da MATTA, 1997, p. 48).

⁹ O Juiz Severino Alves de Carvalho baseou a sua decisão em desfavor das justificantes, Eva e Benedita, com base no livro IV, título 102, §3º das Ordenações Filipinas, que recomendava que mães ou avós que quisessem requerer a tutoria de seus filhos ou netos, ainda que vivessem honestamente, se não casadas, o Juiz não poderia concebê-las.

¹⁰ Em seu trabalho de pesquisa, Henrique Espada Lima (2013) analisa as expectativas de vários ex-cativos de terem, após conquistadas as suas emancipações, seus direitos civis acatados e reconhecidos pelos poderes institucionais vigentes, num momento em que os debates sobre o fim definitivo da escravidão se achavam na pauta das defesas retóricas de praticamente todos os círculos políticos e intelectuais organizados nos centros urbanos, especialmente a partir da década de 1870.



Mesmo enfrentando a incerteza de uma vida sob dominação, Eva e Benedita, usando uma racionalidade própria para lidar com as contingências da sociedade que as controlava e excluía, não apenas resistiram, mas apostaram na possibilidade de reinventarem as suas vidas, utilizando o caminho jurisdicional para fazer valer a sua vontade.

Foi na esteira dessa lógica interpretativa que os meandros desse processo judicial e o seu desfecho foi compreendido. Analisá-lo, exigiu um exercício de análise e apreensão da dimensão social em que o caso se desenvolveu, conjugado a um contexto onde “gênero”, “classe” e “raça” operaram como categorias sociológicas que, articuladas, revelaram as relações de poder, as subjetividades, a violência, os conflitos e as regras de dominação, institucionalizadas, que operavam na ordem de uma sociedade estratificada como a brasileira, na segunda metade do século XIX.

4. CONCLUSÃO

Na disputa de Eva e Benedita pela tutela das filhas, notou-se que a desigualdade de forças e a verticalidade das relações, facilmente observáveis na descrição do processo, definiram o resultado da disputa, desencorajando qualquer manobra ou recurso por parte das reclamantes. Embora não saibamos o desfecho dessa história, a sua excepcionalidade e as reverberações observadas nas anotações e pareceres do juiz do caso; nas alegações dos defensores; e nos interrogatórios das testemunhas foram suficientes para se traçar um perfil da sociedade de Desterro no período pré-abolição, e perceber a luta dos subalternizados para reorganizarem as suas vidas, driblarem a violência – física e simbólica –, lidarem com as incertezas e inserirem-se na ordem social do seu tempo, da maneira que fosse possível.

Ao serem preservados, os documentos pesquisados tornaram-se registros poderosos capazes de desnudar motivações e valores, revelar trajetórias, relações de classes e lugares sociais. De modo que, entender aquela sociedade com as suas hierarquias, ideologias e valores, tornou compreensível não apenas o resultado dessa disputa, mas acima de tudo, ajudou a desnaturalizar do significado de ser mulher naquela sociedade, categoria sociológica, que, como vimos, é complexa, dinâmica, depende de outras dimensões sociais – classe, raça, sexo –, mas também das práticas e dos lugares que os sujeitos ocupam na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Elciene; FRANÇOZO, Mariana. *Caetana e Inácia*: duas histórias de mulheres na



sociedade escravocrata brasileira. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006.

Da MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priori e Carla Bassanezzi (organizadoras). 9a Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**. Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das realções sociais*. **Revista Tempo Social**. vol.26 no.1 São Paulo Jan./June 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005> Acessado em 21/08/2019.

LEVI, Giovanni. *Introdução*. In: **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 43-52.

LIMA, Henrique Espada. *A liberdade como horizonte de expectativa: sobre o significado do pós-abolição antes que acontecesse*. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal/RN, julho de 2013.

_____. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. **Cadernos AEL**, v.14, n.26, 2009.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 231 p.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. **Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravas em Desterro na segunda metade do século XIX**. 2008. 126f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Mestrado em História. Florianópolis, 2008.

SILVEIRA, Alessandra Silva. *Casando em segredo: um estudo sobre os casamentos de consciência, Bispado do Rio de Janeiro, séc. XIX*. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambu/MG, setembro de 2004.



Entre bazares e ações beneficentes: discursos sobre organização feminina na folha do norte do Paraná.

Gessica Aline Silva¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 06/10/2019

RESUMO

Neste artigo buscamos analisar os discursos acerca das ações das mulheres das elites locais na esfera pública, principalmente, por meio de seu engajamento em atividades filantrópicas. Com este objetivo, utilizamos as publicações da Coluna Social da Folha do Norte do Paraná, um jornal diário publicado e produzido em Maringá durante os anos de 1962 a 1979. Para tanto, utilizamos a análise do discurso foucaultiana com a finalidade de questionar as construções discursivas acerca do engajamento feminino na esfera pública, bem como as construções de gênero e modelos de feminilidade veiculados na Coluna Social do jornal. Acreditamos que a ação dessas mulheres das elites locais presentes no periódico possuíam um duplo papel ao passo que contribuíam para manutenção do status quo, também serviam de instrumento pedagógico para seus leitores. Além disso, ao problematizar tais discursos buscamos compreender como a organização feminina por meio dessas ações assistenciais e filantrópicas eram acionadas como estratégias e táticas utilizadas, por essas mulheres para sua inserção e atuação na esfera pública.

Palavras-chave: Filantropia. Gênero. Imprensa.

Between Bazaars and Beneficial Actions: Speeches on Women's Organization in Folha do Norte do Paraná

ABSTRACT

In this article we seek to analyze the discourses about the actions of local elite women in the public sphere, mainly through their engagement in philanthropic activities. For this purpose, we use the publications of the Social Column of Folha do Norte do Paraná, a daily newspaper published and produced in Maringá from 1962 to 1979. To do so, we use Foucaultian discourse analysis to question discursive constructions about female engagement in the public sphere, as well as gender constructions and models of femininity conveyed in the newspaper's Social Column. We believe that the action of these women of the local elites present in the journal had a double role while contributing to the maintenance of the status quo, also served as a pedagogical tool for their readers. In addition, by problematizing such discourses, we sought to understand how women's organization through these care and philanthropic actions were triggered as strategies and tactics used by these women for their insertion and performance in the public sphere.

Keywords: Philanthropy. Gender. Press.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. Para mais informações e contato currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5824114051995462> e endereço eletrônico: gessica58@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O protagonismo e o papel das mulheres nas lutas sociais é uma pauta constante nos debates que se colocam a problematizar as organizações e os movimentos sociais, especialmente, no século XX. Em diálogo com tais discussões desenvolvemos uma série de pesquisas que se debruçaram na análise das representações e discursos acerca das mulheres veiculados pela imprensa no interior do Paraná entre os anos 1960 e 1970, observamos a recorrência de casos de associativismo e reunião de mulheres das elites locais em ações filantrópicas e assistenciais².

A partir dessas observações construímos o presente texto, tendo como objetivo analisar os discursos acerca das ações das mulheres das elites locais na esfera pública, principalmente, por meio de seu engajamento em atividades filantrópicas. Para tanto, utilizamos as publicações da Coluna Social da Folha do Norte do Paraná, um jornal diário publicado e produzido em Maringá durante os anos de 1962 a 1979.

Dessa maneira, procuramos questionar os discursos construídos acerca desse engajamento feminino na esfera pública, bem como as construções de gênero e modelos de feminilidade veiculados na Coluna Social do jornal. Acreditamos que a ação dessas mulheres das elites locais presentes na Folha do Norte do Paraná possuíam um duplo papel ao passo que contribuía para manutenção do status quo, também serviam de instrumento pedagógico para seus leitores. Além disso, ao problematizar tais discursos buscamos compreender como a organização feminina por meio dessas ações assistenciais e filantrópicas eram acionadas como estratégias e táticas utilizadas, por essas mulheres para sua inserção e atuação na esfera pública.

Privilegiamos a abordagem a partir do conceito de gênero compreendido enquanto “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [e sendo] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1994, p. 21). Sendo assim, questionamos as características e as representações das mulheres naturalizadas no cotidiano por construtos sociais e culturais, bem como sua contribuição na organização e manutenção do poder na sociedade.

Ademais, ao adotar a perspectiva dos Estudos de Gênero procuramos desconstruir e desnaturalizar as oposições binárias fixas e a advertir para a forma como “[...] as referências

² Este texto é parte das investigações realizadas durante meu curso no Mestrado em História, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Marechal Cândido Rondon.



culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas” (MATOS, 2007, p. 184). Ou seja, como os mecanismos sociais e de poder, a exemplo de nossas vestimentas, nossos trejeitos, posturas, linguagem, entre outros aspectos, acabam criando bases e determinações sobre as quais os sujeitos se identificam e constroem suas concepções de gênero ou são construídos e identificados na sociedade.

As premissas acima nos permitem considerar a existência de múltiplos “femininos” e de múltiplos “masculinos”, desconstruindo a noção de uma subjetividade única ou essencialista e reconhecendo as interseccionalidades de classe, raça, etnia e geração. Ao nos referirmos à análise dos discursos do jornal acerca das mulheres da elite maringense, esses apontamentos nos permitem problematizar a organização e a construção discursiva do gênero por meio da veiculação de performances sociais selecionadas pelos editores do periódico, dentro de uma realidade múltipla, na tentativa de fixar formas “ideais” de feminilidades.

Nesta perspectiva ao analisar o periódico nos aproximamos das discussões de Michel Foucault (2014) acerca da produção e da circulação dos discursos, compreendendo que os jornais instauram objetos, circunscrevem conceitos, legitimam sujeitos anunciadores e fixam estratégias de anúncio. Dessa maneira, consideramos que a produção discursiva “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8). É a partir dessa perspectiva que buscaremos abordar a Folha do Norte do Paraná, questionando como as representações e imagens das mulheres das elites maringense emergiam e eram produzidas no discurso do jornal e como este as selecionava, controlava e legitimava.

Dessa maneira, nos tópicos seguinte procuramos a apresentar primeiramente a Folha do Norte do Paraná, compreendendo a importância do conhecimento do jornal, de suas características gráficas e dos sujeitos envolvidos em sua produção de seus discursos. Em seguida analisaremos a relação entre a constituição da cidade e das elites de Maringá com a produção de discursos na Coluna Social. Por fim, discutiremos alguns casos do envolvimento das mulheres da elite maringense em ações filantrópicas e assistenciais, buscando compreender as performances apresentadas por essas figuras femininas da sociedade e os discursos construídos a partir de suas ações na esfera pública.



2 A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

Ao abordar a Folha do Norte do Paraná como fonte histórica partimos da compreensão da atuação dos periódicos como mobilizadores sociais, divulgadores de projetos e de valores morais, na naturalização do inusitado, no esquecimento seletivo, no alinhamento de experiências, na homogeneização de referências para a memória coletiva, na formação de uma visão imediata do real e na constituição de um público consumidor (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Além disso, consideramos que os jornais são carregadas de parcialidades, por essa razão se torna fundamental o estudo e a aproximação com a sua história, com seus editores, jornalistas e anunciantes (SILVA; FRANCO, 2010). O conhecimento da equipe editorial do periódico nos permite identificar as vozes presentes nas edições, bem como contextualizar as escolhas editoriais, como a linguagem, as fotografias e a diagramação empregada. Tudo isso nos dá conta das intenções e das expectativas do Jornal, “[...] além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores, das ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário” (LUCA, 2008, p. 138).

Nesta perspectiva, o trabalho empreendido na análise do jornal, compreendeu a leitura e tabulação de cerca de 4000 mil edições da Folha do Norte do Paraná, publicadas entre os anos de 1965 e 1973. Tendo em vista, o objetivo de analisar os discursos acerca das ações das mulheres das elites locais na esfera pública, principalmente, por meio de seu engajamento em atividades filantrópicas. Sendo assim, concentramos nossa leitura na Coluna Social, tabulando informações sobre o conteúdo por ela apresentado como título das matérias, autores, posição na página, características gráficas, termos utilizados, formas de linguagens e o uso de imagens.

Ademais, compreendendo que a contextualização do Jornal e de sua trajetória é fundamental para a análise do discurso do periódico, lançando luz as suas conexões sociais, interesses e relações de poder, apresentamos em seguida a Folha do Norte do Paraná um jornal diário produzido em Maringá, que circulou entre os anos de 1962 a 1979 em várias cidades do Estado como Mandaguari, Umuarama, Cianorte, Londrina, entre outras.

O Jornal foi idealizado pelo bispo diocesano D. Jaime Coelho e administrado pela Diocese de Maringá até 1964 quando passou por dificuldades financeiras e administrativas. Como medida para superar essas adversidades, no ano seguinte o bispo arrendou a gerência do periódico para Joaquim Dutra, Samuel Silveira e seu grupo, donos de outros meios de



comunicações, como, por exemplo, de estações de rádio e TV. Cabe destacar que Joaquim Dutra também se envolveu, em 1968, com a presidência da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), o que nos sugere a importância de seus vínculos com os comércios e indústrias locais para a futura gerência da Folha do Norte do Paraná, principalmente para a acentuação do caráter comercial do Jornal e a veiculação de matérias que incentivavam a industrialização do município (PAULA, 2006, p. 65).

A mudança na administração do Jornal em 1965 significaria uma nova fase em seu desenvolvimento. Mesmo mantendo algumas características anteriores, como o esquema de distribuição, a maioria dos funcionários e a influência do bispo como diretor fundador, as mudanças gráficas propostas permitiram a apresentação e a leitura mais dinâmicas do periódico, chegando a aumentar as vendas de anúncios, tornando o periódico cada vez mais comercial.

Esse período da administração se estenderia até 1973, quando, devido a conflitos envolvendo a necessidade de modernizar seus equipamentos gráficos, o grupo reunido por Joaquim Dutra se afastou, levando consigo grande parte da equipe e fundando o Diário do Norte do Paraná, que seria o principal concorrente da Folha (PAULA, 2016, p. 68). Dadas essas características e indivíduos reunidos em torno do Jornal neste período de 1965 a 1973 é que construímos nosso recorte temporal, visto que, as características gráficas e os administradores garantem uma constância e regularidade nos discursos analisados.

3 A SOCIEDADE MARINGAENSE E A COLUNA SOCIAL

Após esse investimento em historicizar a Folha do Norte do Paraná, cabe analisar os laços entre a sociedade local e o periódico, visto que compreendemos o jornal enquanto um mediador, um autor que fomenta a adesão ou o dissenso da população a uma causa, mobiliza a sociedade para a ação, articula, divulga e dissemina projetos, ideias, valores e comportamentos. Desta feita, buscamos entender a imprensa enquanto elemento constitutivo do social que possui uma historicidade que “requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Sendo assim, destacamos alguns dados sobre Maringá e sua relação com a Folha do Norte do Paraná. A constituição da cidade – elevada a município em 1951 – fora planejada pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), utilizando como estratégia



para ocupação da região a divisão da terra em pequenas e médias propriedades. O desenho urbano de Maringá projetado pelo urbanista Jorge de Macedo foi baseado no modelo inglês de cidade-jardim, subdividindo os locais em núcleos de acordo com suas funções. Tais características contribuíram para a constituição de um discurso e uma propaganda da cidade e de sua sociedade como racional, futurística, o “El Dourado” paranaense (ARIAS NETO, 1995).

No período compreendido pela presente análise a cidade vivia um processo de crescente urbanização como pode ser percebido no aumento populacional apresentado pela comparação entre as décadas de 1960, quando Maringá possuía 104.131 habitantes, sendo que, deles, 56.539 residiam na zona rural e 47.592 na zona urbana, enquanto que em 1970 a população do município aumentou para 121.347 habitantes, sendo 100.100 residentes citadinos e os 21.347 restantes pertencentes ao espaço rural .

Este fenômeno pode ser associado ao processo de colapso da produção cafeeira na região, de crescimento da população de Maringá devido ao êxodo rural, de introdução de novos sujeitos na dinâmica local e, conseqüentemente, de aceleração do processo de urbanização, o que modificou e trouxe para o centro dos debates do periódico a constituição dos costumes, de projetos de sociedade e de cidadãos visados para a cidade. Ou seja, como argumenta Campos (1999), ao comentar o contexto maringaense nos anos 1960 e 1970, os jornais se constituíram em porta-vozes das normatizações nos espaços urbanos, de acordo com a visão dos grupos dominantes e o poder público.

Nossas análises estão focadas especificamente na Coluna Social, sendo assim, dada a importância da compreensão dos diferentes filtros e autores envolvidos na produção do discurso do Jornal se torna importante uma apresentação do colunista social da Folha do Norte do Paraná. Ademais, é importante apresentá-lo, pois seria ele uma figura masculina escrevendo e normatizando a imagens dessas mulheres ligadas as elites maringaenses, por meio da escolha do que era ou não publicado na coluna por ele assinada.

Consideramos, também, a questão do autor e editor das colunas, compreendendo a influência e responsabilidade dessas figuras na constituição dos conteúdos publicados, visto que, como indica a nota veiculada em várias edições do Jornal, “[...] a direção isenta-se de responsabilidade sobre as opiniões emitidas em matéria assinada”. Nesse caso, a coluna policial, ao não possuir um autor declarado, tem o caráter de seu conteúdo atribuído à equipe geral do Jornal. A coluna social, por sua vez, ao ser assinada por Frank Silva, era de sua incumbência.



De acordo com as considerações de Michel Foucault, os autores seriam um princípio de agrupamento, de coesão: “[...] aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência e sua inserção no real” (FOUCAULT, 2014, p. 26). Assim, uma apresentação do colunista Frank Silva torna-se necessária para aprofundar nosso conhecimento desse personagem fundamental na construção da coluna social, uma vez que, além da linha editorial do Jornal, os autores das colunas também se configuravam em mais um filtro entre o que era veiculado nas páginas do periódico e a realidade a que se referia. Ademais, é importante apresentá-lo, pois seria ele uma figura masculina escrevendo e normatizando um ideal de feminilidade e de masculinidade, por meio da escolha do que era ou não publicado na coluna por ele assinada.

Devemos, no entanto, atentar para o fato de que o conteúdo social apresentado por Frank Silva respondia às condições de produção da própria Folha do Norte Paraná, bem como ao seu horizonte moral. Sendo assim, ponderar as sociabilidades exercidas nas diferentes conjunturas políticas, as múltiplas vinculações e as intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar comportamentos, modos de vida e condutas sociais, do grupo e do autor que edita a coluna, isso nos permite decodificar nossa fonte de pesquisa e compreender seus usos e finalidades (SILVA; FRANCO, 2010).

Há de se compreender, portanto, que o autor e os editores do Jornal não operavam com total autonomia sobre a sua fala, ou seja, enquanto fonte do sentido e do seu pensamento, esses sujeitos ocupavam uma determinada posição social e a partir dela produziam seus discursos. Sendo assim, enquanto um ser social, o enunciador é depositário de várias formações discursivas que estão presentes numa determinada formação social na qual está inserido. Entretanto, “[...] seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 27), ou seja, não podemos ignorar as posições e as particularidades da trajetória de Frank Silva, uma vez que ele chama para si a tarefa de ser porta-voz da sociedade maringense.

Nosso editor Frank Silva era paulista, advogado e jornalista, iniciando seus trabalhos em meios de comunicação em 1957 na Rádio Cultura de Maringá, sendo recrutado em 1962 pelo bispo D. Jaime para fazer parte da Folha do Norte do Paraná, na qual permaneceu como colunista social até o ano de 1973. Desde a sua contratação até a sua saída, ganhou cada vez mais destaque no periódico, passando a ser reconhecido ao ponto de a coluna, antes intitulada “Destques”, passar a ser identificada apenas como “Frank Silva”, escrito nas páginas do Jornal com letras garrafais. Essa associação entre o autor e o conteúdo que



produzia, o tornava um colunista social especializado, o que conferia uma autoridade e poder de fala a ele e à sua coluna. Sendo assim, ambos se constituíram em participantes ativos da constituição do ambiente das elites locais.

Para a constituição dos conteúdos da Coluna Social os vínculos sociais e as conexões de amizade dos colunistas eram fundamentais para sua participação em festas e eventos, que seriam posteriormente narrados nas notas da coluna, se tornariam comentários e se venderiam os anúncios vinculados na página social. Essa relação entre o colunista e a sociedade não era de forma alguma unilateral. Havia uma dependência mútua, pois, se o primeiro dependia de conexões sociais para produzir conteúdo, o segundo compreendia a coluna social enquanto um espaço privilegiado, no qual poderia projetar uma imagem capaz de promover determinadas famílias e sujeitos, dar-lhes honra, inseri-los entre as altas rodas sociais.

A coluna social, ao retratar as elites locais, por meio da publicação de seus nomes, da descrição e dos elogios às suas atividades, se constituía enquanto uma estratégia para esses sujeitos tornarem públicos seus sobrenomes, suas famílias, suas empresas, propagando e aumentando seu valor e prestígio na dinâmica social de seu grupo. Além disso, conectava esses personagens a uma imagem de modernidade, de desenvolvimento e de requinte cultural, imagem na qual eles não apenas representam, mas eram a “alta e boa sociedade” em todos os aspectos. Como argumenta Joana Maria Pedro (1994), em sua análise sobre as representações das mulheres honestas e faladas do início do século XX em Florianópolis, os processos de urbanização e de organização da cidade trazem consigo o aparecimento de novas classes sociais e de novos indivíduos com o crescimento populacional. Nesse contexto, as notas sociais contribuíam para a inserção dessas figuras nas altas camadas da sociedade local.

A coluna social, além de apresentar comentários sobre a vida e o cotidiano das elites regionais, apresenta os principais locais de sociabilidades das personalidades de destaque social. Neste contexto, os clubes sociais são espaços de socializações centrais na dinâmica da “alta e boa sociedade”, uma vez que se configurava em um ponto de encontro e de articulação dos principais eventos sociais e mesmo de organização das ações de “caridade” e filantropia. Inferimos que tais ações filantrópicas, de acordo com a argumentação de Jacques Donzelot (1980), ao demarcarem a organização da moralização e da disciplinarização das famílias no século XIX, visavam não somente o bem-estar social, mas também direcionar a vida dos pobres, obter trabalhadores, engrandecer o doador, entre outros aspectos.



A partir dessas condições, a coluna social se diferenciava dos demais conteúdos do jornal. Sua função se dava para além da construção de vínculos de amizade e da capacidade de influenciar a realidade social. O colunista administrava o espaço de circulação de coisas e de pessoas, organizando e criando um espaço de “magia e sedução”, no qual eram apresentados eventos como bailes, concursos de belezas, viagens e os “finais felizes” de casamentos e de namoros. O colunismo social da Folha do Norte do Paraná era marcado pelo caráter opinativo e subjetivo, configurando-se enquanto um meio de inserção social de novos membros, bem como da manutenção das antigas famílias nas altas rodas da sociedade.

4 FILANTROPIA E ORGANIZAÇÃO FEMININA EM MARINGÁ

As mulheres das elites apresentadas na Coluna Social da Folha do Norte do Paraná eram representadas reunidas em clubes sociais, principalmente, nas associações Domadoras do Lions Clube, Senhoras Rotarianas ou Clube da Amizade. Nesses espaços, elas organizavam ações e eventos que permitiam o auxílio à populações carente, além de seu engrandecimento, do seu encontro, da troca de conselhos, experiências e dicas. Sendo assim, compreendemos que tais locais e ações relacionadas a filantropia e a assistência social se constituíam em meios de organização feminina, ainda que tais formas de articulação reafirmassem discursos tradicionais e conservadores acerca das feminilidades.

Um primeiro exemplo que trazemos acerca dessa forma de organização feminina é o Bazar das Domadoras, divulgado pela coluna social em 5 de maio de 1965, organizado pelas “[...] gentis senhoras esposas dos associados do LIONS CLUBES DE MARINGÁ, oferecendo ao setor feminino de nossa sociedade, artigos por elas confeccionados bonitos e a preços convidativos”. Assim, mais adiante, em outro trecho da nota, o colunista se dirige novamente às mulheres ao dizer:

Já não é a primeira vez que DOMADORAS levam a realizar com invulgar êxito, o seu BAZAR BENEFICIENTE que sempre conseguiu angariar fundos para as obras assistenciais leonísticas. Evidentemente, as DOMADORAS contam com a sempre precisa colaboração das senhoras de nossa sociedade, no que tange à aquisição dos trabalhos expostos a venda. Portanto, diretamente dirigido só mundo feminino maringaense, o convite para comparecerem e prestigiarem, mais uma vez esta promoção do LIONS CLUBE DE MARINGÁ. (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 05.05.1965, p. 4)

Observamos como os trechos anteriores contribuem na constituição de uma associação entre as obras de assistência, os clubes e as mulheres, principalmente ao repetir e destacar com letras maiúsculas o nome do clube e das domadoras. Para além disso, era



informado que as senhoras da sociedade sempre colaboravam com essas obras, sendo esse cuidado feminino para com o bem-estar social visto como uma extensão de suas funções maternas para toda a sociedade, como parte de um modelo de feminilidade, que conjugava virtudes como abnegação e piedade.

A partir das contribuições ao debate sobre as relações de gênero introduzidos por Judith Butler (2016), consideramos como os modelos de gênero são produzidos a partir de processos de “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2016, p. 69). Sendo assim, os gêneros se constituíam por meio da repetição de códigos, de posturas, de comportamentos, de expressões, de regras e normas, que, uma vez construídas e significadas socialmente, passam a impressão de naturais e a-históricas.

Além disso, Butler (2016) contribui para com nossas discussões anteriores ao advertir para o caráter performativo do gênero. Segundo esse ponto de vista, consideramos como as notas sociais por meio de suas regulações, repetições e naturalizações de posturas femininas colabora para cristalizar as estruturas do gênero. Esse conceito de performatividade evidencia como as normativas do gênero e do sexo são construídas e naturalizadas, sendo a

[...] realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte de estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2016, p. 244).

Os aspectos elencados acima nos trazem duas convicções. A primeira versa sobre o caráter relacional das construções dos gêneros, ou seja, os modelos de masculino e de feminino não são apenas oposições, são também necessários e complementares um ao outro; a segunda convicção se relaciona ao rompimento com a binaridade dos modelos de gênero, considerando a existências de múltiplos modelos de masculinidades e de feminilidades. Com essas convicções, entendemos que a Folha do Norte do Paraná produzia modelos de homens e mulheres, construía e destruía esses modelos, orientava o que deveriam ser, organizando-os de maneira oposta, plural e complementar.

Nesta perspectiva, a nota social publicada no dia 09 de novembro de 1967, indica a realização do bazar beneficente e do desfile de moda infantil, contribuindo para associação



da performance de gênero dessas mulheres ao cuidado e a maternidade, além de reafirmar a atuação feminina, junto aos clubes sociais e as ações assistenciais, ao informa que

As domadoras do Lions Clube de Maringá, estarão reunidas dia 18, às 15:00 horas, no Maringá Clube, para realização do seu “Bazar Lanche e Desfile de Modas Infantis”. A promoção visa arrecadar fundos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. O Desfile de Modas Infantis, certamente, será a grande atração do acontecimento (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 09.11.1967, p. 4).

A partir desse trecho, seguindo as indicações de Ana Paula Vosne Martins (2015), compreendemos o longo processo de feminilização da bondade, bem como entendemos como a filantropia, também contribuiu para que as mulheres assumissem um papel civilizador, intervindo na esfera pública por meio da assistência social. Esse novo lugar feminino ofereceu uma valorização da ação feminina, oportunizando novos contatos com os movimentos internacionais e organizações, sendo um espaço de socialização, liderança, visibilidade e distinção social. Assim, compreendemos que o engajamento das senhoras da sociedade maringaenses também se constituiu enquanto um meio de projeção social e da formação de alianças e sociabilidades segundo as quais essas mulheres poderiam participar ativamente das decisões públicas.

Além disso, quanto à divisão das esferas pública e privada, aqui nos aproximamos do conceito de lugar praticado proposto por Michel de Certeau (2014), segundo o qual os espaços são constituídos pelas práticas e pelos discursos que ali se desenvolvem. Sendo assim, os conjuntos de narrativas fragmentados fundam, articulam, descrevem, fixam, delimitam os lugares. Por fim, “[...] os relatos são cotidianos, contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaços” (CERTEAU, 2014, p. 189). Por meio dessas características e da relação discurso e lugares eram constituídas determinadas performances dos sujeitos em sua circulação pela cidade. Ponderamos, a partir desse conceito, como o periódico e os indivíduos influenciavam e eram influenciados pelos ambientes que frequentavam.

Nesse sentido, no contexto analisado, ou seja, nos anos 1960 e 1970, além do espaço privado e das aventuras femininas no meio público, os clubes sociais se constituíam nos principais locais de encontro e de sociabilidade das senhoras da sociedade maringaense. Era nesses salões sociais em que, ainda jovens, elas debutavam, festejavam seus casamentos e participavam de obras de caridade. Como argumenta Marlene Fáveri (1996), as associações sociais eram vitrines, locais para estabelecer laços de amizade e casamentos, em que se reunia um grupo de pessoas que compartilhavam os mesmos preceitos morais, onde se



articulavam encontros e sociabilidades.

A reunião de mulheres em ambientes específicos, em geral envolvia as promoções e as ações de caridade, como exemplifica a existência do Clube da Amizade – CA, instituição exclusivamente feminina. Os encontros do CA eram, constantemente, informados na coluna social, convidando todas as suas associadas, como podemos observar na nota publicada no dia 11 de julho de 1965, cujo convite seguia da seguinte forma:

A Sra. Branca Fernandes, Presidente do Clube da Amizade, através de nossa coluna avisa às suas associadas que o chá mensal será realizado hoje, sexta-feira, dia 11, às 15:00 horas no Grande Hotel Maringá. Solicita e agradece o comparecimento de todas as componentes do clube, para maior brilho da reunião (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 11.07.1965, p. 4).

As reuniões do chá mensal do CA se constituíam e espaços e momentos de encontro das mulheres associadas, nos quais eram traçadas as metas e as promoções realizadas pelo clube durante o ano. Consideramos que estes eventos, de acordo com as argumentações de Tânia Andrade Lima (1997) sobre as mulheres do século XIX, se configuram enquanto cerimônias sociais, que acabavam se transformando também uma espécie de trampolim social para conquistas na arena pública, construindo um poderoso campo de ação, possibilidades e plataforma para novos papéis sociais que as mulheres poderiam assumir.

Em outras edições da coluna social, as senhoras da sociedade também eram apresentadas por meio de comentários e fotos, sendo consideradas figuras de destaque e relevância social na prestação da assistência caridosa à população, essas publicações destacavam a dedicação dessas mulheres para com a comunidade, como podemos observar na nota publicada no dia 1 de julho de 1968, que veiculava o seguinte texto:

Sra. Oricena V. P., primeira dama do Lions Clube de Maringá, segundo informações que nos chegam, estaria disposta a encetar um grande campanha em prol da APAE, congregando todas as senhoras pertencentes aquela sociedade (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1.07.1968, p. 4).

Sendo assim, compreendemos que essas apresentações e projeções de perfis femininos permitiam que mulheres como a Sra. Oricena ocupassem espaços públicos, se reunissem e se destacassem em outras atividades para além daquelas que envolviam seus lares, seus maridos e filhos, mesmo que muitos de seus trabalhos assistenciais ainda se constituíam como extensão de suas funções maternas. Para além disso, com amparo nas proposições de Joana Maria Pedro (1994), convém dizer que a divulgação e destaque dado às mulheres da sociedade nas notas sociais se constituía enquanto um importante mecanismo



de hierarquização social. Sendo assim, a apresentação de suas atividades no espaço público contribuía para a manutenção de seu *status quo*, bem como para a sua ascensão social e de sua família.

Em outra matéria, veiculada em 20 de março de 1968, Frank Silva divulgou o lançamento da pedra fundamental de um novo pavilhão no Lar dos Velhinhos. Ali, além da presença de alguns senhores doadores, do bispo, o destaque é dado às Irmãs que administravam a instituição e às senhoras do Clube da Amizade e do Rotary Clube de Maringá. Além de enfatizar o envolvimento das mulheres com as ações de caridade, a nota destacava a sua elegância, outro ponto constantemente destacado no discurso da coluna social em relação às figuras femininas, como observamos na seguinte passagem: “[...] a elegância, por parte das senhoras, predominava” (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 20/3/1968, p. 4). Tal associação nos indica como essa característica seria mais uma marca da feminilidade “ideal”, incorporando aspectos como boa educação, beleza, amabilidade e gentileza.

Compreendemos, assim, como a participação feminina na esfera pública comportava diferentes significados, uma vez que reforçava algumas normativas em relação à moral feminina, ao mesmo tempo em que permitia às mulheres novas experiências com as quais não tinham familiaridade, como “[...] criar uma associação, organizar atividades, angariar recursos, mobilizar novas associadas, enfim, as muitas atividades que envolviam esse tipo de trabalho voluntário estão na origem de uma nova experiência nesse espaço intermediário entre o público e o privado” (MARTINS, 2015, p. 26).

Outro ponto que podemos considerar seria como essa presença pública da mulher não era creditada a todas, mas sim a um tipo feminino que se alinhava esse modelo de feminilidade, que podemos colocar como “ideal” produzido pelo discurso do Jornal. Dessa maneira, de acordo com Ana Paula Vosne Martins (2015), a educação, a disciplina e o trabalho com obras de assistência se configuravam em condições que proporcionavam a participação feminina nos meios públicos.

5 CONCLUSÃO

Como forma de sintetizar e finalizar este artigo buscamos veicular algumas últimas considerações acerca deste debate sobre a organização feminina, especialmente, nos recortes propostos aqui. Isto é, nesta tentativa de problematizar a participação das mulheres da elites maringenses na esfera pública por meio de ações ligadas a filantropia e a assistência social.



Primeiramente, compreendemos de acordo com Ana Paula Vosne Martins (2015), que o silêncio sobre as trajetórias das mulheres ligadas as elites conservadoras na esfera pública, principalmente em relação as suas atuações filantrópicas e assistenciais, está ligado ao próprio desenvolvido do campo de pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero, em desenvolvimento na segunda metade do século XX.

Nesta perspectiva, procuramos apresentar algumas dessas ações das mulheres da elites locais presentes em uma cidade no interior do Paraná. Esta discussão nos permitiu lançar reflexões sobre a atuação da imprensa e suas relações com a sociedade, no sentido da manutenção dos status quo, da reiteração de modelos de gênero e de preceitos morais.

Além disso, consideramos dois pontos acerca dessas trajetórias das mulheres ligadas a atuação filantrópica. Primeiro, a maneira este campo se articula como um meio de participação e atuação na esfera pública dessas mulheres. Segundo, como as ações assistenciais, o espaço dos clubes sociais e as notas na Coluna Social acabam por reafirmar padrões de feminilidade ligados a representações cristalizadas sobre a figura feminina, como sua associação com o cuidado, a abnegação, a piedade, entre outros características.

A partir dessas considerações podemos compreender que o discurso do Jornal produzia e reproduzia uma série de padrões, condutas e comportamentos associados as feminilidades. Sendo assim, considerando que a produção discursiva disseminada no tecido social se configura enquanto um campo de lutas e de produção de sentidos e poderes, consideramos que o discurso apresentado na Folha do Norte do Paraná é,

um bem finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de apropriação e de utilização um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2007, p. 136-137).

Desta feita, o poder de fala apresentado pelo discurso do Jornal e sua produção associada, em sua maioria, por homens brancos da elite maringense, influenciava em sua constituição, especialmente, em relação a autoimagem criada para o seu grupo, assim como para a construção da imagem dos outros sujeitos. Ou seja, a construção de modelos masculinos e femininos estava associada a manutenção do status quo de um grupo social, garantida pelo domínio da prática social do discurso.

Por fim, refletir sobre tais questões acerca das diferentes formas de organização feminina é um debate que não se encerra nos limites deste texto. O exemplo das articulações passadas dessas mulheres, que tomam um caminho tradicional e conservador em relação a



sua participação pública, que não se alinha necessariamente as pautas feministas ou a movimentos sociais, lançam luzes para análise da conjuntura atual das formas de engajamento e luta na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, João Miguel. *Pioneirismo*: discurso político e identidade regional. **História & Ensino**, Londrina, v. 01, p. 69-82, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPOS, Paulo Fernando de S. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, Reginaldo B; GONÇALVES, José. H. R. **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: Editora da UEM, 1999. p. 315-331.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*: conversas sobre a história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FÁVERI, Marlene. **Moços e moças para um bom partido** (a construção das elites de Itajaí, 1929-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LIMA, Tânia Andrade. *Chá e simpatia*: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, p. 97-127, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-153.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A feminilização da filantropia*. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 26-36, 2015.

MATOS, Maria Izilda. *História das mulheres e gênero*: usos e perspectivas. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Org.). **Olhares feministas**. Brasília, DF: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. p. 280-



295.

PAULA, Antônio Roberto de. **O jornal do bispo**: a história da Folha do Norte do Paraná. Disponível em: <http://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-bispo-historia-da.html>. Acesso em: 25 jan. 2014.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis, SC: UFSC, 1994.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para a análise histórica. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Imprensa e política no Brasil*: considerações do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 9, 2010.



Mulheres do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro: freiras de véu branco, viúvas e divorciadas.

Amanda Dias de Oliveira¹

Recebido em: 24/08/2019

Aprovado em: 26/10/2019

RESUMO

Mediante ao método prosopográfico e uma metodologia crítica as nossas fontes, teremos como objetivo central o de demonstrar que o espaço conventual serviu não apenas para abrigar mulheres com vocação, mas também, para aquelas que passavam por instabilidade familiar e financeira e por esses motivos solicitaram uma vaga temporária ou perpétua no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro, fundado em 1750. Desta forma, diante das treze solicitações que vão aparecer neste artigo, poderão revelar que o Convento da Ajuda teve por objetivo receber mulheres de diferentes situações e segmentos sociais, o que nos levou a lançar uma hipótese de que esta instância ao ser efetivada, teve por propósito o de recolher mulheres não apenas dentro do perfil estipulado para um convento, como também, para mulheres fora do perfil, o que pôde indicar que aquele espaço teve uma natureza corretiva, o que de certa forma, levaria a solução imediata dos problemas sociais do período.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Convento. Mulheres.

Women of the Convent of Our Lady of the Conception of Help in Rio de Janeiro: White veiled nuns, widows and divorcees.

ABSTRACT

Through the prosopographic method and a critical methodology to our sources, our main objective will be to demonstrate that the conventual space served not only to house women with vocation, but also, for those who were experiencing family and financial instability and for these reasons requested a temporary or perpetual vacancy at the Nossa Senhora da Conceição da Ajuda Convent of Rio de Janeiro, founded in 1750. Thus, in view of the thirteen requests that will appear in this article, they may reveal that the Aid Convent aimed to receive women from different situations. and social segments, which led us to launch a hypothesis that this instance is effective, was intended to collect women not only within the stipulated profile for a convent, but also women out of profile, which could indicate that that space had a corrective nature which would in some way lead to the immediate solution of social problems. is of the period.

Keywords: Convent. Women. Novices.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutoranda em História Social pela UFRJ, bolsista Capes. E-mail: amanda_d_oliveira@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4688070406963544>.



1 INTRODUÇÃO

Neste artigo vamos desenvolver aspectos sociais que vinculam as famílias do Rio de Janeiro ao primeiro convento fundado nesta cidade, em 1750, o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda². A dita instituição estava ligada a Ordem da Santa Imaculada Conceição de Maria e por isso, recebia mulheres que desejavam se tornar freiras do Hábito desta Ordem. Assim que o convento foi fundado, o bispo beneditino D. Desterro prescreveu suas constituições, para que as reclusas pudessem seguir um padrão no decorrer da carreira religiosa. O então manuscrito contém trinta e nove capítulos de ordenações gerais, com base na Ordem da Conceição³. São “Constituições e leis por que se hão de governar as religiosas da Conceição de Nossa Senhora da Ajuda da jurisdição ordinária do excelentíssimo e reverendíssimo senhor bispo deste bispado”⁴.

A formação deste espaço ocorreu em tempos remotos, precisamente no século XVII, quando uma viúva chamada Cecília Barbalho se recolheu em um espaço próximo a Ermida da Ajuda com algumas moças nobres da localidade e com a autorização do Bispo D. José de Barros de Alarcão (OLIVEIRA, 2015). Desde então, foram investidos inúmeros pedidos por meio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro à Corte portuguesa, com o intuito de fazer daquele espaço um convento religioso a mulheres. Contudo, ocorrendo uma postura negativa da Metrópole Portuguesa por anos, a resposta satisfatória ocorreria apenas em 1705, na jurisdição do Bispo D. Francisco de São Jerônimo, que deu a licença régia em 19 de fevereiro daquele mesmo ano⁵, obtendo sua efetivação em 1750 no bispado de D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros.

No requerimento enviado pelo bispo D. Desterro em 1749 à Corte Portuguesa relativa à efetivação do Convento da Ajuda, foi destacado a importância da fundação para mulheres locais, que ficariam fora do perigo de travessia do Atlântico, bem como do mundo externo. O bispo ainda indicou que tal feito agradaria a Deus e receberia mulheres para serem religiosas

² Só por uma questão informativa, o primeiro convento fundado no Brasil foi o do Desterro, situado na Bahia. Seu ano de fundação foi em 1677. Ver: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Patriarcado e Religião: As enclausuradas clarissas do Convento de Desterro da Bahia 1677-1890. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

³ RODRIGUES, & c. TYP. DO- “JORNAL DO COMÉRCIO” -. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus*. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII e Constituições Dadas por D.Fr. Antônio do Desterro Bispo do Rio de Janeiro as Religiosas do Convento da Ajuda. 1908.

⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - (ACMRJ) - Livro Primeiro das Portarias e Ordens Episcopais. Título E-238. VI, 1. *Regra das Religiosas*. (1750), fl. 14-14v.

⁵ O fato ocorreu após a transferência do bispo João da Cruz ao bispado de Portugal, dando lugar ao monge beneditino D. Frei Antônio do Desterro Malheiros. A.H.U. 1705. S. d. Informação do Padre Balthazar Duarte, em que pretende demonstrar todas as vantagens que ofereceria a fundação do referido convento. Anexa ao n.º 2855. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 28625.



com vocações sinceras ao estado⁶. O interessante é que entre os anos de 1705 a 1750 temos um intervalo de quarenta e cinco anos e infelizmente, não teria como indicar com veemência o motivo desse espaço tão desejado pelas famílias locais ter aguardado tanto tempo para ser fundado solenemente. Segundo o Fr. Basílio Röwer, pode ter sido o lento processo de obras que não estariam ainda ao alcance de um convento religioso, sofrendo desinteresse por parte de bispos como D. Antônio de Guadalupe (1724-1740), que pouco fez pelo Convento da Ajuda.

No Rio de Janeiro, segundo Riolando Azzi (1983), a vida religiosa feminina e masculina foram aos poucos se estabelecendo com dificuldades, o que diferiu, por exemplo, da América Espanhola que obteve a formação de conventos e recolhimentos em bons números. Na América Portuguesa a formação da Igreja enfrentou problemas relativos não apenas a questão financeira como também pelo desejo de Portugal ver o branqueamento da população colonial mediante a casamentos “honrosos”, e diante desta negativa, os espaços canonicamente reconhecidos foram fundados tardiamente a citar: O Convento do Desterro da Bahia, em 1677, o próprio Convento da Ajuda em 1750 e o Convento de Santa Teresa em 1780 no Rio de Janeiro (AZZI, 1983).

De acordo com o trabalho de Jorge Victor de Araújo Souza ainda no século XVII alguns membros da sociedade colonial solicitavam a fundação de mosteiros e conventos ligados a Ordem Beneditina. Os religiosos desta congregação colocaram-se a disposição do Rei para iniciar o processo de fundação caso isso fosse permitido, e a partir 1581, formaram-se diversos mosteiros ligados a este segmento como: Mosteiro de São Bento em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo dentre outros, o que permitiu a formação da Congregação de São Bento no Brasil no ano de 1827. Contudo, para Jorge Victor, o que ocorreu foi uma “...ambiguidade de sua posição-vassalos da religião e da Coroa ao mesmo tempo” (SOUZA, 2014, p. 56). O que isso significa? Que o padroado estabeleceu uma sintonia com a Igreja, o que não descarta alterações e insatisfações tanto da classe eclesiástica como por parte da Corte.

Compreendemos que a formação e estabelecimento de casas monacais dependiam da permissão da monarquia bem como o envio de recursos por parte da Igreja e dos moradores locais. Sendo assim, as ordens beneditinas, franciscanas e carmelitas encontraram dificuldades em se estabelecer na América Portuguesa (SOUZA, 2014, p. 56).

⁶ A. H. U. 1749, novembro, 18. Requerimento do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro] ao rei D. João V, solicitando licença para proceder a fundação do mosteiro das religiosas de Santa Clara na cidade do Rio de Janeiro, com estatuto e observância da Madre de Deus de Lisboa. Obs: A. H. U. – Colônia do Sacramento, cx. 6, doc. 25. A. H. U_CU_017, Cx. 42, D. 4362, ff. 2.



Para finalizar sobre as ordens masculinas, ao aportarem no Brasil, no decorrer do século XVII, serviram para reafirmar a identidade católica em terras além-mar e ao mesmo tempo reequilibrar os poderes eclesiásticos. Contudo, devido a uma grande extensão de terras e poucos recursos fornecidos pela Coroa, encontraram dificuldades, passando necessidades de todo o tipo. Um exemplo rapidamente a citar foi o que ocorreu com o mosteiro de São Bento, na Bahia, que viviam de esmolas sem renda alguma da Coroa portuguesa por volta de 1587 (*Ibidem*, 2014). Enfim, tanto as ordens masculinas como femininas encontraram dificuldades na América portuguesa, o que pode ser um indício da frágil relação do padroado.

Sobre a política entendemos que a Corte exercia um domínio direto sobre a metrópole. Tanto que no governo de D. João V (1706-1750), o Rio de Janeiro sofreu intervenções diretas de sua administração. Um aspecto relevante foi a “resistência” em construir espaço para mulheres devotas, algo inicialmente estranho, por ter sido o Rei um frequentador de conventos em Portugal. Ainda sobre tais questões, o próprio monarca estabeleceu algumas leis contra os “freiráticos”, com o intuito de impedir relações ilícitas entre religiosas e homens do século (ALGRANTI, 1999, p. 39). Inicialmente, sabemos que a Coroa buscou incentivar casamentos em seus domínios no decorrer dos séculos XVI e XVII. Posteriormente, observando que não conseguiria impedir a profissão religiosa de algumas mulheres que iam a Portugal, decretou uma lei em 1732 que impediu donzelas de atravessarem o Atlântico sem a permissão do próprio Rei. O monarca ainda incentivava o casamento entre a população, e indicou que algumas donzelas iam a conventos portugueses contra a vontade, o que tornaria inconcebível tal providência (ALGRANTI, 1999, p. 74).

Já no Reinado de D. José I (1750-1777) a situação dos conventos e dos recolhimentos no Rio de Janeiro passou por mudanças devido à política restritiva do Marquês de Pombal. Em sua administração, priorizou a manipulação frente aos domínios europeus, em uma tentativa de estabelecer uma política restritiva no que se referia aos jesuítas e, posteriormente, a outras ordens religiosas. Segundo Arno Wehling, as restrições às irmandades foram impostas com o intuito de obter controle frente às propriedades de raiz (WEHLING, 1993). Neste requisito, observamos perante nossa análise das propriedades do Convento da Ajuda a forma como a instituição recebeu bons legados por meio dos dotes e das doações, o que teria chamado atenção



da política regalista⁷. Nesse sentido, no reinado de Dona Maria I (1777-1779) saiu um edito que impunha a jovens a solicitação da monarquia para ingressar em ordens religiosas, tanto masculinas como femininas (ALGRANTI, *Op cit*, p. 84). A monarca contava com o apoio do Marquês de Pombal no início do seu reinado, tanto que estabeleceu uma devassa contra os costumes e morais do clero e o fechamento do noviciado por volta do ano de 1778, quando os jovens deveriam enviar uma solicitação para ingressar na ordem religiosa.

Segundo Leila Mezan Algranti, por mais que os conventos passassem por uma rígida inspeção, foi permitida a criação de recolhimentos sem fins monásticos com o objetivo de recolher donzelas para educá-las (*Ibidem*, 1999, p. 89). Neste caso salientado pela autora, foi questionada pela historiografia a permissão para a construção de casas e de escolas para meninos e meninas, pois a Rainha a teria dado sem levar ao conselho, o que poderia proporcionar a formação de recolhimentos que desejavam adiante se tornar conventos. Um exemplo disso foi a formação e o estabelecimento do recolhimento de Nossa Senhora do Desterro a Convento da Ordem de Nossa Senhora do Carmo e Reforma de Santa Teresa, que foi inaugurado em 1781 com o apoio do bispo diocesano D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco.

Todavia, desde o século XVI, a historiografia destaca que os recolhimentos foram mais numerosos que os conventos no Brasil, em período colonial. Para Riolando Azzi, por exemplo, poderiam ter uma permanência maior na localidade, inclusive, aqueles “recolhimentos de tipo conventual, embora não canonicamente reconhecidos, porém mais facilmente aceitos pela coroa” (AZZI, *Op cit*, p. 30). Diferentemente dos conventos que necessitavam de uma supervisão masculina do bispo e do confessor, o pagamento de um dote, uma rigorosa seleção e constituição institucional, os recolhimentos recebiam leigos e poderiam cumprir com finalidades diversas. Os primeiros ensaios deste tipo de estabelecimento no Brasil ocorreram no século XVI por iniciativa dos Jesuítas e Frades Franciscanos que buscavam proteger mulheres indígenas. Ou mesmo em Olinda, por volta de 1756, que já existiam espaços estabelecidos por Ordem Terceira Franciscana, e no Rio de Janeiro por volta do ano de 1678 com o próprio recolhimento da Ajuda, e 1750 com o recolhimento de Santa Teresa (*Idem*).

⁷ Ver o artigo: OLIVEIRA, Amanda Dias de. O patrimônio do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro séculos XVIII-XIX: A santa riqueza por meio do sistema de dotes e doações das religiosas (1762 a 1800). *Anais do Encontro internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e parcerias*. 2018.



Sobre os recolhimentos citados no último parágrafo, poderiam receber mulheres em diferentes situações e problemas decorrente da posição social a qual ocupavam na sociedade colonial. Desta maneira, aquelas que apresentavam problemas familiares, viuvez e até mesmo a pobreza poderiam procurar não só recolhimentos como conventos, com o intuito de obter uma garantia de segurança dentro da instância. Um exemplo rapidamente a citar ocorreu no Convento da Ajuda por volta do ano de 1779. A esposa do rico negociante Bento Esteves de Araújo, a Dona Ana da Cruz, ficou em clausura por pelo menos sete anos. Pelos relatos indicados em nota, o encarceramento desta mulher ocorreu por parte do seu esposo que a acusou de adultério. Isto de fato ocorreu e segundo o próprio esposo de Ana da Cruz, fez este ato para que pudesse recuperar assim o prestígio da família. Sobre este caso não detalharemos aqui neste artigo⁸.

A mulher que cometia o ato de adultério, ou pelo menos era vítima de suspeita, poderia ser espancada, repudiada pelo esposo e punida mediante ao encarceramento em um convento, recolhimento ou casa de parentes: “Outra forma de punição feminina era a reclusão nos conventos, muitas vezes, perpétua. Para trancafiá-las era preciso uma permissão da autoridade, fosse essa do rei, do vice-rei ou do bispo” (PRIORI, 2016, p. 394). Inclusive, para esta categoria, foi fundado o recolhimento de Nossa Senhora do Parto, entre os anos de 1752 e 1754, e posteriormente, o recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, em 1764, que recebia mulheres deste perfil e que não impediria a procura desta categoria a um convento professo (MARTINS, 2012).

Ao entendermos a inserção do Convento da Ajuda no Rio de Janeiro do século XVIII podemos concluir a importância que a classe eclesiástica exerceu nos domínios ultramarinos. Para Charles R. Boxer, por causa destes sacerdotes católicos, a igreja pôde manter a fidelidade dos colonos à coroa. Para o autor ocorreu uma relação entre a esses ministros religiosos com a Corte Portuguesa, ocorrendo a formação de interesses e alterações evidentemente (BOXER, 2007). A figura central do Rei intervinha em questões políticas e administrativas nas terras de conquistas, tanto que foram criadas duas instâncias a partir do Padroado, para que o espaço conquistado fosse controlado pela Coroa. O Conselho Ultramarino, criado em 1642 por D. João IV, tinha um caráter administrativo, civil e comercial, sendo composto por um procurador da

⁸OFÍCIO do [cônego doutoral da sé do Rio de Janeiro] Antônio de Torres e Cunha ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], informando seu parecer sobre o requerimento de Ana da Cruz, viúva de Bento Esteves de Araújo, solicitando licença para sair do convento de Nossa Senhora da Ajuda do Rio de Janeiro, onde se encontrava reclusa por vontade de seu marido, enquanto este em vida levava uma vida pouco regrada. 1786, janeiro, 16. 2016-04-18T17: 18: 36Z; 2015-06-26T17: 11: 44Z; Projeto Resgate - Rio de Janeiro - Avulsos (1614-1830).



Coroa e por desembargadores, organizando questões financeiras, administrativas, políticas e militares em terras de além-mar, “chegando mesmo a ordenar os mais insignificantes detalhes do cotidiano de seus habitantes” (NERY, 2015, p. 339). Já a Mesa de Consciência e Ordens, criada por D. João III em 1532, era um departamento religioso do Estado, composto por um presidente e por teólogos deputados juristas (cinco ao todo), que organizavam a questão dos pedidos que necessitassem de um parecer jurídico, como a questão do estabelecimento de Universidades ou Paróquias (HORNAERT, 2008). Dessa maneira, a mediação entre os colonos e a monarquia era exercida pela Câmara Municipal, que se tornou um canal entre tais núcleos; o que não implicou em ausência de conflitos.

Por um critério de páginas não teríamos como mencionar aqui os inúmeros pedidos para a formação de um convento no Rio de Janeiro. Desde o século XVII a população mediante a câmara municipal do Rio de Janeiro solicitava um convento para mulheres da localidade, sofrendo com respostas negativas já citadas no início deste artigo. Por conta disso, conseguimos observar a forma com que a Corte exercia controle nas questões da colônia e como isso influenciou na fundação tardia do Convento da Ajuda, que posteriormente sofria abalos financeiros com a política regalista do Marques de Pombal. No entanto, saindo desta perspectiva política e nos inserindo no campo social, teremos como objetivo demonstrar como um estabelecimento religioso se tornou uma saída para mulheres perdidas e sem futuro no Brasil. As viúvas, as mulheres em litígio conjugal e as carentes tentaram obter uma vaga neste convento com o objetivo de ter proteção e um sustento básico, que por muitas vezes seria a única saída para esta categoria, comprovando o pensamento misógino da época. Desta forma, avaliar estas treze petições de entrada ao Convento da Ajuda nos ajudará a entender os problemas sociais enfrentados por estas mulheres e a opção de “salvação” a qual elas eram submetidas e por fim, o impacto que causaram na dita instituição.

E, por fim, as fontes que pretendemos utilizar são basicamente assentos eclesiásticos dos fundos do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e do memorialista Antônio Alves Ferreira dos Santos, fundos do Arquivo do Convento da Ajuda.

2 A PRESENÇA DE RECOLHIDAS NO CONVENTO DA AJUDA: FREIRAS DE VÉU BRANCO, VIÚVAS E DIVORCIADAS

Conforme salientamos na introdução o objetivo central do artigo é desenvolver neste campo social aspectos do Rio de Janeiro colonial. Já mencionamos que ao ser fundado o



Convento da Ajuda em 1750, ocorreram diversos pedidos direcionados a esta instância por parte das famílias locais e de outras capitanias. O propósito seria o de enviar mulheres para serem religiosas, no entanto, nas petições que estamos inserindo nesta discussão, revelará que algumas famílias diante dos problemas sociais citados anteriormente, buscaram encarcerar mulheres pobres, viúvas e em litígio conjugal com o intuito de preservarem o nome e o prestígio das famílias. Contudo, ao analisarmos estas petições, concluímos que o perfil estipulado pelo Convento da Ajuda frente a este grupo de mulheres sofreu uma certa variação, pois, pelos estatutos do instituto a exigência era de que as candidatas a clausura tivessem: “Sangue limpo, honestas e recolhidas, e que aspirem a perfeição religiosa e amem o desprezo do mundo”⁹. Desta forma, ao receber mulheres de diferentes categorias da sociedade, o Convento da Ajuda auxiliou no controle destes problemas, preservando os interesses daquelas famílias: “A proliferação das instituições religiosas femininas surgiu, então, como um meio de controle e de ordenamento social e moral” (SILVA, 2011, p. 4).

Nesta sessão vamos salientar a entrada de treze mulheres com problemas conjugais, viúvas e religiosas de véu branco no Convento da Ajuda em meados do século XVIII e início do XIX. Esta última categoria citada estava sempre vinculada a condição financeira da requerente. Aquelas que não podiam dar o dote total e se sustentar com o valor de cem mil réis anuais, entravam como religiosas de véu branco e sofriam limites perante a administração conventual. Entretanto, além da condição financeira precária, outras mulheres recorriam a esta instância por motivos alheios ao financeiro, como por vocação, por viuvez, por abandono, por prática de adultérios, para recolhimentos temporários ou mesmo a imposição da família. Neste artigo, em especial, vamos tratar de categorias mais baixas desta hierarquia, pois, as religiosas que ocupavam uma alta posição eram as que usavam o véu preto. Essa camada supracitada doava bons dotes e propinas como forma de contribuição a instituição religiosa, ocupando essa categoria em destaque. A estas mulheres eram reservados espaços da direção conventual com poder de voto e liderança (NASCIMENTO, *Op cit*).

A primeira solicitante que vamos tratar chamava-se Ângela Maria de Souza Fragoso, que deu sua graça no Convento da Ajuda em 1750. Ao contrário das donzelas que desejavam

⁹ RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMÉRCIO”. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus*. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII. *Op.cit.*, p. 38.



casar-se com Cristo, a dita requerente era casada com o então Alferes José Pires dos Santos.¹⁰ Ambos aparecem no requerimento de petição de entrada no Convento da Ajuda alegando ter “posses”, e que poderiam certamente contribuir para a instância enquanto instituição regular que era. O casal disponibilizou ao convento cinco casas térreas na rua conhecida como Marisco, que tinham sido doadas por Antônio Pires dos Santos e Antônia de Souza, sogros de Ângela Maria de Souza Fragoso, que doaram o patrimônio como forma de dote (*Ibidem*, 1750). Adiante do processo de Ângela Fragoso notamos que a doação das casas ao Convento da Ajuda ocorreu mediante a um promotor comissário e do procurador do próprio instituto. A escolha de representantes para este tipo de trâmite foi possível pelo fato de a instituição desejar fazer um negócio seguro, procedendo com vistorias aos locais indicados e se os mesmos estavam livres de hipoteca ou alguma incoerência nas escrituras:

Diz José Pires dos Santos, que para o efeito de fazer ao Convento da Ajuda, a escritura do dote de quatro mil cruzados, para ser religiosa Dona Ângela Maria Fragoso[...]. Ficará metade do patrimônio como dote para sempre ao convento e por morte da freira, voltar os pagamentos aos outros, metade para a família (*Ibidem*, 1750, p. 9).

O curioso é que nas normas do Convento da Ajuda, precisamente no capítulo quatro e versículo 39º, é indicado o guia para as famílias que desejassem deixar as propriedades para a instituição:

E terá cada uma delas de dote o que bem e seguramente render cem mil reis, ou em dinheiro ou em propriedades seguras, de que não de tomar posse o mosteiro como verdadeiro patrimônio dele enquanto a religiosa for viva, obrigando-se porém por morte dela a satisfazer por seu procurador a quantia do dito dote de quatro mil cruzados em pagamento de cem mil reis cada ano aos dotadores ou aos seus herdeiros, caso que eles voluntariamente o não queiram deixar para o mosteiro, ou por direito lhe não pertença (*JORNAL DO COMMERCIO, Op cit*, p. 41).

Isso ocorria pelo fato de a futura religiosa ter que arcar com as suas despesas mensais no convento. Geralmente o dote era concedido em forma de casas, sobrados ou sítios, devendo render cem mil réis anuais a instância. A opção em deixar os bens ao convento ficava a critério da família no momento dos trametes (MARTINS, 2016). Ocorrendo o acerto entre ambos interessados, o processo era finalizado para com que assim, a candidata ao estado religioso tomasse posse da vaga e pudesse receber sua tença para o sustento necessário.

¹⁰ Seus pais eram: Antônio Pires dos Santos e Antônia de Souza, naturais e batizados na Freguesia da Candelária. In: ACMRJ, cód. 081, Ângela Maria Fragoso, 1750, ff, 40. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 1. *Op. cit.*



Retornando ao processo de Ângela Maria Fragoso, a candidata era natural e batizada na Freguesia de Nossa Senhora da Glória no caminho das Minas. Seus pais foram o Sargento-mor José de Souza Fragoso e Dona Paula Pereira da Motta. Segundo a requerente, a sua decisão de ser religiosa teve apoio do então esposo, José Pires dos Santos, e ambos aceitaram de comum acordo a opção de seguirem carreira monacal¹¹. Dessa forma Ângela prosseguiu respondendo em depoimento “[...] que a tempo tem desejo para noviciar e ser religiosa neste convento, e que não tinha sido constrangida por ninguém e que queria segurar a sua salvação” (*Ibidem*, 1750, 34). Por mais que saibamos que todo o processo era enrijecido e repetitivo, este caso chamou a nossa atenção por ser a dita requerente casada pela Igreja Católica. O que podemos nos perguntar é o que levou Ângela a optar pela carreira religiosa sendo ela uma mulher casada? Sofria maus tratos dentro do círculo familiar e, por isso, buscou a clausura? Foi imposição de seu próprio marido? Ou de fato tinha vocação para ser freira?

Por mais que saibamos que muitas dessas mulheres sofriam tristezas e por isso se recolhiam em instituições desta natureza, receber as mesmas nesta situação ocorreu em alguns espaços denominados de recolhimentos ou conventos. A primeira instituição feminina ao ser fundada no Oriente, por exemplo, foi o Colégio de Santa Potenciana, em Manila no ano de 1594. Neste espaço, mulheres em diferentes situações como “as filhas legítimas e mestiças dos conquistadores e soldados a serviço do Rei da Espanha, as viúvas destes, mulheres arrependidas e mulheres casadas em desacordos com os seus maridos” (OLIVEIRA, 2019, p. 107), eram recebidas neste espaço. Contudo, no caso de Ângela Fragoso, o motivo que teria a levado foi revelado por um assento no site do Arquivo Histórico Ultramarino.

Recorrendo aos anais supracitados no último parágrafo, encontramos um registro que indica que Ângela Fragoso teria cometido algum ato “contra a moral e os bons costumes”.¹² Infelizmente não conseguimos ter acesso ao documento indicado em nota, embora haja indício de que Ângela Fragoso estava passando por uma instabilidade familiar, sendo dada a ela a opção de ser trancafiada em um convento perpetuamente, tanto que o seu esposo forneceu a instituição cinco casas térreas, que ficaram provisoriamente em benefício da comunidade, avaliadas em

¹¹ ACMRJ, cód. 081, Ângela Maria Fragoso, 1750, ff. 32. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 1. *Op. cit.*

¹² A. H. U. 1755, setembro, 6, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real], ao Bispo do Rio de Janeiro [D. frei Antônio do Desterro], dando seu parecer sobre o requerimento de José Pires dos Santos, solicitando o recolhimento de sua mulher, Ângela Maria de Sousa Fragoso, em virtude de seu comportamento, atentando contra a moral pública; recomendando que a respectiva senhora seja encerrada em recolhimento religioso ou numa casa própria para tal finalidade. A. H. U. - Rio de Janeiro- cx. 58. Doc. 18. A. H. U. _CU_017, Cx. 49, D. 4919.



225\$000 réis¹³. Em vista de a norma conventual cobrar de uma candidata ao estado religioso a pureza juntamente com o voto de castidade, Ângela não se encaixaria no perfil, o que não a excluiu de se recolher no espaço, pois seu esposo José Pires dos Santos desejava ser sacerdote do Hábito de São Pedro. E apesar de não termos tido acesso a informações concretas sobre a trajetória de Ângela no Convento da Ajuda, conseguimos identificar que ficou recolhida no dito espaço temporariamente, sem ter se tornado religiosa.

Brites Rangel de Macedo e Izabel Vianna do Amaral eram viúvas que solicitavam recolhimento no Convento da Ajuda. Brites Rangel de Macedo era do bispado do Braga, em Portugal, viúva do Capitão Antônio da Cunha Falcão, moradora no Rio de Janeiro e mãe de Paula Rangel de Macedo, religiosa do Convento da Ajuda. Ao solicitar o recolhimento era exigido pela instância o parecer das testemunhas da localidade sobre a conduta e a fama da requerente. Neste caso, o depoimento ficou a cargo de Padre Thomas da Silva, do Doutor Tomas Pedro Faria e Manoel Silva Pinto, cujos relatos não conseguimos transcrever¹⁴. Passando pelas religiosas capitulares, a viúva Brites conseguiu permissão para entrar alguns dias do ano no Convento da Ajuda:

E como se mostra a justificante a mesma, que alcançou o dito breve, e de nobre geração das famílias principais desta cidade e não estar muito em censura[...] está portanto, julgo as premissas, por prová-las e por cumpri-las, pode entrar com consentimento das religiosas em cada ano, indo acompanhada apenas de uma mulher vestida honestamente e decentemente, a suplicante a qual virá, excetos aos domingos e dias festivos, vigílias, tempo de quarentena, e adventos com declaração, que a justificante observará as facultades contidas no Breve, não excedendo em visitar as selas particulares, nem pernoitar dentro e no mais que nele se contém, de baixo na pena de censura combinada o que nele mando se observar por esta minha sentença definitiva que se dará à justificante e que pague os autos (*Ibidem*, 1753, p. 7).

Tal pedido não foi por um mero acaso visto Brites ser viúva, solitária e com laços afetivos com sua filha Paula Rangel de Macedo. A outra requerente deste perfil foi Isabel Vianna de Lima do Amaral, viúva do então Capitão Sebastião Gurgel do Amaral, família de posses e de prestígio na localidade. Seu processo foi registrado em 1754, dando informações de que a viúva era de origem nobre, pura e sem pena alguma eclesiástica. No breve que tem em seus autos é mencionado que a requerente prometia adentrar ao convento acompanhada de alguma mulher com vestimenta honesta e decente, exceto em dias festivos, domingos, quaresma, advento e vigília. As testemunhas que relataram a procedência e a fama de Isabel

¹³ MARTINS, William de Souza Martins. Devoção, status e busca de autonomia. *Op. cit.*, p. 10.

¹⁴ ACMRJ, cód. 081, Brites Rangel de Macedo, 1753, ff. 5v e 6. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 2. *Op. cit.*



foram: Padre Thomas da Silva, de 31 anos de idade e do hábito de São Pedro, o Doutor Thomas Pedro de Faria e Manoel Silva Pinto – as mesmas testemunhas de Dona Brites Rangel de Macedo¹⁵.

Em relação aos depoimentos das testemunhas citadas nos últimos parágrafos tratavam-se de moradores da localidade do Rio de Janeiro. Estes homens relatavam mediante a textos breves se as candidatas a recolhimento ou visita temporária ao convento tinham falado a verdade. Neste caso, se era a própria requerente que fazia o pedido, se era moradora da localidade, se estava livre de qualquer impedimento canônico e, por último, sua origem social. No caso de Isabel Vianna do Amaral, conseguimos resgatar que ela era de origem nobre, sendo filha de Salvador Vianna da Rocha e de Antônia Correia do Amaral, viúva de Sebastião Gurgel do Amaral e que tinha duas filhas no Convento da Ajuda e mais três rapazes (RHEINGANTZ, 1976). A ela foi concedida a permissão de entrar no Convento da Ajuda durante cinco anos, duas vezes em cada ano (*Ibidem*, 1753, 5v).

O interessante a destacar o caso das viúvas é que elas tiveram a oportunidade de entrar no convento, mesmo não desejando ser religiosas. Contudo, pela instituição conventual, as mulheres leigas não eram bem vistas pelas capitulares, aquelas freiras com poder de voto e liderança, ou pelo segmento eclesiástico. O objetivo era internar nesta instituição apenas mulheres com vocação ao estado de religiosas: “Mandamos firmemente, que nenhuma pessoa possa entrar na clausura do mosteiro, exceto os visitantes quando for necessário [...]”¹⁶. E por mais que um convento de freiras tivesse por finalidade receber donzelas de dezesseis anos, com vocação sincera ao estado contemplativo, não foi bem isso que ocorreu no percurso institucional do então convento, que conforme já indicamos, funcionou também como uma casa de correção. Por ter sido um local de preservação da virtude feminina, as mulheres viúvas, órfãs ou até mesmo casadas que se viam solitárias por algum motivo na sociedade, encontravam na clausura um destino mais seguro (ALGRANTI, *Op cit*, p. 53).

Por outro lado, os conventos existentes na Colônia, como o do Desterro na Bahia, ou o da Ajuda, no Rio de Janeiro, fundado após longas esperas, acabaram servindo, como todos os recolhimentos, para asilo de mulheres em conflitos com seus maridos, viúvas ou educandas, e deram bastante problemas e cuidados aos bispos responsáveis pela

¹⁵ ACMRJ, cód. 081, Isabel Vianna do Amaral, 1754, ff. 5. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 2. *Op. cit.*

¹⁶ Esta regra era uma das principais da Ordem da Santa Imaculada Conceição da Mãe de Deus, permitindo assim, a entrada do visitador, dos confessores, médicos e oficiais. In: RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO”. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. Op. cit.*, p. 24.



manutenção da vida conventual e funcionamento da casa, enquanto instituição religiosa (*Ibidem*, 1999, 88).

Essas exceções foram encontradas no Convento da Ajuda, e mesmo assim, é interessante salientar que aquelas mulheres não ficavam eternamente no convento como visitantes, até por conta de sofrerem impedimento frente a regra conventual. O pedido formal era feito e validado por alguns anos, para que a requerente entrasse alguns dias do ano corrente, exceto em dias de festividades religiosas. Dessa maneira, a essas mulheres foi proporcionado um novo espaço de vivências e de trocas que, de certa forma, lhes garantiu um *status*, pois nestes processos era necessária a comprovação de origem nobre, com depoimentos de testemunhas da localidade que reforçariam o relato da suplicante¹⁷.

Retornando as solicitações ao Convento da Ajuda chegamos a requerente Ana Ludovina do Coração de Jesus, filha legítima de Dona Izabel Luiza de Grinalda, natural e batizada na Freguesia de São João do Meriti em 1736. Ana Ludovina Buscou a clausura em 1753, alegando não ter “posses”, segundo o seu registro, e desejando entrar como religiosa de véu branco, sendo aceita no mesmo ano em que solicitou a entrada¹⁸. Um dado curioso a seu respeito liga-se à ausência do nome do seu pai na documentação processual aqui analisada, levando-nos à conclusão de que poderia ser filha ilegítima (SANTOS, *Op cit*).

Outras duas candidatas ao estado de religiosas de véu branco foram Isabel Maria de Jesus da Lapa e Tereza Maria de São José, filhas legítimas de Manoel Carvalho Ferreira e de Clemência Maria de Souza Lobo, moradores do Rio de Janeiro precisamente na Rua da Cruz, Freguesia da Candelária. As meninas eram naturais e batizadas na Freguesia da Sé do Rio de Janeiro e, no caso de Isabel, que tinha dezenove anos de idade, solicitou entrar como religiosa de véu branco com obrigações no Coro¹⁹, que pela regra conventual, era uma função importante a cada religiosa que participava desta obrigação.

Desta forma, perante o instituto, a ausência no coro poderia acarretar problemas a comunidade e até mesmo a freira que não obedecesse a constituição (*Ibidem*, 1908). Uma

¹⁷ Ver: FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade: As diversas Faces de uma experiência*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Área de Concentração: História Social, Linha de pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder - Universidade de Brasília. Brasília, 2006; OLIVEIRA, Amanda Dias de. O recolhimento da Ajuda no Rio de Janeiro (1678-1750). *Op. cit.* p, 127; ACMRJ, cód. 081. Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda*, Vols. 1 ao 5. *Op. cit.* ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas*. *Op. cit.*, p. 78.

¹⁸ ACMRJ, cód. 081, Ana Ludovina do Coração de Jesus, 1753, ff. 7. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda*, Vol. 2. *Op. cit.*

¹⁹ RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO”. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus*. *Op. cit.*, p. 47.



questão importante a se destacar é que as religiosas com poucos recursos poderiam entrar na categoria de religiosas de véu branco e exercer alguma função na clausura, demonstrando habilidades indispensáveis às tarefas diárias, fossem espirituais ou seculares. Ainda no processo de Isabel, ela teve parte do seu dote pago juntamente com propina e enxoval, que foram quatro toalhas e doze pratos²⁰. Já a sua irmã, Thereza Maria de São José, de vinte e três anos, também solicitou a vaga como religiosa de véu branco com obrigações no Coro.

As petições de Thereza Maria e de Isabel Maria como religiosas de véu branco foram motivada por questões financeiras, pois o pai das meninas não tinha como doar o valor do dote integral naquele momento, comprometendo-se a pagar em etapas até alcançar o valor de 1:600\$000 réis, quando poderiam acessar a categoria de religiosas de véu preto. Thereza assim como sua irmã, doaram propinas e o enxoval [quatro toalhas grandes, doze pratos, sendo quatro deles grandes], e na conclusão dos autos, foi dado o parecer de que assumiriam esta vaga na condição de pagar todo o dote²¹.

As próximas solicitantes tratavam-se de Maria Pires Bueno e Clara Jacinta de Santa Rosa. A primeira candidata era filha legítima do Capitão Miguel de Faria Sodré e de Dona Maria Verônica Dias Leite, sendo natural do bispado de Mariana, precisamente da Vila do Pitangui. Este caso trata-se de uma petição para se recolher no Convento da Ajuda a partir de José Antônio Fortes Magalhães, casado e morador na Vila do Pitangui. Nos autos, é relatado que a requerente tinha um bom nome e idade de trinta e três anos²²: “*A supp. tem tal bom nome, que não podemos deixar de informar ser digna do que pretende[...]*”²³. Diante do relato da madre escritã, a solicitante conseguiu entrar no convento alguns dias do ano e sobre sua origem social, identificamos apenas que Maria teve ao menos dois irmãos de sangue. O primeiro chamado Antônio de Faria Sodré, que se casou duas vezes, primeiramente com Leonor Moreira Martins e posteriormente com Ana Clara de Jesus, tendo pelo menos cinco filhos. Seu outro irmão foi José Ferraz de Araújo, que também teve cinco filhos²⁴.

²⁰ ACMRJ, cód. 081. Isabel Maria de Jesus da Lapa, ff. 9. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 4. *Op. cit.*

²¹ ACMRJ, cód. 081. Thereza Maria de São José, ff. 9. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 4. *Op. cit.*

²² ACMRJ, cód. 081, Maria Pires Bueno, 1755, ff. 5. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 2. *Op. cit.*

²³ ACMRJ, cód. 081, Maria Pires Bueno, 1755, ff. 4. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 2. *Op. cit.*

²⁴ Ver site: <<http://www.projetoconpartilhar.org/Familia/DomingosAlvesFerreira.htm>>. Acessado em 20/07/2018.



Clara Jacinta de Santa Rosa era filha legítima de Gonzalo Martins Figueiredo e Souza e de Dona Maria Francisca de Albuquerque, moradores do Rio de Janeiro. A requerente era moça humilde, com menos de onze anos de idade, e alegava a busca pela clausura por estar passando dificuldades na vida. Seu pai trabalhava de serralheiro, e sua mãe estava entredada em uma cama, sem poder lhe dar atenção. Por isso e por ser tão jovem, necessitava de um local seguro para sobreviver, e seu pai comprometer-se-ia a dar um tostão por dia para completar o seu sustento, cobrindo as despesas em caso de enfermidade²⁵. Dando seguimento ao processo, Clara Jacinta de Santa Rosa não contava apenas com a ajuda financeira de seu pai, pois existiu um fiador chamado Antônio de Figueiredo, homem abastado e morador na Rua dos Passos. Ofereceria a Jacinta Rosa o valor de vinte e cinco mil reis (*Ibidem*, 1756, 2v).

Em relação ao desfecho deste caso não temos como descrever de forma precisa o que ocorreu com Clara. O que podemos citar neste artigo é apenas que a educanda não professou no Convento da Ajuda, até onde sabemos, tendo possivelmente se casado ou obtido algum outro futuro fora do convento. Clara Jacinta tratava-se de uma moça pobre com um futuro nem um pouco promissor e que por isso, desejou se recolher como educanda, almejando uma carreira distinta ou apenas uma passagem em um local de destaque no Rio de Janeiro. Naquela sociedade, a preservação da virtude e da honra feminina foi algo buscado por famílias de bem, sendo ricas ou pobres (ALGRANTI, *Op cit*).

Josefa Teresa de Sá e Antônia Maria da Fonseca Costa solicitaram a entrada no convento religioso a fim de se recolherem por alguns dias do ano, visto terem filhas religiosas na dita clausura. Josefa Tereza pediu por volta de 1757, e Antônia, por volta de 1758. Em relação à primeira requerente, chamou a atenção que ela relatou ter alcançado a santidade, e que tinha uma origem distinta:

Que é nobre e descendente de família nobilíssima por ser filha legítima do Alferes e Infante Real José Alvarez Lanhão. E neta do Marechal M. de Campos João Alvarez Lanhão, natural da cidade de Braga uma das famílias nobilíssimas da dita cidade, casada com o Dr. Antônio Antunes de Menezes fidalgo da Casa de Sua Majestade [...] ²⁶.

²⁵Conforme mencionamos o valor do piso de seis meses era de 50 mil réis e um ano 100 mil réis. In: ACMRJ, cód. 081, Clara Jacinta de Santa Rosa, 1756, ff. 2. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 3. SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. *Op. cit.*, p. 286.

²⁶ ACMRJ, cód. 081, Josefa Teresa de Sá, 1757, ff. 2. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 3. *Op. cit.* In: OLIVEIRA, Amanda Dias de. *O Convento da Ajuda como instituição social e religiosa* (1705-1762). Luminária Academia. Editora Multifoco. Rio de Janeiro, 2016.



Josefa destacou ser muito devota e uma nobre fidalga da sociedade do Rio de Janeiro. Casada com Dr. Antônio Antunes de Meneses, médico do Convento, seu pedido não foi por mero acaso visto que tinha quatro filhas dentro da clausura, o que certamente a levou a fazer o pedido a fim de visitá-las, prometendo adentrar o espaço religioso discretamente com uma mulher honesta²⁷. Pelo que ficou claro, Josefa Tereza teve seu pedido aprovado.

Antônia Maria da Fonseca Costa também afirmou ser nobre da localidade e que desejava se recolher no Convento da Ajuda em alguns dias do ano. Teve seu parecer aceito pela comunidade, precisamente pelas religiosas Mariana da Penha de França (Abadessa), Catarina dos Anjos (Vigária), Leonor Maria do Nascimento e Francisca Custódia das Chagas²⁸. Em relação à sua origem, não conseguimos resgatar mais detalhes. Porém, tudo leva a crer que era esposa de João Roiz Silva e mãe de Ana Maria Querubina e de Ana Maria da Fonseca e Silva²⁹. Sobre estes casos seria interessante destacar uma questão institucional.

Já mencionamos que a entrada de seculares no Convento da Ajuda foi algo supervisionado pelo bispo e pelas madres capitulares. Compreendemos que pela constituição do instituto era vetada a oportunidade de encontros entre as freiras com essas mulheres recolhidas. Tanto que nos capítulos VII- Da clausura em geral, VIII- Das clausuras particulares e IX- Das entradas no Mosteiro, exortava-se que as freiras eram “obrigadas a viver sempre em perpétuo encerramento” e “Quando alguma das sobreditas pessoas houver de entrar, a acompanhem a abadessa ou vigária, e as porteiras da escada, uma das quais irá adiante tocando uma campainha, para que as religiosas se recolham e retirem”³⁰. Dessa maneira, a presença de uma mulher não religiosa era interpretada como algo perigoso, além de perturbar a paz do convento, o que poderia apresentar riscos para as noviças ou para as próprias freiras. No entanto, não sabemos a locação dentro do convento das viúvas e mulheres separadas, provavelmente ficavam temporariamente em espaços distintos dentro do Convento da Ajuda.

²⁷ Eram: Ana Felizarda de Menezes, Isabel Maria da Conceição, Josefa Tereza de Jesus e Ana Maria dos Anjos.

²⁸ ACMRJ, cód. 081, Dona Antônia Maria da Fonseca Costa, 1758, ff. 7v. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 3. *Op. cit.*

²⁹ Concluímos esta informação por existir uma mulher chamada Dona Antônia Maria da Fonseca Costa nos autos de Anna Maria Querubina (1756) e Ana Maria da Fonseca e Silva (1755). In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 2 e 3. *Op. cit.*

³⁰ RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO”. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus*. *Op. cit.*, p. 22, 23 e 24.



Uma das últimas recolhidas deste grupo em destaque foi Bárbara Conceição de Jesus³¹. Bárbara faz uma solicitação formal para poder ir ao convento quatro dias ao ano para visitar sua irmã educanda no Convento da Ajuda, e confirmou nos autos ter posses e viver de “maneira nobre”³², prometendo entrar na instituição em companhia de duas mulheres que eram: Angélica de Jesus, mulher do alferes Antônio José Serra, e Dona Tereza Catarina de Jesus Vieira, viúva de Sebastião Rosa. Em relação à sua irmã, não identificamos de quem se tratava.

Inácia Maria da Conceição Vieira era uma mulher casada com o Capitão-mor José Marcos Vieira. Solicitou entrar no Convento da Ajuda no decorrer de três anos correntes, de 1802 a 1804, ficando em clausura quatro dias por ano. Segundo os autos, a requerente tinha uma filha educanda no convento chamada Inácia Rosa, além de algumas amigas dentro da clausura. Relatou também que era uma mulher distinta, que vivia de forma nobre e apresentava bons costumes perante a sociedade [termo nosso]³³. Depois de permitida a entrada de Inácia, ela teve que solicitar testemunhas que comprovassem a veracidade de suas informações³⁴. Por fim, Inácia Vieira consegue o breve para entrar no Convento da Ajuda, desde que esteja acompanhada por mulheres consideradas honestas e com bom nome e comportamento. Segundo o processo, as acompanhantes foram Dona Ana Maria de Souza, mulher do Capitão Antônio Gomes Barroso; Dona Joaquina Rosa do Carmo, esposa de João Marcos Vieira de A. Pereira; Dona Rita Maria da Purificação, mulher de José Antônio de Mira e; Dona Inácia Rosa Zuarte de Alberes, esposa do Senhor José Antônio de Alberes Guimaraes³⁵.

3 CONCLUSÃO

Por fim, o artigo “Mulheres do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro: Freiras de véu branco, viúvas e divorciadas” teve por objetivo principal o de recolher informações sobre um grupo de mulheres leigas e religiosas que buscaram uma vaga no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro no decorrer do século XVIII e início do XIX. Estabelecimento reduto da elite colonial local, recebia mulheres com desejo em obter uma vida religiosa com base na Ordem da Santa Imaculada Conceição de

³¹ ACMRJ, cód. 081. Barbara Conceição de Jesus, ff. 2. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 4.

³² *Ibidem*, 1800, 5.

³³ ACMRJ, cód. 081. Inácia Maria da Conceição, ff. 3. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 5.

³⁴ *Ibidem*, 1802, 6.

³⁵ *Ibidem*, 1802, 6 e 7.



Maria, formalizando assim, a vida monástica. Contudo, no decorrer do artigo, salientamos a entrada de mulheres com motivos alheios a vocação religiosa como as viúvas e casadas, o que nos levou a hipótese de que aquele estabelecimento buscou disciplinar as mulheres com desvios de conduta, sendo um espaço de correção. Desta maneira, as recolhidas, mulheres em litígio conjugal e religiosas de véu branco fizeram parte da composição social deste estabelecimento, ocupando categorias mais baixas e sem prestígio, o que clareou as distinções entre esse grupo social, nos levando a uma breve conclusão de que o mosteiro foi fundado em especial com o intuito de atender as necessidades sociais da época a citar: a dificuldade em arrumar casamento a todas as mulheres da mesma família e abrigar outras sem um futuro definido.

Mais uma vez gostaríamos de salientar que o uso do conceito de gênero neste artigo buscou estabelecer uma interação entre as esferas do masculino e feminino e a forma como conduziram os fatos em época colonial, ou seja, como as freiras e recolhidas causaram um impacto na sociedade e no Convento da Ajuda. Conforme mencionou Leila Mezan Algranti, analisar a história no decorrer do tempo em época colonial acaba por dar contribuições reveladoras a respeito das mulheres daquele período, em especial das que tiveram por objetivo tornarem-se religiosas em um convento professo. A reclusão de mulheres em ambientes domésticos ou em instituições, segundo Algranti, foi um aspecto importante nesse período, necessitando de uma melhor contextualização, onde pode nos levar a conclusão de que o pensamento misógino estabeleceu critérios de controle frente a este grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

ACMRJ, cód. 081. **Série Congregação Religiosa**, Notação 081- Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Volumes: 1[081/741]; 2[081/742]; 3[081/743]; 4[081/744] e 5 [081/745]. (1751- 1808).

ACMRJ - **Livro Primeiro das Portarias e Ordens Episcopais**. Título E-238. VI, 1. *Regra das Religiosas*. (1750).

A.H.U. 1705. S. d. Informação do Padre Balthazar Duarte, em que pretende demonstrar todas as vantagens que ofereceria a fundação do referido convento. Anexa ao n.º 2855. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 28625.

A. H. U. 1749, novembro, 18. Requerimento do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro] ao rei D. João V, solicitando licença para proceder a fundação do mosteiro das religiosas de Santa Clara na cidade do Rio de Janeiro, com estatuto e observância da Madre de



Deus de Lisboa. Obs: A. H. U. – Colônia do Sacramento, cx. 6, doc. 25. A. H. U_CU_017, Cx. 42, D. 4362.

A.H.U. 1755, setembro, 6, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real], ao Bispo do Rio de Janeiro [D. frei Antônio do Desterro], dando seu parecer sobre o requerimento de José Pires dos Santos, solicitando o recolhimento de sua mulher, Ângela Maria de Sousa Fragoso, em virtude de seu comportamento, atentando contra a moral pública; recomendando que a respectiva senhora seja encerrada em recolhimento religioso ou numa casa própria para tal finalidade. A.H.U.- Rio de Janeiro- cx. 58. Doc. 18. A.H.U._CU_017, Cx. 49, D. 4919.

OFÍCIO do [cônego doutoral da sé do Rio de Janeiro] Antônio de Torres e Cunha ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], informando seu parecer sobre o requerimento de Ana da Cruz, viúva de Bento Esteves de Araújo, solicitando licença para sair do convento de Nossa Senhora da Ajuda do Rio de Janeiro, onde se encontrava reclusa por vontade de seu marido, enquanto este em vida levava uma vida pouco regrada. 1786, janeiro, 16. 2016-04-18T17: 18: 36Z; 2015-06-26T17: 11: 44Z; Projeto Resgate - Rio de Janeiro - Avulsos (1614-1830).

RODRIGUES, & c. TYP. DO- “**JORNAL DO COMÉRCIO**” -. Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII e Constituições Dadas por D.Fr. Antônio do Desterro Bispo do Rio de Janeiro as Religiosas do Convento da Ajuda. 1908.

SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). **Livros dos assentos de óbitos das religiosas**. 1751-1889.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres Da Colônia - Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

AZZI, Riolando. **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo. Ed. Paulinas, 1983.

BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440 -1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FERREIRA, Adínia Santana. **A reclusão feminina no Convento da Soledade: As diversas Faces de uma experiência**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Área de Concentração: História Social, Linha de pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

HORNAERT, Eduardo. (orgs). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Primeira época - Período Colonial. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.



MARTINS, William de Souza Martins. *Devoção, status e busca de autonomia: o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro (c. 1750)*. **Clio: Revistas de pesquisa histórica**. Rio de Janeiro, n. 29, 2. 2011.

MARTINS, William de Souza. *"Parecer que não há sobre a terra um requerimento mais justo": práticas de reclusão feminina no Recolhimento de Itaipu (c.1764-1822)*. In: MAIA, Andréa Casa Nova & MORAES, Marieta de. (orgs). **Outras histórias**. Ensaios em História social. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

MARTINS, William de Souza. *Noviciar e professar: o ingresso feminino no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda no Rio de Janeiro (1762-1800)*. In: AYROLO, Valentina y OLIVEIRA, Anderson José Machado de. (orgs). **Historia de clérigos y religiosas en las Américas. Conexiones entre Argentina y Brasil** (siglos XVIII y XIX). Buenos Aires, Argentina: Ed Teseo, 2016.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento de Desterro da Bahia 1677-1890**. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NERY, Frederico Morato. **A Igreja no Brasil e o zelo pastoral de D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco: breve olhar sobre a implementação do catolicismo colonial e seus reflexos no sétimo episcopado carioca do século XVIII**. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Amanda Dias de. **O Convento da Ajuda como instituição social e religiosa (1705-1762)**. Luminária Academia. Editora Multifoco. Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Amanda Dias de. *O recolhimento da ajuda no Rio de Janeiro (1678-1750)*. **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 2, pp.126-141, 2015.

OLIVEIRA, Amanda Dias de. *O patrimônio do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro séculos XVIII-XIX: a santa riqueza por meio do sistema de dotes e doações das religiosas (1762 a 1800)*. **Anais do Encontro internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e parcerias**. 2018.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. **As mônicas no Vale dos Lírios: das "santas" fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738**. Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Rio de Janeiro, 2019.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira: volume 1: colônia**. São Paulo: Leya, 2016.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. **Primeiras famílias no Rio de Janeiro** (séculos XVI e XVII), Vol. I e II. Ed: Livraria brasileira. RJ, 1967.



SILVA, Ricardo Manuel Alves da. **Casar com Deus: Vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna**. Tese de doutoramento apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga, 2011.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580/c.1690**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Ação regalista e ordens religiosas no Rio de Janeiro pós-pombalino (1744-1808)*. **Congresso internacional de história. Missionaçãõ portuguesa e encontro de culturas. Actas**. Volume III. Igreja, Sociedade e Missionaçãõ. Braga, 1993.

Sites:

<<http://www.projetocompartilhar.org/Familia/DomingosAlvesFerreira.htm>>. Acessado em 20/07/2018



A representação da esfera pública norte-americana na autobiografia de Emma Goldman.

Nilciana Alves Martins¹

Recebido em: 29/08/2019

Aprovado em: 12/11/2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal investigar qual foi a interpretação crítica que a anarquista e feminista Emma Goldman (1869-1940) elaborou no que se refere à esfera pública seletiva norte-americana em sua autobiografia “Vivendo Minha Vida” publicada, pela primeira vez, em 1931. Nesse sentido, analisaremos quais eram os assuntos que, segundo Goldman, eram retratados e, em certo sentido, “julgados” pela esfera pública norte americana nas últimas décadas do XIX e nas primeiras do século XX, bem como qual era a perspectiva crítica da anarquista em relação a essa representação midiática. Para cumprir tal tarefa, dialogamos com estudos ligados não só a História das Mulheres, como também aqueles relativos à esfera pública do entresséculos e, evidentemente, com a metodologia que reflete sobre os *escritos de si*.

Palavras-chave: Emma Goldman. Esfera Pública. História das Mulheres.

The representation of the north american public sphere in the autobiography of Emma Goldman.

ABSTRACT

The main objective of this article is to investigate what was the critical interpretation that anarchist and feminist Emma Goldman (1869-1940) elaborated with regard to the selective American public sphere in her autobiography "Living My Life" Published for the first time in 1931. In this sense, we will analyze what were the subjects that, according to Goldman, were portrayed and, in a sense, "judged" by the North American public sphere in the last decades of the XIX and in the early twentieth century, as well as what was the critical perspective of Anarchist in relation to this media representation. In order to accomplish this task, we dialogue with studies linked not only to the history of women, but also to those related to the public sphere of the midcenturies and, of course, with the methodology that reflects on the writings of oneself.

Keywords: Emma Goldman. The Public Sphere. History of women.

¹ Bacharela em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista da FAPEMIG. E-mail: nilcianaalves@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O século XX foi, a nível global, um momento de grandes modificações tecnológicas, sociais, políticas, culturais e, também se pode dizer, que foi um contexto de significativas mudanças historiográficas. Entre as décadas de 1970 e 80, houveram mudanças significativas no campo das ciências humanas no geral, bem como na forma de se compreender e escrever a História. Foi nesse contexto, que os historiadores começaram a analisar as relações entre as ações dos sujeitos históricos e as estruturas sociais de outra forma. E, por isso mesmo, os pesquisadores passaram, naquele momento, a dar atenção especial para os “diferentes aspectos micro-históricos extraídos da vida cotidiana de homens normais” (IGGERS, 2010, p. 108) bem como se atentam para a importância do “significado da cultura e da linguagem” (*Idem*) na hora da elaboração de uma representação histórica. Para dar exemplos práticos dessas mudanças, é nesse cenário que estudos que possuíam como temática as questões de gênero, sexualidade, raça e classe começaram a conquistar seu protagonismo e que pesquisas oriundas de uma perspectiva decolonial ganharam espaço na historiografia. Segundo a historiadora Margareth Rago (1995, p. 82):

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida.

Mas, de qualquer forma, não se tratava apenas de um irromper de novos objetos de estudos, mas também do desenvolvimento de novas metodologias para compreender esses objetos em sua complexidade. Entre as décadas de 1970 e 80 começou-se a perceber que, em certo sentido, somente depois de feita uma crítica àquela concepção de ciência de cunho positivista e instrumental os estudos históricos tornavam-se possíveis. Nesse sentido, respondendo a “euforia cética”², que questionava o estatuto científico da História, o historiador italiano Carlo Ginzburg, demonstrou que mesmo diante da presença de uma variável subjetiva

²Foi dessa forma que Carlo Ginzburg nomeou a proposta de historiadores como Hayden White que, em grande medida, questionavam a possibilidade da História se caracterizar como uma ciência. Ver mais em: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Entretanto, vale ressaltar, que “com exceção de Hayden White, todos os mais importantes culturalistas dos anos oitenta [...] recuavam perante seu relativismo epistemológico radical, sem, porém, desistir de seu interesse pela cultura” (IGGERS, 2010, p.110).



na produção do conhecimento histórico; mesmo com o caráter inerentemente narrativo do historiador, ainda sim, a História é uma ciência, mas uma *ciência sui generis* e que, por isso mesmo, não representativa do paradigma galileano, e sim do paradigma indiciário, teorizado por Ginzburg³. Com isso, atualmente, pode-se afirmar que muito já se discutiu sobre as diferentes fontes históricas e os métodos necessários para analisar cada uma delas e obter, por fim, um conhecimento científico. Mas, de maneira geral, hoje prevalece à ideia de que as fontes não são, pura e simplesmente, representações de uma verdade absoluta, mas indícios que, graças à ação – isto é, o método empregado pelo pesquisador –, ajudam na elaboração de premissas passíveis de veracidade.

A essa altura é importante atentar que, por muito tempo, o uso da autobiografia, das *escritas de si*, como fonte histórica esteve fora de cogitação, pois prevalecia a ideia de que esses textos não seriam possuidores da objetividade, seriedade e racionalidade necessárias para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Entretanto, dada às mudanças de paradigmas citadas acima – ou seja, em um contexto marcado pelo *giro linguístico*, pelo *retorno da narrativa*⁴ – começa-se a questionar tal situação. Em 1971, o francês Philippe Lejeune, escreveu o artigo “Le pacte autobiographique”⁵, no qual buscou teorizar os *escritos de si* enquanto gênero discursivo. Tem-se, então, o início da consolidação desse campo de estudo. Atualmente, pesquisas que se amparam em *escritas de si* são muitas⁶ e, muitas também foram, às mudanças no que se refere à metodologia empregada para a construção de biográficas, como também no que diz respeito ao uso de autobiografias enquanto fonte histórica. O próprio Lejeune fez modificações em sua proposta metodológica, escrevendo “O pacto autobiográfico (bis)” em 1986 e “O pacto autobiográfico, 25 anos depois” em 2001.

O presente artigo, tendo como fonte uma *escrita de si*, busca investigar como a esfera pública norte-americana do entresséculos aparece representada na autobiografia de Emma Goldman⁷. Nesse sentido, pretende-se identificar quais pontos a personagem mobiliza para

³Sobre essa questão ver GINZBURG, Carlo. “*Mitos, Emblemas, Sinais*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 2ª edição, 2ª reimpressão, 2007.

⁴Sobre essas questões ver CERTEAU, Michel. “*A Escrita da História*”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁵Ver mais em LEJEUNE, Philippe. “*O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*”. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

⁶Existe uma variedade de trabalhos científicos que possuem como objetos de estudo as “escritas de si”. Só para ilustrar: partindo de textos autobiográficos, pesquisadores investigam diferentes questões, como, por exemplo, a auto-representação nesses textos ou, até mesmo, usam textos autobiográficos de historiadores como “fonte para o conhecimento das experiências e das trajetórias profissionais dos historiadores” (AURELL, 2014, p. 342).

⁷A partir de agora trataremos Emma Goldman pela sigla “E.G.”.



realizar uma crítica em relação a forma com dados acontecimentos foram retratados por determinados jornais da época. Portanto, se faz necessário uma rápida referência ao conceito de *esfera pública*. Tal conceito apareceu, em 1962, na tese de livre docência de Jürgen Habermas, denominada “Mudança Estrutural da esfera pública”. Tomada, ao lado do Estado e do Mercado, como a terceira instituição da modernidade, a *esfera pública* em Habermas “tinha como principal característica o debate livre e racional entre os cidadãos sobre questões públicas” (PERLATTO, 2015, p. 123), seu aparecimento estava, segundo Habermas, relacionado a ascensão da burguesia e a arquitetura urbanística ditada por essa mesma ascensão e, segundo o sociólogo, no contexto de seu surgimento (XVIII), ao menos teoricamente, as opiniões presentes na esfera pública seriam legitimadas “pela força dos melhores argumentos racionais mobilizados no debate público, que deveriam ser considerados e valorizados independentemente de fatores como poder, riqueza ou status social” (Ibid.; p.124). Habermas comentou, em outras obras, sobre algumas mudanças que ocorreram na esfera pública no século XX e XX, como aponta o professor Fernando Perlatto (*Idem*):

A constituição dessa esfera⁸ esteve diretamente associada à ascensão da burguesia, bem como ao crescimento das cidades, à proliferação dos cafés e dos salões e, sobretudo, ao novo papel adquirido pela imprensa, que passou a se configurar como um ‘fórum’ apartado das instâncias estatais, no qual se debatiam questões públicas e se constituíam opiniões críticas topicamente definidas, capazes de problematizar publicamente a legitimidade das ações do Estado [...] De acordo com Habermas, ao longo dos anos, a esfera pública sofreu uma série de mudanças estruturais, passando a se constituir, no século XIX, como um espaço de pressão, como decorrência do próprio processo de democratização e da ampliação do público que passou a exigir a consideração de seus interesses no sistema político. Já no século XX, a esfera pública teria passado por um processo gradativo de degeneração, como decorrência da obliteração da divisão entre as esferas privada e pública, quer pela privatização de espaços pertencentes ao domínio público, quer pela intervenção cada vez mais ampliada do Estado no domínio privado, que teriam conduzido à transformação do ‘cidadão’ em ‘cliente’ ou ‘consumidor de serviços’.

Posteriormente, críticas foram feitas a Habermas, principalmente, no que diz respeito a seus escritos nos quais ficaram evidente sua perspectiva pessimista em torno da esfera pública do século XX, pois Habermas teria negligenciado a possibilidade de agência de diferentes atores e grupos sociais que, em certo sentido, foram, como hoje se sabe, capazes de interferir na esfera pública do século XX, segundo Perlatto e outros autores, Habermas teria desconsiderado “a emergência de novos segmentos sociais e a possibilidade de que fluxos comunicativos originários do mundo da vida pudessem ser mobilizados no debate público, por meio da pressão

⁸Aqui o autor se refere a *esfera pública*.



das associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado” (Idem). Ao falar sobre as críticas em relação a Habermas, Perlatto afirma que (*Ibid.*; p. 125):

De modo geral, pode-se dizer que essas críticas procuraram problematizar a formulação de Habermas sobre a esfera pública, chamando a atenção para a desconsideração, em sua obra, quanto à existência de outras esferas públicas na sociedade, constituídas por segmentos como os operários e as mulheres que, não obstante excluídos da esfera pública burguesa, formularam discursos e participaram de diferentes maneiras dos debates sobre questões públicas. Se Negt e Kluge (1993) tiveram o mérito, em 1972, de realizar uma primeira crítica mais ampla à formulação habermasiana, no livro *The Public Sphere and Experience. Toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*, demonstrando como uma esfera pública proletária atuava em paralelo à esfera burguesa, foi Nancy Fraser quem melhor sistematizou essas objeções, ao desenvolver o conceito de ‘subaltern counterpublics’.

Levando em consideração as colocações de Nancy Fraser e seu conceito de *subaltern counterpublics*, podemos dizer que nossa personagem, isto é, E.G., ao fundar o periódico *Mother Earth* (1906-1917), buscou criar uma outra narrativa para questões que eram, não raro, retratadas de forma estereotipada pela maior parte da esfera pública norte-americana. A essa altura é relevante apontar que, mesmo os EUA buscando consolidar uma autoimagem como “país da democracia”, no entresséculos, existia ali uma *esfera pública seletiva*, que não questionava o *status quo* e sua moral e, simultaneamente, uma *esfera pública subalterna*⁹. E.G. buscou fortalecer essa última ao fundar a *Mother Earth*. No presente trabalho compartilhamos uma concepção de *esfera pública seletiva e subalterna* que pode ser descrita da seguinte forma (*Ibid.*; p.123):

Parte-se do pressuposto de que essas esferas se relacionam permanentemente, quer de forma dialógica, quer de maneira conflituosa. Não obstante se reconheça a existência de uma ‘circularidade cultural’ entre essas esferas – para utilizar a formulação conceitual de Ginzburg (1998), em diálogo com Mikhail Bakhtin –, com cada qual filtrando determinados elementos de outra, a partir de seus próprios valores e condições de vida, é preciso reconhecer que as relações comunicacionais entre elas se deram, historicamente, de maneira desigual, com a busca constante da primeira em construir um discurso hegemônico sobre a segunda. Além disso, como bem percebido por Nancy Fraser, em sociedades estratificadas, as relações entre os diferentes públicos pertencentes a estas esferas tendem a ser mais de contestação do que de propriamente de deliberação.

Esse breve balanço historiográfico se faz necessário, pois o presente trabalho busca aproximar, partindo de uma *escrita de si*, os estudos de gênero e os relativos à esfera pública. Pretende-se, nesse artigo, investigar qual foi à interpretação crítica E.G. elaborou no que se refere à esfera pública seletiva norte-americana em sua autobiografia “*Vivendo Minha Vida*”

⁹Sobre os conceitos de esfera pública seletiva e subalterna, ver obra de Fernando Perlatto.



(1931). Parte-se do pressuposto que, ao realizar essa análise crítica em sua autobiografia, Goldman estava, direta e indiretamente, disputando as arenas discursivas em torno da esfera pública norte-americana do entresséculos.

No que se refere à trajetória dos estudos que possuem como objeto de estudo a figura de Goldman é possível perceber que eles se desenvolveram, majoritariamente, no decorrer dos anos 80. Mas, já na década de 70, é possível verificar um “resgate” dos escritos de E.G. e, devido a isso, ocorreu a republicação de diversas das suas obras. Já na década de oitenta se deu o início do *Emma Goldman Papery Project (EGPP)*, projeto ligado à Universidade da Califórnia, em Berkeley, que contribuiu para a organização, catalogação e publicação de diversos escritos, panfletos, cartas e demais materiais ligados à figura de Goldman. Como aponta Bruna Bianchi, a maioria dos estudos sobre E.G. foram de caráter biográfico e a “mayor parte de los autores ha seguido el camino trazado por la misma Emma Goldman en su autobiografía *Viviendo mi vida (Living My Life)*, la heroica aventura de una mujer judía, inmigrada y anarquista que supo adherir su propia vida a sus propios ideales” (BIANCHI, 2009, p.143). Portanto, segundo Bianchi, não “sorprende que hayan sido sobre todo las estudiosas feministas, con la convicción de que la experiencia existencial enriquece e ilumina el pensamiento, las primeras en considerar la filosofía política y social de Emma Goldman digna de atención” (Ibid.; p.144).

No que se refere à produção em língua portuguesa, são raríssimas as publicações que tenham como objeto de estudo a vida e o pensamento intelectual da anarquista. Após um levantamento encontramos, por exemplo, somente um livro e uma tese de doutorado que, em grande medida, apresenta E.G. ao público brasileiro. Tratam-se da obra de Elisabeth Souza Lobo “*Emma Goldman: A vida como Revolução*” (1983) e da tese de Liane Peters Richter denominada “*Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*” (1998) que, por sua vez, realiza uma análise comparativa entre E.G. e Maria Lacerda. Os outros trabalhos em língua portuguesa sobre E.G. dizem respeito a pequenos artigos, entre os quais está o de Margareth Rago “*Prefácio a Emma Goldman. O tráfico de Mulheres*” (2011) e o do antropólogo Thaddeus Blanchette “*Emma Goldman e o espectro do ‘Tráfico de Mulheres’*” (2011), bem como traduções. Entretanto, com um levantamento mais atento é



possível identificar, no cenário brasileiro, produções recentes que buscam dar conta de entender o pensamento intelectual de E.G. em sua complexidade¹⁰.

Nesse sentido, dialogando com a produção relativa ao uso das *escritas de si*, como também com a historiografia sobre as relações de gênero e com o conceito de *esfera pública*, pretendemos, no atual artigo, não só apresentar parte da trajetória biográfica de E.G., mas, principalmente, romper com os escritos que, ao analisar a autobiográfica de Goldman, seguiram de maneira acrítica a narrativa ali presente. Com cautela para não reproduzir nenhuma “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006, p. 183-191), o presente artigo pretende compreender qual era a crítica goldminiana em relação à esfera, a opinião pública norte-americana.

2 EMMA GOLDMAN:VIDA E OBRA

O leitor, neste ponto, deve ter percebido há tempo que isto não é um tratado de química [...] Não é tão pouco uma autobiografia, a não ser nos limites parciais e simbólicos em que todo escrito é uma autobiografia, melhor dizendo, toda obra humana: mas, de todo modo é sempre história (P. LEVI, Apud, GINZBURG, 2007, p. 255).

Nossa personagem nasceu no ano de 1869, em Kovno, atual Kaunas, cidade localizada na Lituânia, até então ligada ao Império Russo. Mesmo emigrando para Rochester, Estados Unidos, em 1886, a sua origem russa sempre foi revivida, nos escritos da própria E.G., com algo relativamente positivo, de grande impacto em sua trajetória. Em 1881, ainda em território russo, a família Goldman, em virtude do aumento do antissemitismo, transfere-se para São Petersburgo. Foi na Capital que E.G. teve contato mais direto com as obras niilistas – já que sua irmã Helena havia conseguido acesso a algumas obras por meio de estudantes da época (GOLDMAN, 2015, p.22) – e com os discursos sobre as mulheres revolucionárias. Segundo a historiadora norte-americana Alix Kates Shulman (2009, p. 8):

Era el año 1882; el Zar había sido asesinado y la revolución flotaba en el aire de Petersburgo. Allí, la ya rebelde Emma supo que en Rusia había mujeres revolucionarias que vivían para sí mismas y para la revolución, no para sus hombres. Esas mujeres ansiaban incluso ser mártires por la causa en la que creían, y eran absolutamente diferentes de las otras mujeres que Emma había conocido. Las convirtió en su modelo —en sus ídolos— y se sumó a su feminismo.

¹⁰Ver artigos: MARTINS, Nilciana Alves. “Emma Goldman e Liév Trótsky: Uma Análise Comparada dos Discursos”. *Revista Cantareira*. Niterói, v.1, n.28, p. 161-171, Jan-Jul. 2018.

MARTINS, Nilciana Alves. “Mulher, política e religião: o puritanismo por Emma Goldman”. *Revista Faces de Clio*. Juiz de Fora, v.5, n. 9, p.69-82, Jan-Jun. 2019.

MARTINS, Nilciana Alves. “A Revolução Russa por Emma Goldman”. *Aurora: Revista Discente de Graduação em História*. Niterói, v.1, n.1, p.39-48, jun. 2018.



E.G. passou a maior parte de sua vida em território norte-americano e, dado seu envolvimento com o movimento anarquista da época, criou diferentes *redes de sociabilidade* durante sua vida, bem como se tornou uma figura pública ainda jovem¹¹, sendo, por isso mesmo, amplamente retrata por jornais da época. Ainda em 1886, ao chegar a Rochester, trabalhou, assim como grande parte dos emigrantes do leste europeu, em uma fábrica têxtil. Ao retratar, em sua autobiografia, essa experiência, E.G. mostrou uma grande sensibilidade para identificar as diferentes formas violentas, as formas simbólicas de violência, que caracterizavam as relações de trabalho no final do XIX, como se pode observar no fragmento (GOLDMAN, 2015, p. 14-17):

A fábrica era longe [...] as salas eram entulhadas, sem ventilação e escuras. Lamparinas forneciam a luz; o sol jamais penetrava o ambiente de trabalho [...] eu estava na América, nas cidades das flores do estado de Nova York, numa fábrica-modelo, como me disseram [...] o trabalho ali era mais puxado, e o dia, com apenas meia hora para almoço, parecia interminável (não se podia nem ir ao banheiro sem permissão), e a vigilância constante do capataz pesava feito pedra no peito [...] Decidi pedir aumento [...] então pedi para falar com o senhor Garson. Fui conduzida a um escritório de luxo. Na mesa, belezas americanas. Eu já tinha admirado algumas floriculturas e uma vez, sem conseguir resistir à tentação, havia perguntado o preço. Eram um dólar e meio cada – mais da metade dos meus vencimentos semanais. O vaso adorável no escritório do senhor Garson tinha várias delas.

Os eventos ocorridos naquele contexto marcaram profundamente a trajetória de Goldman. A *Revolta de Haymarket* (1886)¹² e seus *Mártires*¹³, os *Metalúrgicos de Homestead*¹⁴, o sindicalismo, o moralismo protestante da sociedade estadunidense, a repressão à sexualidade feminina, tudo isso influenciou diretamente a figura e os escritos de Goldman.

¹¹Goldman tornou-se, em grande medida, uma figura pública após seu envolvimento na revolta dos Metalúrgicos de Homestead, em 1892.

¹²Considerada como uma das origens do dia do trabalhador, a Revolta de Haymarket, que ocorreu em Chicago (1886), diz de manifestações populares que reivindicavam melhores condições para os trabalhadores, entre as pautas, estava à jornada por oito horas de trabalho. A referida revolta foi severamente reprimida pelo Estado, deixando vários mortos e feridos. Entre as pessoas presas, estavam oito anarquistas, acusados de terem lançado, durante a manifestação, um artifício explosivo. Entretanto, não existiam provas que legitimassem a referida acusação, por isso, iniciou-se uma campanha pela libertação desses anarquistas, que ficaram conhecidos como “Os mártires de Chicago”. Alguns desses socialistas libertários foram condenados à forca e, outros, a prisão. A revolta, assim como a forma que a opinião pública acusava esses “mártires”, fez com que E.G. optasse por dar continuidade à luta desses militantes, isto é, tal evento contribuiu significativamente para que Goldman se aproximasse do movimento anarquista da época, como é possível verificar em sua autobiografia. Sobre a referida revolta ver mais em: AVRICH, Paul. “*The Haymarket Tragedy*”. Princeton: Princeton University Press, 1986.

¹³“Os mártires de Chicago” são Albert Parsons, Louis Lingg, Adolph Fischer, George Engel, August Spies, Michel Schwab, Samuel Fielden e Oscar Neebe. Sobre o assunto ver mais em (AVRICH, 1986).

¹⁴Movimentação dos trabalhadores de Homestead (1892) contra as medidas arbitrárias – intensificadas pelo diretor Henry Clay Frick – e as péssimas condições as quais estavam submetidos, ao prestarem serviços para Companhia Carnegie Steel. E.G. participou ativamente deste movimento. Sobre esse movimento ver mais em: KRAUSE, Paul. “*The battle for Homestead, 1880-1892: politics, culture, and steel*”. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992.



Após o assassinato dos *Mártires de Chicago*, E.G. optou por fazer da luta deles a sua (*Ibid.*; p. 10) e, por isso mesmo, muda-se para Nova York, com o intuito de conhecer Johann Most¹⁵, editor do jornal *Die Freiheit* e uma das figuras mais importante do movimento anarquista da época. Além de Most, E.G. conheceu outros indivíduos, entre os quais está Alexander Berkman¹⁶, que teve uma importância significativa na vida de Goldman, pois, veja bem, em 1938, com 65 anos, Emma declarou, em uma carta para Berkman, que “muitos homens passaram pela minha longa vida. Mas você, meu querido, ficara para sempre” (GOLDMAN, apud LOBO, 1983, p.72). Posteriormente, E.G. se afastou da figura de Most e se aproximou do periódico *Die Autonomie* pois, nas palavras da própria, “seus princípios eram mais próximos do que o anarquismo havia passado a significar para mim, mais do que os do *Freiheit*. O *Autonomie* enfatizava mais a liberdade do indivíduo e a independência dos grupos” (GOLDMAN, 2015, p. 57).

No ano de 1892, E.G. e Berkman envolveram-se na luta dos trabalhadores de Homestead contra as medidas arbitrárias da Companhia Carnegie Steel¹⁷. Em 1893, E.G. é condenada a um ano de prisão, sob a acusação de incitar a desordem durante as manifestações de agosto daquele ano que ocorreram na Union Square e que, em grande medida, sinalizavam a insatisfação popular em relação à exacerbação, devido à crise, das péssimas condições as quais os trabalhadores se encontravam. Durante a prisão vivenciou as mazelas oriundas do sistema penitenciário, mas fez o possível para manter a mente viva e, por isso mesmo, leu diversos livros, de autores como: “Walt Whitman, Emerson, Thoreau, Spencer, John Stuart Mill e muitos outros autores ingleses e americanos” (*Ibid.*; p. 107). Durante o tempo que ficou na

¹⁵Sobre o personagem ver: <http://www.anarquista.net/johann-most/>. Acesso 05/01/2018.

¹⁶Alexander Berkman (Sasha) (1870-1936) foi um anarquista de origem russa que emigrou para os Estados Unidos no final do século XIX e, em solo norte-americano, se envolveu mais diretamente com o movimento anarquista. Foi amante, bem como companheiro de luta de Emma Goldman. Durante sua trajetória nos EUA foi preso, sob a acusação de atentado contra a vida do industrial Henry Clay Frick. Ainda nos Estados Unidos participou do periódico “*Mother Earth*” e fundou o “*The Blast*”. Em 1925, Berkman publicou a obra “*O Mito Bolchevique*”, além disso, foi autor do livro “*O ABC do anarcocomunismo*”. Em 1936, Berkman comete suicídio. Sobre sua trajetória ver mais em: AVRICH, Paul; AVRICH, Karen. “*Sasha and Emma Goldman: The Anarchist Odyssey of Alexander Berkman and Emma Goldman*”.U.S: Belknap Press; 2012.; AVRICH, Paul; PATEMAN, Barry. “*Anarchist Voices: An Oral History of Anarchism in America*”. California: Ak Press, 2005, 592 p.

¹⁷Alexandre Berkman, em função da movimentação dos trabalhadores contra as medidas autoritárias da Companhia Carnegie Steel, realizou um atentado contra Henry Clay Frick, homem conhecido como inimigo dos esforços trabalhistas e proprietário de extensos campos de coca, onde os sindicatos eram proibidos e os trabalhadores tratados com uma mão de ferro, como aponta E.G. em sua autobiografia (*Ibid.*; p.63). Devido a tal atentado, Berkman ficou encarcerado até o ano de 1906. Esse episódio foi fundamental para trajetória política dos dois anarquistas e, diga-se de passagem, após ele, o casal anarquista tornaram-se figuras públicas. A partir de então, E.G. foi representada, em inúmeros momentos, pela mídia norte-americana, sendo tema de diversas matérias.



Ilha de Blackwell, prestou serviços na ala de costura, mas a convite do Dr. White – que E.G. conheceu depois de ficar internada por um mês, pois as condições físicas da prisão afetaram sua saúde – foi transferida para trabalhar na área hospitalar. Na prisão, E.G. tornou-se enfermeira.

Em agosto de 1895, após cumprir pena, a anarquista se dirige a Europa com o objetivo de dar continuidade aos estudos, pois, naquele momento, queria ter acesso ao diploma de enfermeira e ao de parteira, para assim dar continuidade a sua carreira profissional. Durante a viagem de um ano, passou pela Inglaterra onde proferiu uma série de palestras e conheceu figuras importantes do movimento: Errico Malatesta¹⁸, Piotr Kropotkin¹⁹ e Louise Michel²⁰. Em Viena, estudou na *Allgemeines Krakenhaus* e, em sua estadia, procurou conhecer a literatura moderna, tornando-se, por fim, grande admiradora dos escritos de Friedrich Nietzsche e das palestras do professor Sigmund Freud, segundo Goldman (*Ibid.*; p.127).

Em Viena podia-se ouvir palestras interessantes sobre prosa e sobre poesia alemãs modernas. Podia-se ler os trabalhos dos jovens iconoclastas na arte e na literatura, o maior ousado deles sem dúvida era Nietzsche. A mágica de sua linguagem e a beleza de sua visão levava-me a alturas sonhadas. Eu ansiava em devorar cada linha de seus escritos, mas era pobre demais para compra-los. Felizmente Grossmann tinha um suprimento de Nietzsche e outros modernos [...] Meu amigo me sugeriu que eu fosse às aulas do professor Bruhl, que também discutia problemas sexuais [...] A clareza quanto a esses assuntos foi muito maior quando ouvi Sigmund Freud. Sua simplicidade e sua franqueza, além do brilhantismo de sua mente combinavam-se para dar a sensação de ser levado de um porão escuro até a luz do dia. Pela primeira vez percebi o significado pleno da repressão sexual e de seus efeitos no pensamento e na ação humana. Ajudou-me a compreender, a compreender minhas necessidades; também percebi que apenas as pessoas mentes depravadas poderiam impugnar os motivos os crê-los —impuros|| numa personalidade tão grande quanto Freud.

Em 1896, E.G. já estava de volta a território norte-americano e, como o intuito de continuar sua militância, planejou, no ano seguinte, uma grande viagem pelos Estados Unidos, que tinha como objetivo principal divulgar o anarquismo. Em 1900, E.G. – com a ajuda financeira de outros anarquistas – viajou novamente até a Europa, com o propósito de contribuir na organização de um congresso anarquista, que aconteceu naquele ano em Paris. Naquele momento, Goldman também desejava dar continuidade aos estudos. Em sua passagem pela Europa, continuou desenvolvendo ações de militância.

¹⁸Sobre o personagem ver: <http://www.anarquista.net/errico-malatesta/>. Acesso 07/01/2018.

¹⁹Sobre o personagem ver: <http://www.anarquista.net/piotr-alexeyevich-kropotkin/>. Acesso 06/01/2018.

²⁰Sobre o personagem ver: <http://www.anarquista.net/louise-michel/>. Acesso 07/01/2018.



Já em 1901, novamente em solo norte-americano, E.G. tem que lidar com os rumores que a acusavam de ter algum envolvimento no assassinato do presidente William McKinley. E.G. chegou a ser encarcerada, mas não foi condenada, pois a acusação não estava fundamentada em fontes que comprovassem seu possível envolvimento. De qualquer forma, nesse contexto, E.G. foi tema de diversos jornais da época, sendo representada de diferentes maneiras pela *esfera pública*. Logo se descobriu que o verdadeiro assassino era Leon Gzolgoz, um adolescente que teria assistido, em algum momento, uma das palestras de Goldman. A militante anarquista, após sair da prisão de um mês, adotou uma posição em defesa do jovem, entendendo sua ação como uma forma de “*contra violência*” política, uma reação, e não como terrorismo gratuito. Entretanto, Leon Gzolgoz, apesar dos esforços de Goldman, foi executado pelo Estado.

Em 1903, E.G. participou de organizações contrárias à medida governamental que ficou conhecida como *Ato de Exclusão Anarquista*, já em 1906, fundou sua revista, a *Mother Earth*. Em 1907, viajou pelos Estados Unidos, realizando uma série de palestras que diziam respeito as relações de gênero fazendo, nesse sentido, contribuições positivas pela campanha do controle de natalidade, tema abordado em muitas de suas palestras, pois a prática como parteira a aproximou das situações desesperadoras as quais as mulheres, por não terem acesso a métodos contraceptivos, estavam submetidas. E, ainda no referido ano, participou do polêmico Congresso Anarquista de Amsterdã.

Em 1910, a anarquista publicou o livro “*Anarquismo e Outros Ensaio*” que é composto por diversos artigos publicados originalmente na *Mother Earth*. E em um contexto marcado por acusações e perseguições governamentais em relação a ativistas do controle de natalidade, bem como de intensa perseguição à figura Margaret Sanger²¹, E.G. intensifica sua campanha pelo direito das mulheres ao acesso a métodos contraceptivos. Em 1916, E.G. é presa novamente, acusada, assim como Sanger, de ter violado a Lei Comstock²² passando, por isso, duas semanas em um ambiente de trabalhos forçados.

Temáticas ligadas às problemáticas de gênero fizeram-se presentes não só nas atividades políticas de E.G., pois, após uma pesquisa no que se referem à produção intelectual, é possível afirmar que temas como “repressão e liberdade sexual”, “sufrágio feminino”,

²¹Margaret Sanger (1879-1966) ativista feminista fundadora da revista *The Woman Rebel*, que lutava pelo direito das mulheres a terem acesso aos métodos de “controle de natalidade”.

²²Lei federal que entrou em vigor, nos Estados Unidos, em março de 1873 e que tornava ilegal qualquer material “imoral”, o que incluía os métodos contraceptivos.



“emancipação feminina” se fizeram presentes também nos escritos goldminianos. Segundo a historiadora (RAGO, 2011, p.263): “em diferentes frentes de ataque à exploração capitalista, ao imperialismo e à opressão de gênero, ousa discutir assuntos até então pouco enunciados por mulheres, mesmo entre as feministas” e acrescenta “o tráfico das ‘escravas brancas’, a prostituição, o casamento e o amor livre compõem o conjunto desses” (*Idem*).

Como consequência da Grande Guerra, E.G. e Berkman intensificam suas militâncias em solo norte-americano contra o alistamento obrigatório, segundo Elisabeth Lobo (1983, p. 58):

Como Emma observara em 1917, o militarismo e a reação se expandiram na Europa e nos Estados Unidos. O fantasma ameaçador da revolução russa rondava; as greves; os atentados terroristas serviam de pretexto para o medo vermelho. Emma Goldman e Berkman foram então enquadrados entre os 60.000 estrangeiros que ameaçavam a paz americana. Montou-se um processo. Documentos alterados invocavam a participação de Emma no atentado contra McKinley e o passado terrorista de Berkman. Emma e Sasha, cidadãos do mundo, não eram cidadãos americanos.

No ano de 1917, o casal foi preso e condenado a dois anos de prisão e, ainda sim, contavam com a possibilidade de serem deportados. Em setembro, ambos são embarcados no navio *Buford* e, por conseguinte, deportados dos EUA. Em 1919, E.G. já se encontrava na Rússia e lá continuou até 1921, ano que sinaliza o fim do processo revolucionário russo²³ e a intensificação da perseguição em relação às diferentes oposições políticas presente no território russo o que, evidentemente, influenciou na decisão de E.G. em se dirigir para Europa. Em 1923, são publicados, no jornal *The World*, escritos nos quais E.G. relata sua experiência em território russo entre os anos de 1919-1921, a compilação desses artigos compõe o texto “Dos Anõs em Rusia. Diez artículos publicados em The World. Traducidos y editados por Aurora, revista quincenal – New York, 1923”. No mesmo ano pulicou “My Disillusionment in Rusia”, sua principal obra sobre o sistema soviético. Em 1931, publica a sua autobiografia “Living My Life” que, por sua vez, é a fonte do presente artigo. Já em 1936, durante a Guerra Civil Espanhola, E.G. apoiou a luta dos anarquistas contra o fascismo e manteve intenso contato com o grupo das “Mujeres Libres”. Emma Goldman faleceu no Canadá, em 1940.

Tal apresentação biográfica de nossa personagem torna-se necessária, pois, como veremos, a crítica goldminiana em relação a esfera pública da época possui, evidentemente, relações com seu posicionamento político, sua visão de mundo e com sua *memória*. Não

²³Sobre o aspecto temporal do processo revolucionário proposto no presente trabalho ver obra de FILHO, Daniel Aarão Reis. “*A Revolução que mudou o mundo: Rússia 1917*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



queremos dizer com isso que a perspectiva crítica de E.G. é uma reprodução de uma ideologia, dada *a priori*, mas, pelo contrário, acreditamos que, como quase todo escrito, a narrativa de E.G. é uma “dialética” entre sua objetividade e subjetividade, sendo o objetivo do presente artigo analisar sua perspectiva crítica sem negligenciar tal situação, pois, afinal, como aponta a própria Goldman “E. G. a mulher e suas ideias são inseparáveis” (2015, p. 195).

3 A REPRESENTAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA NORTE-AMERICANA NA AUTOBIOGRAFIA DE EMMA GOLDMAN

A essa altura está claro que Emma Goldman, em seus escritos, pensava sobre diferentes assuntos e dialogava com diversos autores. Ao investigar os textos de E.G. fica evidente a força que fatores que dizem respeito a próprio contexto no qual a anarquista estava inserida adquiriram ali, mas, tal fato, não exclui a possibilidade de verificar a existência de especificidades próprias do pensamento goldminiano, isto é, “*novas sínteses*” ali presentes. Como aponta Thaddeus Blanchette (2011, p. 288):

A continuada importância do pensamento de Goldman é fruto de sua visão pouco ortodoxa das lutas políticas e culturais de seu tempo. Enquanto muitos de seus contemporâneos acreditavam em modelos ideológicos que pregavam o autoritarismo em nome da construção de uma sociedade ideal, “Emma Vermelha” duvidava de qualquer filosofia que louvasse a repressão. Embora fosse uma anarquista que não desprezava a violência como ferramenta revolucionária [...] Goldman nunca endossou qualquer ideologia a ponto de perder de vista as políticas cotidianas que Foucault, mais tarde, rotularia de controle e disciplina. Não só se preocupava com a luta de classes e as políticas de massa, como também enxergava as inúmeras maneiras com que o poder invade a vida cotidiana, condicionando mentes, corpos e almas.

As temáticas problematizadas por E.G. são diversas, pois a socialista libertária falava de temas que remetem a política, a economia, bem como a cultura. Com o intuito de cumprir o objetivo ao qual o presente artigo se propõe, selecionamos uma pequena amostra, fragmentos retirados da autobiografia de E.G., a partir dos quais é possível perceber a perspectiva crítica da anarquista em relação a representação midiática da época. Obviamente, a obra “Vivendo Minha Vida” possui um tom memorialista, visto que se trata de uma autobiografia, entretanto, acreditamos ser possível, com um cuidado metodológico, perceber, nesse escrito, uma perspectiva crítica de E.G. em relação ao *mainstream* da esfera pública seletiva norte-americana da época.

Um dos pontos abordados por E.G., em sua autobiografia, refere-se à repercussão da *Revolta de Haymarket* nos jornais da época, segundo Goldman os jornais de Rochester “nos



irritavam, confundiam e atormentavam pelo seu evidente preconceito” (GOLDMAN, 2015, p. 8) e acrescenta que “a violência da imprensa, a denúncia amarga dos acusados e os ataques a todos os estrangeiros colocaram nossa simpatia do lado das vítimas de Haymarket” (*Idem*). Sobre esse episódio, E.G. relembra o papel da opinião pública na decisão pela condenação dos homens que ficaram conhecidos como os *Mártires de Chicago*, segundo Goldman (*Ibid.*; p. 9):

A opinião pública estava tão inflamada pelas histórias atrozes circuladas pela imprensa que, para os líderes da greve, a chance de um julgamento justo se tornou mínima. Na verdade, o julgamento se provou a pior trama para culpar inocentes da história dos Estados Unidos da América. O júri foi escolhido para a condenação; o promotor público anunciou abertamente que não apenas os homens presos estavam sob acusação, mas que “o anarquismo estava em julgamento” e que ele deveria ser exterminado. As testemunhas foram aterrorizadas ou subordinadas, com o resultado que oito homens [...] foram condenados. A opinião pública incitada e o preconceito geral contra os anarquistas, junto á amarga oposição dos empregados à jornada de oito horas constituíram a atmosfera que favorecia o assassinato jurídico dos anarquistas de Chicago.

Como já mencionado, E.G. proferiu palestras por diversas cidades norte-americanas. Tais eventos, não raro, contavam como uma repercussão, quase sempre negativa, por parte da mídia da época. E.G. relata que após realizar intervenções públicas na cidade de Spring Valley que, por sua vez, culminaram em uma passeata pelo Dia do Trabalho, os anarquistas da referida cidade resolveram realizar um piquenique no qual eles levariam seus filhos e filhas, dezenove bebês, para que Goldman “os batizasse ‘no verdadeiro costume anarquista’” (*Ibid.*; p. 177). E, com isso, E.G. declara que subiu “num barril de cerveja vazio, já que não havia outro palanque, e me dirigi à plateia. Senti que quem precisava de um batismo era na verdade os pais, um batismo nas novas ideias dos direitos das crianças” (*Idem*). Sobre a repercussão de tal episódio na mídia E.G. afirma que “os jornais locais do dia seguinte tinham duas histórias principais: uma que Emma Goldman havia ‘bebido com um marinheiro’; e outra que ela havia ‘batizado crianças anarquistas em barris de cervejas’” (*Idem*).

Em Chicago, com o intuito de proferir uma palestra, E.G. se viu obrigada a se esconder na casa de amigos e, após sair pelos fundos da casa do camarada Becky Yampolsky, visto que os policiais da cidade estavam mobilizados para impedir a intervenção pública de Goldman, chegou ao palanque. Segundo a anarquista, ao chegar ao salão, “imediatamente me pus a falar. Os primeiros tons da minha voz e a ovação do público trouxeram a polícia ao palco. O capitão encarregado me puxou à força, quase rasgando meu vestido” (*Ibid.*; p. 305) diante dessa situação começou uma confusão e “temendo que alguns dos nossos jovens pudessem ser levados a um ato impensado, chamei: ‘A polícia está aqui para causar outra revolta de



Haymarket. Não lhes dêem essa chance. Saíam silenciosamente e vocês ajudaram a causa mil vezes mais” (*Idem*). Diante desse chamado “a plateia aplaudiu e entoou uma canção revolucionária, saindo numa fila perfeitamente ordenada” (*Idem*). Visto que a questão da “liberdade de expressão” sempre foi um tema debatido e reivindicado por grupos civis da sociedade norte-americana, a repercussão desse evento ganhou contorno distinto dos até aqui abordados, segundo Goldman (*Idem*), após esse episódio:

A ação da polícia resultou que a maioria dos jornais, que antes pediam à polícia para “dar um basta na anarquia”, em protestos nos editoriais contra meu tratamento brutal. Alguns afirmavam que não haviam sido a polícia mas a frieza de Emma Goldman que havia impedido derramamento de sangue. Um jornal escreveu “O Capitão Mahoney agiu contrariamente às ordens ao ejetar Emma Goldman do Salão do Trabalhador, onde ela deveria ter palestrado. Ao evitar que falasse, caíram no jogo dela e deram provas às asserções de seus seguidores de que não existe direito constitucional de livre expressão”. No dia seguinte a imprensa de Chicago publicou artigos e cartas de protesto de homens e mulheres conhecidos. Uma era de William Dudley Foulke, manifestando sua indignação contra a supressão de Emma Goldman e da livre expressão. Outro foi assinado pelo Dr. Kuh, um proeminente médico de Chicago. Mas o resultado mais gratificante foi a posição tomada pelo rabino Hirsch em relação à polícia em nosso evento. No domingo seguinte seu sermão foi dedicado a uma exposição objetiva do anarquismo. Entre outras coisas, ele salientou a estupidez das autoridades em tentar reprimir com métodos violentos um ideal que tinha como portavozes alguns dos espíritos mais nobres do mundo. Uma contribuição adicional à mudança de atitude foi feita pelo Dr. Kuh quando me convidou à sua casa para conhecer seu irmão e outros amigos interessados na luta pela livre expressão. A formação de uma Liga da Livre Expressão em Chicago, resultou daí, com alguns dos radicais mais proeminentes da cidade como membros.

Já em San Francisco, com o intuito de realizar uma conferência, Goldman afirma que ali suas “palestras foram verdadeiras batalhas campais. Por quarteirões as ruas estavam alinhadas com policiais em automóveis, a cavalo e a pé. Dentro do salão havia guardas fortemente armados, e o palco cercado por oficiais” (*Ibid.*; p. 312) e acrescenta que a presença desse aparato repressor “propagandeavam nossos encontros além de nossas expectativas. Nosso salão tinha uma capacidade para cinco mil sentados, e mostrou-se pequeno demais para multidões para clamavam para entrar” (*Idem*). Para E.G., o episódio mais interessante de sua passagem por San Francisco foi quando ela palestrou sobre o patriotismo e contou com “o aplauso furioso [...] mostrou que cinco mil pessoas simpatizavam com minhas ideias” (*Ibid.*; p. 313). Após o seu discurso, segundo E.G., “uma tempestade me cercou e me vi rodeada de homens e mulheres apertando-me a mão” (*Idem*) e declara que “subitamente vi uma figura alta e de uniforme de soldado estendendo-me a mão. Antes que eu pudesse pensar, apertei-a. Quando a plateia viu isso, foi o pandemônio” (*Idem*), pois “pessoas atiravam seus chapéus para o ar, batiam os pés e gritavam com alegria incontrolada ao ver Emma Goldman dando a mão a



um soldado” (*Idem*). Em virtude da agitação do momento E.G. declara que não teve “tempo de perguntar o nome do homem. Tudo o que ele disse foi: ‘Obrigado, senhorita Goldman’, e então desapareceu tão invisível como apareceu. Foi um fim dramático a uma situação já bastante dramática” (*Idem*).

A ação do soldado, o fato de ter cumprimentado E.G., o gerou problemas. Devido a essa atuação, William Buwalda foi preso. Segundo a anarquista, após uma agitação a favor do homem ele foi “perdoado pelo presidente Roosevelt. Foi solto após dez meses de prisão” (*Ibid.*; p. 324). Logo após esse período, E.G. que voltara a região para palestras e debates encontrou-se com o soldado que, por sua vez, declarou que, antes de presenciar uma intervenção da anarquista, “em várias ocasiões ele havia se deparado com meu nome nos jornais. Ele havia pensado que Emma Goldman fosse uma piada e havia dado pouca atenção aos artigos sobre mim” (*Ibid.*; p. 325) e que “havia se deparado com a minha palestra, acidentalmente, ao passear” (*Idem*), mas, ao ouvir a palestra de Goldman ele “queria gritar em protesto, desafiar suas afirmações perante toda a assembleia. Porém quanto mais eu resistia à sua influência, mais eu caía sob ela. Sua eloquência me deixou sem fôlego até o final da sua fala” (*Idem*). Ao ser levado ao tribunal militar, o soldado percebeu que E.G. havia falado a verdade em sua palestra sobre o patriotismo e declara que quando o perguntaram “o que você²⁴ havia feito por mim para que eu me misturasse com uma pessoa tão perigosa, e eu respondi: ‘Ela me fez pensar’. Sim, você me fez pensar Emma Goldman, pela primeira vez em todos os meus quarenta anos” (*Idem*). Tal episódio indica a forma pela qual as palestras e a própria figura de Emma Goldman era retrata pela esfera pública da época, além disso, serve para indicar a perseguição, o enquadramento que o próprio Estado e os meios de comunicações dominante da época engendravam em torno da figura de Goldman e de suas redes de sociabilidade.

Em suas viagens pelos Estados Unidos desenvolveu suas atividades de militância e, dado a essas experiências, sempre achou “as cidades universitárias as mais indiferentes às lutas sociais. Os grupos estudantis americanos ignoravam as grandes questões e não se simpatizavam com as massas” (*Ibid.*; p. 337). Entretanto, ao ir à Universidade de Wisconsin, descobriu “um tom completamente diferente [...] os professores e alunos se mostravam vitalmente interessados em ideias sociais, e a biblioteca continha a melhor seleção de livros, jornais e revistas” (*Idem*). Em virtude do convite de estudantes, E.G. foi palestrar no salão do campus e discutiu sobre a

²⁴Você, nesse caso, se refere à Emma Goldman. Nesses fragmentos, E.G. reproduzir falas que o soldado a teria dito.



“diferença entre os universitários americanos e russos” (*Idem*) e, segundo ela: “foi uma novidade para nossos ouvintes aprender que a *intelligentsia russa* via a educação, não apenas como um suporte para sua carreira, mas como algo que lhes permitiria compreender a vida e o povo, para que pudessem ensinar-lhes e ajudar-lhes” (*Idem*).

Logo após essa primeira palestra os diretores responsáveis pelo prédio decidiram por recusar o salão para possíveis encontros futuros. Segundo E.G., tal situação “foi, é claro, a melhor publicidade para nossas reuniões. Trouxe multidões de estudantes ao salão que havíamos conseguido na cidade e os fez ainda mais desejosos de que falássemos” (*Ibid.*; p. 338). Entre as consequências de sua intervenção pública na cidade E.G. declara que “soube por parte de um bibliotecário que houvera uma grande demanda por livros sobre anarquismo desde que eu viera falar na cidade, maior do que em toda a história da existência da biblioteca” (*Idem*). Sobre a repercussão pública desses eventos, Goldman (*Idem*) declara que:

A excitação que minha presença em Madison criou, e o grande comparecimento em nossas reuniões foi demais para o povo conservador da cidade. Seu porta-voz, o jornal *Democrat*, soou o alarme contra “o espírito da anarquia e da revolução à solta na universidade”. O editor escolheu como seu alvo principal o professor Ross, que havia sido meu anfitrião e que, além de atender minhas palestras, havia convidado os alunos a participarem. O jornal quase causou a demissão do professor. Felizmente, ele havia partido numa viagem havia muito planejada para a China logo após minha visita. Os rugidos delirantes do *Democrat* logo se extinguíram, e quando o Dr. Ross retornou do Oriente, pôde continuar seu trabalho sem maiores importunações.

Emma Goldman, anarquista que era, desenvolveu uma intensa militância contra o militarismo e, nas primeiras décadas do século XX, proferiu palestras e produziu inúmeros documentos contra o alistamento obrigatório, muitos deles foram publicados na *Mother Earth*. E, em virtude de suas limitações financeiras, muito provavelmente, esses documentos não alcançariam o um público extremamente significativo, mas, nesse caso, a esfera pública norte-americana, ironicamente, “veio a nosso socorro” (*Ibid.*; p. 437), pois, como aponta E.G., os jornais de Nova York “havam re-impreso passagens inteiras de nosso manifesto anti-conscrição, alguns haviam reproduzido todo o texto e assim chamado a atenção de milhões de leitores” (*Idem*), tal fato ilustra uma significativa relação entre a esfera pública seletiva e a subalterna, no caso representada pela *Mother Earth*. A intensa militância de E.G. contra a conscrição fez com que ela e seu companheiro Alexander Berkman, além de presos, fossem deportados para Rússia em 1919. Já no terminal, momentos antes de entrar no navio *Buford*, um repórter indaga: “Esse é o fim de Emma Goldman, não é?” (*Ibid.*; p. 512), nossa personagem



rapidamente responde “Pode ser apenas o começo” (*Idem*). De fato, sabemos hoje, era só o começo.

4 CONCLUSÃO

Como aponta Hayden White “não vivemos estórias, mesmo que confirmamos sentido à nossa vida moldando-a respectivamente na forma de estórias” (WHITE, 2001, p. 106). Isto é, a vida não é um conjunto coerente e orientado, dado *a priori*, como bem sabemos. Nesse sentido, estamos atentos ao fato de que a narrativa que da forma a autobiografia de Emma Goldman é, como quase todos os escritos, uma mescla de objetividade e subjetividade. Em certo sentido, essa narrativa é baseada em suas *memórias* que são, *stricto sensu*, mutáveis, influenciadas por fatores presentes no contexto no qual se escreve. De qualquer forma, partimos do pressuposto que tal situação é, na verdade, uma potencialidade, pois, afinal, dialogando com a historiografia dos *escritos de si* e, por isso mesmo, não reproduzindo nenhum tipo de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006, p. 183-191), podemos, através de “Vivendo a Minha Vida”, compreender parte da dinâmica da esfera pública seletiva norte-americana do entresséculos, como também identificar como Goldman formulou uma interpretação, isto é, como disputou na arena discursiva que analisava essa mesma esfera pública da época. Nesse sentido, o principal objetivo desse artigo foi investigar qual foi a interpretação crítica de E.G. no que se refere à esfera pública midiática norte-americana. Diante desse objetivo, se fez necessário resgatar parte da trajetória política e pessoal de Goldman, pois, tal coisa, se relaciona diretamente com o tipo de perspectiva crítica que nossa personagem traçou em relação a esfera pública da época. Para cumprir tal tarefa, selecionamos uma pequena amostra de episódios que foram retratos na obra “Vivendo Minha Vida” e que, por sua vez, possibilitavam a exemplificação e compreensão da perspectiva crítica de nossa personagem em torno da mídia norte-americana da época. Por fim, percebemos que, Goldman, membro das camadas subalternas, tinha uma narrativa, um discurso em torno da esfera pública para além daquele proposto pelo *status quo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

AURELL, James. *Textos autobiográficos como fontes historiográficas*: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. **História (São Paulo)**, v.33, n.1, p.340-364, jan./jun, 2014.



AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões.** *Dimensões*, vol.24, 2010, p.157-172.

AVRICH, Paul. **The Haymarket Tragedy.** Princeton: Princeton University Press, 1986.

AVRICH, Paul; AVRICH, Karen. **Sasha and Emma Goldman: the Anarchist Odyssey of Alexander Berkman and Emma Goldman.** U.S: Belknap Press; 2012.

AVRICH, Paul; PATEMAN, Barry. **Anarchist Voices: an Oral History of Anarchism in America.** California: Ak Press, 2005.

BIANCHI, Bruna (epílogo); SHULAMAN, Alix Kates (prólogo). GOLDMAN, Emma. **La mujer más peligrosa del mundo: textos feministas de Emma Goldman.** Edición: LaCongregación [Anarquismo em PDF], Portada: Reybum, 2009.

BLANCHETTE, Thaddeus. *Emma Vermelha e o espectro do 'tráfico de mulheres'.* **Cad. Pagu [online]**. 2011, n.37, pp. 284-297. ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200012>. Acesso: 10/06/2018. Acesso: 12/11/2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica.* In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **A Revolução que mudou o mundo: Rússia 1917.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRASER, N. 1992. *Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy.* In: C. Calhoun, ed. **Habermas and the Public Sphere.** London: MIT Press.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 2ª edição, 2ª reimpressão, 2007.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDMAN, Emma. **Vivendo minha Vida.** Curitiba: L-Dopa Publicações, 2015.

_____. *Dos años en rusia: Diez artículos publicados en The World. Traducidos y editados por Aurora (revista quincenal), New York, 1923.* Barcelona, Palma Mallorca: Pequeña Biblioteca Calamvs Scriptorivs, 1978.

HUYSSSEN, Andreas. **Present Pasts: urban Palimpsests and the Politics of Memory (Cultural Memory in the Present).**



_____. *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia* (1995).

IGGERS, Georg. *Desafios do século XXI à historiografia*. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 4, março, 2010.

KRAUSE, Paul. **The battle for Homestead, 1880-1892: politics, culture, and steel**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOBO, Elisabeth Souza. **Emma Goldman — A vida como Revolução**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LUBENOW, Jorge A. **A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2012.

MARTINS, Nilciana Alves. *A Revolução Russa por Emma Goldman*. **Aurora: Revista Discente de Graduação em História**. Niterói, v.1, n.1, p.39-48, jun. 2018.

MARTINS, Nilciana Alves. *Emma Goldman e Liév Trótsky: Uma Análise Comparada dos Discursos*. **Revista Cantareira**. Niterói, v.1, n.28, p. 161-171, Jan-Jul. 2018.

MARTINS, Nilciana Alves. *Mulher, política e religião: o puritanismo por Emma Goldman*. **Revista Faces de Clio**. Juiz de Fora, v.5, n.9, p.69-82, Jan-jun. 2019.

PERLATTO, Fernando. **Esferas públicas no Brasil: teoria social, públicos subalternos e democracia**. Curitiba: Appris Editora, 2018.

PERLATTO, Fernando. *Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira*. **Revista de Sociologia e Política**. Paraná, v.23, n.53, março, 2015.

RAGO, Luzia Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). **Cultura Histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.

RAGO, Luzia Margareth. *Prefácio à Emma Goldman: tráfico de Mulheres*. **Cad. Pagu [online]**. 2011, n.37, pp.263-271. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200010>. Acesso: 12/11/2017.

RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**. 1998. Dissertação de Mestrado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.



Gênero e a escrita da história: reflexões sobre feminismo, raça e crítica à colonialidade.

Maria Clara Martins Cavalcanti¹

Recebido em: 10/08/2019

Aprovado em: 26/11/2019

RESUMO

A construção das narrativas históricas - nunca pretensamente neutras ou universais - é por si só uma tarefa política e, por isso, um campo em disputa. Os estudos pós-coloniais e decoloniais, ainda que não nascidos no campo epistêmico da História, têm contribuído para a crítica à monopolização dessas narrativas e do sistema de representações nelas presentes pelo imperialismo e pelas práticas coloniais. Ao mesmo tempo, importantes teóricas feministas têm chamado atenção para a importância de se considerar as questões de gênero imbricadas à raça, classe e nacionalidade nas discussões sobre as permanências das opressões coloniais que perduram nos países latino-americanos. Dessa forma, este artigo tem por objetivo fundamental refletir sobre as contribuições do pós-colonialismo, dos estudos decoloniais e da crítica feminista no âmbito da produção de uma escrita da História que se ocupe das temáticas relacionadas ao gênero, a raça e a classe de forma imbricada. Para isso, tomo como ponto de partida as escritas de importantes teóricas feministas não brancas que, de diferentes países do sul da América, têm contribuído na descolonização de epistemologias, das leituras do passado e de proposições políticas para o presente. Além disso, este artigo espera aproximar a produção de intelectuais negras no Brasil, como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro da escrita de feministas decoloniais em outras partes da América Latina, apontando para o fato de que, apesar de comumente não explorada, há uma crítica profunda à colonialidade também na produção das feministas negras brasileiras.

Palavras-chave: Crítica à colonialidade. Escrita da História. Gênero.

Género y la escritura de la historia: reflexiones sobre el feminismo, la raza y la crítica de la colonialidad.

RESUMEN

La construcción de narrativas históricas, nunca supuestamente neutrales o universales, es en sí misma una tarea política y un campo en disputa. Los estudios poscoloniales y decoloniales, aunque no se originaron en el campo epistémico de la historia, han contribuido a la crítica de la monopolización de estas narrativas y del sistema de representaciones presentes en ellas por el imperialismo y las prácticas coloniales. Al mismo tiempo, las principales teóricas feministas han llamado la atención sobre la importancia de considerar los problemas de género imbricados con la raza, la clase y la nacionalidad en las discusiones sobre la permanencia de las opresiones coloniales que persisten en los países latinoamericanos. Por lo tanto, este artículo tiene como

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vinculada à Linha de Pesquisa de Gênero, Cultura Material e Subjetividades. Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Mestrado do CNPq. E-mail para contato: mariaclaracavalcanti@id.uff.br. Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1061680916999513>



objetivo reflexionar sobre las contribuciones del poscolonialismo, los estudios descoloniales y la crítica feminista en la producción de una escritura de historia que trata temas relacionados con el género, la raza y la clase. Con este fin, tomo como punto de partida los escritos de importantes teóricas feministas no blancas que, desde diferentes países de América del Sur, han contribuido a la descolonización de epistemologías, para lecturas del pasado y proposiciones políticas para el presente. Además, este artículo espera acercar la producción de intelectuales negras en Brasil, como Lélia González, Conceição Evaristo y Sueli Carneiro, a la escritura de feministas descoloniales en otras partes de América Latina, señalando el hecho de que, aunque comúnmente no se ha explorado, existe una profunda crítica de la colonialidad también en la producción de feministas negras brasileñas.

Palabras clave: Crítica de la colonialidad. La escritura de la Historia. Género.

Lembro-me bem do impacto que o livro *Becos da Memória* (2006) de Conceição Evaristo, importante escritora negra brasileira, teve sobre minhas reflexões em torno da escrita da História. A personagem principal da trama, uma menina negra de treze anos chamada *Maria Nova*, é responsável por tecer memórias que, longe de serem lineares, transitam por diversos outros personagens da trama - todos moradores de uma favela prestes a ser demolida. *Maria-Nova* demonstra anseio por contar a história do lugar onde vive, das pessoas com quem compartilha o mundo; contar as histórias das histórias que escutou de mulheres mais velhas:

(...) As tardes na favela costumam ser amenas. Da janela de seu quarto caiado de branco, Maria-Nova contemplava o pôr-do-sol. Era muito bonito. Tudo tomava um tom avermelhado. A montanha lá longe, o mundo, a favela, os barracos. Um sentimento estranho agitava o peito de Maria-Nova. Um dia, não se sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. Contar as histórias dela e dos outros. Por isso ela ouvia tudo tão atentamente. Não perdia nada. Duas coisas ela gostava de colecionar: selos e as histórias que ouvia. Tinha selos de vários lugares do Brasil e de alguns lugares do mundo. Ganhava, achava, perdia. A igreja do bairro rico ao lado da favela era de uns padres estrangeiros. Maria-Nova lá ia pedir selos. Ganhava das patroas de sua mãe e de sua tia. Tio Tatão dava os mais lindos. Ele tinha ido à guerra. Tinha histórias também. Mas, das histórias dele, Maria-Nova não gostava. Eram histórias com gosto de sangue. Histórias boas, alegres e tristes eram as de Tio Totó e da Tia Maria-Velha. Aquelas histórias ela colecionava na cabeça e no fundo do coração, aquelas ali haveria de repetir ainda (EVARISTO, 2006, p. 34).

Certa vez, durante uma aula de história na escola, ao ler um texto sobre o passado escravocrata brasileiro, *Maria-Nova* percebe o distanciamento e abstração de um conteúdo que representava a população negra encarcerada nos papéis de escravizados. A história que ouvia e lia na escola lhe parecia radicalmente diferente daquilo que estava “escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente”, o que a faz despertar para a vontade de escrever uma “história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. (...) diferente de ler aquele texto.



Assentouse e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia?” (EVARISTO, 2006, p. 138). A personagem *Maria-Nova* começa então a recontar as histórias de diversos personagens que faziam parte de seu cotidiano na favela, reconstruindo memórias individuais e coletivas do lugar e das pessoas:

Nesse livro, a articulação entre memória individual e coletiva (HALBWACHS, 2003) possibilita a reconstrução do passado por meio da narradora Maria-Nova, que é interpelada a reunir e tecer a história dos seus. Maria-Nova – conforme sinaliza seu próprio nome – seria portadora de uma nova história. Ela ouve as narrativas da favela com muita atenção: “Ela precisa ouvir o outro para entender” (BM, p.53). E assim ocorre um interessante processo de aprendizagem, em que o compartilhar das vivências faz da favela uma “escola-mundo” – extremamente importante para o conhecimento (SANTOS, 2018, p. 107).

Em um cenário intelectual que se constitui historicamente a partir de referenciais brancos, eurocêntricos e masculinos, onde a escrita da história legitimada e - principalmente - publicada, determina o poder de ser quem fala e é ouvido, a poética do texto de Conceição Evaristo revela a potência de se contar uma história a partir de referenciais outros: uma história inscrita no corpo, na alma e na mente das mulheres negras.

A teórica lésbico-feminista Ochy Curiel, em seu texto na *Conferencia magistral en el marco de la Especialización Maestría de Estudios de la Mujer*, intitulado *Gênero, raza, sexualidad: debates contemporáneos*², produz uma importante reflexão sobre o papel da escrita epistemológica, do exercício intelectual e da escrita da história na *práxis* política. A autora afirma que em tempos em que o pensamento social se endurece e as desigualdades econômicas, culturais e políticas aumentam - assim como os racismos, os feminicídios, as xenofobias, etc -, as ciências humanas, incluindo a história, possuem o compromisso ético de pensar ferramentas teóricas e metodológicas que ajudem a explicar essas realidades e atuar sobre elas. A história que *Maria-Nova* de Conceição Evaristo anseia em contar é entendida aqui, portanto, como a representação poética de uma escrita comprometida com a transformação de realidades que são ainda hoje atravessadas pelas violências raciais, de gênero e de classe. Se não há, como afirma Boaventura de Souza Santos (2010), epistemologias neutras, as leituras históricas do passado devem também configurar-se como reflexões conscientes de sua incidência nas práticas sociais. A separação entre teoria e prática política não passa, portanto, de uma ilusão instalada no campo

² Ver: CURIEL, Ochy. *Gênero, raza, sexualidad: debates contemporáneos*. In: **Conferencia Magistral, em el marco de la especialización maestría de estudios de la mujer**. N1, 2011, Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-deEstudiosAfrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel—Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf> Acesso em: 08 de jul. 2019.



acadêmico por uma herança eurocêntrica, passível (e necessitada) de ser desconstruída. Teoria e prática política são igualmente produtoras de discursos, permanecem juntas e assim devem ser entendidas (CURIEL, 2011), no exercício de descolonizar a produção de conhecimento e promover diálogos mais horizontais.

Os contextos experienciais das escritas de Ochy Curiel e Conceição Evaristo se distanciam em vários aspectos. Afinal, são muitas as particularidades e especificidades históricas das formações políticas dos lugares de onde estas intelectuais - e outras que serão ainda citadas neste artigo - falam. Entretanto, reconhecer aquelas características em comum nas experiências das mulheres não-brancas na América Latina parece nos fazer convergir para questões de raça, classe e gênero, preocupações centrais - ou que pelo menos deveriam ser - para a agenda do feminismo contemporâneo no mundo. O que este trabalho pretende, portanto, é tecer reflexões sobre as potências das contribuições dos feminismos das mulheres não brancas na América Latina para a escrita de uma história comprometida com a transformação social. O caminho escolhido para essas reflexões é o de historicizar estes movimentos políticos e epistêmicos, expor suas críticas centrais e trazer à tona a produção de teóricas feministas que articulam discussões em torno da colonialidade, da raça e do gênero. Dessa forma, me interessam menos as definições das categorias feminismo decolonial, negro, pós-colonial do que as articulações entre as questões levantadas por elas, os caminhos que percorreram e suas propostas convergentes. Além disso, espero pensar o campo epistêmico não propriamente pelas vias de uma análise sobre a historiografia, mas pelas potências que reflexões teóricas tecidas no âmbito do feminismo (e das questões de gênero, classe e raça) podem vir a ter para as escritas da história.

O que várias teóricas não brancas de diversos países da América Latina têm vindo acusar é a urgência de se considerar de forma inseparável as questões de classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, região, etc. Se durante muito tempo o movimento feminista legitimado, tanto acadêmica como politicamente, foi majoritariamente branco e ocidental, mulheres negras, indígenas, chicanas, etc. latino americanas apontam para o fato de que as agendas desse feminismo não as contemplam. Pautas como o direito ao trabalho, comum entre um feminismo branco eurocentrado, não fazem sentido para as mulheres negras, indígenas, de classes subalternas, que “trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” (CARNEIRO,



2003). Além disso, historicamente, as mulheres que puderam falar por um feminismo foram também aquelas privilegiadas pelas estruturas do racismo e do capitalismo. Os feminismos das mulheres não brancas na América Latina, como afirma Yuderkys Espinosa-Miñoso, são por si só apostas epistêmicas:

Las feministas descoloniales recuperamos las críticas que se han realizado al pensamiento feminista clásico desde el pensamiento producido por voces marginales y subalternas de las mujeres y del feminismo. Partimos por reconocer que ese pensamiento feminista clásico ha sido producido por un grupo específico de mujeres, aquellas que han gozado del privilegio epistémico gracias a sus orígenes de clase y raza. El feminismo descolonial elabora una genealogía del pensamiento producido desde los márgenes por feministas, mujeres, lesbianas y gente racializada en general; y dialoga con los conocimientos generados por intelectuales y activistas comprometidos con desmantelar la matriz de opresión múltiple asumiendo un punto de vista no eurocentrado (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.7).

Desenvolveram sua crítica, portanto, abarcando questões sobre as hierarquias do poder, o capitalismo e o racismo, presentes nas discussões pós-coloniais, na teoria decolonial e nos movimentos negros na América, integrando-as à tradição de luta do movimento de mulheres. Complexificaram o conjunto de reivindicações do feminismo ao chamar atenção para o caráter interligado das opressões, principalmente atravessadas pela raça, ao mesmo tempo que promoveram a feminização das propostas e reivindicações dos movimentos por libertação, das lutas anti-racistas e das teorias decoloniais e pós-coloniais, como tento mapear a seguir.

O intercruzamento entre os Estudos Culturais e Feministas e as propostas estabelecidas pela discussão pós-colonial³ e pela teoria decolonial⁴ permitiu a leitura crítica produzida por

³ O pós-colonialismo pode ser considerado uma reação contra o legado colonial, não possui uma matriz teórica única e autores que produziram em diferentes épocas e contextos podem ser considerados contribuintes desses estudos, como Stuart Hall (1980), Franz Fanon (1952), Aimé Césaire (1955), Edward Said (1978) e Ranajit Guha (1988). Os estudos pós-coloniais se aproximaram em muito dos estudos culturais e literários e se ocuparam da análise das construções discursivas e representacionais do oriente e do ocidente, levando em conta as formações identitárias dos grupos sociais em contextos pós-independência. Nas décadas de 1970 e 1980, com a criação do *Subaltern Studies* - grupo de pesquisadores com origem em países do sul-asiático que lecionavam em universidades na Europa - a preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada na análise da construção discursiva sobre os colonizados pelos colonizadores. O *Subaltern Studies* foi liderado pelo intelectual indiano Ranajit Guha que tinha como objetivo em sua obra “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSFUGUEL, 2008, p.116). Ver GROSFUGUEL, Ramon. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, Coimbra, 2008, p. 115-147.

⁴ Já na década de 1990, em meio aos processos de redemocratização de vários países latino-americanos, o debate pós-colonial foi introduzido às discussões de um grupo de intelectuais americanistas e latino-americanos que viviam nos Estados Unidos e lá, inspirados no *Subaltern Studies*, fundaram o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Já em sua origem, o grupo possuiu teóricos críticos dos estudos subalternos originais, como Walter Mignolo, defendendo que “as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso latino-americano” (CASTRO-GÓMES; MENDIETA, 1998, p. 17). Dessa forma, autores como Mignolo, Vidal e Klor de Alva apontavam para



importantes teóricas sobre a continuidade das relações de dominação e opressão colonial, centralizando as questões de gênero. Nesse sentido, tanto teóricas feministas pós-coloniais, como Gayatri C. Spivak, como teóricas feministas decoloniais, como Ochy Curiel, Maria Lugones e Gloria Anzaldúa, questionaram os teóricos cânones do pós-colonialismo e da teoria decolonial quanto à centralidade do gênero na epistemologia produzida dentro da compreensão histórico-sociológica sobre a colonialidade e suas permanências na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, o feminismo negro no Brasil ganhava força, sob as vozes de autoras como Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, e outras epistemologias também se formularam no sentido de denunciar as opressões intercruzadas que as mulheres negras sofrem no país.

O feminismo pós-colonial tornou central a preocupação com as diversas maneiras de ler o gênero, seja no texto, na palavra ou nas inúmeras formas de representação ou no mundo. Autoras como Gayatri C. Spivak (1988) e Anne McClintock (1995) analisaram as maneiras com que a posição das mulheres nativas foi utilizada para justificar o projeto colonial como missão civilizatória e como o nacionalismo pós-independências foi constituído “desde o início como um discurso de gênero e não pode ser compreendido sem uma teoria do poder de gênero” (McCLINTOCK, 1995, p. 64). Dessa forma, o feminismo aliado às perspectivas pós-coloniais enfatiza as relações imbricadas entre o colonialismo e o patriarcado. Além disso, está preocupado com questões caras também ao pós-colonialismo, como a transnacionalidade e a transculturação⁵:

(...) um estudo da situação das mulheres em locais específicos pode ter ramificações e determinações mundiais ou internacionais; não se precisa mais presumir que as

o caráter imperialista dos estudos pós-coloniais e do *Subaltern Studies*, uma vez que estes não teriam rompido com autores eurocêntricos - como Michael Foucault e Jacques Derrida - e, por ainda produzirem um conhecimento a partir dos grandes centros de conhecimento. Além disso, esses autores propuseram que a perspectiva do grupo latino-americano não se baseasse na devolutiva indiana ao colonialismo, uma vez a dominação colonial na América Latina possuía suas especificidades, inclusive por ter sido a primeira a ser submetidas às violências coloniais (BALLESTRIN, 2003, p. 96). Em 1998, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos foi desagregado e um de seus principais críticos, Walter Dignolo, tornou-se fundador do chamado Grupo Modernidade/Colonialidade, propondo o aprofundamento e radicalização da crítica ao eurocentrismo. É neste contexto que surge a chamada crítica ou teoria colonial, defendendo a necessidade de descolonização da epistemologia e sendo assim, dos próprios estudos pós-coloniais. A teoria decolonial, portanto, é um conjunto de reflexões pontuadas por intelectuais latino-americanos que propõem repensar os efeitos do colonialismo a partir do “Sul” do globo, em busca de uma compreensão ante essencialista das identidades das populações dos países nele localizados e na análise histórico-sociológica das opressões resultantes dos sistemas coloniais nele inseridos. Ver: MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

⁵ Ver: BAHRI, Deepika. Feminims and/in Postcolonialism. In: LAZARUS, Neil (Ed.). **The Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 199-220.



questões estão nitidamente delimitadas por fronteiras nacionais. Embora uma abordagem das mulheres na globalidade seja “uma imensa área de estudo”, como Spivak observa em outra ocasião, uma perspectiva mundial, comparativa e comprometida pode nos ajudar, gradualmente, a entender como nossas múltiplas identidades funcionam em diferentes situações (BAHRI, 2013, p. 664).

Enquanto isso, um grupo de teóricas latino-americanas teciam críticas tanto ao pós-colonialismo quanto aos esquecimentos das questões relacionadas ao gênero na teoria decolonial. Ochy Curiel, em sua crítica aos estudos subalternos, aos estudos culturais e aos estudos pós-coloniais afirma que:

Apesar de que nuevas tendencias como los estudios subalternos, los estudios culturales y los estudios poscoloniales, con sus diferencias y matices, han abierto la posibilidad de que voces silenciadas empiecen a convertirse en referentes y en propuestas de pensamientos cuestionando el sesgo elitista de producción académica y literaria, no dejo de preguntarme ¿qué tanto los llamados estudios subalternos, poscoloniales o culturales realmente descentralizan “el” sujeto como pretenden? ¿No será que estos nuevos discursos apelan a lo que se asume como marginal o subalterno para lograr créditos intelectuales incorporando “lo diferente” como estrategia de legitimación? Tales preguntas me surgen porque estas nominaciones salen de académicos norteamericanos y británicos, aunque empujados en algunos casos por migrantes del sur. Por tanto, el sesgo colonial y androcentrico sigue siendo característica de este pensamiento (CURIEL, 2007, p. 93).

Dessa forma, as teóricas feministas decoloniais concordam com autores como Quijano e Mignolo quanto à análise de que os estudos pós-coloniais seguem sendo eurocentrados. Ao mesmo tempo, tecem uma dupla crítica ao apontar que nem os intelectuais pós-coloniais como Franz Fanon (2010) e Aimé Césaire (2006) - que desafiaram o eurocentrismo do pensamento e da análise política - nem os latino-americanos decoloniais como Walter Mignolo (2003), Aníbal Quijano (2005) e Enrique Dussel (2000), abordaram profundamente categorias relacionadas à sexualidade, sexo ou gênero em seus estudos.

O que a crítica feminista decolonial veio propor é o entendimento das categorias de classe, raça, gênero, sexualidade, localização, nacionalidade, etc. de forma imbricada e reivindica-as como chaves importantes na análise da construção das representações e das narrativas históricas, produtos da colonialidade. Como parte das teorias e epistemologias que privilegiam perspectivas a partir do “Sul” do globo, o feminismo decolonial busca valorizar e descobrir formas de interpretar o mundo que contribuam para a descolonização das ciências humanas, incluindo a História. Parte, por isso, de uma análise crítica ao legado colonial de forma relacional, assumindo o compromisso político de pensar, a partir da latino-américa, reflexões sobre o passado que contribuam para um futuro libertador e mais democrático.



María Lugones - participante do Grupo Modernidade/Colonialidade desde 2006 e considerada uma das teóricas precursoras da perspectiva feminista decolonial - centralizou suas pesquisas na conexão de políticas de raça e gênero, desenvolvendo o conceito de “sistema colonial moderno de gênero”:

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”. Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial (LUGONES, 2008, p. 935).

Segundo a autora, as mulheres indígenas e negras não estão representadas na categoria universal de “mulher” (cunhado pela epistemologia feminista eurocêntrica) e, por isso, habitam um “não-lugar” e, excluídas das teorias feministas generalizantes, são privadas de preocupações específicas às suas condições. Ainda segundo Lugones, na missão civilizatória colonial, o cristianismo impôs a confissão cristã, o pecado e a dicotomia entre mal e bem a fim de marcar a sexualidade das mulheres não brancas sob um viés negativo, maligno, referenciando as mulheres colonizadas e/ou escravizadas como “possuídas por satanás” por conta de seus comportamentos “libidinosos”. Segundo a autora, o gênero se constitui como uma das formas de opressão colonial (LUGONES, 2014, p. 939), e se estendeu para as representações posteriores que deram origem à imaginários sociais e relações de poder. É justamente esse estereótipo sobre as mulheres colonizadas que justificou, no imaginário social, nas narrativas históricas e na literatura, os estupros coloniais e as relações inter-raciais entre homens brancos colonizadores e mulheres negras ou indígenas colonizadas.

No Brasil, por exemplo, o discurso da democracia racial cunhado por importantes intelectuais, foi construído sob a afirmação de que a relação entre homens brancos e mulheres negras e mulatas foi fator determinante para a construção de uma sociedade democrática racialmente, ignorando assim as instituições de violência e subordinação aos quais essas mulheres eram submetidas, valorando positivamente essas relações e seu resultado. Como afirma Margareth Rago (1998), nas obras de autores consagrados como Paulo Prado (1928), Gilberto Freyre (1933), Caio Prado (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), o discurso da sexualidade ganha importância em uma leitura das origens históricas do país. Segundo a autora,



nestas obras, as relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras se tornam “a referência maior das características que explicam o povo brasileiro, sua índole e sua vocação” (RAGO, 1997, p. 185). Sendo assim, as representações racializadas em torno das mulheres estavam profundamente ligadas a uma ideia de sexualidade constitutiva de um moderno sistema colonial de gênero. Esse tipo de interpretação deu margem para que a violência sofrida pelas mulheres negras escravizadas fosse entendida como simples processo de “miscigenação”, atribuindo a essas mulheres inclusive certo grau de responsabilidade, uma vez que elas teriam seduzido e encorajado os homens brancos. Neste contexto consolidava-se em importantes textos a imagem da mulher negra sexualizada e objetificada. Além disso, utilizava-se a mestiçagem como estratégia para minimizar o caráter opressor das relações raciais e perpetuar uma visão negativa dos corpos, personalidades e práticas das mulheres afrodescendentes; construindo um tipo de comportamento generalizante que tem sua origem na relação histórica da construção de seu papel social em uma sociedade escravista. Apesar dos sempre recorrentes relatos e fontes que confirmam a existência de estupros e coerção sexual sofridos por essas mulheres desde os tempos da escravidão, as conotações negativas insistentemente recaiam sobre elas próprias, acusadas por supostas e inventadas características, como uma sexualidade exacerbada e negativa ou falta de inteligência. Essas concepções sobreviveram até os tempos atuais, presentes na música, na televisão, cinema, literatura e nos imaginários sociais em geral:

Visões racistas e preconceituosas em relação às mulheres negras e mestiças advindas do período escravista permaneceram até os dias de hoje, ainda que com “novas roupagens”, principalmente a ideia de que as mulheres negras e mestiças possuem uma sexualidade diferenciada, mais acentuada. Muitas pessoas veem à mulher negra ou mestiça como a ideal para o sexo, porém jamais para o casamento ou um relacionamento amoroso mais sério e duradouro. É amplamente divulgada a ideia de que toda mulher negra ou mestiça é fácil e louca por sexo (SILVA, 2008, p. 2).

Se essa produção historiográfica explorou, elaborou e moldou múltiplas imagens e práticas discursivas de gênero e raça em torno dos corpos femininos negros e mestiços, fazem parte de projetos e escolhas políticas, culturais e da produção do conhecimento no país. Essas escritas dedicaram-se a enquadrar e classificar o corpo feminino negro em um estereótipo⁶ ligado à malícia, sexualidade e imoralidade. Um corpo pronto para o consumo masculino,

⁶ Estereótipo compreendido aqui como uma “forma presa, fixa, de representação, que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais”. Ver: BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.



corpo-produto e corpo-objeto. Como afirma Lélia Gonzalez, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo:

a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas conseqüências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance” (GONZALEZ, 2011, p. 141).

Dessa forma, é importante perceber de que formas a colonialidade atrelada ao ideal nacional se constituiu a partir da “violação das mulheres indígenas e negras por parte dos colonizadores” (CURIEL, 2008, p. 20). Sob essa perspectiva, alguns conceitos como gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, propriedade e mercadoria são postos à tona como fatores que afetam e relacionam entre si, produzindo discursos. O feminismo decolonial se alinha aos feminismos negro e indígena, principalmente no que concerne a crítica ao fato de que não existe uma identidade, uma experiência, uma práxis única que identifique um corpo homogêneo de “mulheres”, e sim uma pluralidade de existências atravessadas por diversas categorias. Essa abordagem, comum também aos estudos do feminismo decolonial e do feminismo negro norte-americano, aponta para o fato de que existem outras categorias que definem o “ser mulher”, como raça, etnia, classe, etc (CALDWELL, 2000), denunciando assim uma forte corrente da pesquisa sobre relações de gênero e estudo das mulheres que durante muito tempo - e ainda no tempo presente - consideravam uma identidade comum a todas as mulheres, essencializando a condição feminina, negando a diversidade de experiências e as relações de poder existentes inclusive entre mulheres brancas e mulheres não brancas.

Por isso, a discussão sobre a diferença no feminismo também é importante referência teórica. Gloria Anzaldúa (1987), importante teórica feminista decolonial, em trabalhos como *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, teorizou sobre as relações entre gênero, raça e as fronteiras da constituição das mulheres mestiças. A autora migra pelos “entre-lugares da diferença, mostra como esta é constituída na história e adquire forma a partir de articulações sempre locais – suas mestiçagens múltiplas revelam simultaneamente mecanismos de sujeição e ocasiões para o exercício da liberdade” (AVILA, 2005, p. 694). A mulher mestiça é entendida a partir dos constantes movimentos de sobreposição e deslocamentos que perpassam a



constituição de suas identidades, que acontece sempre na “fronteira”. Ou seja, ela é resultado da diáspora e transculturação, habita um “não-lugar”, ao mesmo tempo em que sofre insistentes tentativas de cooptação por parte das intenções nacionalistas.

A centralidade da diferença é, sem dúvida, um dos aspectos dos feminismos negro e decolonial que mais contribui para a descolonização da epistemologia das ciências humanas. As reivindicações feitas no plural, na fuga de uma dicotomia homem/mulher, sob a consideração das questões relacionadas à classe, raça, nacionalidade, etc. são fundamentais para construção de reflexões sobre as representações produzidas sobre as mulheres, sobre suas histórias, seus corpos e subjetividades. A incorporação dessas preocupações no campo da História ajuda a ampliar as possibilidades de alcance das vozes subalternas, contribuindo, ao mesmo tempo, para a formulação de novas práticas e saberes que, se não produzem novos papéis de gênero, pelo menos questionam os vigentes.

Contra essa formulação que abarca a história das mulheres negras e, por consequência, a produção de suas subjetividades no presente, as teóricas negras feministas no Brasil, desde a década de 1980, vêm desconstruindo estereótipos a partir da insistente denúncia do mito da democracia racial. Seja pelas vias da literatura, como fizeram as escritoras dos Cadernos Negros⁷, Conceição Evaristo, Miriam Alves⁸, Esmeralda Ribeiro, etc.; seja pelas vias acadêmicas de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, essas autoras produziram uma discursividade que contribui para a manifestação e desenvolvimento de uma perspectiva feminista, antirracista e democrática.

A personagem *Maria-Nova* de Conceição Evaristo citada no começo deste de ensaio é apenas uma das muitas personagens fabuladas por escritoras negras que deslocam os

⁷ O Cadernos Negros publica livros anualmente desde 1978. A coletânea surgiu em um contexto de intensa movimentação política dos anos finais da ditadura militar, onde as questões em torno da democracia, da liberdade, dos direitos, etc. estavam em plena discussão e polvorosa. Esse foi um momento de intensas movimentações para o movimento negro no Brasil, marcadas pelas transformações realizadas na efervescência de coletivos literários e organizações do movimento negro da década de 70 que denunciavam e combatiam o mito da democracia racial e a discriminação do povo negro no país. Além disso, buscavam espaço e atuação em lugares até então destinados apenas aos brancos, como certos segmentos das áreas de trabalho, as universidades e o cenário literário. Dessa forma, o Cadernos Negros se tornou uma das maiores plataformas de literatura afro-descendente no Brasil, publicando sem interrupções durante mais de 30 anos coletâneas que revezam poesias e contos de inúmeras escritoras e escritores negros do país. Ver: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*; Márcio Barbosa; Esmeralda Ribeiro. (Org.). **A mente afro-brasileira: crítica literária e cultural afro-brasileira contemporânea/The afro-brazilian mind: contemporary afro-brazilian literary and cultural criticism**. Trenton - EUA: Africa World Press, 2007.

⁸ Sobre a escrita de Conceição Evaristo, Miriam Alves e Cristiane Sobral ver o livro *Prosa Negro-Brasileira Contemporânea* de Mirian Cristina dos Santos (2018), onde a autora analisa o papel das mulheres negras escritoras como intelectuais engajadas na transformação da realidade social no país. Ver: SANTOS, Mirian Cristina dos. **Intelectuais Negras: Prosa Negro-Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.



imaginários sobre as mulheres negras em sua composição. Muitas Marias foram inspiradas, criadas, inventadas e reinventadas pelas escritoras negras brasileiras. Suas obras trazem constantemente como temática as perspectivas de personagens negras e suas experiências atravessadas pelas dinâmicas das relações de poder decorrentes do racismo, do patriarcado e do capitalismo. Desde 1995 a escritora Conceição Evaristo⁹ vem usando o termo “escrevivência” para dar nome à escrita literária das mulheres negras que tem como tema suas experiências na sociedade brasileira. Uma escrita politicamente carregada de subjetividade, que faz uso da memória para expurgar a dor (EVARISTO, 2017), aciona novos referenciais e constrói narrativas de contraconduta¹⁰; uma escrita com potência de vida. Essa escrita torna-se, portanto, um “ato de coragem - um ato de risco e ousadia” (HOOKS, 2019, p. 31) e elaboram novos olhares sobre o passado, afastando-se das perspectivas hipersexualizadas ou da exploração imagética do sofrimento dessas mulheres.

Com outra consistência de texto e com uma outra forma de fazer poética, a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro (2011), fundadora do *Geledés - Instituto da Mulher Negra*, dedicou-se por anos a escrever para o jornal *Correio Braziliense* textos sobre racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. Uma de suas contribuições teóricas mais importantes ao meu ver é a sua conceitualização de *dispositivo de racialidade* onde, inspirada pela ideia de *dispositivo* de Michael Foucault, define o lugar onde os discursos sobre a raça se articulam no sentido de construir relações de poder e formas de produção de subjetivação, valorando positiva ou negativamente certas estéticas e comportamentos, e o faz subjugando o que é negro e feminino, exaltando o que é branco e masculino. Esse dispositivo de racialidade atua na elaboração de inúmeros tipos de violências, na construção de subjetividades das mulheres negras no país e na formulação de sua história. Ao mesmo tempo, Carneiro foi fundamental para trazer à tona as especificidades das questões das mulheres negras no Brasil, considerando seu passado e presente atravessados pelas opressões de gênero e raça:

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral

⁹ Ver: EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição. (Org.). **Literatura, história, etnicidade e educação**: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana. Frederico Westphalen: URI, 2011.

¹⁰ Contracondutas são aqui entendidas, sob a luz de Michael Foucault, como novas chances de formulação da subjetividade, como a potência da construção inventiva de formas inéditas de existir e se colocar no mundo, novas maneiras de se relacionar consigo, com o mundo e com os outros. Ver FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits I**. Paris: Éditions Gallimard, 2001.



da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. (...) É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira (...) (CARNEIRO, 2003, p. 121).

Lélia Gonzalez (1988), antropóloga, professora e ativista política feminista, é outro exemplo de intelectual negra brasileira que teorizou sobre as questões de gênero e raça, privilegiando uma perspectiva latino-americana a partir de leituras sobre o passado colonial e escravista. Para isso, defende um feminismo latinoamericano, “comprometido com a recuperação dos processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos” (CARDOSO, 2014, p. 23). Suas reflexões propõem práticas de descolonização do saber e da produção de conhecimento ao recorrer em seus textos a uma linguagem fora dos modelos estabelecidos por um formato epistêmico eurocêntrico e baseado em uma gramática normativa. Faz usos, inclusive, de expressões coloquiais e referencia constantemente as heranças linguísticas das culturas escravizadas, em uma leitura das continuidades históricas e culturais. Chama a atenção, portanto, para o “pretuguês”, a marca de africanização do português no Brasil, expresso na linguagem popularmente falada:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (...) (GONZALEZ, 1988, p. 26).

E acrescenta ainda que, essa marca não é encontrada apenas no caso no Brasil, mas é:

(...) facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe) (GONZALEZ, 1988, p. 34).

Além disso, Lélia propõe que todos os brasileiros são “ladinoamefricanos”, filhos de uma “América Ladina”, junção das culturas africanas e ameríndias no sul da América. A proposta epistemológica dos termos criados pela autora interliga o passado escravocrata, colonial, o imperialismo, o racismo e seus efeitos (CARDOSO, 2014, p. 973), aproximando-se



das perspectivas da colonialidade do poder¹¹ e da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014, p. 935). Segundo a autora, a “amefricanidade” está presente desde as sociedades americanas anteriores à colonização e nas articulações de resistência da população africana escravizada. O conceito é, portanto, fundado a partir de referenciais que se afastam das perspectivas eurocêntricas brancas e repensa a história das e dos afro-ameríndias e afro-ameríndios a partir de suas práticas de agência, de sua constituição como sujeitos históricos.

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (‘Amefricanity’) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA [...]. Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (GONZALEZ, 1988, p.76).

Os esforços para elencar, na produção de conhecimento, as populações subalternizadas como sujeitos históricos é, sem dúvida, um movimento fundamental para o caminho da descolonização do pensamento, na produção de “epistemologias do Sul”, como as reivindicadas por Boaventura de Souza Santos. A história se torna, portanto, lugar privilegiado para este exercício. Acredito que quando exploramos o caráter relacional e interligado da produção das críticas e propostas das mulheres não brancas na América do Sul para os feminismos, estamos valorizando uma produção de saberes que produz condições de diálogos horizontais entre os conhecimentos, aquilo que Boaventura chama de “ecologia dos saberes”. A construção da história é um campo em disputa, que tensiona a luta política a partir das leituras do passado e projeta lugares sociais a partir das relações entre gênero, classe e raça. As contribuições teóricas

¹¹ Conceitos como o de “colonialidade do poder” - entendido como as formas de dominação das nações centrais sob àquelas colonizadas, denunciando, por isso, as continuidades das relações de colonialidade mesmo após a destituição do colonialismo -, cunhado por Anibal Quijano (2005), vieram apontar para o fato de que as diferenças étnicas, raciais, de gênero e classe têm sido utilizadas historicamente para produzir hierarquias e relações de poder que resultam no controle do trabalho, dos recursos, dos corpos, etc. Segundo Grosfoguel (2008), a “colonialidade do poder” é resultado dos avanços dos estudos culturais e decoloniais e das análises econômicas do Sistema Mundo, desenvolvidas por Immanuel Wallerstein (1974). O “giro decolonial” significa, portanto, um movimento de resistência teórico, político e prático às concepções da modernidade/colonialidade, Ver: MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.



de autoras como as citadas neste artigo, assim como as de muitas outras que poderiam estar aqui, questionam a produção de uma história eurocentrada, racista e patriarcal e abrem espaço para questões importantes da luta coletiva feminista e antirracista, fundamentais para os avanços democráticos que esperamos. O lugar da produção dos discursos históricos, como território em disputa, é tensionado por escritoras não brancas que, há muito mais anos que costumamos nos lembrar, pautam outras formas de existência para as mulheres negras, indígenas, chicanas, etc. na América Latina, que vão além dos estereótipos historicamente a elas destinados. Não há, portanto, descolamento da prática política. Esse exercício de elaboração é, além de prática de liberdade para as mulheres em geral, chance para que nos aproximemos epistemologicamente de um pensamento literário, social, histórico e político mais complexo, feminista e antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands / La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

AVILA, Eliana; COSTA, Claudia de Lima. *Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença"*. **Rev. Estud. Fem.** vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec., p. 694, 2005.

BAHRI, Deepika. *Feminims and/in Postcolonialism*. In: LAZARUS, Neil (Ed.). **The Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 199-220.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. **Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)**, v. 2, p. 89-117, 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. *Revista Estudos Feministas*, v.8, n. 2, p. 39, 2000.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*. **Revista Estudos Feministas**. vol.22 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. (Tese de doutorado). São Paulo: Feusp, 2005.

_____. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.



- _____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CURIEL, Ochy. *La crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista. Colonialidad y Biopolítica en América Latina*. **Revista NOMADAS**, Bogotá, n26, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos- Universidad Central, 2007.
- _____. *Gênero, raza, sexualidad: debates contemporâneos*. **Anais Conferencia Magistral, em el marco de la especialización maestría de estudios de la mujer**. N1, 2011, Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-deEstudiosAfrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel—Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf> Acesso em: 08 de jul. 2019.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*. In: Márcio Barbosa; Esmeralda Ribeiro. (Org.). **A mente afro-brasileira: crítica literária e cultural afro-brasileira contemporânea/The afro-brazilian mind: contemporary afrobrasilian literary and cultural criticism**. Trenton - EUA: Africa World Press, 2007.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. *Una critica descolonial a la epistemología feminista crítica*. **Cotidiano 184**, mar/abr, 2014.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.
- _____. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição. (Org.). **Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana**. Frederico Westphalen: URI, 2011.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits I**. Paris: Éditions Gallimard, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. **Revista Isis Internacional**. Santiago, v. 9, pp. 133-141, 1988.
- GROSGOUEL, Ramon. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, Coimbra, p. 115-147, 2008.
- GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Selected Subaltern Studies**. New York. Oxford University Press, 1988.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.



HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Editora Elefante, 2019.

LUGONES, María. *The Coloniality of Gender.* **Worlds & Knowledges Otherwise**, 1- 16, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.* In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

McCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: race, Gender, and Sexuality in the Colonial Context.** New York: Routledge, 1995.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história.* In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.* In: EDGARDO, Lander. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas LatinoAmericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual.** Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Mirian Cristina dos. **Intelectuais Negras: prosa Negro-Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SILVA, Tadeu Tomaz. *A produção social da identidade e da diferença.* In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria para análise histórica.* **Revista Educação e Realidade.** UFRGS, 1995.

SPIVAK, Gayatri C. *Can the subaltern speak?* In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). **Marxism and the interpretation of culture.** Chicago: Chicago Press, 1988. p. 271-313.



Políticas de domesticidade e trabalho assalariado: ressignificando os papéis femininos nas américas no entre guerras.

Jaqueline Stafani Andrade¹

Recebido em: 09/08/2019

Aceito em: 14/12/2019

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito discutir como a atuação feminina no período entre guerras, seja por meio de comitês contra a carestia, seja em organizações trabalhistas, ressignificaram políticas de domesticidade governamentais e empresariais nos diversos contextos nacionais Americanos. Nesse sentido, tem-se em vista contribuir com debates sobre o conceito de gênero buscando responder às seguintes questões: como era vista a participação das mulheres na esfera pública nesse período? Quais são os limites da dicotomia entre o doméstico e atuação pública dessas mulheres? Por meio de autoras e autores como Weinstein, Guard, Klubock, e Fernandez-Acevez, dentre outros, o presente artigo buscará refletir sobre os papéis de gênero atribuídos as mulheres nas Américas no entre guerras e sua crescente atuação pública perante políticas de domesticidade.

Palavras chave: Gênero. Políticas de domesticidade. Ressignificação.

Domesticity policies and salaried work: resignifying female roles in the americas in the interwar period.

ABSTRACT

This paper aims to discuss how female action in the interwar period, either through anti-famine committees or with labor organizations, has re-signified governmental and corporate domesticity policies in various national American contexts. In this sense, we intend to contribute to debates about the concept of gender seeking to answer the following questions: how was the participation of women in the public sphere during this period? What are the limits of the dichotomy between domestic and public performance of these women? Through female and male authors such as Weinstein, Guard, Klubock, and Fernandez-Acevez, among others, this article will seek to reflect on the gender roles attributed to women in the Americas in the interwar period and their growing public performance toward domesticity policies.

Keywords: Gender. domesticity policies. Re-signified.

¹ Mestranda do Programa de História Social – FFLCH/USP e bolsista FAPESP processo nº. 2018/05395-7. Graduada (bacharel e licenciatura) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010 - 2014) UNESP - Campus Franca. E-mail: jaqueline.s.andrade@usp.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3735125746249886>



1 INTRODUÇÃO

As abordagens que buscam problematizar as relações de gênero têm conseguido, segundo os estudos de Cunha, um importante espaço no ambiente acadêmico. Em seu breve balanço historiográfico realizado no artigo “Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença” (CUNHA, 2000, p. 50), a historiadora retoma estudos pioneiros que desde o século XIX tentaram problematizar as relações sociais entre homens e mulheres. Na seara desses primeiros estudos, Cunha ressalta que a interpretação da opressão feminina era tida como parte do paradigma da produção, e somente seria solucionada a partir da implantação do socialismo; assim, as relações de opressão mais diretamente vinculadas à diferença sexuada eram deixadas em segundo plano.

Além da historiografia pioneira na abordagem do tema, a autora também enfatiza os debates teórico-metodológicos encetados por E. P. Thompson de fins da década de 1980. Segundo a historiadora, Thompson abriu caminho para a escrita de uma história dos “sujeitos sociais”, o que diferencia sua abordagem das anteriores que enfatizavam a ação de agentes coletivos:

Esta abordagem que permitia focar as relações sociais a partir de uma perspectiva político-cultural foi muito bem recebida pela história das mulheres. Era possível, então, resgatar a ação e a palavra das mulheres, que fornecesse provas não somente da opressão, mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores (*Idem*, p. 152).

Em seu trabalho, Cunha ressalta também o contraponto, de fins dos anos 1980 e início de 1990, entre a linha Thompsoniana e a pós-estruturalista, que buscou dar ênfase a linguagem e aos contextos de produção dos discursos. Para o caso dos estudos de gênero, a linha pós-estruturalista contou, e ainda conta, como principal representante Joan Scott. Nessa perspectiva, a linha Thompsoniana foi veementemente criticada por utilizar uma concepção ‘neutra’ ou ‘masculina’ da história, a qual não dava conta das diferenças de gênero no processo de formação da classe (*Idem*, p. 154).

Tais desdobramentos historiográficos têm se tornado profícuos no campo da história, uma vez que fomentam debates e possibilitam novas pesquisas, perspectivas e abordagens. No entanto, quando nos remetemos especificamente à intersecção entre gênero e classe, cabe ressaltar que há uma incontornável contribuição vinda da perspectiva do materialismo histórico. Segundo Cunha:

(...) foram as historiadoras marxistas que resgataram a documentação sobre operárias e sua participação na constituição da classe operária, bem como



problematizaram as transformações de ordem econômica e ideológica que sustentaram a oposição entre o público e o privado, resultando em importantes análises sobre a ideologia da domesticidade e o impacto dos valores da classe média sobre a classe operária ao longo do século XIX e início do século XX (*Idem*, p. 154).

Mais recentemente, não só mulheres têm abordado a temática de forma sistematizada. Trabalhos como os do historiador Thomas M. Klubock para o Chile (1998), Barbara Weinstein para o contexto brasileiro e argentino (2006), Maria Tereza Fernandez-Acevez para o México (2003) e Julie Guard no Canadá (2010) trouxeram importantes reflexões no campo dos estudos de classe e gênero, principalmente no que tange a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre domesticidade e trabalho assalariado, historiadores estes que terão suas perspectivas abordadas no presente trabalho.

2 NA CASA E NA FÁBRICA: POLÍTICAS DE DOMESTICIDADE, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NAS AMÉRICAS

No período entre guerras e mais intensamente na pós-Segunda Guerra mundial, as Américas e o mundo como um todo, passaram por um processo de forte industrialização e internacionalização do trabalho. No início do século XX, por exemplo, os norte-americanos Barton Sewell e William Braden compraram uma importante jazida de cobre no Chile. Mais adiante, nas décadas de 1920 e 1930, o cobre produzido em *El Teniente*, como viria a se chamar a mina localizada ao Sul, próxima a Santiago, se tornaria um dos mais importantes produtos de exportação chilena. Junto a Companhia norte americana, que na década de 1970 seria parcialmente nacionalizada, vieram ao Chile culturas de trabalho que traziam consigo ideais de bem-estar social e políticas de domesticidade, que impunham aos trabalhadores chilenos novas formas de disciplina de trabalho.

Em seu estudo “*From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile; Gender, Culture and Politics in the Copper Mines*”, Klubock buscou investigar como os ideais de domesticidade e disciplina de trabalho implantados pela *Braden Copper Company* na mina de *El Teniente* foram incorporados e reapropriados pela população local. Segundo Klubock, as políticas de domesticidade estabelecidas em *El Teniente* pela Companhia, e posteriormente endossadas pelo estado, constituíram a base de legitimidade da empresa que foi promovida por meio de ideais de mobilidade social e classe média e, principalmente, pela concepção de um ambiente familiar cujo núcleo de renda estaria centrado na figura masculina.



Deparando-se com uma cultura de trabalho que não se fixava, seja pelos chamados *peones* (trabalhadores itinerantes) ou por trabalhadores que buscavam apenas um ganho temporário para residir em outro local, a empresa *Braden Copper* teve que desenvolver alternativas para fixar e disciplinar essa força laboral. Dessa forma, buscou implementar políticas paternalistas que incentivassem a fixação dos trabalhadores providenciando uma série de benefícios àqueles que atendessem a certos critérios, dentre eles, o de ser casado.

De acordo com a companhia, trabalhadores que se casavam em El Teniente ou que traziam suas esposas e crianças com eles, tendiam a permanecer por anos, dependendo do trabalho na mina, para prover suas famílias. Um trabalhador solteiro ou um trabalhador casado cuja família vivia em outra localidade possuía mais liberdade para ir e vir, para arriscar o desemprego em greves, e para se engajar-se nos 'vícios' condenados pela Companhia².

No que tange as mulheres solteiras, a empresa considerava sua presença como um fator de instabilidade. Segundo o historiador, a empresa acreditava que essas mulheres incentivavam uma vida desregrada aos trabalhadores, seja por meio da comercialização do sexo, seja por manterem estabelecimentos que vendiam bebidas ilegais e incentivavam o vício e o jogo. Essas mulheres, portanto, também se tornaram alvo das políticas da Companhia, que buscava inculcar-lhes valores de classe média, possibilidades de ascensão social e principalmente ideais de domesticidade. A partir disso, a empresa buscava apontar-lhes os benefícios de uma vida conjugal, formas de ajudar no orçamento familiar e na manutenção de um lar saudável e confortável para seus maridos, evitando as brigas domésticas. Para controlar, no entanto, o comportamento feminino que insistia em permanecer solteiro, a empresa respondia com políticas duras: demitia e expulsava das minas mulheres solteiras que engravidassem e, para o caso de serem pegas praticando aborto, poderiam ser demitidas e presas.

Ao mesmo tempo em que regulava o comportamento das mulheres solteiras, a empresa buscava dar as casadas apoio em casos de violência doméstica, além de assegurar que os benefícios dados pelo estado civil fossem de fato aplicados nas necessidades do lar, forçando os maridos a cumprir com as obrigações familiares. Dentro da empresa, por sua vez, essas mulheres não possuíam garantias de trabalho. Relegadas ao informal, baixos salários e

² Tradução livre do original em inglês: According to the company, workers who married in El Teniente or who brought their wives and children with them tended to stay on for years, dependent on the job in the mine to support their families. A single worker or a married worker whose family lived elsewhere had more freedom to come and go, to risk unemployment in strikes, and to engage in the "vices" condemned by the company. KLUBOCK, Thomas Miller. *From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile Gender, Culture, and politics in the Copper Mines*. In: **Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S – Latin American Relations**. Duke University Press, 1998, p. 373.



políticas que encorajavam o casamento e a vida doméstica, muitas delas mulheres viam no matrimônio uma importante estratégia de subsistência.

Entretanto, tais políticas não foram prontamente aceitas sem resistência, adaptações e em certo sentido, ressignificações. Muitos dos moradores de *El Teniente*, no início de implantação das políticas, falsificavam documentos de casamento para obter os benefícios. Dessa forma, asseguravam um casamento de fachada enquanto as mulheres teriam liberdade para exercer sua sexualidade e adquirir renda extra. Outro ponto de resistência, também se dava no comportamento de muitos trabalhadores que se casavam, mas deixavam de prover sua família com seus ganhos, gastando com jogo e bebidas. O abandono de mulheres e a bigamia eram também comuns entre os trabalhadores. Culturas que iam contra as políticas da empresa e dificultavam o sucesso de sua implementação.

Todavia, com o crescimento da influência da empresa e a adequação da força de trabalho aos padrões disciplinares, os benefícios que adviriam de seu cumprimento e trariam aos trabalhadores ascensão social, não chegaram efetivamente a realidade dos mineiros chilenos. Esses trabalhadores viam somente seus companheiros norte-americanos alcançarem o almejado e propagandeado bem-estar social. Além disso, por tratar-se de uma empresa norte-americana, sua filial nos Estados Unidos pagava a aos trabalhadores norte-americanos um salário maior por menos horas trabalhadas se comparado aos trabalhadores chilenos. Dessa forma, a propaganda feita pela empresa deu aos chilenos o alvo para o qual reclamar seus direitos. “(...) Esses direitos se tornaram o foco das mobilizações e conflitos coletivos nos acampamentos das minas”³.

Ademais, a configuração familiar imposta em *El Teniente*, na qual o homem deveria ser responsável pelos proventos familiares, enquanto as esposas deveriam cuidar do ambiente caseiro e dos filhos, fez com que se fortalecessem os laços domésticos. As mulheres passaram a apoiar seus maridos durante as greves, organizando reuniões nas *ollas comunes* (cozinhas comunais) e participando dos piquetes com seus filhos. No ano de 1939, a mobilização das mulheres na greve foi de suma importância e, inclusive, somou-se a participação do *Movimiento Por-Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH), que continuou atuando nas greves durante o governo da Frente Popular.

³ Tradução livre do original em inglês: “(...)These rights became the focus of mobilizations and collective conflicts in the mining camps”. KLUBOCK, Thomas Miller. *From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile Gender, Culture, and politics in the Copper Mines. In: Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S – Latin American Relations*. Duke University Press, 1998, p. 391.



Segundo a ideologia da domesticidade, as mulheres eram responsáveis pelo bem-estar das famílias dos mineiros. A participação das mulheres em comitês de custo de vida e comitês de mulheres se concentrava nas demandas relacionadas a esse papel feminino atribuído: consumo, preços dos alimentos e educação para seus filhos. Assim, o desejo das mulheres de garantir a segurança e os direitos prometidos pelas políticas de bem-estar social da empresa e pela ideologia dominante de gênero muitas vezes levou à sua participação em movimentos coletivos. A união de interesses entre homens e mulheres nas lutas trabalhistas era baseada na dependência econômica das mulheres em relação aos seus maridos e sua subordinação dentro da família nuclear⁴.

Nesse sentido, as políticas de domesticidade implantadas pela empresa no Chile criaram laços de dependência doméstica que fortaleceram as lutas sociais em favor de maiores salários e bem-estar social. Essas políticas criaram espaços de convivência e reunião para as mulheres e fortaleceram sua atuação em comitês que buscavam assegurar seus direitos familiares básicos. Ressignificando, portanto, o sentido de domesticidade que a empresa buscou implantar.

Essa ressignificação, ou seja, a atuação pública de mulheres reivindicando ações em favor da esfera doméstica pode parecer, aos olhares modernos, uma mudança não muito significativa, uma vez que reivindicavam em favor do doméstico e acabavam, portanto, atuando em favor da esfera que lhes era imposta. No entanto, cabe-nos ressaltar que os movimentos da década de 1930 são anteriores as duas últimas ondas do movimento feminista e que, portanto, não podem ser vistos com olhares anacrônicos que exigem daquele contexto uma postura que não lhes era própria. Essas mulheres ressignificaram seu papel na medida em que, publicamente, colocaram sua voz e reivindicaram seus direitos, algo que começava a despontar nas décadas de 1920, 1930 e 1940, principalmente pela questão do sufrágio, dentre outras reivindicações.

No Canadá, em um período bastante aproximado, meados da década de 1930 e 1940, podemos também perceber a atuação das mulheres na esfera pública em comitês locais. No entanto, para esse contexto, os protestos eram principalmente contra a carestia e organizados por donas de casa.

No início da década de 1930, a economia canadense sofreu severamente os efeitos da Grande Depressão. Voltada fortemente à exportação, principalmente para o Reino Unido e

⁴ Tradução livre do original em inglês: “According to the ideology of domesticity, women had responsibility for the welfare of miners’ families. Women’s participation in cost-of-living committees and women’s committees focused on demands that pertained to this assigned female role: consumption, food prices, and education for their children. Thus, women’s desire to ensure the security and rights promised by the company’s social welfare policies and dominant gender ideology often led to their participation in collective movements. The unity of interests between men and women in labor struggles was predicated on women’s economic dependence on their husbands and their subordination within the nuclear family” (*Idem*. p. 392).



Estados Unidos, o país se viu sem opções iniciais de recuperação econômica. Em tempos de grande crise, o crescimento do senso de direitos contra o emergente capitalismo corporativista estimulou as mulheres, politizadas por tempos difíceis, a se organizarem como mães, donas de casa e consumidoras, frequentemente recorrendo ao estado com suas reivindicações.

No estudo “*A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*” escrito pela historiadora e coordenadora do programa de “*Labor studies*” da Universidade de Manitoba no Canadá, Julie Guard, essas associações de donas de casa no auge da crise econômica são tomadas como exemplo de mobilização feminina, em um contexto em que as mulheres eram compelidas a esfera doméstica e não possuíam voz pública.

Tomando como objeto de estudo as campanhas organizadas pelas donas de casa canadenses por preços acessíveis de alimentos, principalmente campanhas contra a indústria de laticínios, Guard nos revela como mulheres, sob a égide do maternalismo, lutaram por políticas econômicas governamentais que resguardassem seus direitos de consumidoras e mães. Segundo a historiadora canadense, a participação das donas de casa nas campanhas as transformou de

(...) vítimas impotentes em atores políticos efetivos. Donas de casa ativistas desafiaram as noções prevalecentes de comportamento feminino normativo, criando espaço social para as mulheres comuns que atuam em seus papéis domésticos para se engajarem em ações políticas diretas⁵.

Fundando a Associação das Donas de Casa de Toronto em 1937, essas mulheres organizaram boicotes a produtos derivados do leite, iniciando o que chamaram de uma “guerra contra os preços”. Inicialmente concentradas em Toronto, as organizações logo se espalharam pelas cidades de Ontario e, no segundo ano, já possuíam núcleos de uma organização nacional, tornando-se a Federação de Donas de casa e consumidoras do Canadá. Suas campanhas eram endossadas pelos governantes e pela mídia, que as apoiava e, em certa medida, impulsionava o movimento dando a ele legitimidade, justamente por se tratar de uma

⁵ Tradução livre do original em inglês: “powerless victims into effective political actors. Housewife-activists challenged prevailing notions of normative feminine behavior, creating social space for ordinary women acting within their domestic roles to engage in direct political action”. GUARD, Julie. *A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*. **International Labor and Working-Class History**. No. 77, Spring 2010, p. 43.



reivindicação doméstica: “Falando com a autoridade moral de mães preocupadas, elas culpavam os altos índices de desnutrição infantil e doenças pelo aumento do preço do leite”⁶.

Nos Estados Unidos, por sua vez, habilitadas pela retórica do *New Deal*, as consumidoras de classe média e trabalhadora organizaram-se para resistir ao preço do leite, da carne, pão e outros produtos essenciais. Essas vitórias, que Meg Jacobs mostrou nos EUA, enquadraram a intervenção do estado na economia como uma questão de direito dos cidadãos e consumidores. Assim, as lutas das irmãs norte americanas inspiraram e impulsionaram as donas de casa canadenses.

No entanto, esse movimento não era novo. No início da década de 1930 no Canadá, líderes comunistas, conselhos de mulheres, dentre outras entidades, se uniram em um esforço de protestar pelo preço da carne, leite e pão. No entanto, foram prontamente ignoradas pela mídia em geral, principalmente por sua associação política com o Comunismo. Sem suporte popular, elas acabaram sendo marginalizadas e suas reivindicações não tiveram as almejadas mudanças políticas. Em contraste, a Associação das Donas de Casa de Toronto de 1937 foi prontamente aprovada pela grande mídia e pelos governantes, precisamente porque enfatizava sua identidade como mães e donas de casa respeitáveis e, dessa forma, desdobravam seus papéis domésticos como vantagem e estratégia política.

Bertha Lamb, fundadora da Associação, encorajava as mulheres a cultivar uma imagem pública maternal. Segundo Guard:

Claramente cientes de que as noções demonizadas de comunistas implicavam a antítese da maternidade respeitável, as porta-vozes afirmavam que as Donas de Casa não tinham "nenhum compromisso ... político ou de qualquer tipo". Pelo contrário, a delas era uma união não-sectária e não-política de donas de casa comuns que em outras circunstâncias, não participem de atividades organizacionais”. Observando que a imprensa tendia a descrever organizações como as delas como “vermelhos”, as fundadoras insistiram que as Donas de Casa não eram “políticas”, mas apenas “um grupo de donas de casa indignadas cansadas de tentar fazer as duas extremidades se encontrarem”⁷.

⁶ Tradução livre do original em inglês: “Speaking with the moral authority of concerned mothers, they blamed the prevailing high rates of childhood malnutrition and illness on the rising price of milk”. GUARD, Julie. **A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s.** In: *International Labor and Working-Class History*. No. 77, Spring 2010, p. 27.

⁷ Tradução livre do original em inglês: “Clearly aware that demonized notions of communists implied the antithesis of respectable motherhood, spokeswomen asserted that the Housewives had “no strings attached... political or otherwise.” On the contrary, theirs was a “non-sectarian and nonpolitical... union of ordinary housewives who, under other circumstances, take no part in organizational activities.” Observing that the press tended to describe organizations like theirs as “reds,” the founders insisted that the Housewives were not “political,” but were merely “a group of indignant housewives tired to death of trying to make both ends meet” (*Idem*, p. 31).



Dessa forma, dentro das associações, para não chamarem a atenção da grande mídia, apesar de serem membros ativos, as comunistas não ocupavam cargos executivos. Formadas por donas de casa da classe média e trabalhadora, radicais, liberais e conservadoras, as associações trabalhavam de forma a promover legalidade política, a qual um movimento vinculado ao comunismo não teria, ao menos não naquela época e não liderado por mulheres. Assim, elas enquadraram sua campanha por leite acessível como uma expressão do amor maternal fazendo com que o movimento estivesse dentro dos padrões de feminilidade respeitável da época.

Nas décadas de 1940 e 1950, por sua vez, as campanhas das donas de casa canadenses foram se enfraquecendo, principalmente pelo contexto da Guerra Fria, que tendia a enquadrar movimentos sociais como comunistas. Graças a isso, suas reivindicações foram cada vez mais mal vistas pela imprensa e logo perderam o apoio popular que legitimava sua ação perante a sociedade.

Se compararmos as atuações das mulheres chilenas e canadenses em paralelos de similaridade, podemos considerar alguns pontos convergentes. Primeiramente, ambos os movimentos partiram de comitês locais, aglomerações de bairro e vizinhança, que possuíam reivindicações domésticas. Segundo que, os espaços de compartilhamento de experiência criados por essas mulheres, em ambos os casos, vieram de uma domesticidade imposta que foi por elas ressignificada. Isso significa dizer que os espaços criados partiram de políticas de domesticidade vindas de fora (no caso chileno vieram da Companhia de cobre e, no caso canadense, da sociedade civil em geral), que buscavam cercear as mulheres a esfera privada, mas que, a despeito disso, acabou por dar-lhes subsídios para reivindicar, na esfera pública, exigências domésticas, atuando politicamente em mudanças sociais. Nesse sentido, assim como nos mostra Guard incorporando os estudos de Gisela Bock e Pat Thayne, não podemos encarar as reivindicações advindas da esfera doméstica como dicotômicas ou antagônicas a atuação política pública. Segundo Guard:

Os historiadores começaram a revelar as muitas maneiras pelas quais as mulheres em muitos países, atuando politicamente como mães e consumidores, fizeram significativos ganhos políticos, inclusive pressionando os governos a promulgar políticas progressistas que estabelecessem as bases para o estado de bem-estar social⁸.

⁸ Tradução livre do original em inglês: “Historians have begun to reveal the many ways in which women in many countries, acting politically as mothers and consumers, made significant political gains, including pressuring governments to enact progressive policies that laid the foundations for the welfare state”. GUARD, Julie. *A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*. In: **International Labor and Working-Class History**. No. 77, Spring 2010, pp. 33-32.



Todavia, se para o caso chileno e canadense podemos falar de ressignificação das políticas de domesticidade, como podemos verificar tais desdobramentos em outros contextos da América no mesmo período, como por exemplo, Brasil e Argentina?

Em seus estudos, Barbara Weinstein, importante pesquisadora nas áreas de história do trabalho, classe e gênero na América Latina, em seu artigo “As mulheres trabalhadoras de São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais”, relata que havia em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950 (e, de modo mais geral no período da ditadura Vargas 1930 - 1945) políticas educacionais que afirmavam e incentivavam posturas femininas de domesticidade; mulheres enquanto donas de casa que contribuiriam para o bem estar familiar a partir do desempenho exemplar no ambiente doméstico. Algo até então, bastante semelhante aos contextos do Chile e Canadá.

Para o caso de São Paulo, no artigo acima mencionado, Weinstein utiliza como fontes revistas e publicações dos dirigentes do SESI e SENAI/ SP, programas que abarcavam uma crescente parcela de mulheres da classe trabalhadora do período. Com essas fontes, a historiadora busca destacar como a identidade doméstica, proporcionada pelos espaços dos cursos dessas instituições e publicações reproduziram e promoveram “políticas e ideologias específicas com relação às diferenças sociais entre os sexos” (WEINSTEIN, 1995). Segundo Weinstein:

No caso de São Paulo, entre as décadas de 1910 e 1950, se pode observar uma diminuição de papéis trabalhistas aceitáveis com relação às mulheres, ativamente promovida por representantes de diversos grupos, a tal ponto que só permanece legítimo o papel de "dona de casa". Ainda que os empregadores, dirigentes sindicais, educadores e assistentes sociais, não sejam aqueles que inventaram a categoria "mulher trabalhadora", é evidente que contribuíram ativamente para a criação de duas imagens antagônicas da mulher: a imagem marginalizada da mulher que trabalha por dinheiro e a idealização da dona de casa. Os industriais e particularmente os educadores desempenharam um papel ativo na formulação dos programas e regulamentações que serviram para estabelecer definitivamente os papéis adequados à mulher (WEINSTEIN, 1995, p. 144).

No mesmo trabalho, Weinstein sinaliza a posição ocupada pelas mulheres na força de trabalho nas primeiras décadas da industrialização no Brasil (1890 a 1920), especificamente no que tange a indústria têxtil. No entanto, desdobra de forma parcial quem seriam essas operárias. Recortando, sobretudo, do âmbito das políticas educacionais, o trabalho de Weinstein não tem como objetivo demonstrar, dentro do nicho industrializado, quais seriam as relações das mulheres no ambiente fabril em contraposição as políticas de domesticidade, mas, tão somente, investigar quais seriam as políticas que estruturavam e ditavam, naquele



período, as condutas moralmente adequadas e indicadas para as mulheres, mesmo aquelas que se encontravam fora desse ambiente doméstico.

Por sua vez, em um trabalho mais recente, publicado em 2006 pela revista *International Labor and Working-Class History*, Weinstein aprofunda algumas questões já presentes em seu capítulo de 1999. Em seu novo estudo, a historiadora compara identidades compartilhadas pelas mulheres da classe trabalhadora em São Paulo as das Argentinas, especificamente na década de 1940. Neste ensaio, o que Weinstein traz de novo é a forma de explorar como as preocupações com a feminilidade influenciaram a formação de identidades da classe trabalhadora em São Paulo e na Argentina.

Em suas conclusões, Weinstein reitera que as políticas de domesticidade do SESI São Paulo, com seus cursos direcionados a formação e instrução de mães e donas de casa, exprimiam imagens de feminilidade e respeitabilidade que refletiam normas e comportamentos de gênero de uma classe média e, dessa forma, tendiam a prejudicar a formação de identidades femininas enquanto trabalhadoras fora da esfera doméstica.

O espaço do SESI, tanto de seus cursos quanto de suas festas em datas comemorativas, possuía deste modo, uma função de centro catalisador, que disponibilizava a essas mulheres um ambiente de compartilhamento de experiências, de encontros de pessoas que partilhavam assuntos e expectativas em comum, que viabilizava a criação de uma identidade que, por sua vez, refletia a aspiração de ascensão social com ideais de consumo de uma classe média.

Uma mulher pode pertencer formalmente à classe trabalhadora em virtude do local de trabalho de seu marido ou de sua esposa - na verdade, é isso que a qualificava para fazer os cursos do SESI em primeiro lugar. Mas sua aparência, apresentação pessoal, valores e aspirações devem refletir os da dona de casa e consumidora de classe média, mesmo que suas restrições financeiras e culturais permitissem que ela apenas aproximasse ou “imitasse” esse modelo.⁹

A formação de identidade de uma mulher da classe trabalhadora, deste modo, acabou sendo minada por uma perspectiva mais atrativa e bem-sucedida de dona de casa, que não teria de enfrentar uma jornada dupla e os diversos problemas do trabalho fora da esfera doméstica, como abuso sexual e jornadas extenuantes com baixos salários.

⁹ Tradução livre do original em inglês: “A woman might formally belong to the working class by virtue of her own or her husband’s place of employment—indeed that is what qualified her to take SESI courses in the first place. But her outlook, self presentation, values, and aspirations should reflect those of the middle-class housewife and consumer, even if her financial and cultural constraints might allow her only to approximate or “mimic” that model”. WEINSTEIN, Barbara. “*They don’t even look like women workers*”: Femininity and Class in Twentieth-Century Latin America. In: **International Labor and Working-Class History** No. 69, Spring 2006, p. 167.



Em relação ao contexto argentino, por sua vez, Weinstein enfatiza uma posição ambígua em relação às mulheres trabalhadoras, justamente por se tratar de um contexto político também ambíguo.

A forte industrialização na Argentina na década de 1940 possibilitou a inserção da mulher nas fábricas e, a despeito disso, sua posição dentro delas não era bem vista pelos padrões de respeitabilidade da sociedade da época, algo que também encontramos no contexto brasileiro. Segundo Weinstein, a política Peronista, em certa medida, via a participação da mulher no mercado de trabalho como um suplemento ao salário do marido, mas que, em condições normais, que seriam asseguradas pelo governo, seu lugar deveria ser o lar e os afazeres domésticos.

O trabalho nas fábricas dava as mulheres, principalmente as mais jovens, independência financeira. No entanto, colocava em questão sua respeitabilidade e, dependendo do trabalho exercido, gerava imagens incompatíveis com a feminilidade, um construto da classe média que opunha justamente a dona de casa e a mulher trabalhadora.

Dessa forma, as mulheres da classe trabalhadora argentina buscaram uma identidade que rejeitasse as noções de feminilidade da classe média, aproximando-se, para tanto, da figura de Eva Perón.

Segundo Weinstein:

como membros de diferentes classes sociais, as mulheres da classe trabalhadora e da classe média tinham interesses diferentes. Suas identidades de classe eram inseparáveis de suas construções de gênero mutuamente denegridas, e significavam não apenas que se opunham politicamente, mas que desprezavam o que cada um representava, como cada um parecia ou cheirava. O corpo de Evita era o terreno em que esse desgosto mútuo se manifestava mais vividamente¹⁰.

Dessa forma, o ideal de domesticidade e feminilidade da classe média foi colocado à parte em prol de uma aproximação das mulheres da classe trabalhadora com a figura de Evita Perón. Uma forte alternativa a imagem de feminilidade e respeitabilidade burguesas, uma vez que possuía origem popular e era rejeitada pelas mulheres da elite.

Como subsídio de sua argumentação, Weinstein se utiliza dos estudos de Daniel James, que versam principalmente sobre a formação dos sindicatos da classe trabalhadora em Berisso, Argentina, nas décadas de 1940 e 1950. James, que possui diversos estudos ligados a

¹⁰ Tradução livre do original em inglês: “as members of different social classes, working-class and middle-class women had different interests. Their very class identities were inseparable from their mutually denigrating gender constructions, and meant not only that they opposed each other politically, but that they despised what each one stood for, how each one looked or smelled. Evita’s body was the terrain on which this mutual disgust manifested itself most vividly”. *Idem*, p. 173.



temática da classe trabalhadora argentina, também versa em seus trabalhos sobre questões teórico-metodológicas, principalmente, quanto à abordagem da história oral e questões de gênero.

No capítulo “Contos narrados nas fronteiras a história de Doña Maria, História oral e questões de gênero” de 2004, Daniel James nos mostra como Dona Maria, pioneira na liderança feminina nos sindicatos dos frigoríficos de Berisso, construiu uma narrativa de lutas sobre si mesma que se situa em um território fronteiriço. Um território que demonstra as tensões de sua atuação enquanto mulher ativa nas lutas da classe trabalhadora argentina e as políticas da era peronista em relação ao comportamento feminino adequado.

Segundo James,

Durante a década crucial de 1945 – 1955, o peronismo, através de suas instituições políticas e culturais, tanto mobilizava quanto legitimava as mulheres enquanto atores de uma esfera pública recém-ampliada. Ao mesmo tempo, tentava redefinir formas de comportamento apropriadas, bem como divisões apropriadas entre o público e o privado. Enquanto a tradicional subordinação das mulheres aos homens era denunciada, muitas das virtudes tradicionais associadas às mulheres eram reafirmadas dentro de uma ideologia de domesticidade reelaborada. No início da década de 1950, no auge da influência de Evita Perón, o trabalho das mulheres fora de casa era expressamente condenado, e a atividade política das mulheres era nitidamente diferenciada da política dos homens. A política era uma característica inerentemente masculina com a qual as mulheres não estavam aptas a lidar (JAMES, 2004, p. 301).

Em alguns pontos de seu relato, nas lutas como chefe de sessão do frigorífico em que trabalhava, Dona Maria dá ênfase a sua imagem enquanto uma mãe preocupada e atenta as necessidades do lar, e que entrou na esfera pública justamente para ajudar a prover os filhos, revelando, em certa medida, a presença da ideologia de domesticidade dominante.

Contudo, em outros pontos de seu relato, Dona Maria destaca seu papel ativo na política e revela algo significativo em relação à história da atuação feminina na luta sindical. Segundo James, o status herético de Dona Maria, que se intitulava “*una mujer atrevida*”, “*La intrusa*”, “*La impulsiva*” dentre outras alcunhas que, segundo ela, ganhou dos homens por sua posição de líder sindical, criou um ponto de tensão entre a retórica oficial peronista com suas políticas de domesticidade e a atuação de Maria na esfera pública. Um ponto de tensão que demonstra as lutas e contradições que Dona Maria e as mulheres argentinas enfrentaram durante a época de industrialização.

Cabe ressaltar que, tanto em relação ao relato de Dona Maria trabalhado por Daniel James, quanto nas considerações de Weinstein, o trabalho feminino assalariado na esfera pública, no caso argentino, não é visto como sinônimo de emancipação, mas como uma



necessidade de se manter a casa e os filhos. Uma dupla jornada que inscrevia nos corpos femininos as marcas de uma vida árdua e sofrida.

Entretanto, se propusermos um recorte de fontes distinto do de Weinstein para o caso de São Paulo, principalmente aquelas que dizem respeito a dados sobre o ambiente fabril e as lutas sindicais com a participação das mulheres, podemos chegar a conclusões que, se não contradizem, ao menos, complementam as perspectivas da historiadora.

No estudo de John D. French e Mary Lynn Pedersen Cluff “As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948”, os historiadores buscaram contemplar, nesse ambiente de fábricas e lutas dele derivadas, a experiência feminina no âmbito político, principalmente no que tange sua atuação nas lutas comunitárias, trabalhistas e nas organizações sindicais.

Para tanto, a fim de fugir das interpretações que viam as mulheres como apáticas às reivindicações e mobilizações da classe trabalhadora, os autores trouxeram à baila estudos voltados as organizações comunitárias que contaram com a atuação política do Partido Comunista Brasileiro em sua fundação. A partir disso, buscaram investigar, na região conhecida como ABC paulista (que abriga os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) a participação das mulheres nas mobilizações, lutas operárias e movimentos contra a carestia e reivindicações mistas.

No período referido, a região alcançou o *status* de uma das maiores concentrações industriais em grande escala no Brasil. Segundo Cluff e French:

Entre 1945 e 1948, os operários do Brasil foram atraídos à atividade pública e política de um modo sem antecedentes. Durante períodos de tal fervor popular, a dinâmica da participação sócio-política feminina surge com mais nitidez do que em épocas normais. Essa generalização se aplica a Santo André e São Caetano: quanto mais extensa, profunda e intensa a mobilização operária, tanto maior o envolvimento e a visibilidade da mulher de classe operária, tanto as donas de casa como as próprias operárias (CLUFF, 2000, p. 173).

Para os autores, as mobilizações de bairro tiveram papel importante nas bases das organizações da classe trabalhadora na região do ABC paulista, proporcionando aos desempregados, jovens e donas de casa, uma participação mais efetiva nas lutas. Os CDPs de bairro (Comitês Democráticos Progressistas) atuavam na luta contra a carestia, direitos do consumidor, das crianças e alguns organizavam salas de aula para alfabetização, a fim de que os residentes pudessem cumprir os requisitos de voto. Oficialmente não partidários, no entanto, os CDPs contavam com a importante força de aglutinação do Partido Comunista, assim como as associações das donas de casa canadenses.



Além disso, os autores ressaltam a crescente participação das mulheres do ABC, e do Brasil como um todo, no ambiente fabril no pós-guerra. No entanto, ressaltam também sua constante desvalorização nesse setor.

Assim como no contexto do México, trabalhados nos estudos de Maria Tereza Fernandez-Acevez que mais adiante abordaremos, as mulheres do ABC também possuíam os trabalhos menos especializados e menos remunerados. Além é claro, de enfrentar jornadas duplas em casa e nas fábricas, com o agravante de serem constantemente abusadas e maltratadas por seus patrões. Dessa forma, os autores ressaltam os diversos motivos que levavam as mulheres a ficarem à parte do movimento sindical, dentre eles a falta de abertura e o domínio masculino dos sindicatos. Com essas problemáticas, as mulheres tendiam a participar dos momentos de maior tensão nas lutas sindicais, como em greves, mas, ao longo do tempo, tendiam a afastar-se do dia-a-dia da luta trabalhista.

Como na política Peronista na Argentina, nesse período no Brasil, a presença feminina nas fábricas era aceita na medida em que fosse necessária para complementar a renda do marido e ajudar nas finanças do lar. No entanto, não era fomentada de forma alguma e muito menos bem vista pela sociedade patriarcal que, como vimos nos estudos de Weinstein, ressaltava sua importância na esfera doméstica.

Segundo Cluff e French o que impulsionou a participação feminina na esfera pública, seja nas lutas trabalhistas, seja dentro da política nos comícios, foi, em grande medida, as greves de fevereiro e março de 1946 e de 1947. Com a grande mobilização de trabalhadores, 100 mil em São Paulo, uma nova identidade começou a surgir e com ela a convergência de reivindicações para ambos os sexos. Obviamente, contudo, com muitas tensões internas e sob a liderança masculina.

Conscientemente ou não, os líderes sindicais de esquerda e centro aplicavam os princípios da unidade da classe operária de modo a maximizar a sua influência frente aos patrões e seus poderosos aliados. Assim, fazia-se todo o esforço no intuito de se incluir as mulheres nas atividades grevistas de grande escala. Onde as mulheres constituíam uma parte significativa da força operária, sempre se encontravam grevistas femininas entre os discursantes em comícios locais (CLUFF, 2000, p. 193).

Nesse sentido, no pós-Guerra, diferentemente da Primeira República, as mulheres não atuaram somente nas reivindicações de sufrágio e nas lutas trabalhistas, mas também criaram organizações femininas permanentes que possuíam voz na esfera pública. As mobilizações no ABC paulista e de forma mais geral nas regiões fortemente industrializadas, movimentaram novas forças sociais, dentre elas as mulheres que, segundo French e Cluff “desencadearam



uma série de mudanças fundamentais, seja de natureza política, seja nos interesses representados na arena política” (*Idem*, p. 203).

Se olharmos para os trabalhos de French e Cluff e Weinstein em uma perspectiva de complementaridade, podemos verificar que, no que tange as relações de gênero e classe em São Paulo no início da industrialização, existiam sim políticas educacionais advindas do poder estatal ou de empresários voltados a indústria, que advogavam uma domesticidade para as mulheres, ressaltando seus papéis como mães e donas de casa. Entretanto, no mesmo período, dentro das fábricas, mesmo com as dificuldades impostas pelos empregadores, como as condições de trabalho, assédio e escassa experiência de classe e identidade enquanto mulheres trabalhadoras houve sim uma participação das mesmas na esfera pública, tanto como trabalhadoras quanto nos comitês de bairro como acontecia no Canadá e Chile.

No que se refere especificamente ao ambiente interno das fábricas, como já citado, as mulheres possuíam os trabalhos menos remunerados, justamente por conta da ideologia de domesticidade, que via seu trabalho como complementar ao do homem, logo não precisaria ser bem remunerado. Para nos determos mais atentamente ao ambiente fabril e a divisão sexual do trabalho nele enfrentada, vejamos o que nos diz os estudos de Maria Tereza Fernandez-Acevez para o caso mexicano.

Em “*Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940*” de 2003, Fernandez-Acevez busca investigar como se deu a divisão do trabalho no interior das fábricas a partir da crescente mecanização da indústria de *Tortillas* na década de 1930 em Guadalajara no México.

Culturalmente, desde o período pré-hispânico, o preparo das *Tortillas* era realizado no ambiente doméstico e por mulheres. Do processamento do milho ao alimento na mesa, na esfera doméstica, levava cerca de seis horas para ficar pronto. Entretanto, com a industrialização dos moinhos de milho e especificamente da mecanização do processo de produção da *Tortilla* na década de 1930, essa cultura de preparo do alimento modificou-se por completa. Houve, com a industrialização, uma divisão do trabalho dentro das fábricas, que tendia a relegar as mulheres os trabalhos que exigiam menos qualificação e apresentavam menor remuneração. Como vimos também no contexto fabril brasileiro.

Todavia, Acevez ressalta que o processo de mecanização da indústria da *Tortilla* e a atuação feminina nela se deram na construção de um estado revolucionário e, graças a isso, para o caso do México, possibilitou uma conjuntura política que abriu espaço tanto para o surgimento de organizações seculares e, inclusive, anticlericais - aqui podemos também



ressaltar o papel dos sindicatos como um todo -, quanto para a criação de organizações femininas como o CFO, *Circulo Feminista de Occidente*, criado em 1927 principalmente pelas lutas de sufrágio para as mulheres. Havia, portanto, um ambiente já bastante politizado e organizado quando a mecanização dos moinhos de milho começou a despontar.

Durante os governos de José Guadalupe – Zuno Hernandez (1923 – 1926) e Margarito Ramirez (1927 – 1929), houve uma aproximação, em Jalisco, de sindicatos seculares da indústria dos moinhos de milho. Esses sindicatos eram organizados por homens e outros por mulheres. No período da industrialização, essas associações uniram-se a camponeses, professores, trabalhadores da indústria têxtil, dentre outros. Tal união necessitava do apoio feminino como forma de contrapeso a forte organização de mulheres católicas e também a forte presença clerical e conservadora que buscavam combater. No entanto, os sindicatos de Jalisco frisavam a participação feminina como um exemplo de solidariedade de classe e não como uma presença que perduraria por muito tempo: “No entanto, todos acreditavam que, uma vez conquistada a luta de classes, as mulheres não teriam que trabalhar fora de casa e poderiam retornar aos seus deveres “naturais” como esposas e mães”¹¹. Algo similar ao que acontecia na época da política Peronista na Argentina, como nos mostrou Daniel James.

Além disso, o estado e a secretaria de Educação Pública (SEP) orientavam uma política de domesticidade que redirecionava essas mulheres para “ocupações femininas apropriadas”:

Eles concebiam mulheres trabalhadoras como mães, cujo lugar ideal era o lar. Segundo essa visão, as mulheres trabalhariam na produção doméstica para promover a racionalização do salário familiar. As mulheres trabalhadoras tinham que ser responsáveis pela unidade familiar e pelo cuidado das crianças e tinham que seguir padrões de consumo adequados. Estas organizações orientadas pelo estado ajudaram a consolidar a segmentação do trabalho industrial e a divisão sexual do trabalho ¹².

Entretanto, para o caso mexicano, a CFO já havia se tornado uma alternativa e um caminho político que possibilitava a militância das mulheres trabalhadoras e encetava uma forte crítica a desigualdade dentro da força de trabalho.

¹¹ Tradução livre do original em inglês: “However, they all believed that once the class struggle was won women would not have to work outside the home and could return to their “natural” duties as wives and mothers”. FERNANDEZ – ACEVEZ. *María Teresa. Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940. In: International Labor and Working-Class History*. No. 63, Spring 2003, p. 83.

¹² Tradução livre do original em inglês: “They envisioned working women as mothers, whose ideal place was the home. According to this view, women would work in home production to promote the rationalization of the family wage. Women workers had to be responsible for family unity and child care and had to follow proper consumption patterns. These state-oriented organizations helped consolidate the segmentation of industrial work and the sexual division of labor” (*Idem*, p. 84).



Em uma revisão ao estudo de que havia realizado, Acevez revisita alguns pontos de seu trabalho para responder a certas questões. Como por exemplo, qual seria o papel das mulheres dentro dos sindicatos e como conseguiram espaço neles, e também, quanto a estrutura de poder que predominava no México. Por meio de novas fontes e revisões de estudos sobre o período, a autora relata que algumas dessas mulheres eram responsáveis por atuar como professoras educando muitos trabalhadores e, dessa forma, desempenhavam um importante papel. Como também acontecia em São Paulo, como nos demonstrou French e Cluff. Além disso, em relação a estrutura de poder no México, a autora revisita a noção de *cacicazgo*, uma cultura de poder exercida principalmente por homens e que tem importante papel nas raízes da política no México.

Como citado acima, dentro dos moinhos de milho e da indústria de *Tortilla* como um todo, era relegado às mulheres os trabalhos menos remunerados, mesmo a despeito de ser, na década de 1930, a maioria da força de trabalho nessa indústria. Ao longo dessa década, diversos conflitos entre as indústrias concorrentes começaram a surgir, graças, principalmente, a falta de controle na construção das fábricas que ficavam próximas umas às outras. Com a forte competição, as empresas tendiam a baixar os salários de seus trabalhadores e até mesmo demiti-los em larga escala. Esse problema entre indústrias fez com que os sindicatos femininos e masculinos se unissem em prol de direitos para os trabalhadores e conseguissem alcançar benefícios. Em contrapartida, os direitos adquiridos como salários fixos, férias remuneradas e pagamento de horas extras, só eram garantidos àqueles vinculados a sindicatos oficiais, o que restringiu ainda mais os sindicatos femininos e os uniu aos liderados por homens.

Somente na década de 1940 é que a luta das mulheres, dentro desses sindicatos, as quais Fernandez-Acevez ressalta como violentas, conseguiu conquistas para si, como direito a salário mínimo para alguns cargos e oito horas de trabalho por dia - ficando de fora aqueles que trabalhavam por empreita -, além de licença maternidade. Nesse sentido, Acevez ressalta que essas mulheres tiveram uma conquista “agridoce”, haja vista que conseguiram se inserir no competitivo mercado de trabalho com reivindicações políticas próprias, mesmo a despeito de toda uma política de domesticidade que as circundava, mas, ainda sim, continuaram submetidas a estruturas de poder masculinas. Todavia: “A história das mulheres que



trabalham com tortilhas desafia o mito da passividade das mulheres e revela a importância da mobilização e militância das mulheres para o movimento trabalhista”¹³.

Nesse sentido, o contexto revolucionário do México legou as mulheres uma experiência nas lutas sociais que as diferenciou das demais localidades aqui estudadas. No caso argentino, estudado por James, o “*status de avis rara*” dado a trabalhadora Dona Maria que seguia nas lutas nos sindicatos como liderança, não era uma postura feminina que se costumava encontrar no ambiente fabril. Mesmo assim, como ressaltou Weinstein, a figura de Evita Perón contribuiu na representatividade de mulheres que pertenciam a classe trabalhadora. No Brasil, por sua vez, podemos perceber uma forte política de domesticidade advinda de setores governamentais e industriais, que dificultou a formação de uma identidade de mulheres da classe trabalhadora, mas não impediu que algumas delas se organizassem em comitês de bairro e participassem das lutas sindicais, mesmo que de forma comedida.

No entanto, os percalços das mulheres na esfera pública, dadas as especificidades de seus contextos, foram em muito semelhantes no processo de industrialização das Américas. Políticas de domesticidade que as compeliavam a esfera privada, divisão sexual do trabalho, baixos salários, abusos no ambiente de trabalho e a dominação masculina nas lutas trabalhistas, dentre vários outros fatores, eram características comuns nas Américas no entre guerras, mas que não refrearam a atuação das mulheres nas lutas em prol de reivindicações de bem-estar social, contra a carestia, ou até mesmo no chão das fábricas e dentro dos sindicatos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos aqui abordados podemos perceber que as políticas de domesticidade estavam fortemente presentes junto aos processos de industrialização do entre guerras nas Américas. No entanto, em cada localidade aqui abordada, houve ressignificações dessas mesmas políticas.

No Chile, em *El Teniente*, as políticas de domesticidade que buscaram separar as esferas pública e privada, para o masculino e feminino respectivamente, acabaram por ser subvertidas. Nos campos das minas de cobre, as mulheres unidas pela esfera doméstica lutaram lado a lado com seus maridos nas greves, participando, inclusive, de piquetes com

¹³ Tradução livre do original em inglês: ““The story of women tortilla workers challenges the myth of women’s passivity and reveals the importance of women’s mobilization and militancy to the labor movement”. FERNANDEZ – ACEVEZ. *María Teresa. Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940. In: International Labor and Working-Class History*. No. 63, Spring 2003, p. 82.



seus filhos. Para o caso de São Paulo, as políticas educacionais do SESI tenderam a aproximar as mulheres dos ideais e cultura de classe média, criando espaços muitas vezes avessos a identidade operária. Todavia, na mesma medida, em regiões fortemente industrializadas como o ABC paulista, as organizações de comitês de bairro e a crescente participação das mulheres nos comícios, também trouxe grandes ganhos a atuação da mulher na esfera pública.

Também no Canadá as organizações de bairro e associações de donas de casa, uniram mulheres por ideais comuns a esfera doméstica. Enquanto mães preocupadas, elas se posicionaram publicamente e conseguiram ganhos as suas reivindicações. Nesse âmbito, podemos dizer que essas mulheres fizeram da domesticidade privada um assunto público, embaralhando as esferas que a ideologia de gênero dominante ditava que deveriam atuar.

No México, por sua vez, o contexto revolucionário e a participação das mulheres na esfera pública e política foi mais acentuado do que nos outros conjuntos aqui mencionados. Já para o caso de Berisso, na Argentina, a atuação de Dona Maria como líder de seção do frigorífico, não era uma postura incentivada pela política Peronista, mesmo a despeito das operárias identificarem-se com a figura de Evita e construírem a partir dela uma identidade de classe trabalhadora.

Dessa forma, podemos considerar que a excessiva dicotomização da atuação feminina dentro daquilo que se engessa como privado na esfera doméstica, em contraposição ao público com a inserção no mercado de trabalho, muitas vezes, pode vir a obscurecer certas nuances que imprimem marcas vívidas nas lutas e história das mulheres. É importante, portanto, verificar a historicidade de cada contexto, para não cairmos em anacronismo e creditar a um período uma postura que só se desenvolveria anos depois. Nessa perspectiva, tanto as lutas operárias, quanto as ressignificações das políticas de domesticidade possuem expressiva importância na discussão dos papéis de gênero ao longo da história, sejam eles exercidos por meio da conquista do espaço no mercado de trabalho, sejam eles ressignificados na esfera doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria de F. da. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

CLUFF. Mary Lynn Pedersen; FRENCH. John D. *As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948*. **Revista de Pós-Graduação em História. História Social**, Unicamp, n. 7, 2000.



GUARD, Julie. *A Mighty Power against the Cost of Living: Canadian Housewives Organize in the 1930s*. In: **International Labor and Working-Class History**. No. 77, Spring 2010, pp. 27–47.

FERNANDEZ – ACEVEZ. *María Teresa. Once We Were Corn Grinders: Women and Labor in the Tortilla Industry of Guadalajara, 1920–1940*. In: **International Labor and Working-Class History**. No. 63, Spring 2003, pp. 81–101.

JAMES, Daniel. *Contos Narrados nas Fronteira*. In: BATALHA, Cláudio; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes. (Orgs.). **Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

KLUBOCK, Thomas Miller. *From Welfare Capitalism to the Free Market in Chile Gender, Culture, and politics in the Copper Mines*. In: **Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S – Latin American Relations**. Duke University Press, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais*. **Cadernos Pagu** (4). Campinas, Universidade de Campinas – UNICAMP. 1995: pp. 143-171. Tradução de Ricardo Augusto Vieira.

WEINSTEIN, Barbara. “*They don’t even look like women workers*”: Femininity and Class in Twentieth-Century Latin America. In: **International Labor and Working-Class History**, n. 69, Spring, 2006.



A categoria gênero em pesquisas históricas sobre a Idade Média: do desafio à realidade.

Priscila Cardoso Silva¹

Recebido em: 23/07/2019

Aprovado em: 14/11/2019

RESUMO

O artigo tem como propósito central prestar contribuições às questões de gênero e poder relativas ao período da Baixa Idade Média, evocando a imagem de Beatriz de Castela, uma rainha pouco conhecida nas historiografias lusitana e, especialmente, brasileira. Ao tomar como fontes a “Crônica de D. Dinis” e a “Crônica de D. Afonso IV”, ambas elaboradas entre o final do século XV e o início do século XVI por Rui de Pina, este trabalho analisa um discurso de exaltação régia que possui como narrativa principal os reinados do sogro da castelhana, o rei D. Dinis de Portugal, e de seu marido, D. Afonso IV, situados historicamente entre a segunda metade do século XIII e o meio do século XIV. O artigo, então, pretende focar na representação de Beatriz construída pelo cronista durante o desenvolvimento de suas obras.

Palavras-chave: Portugal. Idade Média. Gênero.

The gender category in historical researches about the Middle Ages: from challenge to reality.

ABSTRACT

This article has as central purpose to give contributions to the gender and power questions related to the period of the Late Middle Ages, evocating the image of Beatrice of Castile, a little-known queen in the Lusitanian and, especially, Brazilian historiographies. Taking as sources the *Chronicle of D. Dinis* and the *Chronicle of D. Afonso IV*, both developed between the end of the fifteenth century and the beginning of the sixteenth century by Rui de Pina, this paperwork analyses a royal exaltation discourse that has as principal narrative the reign of the father-in-law of the Castilian, the king D. Dinis of Portugal, historically situated between the second half of the thirteenth century and the middle of the fourteenth century. The article, then, intends to focus in the representation of Beatrice constructed by the chronicler during the development of his works.

Keywords: Portugal. Middle Ages. Gender.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ), mestre e graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO), além de professora de História da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 2016. E-mail: priscila.historia@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474364115512116>



1 INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

O artigo objetiva abordar a categoria gênero e as relações de poder inscritas na pesquisa da doutoranda, intitulada “Rainhas portuguesas no baixo medievo: uma análise comparativa entre as representações cronísticas de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre”, carregando como principal problema a seguinte questão: é possível estudar gênero utilizando como recorte temporal a Idade Média?

Essa questão emergiu diante da constatação de certa dificuldade em encontrar referências bibliográficas que pesquisem identidades de gênero no período medieval. Já foram analisadas experiências femininas no contexto da Revolução Industrial e seus desdobramentos. Dorothy Thompson, por exemplo, estudou a classe trabalhadora inglesa feminina na primeira metade do século XIX que, apesar de não ser homogênea, teria adotado uma estratégia que privilegiava a identidade de classe ao apoiar o sufrágio masculino para garantir direitos para seus maridos no contexto do movimento cartista (THOMPSON, 2013, p. 22).

Trata-se de uma abordagem que vincula reivindicações das mulheres trabalhadoras às mentalidades do contexto histórico determinado, como as concepções do homem como provedor do lar e do trabalho feminino como complementar à renda familiar. Desse modo, a historiadora pensa classe e gênero como categorias relacionais, e inscritas em relações de poder.

O artigo de Catherine Hall, publicado na mesma revista que o de Thompson, também expõe tal temática e reforça que a experiência de classe não tem sido vivida da mesma maneira por homens e mulheres. Na classe trabalhadora da Inglaterra do século XIX, os homens eram vistos como líderes e atuavam como sujeitos independentes, ao passo que as mulheres seriam seres políticos dependentes que estariam mais ligados aos núcleos familiares, embora não possam ser colocadas como passivas (HALL, 2013, p. 86).

Hall pôde concluir, através de suas pesquisas, que havia um discurso da natureza dos sexos para justificar a desigualdade na esfera pública, sendo evocada, tal como em Thompson, uma noção de poder baseada em saberes pré-estabelecidos. Eleni Varikas confere certo mérito ao trabalho por acreditar que, influenciado pelos métodos e questionamentos dos melhores momentos da tradição thompsoniana, transformou substancialmente essa tradição “[...] introduzindo as experiências diferenciadas dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária” (VARIKAS, 1994, p. 73).



Torna-se igualmente verdade que, além de esses próprios textos conterem fundamentações teóricas imprescindíveis para os estudos de gênero, eles e outras considerações acadêmicas abordadas acerca das relações de poder permitiram a construção da hipótese de que esses temas – gênero e poder – perpassam temporalidades históricas. Apesar de parecerem atemporais *a priori*, gênero e poder devem ser compreendidos como conceitos que, descontextualizados, transformam as pesquisas históricas em estudos inexecutáveis. Mas a pergunta que reside é: qual é a aplicabilidade de uma teoria tradicionalmente utilizada para o tratamento de periodicidades tardo-modernas ou contemporâneas no medievo?

Conforme foi observado nos estudos de Thompson e Hall, o conceito contemporâneo de classe, por exemplo, é geralmente utilizado nos estudos sobre as mulheres de maneira articulada ao gênero, o que parece impraticável nas pesquisas sobre o período medieval. Como conferir utilidade para arcabouço teórico tão rico e, ao mesmo tempo, tão pouco abordado em determinados recortes temporais? Tais questionamentos construirão o cerne do artigo em pauta, cuja intenção não pretende ultrapassar o ensaio, ou o simples fazer refletir.

2 A CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA

Embora se reconheça que o campo esteja ganhando cada vez mais espaço na historiografia mundial e nacional, a História de Gênero constitui ainda um fenômeno recente em termos históricos. Apesar de Jules Michelet, ainda no século XIX, ter feito a mulher aparecer na história e os *Annales*, na primeira metade do século XX, terem contribuído para que as mulheres fizessem parte da historiografia, foi na década de 1960 – com o surgimento do movimento feminista e das correntes revisionistas marxistas – que a abordagem do feminino efetivamente floresceu. Varikas lembra que o feminismo foi a tentativa de afirmação de um lugar desnaturalizado antes mesmo da existência de um movimento intelectual encabeçado pelas historiadoras de gênero, inclusive:

[...] os estudos feministas não esperaram o pós-estruturalismo para sublinhar a importância das representações e dos sistemas simbólicos na análise e na compreensão da construção do gênero e das relações sociais que os sustentam. [...] E, deste ponto de vista, poder-se-ia afirmar que a história das mulheres forneceu algumas das primeiras manifestações daquilo que foi chamado de “guinada linguística” na história (VARIKAS, 1994, p. 70).

De fato, aos poucos surgiam cursos e pesquisas com foco e sob o nome de História das Mulheres, porém tais mudanças ocorreram evidentemente na década posterior, quando o feminismo propagou-se para outras partes do mundo além dos Estados Unidos, considerado



um dos berços do movimento (SOHIET, 1997, pp. 275-277). Em Portugal, por exemplo, foi organizado um congresso intitulado “Sobre a condição da mulher portuguesa”, que ocorreu em Lisboa, no ano de 1968, assim como, no ano seguinte, um ciclo de conferências sobre o tema “A mulher na sociedade contemporânea” (LOURENÇO, 2012, p. 3).

Nas universidades francesas, a partir de 1973, foram criados cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l’histoire des femmes*. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a História das Mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional (SOIHET, 1997, p. 277).

Na década seguinte, mais precisamente em 1985, foram organizados dois grandes colóquios interdisciplinares em Portugal que revelaram o grande interesse que esse novo campo de estudos parecia despertar no mundo lusófono. Assim, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, foi realizado o colóquio “As mulheres em Portugal”, e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas atuais”.

Pode-se considerar que o último marcou o início do estudo da História das Mulheres entre os medievalistas portugueses. José Mattoso, por exemplo, apresentou nesse colóquio uma comunicação intitulada “Mulher e família”, no qual fez não só um conjunto de reflexões teóricas sobre o assunto, como enumerou um vasto conjunto de problemas que na altura poderiam ser objeto de estudo pelos historiadores. A investigação deveria assentar em dois vetores fundamentais da vida familiar, a sucessão e a aliança, sendo também apresentadas propostas metodológicas para a sua abordagem (MATTOSO, 1986, pp. 35-49). Outra comunicação que trouxe algumas respostas sobre o papel das mulheres da nobreza nas estratégias de aliança e na transmissão do patrimônio, entre os séculos XI e XIII, foi a apresentada por Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura (COELHO, 1986, pp. 51-90).

Todavia, a História das Mulheres trilhou, tal como em outras partes do mundo, um curto e lento caminho na historiografia lusitana. A ideia pré-concebida de que não havia dados documentais suficientes para escrever acerca das mulheres condicionou, por exemplo, a escassez de biografias e trabalhos sobre as rainhas de Portugal, produzidas em número



significante somente a partir dos anos 2000, por pesquisadoras como Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues e Manuela Santos Silva.²

Mas ao mesmo tempo em que surgiam grandes colóquios portugueses que tinham alguma ligação com o estudo das mulheres, universidades brasileiras como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) passavam a consolidar ou formar centros de pesquisa exclusivamente sobre a Idade Média. Foi também entre os anos 80 e 90 que, com a intencionalidade de superar a habitual dicotomia historiográfica da mulher tida como vítima da opressão masculina ou rebelde aos efeitos da dominação, alguns pesquisadores como as americanas Joan Scott e Jane Flax formularam oficialmente a categoria gênero.

Esse novo campo, comumente diferenciado da História das Mulheres por historiadores como a Prof.^a Dr.^a Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, analisa mais as diferenças sexuais via legitimação das relações de dominação contextualizadas – essa configurada por meio de instituições, representações, práticas, normas, papéis sociais e identidades subjetivas e coletivas – do que propriamente descreve e interpreta a mulher como uma categoria social fixa ou invariante (SILVA, 2004, pp. 90-91). Mesmo assim, intelectuais como Louise Tilly entendem que “a história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos” (TILLY, 1994, p. 34).

Sob a perspectiva de Joan Scott³ – principal teórica sobre o assunto – gênero consistiria em estudar papéis desempenhados de acordo com as questões sociais, pondo enfoque não somente no lugar social, mas inclusive nas construções ideológicas de identidade. Na visão de Scott, as categorias são articuladas à noção de poder – promovendo a

² A título de exemplificação: SILVA, Manuela Santos. Os primórdios da casa das rainhas de Portugal. *Raízes medievais do Brasil moderno*: Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2007, pp. 28-41; SILVA, Manuela Santos. Philippa of Lancaster, Queen of Portugal: educator and reformer. In: OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J. (ed.). *The Rituals and Rhetoric of Queenship: Medieval to Early Modern*. Dublin: Four Courts Press, 2009, pp. 37-46; SILVA, Manuela Santos. A casa e o patrimônio da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média. *Revista Signum*, v. 11, n. 2, 2010, pp. 207-227; RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida; SILVA, Manuela Santos. Private properties, seigniorial tributes and jurisdictional rents: the income of the queens of Portugal in the Late Middle Ages. In: EARENIGHT, Theresa (ed.). *Women and wealth in late Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, pp. 209-228; RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. Un destin interrompu: Aliénor de Portugal, brève reine d’Aragon (1347-1348). In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir.). *Revue d’histoire et d’archéologie méditerranéennes: Les femmes dans l’espace nord-méditerranéen*. Tome XXV, 2013, pp. 89-96.

³ Ver, principalmente, SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Consiste na tradução portuguesa de um de seus textos mais esclarecedores sobre a categoria gênero, amplamente retomado e debatido entre pesquisadores de várias partes do mundo ao longo das últimas décadas.



diferenciação sexual – e construídas pela prática discursiva, cujo método consiste na análise de discurso.

Ela, então, aliou-se às propostas teóricas do pós-estruturalismo e da desconstrução encontradas em abordagens como as de Michel Foucault, Julia Kristeva e Jacques Derrida, seguindo os rumos da chamada “virada linguística”, corrente intelectual na qual a linguagem possui importância enquanto agente reestruturador. De acordo com a pesquisadora, seria crucial desconstruir uma historiografia convencional que garante a “superioridade política do homem branco”, superioridade essa respaldada por uma suposta “naturalidade da heterossexualidade monogâmica” (SCOTT, 1999, p. 24).

O problema é que, como no campo científico todo pesquisador é passível de críticas, Scott também foi questionada acerca de suas objeções à História Social. Segundo ela, a conceitualização de gênero não é possível no domínio da História Social porque é marcada intensamente pelo determinismo econômico, isso é, porque:

[...] reduziu as ações humanas a uma simples função das forças econômicas e faz do gênero um dos seus numerosos subprodutos. [...] A história social pressupõe que seu próprio quadro de explicação (econômico) permite explicar a diferença entre os gêneros; o gênero não é um objeto que se deva estudar por si (SCOTT apud TILLY, 1994, p. 47).

Tilly discorda veementemente dessa argumentação contrária à História Social, assim como a proposta pós-estruturalista sugerida por Scott, que, na verdade, consistiria em uma abordagem de gênero “mais literária e filosófica” (TILLY, 1994, p. 47). Retomando a discussão entre as historiadoras, Varikas explica que:

É precisamente o uso “mais literário e filosófico” do gênero proposto por Scott e a abordagem desconstrutivista enaltecida por ela que, segundo Tilly, “superestima(m) o peso da coerção social” e tornam “triviais as condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam” (VARIKAS, 1994, p. 66).

Contudo, Eleni Varikas enxerga aspectos positivos e negativos em ambas as orientações historiográficas. De fato, uma e outra admitem, por exemplo, o uso “excessivamente descritivo da noção de gênero na história das mulheres e concordam sobre a necessidade de torná-la uma verdadeira categoria de análise através de uma conceitualização que possa questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica” (VARIKAS, 1994, p. 65).

Com efeito, a autora deste artigo concorda com Varikas quando a mesma afirma que abordar o futuro da história das mulheres ou da problemática de gênero a partir da escolha



entre História Social e desconstrutivismo parece ser um “falso dilema” (VARIKAS, 1994, p. 84). Não há um manual que conecte objetivamente teoria e metodologia em uma pesquisa histórica, assim como não há um tipo específico e exclusivo de metodologia para determinada fonte. O historiador hoje encontra uma infinidade de aparatos teórico-metodológicos e inclusive abordagens que dialogam brilhantemente com outras áreas das ciências humanas como a antropologia (Lévi-Strauss, Geertz), a sociologia (Weber, Bourdieu), a filosofia (Schopenhauer, Nietzsche), a semiótica (Barthes, Kristeva), entre outras.

Julia Kristeva, inclusive, promove um notável encadeamento entre questões sociais e instrumentos linguísticos a partir da orientação dupla de um texto “para o sistema significante no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social do qual participa enquanto discurso” (KRISTEVA, 2012, pp. 4-5), visto que ele é mais do que um mero produto estático. Pensando também na ligação entre linguagem e história social, Eni Orlandi – uma das pioneiras do método discursivo no Brasil – afirma que:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2007, p. 15).

O mais importante não reside nas escolhas do pesquisador, mas na qualidade de sua aplicabilidade ao longo do estudo de seu objeto. No caso do conceito de gênero, isso significa principalmente admitir sua variabilidade e questionar o determinismo biológico. Ao longo da história, as diferenças sexuais foram justificadas e explicadas tanto por discursos quanto por ações que denunciam complexas relações de poder, bem mais labirínticas do que o simples binômio homem-mulher, ou melhor, dominador-dominada.

Frequentemente estudados pelos historiadores, autores como Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Edward Thompson ajudam a clarificar a compreensão de que poder não seria algo que se tem, mas deve ser entendido como uma série de relações de força formadas através de tensões sociais que nem sempre são institucionais. Poder então é mais uma estratégia, voluntária ou não, do que propriamente um bem. Bourdieu, por exemplo, cria o termo poder simbólico para explicar aquele poder que é exercido, mas não é percebido como tal.⁴ Na mesma linha, Thompson ressalta a importância do poder teatralizado:

⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, pp. 167-178 e também BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 7-16.



Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral (THOMPSON, 2005, p. 48).

Cabe remeter-se também a Georges Balandier quando escreve que “o grande ator político comanda o real através do imaginário”, ou seja, a afirmação de um dominador não se dá apenas pelo poder determinado por violência ou força, mas pela “[...] produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, pp. 6-7). Os dois autores, cada qual a sua maneira, trazem propostas que convergem em parte com o campo da Nova História Política, área privilegiada no sentido de refletir sobre a longa duração, as mentalidades e sentimentos. O simbolismo deixa de ser visto como uma prática em si ou um ornamento, mas como uma estratégia do poder, uma vez que “poder e política passam ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais” (FABBRO, 2004, p. 9).

Thompson e Balandier não estudam a mesma época: ambos refletem sobre a noção de poder, mas o primeiro estabelece como recorte temporal os séculos XVIII e XIX enquanto o segundo se detém aos séculos XVI e XVII. O conceito de classe operacionalizado por Thompson enquanto categoria relacional, na qual não se pensa uma classe sem outra e sem seus conflitos⁵ - como também ocorre com o conceito de gênero, de forma que é inviável estudar um sexo biológico e suas manifestações sociais sem relacioná-lo ao outro – nem perpassa a discussão de Balandier. Apesar disso, as redes de poder são percebidas nos dois trabalhos, assim como poderiam ser em quaisquer trabalhos acadêmicos sérios que se propusessem a estudar relações de poder contextualizadas, situadas em um tempo e em um espaço.

3 GÊNERO NA IDADE MÉDIA E O CASO DE BEATRIZ DE CASTELA

Mesmo que haja dificuldade em encontrar fontes para se pesquisar identidades de gênero na Idade Média, uma vez que muitas se perderam e a maioria das remanescentes revela-se de autoria ou ótica masculina, tais obstáculos não impedem a possibilidade de abordagem; pelo contrário, devem incitar ainda mais o pesquisador na busca pela compreensão de omissões e silêncios acerca do feminino.

⁵ Ver, por exemplo, THOMPSON, Edward P. *Patrícios e Plebeus*. In: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 56.

Portanto, se estudar a categoria gênero pressupõe identificar e analisar diferenças sexuais como instrumentos de poder, é perfeitamente coerente e até louvável aplicá-la em temporalidades históricas anteriores à sua criação enquanto conceito. Afinal, nas abordagens de elementos linguísticos tardo-medievais e representações femininas articuladas ao poder régio, por exemplo, observa-se um elo entre a construção do discurso cronístico, cujo principal mediador é a linguagem – conforme elucidado por Eni Orlandi⁶ – e a questão do poder, na senda do já caracterizado campo da Nova História Política.

Apesar da existência de trabalhos, em Portugal, sobre imagens das rainhas lusitanas, grande parte acaba por realizá-los sob a ótica biográfico-literária e não propriamente histórica. Quando o fazem, tendem especialmente ao campo da História das Mulheres, abordando pouco (ou nada) da problematização das questões de gênero, e sempre priorizando um número restrito de monarcas, quase nunca em perspectiva comparada.

Ao analisar a inserção dos estudos sobre as mulheres do período medieval ou a relação entre os sexos feminino e masculino nesse período histórico em meio às discussões gerais concernentes à História das Mulheres e à História de Gênero, nota-se que, apesar das particularidades temporais e espaciais de cada pesquisa, a diferença sexual inscreve-se nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano. Segundo Roger Chartier, ela é sempre constituída por um discurso que a funda e legitima (CHARTIER, 1995, p. 43).

Nesse sentido, Joan Scott aponta que é fundamental perceber como as sociedades representam os gêneros e os utilizam para articular regras de relações sociais. Assim, a categoria gênero estabelece significados para as diferenças sexuais, ou seja, é “uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nascido dos usos e significados de disputas políticas – que são os meios pelos quais as relações de poder, dominação e subordinação são construídas – o gênero não se refere apenas a ideias, mas também a instituições e estruturas práticas cotidianas e rituais específicos, já que todas constituem relações sociais. A categoria é, assim, um aspecto geral da organização social, que pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder (SCOTT, 1994, pp. 12-20).

⁶ Ver, dentre outras obras da autora, ORLANDI, Eni. **Análise De Discurso: Princípios & Procedimentos**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2007, p. 15.



Nos textos medievais, em sua maioria escritos por homens e influenciados pela tradição patrística da Antiguidade Tardia,⁷ entende-se que o gênero está marcadamente presente quando os autores se referem às relações entre homens e mulheres em seus contextos ou se propõem a elaborar modelos de comportamento para os dois sexos.

A pesquisa da autora deste trabalho valoriza a renovação das questões políticas nos estudos medievais segundo as reflexões de Jacques Le Goff, nas quais são privilegiados os sinais e símbolos do poder. Segundo o historiador, a história política medieval foi transformada e enriquecida ao longo da segunda metade do século XX, abandonando os rumores da superficialidade desse tipo de fazer história, antes quase sempre vinculada à mera história episódica.⁸ Nas ligações entre os campos da Nova História Política e da História de Gênero, os conceitos de poder, gênero e representação são então pensados no projeto em pauta na medida em que ele analisa construções imagéticas femininas através de discursos cronísticos que intentam – cada qual a sua maneira – justificar, alicerçar e garantir a manutenção de relações de poder.

Tem-se como conceito de crônica, atribuindo como recorte temporal o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, um gênero histórico-literário em prosa e de tipologia narrativa. No caso da cronística portuguesa, as principais representantes são as crônicas régias⁹ – aqui sendo entendidas não somente como aquelas que trazem como protagonistas reis ou homens diretamente ligados a eles, mas também oriundas principalmente dessa corte – as crônicas religiosas e as crônicas dos mosteiros. Portugal pareceu ter influência de modelos produzidos na França, no território que corresponde à atual Itália e sobretudo na vizinha Castela, onde a historiografia adquiria já no século XIII um desenvolvimento avançado.

⁷ A reflexão ocidental sobre a diferença dos sexos em favor do masculino é antecedente ao período medieval. Desde os primeiros Pais da Igreja, uma série de interpretações de textos bíblicos foi elaborada por autores como Jerônimo e Agostinho e retomada ao longo dos séculos a fim de defender a supremacia masculina. Em tal discurso, as histórias da Tentação e da Queda justificariam a dominação do homem, já que Eva, a primeira mulher, teria sucumbido após ser seduzida pela serpente, carregando em si a maldição divina. Assim, a mulher seria caracterizada por uma inferioridade natural em teoria e que ocuparia uma posição secundária no que diz respeito ao homem. De acordo com os pensamentos de Agostinho formulados por volta do final do século IV, por exemplo, Deus havia criado Eva após o homem para ajudá-lo na reprodução e multiplicação da espécie. Tal qualidade de auxílio feminino resulta inclusive na subordinação da mulher na relação conjugal, na qual a obediência da mesma torna-se o fundamento da harmonia do casal. Desse jeito, incorporava-se hierarquia à união. Sobre mais detalhes referentes às prerrogativas agostinianas e outras posteriores, ver KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, v. 2, pp. 137-143.

⁸ Ver: LE GOFF, Jacques. *A política será ainda a ossatura da história?* In: **O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 234 e também SILVA, Marcelo Cândido da. *O poder na Idade Média entre a “História Política” e a “Antropologia Histórica”*. **Revista Signum**, n. 5, 2003, p. 239.

⁹ Vanda Lourenço define a crônica régia como “um gênero historiográfico ‘oficial’” que surge no século XIV. LOURENÇO, Vanda. **A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 23.



Ao processo de construção de um enunciado discursivo e ideológico emitido pelo paço régio a partir do advento da dinastia de Avis deu-se o nome de “discurso do paço” (FRÓES, 1993, pp. 183-202). Cunhado por Vânia Fróes, esse conceito encontra-se diretamente relacionado com a afirmação de uma identidade nacional, empenhando-se desde cedo na legitimação do poder real e na consolidação de uma memória coletiva. Reproduzido por meio de textos de diversos gêneros como as crônicas e a poesia cortesã, pelas festas públicas, pelo teatro e por outros instrumentos didático-morais, tal discurso propagandístico produz e organiza uma representação de rei e de reino através do qual se difundem valores, normas e crenças que formam a sua ideologia política.

Concebe-se a representação de um monarca como um modelo – ou, como define Vânia Fróes, um *topos* (FRÓES, 1995, p. 19) – enquanto substância aglutinadora capaz de gerar sentimentos de identidade. De fato, debruçar-se sobre a cronística ibérica significa partir do pressuposto de que o protagonismo permaneceu representado pela masculinidade régia ao longo do tempo, reservando pouco espaço as suas consortes – geralmente evocadas na associação às funções medievais tipicamente consideradas femininas, como a procriação – e menos ainda às esposas dos infantes, como no caso de Beatriz de Castela, levada ao reino português com cerca de quatro anos e criada principalmente por sua sogra, a monarca Isabel de Aragão.

Nascida na cidade de Toro, a futura esposa de D. Afonso IV não tinha a ascendência ao seu favor. Embora filha dos reis Sancho IV e Maria de Molina – sendo, portanto, uma infante – a castelhana chegou a Portugal em um momento de oscilação política entre os dois reinos.

De qualquer modo, mesmo se Castela representava uma ameaça na consolidação das fronteiras lusitanas devido à contínua disputa territorial entre ambos os reinos, Vanda Lourenço frisa que “os matrimônios entre membros das famílias reais das diferentes coroas peninsulares foram comuns durante a Idade Média porque estas uniões serviram também como um meio de amenizar as hostilidades existentes entre os reinos” (LOURENÇO, 2012, p. 61). José Carlos Gimenez também lembra – através dos argumentos de Ladero Quesada – que, especialmente na segunda metade do século XIII e primeiras décadas do século XIV, era importante priorizar a resolução de conflitos internos:

[...] Ladero Quesada afirma que é necessário considerar também que os reis de Portugal e Castela lutavam contra forças que se opunham ao processo de centralização política em seus reinos. Sendo assim, buscar, nesses acordos externos, forças aliadas para vencerem seus inimigos internos era uma política de esforços dos



reinos ibéricos para consolidar a autoridade monárquica por meio de um programa de centralização política frente às insatisfações e revoltas (GIMENEZ, 2012, p. 101).

Dessa forma, era vital especialmente conter a emergência de reivindicações ao trono e minimizar a influência de famílias de prestígio nas decisões do reino ao, por exemplo, eliminar antigos privilégios feudais. José Mattoso postula que o rei D. Dinis de Portugal avançaria na política de centralização do reino por meio do aperfeiçoamento da justiça e da recuperação dos direitos senhoriais sonegados pela nobreza, através de repetidas inquirições (MATTOSO, 1999, pp. 10-31). O próprio irmão de D. Dinis, D. Afonso, havia recebido do falecido pai – o rei D. Afonso III – o senhorio de Portalegre, Marvão, Arronches e Castelo de Vide, na região da Beira Baixa e Alto Alentejo, gerando o receio de que pudesse causar “problemas à integridade do Reino” (SERRÃO apud OSÓRIO, 1993, p. 18).

Ao atuar sobre essas frentes, portanto, D. Dinis procurava afirmar a primazia do poder régio. Seu irmão Afonso aliava-se tanto às famílias tradicionais contrárias a ele quanto aos castelhanos insatisfeitos com a sucessão de Sancho IV ao trono, como era o caso da família Nunes de Lara, que apoiava os infantes de Lacerda.

No intuito de resolver tais querelas e outras como a necessidade de grandes alianças políticas e militares devido à “Reconquista Cristã” que continuava ativa em Castela,¹⁰ os reis deram início a uma sequência de acordos, dentre eles, uma promessa de casamento entre seus filhos. No caso de Portugal, as alianças matrimoniais dos séculos XIII e XIV foram decisivas para que o reino pudesse não somente se centralizar politicamente, mas também delimitar seu território e alcançar reconhecimento político externo.

Preparando-se para cumprir o papel de rainha de Portugal ao tornar-se esposa do futuro rei D. Afonso IV, Beatriz fora então criada fora de Castela desde a mais tenra idade – e por propósitos políticos. A pesquisadora Ana Rodrigues Oliveira ressalta que, a essa época, não era incomum o fato de as meninas novas abandonarem a vivência com a corte de seu reino de origem a fim de aprontarem-se para exercer atribuições de esposas e mães.¹¹ Com

¹⁰ Cabe frisar que o fim do reino de Granada só foi conseguido durante o governo dos reis Católicos, no ano de 1492. Só então terminava a “Reconquista Cristã”, que havia começado no século VIII.

¹¹ A esse costume, dá-se o nome de “patrilocalidade”, difundido no final da Idade Média, o qual garantia aos homens e rapazes disponíveis para o casamento o ambiente social a que estavam habituados e retirava das mulheres essa prerrogativa, pois as jovens noivas eram enviadas para a esfera de influência da família do futuro marido. Isso é, prometido o matrimônio, procedia-se a transferência da noiva, geralmente ainda criança. Essa transferência poderia ser para um convento ou para a corte ou casa do futuro cônjuge. Porém, essa retirada das jovens noivas de seus ambientes de origem nem sempre resultava em vivências negativas, pois a convivência com a futura família desde muito jovem poderia criar uma familiaridade positiva para a noiva, conforme será observado no caso de Beatriz. Sobre a “patrilocalidade”, ver: TREVISAN, Mariana Bonat. **Construção de**



isso, rompiam bruscamente com seus laços familiares para preencher expectativas dinásticas ou linhagísticas, em uma lógica que visava – para além das alianças políticas e especialmente para uma rainha – uma “rápida produção de filhos” (OLIVEIRA, 2010, p. 216).

Cláudia Opitz, por sua vez, atenta que a idade reduzida das moças minimizava a possibilidade de elas conseguirem impor sua vontade na celebração do casamento. Dessa forma, ter uma idade mais elevada antes do casamento era uma condição para que a mulher melhorasse sua “posição negociadora” no âmbito conjugal, ainda que isso não fosse o suficiente para defender seus próprios interesses (OPITZ, 1990, pp. 362-365).

Inseridas, portanto, em um contexto de sociedade calcada pelos laços de parentesco – ou em uma cristandade medieval na qual as relações pessoais são em grande parte definidas através desses laços (BASCHET, 2006, p. 448) – mulheres como Beatriz de Castela fazem parte de uma teia de regras que define a filiação e rege as práticas de alianças. Anita Guerreau-Jalabert afirma que o parentesco envolve a consanguinidade e a aliança, sendo a primeira correspondente aos elos entre dois indivíduos dos quais um descende do outro ou reconhecem um ascendente comum e a segunda traduzida como a forma pela qual os grupos de consanguíneos são ligados entre si pela aliança do matrimônio. Segundo a autora, a consanguinidade é “definida por regras de natureza social e não biológica, rege o recrutamento dos grupos de parentes, mas também a transmissão dos bens materiais e simbólicos” (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 322)

Fruto mais da vontade política que do desejo da infanta, a ida de Beatriz foi retratada por Rui de Pina como o início de um comportamento virtuoso na nova corte:

[...] e ElRei D. Diniz trouxe logo pera Portugal consigo, e por Esposa do Ifante D. Affonso seu filho, ha Ifante Dona Breatis irmãa delRei D. Fernando, filha delRei D. Sancho, e da Rainha Dona Maria, ha quaal sendo ainda mui moça, andou mui honradamente em caza delRei D. Diniz, em quanto ambos eraõ soamente cazados por palavras de futuro, cujo prometimento se fez por elles em Coimbra na era de mil trezentos e sete annos [...] (PINA, 1912, pp. 64-65).

Ser uma futura rainha de origem castelhana em um reino que frequentemente entrava em guerra com Castela poderia ter lhe rendido desaprovações e má fama, porém o cronista sugere que Beatriz conseguiu se adaptar rapidamente, recebendo por ele uma imagem de mulher honrada ainda quando o autor narrava acontecimentos decorrentes do casamento. Cabe esclarecer que, aqui, o vocábulo “imagem” acompanha a concepção dos historiadores

identidades de gênero e afirmação régia: os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, pp. 37-38 e *passim*.



dos últimos anos de associá-lo não unicamente a valores estéticos, mas ao funcionamento social e às funções ideológicas (SCHMITT, 2002, p. 592). Essa compreensão remonta sua origem terminológica do latim *imago*, utilizada na própria concepção medieval do mundo e do homem que, segundo Jean-Claude Schmitt:

[...] remete não somente aos objetos figurados (retábulos, esculturas, vitrais, miniaturas, etc.), mas também às “imagens” da linguagem, metáforas, alegorias, *similitudines*, das obras literárias ou da pregação. Ela se refere também à *imaginatio*, às “imagens mentais” da meditação e da memória, dos sonhos e das visões, tão importantes na experiência religiosa do cristianismo [...] (SCHMITT, 2002, p. 593).

Logo, as imagens medievais expressam um mundo cristão que não é neutro tampouco sem hierarquia. Por conseguinte, o imaginário de corte sobre a mulher no final do medievo então se refere à produção de imagens e símbolos – uma vez que a imagem não é necessariamente figurativa, mas alegórica-simbólica (SCHMITT, 2002, p. 595) – referentes aos ideais femininos dentro desse grupo social.

Porém, entre a sogra Isabel, a Rainha Santa,¹² e a nora Inês de Castro, a Rainha Morta,¹³ a imagem de Beatriz transparece na literatura e historiografia portuguesas bastante apagada, quase esquecida. No Brasil, parece não haver um trabalho de título acadêmico sequer sobre a castelhana, excetuando a dissertação da autora deste artigo.

A “Crônica de D. Dinis” revela-se pertinente para o estudo em pauta na medida em que narra desde a chegada da castelhana a Portugal até o falecimento de seu sogro, o rei D. Dinis, e sua elevação à rainha consorte mediante ascensão de seu marido ao poder, D. Afonso IV. Desse modo, permite a compreensão sobre alguns aspectos como o contexto em que foi levada ao seu reino de criação, quais as expectativas geradas através de seu casamento com o infante Afonso e, ao final, qual representação de Beatriz se desejava, no período em que escrevia o autor, que permanecesse na memória dos portugueses.

A “Crônica de D. Afonso IV”, por sua vez, abarca todo o período de reinado do seu esposo, possibilitando uma análise discursiva do papel da castelhana enquanto autoridade régia lusitana. Outrossim, também facilita o estudo de suas representações de mãe e avó,

¹² Isabel foi beatificada pelo papa Leão X em 1516 e canonizada pelo papa Bento XIV em 1742 devido ao chamado “milagre das rosas”, quando teria transformado pães que distribuiria aos desfavorecidos em rosas. Além disso, segundo narrativa hagiográfica, teria escorrido um líquido de sua sepultura que exalaria um aroma suave, ao invés do mau cheiro da decomposição cadavérica.

¹³ Narra-se que, após subida ao trono, Pedro I teria proclamado que havia se casado secretamente com Inês de Castro antes de seu assassinato em 1355. Para vingar a morte da amada, ele teria imposto aos seus súditos, em cerimônia macabra, que lhe beijassem a mão podre como se fosse uma rainha viva. Sobre as repercussões literárias desse relacionamento amoroso no decorrer dos séculos, ver: OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **Rainhas medievais de Portugal**: dezessete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 284-304.



através de uma interpretação do que se descreve a respeito do relacionamento com seus filhos e netos. É possível também comparar as fontes investigadas no intuito de identificar as permanências e rupturas referentes à sua figura, e no que elas se associam (ou não) às identidades atribuídas a Afonso.

Ao investigar a “Crônica de D. Afonso IV”, de fato, percebe-se uma alteração de postura adotada pelo autor Rui de Pina no que concerne à imagem da castelhana, a qual provavelmente possui relação com a mudança de seu próprio *status* na corte e, com isso, uma maior abrangência de seu poder sócio-político. De nora do rei D. Dinis na obra anterior a esposa do elevado a monarca D. Afonso IV nessa crônica, a figura de Beatriz aparece “melhorada”; no entanto, conforme presumido nas relações de gênero da sociedade medieval, ao menos em parte dependente de ou subordinada a referências imagéticas masculinas.

Passou-se do tempo de conceber o estudo das representações como um ramo absolutamente descolado da realidade histórica e eminentemente subjetivo. Hoje em dia, os historiadores em sua maioria concordam que nenhuma fonte tem a capacidade de ser neutra, uma vez que reflete uma visão de mundo e os objetivos de seu autor. Ademais, a própria pesquisa em si é fruto de questionamentos, recortes e percepções daquele que a conduz, nunca sendo, portanto, uma investigação plenamente irrefutável e acabada.

Beatriz de Castela estava longe de ser uma figura meramente decorativa no que diz respeito aos assuntos políticos e culturais do reino. Parece, na verdade, estar inserida em um contexto de tentativas de supressões como um resultado da misoginia instaurada e enraizada não somente ao longo da história da humanidade, mas durante a história da historiografia, que por séculos negou reconhecer as mulheres como agentes políticos, sociais, culturais e, principalmente, históricos.

Ela ganhou, nas crônicas, descrições que se aproximavam apenas de ideais de esposa e mãe, mas nem por isso em patamares imagéticos idênticos ao de outras rainhas ibéricas, fazendo jus ao entendimento de que a categoria gênero de forma alguma deve ser interpretada como universal ou invariante. Filipa de Lencastre – esposa de D. João I de Portugal – por exemplo, receberia o adjetivo de “santa” em variadas passagens da “Crônica da Tomada de Ceuta”,¹⁴ *status* de religiosidade que Beatriz não conseguira alcançar, apesar de ter sido criada pela rainha Isabel de Aragão, que séculos depois viria a ser canonizada como Santa Isabel.

¹⁴ O sentimento religioso de Filipa fora tão reforçado na crônica que, no momento de sua morte, tivera uma visão com Nossa Senhora. Ver: ZURARA, Gomes Eannes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1915, pp. 136-137.



Pragmatismos e imediatismos historiográficos em conferir tanto à Beatriz quanto à Filipa a posição e a identidade únicas de dominadas ou totalmente subordinadas impediriam, segundo hipóteses da autora deste artigo, a percepção da relevância de desconstruir essas representações, complexificando-as ou ao menos refletindo mais profundamente sobre como se tornaram mecanismos de produção e transmissão de poder. A parca produção historiográfica lusófona sobre as rainhas, especialmente sobre Beatriz, parece evidenciar o desinteresse dos historiadores portugueses e brasileiros dedicados ao estudo da Idade Média pelo uso da categoria gênero, cujo emprego se revela bem mais corrente em outros recortes temporais. Cabe aos medievalistas do século XXI trilhar o caminho dos desafios enfrentados pela escolha desse tipo de abordagem, equivocadamente posto à parte das questões gerais que permeiam o estudo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 4, 1995.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens da mulher*. **Actas do colóquio A mulher na sociedade portuguesa**: visão histórica e perspectivas actuais, v. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp. 51-90.

FABBRO, Eduardo. *Poder e História*: a nova história política da Idade Média. **Em Tempo de Histórias**, n. 8, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRÓES, Vânia Leite. **Era no tempo do Rei**: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média. Tese (Professor Titular de História Medieval). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

_____. *Teatro como missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV*. **Actas do Congresso Internacional de História**: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. Vol. III: Igreja, Sociedade e Missionação. Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas. Braga, 1993, pp. 183-202.



- GIMENEZ, José Carlos. *Reinos em guerras, infantas aflitas: a mulher nas vicissitudes políticas das monarquias ibéricas medievais*. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 2, mai. 2012, pp. 98-109.
- GUERREAU-JALABERT, A. *Parentesco*. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, vol. 2, pp. 321-336.
- HALL, Catherine. **La historia de Samuel y Jemina: género y cultura de la clase trabajadora en la Inglaterra del siglo XIX**. In: *Revista Mora*, Buenos Aires, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *Masculino/feminino*. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, vol. 2, pp. 137-143.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *A política será ainda a ossatura da história?* In: **O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LOURENÇO, Vanda. *A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- MATTOSO, José. *A mulher e a família*. In: **Actas do colóquio A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais**, v. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp. 35-49.
- _____. *A nobreza medieval portuguesa (séculos X a XIV)*. **ANAIS DO CONGRESO DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 4. La nobleza medieval peninsular en la Edad Media**, Ávila, 1999.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **Rainhas medievais de Portugal: dezessete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- OPITZ, Cláudia. *O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)*. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. Volume 2: “A Idade Média”. Porto: Edições Afrontamento, 1990, pp. 362-375.
- ORLANDI, Eni. *Análise De Discurso: Princípios & Procedimentos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2007.
- OSÓRIO, Jorge. *D. Dinis: o rei, a língua e o reino*. **Máthesis**, Viseu, n. 2, 1993, pp. 17-36.
- PINA, Rui de. **Chronica de El Rey Dom Afonso: o quarto do nome, e settimo dos Reys de Portugal**. Lisboa: Industria e Officina Impressa de Paulo Craesbeeck, 1653.



_____. **Chronica d'El-Rei D. Diniz**. 2 ed. Lisboa: Escriptorio (Coleção Bibliotheca de Classicos Portuguezes), 1912.

SCHMITT, Jean-Claude. *Imagens*. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, vol. 1, pp. 591-605.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. *Prefácio à Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, 1994, pp. 11-27.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. *Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003)*. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 11, n. 14, jan./jul. 2004, pp. 87-107.

SILVA, Marcelo Cândido da. *O poder na Idade Média entre a "História Política" e a "Antropologia Histórica"*. **Revista Signum**, n. 5, 2003.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política em el siglo XIX: una dimensión ignorada. In: *Revista Mora*, Buenos Aires, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013.

THOMPSON, Edward P. *Patrícios e Plebeus*. In: **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 25-85.

TILLY, Louise. *Gênero, história das mulheres e história*. **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**, n. 3, 1994, pp. 29-62.

TREVISAN, Mariana Bonat. **Construção de identidades de gênero e afirmação régia: os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, 272 pp.

VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott*. **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**, n. 3, 1994, pp. 63-84.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.



Subjetividade feminina a partir da vida e obra de Ann Radcliffe.

Indaiá Demarchi Klein¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 15/12/2020

RESUMO

O presente artigo busca entender como a subjetividade feminina, pode ser utilizada como uma ferramenta metodológica para entender a psique das mulheres nas suas obras. Tendo como objeto de análise a vida da escritora Ann Radcliffe e a sua obra *Os Mistérios de Udolfo* (1798), obra esta que foi fundamental para a construção do gênero gótico na literatura e que posteriormente foi o estopim para a realização do romance policial. O trabalho busca somar aos estudos de gênero trazendo uma nova perspectiva de estudos a figura da mulher escritora e protagonista, tendo como ponto de partida as suas trajetórias, permeadas das suas vivências e dos seus traumas e como estes são apresentados em sua obra, trazendo a presença marcante de Ann Radcliffe durante a leitura da sua obra, que é perpassada pela condição social da época (Século XVIII/XIX), seu lugar como mulher e a concepção do terror/horror que dará os contornos ao gênero gótico.

Palavra-chave: Subjetividade Feminina. Ann Radcliffe. Gótico.

Female subjectivity from the life and work of Ann Radcliffe.

ABSTRACT

This article seeks to understand how female subjectivity can be used as a methodological tool to understand the psyche of women in their works. Having as object of analysis the life of the writer Ann Radcliffe and her work *Os Mistérios de Udolfo* (1798), a work that was fundamental for the construction of the Gothic genre in literature and that later was the trigger for the realization of the detective novel. The work seeks to add to gender studies bringing a new perspective of studies to the figure of the woman writer and protagonist, having as her starting point her trajectories, permeated by her experiences and traumas and how they are presented in her work, bringing her Ann Radcliffe's striking presence during the reading of her work, which is permeated by the social condition of the time (18th / 19th century), her place as a woman and the concept of terror / horror that will shape the Gothic genre.

Keywords: Female Subjectivity. Ann Radcliffe. Gothic.

¹ Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2018 e Mestrando em Educação – Sociologia e História da Educação/PPGE, pela mesma universidade, no ano de 2019. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9385304748918537>



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a obra literária, *Os Mistérios de Udolfo* (1798), produzida pela escritora Ann Radcliffe, publicada no seio da Revolução Industrial, que fora também o estopim da revolução de costumes, principalmente quando considerada a condição feminina, onde a mulher se insere na classe burguesa com um papel pré-determinado, o de ser uma boa esposa – saber gerir o lar, organizando os empregados domésticos, as despesas e mantendo a harmonia dentro da casa – ter bons filhos e educar as filhas para também serem boas esposas – ensinando-as a costurar, cozinhas e demais afazeres para o lar e futuro marido. Contrapondo as jovens aristocratas, pois as mesmas eram educadas dentro das letras, incluindo o latim e o grego, das ciências e das artes, pinturas, cantos e o manejo com diversos instrumentos musicais (PERROT, 2007). Partindo dessa premissa, da condição da ideal/imposta à mulher burguesa *é onde irá surgir uma* nova classe feminina, e de grande expressão nesse período, o das mulheres escritoras e leitoras, principalmente voltadas para as *novels*, que mesmo parecendo superficiais num primeiro momento, podiam conter diversas críticas a sua sociedade, mas eram relativizados por serem considerados *livros de mulheres*.

Com esse cenário inicialmente ilustrado, é que buscaremos entender (na medida das fontes encontradas) como essa escritora concebeu a sua obra, tentando entender a sua época, a sua vida e conseqüentemente a confecção de seu livro, como a catarse da sua personalidade e impressa nas páginas da sua história. Pois para construirmos análises críticas a atual historiografia, devemos partir de estudarmos as atrizes históricas que tiveram seus nomes e suas trajetórias sempre contada por homens, os quais não consideravam as suas subjetividades enquanto mulheres, colocando as suas vivências em segundo plano ou mesmo obliterando-as das suas narrativas biográficas.

O artigo está composto em três partes, num primeiro momento buscamos entender como a subjetividade, nesse caso voltada para Ann Radcliffe, pode ser elencada como ferramenta para a análise histórica, assim como a categoria de gênero que veio ganhando espaço nos debates historiográficos acerca da sua importância. Na segunda parte, será trazido a trajetória dessa autora e o seu legado, material o qual possibilitará entendermos o cenário psicológico e ambiental em qual ela estava inserida. Concluindo com a análise de alguns trechos da obra permeando-os com os insumos já adquiridos acerca da trajetória da autora, no sentimento emanando da época e principalmente da condição da mulher naquela época, utilizando o pressuposto da subjetividade para poder observar os traços de personalidade pela



escritora deixado em suas palavras, onde algumas vezes metamorfoseado numa cena, numa conjuntura, enquanto em outros momentos demonstrada na dinâmica entre as personagens.

Pelo poder que a palavra enunciada, anunciada e impressa possui, as mulheres têm podido dar nomes a seus mal-estares através de metonímias, metáforas ou mesmo corporalmente. Para tanto, elas têm buscado tanto as palavras como o silêncio para poder dizê-los, exercendo assim seu direito à voz (MAGNABOSCO, 2003, p. 420).

2 UMA NOVA ÓTICA PARA A HISTORIOGRAFIA

Antes de elencarmos aqui a análise sobre a autora e a sua obra, vamos entender como a subjetividade, e nesse caso, a subjetividade feminina se comunica com a produção historiográfica, e a relevância desta para a esta pesquisa.

A subjetividade feminina é uma manifestação no qual elenca que onde há “uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (FOUCAULT, 1996, p. 70) o meio de expô-lo, onde um não é eliminado automaticamente quando o outro ascende, mas são elaborados amalgamando características de ambos. Ocorrendo assim, que não exista uma cultura de unidade, estanque, mas um “diagrama de forças que se entrecruzam em um embate constante”, que vêm a se somar e se interligar com os eventos vividos em cada época, alterando a produção dos discursos das personagens (estas, mencionadas, tanto de forma figurativa, relacionando as personagens fictícias dos livros, quanto de forma realista, referindo-se às autoras) e vislumbrando seus pontos de vista, dos quais quando reconstruídos, a partir de documentos e demais registros, por historiadoras/es, permitem a construção de uma narrativa histórica. Entretanto, esta por pertencer ao trabalho endógeno, de um indivíduo não pode ser escrita em linha reta do tempo, buscando uma origem e uma continuidade, pois o processo de subjetivação² nos permite encontrar a sua própria linha que “escapa às relações de poder e aos arquivos do saber” (CARDOSO, 2007, p. 66).

Não há assim uma relação de cultura e discurso homogêneo, nem mesmo quando pensado em um grupo específico – neste caso, o gênero feminino, as mulheres escritoras – pois, segundo Chartier, as regras impostas por determinadas circunstâncias são vividas de forma única e, por consequência, exclusiva para cada ser, não incorrendo no erro de classificar certas normas como delimitadoras dos processos, pois por pertencerem e classificarem uma coletividade restringem os indivíduos que delas participam, pois dentro

²Segundo Cardoso Jr. (2002), define esse processo como: “composição de modos de vida que realiza nos domínios dos encontros dos corpos”. FONTE: LEMOS, Flávia C.S.História, Cultura Subjetividade: Problematizações. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19 - n. 1, p. 61-68, Jan./Jun. 2007. p. 66



desse grupo sempre haverá aqueles que irão ter certas condutas, enquanto outros tomarão outras, criando a partir de cada escolha, a subjetividade do indivíduo, gerando a sua identidade, que virá repercutir nos vestígios históricos por ele deixados (LEMOS, 2007).

Contudo, não cabe focar-se tão somente no discurso de um ser, em seu microcosmo, mas associá-lo e interpretá-lo em seu conjunto³, adicionando-o como mais uma peça que compõe um quebra-cabeça, pois para compreender qual parte do discurso é marginal, que não segue a voga do período, se faz necessário conhecer aquilo de constante. Ao realizar esse processo, torna-se possível construir uma pesquisa histórica ampla que não se encerra em si mesma, mas compreende – e almeja – ser parte de uma historiografia global, entendedora das diversas dinâmicas que podem existir dentro da análise de obras literárias pertencentes ao passado.

Essa nova ótica busca entender a formação desse sujeito, e o material produzido, seguindo uma indagação proposta por Magnabosco, “com relação à escrita de mulheres, uma das perguntas que podemos fazer é a seguinte: Como o imaginário feminino se manifesta na escrita das mulheres, ou como se constrói, a partir da escrita de mulheres, o imaginário feminino?” (MAGNABOSCO, 2003, p. 421).

É um dos motes essencial a essa pesquisa, pois parte-se de uma premissa mais sensível e mais humana de análise, considerando o sujeito feminino na sua circunstância particular, não relegando-o o ser apenas como consequência dos eventos que o circundam, mas o vê e busca entendê-lo como agente, principalmente, nesta pesquisa, ao tratarmos com uma autora é necessário e fundamental estar ciente de que a sua história de vida é parte formadora da sua obra, e não uma mera menção a sua existência, deixando a vaga noção que a obra surge a partir do acaso e não de uma série de vivência e paradigmas próprio de quem o sente.

Essa pesquisa, traz a subjetividade da escritora, de modo análogo ao processo de inserção desta mesma característica, dentro do Movimento Romântico (posta como contraponto a arte objetiva, clara e concreta que provinha do neoclassicismo), contribuindo para trabalhar-se a figura do ser humano, com seus amores e suas fúrias, como uma rica matéria-prima. O paralelo que aqui pretendo inferir, é o de enquanto, hegemonicamente, houve a realização da construção historiográfica pautada nos grandes feitos, nas personagens

³Fazendo aqui referências, as considerações, elencadas por Francesca Trivelatto, acerca da micro-história e sua relação com a macro-história, a historiografia mais comumente realizada, que visa majoritariamente as superestruturas e/ou os fenômenos de cunho político, social e/ou econômico. FONTE: TRIVELATTO, Francesca “Is there a future for Italian Microhistory in the Age of Global History?”, *California Italian Studies*, v. 2, n. 1, 2011.



masculinas e nas agendas políticas e econômicas de âmbitos nacionais e internacionais, como o padrão vigente, o de nossa pesquisa seria o do próprio espírito do Romantismo, vindo na contramão, se constituindo da busca pela humanidade presente nesses obras, vinculando-se aos anseios, medos e amores como fonte de análise histórica, pois que, acreditando que os sentimentos visíveis, são parte fundamental da psique da autora, e esta, resultado direto da sua subjetividade que se fez a partir das suas relações com o seu meio social, cultural e político.

Enfim, ao mesmo conceito e ideal que os românticos se apegaram, no início do século XIX, se encontram de forma revisitada, em pleno século XXI, rompendo com a vigente estrutura historiográfica acadêmica, ascendendo ao patamar de fonte histórica, os sentimentos humanos, os quais são resgatados – a partir da ótica, também, subjetiva da historiadora – nas obras artísticas de cada época.

3 A MULHER DAS SOMBRAS: A VIDA DE ANN RADCLIFFE

Ann Radcliffe ficou conhecida por ser uma das maiores autoras inglesas do gênero gótico, consagrada pelas suas descrições das paisagens, pelo suspense e a personalidade das suas protagonistas. Suas obras influenciariam diversos outros autores, que viriam a se filiar neste mesmo gênero tais como, Mary Shelley, as irmãs Brönte, Charles Dickens, Bram Stoker, Edgar Allan Poe e demais romancistas. Vindo a receber os epítetos de “Senhora de Udolpho”, em referência a sua *magnum opus*, “The Mystery of Udolpho”, escrito em 1794. Tornou-se a “Mãe do Gótico”, por ser considerada a maior difusora do gênero, principalmente, com a consideração de Walter Scott, afamado crítico literário, de como a autora criou uma escola do gênero (FACER, 2012) e também como “A Shakespeare dos Romancistas”, segundo Rictor Norton, que realizou uma análise da vida da escritora e das suas obras, onde observou que as mesmas possuem um estilo de escrita inspirada em Shakespeare (NORTON, 2009).

Mesmo sendo tão conhecida por suas obras, a autora manteve a sua vida pessoal de forma muito discreta, tanto que após a sua morte, o *The Edinburgh Review* (maio de 1823) escreveu: “Ela nunca apareceu em público, nem se misturou na alta sociedade, mas manteve-se à parte, como o doce pássaro que canta suas notas solitárias, envolto e invisível”⁴. Como uma mulher que angariou ainda em vida fama pelas suas obras, ela tornou-se alvo de muitos olhares e indagações, suas obras inauguraram uma percepção sobre a mulher que não havia

⁴ FACER, Ruth. Op. Cit. tradução minha, [“She never appeared in public, nor mingled in private society, but kept herself apart, like the sweet bird that sings its solitary notes, shrouded and unseen”].



sido explorada: a relação feminina com o gótico. A autora por trazer luz a essa forma de literatura, ganha muitos questionamentos a sua volta, pairando certo mistério acerca da sua figura, levando a uma discrição que a fez sua figura tornar-se cada vez mais ligada com o *low-profile* contido em suas obras. Todavia há que se considerar que esta escolha tenha sido uma opção de fundo social e cultural, muito mais do que uma opção de foro pessoal. Entretanto por existirem ao período poucas mulheres que merecessem os holofotes, não era observado que o comportamento da autora condizia com as demais mulheres desta sociedade, creditando a ela uma forma de vida reclusa enquanto todas as outras, talvez fossem tão reclusas quanto, mas permanecessem invisíveis a ótica da “importância” masculina, esta que na detenção majoritária dos veículos de comunicação (periódicos).

O que é conhecido de Ann Ward Radcliffe, é que ela nasceu em Holborn, Londres, em 9 de julho 1764, filha única de William Ward e sua esposa Ann Oates. Em 1772, William Ward mudou-se com sua esposa e jovem filha para Bath, onde ele administraria em parceria com um velho amigo, uma loja de porcelana. A jovem Ann era razoavelmente bem educada já apresentando um gosto apurado pela leitura e tendo oportunidade de conhecer diversas figuras literárias da época, incluindo Hester Thrale e Elizabeth Montagu. Em 1787 Ann casou-se com William Radcliffe, um graduado em Direito de Oxford que se tornou editor parcial, e posteriormente, proprietário do *The English Chronicle*, muitas vezes ele chegava tarde em casa, e para ocupar seu tempo, Radcliffe começou a escrever (*Ibdem*) evitando a solidão do lar, somando-se a uma classe de mulheres que passariam a dispor de mais tempo livre a partir da Revolução Industrial (VASCONCELOS, 2016). Visto que, geralmente, a sua condição feminina de esposa, não as permitia ter uma liberdade de saída a mesma maneira que os homens, ainda mais desacompanhadas, em função do que, tornava-se mais comum às mulheres buscarem nas páginas das *novels*, as suas fugas a essa condição solitária.

O casamento dos Radcliffes, embora sem filhos, parece ter sido feliz, visto este ser um valor (prole) de grande relevância social e cultural ao período, incluindo-se isso como uma das funções que a mulher deveria cumprir em seu papel de esposa – consequentemente, tornando-se uma mãe – decorrendo que aquelas que não cumprissem com esta condição, poderiam ser taxadas de inférteis e serem largadas pelos seus maridos, que sentiam-se no direito de achar uma esposa que lhe desse herdeiros. O que não foi o caso de Ann, pois em seu prefácio a *A Journey made in the Summer of 1794 through Holland and the Western Frontiers*



*of Germany*⁵(1795), referiu-se ao seu marido como seu parente mais próximo e amigo e reconheceu que a descrição da viagem tinha sido escrita a partir da observação mútua, e seria uma decepção permitir que o livro fosse publicado, sem nenhum reconhecimento ao marido, distinguindo-se dos trabalhos escritos inteiramente por ela. O casal adorava viajar junto e usou parte do dinheiro feito com as publicações dos romances de Radcliffe para financiar suas viagens, com diversos destinos, como o Reno e o Lake District em 1794, novamente, e mais tarde excursões para o sul da Inglaterra (FACER, *Op. Cit.* sn).

Já os últimos anos da vida da autora, não pareceram ser tão felizes. Há algumas evidências de que Radcliffe sofria de depressão entre os anos de 1802 e 1803, e novamente em 1810 e 1811, acreditando-se que ela viveu em um retiro em Windsor de 1812 a 1815, provavelmente se recuperando de um colapso nervoso (NORTON, *Op. Cit.* p. 40). Entretanto, esses fatos não eram conhecidos ao público e desse modo criaram-se rumores de que ela havia ficado insana, em função do resultado de suas fantasias góticas, sendo deixada aos cuidados em um asilo de Derbyshire. Entretanto, verdade nunca pode ser totalmente conhecida, mas é sabido que Radcliffe sofria de asma nos últimos anos e sua morte no dia 7 de fevereiro de 1823 pode ter sido o resultado de um ataque fatal. O marido da autora, negou publicamente, qualquer processo de alienação mental e juntamente com o médico da família que emitiu uma declaração após sua morte, alegando que ela estava em perfeita saúde mental. Ann Radcliffe foi enterrada em Bayswater, Londres (FACER, *Op. Cit.* sn). Escreveu durante toda a sua vida, um total de seis romances *Os Castelos de Athlin e Dunbayne* (1789), *Um romance siciliano* - 2 vols. (1790), *O Romance da Floresta* - 3 vols. (1791), *Os Mistérios do Castelo d Udolfo* - 4 vols. (1794), *O italiano* - 3 vols. (1797) e *Gaston de Blondville* - 4 vols. (1826, póstumo) e o seu ensaio *Sobre o Sobrenatural em Poesia* (1826, póstumo).

Algumas características dos romances de Radcliffe apresentam jovens mulheres oprimidas, apaixonadas, e jovens amantes, bem como, vilões patriarcais avassaladores, todos estes elementos como parte da *novel* e do gênero gótico. Possuíam em seus cenários edifícios góticos com abóbodas sinistras, lugares com paisagens selvagens e mistérios para serem desvendados. Seus enredos afirmam valores morais tradicionais, como honra e integridade, estes sendo os valores burgueses, dessa nova sociedade que estava se formando, ao mesmo tempo em que realizava fortes declarações políticas sobre a opressão das mulheres na sociedade patriarcal.

⁵ Em tradução livre: Uma viagem realizada no verão de 1794, através da Holanda e das fronteiras ocidentais da Alemanha.



A obra que mais marcou sua carreira como forma de explicar suas influências foi *Sobre o Sobrenatural em Poesia* publicada em 1826, como obra póstuma, mas escrito, provavelmente entre 1811 e 1815. Originalmente fazia parte de uma conversa entre dois viajantes ingleses no condado nativo de Shakespeare, Warwickshire, como introdução ao seu romance *Gaston de Blondville* (1826), entretanto foi publicado na forma de um ensaio, antes do romance, servindo como ferramenta de propaganda para este. Neste material, encontra-se as suas influências de Edmund Burke e Shakespeare.

No cuidado da autora de distinguir o terror do horror, preferindo da obscuridade à clareza, ela está de acordo com a teoria do sublime de Edmund Burke, pois “onde o horror paralisa o indivíduo, a experiência do terror desperta subliminarmente alma ao seu poder” (*Ibidem* sn). As heroínas de Radcliffe muitas vezes experimentam uma sensação sublime relacionado ao selvagem, do robusto das paisagens, e nessa relação às aproxima da presença imponente de Deus. Que vem a ser sua principal ferramenta a descrição densa das paisagens, que evocam das sombras as figuras dos seus castelos, e a presença marcante das ruínas, transpassando alia mensagem de uma época em que aquela construção fora majestosa, mas que agora era apenas a soma de tijolos e labirintos que serviam para pressionar as protagonistas, bem como a mata a circundá-la, havendo ali uma disputa de espaço, na qual a natureza quer tomar de volta aquele lugar, lançando nas muralhas as suas plantas (heras), que vão se expandido ao longo da construção, projetando uma aura de domínio lento e progressivo, para eliminar a figura do ser humano da paisagem.

Na linguagem moderna, em se tratando dessa composição, tudo é um trabalho da imaginação ser mais ou menos uma projeção das paixões dos personagens. Essa visão se afasta da pretensão de que as histórias sejam meramente histórias fictícias – onde, apesar disso, francamente se reconhece a central importância da artista criativa – pois necessariamente esforça-se para criar um mundo unificado, onde haja a pertença do grande, do belo, do sombrio e do sublime da natureza, que não corresponda somente aos sentimentos e as paixões, mas que deixe transparecer que há uma alma em tudo, e assim, no funcionamento secreto de suas próprias personagens, e combinações dos incidentes, resulta em manter os elementos e cenário local sempre em uníssono com as personagens, aumentando o efeito da sua *novel* (NORTON, *Op cit.*, p. 42).

Essa forma com a qual Radcliffe se apropria das descrições das paisagens (quer próprias, quer a partir de transposições pictóricas) proporcionando um charme e originalidade, demonstrava-se influenciada por seus pintores favoritos – Salvator Rosa Claude e Gaspar



Poussin. As descrições são um dos principais interesses de Radcliffe, a qual considera que durante a noite nosso pavor aumenta em casos de perigo, e as noções de fantasmas e duendes, são geradas, pois nesse período se torna quase impossível formar ideias claras, dando crédito aos contos populares que cultivam esses seres mágicos em suas narrativas (FACER, *Op. Cit.*). Já que as sombras não conseguem ser distinguidas e todos os cenários ganham tons sombrios e medonhos, deixando a protagonista sempre em estado de alerta e medo, essa noção permite a imaginação dar vida aos *nossos* maiores medos, bem como a aura da noite, servindo como composição para as personagens na construção da narrativa – bem como ao leitor que se ambienta nessa narrativa – e culminando com o momento ideal da fuga, pois assim como se gera o medo nessa ambiência, a mesma serve para ocultar aqueles que desejam sair sem ser percebido.

Para além de um cenário comunicativo, Radcliffe criou para o seu enredo, o romance de suspense, que combina o romance gótico – inaugurado por Horace Walpole – com o romance de sensibilidade, o qual se concentra na personagem feminina, em geral, uma heroína de origem humilde, frágil e possuidora de algum interesse amoroso. Uma constante em suas *novels*, é a presença de,

uma menina bonita e solitária [que] é perseguida em pitorescos arredores, e, após muitas flutuações de fortuna, durante as quais ela parece uma e outra vez a ponto de alcançar a segurança, apenas para ser empurrada de volta ao meio dos perigos, é recuperada pelos seus amigos e se casa com homem de sua escolha⁶.

Os críticos mais recentes de Radcliffe sugerem que ela, a partir de seus romances aponta para os perigos da sensibilidade excessiva, pois muitos dos problemas e angústias da heroína surgem de sua aguda sensibilidade, particularmente quando se entrega à imaginação, por isso que, em suas histórias se encerra a lição da personagem que deve aprender a usar a razão para guiar sua sensibilidade (MELANI, 2002).

Quanto ao terror, nos romances, utiliza-se de diversos elementos para manter o suspense durante a história, com ênfase, o da falta de familiaridade plena das personagens, com os castelos ou abadias em que residem. Posto que, mesmo as personagens tenham vivido suas vidas inteiras em um mesmo castelo, há sempre a presença de uma parte (ala), para onde nunca foram, esta que guarda consigo um desconhecimento a ser explorado como estratégia de suspense na narrativa, contribuindo para o sentido do mistério é a obscuridade do sublime.

⁶ J.M.S. Thompkins *apud* MELANI, Lilan. Tradução minha [“a beautiful and solitary girl is persecuted in picturesque surroundings, and, after many fluctuations of fortune, during which she seems again and again on the point of reaching safety, only to be thrust back into the midst of perils, is restored to her friends and marries the man of her choice”].



Elencam-se também como elementos do suspense, os sons obscuros, os acontecimentos inexplicáveis e as figuras vagamente percebidas, os quais justificam as angústias e ansiedades das personagens – até os mistérios serem explicados (*Ibidem*).

Essas narrativas que perpassavam a paixão e a razão, o real e o fantástico foram definidas pelo linguista Tzvetan Todorov (2010, p. 48-49) como o *estranho explicado*, no qual a narrativa segue por um rumo fantástico até o seu desfecho, quando então “muda de gênero”, contemplando toda a racionalidade e possibilidade real dos fatos. Essa opção de narrativa compreende justamente o fenômeno da racionalidade que estava presente no século XVIII, onde – segundo o qual – todo o sobrenatural é fruto de percepções equivocadas da realidade, contendo, entretanto, uma sensação de terror que é real, possibilitada totalmente a partir da visão do protagonista narrado.

2.1 Legado de Ann Radcliffe: as repercussões de suas narrativas no século XIX em diante.

A influência e dimensão que as *novels* de Radcliffe atingiram, são, sem dúvida alguma, de uma grandiosidade, tanto no seu tempo, como na posteridade. A exemplo disso, entre os coetâneos, foi a partir dos seus “romances racionais”, que se possibilitou a origem do romance policial, como pelo escritor precursor Edgar Allan Poe (VERTUAN, 2009), além de gerar a admiração da parte de escritores, tais quais, Honoré de Balzac – e vir a ser influenciadora de – Victor Hugo, Alexandre Dumas (pai) e Charles Baudelaire. Posteriormente, no século XX, acarretando também, elogios de H.P. Lovecraft, precursor do cosmicismo, por adicionar ao gênero literário “um sentido genuíno do sobrenatural na cena e no incidente, que se aproximou muito do gênio; um toque de cenário e ação contribuindo artisticamente para a impressão de horripilância ilimitada que ela desejava transmitir⁷”. Do mesmo modo que possuiu uma vasta gama de influência, também foi vasta sua gama geográfica de expansão, chegando de suas obras, até o Brasil, juntamente com outras autoras, durante todo o decorrer do século XIX⁸.

⁷ H.P. Lovecraft *apud* MELANI, Lilan 2002 Tradução minha [“a genuine sense of the unearthly in scene and incident which closely approached genius; every touch of setting and action contributing artistically to the impression of illimitable frightfulness which she wished to convey.”]

⁸ Segundo a autora, Marlyse Meyer, em seu capítulo *Mulheres Romancistas Inglesas do século XVIII e Romance Brasileiro*, do livro **Caminhos do Imaginário no Brasil**, tece-se a seguinte afirmação: “Obras de Fanny Burney, das irmãs Lee, das *mrs.* Inchbald, Opie, Radcliffe, Roche, Helme, e tantas outras chegaram em contínuas levadas aos livreiros que foram estabelecendo-se no Rio de Janeiro após a chegada da corte e abertura dos portos e ,daí se espalhando pela província.”(FONTE: MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993).



Seja por sua forma de expressão, em suas *novels*, seja pela repercussão posterior, é inegável que Ann Radcliffe tornou-se um marco para a literatura inglesa, trazendo novos matizes mais escuros para dentro do Movimento Romântico, colocando em primeira pessoa os medos e anseios das suas personagens, que os transmitiriam para os seus leitores, vindo a culminar na sua fama e reconhecimento até os dias atuais, como a maior difusora do gênero gótico na Inglaterra e além-mar.

2.2 Da Pena para a sociedade: uma análise da vida da autora.

A trajetória dessa autora nos permite realizar análises, transparecendo a nós algumas características que vão redundar na classe das mulheres escritoras do século XIX, momento de grande experiência dessa categoria.

Uma das principais – e fundamentais – características da autora é a pertença a *middle class* (segundo Hobsbawm), ou burguesia em ascendência, fazendo com que essas escritoras que estão surgindo façam parte daquele conjunto de mulheres que após a Revolução Industrial, não possuíam uma função específica na nova organização social. Segundo a historiadora feminista, Michelle Perrot, as mulheres tiveram que adequar-se às suas classes sociais, segundo suas aquisições e vinculações familiares, definindo assim como as mesmas usariam seu tempo, dentro desse arranjo social. A mulher aristocrata tinha seu tempo dividido entre funções sociais – jantares, encontros, diplomacia – e estudos – latim, grego, equitação, música. Já a mulher operária, possuía tempo, consideradamente, escasso para o entretenimento ou atividade alternativa (a qual não passasse de novo pela conotação de *trabalho*, pois como sabemos as operárias também criavam seus filhos e realizavam os afazeres domésticos), uma vez que, atreladas a uma carga horária de 18 horas diárias de labor, não lhes era permitido ter tempo ocioso. Entre essas duas classes, surgia a mulher burguesa, que deveria manter-se dentro de um “ideal”, já que esta era vista como alguém que não trabalhava (tão exaustivamente), e que por não possuir dinheiro nem nobreza, para empenhar-se nos compromissos da aristocracia, dispunha de um tempo o qual deveria ser utilizado para “aprender” a ser uma boa esposa, quando jovem, e “protagonizar” a figura dessa boa esposa após casada, pois uma das formas de ascensão social para a mulher era, evidentemente, a partir do seu casamento (PERROT, *Op. Cit.*). Assim, entre a realização dessas tarefas domésticas, e a ausência de um trabalho fabril, sobrava tempo à essas mulheres para se aprofundar em leituras e posteriormente, para algumas mais audaciosas, à escrita.



A partir desse cenário, torna-se possível analisar a vida social e econômica de Radcliffe, onde a mesma usufruía do jornal fundado por seu marido William Radcliffe (formado em Direito), o *The Chronicle English*, para publicar algumas de suas *novel* (FACER, *Op. Cit.*), as quais posteriormente lhe geraram algum dinheiro. Esta estrutura social – pertencimento a burguesia em ascendência, em antítese à classe elitizada – é encontrada nas suas obras, onde suas personagens principais provêm de famílias simples, que não seguem uma linhagem nobre, enquanto seus vilões estão sempre relacionados a uma classe elitista, tanto da aristocracia (*Os Mistérios de Udolfo*), quanto como do clero (*O Italiano*). O custeio e a condição social Ann Radcliffe era apenas parcialmente condicionado pela seu casamento, pode-se dizer que a autora teve a oportunidade de possuir um marido que a incentivara a escrever e publicar seus romances, algo incomum à época, pois como cita a historiadora Marlyse Meyer, havia dentro da classe de escritoras “as solteironas”, mulheres que por serem romancistas e utilizarem deste meio para realizar críticas sociais, principalmente voltadas para a condição da mulheres, resultavam em ter vidas sozinhas, pois não cumpriam com os requisitos da boa esposa, exigidos pelos homens e pela sociedade (MEYER, 1993).

Podendo ser melhor ilustrado no fato de que Radcliffe lançou seus primeiros romances anonimamente (FACER, *Op. Cit.*), justamente na busca de evitar qualquer forma de crítica a sua postura como esposa - resultando na publicação de sua obra *Uma viagem feita no verão de 1794 através da Holanda e as fronteiras ocidentais de Alemanha* (1795) no *The Chronicle English*, com incentivo de seu marido.

Um último ponto que pode ser analisado dentro dessa trajetória é a maternidade, aqui trazida justamente como uma possibilidade de análise, uma hipótese, pois há ausência de material suficiente para comprovar, mais diretamente, sobre a situação de Ann Radcliffe. Afinal, do pouco que remanesce acerca de sua biografia, se sabe que a mesma não teve filhos, e não há registros de que a mesma (não) os desejasse e ou sequer que tivesse qualquer tipo de impossibilidade. O que passa é que, analisando a conjuntura social da época, bem como o padrão de comportamento de Ann Radcliffe, ela não parecia ser uma mulher que, por *sponte propria* não desejasse ter filhos, mas ao contrário, alguém que por seguir as regras sociais, buscava a constituição de uma família, pois podemos corroborar essa hipótese, também com o fato da mesma optar por uma vida mais reclusa (discreta), evitando comentários acerca da sua vida pessoal, para que não houvesse a exposição desnecessária. Visto que como dito anteriormente, era almejado àquela época que o papel da mulher, dentro do casamento, era o de gerar filhos e desse modo, tratando-se ela de uma mulher casada e ciosa dos costumes



vigentes, é possível cogitar que houvesse alguma fragilidade na sua saúde, ou na de seu marido, que os levasse a não ter prole, e que por ambos não quererem que viesse a público, dificultou a possibilidade de se deixar registro acerca do fato. Corrobora ainda nessa tese, o fato de dispor o casal Radcliffe, entre seus poucos amigos, da figura de um médico, o qual nunca mencionaria qualquer dado acerca dessa intimidade do casal e que seria o mesmo que no falecimento da autora, publicaria uma nota, na qual escreveria que a escritora havia morrido de um ataque fatal de asma (doença esta que havia cometido nos últimos anos de vida) e não possuía nenhum quadro de insanidade como alguns rumores estavam sendo espalhados (FACER, *Op. Cit.*).

Pode se atribuir que o tempo dedicado à sua escrita e leitura – no tocante à complexificação da hipótese –, não haveria de ser tão grande se a mesma tivesse tido filhos, não houvesse acarretado numa grande produção literária ao período, posto a concorrência das atividades, o que obstaculizaria um reconhecimento de suas obras ainda em vida. Resultando que em lugar de um impedimento biológico, fosse tanto mais, produto da escolha da autora, a decisão de não ter filhos. Sublinha-se isso na análise do conteúdo de suas obras, obras estas que trazem como protagonista central a figura de uma jovem, associada à condição de filha e muito pouco à condição de mãe, o que talvez refletisse contundentemente a sua psiquê e a sua colocação dentro da família, na perspectiva sempre juvenil como filha e esposa.

A partir dessa autora nos dá a possibilidade de enxergar as mulheres escritoras por trás de suas obras, as quais tinham anseios que refletiriam muita da sociedade e da época em que viviam, e que se misturariam e constituiriam às suas subjetividades, cabendo salientar a importância desses eventos na produção de suas obras. Tais elementos sociais podem ser exemplificados na forma de como elas viam a organização social e a condição da mulher, vista como uma consequência dos eventos masculinos e suas impressões sobre a forma de conduta da mulher e como esta deveria estar representada a partir das personagens nas *novels*, destinadas a ensinar um receituário de uma conduta ideal – pontos estes, que serão melhor trabalhados, à seguir, na análise específica da obra.

4 POR DENTRO DAS PAISAGENS SOMBRIAS E FANTASMAGÓRICAS: ANÁLISE DA OBRA OS MISTÉRIOS DE UDOLFO (1794).

A *novel*, Os Mistérios de Udolfo, escrita em 1794, por Ann Radcliffe, foi com certeza o seu maior sucesso, e nesta abrange as características próprias do que era o gênero gótico àquele período, pois seguia na mesma linha que o seu antecessor Horace Walpole, este



que via, em menção ao gênero, que o “Grande cometimento é querer combinar dois gêneros de romance, o antigo e o moderno. Naquele tudo é imaginação e inverossímil; neste, há sempre a pretensão, por vezes conseguida, de copiar fielmente a natureza” (WALPOLE, 1996, p. 7). Ou seja, nesse sentido, o qual seria também partilhado pela escritora, o intuito de vincular as ideias da *novel*, com os valores classicistas.

Há diversas possibilidades de análises desta obra, pois esta possui uma pluralidade de elementos, como o consagrado cenário descrito por Radcliffe, característico por sua riqueza de detalhes, que quando coberto pelas sombras da noite e observados por uma luz fraca, permite evocar no leitor o *sublime*, e este sente-se transportado para os castelos e abadias em que a história se desenvolve; além de explorar, a também presente dualidade da mocinha *versus* o vilão, onde esta representa o bem e as suas virtudes e aquele, a ganância e os males que dela provêm. Entretanto, os aspectos que serão trabalhados aqui, estão voltados para o entendimento de como essa obra se coloca durante o período em que foi escrita, trazendo a realidade pautada num racionalismo lógico, próprio do século que adentrava (século XIX) e o início da emancipação feminina, com personagens mulheres que eram o mote principal da narrativa.

A história desta *novel* foi publicada em quatro volumes e sua trama se resume a história de Emília St. Aubert⁹, esta que é única filha de uma família rural, de Garonne (província germânica próxima aos montes Pirineus), cujas propriedades estão em declínio. Emília e seu pai compartilham um vínculo especialmente próximo, devido à sua apreciação pela natureza. Após a morte da mãe por uma doença grave, ela e o seu pai viajam através dos Pirineus, até a costa mediterrânea de Roussillon. Durante a viagem, eles encontram Valancourt, um homem bonito que também sente um parentesco quase místico com o mundo natural. Emília e Valancourt rapidamente se apaixonam.

O pai de Emília sucumbe a uma doença longa, a protagonista agora órfã, é forçada a viver com sua tia, Madame Cheron, que não compartilha dos mesmos interesses da jovem. Sua tia se casa com Montoni, um duvidoso nobre da Itália, e este insiste que seu amigo Conde Morano se torne o marido de Emília. Entretanto depois de descobrir que Morano está quase arruinado, Montoni traz Emília e sua tia para o seu remoto castelo de Udolfo, na Itália.

Nos meses seguintes, Montoni ameaça sua esposa com violência, para forçá-la a passar as suas propriedades em Toulouse, para ele, evitando que estas fossem para sua

⁹ Tradução para o português do nome Emily. Em função de a minha versão ser traduzida para o português de Portugal, todos os nomes estão transcritos para a forma lusitana.



sobrinha, porém esta se recusa, tendo seu fim por causa de uma doença grave causada pela dureza do marido.

Durante a narrativa, muitos eventos assustadores acontecem dentro do castelo de Udolfo, mas Emília consegue fugir deste lugar com a ajuda de seu admirador secreto Du Pont, que foi prisioneiro em Udolfo. Montoni, ao longo da trama perece por um ataque ao castelo protagonizado por invaões da região. Emília, conta com a ajuda da serva, amiga e confidente Annette – e seu namorado, Ludovico –, para realizar uma fuga do castelo. A jovem então retorna a propriedade de sua tia, descobre que seu amado Valancourt foi para Paris e perdeu sua fortuna em jogatina. No final, ela assume o controle das propriedades de sua família, se reencontra e perdoa Valancourt¹⁰, para que possam viver juntos.

Como visto, no decorrer na narrativa, a história segue segundo a perspectiva de Emília e esta é perpassada por diversas nuances de suas impressões. Numa destas, anunciada logo no princípio da história, no momento do falecimento de sua mãe, seu pai ao observá-la na dor da perda, a adverte sobre os perigos de uma sensibilidade excessiva.

Devemos moderar as nossas emoções, mesmo as mais louváveis, porque todo o excesso é censurável; mesmo o desgosto, legítimo em princípio, torna-se repreensível quando descuidamos os nossos deveres por causa dele (...) Não me censures por estas palavras. Desejo apenas moderar os teus impulsos. (...) Não nos entreguemos a excessos, porque depois o desânimo torna-se um hábito que sufoca todos os movimentos do nosso espírito; Promete-me que farás o possível para me contentares (RADCLIFFE, 1960, p. 45).

É visível aqui a preocupação da escritora acerca da sensibilidade da mulher, e segundo a pesquisadora Lilian Melani, “No processo de sua investigação, Radcliffe descobre a causa básica do tumulto do final do século XVIII, a agressividade econômica vitimizava as mulheres sensíveis, tornando-as indefesas”¹¹. Essa interpretação registra o *ethos* daquele período que evocou uma forma de levar a vida que não correspondia com natureza humana habitual e muito menos com a sensibilidade feminina, esta que muitas vezes fora atribuída como possuidora de um vínculo mais forte com os fenômenos da natureza, e que agora se via desprovida desse tempo, para cumprir com uma demanda de progresso do *homem*, na busca frenética pelo poder de controlar a condição natural. Alterava-se o padrão de comportamento e de natureza interior, e mesmo de contato com o ciclo da natureza, onde não mais se necessitava ir dormir ao anoitecer, e nem parar-se o ofício com a chuva, pois se havia criado

¹¹ MELANI, Lilian. Op. Cit. sn. Tradução minha, original [in the process of her investigation, Radcliffe uncovers the root cause of the late eighteenth-century turmoil, the economic aggressiveness currently victimizing defenseless women of sensibility]



métodos para poder continuar a rotina de trabalho, enquanto que as mulheres que ainda mantinham em seu âmago essa relação holística com a natureza, vinham a se tornar uma criatura frágil, dentro dessas construções de concreto e metal. E na falta de um encargo específico de alterar sua natureza em relação ao trabalho, como era requerido aos homens, tinham de cumprir agora o ofício de moderar suas emoções, alterando de sua natureza interior (sufocando a sensibilidade, o choro e as demonstrações consideradas excessivas de sentimento).

Essa passagem, também permite evocar que seja apenas um conselho de um pai a uma filha que ainda necessita conhecer muito do mundo, entretanto, esse trecho nos insere de forma sutil como a autora seguirá a sua narrativa, onde toda a história se desenvolve a partir da perspectiva de Emília, e esta ainda vê-se inundada de um excesso de sensibilidade que permeia a sua visão, o que conseqüentemente, conduz o leitor conhecer a sua história pelos olhos da protagonista, resultando muitas vezes em momentos onde ela encontra-se com medo, ou sem conhecimento acerca de um fato, levando a entender a realidade com misticismo e eventos sobrenaturais, mas que com o decorrer da trama, chegando ao seu fim, se explica, integralmente, dentro das circunstâncias explicáveis e plausíveis dentro da lógica racional.

Cabe reforçar aqui acerca desse câmbio de gênero na narrativa – referido por Todorov, como a *troca de gênero* (TODOROV, *Op. Cit.*, p. 49) - onde toda a história segue dentro de uma narrativa sobrenatural, até o momento que seus eventos são revelados como pertencentes à esfera da lógica. Isso por que, precisamente neste caractere, que também seria empregado pela autora Clara Reeve (VASCONCELOS, 2016), ainda que disseminado por Ann Radcliffe, é que viria a resultar mais tarde o romance racional, de cuja descendência surgiria o romance policial (com seu precursor Edgar Allan Poe), e que curiosamente – com toda a ironia com esta colocação –, esqueceria da precursora feminina de sua trajetória, sendo associado historicamente, quase que com exclusividade, à homens (como os escritores para além de Allan Poe, Maigret, Conan Doyle, e a exceção feminina, já no século XX, Agatha Christie).

A obra de Ann Radcliffe nos faz refletir acerca da importância do pensamento racional àquele momento ((VASCONCELOS, 2016), onde a autora busca, ao perpassar o sobrenatural, ainda demonstrar uma explicação lógica para a cadeia de eventos da trama, dando ao leitor a noção de não há eventos sobrenaturais, apenas a falta de conhecimento que gera o obscurantismo. O que de certo modo evoca o preconceito da época para com a Idade Média, onde a mesma é vista como uma época de espíritos e de ignorância. Como retrata a



passagem acerca do fenômeno da eletricidade atmosférica, quando a escritora traz o argumento da misteriosa chama, a protagonista a vê e a interpreta como um presságio negativo que antevê o falecimento de sua tia.

O firmamento, muito escuro, era sulcado, de espaço a espaço, pelos relâmpagos que iluminavam a paisagem com o seu lívido clarão. (...) Emília, dominada por este grandioso espectáculo, voltou os olhos para a esplanada e tornou a avistar a tal chamazita. Ouviu passos e essa luz surgia e eclipsava-se como se estivesse em movimento. (...) Mas como a escuridão era profunda, não conseguiu descobrir o homem, mas somente a chama que parecia brincar em volta dele (RADCLIFFE, *Op Cit.*, p. 193-194).

Ao questionar o sentinela que estava rodeado por essa luz, a personagem recebe tal resposta:

Esta luz - declarou o soldado - apareceu esta noite, tal como a vê, na ponta da minha lança e nunca mais me abandonou, desde que entrei de sentinela. A sua significação não sei (...) O meu camarada (...) Afirma ser um presságio, mademoiselle, que nos anuncia qualquer coisa de mau (*Ibidem*, p. 94-95).

Observa-se aqui, que autora determinou com tal afirmação que os demais personagens daquela circunscrição, do Castelo de Udolfo, também não reconheciam esse fenômeno, atribuindo-lhe uma atmosfera mística. Enquanto, no decorrer da história, com a figura de Beltrão, um mercenário que já havia realizado diversas missões – ou seja, alguém com mais experiência – demonstra conhecer de forma mais racional este fenômeno, conforme evidencia a passagem a seguir, a qual cabe-se observar com a observação da nota de rodapé da autora.

Pelo caminho, reparou em pequenina chama que brilhava na ponta da lança de Beltrão, uma chama idêntica à que vira acender-se na ponta da lança da sentinela, na noite em que a tia morrera. A estranha circunstância causara-lhe supersticiosa impressão.

- (...) Prepara-se tremenda trovoada. Repara na minha lança - acrescentou designando a arma*- Não acredito em milagres, felizmente. Tenho notado que aparece sempre essa chama, quando se aproxima uma trovoada. É infalível. Repara, os relâmpagos começam a rasgar as nuvens.”

[Nota de rodapé] (*) - Hoje são bem conhecidos os efeitos da electricidade atmosférica (*Ibidem*, p. 221).

A subjetividade da personagem principal, nos leva para além dessa noção do sobrenatural explicado, também a compreender os sentimentos da protagonista, de como ela se vê e se sente durante toda a história. Essa forma de consideração da mulher a partir da sua subjetividade veio com ênfase principalmente em função do Romance Inglês, onde a personagem feminina tem o papel fundamental para o enredo, não sendo apenas a jovem indefesa a espera do seu “príncipe encantado”, mesmo que algumas características da



protagonista ainda se assemelham com o *romanesco*, onde a forma de condução da história é totalmente diferente.

Dentro desta esfera que parte do eixo da mulher, é possível ver a presença e importância das diversas mulheres na história de Radcliffe. Estas que movem toda a narrativa, desde a protagonista Emília, como todas as demais, que surgem no decorrer da trama. Iniciando com a morte da mãe da Emília, a qual desencadeia os eventos seguintes, como o falecimento de seu pai, que resulta na descoberta de uma misteriosa relação com uma mulher, da qual seu pai guardara uma fotografia. Estando sozinha, ela é aproximada de sua tia, que mora em Toulouse – para onde Emília acaba por mudar-se – e quando esta se casa com o Senhor Montoni, ela novamente se vê coadunada pelas circunstâncias, a ir morar no Castelo de Udolfo, propriedade do esposo de sua tia. Neste lugar ocorre o falecimento dessa sua parente, em função da personalidade possessiva do anfitrião (este que deseja apenas os bens materiais da família de Emília), além de conhecer Anette, que é serva no castelo.

Ainda que pressionada pelos cerceamentos desse vilão, ela consegue criar um laço de confiança com a criada Anette, com quem vai coalizar forças e passar informações que permitirão a ambas sair deste castelo. Após a sua fuga, ainda ficará em seu pensamento o mistério que envolve seu pai e a moça da fotografia, que será revelado no Convento das Irmãs de Santa Clara, onde então, conhece a Irmã Inês, que na verdade é a Senhora Laurentin, outrora esposa de Montoni, a qual se atribuía um desaparecimento misterioso, e o abandono ao esposo em desamparo. Lá revela-se, que na verdade, esta fora atrás de seu grande amor, o marquês Villeroy e ao descobrir que o mesmo encontrava-se casado, começou a arquitetar um plano para assassinar a atual marquesa, com a finalidade de substituí-la, e ao concluir o seu plano ficara tão desgostosa com a vida, que começara a ter surtos em função da sua consciência pesada, sendo destinada ao convento. Onde finalmente, encontraria com Emília, e nela reconheceria a fisionomia de sua rival, aquela cuja morte foi sua culpa, e desse modo a protagonista conhece a história daquela que fora sua tia, por parte de pai, e da qual ele guardara segredo durante toda a sua vida, temendo que a sensibilidade da filha pudesse resultar em um grande trauma.

A (re)contagem de parte da história com ênfase nas presenças dessas mulheres, cabe tanto no sentido de demonstrar a quantidade significativa de personagens femininas na trama, como a profusão de perfis diferenciados de mulheres dentro da sociedade ilustrada. Essa que, serviria de pano-de-fundo para explorar as próprias profusões de perfis e nuances da sociedade vivida por Ann Radcliffe (casamentos sofridos e forçados, servilismo feminino,



mulheres amarguradas por resoluções desagradáveis por resoluções de amor e matrimônio, vidas femininas condicionadas por outras mulheres e pelos deslocamentos dos homens e padrões de conduta enquadradores do comportamento feminino), que ainda que não problematizados na trama, sensivelmente, podem ser percebidos como uma reflexão da autora sobre tais condições.

Na porção em que ocorre o desfecho do enredo, há novamente a menção acerca dos impulsos e paixões desenfreadas, da qual a autora em seu início aborda e aqui conclui com a personagem da Senhora Laurentini, da qual, “a primeira infelicidade da sua vida, a origem de todas as outras, foi a indesculpável indulgência dos pais que, em vez de moderarem a violência das suas paixões nascentes, deixaram desenvolver, livremente, todos os seus instintos” (RADCLIFFE. *Op Cit* p. 344) – esta que, na reflexão ao final de sua vida, conseguia entender essas pulsões como havendo sido o seu grande mal. Conforme explana a passagem a seguir:

Uma paixão violenta absorve todas as outras, apodera-se por completo do nosso coração, é como um demônio que nos possui e nos faz proceder como demônios, que nos torna insensíveis à piedade, surdas à voz da consciência;(…) Lembre-se sempre disto, minha irmã. A paixão tanto pode gerar o crime como a virtude! A escolha depende de si. Desgraçados daqueles que não conseguem moderar os tumultuosos impulsos do coração! (*Ibdem*).

A preocupação de Radcliffe com a relação dos sentimentos é na verdade baseada no modelo de mulher seguindo o paradigma da burguesia, pois de acordo com esta classe, a mulher deveria manter a sua vida com recato, principalmente, após o uso “dos popularíssimos manuais de conduta dentro da moldura de ficção” (VASCNCELLOS, 2016, p. 80) para cristalizar na sociedade esta figura da virtuosa mulher. Seguindo esses pressupostos tornam-se visíveis nesta obra, a profilaxia de como trabalhar os sentimentos da mulher. A partir da figura da personagem Laurentini, o mau desfecho do sentir desenfreado, como alguém que sofre os impactos de uma vida sem limitações emocionais, resultando na cumplicidade de um crime, conseguindo apenas proporcionar a si um sofrimento até seus últimos dias. Enquanto que, na figura de Emília, que ouvindo o conselho do pai, guardará suas impulsões para os momentos certos, demonstrando moderação do sentir, tem-se como prêmio o reencontro com o seu amor Valancourt – não sem antes, desdobrar-se em outro arroubo de sentimento ao perdô-lo por suas atitudes de jogador e perdulário – findando sua vida feliz.

Cabe um parêntese, interessante, no *felizes para sempre* vivenciado por Emília, uma vez que, comentou-se na análise da biografia das escritoras de como a sociedade e seus costumes repercutiam com/no produto de suas obras. Emília é ajudada diversas vezes por Du



Pont, um rapaz que é seu admirador secreto de longa data, de família modesta e que lhe é afável e prestativo. Já Valancourt, herdeiro de uma família de posses, galante (e que mesmo passando o período da separação do platônico casal, distante, incomunicável e alheio a Emília), permanece sendo seu amor idealizado (na figura do conceito de *primeiro amor*). Agravante a isso, enquanto a jovem passa por mazelas terríveis no castelo – somente sendo ajudada por Anette, Ludovico e Du Pont –, Valancourt se esbalda na boêmia, na jogatina e nos prazeres da vida parisiense.

Para confirmar este quadro, há certa(s) passagem(ns) referente(s) a mudança do espírito de Valancourt, focadas em trabalhar uma possível opressão dos amigos para livrar-se do seu jeito introspectivo e tímido e tornar-se um galanteador e jogador:

Zombavam dos modos comedidos e reservados de Valancourt, que eram como muda censura aos seus, e conspiravam entre eles para levá-lo a seguir-lhes o exemplo (...). Decorreram algumas semanas, o tempo suavizou a intensidade do desgosto e o hábito fortificou o gosto pelos divertimentos (RADCLIFFE, *Op Cit* p. 139).

Enquanto que se enfatizava o heroísmo no mantimento da figura protagonizado por Emília, que se encontrava acoçada pela figura o tio postiço (Montoni), com um pretense imposto casamento com o Conde (Morano), além de assombrada pela atmosfera do castelo e da flora grotesca que o circundava, artificialmente se tentava contrapor seu esforço verdadeiramente arriscado, com pressões de conduta masculina desprovidas de risco algum, e que ainda repercutiam em momentos airosos e de prazer. Ou seja, havia um propósito em enaltecer uma figura feminina que deveria manter, mesmo que a *ferro-e-fogo*, sua virtude e castidade, enquanto aos homens, lhes deveria fazer exaltar o afloramento de uma conduta de envolvimentos amorosos, vida boêmia e ainda assim, ser vista esta adesão a tal modo de caráter, como um encargo masculino, como fica patente na seguinte passagem:

Eis o estado de espírito de Valancourt [referindo-se aos *pesares* da boêmia], enquanto Emília sofria as perseguições de Morano e a injusta opressão de Montoni, ao pensar no rapaz (...) considerando-o como a sua única esperança para o futuro (*Ibdem*, p. 140).

Traduzindo em termos, enquanto as mulheres enfrentavam a severidade, eles “apanhavam com plumas” e ainda se sentiam no direito de gozar da mesma redenção ao final. Da qual de fato gozavam, pois as ingênuas moçoilas alimentadas pelo espírito de castidade e do primeiro amor, lhes perdoavam os deslizes de caráter e ainda ficavam com estes na resolução da trama.



Enfim, um perfeito manual de etiqueta ao atendimento dos desejos masculinos do comportamento idealizado para as mulheres - que perpetuado pela escrita de uma mulher para passar credibilidade às leitoras, às cogenciava a reproduzir a opressão de uma forma de vida a mercê de valores referenciados por homens, em que a própria escritora, ela também, se encontrava acossada por esta estrutura social, que a mantinha num cativeiro ideológico para poder publicar suas obras. Todos estes elementos, que em análises superficiais acerca das obras das obras, do gênero gótico e da biografia das autoras, quando ausentes de problematização, ficaram justificados sob o condão – conveniente a perpetuação do discurso masculino – de *valores da época*.

Afirmado isto, cabe aqui realizarmos uma segunda interpretação na forma como Radcliffe descreve suas personagens, pois ambas, tanto Emilia quanto a Senhora Laurentini, foram mulheres inteligentes, onde cada qual em suas circunstâncias necessitaram driblar as dificuldades para conseguir seus caminhos livres, daqueles a quem consideraram seus rivais. É claro, com consequências em cada ação, muito distintas, e bem definidas como positivas e negativas. Conforme nos prescreve Vasconcelos (2016):

(...)[Seguindo o] ideal de feminilidade em que, se muitas vezes enfatizou a fragilidade (...) [agora] conseguiu combinar nessas personagens beleza (...) [com] uma inteligência viva, vigor mental e uma dose de independência, oferecendo representações alternativas do feminino e uma crítica à atitude e ao tratamento dispensado pela sociedade inglesa à mulher (VASCONCELOS, 2016, p. 111).

A análise que fica, é que mesmo que haja uma lição de moral acerca do comportamento feminino, é visto também que foram estas mulheres que movimentaram todo o enredo, bem como a partir das suas escolhas e das suas vontades - racionais ou não – evocaram uma presença de mulheres fortes e autônomas, detentoras de seu destino.

Com a tensão que dedicou-se extremadamente a análise da psiquê das personagens e sua ambientação com os valores da época da escritora, transpostos com cuidado para uma noção do Medievo em sua obra, pode parecer que negligenciou-se aqui, durante o trabalho focar os aspectos estilísticos da narrativa que o permitem serem enquadrados como do gênero gótico. No entanto, era fundamental realizar-se uma imersão ao conteúdo psicológico subjetivo da trama para chegar-se a entender o conteúdo estilístico da narrativa, afinal, o sombrio só o consegue sem sombrio no gótico de Radcliffe por que é entremeado por uma idealização do racional positivista, que classificava uma Idade Média (a começar pelo termo), desprovida de racionalidade profunda, envolta em trevas, e onde as mulheres, naturalmente, segundo o paradigma da época, estariam mais suscetíveis a ter visões fantásticas, místicas e



inexplicáveis, bem como, a sensibilizar-se, assustar-se e apavorar-se embebidas por esta atmosfera de ignorância. Sem mais delongas a narrativa do fantasmagórico e do horripilante, começa a ser delineada da descrição carregada que a autora faz da impressão de Emília ao castelo de Udolfo logo na chegada:

Emília examinou o castelo quase com pavor. O estilo pesado da arquitectura, as escuras e altíssimas muralhas davam-lhe aspecto imponente e terrível. (...) Quanto mais escura se tornava a noite, mais ameaçadoras se tornavam as altas torres. Emília não deixou de as olhar até que o arvoredo da floresta em que penetraram lhas ocultou à vista, florestas que a pobre rapariga povoava de monstros (...). Em vez de bandeiras, viam-se ervas e trepadeiras bravas que cresciam por entre as pedras. Tudo isto dava ao conjunto um aspecto de desolação (RADCLIFFE, *Op. Cit.*, p. 90).

Noutro trecho, logo adiante, aparece a antítese entre a racionalidade vigente e o clima de pavor remetido a Idade Média: “(...) o coração de Emília confrangeu-se como se entrasse numa **prisão** [grifo meu]. O sombrio pátio que atravessaram mais confirmou esta impressão sinistra e a sua fantasia criou motivos de terror, maiores do que a razão podia sugerir” (*Ibidem*, p. 90).

Ainda na descrição da ambiência, circundante ao castelo, a utilização do termo gótico, propriamente dito:

O musgo, a hera e outras ervas subiam pelos muros e pelas torres ameaçadas que se elevavam por cima deles. Um destes pressentimentos súbitos e inexplicáveis (...), esmagou Emília quando entrou numa sala **gótica** [grifo meu], com altíssima abóbada. As trevas profundas que se acumulavam pelos cantos mais se acentuavam com o fraco clarão de um archote que se avistava ao fundo de uma espécie de claustro (*Ibidem*, p. 91).

O teor psicológico impregnando a descrição da impressão da personagem, das mostras do entendimento acerca de como as mulheres, no paradigma vigente, eram dadas ao desespero fácil, ao assombro e a serem impressionadas com a atmosfera do remoto, do sombrio e do impressionante. Caberia dizer, que esta impressão poderia ser partilhadas por homens da época durante de um cenário de tal feitio, mas era numa mulher que ele se tornava aceitável, crível e passível de protagonizar-se.

Não era de uma pintura que se tratava!... Deu alguns passos pelo quarto e caiu desmaiada.

Quando recuperou os sentidos e se lembrou do que tinha visto, quase desmaiou pela segunda vez. Mal teve forças para sair da sinistra sala e alcançar o seu quarto. (...) o seu espírito desvairado pelo horror quase esquecia os males passados e o receio pelos males futuros, perante o tremendo espectáculo entrevisto pouco antes (*Ibidem*, p. 110).

Talvez a passagem que melhor descreva o cenário do *sublime* de Burke, sendo o ápice da narrativa gótica e seu desfecho de romance racional se emoldure na seguinte descrição:



E o espectáculo gelou-a de horror. Em vez de quadro viu um corpo cujo rosto estava desfigurado pela lividez da morte, meio coberto com uma mortalha e deitado numa espécie de caixão. O facto do corpo aparentar estar já roído pelos vermes (...) evidentes os vestígios dessa destruição. Compreende-se como Emília não se atreveu a olhar duas vezes para coisa tão repugnante. Deixou cair o cortinado e nunca mais lá voltou. No entanto, se tivesse tido a coragem de o observar melhor, o terror e o erro ter-se-iam desvanecido e reconheceria não passar o suposto cadáver de um boneco de cera (*Ibidem*, p. 350).

A presença de termos reincidentes durante a obra, tais como lúgubre, apavorante, tremendo, horror, medonho, entre outros, colaboram a compor na narrativa um suspense que vai se asseverando no intuito de garantir tratar-se de um espetáculo do assombro inexplicável por outro meio que não o metafísico. O sentimento evocado no leitor, é de uma repugnância e temor projetado pela presença das figuras descritas, as quais parecem ser o último ponto no ápice da trajetória da impressão do personagem, quando finalmente, o clímax – paradoxalmente anticlimático – desmistifica a noção, demonstrando um padrão que vai se repetir ao longo de toda obra e no seu próprio desfecho: tudo não passa de um susto causado pelo impressão precipitada. Mas no momento do susto, ao personagem e no leitor, a sensação aterradora é eminentemente real. Mesmo em um século onde o Iluminismo chegava em seu apogeu, as ruínas góticas e a repulsa a uma Idade Média obscurantizada, evocavam nos leitores do gótico a sensação de um temor legítimo. Que qualquer explicação racional poderia afastar.

5 CONCLUSÃO

Considerando o cabedal da contribuição literária de Ann Radcliffe, aproveitando o estreito espaço deixado a explorar uma literatura de fantasia e realidade, há que se reconhecer que emprestando a legitimidade da sensibilidade feminina conseguia fazer ao leitor mergulhar na atmosfera do assombro de suas personagens, devolvendo-os após a leitura ao conforto de não estarem presentes naquele cenário. Convincente e contundente, sua narrativa conseguiria reunir o sofrimento das relações reais das pessoas com as dimensões inesperadas do metafísico.

Ann Radcliffe permeou diversos estamentos sociais com a sua obra, na qual tange principalmente esta condição da mulher submetida aos seus impulsos (e dos quais deve se distanciar segundo o paradigma neste principiante século XIX), que perpetuava muitas crenças de fundo religioso, pois seguia com os valores tradicionais (onde aos homens era possível se aventurar na ciência, enquanto as mulheres ficavam relegadas ao referencial místico e metafísico), e onde o lugar da mulher era o de submissão à hierarquia masculina



(pois esta vinculava-se diretamente com o seu lugar social, ora filha, ora esposa ou viúva, nunca ela por si, mas sempre condicionada por alguém). Essa sensibilidade da autora é, de modo sutil, uma crítica a condição feminina, que perpassa a sociedade, pois ainda que a aura do gótico, por não ser tão comum, fosse mais invocada quando pensada na obra de Radcliffe – sendo este um dos motivos de porque ela fora epitetuada como “A Mãe do Gótico”, e por este apelido lembrada posteriormente – de forma elegante ela conseguiria evocar diversas leituras críticas da sua obra, tanto como alguém que acreditava nestes valores, por pertencer e pactuar com a sociedade a qual pertencia, quanto alguém que denunciara em suas obras essa narrativa da condição feminina como uma forma de alertar a situação em que se encontrava a mulher e a naturalidade com que estes valores estavam empregados socialmente e culturalmente.

De qualquer forma, esta obra é elencada como um marco, dentro da esfera linguística por pertencer ao gênero gótico e possuir um final racional, como também pela sua manifestação acerca da sensibilidade feminina. Sensibilidade e elegância, que abririam espaço ao longo dos anos para o estabelecimento de toda uma geração de jovens escritoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FACER, Ruth. **Ann Radcliffe (1764-1823)**. Chawton House Library.2012. Disponível em: <<http://www.chawtonhouse.org/wp-content/uploads/2012/06/Ann-Radcliffe.pdf>> Acesso em: 02 set. 2016.

LEMONS, Flávia C.S. *História, Cultura Subjetividade: problematizações*. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19 - n. 1, p. 61-68, Jan./Jun. 2007.66.

MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Revista Mal-Estar E Subjetividade**. V.III.n. 2. Fortaleza. Set., p. 418-438, 2003.

MELANI, Lilan **Ann Radcliffe**. Academic Brooklyn. 2002. Disponível em: <http://academic.brooklyn.cuny.edu/english/melani/novel_18c/radcliffe/index.html>. Acesso em: 09 set. 2016.

MEYER, Marlyse. *Mulheres romancistas inglesas do século XVIII e romance brasileiro*. In: **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993. p 48

NORTON, Rictor. Ann Radcliffe, 'The Shakespeare of Romance Writers'. In: DESMET, Christy; WILLIAMS, Ann. **Shakespeare Gothic**. Cardiff: University Of Wales Press, 2009. p. 37-59.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p.67

RADCLIFFE, Ann Ward. **Os mistérios do Castelo de Udolfo**. Lisboa: Romano Torres, 1960.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução a Literatura Fantástica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.



TRIVELATTO, Francesca “Is there a future for Italian Microhistory in the Age of Global History?”, *California Italian Studies*, v. 2, n. 1, 2011.

VASCONCELOS, **A Formação do Romance Inglês: Ensaio Teórico**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild p.114

VASCONCELOS, Sandra Guardini. **Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII**. 1ª ed. reimpressa. Editora Boitempo. São Paulo. 2016.

VERTUAN, Ederson. **“Detetives” do Acaso: Edgar Allan Poe e André Breton**. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Estudos Literários, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

WALPOLE, Horace. **O Castelo de Otranto**. Tradução de Alberto Alexandre Martins. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.



A erosão do masculino em *souvenirs* da Grande Guerra: virilidade e corpo militar.

Lucas Otavio Boamorte¹

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 10/01/2020

RESUMO

O trabalho analisa um conjunto de representações imagéticas veiculadas através de cartões-postais franceses difundidos no período da Grande Guerra (1914-1918). Buscando perceber como os combatentes franceses eram representados neste tipo de mídia e contrapondo com os relatos de soldados que lutaram no front, a pesquisa buscou através do método iconográfico/iconológico desenvolvido por Panofsky (2011) e utilizado em diversos trabalhos de Stancik (2009, 2012, 2013, 2014, 2017) perceber as mudanças nas representações do corpo militar nesses cartões-postais e discutir sobre virilidade em um tempo de transição característico do século XIX para o XX, salientando rupturas e permanências nesse processo. Estes cartões-postais faziam evidente defesa ao militarismo, à virilidade e ao enaltecimento da imagem do militar, colocando este como um componente imprescindível para a defesa dos interesses da nação em tempos de guerra. Concluiu-se que esses *souvenirs* prestaram-se a expressar concepções idealizadas da guerra, além disso, exerceram o papel de difusores dessas concepções.

Palavras-chave: Virilidade. Corpo. Masculino.

The male erosion in the Great War *souvenirs*: virility and military body.

ABSTRACT

This paper analyzes a group of representations imagistic transmitted through spread French postcards in the period of the Great War (1914 -1918). Looking for to notice as the French combatants was represented in this media type and opposing with the soldiers' reports that struggled in the front, the research search through the method iconography/iconological developed by Panofsky (2011) and used in several works of Stancik (2009, 2012, 2013, 2014 2017) understand how changes in representations of the military corps in these postcards and discuss virility in a characteristic transition time from the 19th to the 20th century stressing ruptures and permanences in this process. These postcards made a clear defense for militarism, to the virility and enhancement of the military's image, placing this as an indispensable component for the defense of the nation's interests in wartime. It was concluded that these *souvenirs* were able to express idealized conceptions of war, In addition, they played the role of diffusers of these conceptions.

Palavras-chave: Virility, Body, Male.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8594079800079714>. E-mail: lucasboamorte.contato@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O corpo é uma ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve, se reconstrói através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e dos sistemas simbólicos (CORBIN, 2008, p. 9).

Ao pensar em problemáticas a respeito do corpo, sobretudo militar, o presente estudo se preocupa em evidenciar as transformações ocorridas na representação do corpo viril de combatentes em cartões-postais franceses circulados durante o período da Primeira Guerra Mundial. Pensar a guerra como um marco para rupturas de pensamentos e valores estéticos se mostra salutar no campo da história, principalmente quando levamos em consideração as propostas de Henry Rousso (2016) onde o autor compreende a guerra e/ou um evento catastrófico como um elemento fundamental para uma mudança na prática e na percepção histórica. Esse “momento inaugural”, dado exemplo à Primeira Guerra Mundial, por seu caráter violento e repentino, “gera no cerne da sua deflagração, e depois em seus efeitos, o sentimento de uma nova ruptura na continuidade histórica (ROUSSO, 2016, p. 99).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é considerada por Hobsbawn (1995) como o marco do fim do mundo, um conflito que toma proporções gigantescas e pelos quais os países beligerantes não contavam que se estenderia até o verão, entretanto a Primeira Guerra Mundial torna-se a Grande Guerra, uma guerra total, a guerra romântica de combates heroicos converte-se em uma guerra de trincheiras, intransponível, lamacenta e suja. Neste contexto, qual seria o lugar do viril soldado em meio a tantas tormentas? Onde estariam os cavaleiros emplumados, ornamentados e com o sabre na mão, ao engalfinhar-se contra metralhadoras e arames farpados?

A reflexão deste trabalho vai no sentido de salientar a guerra que ocorre no campo do simbólico e do imaginário, ressaltando as especificidades deste conflito em particular – a Primeira Guerra Mundial- e o significado da guerra para os países envolvidos no conflito, bem como dos combates travados pelos soldados a partir dos relatos escritos por eles durante o conflito, muitos retratando suas primeiras experiências no *front* de batalha. Esses relatos são válidos sobretudo quando se contrapõe com as imagens idealizadas de soldados representados em cartões-postais franceses do início do século XX. Esta representação, dentro da história cultural, é proposta por Chartier (1991) da seguinte forma:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, pois centra a atenção sobre as



estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

Isto posto, vale aqui ressaltar outro aspecto, o que a guerra deve também ser percebida como integrante de algo maior, que é a cultura, visto que ela não é apenas a continuação política por outros meios, pois transcende ela, “o seu fazer envolve práticas e representações que são sociais e culturais, portanto, não se explicam somente na e através da esfera política” (STANCIK, 2014, p.75). Mais que imagens da guerra, os cartões-postais, nos oferecem uma verdadeira e acirradíssima guerra de imagens, ou seja, entendida para além daquela noção que a restringe às ditas “grandes” realizações literárias, artísticas, filosóficas – à assim chamada cultura erudita -, para, em seu lugar, “pensa-la enquanto sistemas simbólicos caracterizados por práticas produtoras de determinadas formas de identidade social, construídas em meio a rupturas e permanências” (STANCIK, 2017, p. 10) .

O uso de fontes iconográficas - como as imagens presentes no anverso dos cartões-postais- na pesquisa histórica é significativa devido as suas potencialidades de interpretação de um dado contexto histórico, é necessário ter em mente que estas não são feitas simplesmente para serem observadas, mas também para serem lidas. Assim é fundamental reconhecer que a fotografia (base para a confecção dos postais desta pesquisa) se constitui como uma valiosa fonte histórica, é compreende-la como “um meio de conhecimento pelo qual visualizamos microcenários do passado” (KOSSOY, 1989, p. 51), e, reconhecendo que ela própria possui sua história.

A particularidade da fonte imagética sugere uma metodologia que seja capaz de explicitar elementos externos e internos dos cartões-postais que serão submetidos à análise. No que se refere a metodologia adotada, destaca-se o método iconográfico/iconológico desenvolvido por Panofsky (2011) com a ampliação do debate promovida por Peter Burke (2004) e Meneses (2012) com relação à inclusão da fotografia ao método, além dos trabalhos associados aos postais de Stancik (2009, 2012, 2013, 2014, 2017).

Conforme Panofsky, “a iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma” (PANOFSKY, 2011, p. 47), este método reflete sobre identificação de imagens e alegorias bem como no reconhecimento das motivações. Desta forma, a iconografia caracteriza-se por ser um método de procedimento descritivo, estatístico e classificatório. Panofsky propõe o termo iconologia no sentido de interpretação dos valores simbólicos nas imagens.



Destacando as considerações de Meneses (2012), a iconologia resulta em um passo adiante na elaboração de teorias, generalizações, integração de informação e perspectivas pois trata-se de um método de interpretação que decorre mais da síntese do que propriamente da análise. Para Kossoy, “a análise iconográfica tem como o intuito de inventariar e classificar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos”, assim prevalece o aspecto literal e descritivo.

A crença de que as câmeras não mentem ainda perdura até os dias atuais. Conforme Burke salienta, “um dos motivos do entusiasmo pela fotografia na época de sua criação foi justamente pela sua pretensa objetividade” (BURKE, 2001, p. 01). Com efeito, “sua fidedignidade é em geral aceita *a priori*, e isto decorre do privilegiado grau de credibilidade de que a fotografia sempre foi merecedora desde seu advento” (KOSSOY, 1989, p. 69).

Contudo, na análise das imagens fotográficas do século passado “torna-se difícil levantar dúvidas quanto à fidedignidade dessas representações do ponto de vista iconográfico” (KOSSOY, 1989, p. 71). Isso se dá em virtude dos conteúdos destas imagens mostrarem assuntos compostos por elementos bem organizados e petrificados antes mesmo de se registrar a foto, ou seja, do congelamento fotográfico. Para Peter Burke, os fotógrafos podem incentivar os observadores a assumir certas posições. Neste sentido, “podem querer convencer o público a ver a guerra, ou uma determinada guerra, como gloriosa, enfatizando a coragem e as vitórias”, ou podem estar envolvidos num projeto de “conscientização” do público sobre determinados problemas sociais” (BURKE, 2001, p. 02).

Desta forma, a análise iconológica configura-se como um método indispensável para os estudos da imagem. Assim a análise iconológica pode ser dividida em três níveis. O primeiro, o pré- iconográfico, é basicamente descritivo e se fundamenta na experiência cotidiana complementada pelo conhecimento de repertórios para definir informação factual, bem como expressiva. Desta maneira se identificam pelas formas os objetos e as relações primárias, que podem construir os eventos. O segundo nível, o da análise iconográfica propriamente dita, trata-se das significações secundárias, das convenções, fórmulas, motivos artísticos, temas e conceitos. O último nível é o da interpretação iconológica, “a procura de uma espécie de mentalidade de base” (MENESES, 2012, p.245). O significado iconológico corresponderia então à capacidade da mente de representar. Para Roger Chartier, a representação reside em identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, e dada a ler. Desta forma, o autor esforça-se em compreender os



esquemas intelectuais que “criam as figuras, graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1991, p.17).

Na definição do autor:

As acepções correspondentes à palavra representação atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo tal como é (CHARTIER, 1991, p. 184).

Descobriu-se assim que a fotografia enquanto objeto poder-se-ia ser (re) apresentado eternamente. E esse é o tempo da representação, que conserva a memória na longa duração. Trazendo à tona as considerações de Jaques Le Goff, Mauad (2011) tece uma linha de raciocínio que situa a fotografia como documento/monumento, para a autora a fotografia é produto de práticas e experiências históricas de mediação cultural. Nisso consiste a fotografia como uma experiência histórica, que nos permite abordar fotografias como imagem, documento e monumento.

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996, p. 08).

2 OS *SOUVENIRS* DA GUERRA

Partindo de tais reflexões, consideramos que os cartões-postais do início do século XX são exemplos notáveis desta documentalização e monumentalização dos objetos iconográficos. Carlo Ginzburg, descreveu a busca de pequenas pistas como um paradigma epistemológico, um texto ou uma imagem podem ser vistos como um sistema de signos. Os historiadores que se empenham em estudar as imagens, necessitam ler nas entrelinhas, observar detalhes pequenos, mas significativos, não deixar de incluir em seu raciocínio as possíveis ausências significativas, usando-as como indícios para informações que os produtores das imagens desconheciam possuir ou as introduziram propositalmente.

Para compreender o emprego de cartões-postais em tempos de guerra, faz-se necessário entender ao mesmo tempo sua característica documental, e seu caráter de correspondência,



transmissor de informações e de memórias. A vasta utilização de cartões-postais durante a guerra se dava pelo fato destes sofrerem menos censura do que outros tipos de correspondências, e da facilidade de despacho e de entrega, inclusive sendo incentivado o uso pelo Estado. Além disso, os postais serviam como forma de lembrança e de não esquecimento, uma maneira de informar parentes e amigos que estavam bem ou vivos.

O cartão-postal pode ser caracterizado também como um importante símbolo de um mundo que se configura em uma imagem modelada por um aparente progresso. Conforme Sotilo (2014) “o postal é a síntese de um período de transformação, que agrega em sua representação traços de um projeto cultural, ideológico, social e econômico de uma sociedade que se auto representa moderna e expansionista” (SOTILO, 2014, p. 07).

Para ela, “o cartão-postal representa um tipo especial de memória em nossa cultura, simbolizando a circulação da imagem e do texto, bem como a popularização, a reprodução e a massificação da fotografia no século XX” (SOTILO, 2015, p. 01).

Todavia, o cartão-postal foi também demasiadamente utilizado para transmitir mensagens de caráter belicoso, através de mensagens verbais e não-verbais, tratam-se de cartões-postais colocados a serviço da guerra, verdadeiras armas, desenvolvidas e empregadas antes do início da deflagração que funcionavam como “ferramentas de comunicação de massa, visando produzir efeitos sobre corações e mentes, por intermédio de mensagens diretas e simples, capazes de instigar, seduzir e até mesmo coagir” (STANCIK, 2017, p. 19).

Esses postais empenharam-se em mobilizar a opinião pública em favor da guerra, criando iscas para o olhar de forma a comunicar valores. De acordo com Stancik:

Ao fazê-lo, os cartões-postais tenderam a oferecer “ilusões” e não tanto a “realidade social”. Tendiam elas, salvo as inevitáveis exceções, a representar de forma suavizada tudo o que estivesse relacionado à guerra e suas dramáticas consequências, negando-se a expor a dor e o sofrimento a ela associados ou dela decorrentes (STANCIK, 2017, p. 22).

Não obstante, apesar de seu caráter apologético à guerra, os postais representavam cenas plenas de candura, cenários floridos, coloridos à mão em tons suaves, com o intuito de preparar o espírito para o confronto que estava por vir. É importante ressaltar a predominância atribuída aos valores viris e enaltecidos de uma imagem cavalheiresca e de virtudes militares nas representações veiculadas em cartões-postais franceses que antecederam a Primeira Guerra Mundial.



Na França pré-guerra, existia a romântica visão de combatentes que lançavam-se heroicamente contra seus inimigos, em defesa da sua família, do seu lar e de sua Pátria. Compreender essa percepção requer retomarmos ao passado em busca de rupturas, mas sobretudo de permanências de formas de pensamentos característicos do século XIX.

O período de transição do fim do século XIX e início do XX é marcado por transformações e permanências de pensamentos que ligam-se ao imaginário social francês. Um elemento em destaque é o evidente culto à guerra conforme ressaltado por Arno Mayer:

Numa atmosfera intelectual e psicológica carregada de influências social-darwinistas e nietzschianas, a guerra era celebrada como um novo remédio que curava tudo. A violência e o sangue da batalha prometiam revigorar o indivíduo, restabelecer a nação, restaurar a raça, revitalizar a sociedade e regenerar a vida moral. Além de ser uma panaceia, a guerra era uma prova ardente que testava o vigor físico, a força espiritual, a solidariedade social e a eficiência nacional. A ideia de derrota tornou-se praticamente inconcebível, enquanto a vitória era aguardada como demonstração irrefutável da capacidade pessoal, social e política” (MAYER,1990, p. 295-296).

Pensando nos postais, estes “foram elaborados para incorporar elementos constituintes do imaginário coletivo que, em intenso diálogo com modos de pensar, sentir e agir característicos do século XIX, permeavam a sociedade francesa de então” (STANCIK, 2013, p. 238). A guerra moderna, inaugurada com a Grande Guerra, substituiu, de forma decisiva e impiedosa, a sua versão romântica.

2.1 Virilidade e o Corpo Militar de combatentes em imagens

Vejamos os postais da Figura 1 e 2. Nestes, os soldados são apresentados plenos de confiança, vitoriosos, diante de um impotente combatente alemão que se mostra prostrado, completamente incapaz de esboçar reação.

Na figura 1, fica evidente o contraste produzido pela expressão desdenhosa do francês que aparece em pé, altivo, com um discreto sorriso, em relação ao alemão, cujo olhar é assustado, revelador de completa fragilidade e impotência, “cuja leitura propõe a superioridade da França de maneira incontestável perante uma Alemanha quase totalmente incapaz de esboçar um mínimo gesto de defesa” (STANCIK, 2012, p. 114).

Figura 1 – Soldado francês triunfante.



Fonte: BOULANGER, M. Cartão-postal, série Gloria. *Le boche crève d'un coup dans l'Aisne*, postado em 29 dez. 1914.

Figura 2 – Soldado alemão suplicando clemência.



Fonte: BOULANGER, M. Cartão-postal n. 58, série Gloria. *Vil prussien. Crèves. Tu n'auras pas sali de tes bottes notre Beau Paris*, manuscrito pelo remetente em 26 dez. 1914.

O cartão-postal da figura 2 traz mensagem semelhante, nele consta um *poilu*² em pé, triunfante, enquanto o soldado alemão (reconhecidamente pelo seu capacete, o *pickelhaube*), se apresenta imobilizado e de joelhos, suplicando clemência e nitidamente derrotado.

A leitura da imagem e da legenda enfatizam a incapacidade do alemão de chegar a Paris, onde figura a Torre *Eiffel* ao fundo, além de desqualificar o combatente alemão por meio de palavras e imagens. Fica evidente nas representações o enaltecimento da imagem militar, e o caráter apologético ao militarismo. Além disso, os postais reafirmam concepções segundo as quais os combates se desenvolveriam sob inteira dependência da bravura, do preparo e da disposição dos soldados, que alcançariam a vitória com suas espadas, um verdadeiro culto ao

² Expressão afetuosa, *poilu* (“homem forte, valente”) foi o termo através do qual os combatentes franceses tornaram-se conhecidos por seus compatriotas, em alusão à sua bravura em combate (STANCIK, 2014).



sabre e a baioneta, numa França “que se constituíra sob um espírito que valorizava o orgulho, o heroísmo e a vaidade militar, romantizando o combate corpo a corpo, “Essa forma de representar a luta, conforme se pode perceber, remete, muito mais que à guerra, ao duelo, forma de enfrentamento na qual dois indivíduos defendem sua honra, segundo códigos vigentes na sociedade do Antigo Regime, mas ainda presentes às vésperas da Grande Guerra” (STANCIK, 2013, p. 20).

A guerra moderna trouxe avanços tecnológicos e formas de agir em combate que desbancou formas tradicionais de guerra, entretanto, a França dedicava-se a manter certa visão romanceada da guerra e dos combatentes. Um exemplo disso é a longevidade pelo qual o uniforme colorido foi utilizado pelas tropas francesas durante o início da Primeira Guerra Mundial.

Claramente inadequado para o tipo de guerra que se instaurava, o uniforme era composto por um sobretudo azul usado mesmo sob sol escaldante, calças e quepe vermelho – vide figura 1 e 2-. “Ao invés de trajar uniformes destinados a ocultá-los, torná-los menos visíveis no campo de combate, os soldados ostentavam orgulhosamente cores vistosas, as cores da sua bandeira” (STANCIK, 2012, p. 111). Na França, os militares continuaram a considerar a guerra como um torneio em que “ganhavam o melhor”. “O combate continuava a ser um assunto de honra no qual reinavam os princípios e a moral cavalheiresca. Conta-se mais com a tradição guerreira do sangue dos antepassados do que com os progressos da técnica” (FERRO, 2014, p. 133).

O uso de frágeis aeronaves, invenção recente, mas já empregada à guerra, apesar de moderna, em certa medida, revela uma transposição do espírito cavalheiresco – resquício medieval - para o combate aéreo, em que ao fazer uso de tais aeronaves tendia a privilegiar a bravura e coragem dos pilotos combatentes, pelo qual deveria enfrentar a morte bravamente - como haviam feito os cavaleiros medievais-. Segundo Eksteins:

Os “cavaleiros do céu” estavam envolvidos num conflito em que o esforço individual ainda contava, em que as noções românticas de honra, glória, heroísmo e bravura ainda se mantinham intatas. No ar, a guerra ainda tinha significado. Os aviadores constituíam a “aristocracia do ar” [...]. Associava-se o ato de voar à liberdade e à independência, uma fuga da horrenda matança coletiva de uma guerra de equipamentos. Na guerra aérea podiam-se conservar valores, inclusive o respeito pelo inimigo, valores que jaziam nos fundamentos da civilização e que a guerra terrestre parecia estar negando (EKSTEINS *apud* STANCIK, 2017, p. 38).

A guerra romantizada e idealizada em singelos cartões-postais exibiu um combatente forte e pleno de confiança, um *poilu* capaz de matar e morrer pela sua pátria e que travaria suas



lutas portando armas dignas de cavalheiros. Contudo, o que se viu na realidade foi um trágico declínio dessas concepções. A carnificina generalizada e a guerra de trincheiras modificaram o modo de agir e pensar dos combatentes, que não se reconheciam no tão idealizado cartão-postal.

3 A ECLOSÃO DA GRANDE GUERRA

O século XX é considerado por Eric Hobsbawn o século mais assassino de que temos registro, na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu. Este breve século XX começa com a Primeira Guerra Mundial, “que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX” (HOBSBAWN, 1995, p.19). Segundo o autor, agosto de 1914 é o marco das mudanças ocorridas no início do século e que pôs fim ao longo século XIX, é considerado o marco do fim do mundo feito por e para a burguesia. “Depois da *Belle Époque* e da crença num progresso material e espiritual irrefutável, tudo desabou e a guerra total, os genocídios e a desesperança como horizonte histórico nunca mais nos abandonaram” (CANFORA, 1914, p. 08).

De fato, a Grande Guerra acima de tudo “redefiniu o que as pessoas poderiam aceitar, suportar ou justificar, e por isso, se destaca como um marco na experiência humana pelo tanto que dessensibilizou a humanidade para a desumanidade da guerra moderna” (SONDHAUS, 2013, p. 11).

Neste sentido, os combatentes modificaram-se, “o inimigo tornava-se cada vez mais uma abstração à medida que a guerra sofria mudanças. O cavalheiro também se tornou uma abstração. E o herói perdeu o seu nome; tornou-se o soldado desconhecido, sem nome e sem rosto” (EKSTEINS, 1991, p. 180).

Cabe aqui ressaltar em algumas palavras o contexto de dois países imprescindíveis para compreender as especificidades do conflito: A França e a Alemanha.

3.1 A Guerra para a Alemanha

A Guerra de 1914 certamente não foi forçada sobre as massas; foi até desejada por todo o povo. Havia um desejo de dar fim à sensação geral de incerteza de uma vez por todas. E só à luz desse fato se pode entender como mais de dois milhões de homens e jovens alemães aderiram voluntariamente à bandeira, prontos a derramar a última gota de seu sangue pela causa (Adolph Hitler, 1934 *apud* Sondhaus, 2013).



O surgimento do Império Alemão trouxe uma inquietante perturbação à Europa. Sendo proclamado em Versalhes, o novo *Reich* gozava de um grande espólio adquirido em 1871, as indenizações de guerra e os territórios da Alsácia-Lorena. A Alemanha, cuja unificação se deu após a Guerra Franco-Prussiana, e que no espaço de uma geração se tornou uma temível potência militar e industrial, “era, nas vésperas da guerra, a representante mais avançada da inovação e da renovação” (EKSTEINS, 1991, p. 13).

Em dados demográficos a Alemanha demonstrara um aumento populacional de 42,5 milhões de habitantes para 49 milhões em 1890 e 65 milhões em 1913. “Às vésperas da Grande Guerra, a perspectiva era a de que o número de alemães seria maior do que os de franceses, numa proporção de dois para um” (EKSTEINS, 1991, p. 97), já no início do século XX, a lógica habitacional se inverteu e grande parte da população residente em áreas rurais passou a viver nos centros urbanos.

Para Eksteins, o impulso geral na Alemanha antes de 1914 era inteiramente orientado para o futuro. Onde havia insatisfação, esse estado de coisas deveria ser superado pela mudança. Neste sentido, se a ideia do espírito em guerra era fundamental para a autoimagem da vanguarda europeia anterior a 1914, a Alemanha era a nação que melhor representava essa ideia de romper o cerco da influência anglo-francesa.

Segundo Canfora, a Alemanha, que possuía a maior classe universitária da Europa, lançou sobre os países inimigos uma verdadeira “guerra dos espíritos”, afim de ferir o país em suas estruturas intelectuais. “A guerra dos espíritos é uma guerra em que a inteligência de todos os países em luta se empenhou da forma mais fácil de se imaginar, ou seja, por meio de “apelos” à opinião pública mundial” (CANFORA, 2014, p. 119).

A Guerra Franco-Prussiana, conflito que envolveu França e Alemanha em 1870, mostrou que era possível uma vitória alemã em uma só frente, dado seu potencial militar. No início da Grande Guerra, a Alemanha acreditou que uma *blitz* – um ataque relâmpago – sucumbiria a França em apenas seis meses, especialistas militares alemães afirmavam que uma guerra rápida e arrasadora era preferível a um conflito prolongado.

Conforme citado por Hastings, um desses especialistas aponta: “A destruição implacável das forças e das armas inimigas é o objetivo mais humano, por estranho que pareça. Quanto mais generosa e ampla é a definição do termo ‘humanidade’, menos efetiva se torna a guerra”. E completa: “Dessa maneira, mais tempo ela durará. Só o emprego irrestrito de todos os elementos de força pode alcançar a derrocada rápida e decisiva do inimigo” (HASTINGS,



2014, p. 167). Como escrevera Guglielmo Ferrero, “A França é um país belicoso, a Alemanha é um país militarista” (FERRO, 2014, p. 30).

3.1.1 A Guerra para a França

Oh! soará a hora — nós a sentimos chegar — dessa desforra prodigiosa. Ouvimos desde já nosso triunfante porvir marchar a passos largos na história. Sim, de amanhã em diante vai começar; de amanhã em diante a França não terá mais que um pensamento: recolher-se, repousar no terrível pensamento da desesperança; recobrar forças; erguer seus filhos, alimentar de santas iras essas crianças que se tornarão grandes; forjar canhões e formar cidadãos, criar um exército que seja um povo; chamar a ciência em auxílio da guerra (VITOR HUGO, 1871 *apud* RIBEIRO, 2009).

A França, como apontado por Canfora (2014) era considerada como sendo o país mais adiantado por ser uma república, diferentemente dos outros países beligerantes como a Inglaterra e Itália que se constituem como um reino e a Alemanha e Áustria-Hungria que são dois impérios. “A França, nessa guerra, é o país no qual a propaganda é particularmente incisiva quanto ao tema da contraposição de modelos (democracia *versus* autocracia) em relação ao antagonismo de além-Reno” (CANFORA, 2014, p. 54).

Depois da derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e da perda da Alsácia-Lorena para os alemães, “a Alemanha tornou-se não apenas o inimigo desprezado, mas a encarnação do mal e, portanto, a antítese da França” (EKSTEINS, 1991, p. 74). Os sentimentos de derrota e de revanche alimentavam uma tradição antigermânica. “O alemão é o *boche*³, o assassino de meu irmão, e o espírito de vingança prevalece sobre o cansaço e o medo. O *boche* é o inimigo atávico, o predador de nossas duas províncias, o invasor. A justiça e o direito estão com os franceses” (VINCENT, 1992, p. 208).

O revanchismo francês influenciaria o imaginário popular e o universo político e cultural dos franceses, contribuindo assim para um estabelecimento de um nacionalismo exacerbado em que via na tradição antiprussiana uma maneira de atingir o espírito dos jovens franceses para a custosa reconquista de suas regiões perdidas.

A mobilização francesa para a guerra foi tardia e pouco dimensionada, enquanto o comando alemão instalou trincheiras cimentadas, e resistentes aos ataques de obuses e aos efeitos da lama, os franceses insistiam em acreditar que seria possível uma guerra de movimento

³ *Boche* era o termo pejorativo empregado na França para fazer referência aos alemães, considerados pelos franceses como seres inferiores, cruéis, toscos, pouco civilizados (STANCIK, 2013).



e haviam instalado apenas trincheiras de terra, pensando que a guerra duraria pouco tempo. A atmosfera francesa também era diferente, o futuro historiador Marc Bloch, sargento do exército francês em 1914, lembrou que Paris durante os primeiros dias de mobilização “estava tranquila e um pouco solene” (BLOCH, 1991, p. 78).

Conforme Hastings (2014), o exército francês possuía menos armas automáticas que os alemães e britânicos, “a metralhadora se tornaria conhecida como “*arme noble*” e todo comandante reclamava de não ter quantidade suficiente, entretanto, no início da guerra nenhum oficial galante queria ter seu nome associado a uma tecnologia tão pouco cavalheiresca” (HASTINGS, 2014, p. 173). “O notável em 1914 foi que relativamente poucas metralhadoras geraram vastas carnificinas” (HASTINGS, 2014, p. 173).

3.1.1. A guerra de Trincheiras: da glória à erosão do masculino

De acordo com Eksteins, de início houve relutância em aceitar a realidade da guerra de trincheira. Para os franceses, é claro, se atribuía a guerra de trincheiras aos alemães; foram os primeiros a recorrer a esta forma *não-viril* de luta. “O general Cherfils acusava o *boche* de se comportar como uma “toupeira covarde”, recusando um combate viril e honesto *à la loyale*” (EKSTEINS, 1991, p. 215).

Vejamos as figuras 3 e 4, que apresentam combatentes “em ação” de formas distintas.

Figura 3 – Soldados enfileirados na trincheira



Fonte: Autor/editor não identificados. Cartão-postal n. 19, série *Patrie*. *Dans la tranchée*, manuscrito pelo remetente em 20 jan. 1915.

Figura 4 – Soldado fazendo pose em estúdio



Fonte: Autor/editor não identificados. Cartão-postal n. 708, série *Novelta*. *Donner la classe à ces corbeaux / C'est tirer de vilains oiseaux*, manuscrito pelo remetente em 14 out. 1915.

Na Figura 3, podemos perceber que os combatentes estão enfileirados em uma trincheira claramente vulnerável e exposta. Certamente, se não estivessem em um estúdio fotográfico seriam alvos fáceis. Percebe-se as explosões ao fundo na tela pintada e a ambientação que tenta retratar um combate em uma trincheira.

A imagem também mostra o olhar severo do combatente, com armas em posição e um detalhe na parte inferior, um *pickelhaube*, capacete usado pelo exército alemão, o que denota que o soldado francês abatera seu inimigo e possuía o prêmio por tal feito.

Com uma ambientação modesta, o cartão-postal da figura 4 apresenta um combatente de joelhos com o rifle apontado para cima com um dos braços apoiado sobre o que seria um banco com pedras esparsas, o que possivelmente denotariam ser escombros. Ainda que altamente idealizados, os cartões-postais revelam mudanças na expressão corporal dos



combatentes que agora se apresentam de joelhos, prontos para o combate, porém imobilizados em enlameadas trincheiras. “A mutação da guerra, da glória à erosão do masculino, é uma experiência do século XX” (MOREIRA, 2012, p. 323).

O alcance dos armamentos e a capacidade de destruição técnica inauguram na Primeira Guerra Mundial o corpo do soldado rastejante, destituído das honras da cavalaria, “do corpo em pé, do soldado que combate ereto ou, no máximo, ajoelhado, diante de armamentos de alcance reduzido, passa-se ao soldado rastejante” (MOREIRA, 2012, p. 326).

Rosimeri Moreira (2012) ao tratar do tema do corpo militar, se preocupa em evidenciar que estes corpos viris seriam colocados em xeque a partir do momento da inclusão das mulheres em espaços antes considerados estritamente masculinos. Além disso, a autora destaca elementos importantes para se pensar a instrumentalização do corpo. Segundo ela o “controle dos gestos e a economia dos movimentos regularizam o corpo material e simbólico dos militares” (MOREIRA, 2012, p. 323).

Nas palavras de Castro (*Apud* MOREIRA), o “militar” é caracterizado por:

A entonação da voz clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada, uma noção rígida de higiene corporal –, usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio [...]. O senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com as causas “nobres e elevadas” [...]; o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia [...], uma vida levada ao ar livre, saudável, mais natural (2004, p. 45-46 *Apud* MOREIRA, 2012, p. 323).

É desta forma que o militarismo e a virilidade apresentam-se entrelaçados como a capacidade para a guerra, e a mobilização para a ação, para a violência. Alain Corbin (2013), tratando sobre a virilidade, ressalta que “a virilidade se identifica com a grandeza, com a superioridade, a honra, a força - enquanto virtude -, com o autodomínio, no sentido do sacrifício, com o saber-morrer por seus valores” (CORBIN, 2013, p. 9). Ao mesmo tempo, “a virilidade tem relação com a morte; a morte heroica no campo de batalha ou na arena do duelo” (CORBIN, 2013, p. 9).

A representação dos combatentes nos postais não condiz com as condições a que foram submetidos os soldados franceses durante a Grande Guerra, “pelos quais se empenhavam em sobreviver em meio à mais desgastante rotina de sofrimento e banalização da morte” (STANCIK, 2014, p. 88).



As trincheiras acabaram por derrotar o orgulhoso e viril combatente que transformou-se em um homem deitado, impotente, cercado pelo perigo, pela morte e pela lama.

4 CORPOS LANÇADOS À GUERRA

Na memória popular e em relatos históricos, a Primeira Guerra Mundial se tornou a última guerra recebida com amplo entusiasmo patriótico. Segundo Sondhaus “os dias em torno de agosto de 1914 foram lembrados por seu derradeiro suspiro de ingenuidade coletiva, antes que a dura realidade do moderno massacre de massa se instalasse” (SONDHAUS, 2014, p. 222).

Alguns desses relatos serão exemplificados aqui para dimensionar a realidade pelo qual os combatentes passavam em comparação àqueles singelos postais. Longa, dolorosa, mortífera, assim Marc Ferro considera a Grande Guerra, uma guerra que por muitos era esperada e por outros ainda sem saberem muito bem o porquê partiram rumo ao desconhecido, ou pior, ao idealizado.

A ingenuidade dos jovens soldados merece um destaque: acreditavam que a guerra seria curta e que voltariam ao Natal, aureolados com os louros da vitória. Os soldados franceses partiam para a guerra cantando e com flores nas armas.

Estes jovens, também, partem para a guerra como se partissem para uma aventura, felizes por mudarem de vida, por viajarem, tendo todos respondido ao apelo do dever e estando todos convencidos de que irão voltar em breve, coroados com os louros da vitória. Belo ideal, essa utopia da “última das guerras” que animava todos os soldados, era considerada por todos uma guerra de defesa patriótica, logo uma guerra justa; e de qualquer modo, uma guerra inelutável (FERRO, 2014 p. 21).

Enquanto os exércitos mobilizavam-se e travavam os primeiros enfrentamentos, muitos soldados exibiam uma inocência no campo de batalha. Hastings (2014) descreve alguns relatos destes soldados que foram para o *front*, ainda muito deslumbrados com a guerra:

O soldado Charles Stein, dos Granadeiros Belgas, viu projéteis alemães explodirem e se deleitou com sua aparente beleza — até ver os compatriotas fugirem. Na noite do dia 11, uma amedrontada sentinela da unidade de Stein atirou numa vaca que pastava perto demais de seu posto. Uma companhia de reservistas alemães também percebeu vagos movimentos na neblina das primeiras horas e abriu intenso fogo, matando vacas e uma patrulha que voltava, antes que a ordem fosse restabelecida. Quando uma granada caiu, sem explodir, perto do capitão francês Plieux de Diusse, ele, curioso, se abaixou para pegá-la, até que um veterano lhe gritasse que ia se queimar — Disse que não fazia ideia de que projéteis eram quentes (HASTINGS, 2014, p. 168).



O primeiro contato com o combate de alguns jovens soldados não foi feliz, a idealização de uma guerra “fácil” como um torneio militar desaparecera:

Mas o nosso primeiro contato com a guerra foi uma surpresa bastante rude. Na sua alegre despreocupação, a maior parte dos meus camaradas jamais refletira sobre os horrores da guerra. Viam a batalha apenas através dos cromos patrióticos. Após a nossa partida de Paris, o Bulletin des Armées mantinha-nos na beata ilusão da guerra sem problemas. Todos nos acreditávamos na história dos Alboches, que se entregaram a troco de uma fatia de pão barrado. Convictos da esmagadora superioridade da nossa artilharia, imaginávamos a campanha como um passeio militar. O estrondo de há pouco abalou o nosso sistema nervoso que não estava à espera de tal sacudidela; fizemos compreender que a luta que começava seria uma terrível provação. “Veja lá, meu tenente, afinal aqueles sacanas sabem defender-se” (FERRO, 2014, p.122).

4.1 Corpos dilacerados

Os horrores da guerra visto pelos soldados os marcaram profundamente, sobretudo ao encarar a *banalização* da morte e a presença de corpos dilacerados nas trincheiras e em virtude do uso sistemático de armamentos modernos, neste relato abaixo é elucidador a severidade pelo qual a vida dos combatentes se configurava. Nele, percebemos que o viril guerreiro, ornamentado e triunfante ficara no passado, o que temos agora é um soldado apavorado, que luta pela sua sobrevivência em meio a um cenário desolador.

De súbito, abrem-se portas e janelas, como que arrancadas de seus gonzos. Soldados, oficiais e até o general se precipitaram para a rua e ficaram petrificados. Como uma visão do inferno, descendo da igreja e atravessando o povoado, um bando de soldados ensandecidos passou perto deles. Alguns seguravam membros dilacerados e balançavam-nos como matracas, de forma que voavam retalhos de carne. O pânico arreganhava suas gengivas. O general lhes gritou alguma coisa; eles riram de maneira selvagem. Ele empurrou homens de sua tropa para enfrenta-los. “Detenham-nos! Atroz! Atroz!” Não conseguiram agarrar nenhum deles; todos já haviam se precipitado ladeira abaixo e desaparecido. Todos ficaram de olhos arregalados com esse espetáculo como se a terra tivesse se aberto de repente [...], “De onde vem essa gente?” “Da batalha, vossa excelência” (F. von Unhu, Verdun). “A alguns passos de nós, no fundo da trincheira, jaz um corpo. É de um suboficial: está enterrado pela metade; vê-se apenas a cabeça, um ombro e um braço, com a mão contraída qual gancho. Ele está ali desde o dia anterior, o braço enrijeceu e ficou especado, e todos que andam pela vala se engatam e tropeçam na mão e no braço. Seria preciso cortar o braço ou retirar o corpo. Ninguém tem coragem” (R. Cazals, C.Marquié, R.Piniés, Annés cruells 1914-1918). “Numa noite Jaques, enquanto patrulhava, viu ratos correndo por sob os capotes desbotados [dos cadáveres], ratos enormes gordos de carne humana. Com o coração aos saltos, ele se arrastou até um morto. O capote tinha rolado. O homem mostrava o rosto em esgares, sem carne, o crânio nu, os olhos comidos. Uma dentadura tinha escorregado para a camisa apodrecida e da boca escancarada saltou um animal imundo” (R. Naegelen) (PROST; VINCENT, 1992, p. 206).

Os relatos de combatentes que lutaram nas trincheiras são sem dúvida excelentes contrapontos com as representações dos combatentes franceses nos cartões-postais, neles



percebemos a dura realidade que foram os combates da guerra moderna em comparação à guerra travada nos séculos anteriores. Esses relatos também denotam o sofrimento de jovens soldados movidos por um clamor patriótico que encontraram na guerra nada, ou quase nada, do *poilu* triunfante do postal.

5 CONCLUSÃO

As representações de combatentes franceses apresentados pelos cartões-postais os figuraram plenos e cheios de confiança, trajando seus vistosos uniformes, ostentando-os com orgulho. Os combatentes dos postais estavam longe de parecer com o soldado de trincheira que rastejava em meio a imenso sofrimento, tentando sobreviver.

Desta forma, percebe-se que os combatentes franceses foram preferencialmente retratados portando armas e em algumas ocasiões simularam situações de combate e de bravura, mas sobretudo, vitoriosos sobretudo pelo triunfo diante de seu inimigo. “Dessa maneira, os cartões-postais constituem-se de discursos patrióticos, nacionalistas, e ufanistas (STANCIK, 2014, p. 92).

Estes cartões-postais faziam evidente apologia ao militarismo, à virilidade e ao enaltecimento da imagem do militar, colocando este como um componente imprescindível para a defesa dos interesses da nação. A representação dos soldados, nos cartões-postais franceses analisados aqui, buscava, além de enaltecimento do militar, transpor uma imagem cavalheiresca, gentil e dedicada do soldado, embora o uso do uniforme e o porte de armas o distinguíssem também como um homem supostamente forte e corajoso, pronto para o autossacrifício em favor de causas consideradas nobres” (STANCIK, 2014, p. 79).

Ao longo da análise empreendida neste trabalho, buscou-se realizar a abordagem dos cartões-postais admitindo-os como documentos iconográficos capazes de proporcionar uma visão de determinados aspectos do imaginário social, evidenciando os valores atribuídos à guerra e aos militares. Esses singelos *souvenirs* prestaram-se a expressar concepções idealizadas da guerra, além disso, exerceram o papel de difusores dessas concepções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. *Como confiar em fotografias*. **Folha de São Paulo**, v. 4, p. 13-14, 2001.

_____. **Testemunha ocular: imagem e história**. Bauru: EDUSC, 2004.



CANFORA, Luciano. **1914**. Edusp, São Paulo, 2014.

CORBIN, Alain et al. **História da virilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *O mundo como representação*. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a Grande Guerra e o nascimento da Era Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FERRO, Marc. **A Grande Guerra**. Edições 70, Lisboa, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HASTINGS, Max. **Catástrofe. 1914**: a Europa vai à guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *O relógio de Hiroshima*: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista brasileira de História**, v. 25, n. 49, p. 35-42, 2005.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora Unicamp, 1990.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem*: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe Brum. *História e fotografia*. In: CARDOSO, Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-281.

MAYER, Arno J. **A Força da tradição**: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MENESES, U. B. *História e imagem*: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262, 2011.



MOREIRA, Rosemeri. *Virilidade e o corpo militar*. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, p. 321-335, 2012.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Editora FGV, 2016.

SONDHAUS, Lawrence. **A primeira guerra mundial**: história completa. Editora Contexto, 2013.

SOTILO, Caroline Paschoal. *O cartão-postal e a fotografia*: reprodução e consume. **Anais do IV Congresso Internacional em Comunicação e Consumo**. São Paulo, p. 1-14, 2014.

_____. *Usos e Funções do Cartão-Postal*: Quando o Cartão-Postal se Torna Cartão-Postal. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2015.

STANCIK, Marco Antonio. *Imagens sentimentais, mensagens belicistas*: o imaginário francês em postais pré Grande Guerra (1914-1918). **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 36, n. 2, 2013.

_____. *O manuscrito e o iconográfico em cartões-postais belicosos*: da apologia cavalheiresca à contestação da Grande Guerra (1914-1918) na França. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 22, n. 2, p. 71-104, 2014.

_____. *Soldados viris, singelos cartões-postais*. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 9, n.106, p. 40-45, 2014.

_____. *Entre flores e canhões na Grande Guerra (1914-1918)*: o final da Belle Époque e o começo do "breve século XX". **Revista Brasileira de História**, v. 29, n. 58, 2009.

_____. *Poilus, boches e alsacianas em cartões-postais franceses da Grande Guerra (1914-1918)*. **Revista Brasileira de História Militar**, Ano IV, n. 10, p. 6-24, 2013.

_____. *O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918)*. **História** (São Paulo), v. 31, n. 1, 2012.

_____. **Souvenirs da Grande Guerra (1914-1918)**: virilidade e feminilidade em cartões-postais franceses. Curitiba: CRV, 2017.

PANOFISKY, Erwin. *Iconografia e iconologia*: uma introdução ao estudo da arte da renascença. In. **Significado nas artes visuais**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1991, p. 47-87.

VINCENT, Gérard. *Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário*. In: **História da vida privada**: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 201-247.



A construção histórico-social do sujeito travesti¹.

Antonio Simão Cavalcante²
Noélia Alves de Sousa³

Recebido em: 27/08/2019
Aceito em: 08/12/2019

RESUMO

Pensar a constituição da sociedade atual é mergulhar num complexo e multifacetado mundo de incertezas e quebra dos paradigmas que, por tanto tempo, deram sustentáculo às formas como havíamos explicado o mundo social, a nós mesmos, as identidades. Assim, esse artigo busca compreender, a partir da História, o processo de construção das travestis enquanto sujeitos alocados em discursos tematizados pelo gênero, por estigmas sociais e (in)visibilidades trans. A construção textual se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica, buscando compreender construção do sujeito travesti enquanto fenômeno social e cultural, a partir dos discursos elaborados por autores e autoras que nos possibilitaram tal construção: Benedetti (2005), Bento (2002), Borruso (2001), Butler (2002, 2006, 2010), Kulick (2008), Miskolci e Pelúcio (2007), Moita Lopes e Fabrício (2013), Peres (2015), dentre outros. Assim abordamos a identidade de gênero não-hegemônicas analisando as formas que os corpos utilizam na reivindicação dos gêneros, bem como a performatividade de gênero e as travestis.

Palavras-chaves: Corpo. Identidade de gênero. Travestis.

The historical-social construction of the travesti subject.

ABSTRACT

To think about the constitution of today's society is to plunge into a complex and multifaceted world of uncertainties and breaking the paradigms that, for so long, supported the ways in which we had explained the social world, ourselves, identities. Thus, this article seeks to understand, from History, the process of construction of transvestites as subjects allocated in discourses themed by gender, social stigmas and trans (in)visibilities. The textual construction

¹ Esse artigo é parte resultante da segunda seção da pesquisa de mestrado intitulada “Ser ‘tão’ travesti: narrativas de gênero, sobrevivências e resistências das travestis do Sertão Central cearense”, apresentada por Antonio Simão Cavalcante, em 16 de agosto de 2018 ao curso de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da FECLESC-UECE, sob a orientação da professora Noélia Alves de Sousa.

² Mestre em História e Letras pela UECE. Especialista em História e Ensino FAK (2008) e Graduado em Licenciatura Plena em História pela FECLESC - UECE. Professor da rede pública de Ensino do município de Banabuiú - Ceará, Diretor de Cultura do município de Banabuiú - Ceará e professor acadêmico do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica). E-mail: sicavalcante2009@hotmail.com.

³ Orientadora da pesquisa. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1989), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Religiosa, atuando principalmente nos seguintes temas: questões de gênero, história das mulheres, cultura feminina, educação feminina, lazer, saúde pública e saúde da mulher. E-mail: noelia.alves@uece.com.



took place from a bibliographical research, seeking to understand the construction of the transvestite subject as a social and cultural phenomenon, from the discourses elaborated by authors that allowed us such construction: Benedetti (2005), Bento (2002), Borruso (2001), Butler (2002, 2006, 2010), Kulick (2008), Miskolci and Pelúcio (2007), Moita Lopes and Fabrício (2013), Peres (2015), among others. Thus we address non-hegemonic gender identities by analyzing the forms that bodies use in claiming gender, as well as gender performativity and transvestites.

Keywords: Body. Gender identity. Transvestites.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando o mundo atual, acreditamos que tenhamos passado por inúmeras e rápidas transformações, no entanto, nossa surpresa, aqui, se configura nos usos e abusos de discursos que tentam sacralizar o binarismo de gênero e insiste em deixar de fora um quantitativo da humanidade como sujeitos invisíveis.

Nesse sentido, o binário de gênero se constitui numa relação oposicional, ou seja, em formato de identidade e alteridade. De acordo com Hermann (2014, p. 479),

[...] a formação de binários oposicionais é uma herança metafísica ocidental, onde a dualidade se constitui entre o eu (identidade) e o outro (alteridade) – sendo este último tudo aquilo que foge do ideal, que ultrapassa o limite da identidade e chega ao estranho. Traduzindo esse conceito para construção binária do gênero, homem e mulher se encontram em posições representadas anatomicamente de maneira estável e socialmente delimitadas em papéis masculinos e papéis femininos. Ser homem implica em não ser mulher, em rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo feminino.

O fato é que continuamos numa sociedade de contrastes, paradoxos e velhos paradigmas ancorados numa tradição que insiste em se perpetuar, muito embora essa busca de legitimação de poder, como também a hegemonia e a ideologia presentes na relação de manutenção de um discurso em que o sexo é tido como natural-biológico e o gênero fomentado numa perspectiva de mundo e de humanidade inserida num binarismo cristalizado.

Vivemos um mundo extremamente excludente, onde aqueles que não aderem aos padrões estabelecidos passam a ser estigmatizados pela violência, segregação, exclusão – portanto, invisibilizados. São os corpos que não importam, visto que transgridem as regras, abalam os “discursos petrificados”, rompem as barreiras do “invisível”, mas que se organizam em agendas e demandas identitárias que buscam dignidade, direito e democratização dos acessos.

A forma como nossa sociedade foi pensada e, como, a partir disso, foram estabelecidos critérios de controle social, a própria ideia de humanidade foi sendo



radicalmente incorporada a tais critérios e, na contemporaneidade, essa visão já não consegue dá conta do que é o humano em suas mais variadas facetas, fazendo com que os paradigmas comecem a ruir e novos discursos, elaborados em campos de combates entre a tradição e a performatividade de gênero que exigem novas formas de ver, entender e refletir o que é de fato o humano.

Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais⁴, travestis e transgêneros⁵ vêm alcançando cada vez mais dimensão na sociedade latino-americana e lutam na contramão da ignorância, preconceito, machismo e violência a que estão submetidos. Dentre esses sujeitos estão as travestis, estigmatizadas e alocadas pelo discurso hegemônico nessa territorialidade⁶ – as chamadas “zonas invisíveis” onde, segundo Butler (2002, p. 20), “... estão os corpos que não importam, as travestis balizam as fronteiras da normalidade. Paradoxalmente, é ali também que seus corpos se tornam “materializáveis” e, assim, disciplináveis.”.

Para Kulick (2008), a performatização travesti é própria de nossa identidade nacional, portanto, a travesti é uma identidade brasileira⁷, em geral de indivíduos pertencentes às nossas classes populares e que, destarte, comungam de valores morais, éticos e estéticos sobre gênero e sexualidade característicos de uma sociedade pós-escravista em que o binarismo e a dominação masculina são tão arraigados quanto persistentes⁸.

⁴ Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica. (JESUS, 2012, p. 15).

⁵ Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012, p. 15).

⁶ A partir das discussões de Perlongher (1997), Marco Aurélio Silva propõe que “a territorialidade consiste na distribuição dos corpos no espaço, mas num espaço decodificado, em que determinadas sociabilidades – e não outras – são inscritas, uma distribuição que é tanto populacional quanto semântica ou retórica, num nível discursivo” (PERLONGHER, 1997, p. 126). Significa dizer que a territorialidade não se limita a um espaço físico, mas sobretudo a um espaço do código, pois é este código que se inscreve num determinado lugar e lhe dá um sentido não apenas descritivo (o que é feito lá) e muito mais prescritivo (o que pode ser feito lá) (SILVA, 2009).

⁷ O que não quer dizer que não reconheçamos que existem outras travestilidades, seja de pessoas que desejam se sentir e se mostrar a partir de signos do gênero que não o que lhes é atribuído, de *cross-dressers* ou *dragsqueens* (passando por um amplo leque de possibilidades que não é um dos objetivos de discussão desse trabalho).

⁸ A relação entre travestilidade, latinidade e representações de gênero ligadas a religiões africanas e seus sincretismos em regiões coloniais exige uma reconstituição histórica que ainda não foi sistematicamente desenvolvida. Trabalhos como os de Fry (1982), relacionando homossexualidade e religiões afro-brasileiras, bem como, mais especificamente, o trabalho de Kulick (2008) sobre travestis que viviam em Salvador, e Birman (1995), em sua investigação sobre a construção de gêneros no candomblé carioca, parecem corroborar algumas de nossas impressões em campo que nos leva a apontar para as singularidades dessa identidade de gênero no contexto brasileiro (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007).



2 IDENTIDADES DE GÊNERO NÃO-HEGEMÔNICAS

O conceito de gênero é algo complexo e que tem tomado diferentes rumos nos debates acadêmicos ultimamente, assim, dependendo de um determinado ponto de vista, podemos admitir que o termo gênero possui caráter polissêmico.

Dependendo de uma determinada teoria se pode interpretar masculinidade e feminilidade de uma forma diferente. No senso comum, as pessoas acreditam que o gênero está ligado a uma estrutura corpórea – o corpo da mulher se traduz no sentido de feminilidade enquanto que o do homem é traduzido em masculinidade. Esse pensamento encontra-se ancorado não no corpo como um todo, mas numa parte específica do corpo que é a genitália, ou seja, uma concepção de gênero que genitaliza as identidades de gênero.

Essa concepção que genitaliza as identidades de gênero é a concepção hegemônica em nossa sociedade ocidental, especialmente nos países latino-americanos. No entanto, se admitimos que o termo gênero possui mais de um sentido, aqui afirmamos gênero numa concepção que se contrapõe a essa que se conforma com um corpo generificado, o que permite perceber, dentre outras coisas, que não há um corpo naturalmente de homem ou de mulher, pois o gênero é entendido como vinculado à prática social e de como cada indivíduo atua e quer ser reconhecido no mundo social.

Butler (2017) afirma que, quando o gênero é teorizado como radicalmente diferente de sexo, torna-se livre e, assim, os homens podem ter um corpo feminino e as mulheres um corpo masculino.

Para Bento (2002) é necessário considerar que nós não temos acesso à natureza do gênero porque isso é uma construção social. Falar de sexualidade e gênero é falar de coisas diferentes. Faz-se necessário um nível de inteligibilidade em relação à intersubjetividade dos indivíduos. A autora discute a sujeição das sexualidades que não segue a norma vigente. A partir de autores como Chiland (2003), que aponta para o conformismo na visão de gênero dos/das transexuais, reproduzindo estereótipos que em nada questionam a ordem heteronormativa, Bento afirma:

[...] por que exigir das pessoas que vivem a experiência transexual que sejam subversivas, quando também compartilham sistemas simbólicos socialmente significativos para os gêneros? Será que a própria experiência já não leva em si um componente subversivo, na medida em que desnaturaliza a identidade de gênero? (BENTO, 2002, p. 13).

Nesse sentido, o processo de desnaturalização é o que denominamos de conflito com a ordem vigente de gênero, ou seja, a ordem heterossexual, mas que não pode ser tomado como



um enfrentamento engajado. Tal experiência de conflito pode ser provocativa e até mesmo desestabilizadora, mas não é capaz por si só de modificar a norma, visto que, vivemos numa cultura onde o indivíduo que possui sexo masculino é necessariamente homem e quem possui sexo feminino é mulher. Esta é uma visão binária em que o gênero é correspondente ao sexo de origem. É também nessa visão que vamos conformando todas as demais formas de ver aquilo que identificamos como humanidade.

Como os discursos são construídos em torno da heterossexualidade e da visão binária, quando um indivíduo que possui o sexo masculino e se identifica com o gênero feminino (ou vice-versa) é considerado uma anormalidade. Nessa perspectiva Mathieu (2009) assinala que o gênero feminino é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher e o gênero masculino ao macho, para que se torne um homem. Para a autora são diversos os aspectos relacionados ao gênero, tais como diferenciação da vestimenta, dos comportamentos e atitudes físicas e psicológicas, desigualdade de acesso aos recursos materiais e mentais (capacidade, sensibilidade, inteligência, etc.).

Isso nos possibilita entender gênero como algo socialmente construído e, portanto, influenciado pelos costumes e comportamentos de uma dada sociedade. No caso da nossa sociedade ocidental, a heteronormatividade é traduzida na ideia de que ser heterossexual é algo natural, portanto, instintivo – como se não estivesse relacionado à cultura. Se o heterossexual é o “normal”, o homossexual se apresenta como sua contradição, daí porque considerado algo errado e “anormal”. Sobre isso, Lima (2011, p. 170) afirma que “a heterossexualidade como norma compulsória a qual todos(as) devem se adequar – e vê a homossexualidade como perversão – tem suas raízes no imaginário judaico-cristão”.

A influência patriarcal do cristianismo não está presente apenas na afirmação da heterossexualidade como regra, mas sobretudo, na dominação do homem sobre a mulher que ainda impera na sociedade atual. Para Molinier e Welzer-Lang (2009, p. 102), “a virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina” daí porque a necessidade de se educar o homem como viril desde a infância, em contrapartida, a mulher com docilidade e passividade. Ainda de acordo com os autores:

O homem que não adota atitudes viris, apresentando certas características que se espera do gênero feminino, sofre discriminação – a conhecida homofobia. Isto é, considerado, uma forma de controle social que se exerce sobre todos os homens, desde os primeiros passos da educação masculina (MOLINIER e WELZER-LANG, 2009, p. 102).



Essa educação e o próprio desenvolvimento social dos sujeitos dificultam a forma de como exercem sexualidade e as identidades de gênero – onde os sentimentos e atitudes fora da norma são identificados e tratados com preconceito, violência e abjeção. Assim, fica claro o quanto as sexualidades e os gêneros estão atravessados nas relações de poder. Para Foucault (1988), a sexualidade é entendida como o elemento de maior instrumentalidade, de articulação das mais variadas estratégias e o poder, como multiplicidade de correlações de força de uma determinada sociedade. Nessa perspectiva Foucault (1988, p. 114) nos diz que:

Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais.

O autor discute as diversas possibilidades de sexo, gênero e orientação social. Em meados do século XIX, as genealogias sobre sexualidade propostas por Foucault, nos mostrou que “os corpos e as práticas eróticas de crianças, mulheres, rapazes e mesmo do casal foram esquadrihados em vista do estabelecimento da fronteira entre normalidade e patologia, em uma operação que fundiu os discursos médico, jurídico, psicológico e governamental” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Assim, tanto a nomeação como a classificação dos sujeitos da sexualidade se deu a partir de uma engenharia conceitual e institucional que alocou os corpos buscando descrever minuciosamente suas práticas sexuais e hierarquizando a ambos entre normais ou anormais. Estando constituído o dispositivo histórico da sexualidade, o sexo (com seus misteriosos desejos, com sua fisiologia complexa, com suas aberrações assustadoras) se tornou uma instância privilegiada “de determinação da verdade mais íntima dos sujeitos e de sua classificação enquanto pertencentes à classe das anomalias ou da normalidade, separando-se os indivíduos e as populações entre os que constituem perigos a serem socialmente” (CÉSAR, 2017, p. 244). Contribuindo para que as diversas instituições sociais lutem radicalmente para a manutenção e preservação da ordem binária – homem e mulher heterossexuais.

Para que possamos compreender a construção identitária sobre o sujeito homossexual, se faz necessário entender que “A homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX” (LOURO, 2016, p. 29), onde os paradigmas sobre a própria sexualidade exigem novas explicações, possibilitando a construção de discursos divergentes sobre o homossexual e a homossexualidade.



Mais pistas nesse sentido nos oferece Louro (2016) ao escrever que

A homossexualidade, discursivamente produzida, transforma-se em questão social relevante. A disputa centra-se fundamentalmente em seu significado moral. Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade – mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um “tipo” humano distinto (p. 30).

A Sodomia na Idade Média não refere-se apenas às práticas sexuais homossexuais, mas também às relações sexuais que envolvessem a penetração anal por casais heterossexuais. Já o pecado praticado pelos sodomitas era chamado de “vício nefando”, por ser considerado abominável e torpe. De acordo com Vainfas (1989, p. 145):

Ainda no século IX, o Bispo Hinomar de Reims a identificaria com diferentes atos contra natura, incluindo a emissão de sêmen com uma freira, um parente, a mulher de outrem, mulheres grávidas, animais, homens, e até por meio da manipulação solitária do pênis. Sodomia, fornicação e luxúria eram quase sinônimos, ou podiam sê-los, na teologia moral da Alta Idade Média, apesar do permanente destaque que sempre se deu ao coito anal como ato sodomítico por excelência.

O autor menciona ainda a famosa classificação dos grandes pecados que implicassem desvios irracionais da sexualidade natural, que eram

A busca de polução sem coito com o fito único do prazer venéreo, quase um sinônimo de masturbação solitária ou a dois; as formas não naturais de cópula, incluindo a felação, a cunilíngua e o coito anal heterossexual; a bestialidade, hedionda cópula com bichos; a sodomia, união sexual de “homem com homem e mulher com mulher” (VAINFAS, 1989, p. 146).

Ainda sobre a Sodomia no final da Idade Média, Vainfas (1997, p. 156) menciona que

Amores homoeróticos não, eram, portanto, objeto de indiferença na antiga tradição ocidental. Mas, o que vemos ocorrer nas manifestações populares desde o final da Idade Média é algo de muito distinto; menos uma discriminação contra o uso do corpo, menos uma reprovação da “posição passiva” no ato sexual, do que o estigma da inversão. O que parecia causar estranheza, por vezes atitudes hostis, escárnio e ironia, era o fato de um homem vestir-se de mulher, ostentar hábitos femininos ou, mesmo quando “ másculos”, revelar clara preferencia por parceiros do próprio sexo. (VAINFAS, 1997, p. 156).

O autor nos revela que um dos principais fatores que possibilitam o estigma dos homossexuais foi o fato de revelarem desejos por aquilo próprio do “feminino”, envolvendo, inclusive, a utilização de nomenclaturas de gênero.

Entre os fanchonos da “gaia Lisboa”, de Évora e de Coimbra, era também frequente o uso de alcunhas e codinomes alusivos ao sexo nefando desfrutado em segredo e



que, à semelhança de outros países, pareciam assumir com sarcasmo o estigma popular da inversão sexual. O padre Pedro Furtado, bacharel em cânones e pregador afamado, era conhecido no *bas-fond* dos fanchonos como “Dona Paula de Lisboa”, e ainda dizia ser mesmo “mulher que parira duas vezes”. E assim como eles, outros fanchonos, leigos ou clérigos, ostentavam nomes do gênero nos “conventículos” do nefando: “Isabel do Porto”, “Cardosa”, “Turca”, “Mosca”, “A Bugia da Alemanha”, “O Arqui-Sinagoga”, etc. além das alcunhas, havia outras insígnias particulares e personalizadas que só vinham à luz na mesa inquisitorial, como as “anáguas e cor nos beiços” usadas pelo jovem criado Manoel de Souza em seus encontros noturnos. E as havia também públicas e exteriores, a exemplo das gadelhas, cabelos longos com madeixas e franja, tão comuns entre os fanchonos que muitos viam na expressão “moço de gadelhas” um sinônimo de somítigo. (VAINFAS, 1989, p. 164).

Com o passar do tempo, o pensamento que o denominava de Sodomita já não faz mais sentido diante das inúmeras mudanças da sociedade e dos próprios discursos. Assim, alocar a homossexualidade no dispositivo da sexualidade é possibilitar que esses sujeitos carreguem as marcas de suas experiências como sujeitos anormais, portanto, patológicos.

Em um curso realizado em 1975, proferido no Collège de France, *Os anormais* (2001), Foucault trouxe à luz uma série de ‘casos’ de hermafroditas, mostrando-nos ser possível traçar sua análise genealógica a partir das distintas formas de abordagem desses indivíduos ao longo de quatro séculos.

No século XVIII, após a identificação de que um mesmo indivíduo portava os dois sexos em um mesmo corpo, determinou-se que este indivíduo poderia escolher entre um dos dois sexos. O aspecto mais importante, então, era a proibição da sodomia, para a qual poderia haver uma condenação jurídica, levando mesmo à pena de morte do infrator (FOUCAULT, 2001, p. 93).

Foucault analisou uma vasta literatura médico-jurídica sobre hermafroditas entre os séculos XVI e XIX, farta e rica no detalhamento quanto aos exames dos corpos e as penalidades aplicadas em cada momento dado. No transcurso daquele período histórico, o que o autor percebeu foi um deslocamento em relação à abordagem da questão, isto é, gradualmente o/a hermafrodita deixava de ser tomado/a como um monstro da natureza e passava a ser tomado/a como um caso médico, “uma anormalidade anatômica e fisiológica e, sobretudo, um caso que não estaria fora da natureza, mas que se tornaria uma monstruosidade de caráter, o que, mais tarde, iria aproximá-lo da criminalidade” (FOUCAULT, 2001, p. 93). Nessa perspectiva, César (2017), nos mostra que as condenações posteriores ao exame médico, já a partir do século XVIII, possuem o sentido de uma reintegração ao sexo verdadeiro. Há uma enorme preocupação com a vestimenta, que deveria ser condizente com o sexo determinado pelo saber médico e, sobretudo, que o casamento fosse realizado com um indivíduo do sexo oposto.



A pesquisadora Berenice Bento, em seu livro *A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual* (2006), analisou os diferentes aspectos que produzem a experiência transexual, desde a sua inserção no Código Internacional de Doenças (CID), em 1980, até as lutas de coletivos sociais pelos direitos de cidadania, além das experiências de entrevistadas/os que podem ser acolhidas no universo amplo da experiência transexual. Segundo a autora (2006, p. 132):

A experiência transexual é um dos desdobramentos do dispositivo da sexualidade, sendo possível observá-la como acontecimento histórico. No século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber sendo organizado em torno dessa experiência. A tarefa era construir um dispositivo específico que apontasse os sintomas e formulasse um diagnóstico para os/as transexuais. Como descobrir o “verdadeiro transexual”?

A autora parte da tese da invenção da transexualidade a partir da segunda metade do século XX, encontrando no discurso médico todos os elos dessa cadeia de construção. Teses médicas fortemente apoiadas no dispositivo da sexualidade, na heterossexualidade compulsória e no dimorfismo sexual, produziram protocolos para o diagnóstico do “verdadeiro transexual” (BENTO, 2006, p. 43), isto é, aquele ou aquela passível de submissão às cirurgias de retificação genital.

Isso se deve, basicamente, ao fato de que as regras que normatizam a sociedade foram pensadas dentro dessa perspectiva binária, onde o sexo deve alocar o gênero a ele assignado pelo discurso.

É preciso considerar ainda, no debate relativo ao gênero, que ele também é determinado por uma ordem simbólica relativa à cultura. Assim, ainda que existam certas atividades invariantes em todas as culturas, masculino e feminino possuem significados distintos em cada cultura. E, sobretudo, porque o par classificatório masculino e feminino impera sobre atividades e objetos que a eles são associados como se pertencentes a esses domínios e detentores dessas qualidades. O universo circundante passa, portanto, por uma categorização de gênero. (HEILBORN, 1990).

2.1 Corpos que reivindicam gênero

Seguindo nossa discussão sobre as identidades de gênero não-hegemônicas, nos propomos a apresentar diferentes contextos históricos em que alguns corpos, não identificados como o gênero a ele assignados, reivindicaram gêneros outros e construíram seus corpos performatizando suas identidades sexuais.



Encontramos na literatura, diferentes contextos antropológicos e sociológicos, ainda assim optamos por fazer um recorte espacial, apresentando exemplos da disjunção entre gênero e sexo em diferentes culturas, desde as primitivas até as culturas modernas no continente americano. Outra motivação pelo recorte foi encontrada nas pesquisas bibliográficas sobre os nativos americanos que reconheciam cinco gêneros, sendo estes: mulher, homem, mulher de dois espíritos, homem de dois espíritos, e transgênero. Mulher e homem são categorias de indivíduos bem definidos, que possuem um único espírito que está de acordo com o seu corpo (um espírito de homem num corpo de homem, um espírito de mulher num corpo de mulher); o homem e a mulher de dois espíritos, como o próprio nome indica, possuem dois espíritos, um de homem e outro de mulher, num mesmo corpo; e, finalmente, o transgênero, a pessoa que tem o espírito trocado: um espírito de homem num corpo de mulher, um espírito de mulher num corpo de homem. As diferenças, portanto, são bem estabelecidas. Mas, o fundamental a se destacar é que todas as cinco categorias são aceitas como normais e naturais. E, no que diz respeito às relações afetivas e sexuais, todas as combinações são possíveis.

Nas culturas indígenas americanas, as pessoas eram consideradas, avaliadas e julgadas por sua contribuição à comunidade tribal, não importando os seus atributos de masculinidade ou feminilidade. Segundo o *Indian Country Today*⁹, os pais não conferiam papéis de gênero às crianças, e todas elas vestiam uma mesma roupa de tipo neutro. Não existiam, além disso, preconceitos ou ideais com relação a de que forma uma pessoa deveria amar; tratava-se simplesmente de um ato natural que ocorria sem julgamentos vindos do meio social circundante.

De acordo com Benedetti (2005, p. 22):

São considerados exemplos desses estudos casos como as *mahu* do Taiti, descritas por Levy (1971), que ocupariam um importante papel na definição das identidades daquela comunidade ao demonstrar, para homens e mulheres, o que eles não deveriam ser; o das *xanith* de Omã, relatadas por Wikan (1977), cuja ocupação mais comum é a prostituição e que, segundo a autora, conformariam um terceiro gênero naquela cultura; o das *fa'afafine* de Samoa, narradas por Mageo (1992), que, devido às mudanças na cultura samoana, estão crescendo em número e em visibilidade pública; o das *panema* entre os guaiiaqui do Paraguai, descritas por Clastres (1990), que seriam homens que perderam sua função de caçadores, passando a portar uma

⁹ É o mais importante veículo sobre questões indígenas dos Estados Unidos, menciona que “os Navajo se referem aos “dois espíritos” como ‘Nádleehí’ (que significa “aquele que se transformou”); entre os Lakota existem os ‘Winkté’ (nome que se dá aos homens que têm o costume de se comportar como mulheres); para os Ojibwe, o ‘Niizh Manidoowag’ (literalmente traduzível por “dois espíritos”), enquanto que os Cheyenne se referiam ao ‘Hemaneh’ (“metade homem, metade mulher). E isso para nomear apenas algumas poucas culturas. Disponível em: <http://indiancountrytodaymedianetwork.com/> Acesso em 04 jan 2018.



cesta e não mais um arco, respectivamente os símbolos maiores do feminino e do masculino naquela cultura.

Para uma melhor compreensão desses contextos, iniciamos com as Berdaches entre os índios norte-americanos como os Blackfoot ou Dakota das Planícies, onde a não adequação entre o comportamento destemido esperado para os homens impele à mudança de gênero. O indivíduo passa a utilizar e a performatizar atributos da condição feminina (WHITEHEAD, 1980).

Entre os Navajos, na América do Norte, as Berdaches, realizavam tarefas especiais, pois como podiam ver o mundo com olhos dos gêneros masculino e feminino podiam prever o futuro. Eram consideradas as mais aptas às atividades xamânicas e também para cuidar das crianças e repassar-lhes os mitos. Apesar do contato com o invasor europeu, a cultura Berdache resistiu e se mantém até os dias atuais.

Uma expressão comum encontrada na cultura Berdache, assim como outras culturas indígenas norte-americanas, é a do termo *two-spirit* que significa “dois espíritos”. De acordo com Fernandes (2015), a expressão possui o propósito do conceito de “dois espíritos” era o de dar uma possível tradução branca ocidental a essa longa série de nomes e expressões, embora nem sempre essa prática revele de forma exata o real sentido dos termos das linguagens nativas.

De acordo com Benedetti (2005), as Berdaches eram

[...] indivíduos que, nascidos homens, passavam a adotar vestimentas e comportamentos femininos, executavam tarefas e atividades nitidamente destinadas às mulheres e praticavam sexo com homens, geralmente no papel passivo. Esses indivíduos eram reconhecidos como pertencentes ao gênero feminino e desfrutavam de papéis sociais legítimos, e, às vezes, específicos nas culturas em que viviam. (BENEDETTI, 2005, p. 21-22).

Ainda de acordo com Benedetti (2005, p. 22), as descrições antropológicas sobre as Berdaches, sugerem, muitas vezes, que “... a rigidez atribuída aos papéis de gênero nas culturas em que se observavam as Berdaches era o fator que ocasionava uma forma institucionalizada de homossexualidade masculina.”.

Na figura 01 percebemos um caso Navajo do século XIX, onde os *two-spirit* revelam uma grande liberdade em relação à sexualidade, comportamentos completamente rejeitados na cultura colonial.

Para os estudos relativos ao gênero, as Berdaches (bardascia; bardaj)¹⁰ tornaram-se destaques, especialmente no que se refere a uma etnografia clássica da antropologia e dos estudos da “Escola Culturalista”. Longe de buscar explicar as questões voltadas para uma compreensão e/ou reflexão sobre a construção sociocultural do corpo e do gênero, os estudos sobre as Berdaches e outras formas da disjunção sexo-gênero foram explicadas numa ótica essencialista do tema. Tais argumentos, apontam, quase sempre, uma causa orgânica ou, até mesmo, psicológica quanto aos comportamentos desses sujeitos, contribuindo para que os mesmos sejam vistos como “desvios” de conduta naquelas sociedades.

Figura 1 – Um casal Navajo é visto nesta foto histórica da coleção do Museu do Novo México. A foto foi realizada em 1866 e mostrada no documentário *Two Spirits* (Dois Espíritos).



Fonte: <http://berdaches.blogspot.com.br/>

¹⁰ Existe uma longa discussão sobre a origem do termo berdache. Perrin e Panof (1973) assinalam uma ascendência italiana de bardascia a significar jovem homossexual e a existência do bardache no québécois a nomear homossexual passivo. Apesar do verbete assinalar a pouca expressividade de mulheres berdaches tal não é a rigorosa verdade, consultar entre outros Whitehead (1980), Blackwood (1984), esta última registra uma origem árabe da denominação: bardaj indicando um menino escravo cativo para fins sexuais. A instituição era comum entre os índios do noroeste americano e planícies. Entre os Kaska, Klamath, Mohave, Apache, Navajo, Piegan etc... registram-se o caso de mulheres. Os Piegan as nomeavam de *manly-hearted women*. (LEWIS; OSCAR, 1941 apud BLACKWOOD, 1984).

Na figura 02, observamos Berdaches e alguns homens da tribo Arapaho dos Estados Unidos, onde a sexualidade da Berdache é não masculina, e podem ser assexuados ou ter um parceiro sexual sagrado, que podem ser mulheres ou homens, ocasião em que pode desempenhar um papel tanto ativo quanto passivo. Homens que o visitam não são obrigados a fazer uma escolha entre ser heterossexual ou homossexual. Por ter a Berdache um papel institucionalizado, ele atende às necessidades sexuais de muitos homens sem competir com a instituição do casamento heterossexual.

Figura 2 – Berdaches e homens da tribo Arapaho - Estados Unidos.



Fonte: <https://nursemyra.wordpress.com/tag/fecal-fetus/>

Fernandes (2015) nos revela que uma vasta produção sobre o tema, o contexto estadunidense revela também vários textos escritos pelos próprios indígenas, possibilitando não apenas uma revisão bastante aprofundada do fenômeno, como também a crítica a pressupostos etnocêntricos em algumas análises, bastante reveladores de como o deslizamento semântico de categorias discursivas podem se apoiar na consciência moderna/colonial, inclusive no que se refere a perspectivas antropológicas – como no uso do termo Berdache¹¹.

¹¹ No que tange à produção bibliográfica sobre a temática, da década de 1980 até aqui inúmeros livros foram escritos sobre o tema, revelando uma produção relativamente consolidada ao longo dos últimos trinta anos: *The spirit and the Flesh: Sexual Diversity in American Indian Culture* foi escrito por Walter Williams, em 1986. Vinte anos depois, o mesmo autor editaria *Two-Spirits: A story of life with the Navajo*, um livro de ficção



O que a literatura nos mostra sobre as Berdaches é que, desde cedo, ainda na infância, se os pais observassem alguma tendência feminina entre os meninos, buscava ajudá-los e encorajá-los a aceitar essa condição, pois acreditavam que haviam recebido tal condição por espíritos ancestrais – o que contribuía para o respeito com que eram tratadas diante da tribo.

Além de poder se casar com homens, as Berdaches podiam usar roupas e acessórios femininos, executar tarefas associadas geralmente às mulheres, bem como participar de muitas cerimônias espirituais da tribo. Em relação à orientação sexual, podiam praticar sexo com rapazes solteiros e homens casados que ocasionalmente buscavam prazer fora do casamento. Daí porque a prostituição feminina não era necessária nessas tribos. Era tradição levar Berdaches durante as caças e festas de guerra, que ficavam disponíveis para práticas sexuais.

Outro exemplo de corpos que reivindicam gêneros e que foram acolhidos por suas culturas é a cultura Muxe no México, presente até os dias atuais. As Muxes se configuram como uma característica peculiar da sociedade Zapoteca¹², demonstrando atitudes social e cultural de acolhimento do travestismo, em grande contraste com a cultura nacional mexicana. (BORRUSO, 2001).

Situadas no sul do México, na cidade de Juchitan, no Estado de Oaxaca, as Muxes, cujo vocábulo é de origem espanhola, sendo originalmente empregado como sinônimo de mulher, são exemplos de uma tradição cultural que ainda permanece na atualidade, demonstrando ao mundo as formas como os corpos reivindicam gêneros.

As Muxes iniciam seu processo de transição ainda na infância e não encontram resistência de suas famílias e/ou da sociedade onde vivem. Por estarem inseridas socialmente,

histórica ambientado na década de 1860. Outro livro - *Men as Women, Women as Men: Changing Gender in Native American Cultures*, publicado em 1998, escrito por Sabine Lang - explora as diversas atitudes das diferentes culturas indígenas norte-americanas frente aos “homens-mulheres” e “mulheres-homens”, à luz das perspectivas de gênero dessas sociedades, incluindo mitologias nativas. A mesma autora virá a participar da edição, juntamente com Sue-Ellen Jacobs e Wesley Thomas do livro *Two-Spirit People: Native American Gender Identity, Sexuality and Spirituality* (1997). O livro, que inclui vários de seus 21 capítulos escritos por indígenas autoidentificados como “two-spirit”, busca situar os vários aspectos da discussão relacionados ao tema até então, buscando situar conceitos como “berdache”, “two-spirit” e homofobia em povos nativos, por exemplo. Outro autor que se destaca pela produção sobre o tema é o ativista Will Roscoe. Em 1984, chamado pela organização Gay American Indian, coordenou um projeto intitulado *The History Project of Gay American Indians*, que culminaria, em 1988, com a publicação do livro *Living the Spirit: A Gay American Indian Anthology* (FERNANDES, 2015, p. 235-236).

¹² Os zapotecas são um povo nativo do sul do México que, a partir do século IV, ocupou a região do México situada entre o istmo de Tehuantepec e Acapulco, fixando-se posteriormente em Oaxaca. Atualmente as línguas zapotecas constituem uma família de 15 línguas diferentes que se encontram em perigo de cair em desuso. Na época pré-colombiana foram uma das mais importantes civilizações mesoamericanas.



exercem funções variadas. É necessário entender que a cultura Muxe está restrita a essa localidade.

De acordo com Borruso (2001, p. 685) “Como mulheres, depois de uma vida em que cumprem o costume e as expectativas sociais, adquirem o prestígio social e a morte da avó e a mãe, em muitos casos, herdaram sua autoridade moral, tornando-se o elemento unificador da família” (nossa tradução)¹³. Assim, as Muxes tornam-se as principais responsáveis pela realização das tarefas relacionadas à reprodução da vida familiar, desde o cuidado com as crianças e os idosos, limpeza da casa e do quintal, alimentação dos animais, assim como cozinhar para toda família, noutras palavras cumprir a função de “cuidador” como o da filha solteira no modelo familiar mestiço. (BORRUSO, 2001).

Ainda de acordo com a autora, as muxes enquanto “... as mulheres, depois de uma vida em que tenham cumprido as expectativas sociais e costumeiras, adquirem prestígio social e a morte da avó e da mãe, em muitos casos, a Muxe herda sua autoridade moral, tornando-se o elemento unificador da família” (nossa tradução).¹⁴ (BORRUSO, 2001, p. 686).

Um fato interessante que a autora também nos apresenta é que as muxes possuem um papel extremamente significativo na construção da sexualidade feminina, sendo elas as responsáveis pela iniciação sexual dos adolescentes entre dez e quinze anos de idade. Em geral, são vizinhos ou parentes muxes que cumprem esse papel social, ensinando assim, os prazeres da vida sexual e os jogos de sedução.¹⁵ (BORRUSO, 2001).

Outro aspecto notável é a hierarquização do masculino em relação ao feminino, e quando tratamos das Muxes esse processo se amplia, uma vez que, apesar de vivenciarem a sexualidade de modo culturalmente aceitável, diferentemente das moças, elas são vistas como personagens libidinosos, sempre aptos ao sexo.¹⁶ Dessa forma, podemos pensar as Muxes,

¹³ “Como mujeres, después de una vida en que cumplen la costumbre y las expectativas sociales, adquieren el prestigio social y la muerte de la abuela y la madre, en muchos casos, heredan su autoridad moral, convirtiéndose en el elemento unificador de la familia”.

¹⁴ “... mujeres, tras una vida en la que han cumplido con la costumbre y las expectativas sociales, adquieren prestigio social y a la muerte de la abuela y de la madre en muchos casos heredan su autoridad moral, volviéndose el elemento unificador de la familia.”

¹⁵ De acordo com a cultura tradicional, os adolescentes não têm acesso às mulheres – as meninas são rigidamente vigiadas pelas mães para que não percam a virgindade antes de se casarem. A virgindade feminina é um atributo social que é demonstrado através do lenço ensanguentado após as núpcias. Os homens também não possuem acesso a prostitutas por razões econômicas e, em geral, a comunidade não permite que adolescente frequente bordéis.

¹⁶ Martos (2010) conta que um etnógrafo, que havia trabalhado na área há muitos anos, ao retornar para Juchitán, após uma longa ausência, foi convidado por um de seus compadres para um jantar em comemoração ao seu retorno. Quando ele chegou lá, o compadre o esperava com dois meninos muito jovens. Ao lhe perguntar quem eram, o compadre lhe contou que os trouxe em sua homenagem, para apreciá-los, aludindo ao fato de que depois da refeição, os meninos estavam dispostos a fazer sexo com ele, acrescentando ainda que, eles não

como indicação da existência de uma intensa repressão e rigidez sexual e moral entre os Zapotecas. (MARTOS, 2010).

Ainda quanto às relações sexuais, as Muxes são vistas e mantidas com outros homens nomeados socialmente como heterossexuais, muitos deles casados, porém não são considerados bissexuais, visto que não há, nessa sociedade, tal categoria.

A literatura consultada trata as muxes com o pronome masculino (os muxes), no entanto, como ocorre nesta pesquisa uma diferenciação em relação às performatividades dos gêneros, bem como no tocante à autoafirmação dos sujeitos, optamos por tratá-las como femininos.

Figura 3 – Muxes de Juchitán de Zaragoza - Oaxaca - México.



Fonte: <http://interactive.fusion.net/meet-the-muxes/>

Na imagem anterior (figura 03) temos exemplos de Muxes da cidade de Juchitán de Zaragoza no Estado de Oaxaca - México. Duas Muxes se preparam para a festa de escolha anual da Rainha de Juchitán. Na região existe uma tradição de pais que trazem seus filhos para ter sua primeira experiência sexual com uma Muxe.

Alguns dos homens heterossexuais que se relacionam sexualmente com elas, são conhecidos na região como “mayates” ou besouros de estrume, um termo depreciativo para

comeram em sua homenagem por dois dias e que estavam "limpos" (fazendo referência a que eles foram purgados com jejum e que estavam com o intestino vazio, portanto apto para relações sexuais anais).



meninos locais que se prostituem para as Muxes; são jovens que estão no Ensino Médio ou na faculdade em busca de dinheiro. Mas nem sempre há uma transação econômica envolvida, alguns mayates buscam satisfazer desejos ocultos que não podem cumprir ou que não podem fazer com suas namoradas ou esposa.

Outro fato que nos chamou a atenção em relação às muxes foi a forma como algumas mães chegam a incentivar os relacionamentos dos filhos com elas, em geral, procurando postergar a relação heterossexual – o que acarreta, quase sempre, um afastamento econômico e afetivo desses rapazes. Inclusive os rapazes que praticam tais relações não são apontados pela sociedade como homossexuais, tais práticas são percebidas como afirmação de masculinidade. Quando esses relacionamentos tornam-se duradouros, a própria família busca legitimá-lo a partir de casamentos. (BORRUSO, 2001).

Em artigo produzido no VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), Barbosa e Bensusan (2012, p. 02) descrevem que:

Em Juchitán, dá-se uma grande importância à amizade, ao parentesco (“real” e “fictício”, adotado), à vizinhança e ao vínculo comunitário, um fator que não pode ser deixado de lado quando se tenta compreender a causa da democracia sexual dessa cidade. Em Juchitán, mais do que a perseguição pelo êxito profissional e pelo dinheiro, o que marca a vida cotidiana das pessoas são suas obrigações sociais e de parentesco, bem como as redes de reciprocidade. Um exemplo é comparecer às festas e às velas, festividades típicas da região que duram em torno de três dias e para as quais os juchitecos economizam durante todo o ano. Os muxes, há mais de 30 anos, têm suas próprias velas (nas quais está presente toda a comunidade, quer se trate de muxes ou de casais heterossexuais, de crianças ou de idosos, como em todas as velas juchitecas), o que não implica em que não estejam presentes nas velas mais tradicionais, que ocorrem principalmente em maio. Por outro lado, há alguns anos, vem-se proibindo a entrada de muxes vestidas nas velas mais tradicionais.

Assim, os diferentes exemplos apresentados nos mostram o quanto as sociedades indígenas americanas percebiam as diferenças não como algo ruim, mas antes como formas advindas de mitos e de lendas. Diferentemente da concepção de humanidade europeia, os americanos buscavam incorporar os gêneros na tradição social e não como corpos generificados onde o sexo biológico determinava o gênero a ele designado. Fazendo com que os transexuais fossem capaz de viver de modo integrado nas tradições culturais de cada grupo étnico.

O que é percebido na cultura muxe, porém, nos últimos anos, em decorrência principalmente, das influências culturais externas, as experiências vivenciadas em Oaxaca,



tem nos revelado que o preconceito e a discriminação conseguiram também vitimar as Muxes¹⁷.

Outro contexto que queremos abordar é aquele próprio do Brasil Colonial, em que ocorre a presença de travestis africanas que chegaram aqui na condição de escravas. Em seu famoso trabalho sobre a Inquisição no Brasil, intitulado *Trópicos dos pecados: moral sexualidade e Inquisição no Brasil*, Ronaldo Vainfas se propõe a pensar a ideia de “pecado” a partir dos desejos e culpas morais estabelecidos nos cânones da Contrarreforma Católica. Sobre as travestis, o autor cita que

Entre os mais extravagantes encontramos um tal Francisco Manicongo, também conhecido por Francisco Congo, escravo de um sapateiro na Bahia do século XVI. Francisco fora duas vezes denunciado, inclusive por um escravo dos jesuítas, “de usar o ofício de fêmea” nas relações que mantinha com outros escravos. Travesti, recusava-se a usar “o vestido de homem que lhe dava seu senhor”, preferindo “trazer um pano cingido com as pontas por diante”, à maneira dos jimbandas do Congo, que, segundo o principal acusador, homem versado em costumes africanos, era o traje utilizado pelos somítigos pacientes em terras guineenses e congolosas. (VAINFAS, 1989, p. 172).

O autor demonstra em sua citação que a prática da construção social das travestis eram comuns em terras africanas como também no Brasil, mesmo com a escravidão, elas buscavam vivenciar sua cultura, descrita por Vainfas (1989), como “à maneira jimbandas¹⁸ do Congo”.

E não seria diferente com os africanos de Angola, segundo a descrição de Antonio de Oliveira Cadornega, em 1681, para quem a sodomia era corrente entre aqueles povos, havendo mesmo os que, travestidos, recebiam o nome específico de quimbandas. Alguns dele, prosseguia o Capitão, “são finos feiticeiros (...) e todo o mais gentio os respeita e os não ofendem em coisa alguma (...). andam sempre de barba raspada, que parecem capões, vestidos como mulheres”. (VAINFAS, 1989, p. 160).

O travestismo nunca foi, no entanto, uma prática de origem africana. Mott (1988) nos fala de vários portugueses que o praticavam nos séculos XVI e XVIII, assim como Vicente Graullera (1985 apud REDONDO, 1985), que arrolou alguns casos em Valência (VAINFAS, 1989). Gruzisnk (1985) também nos descreve sobre travestis mexicanos no México seiscentista, inclusive índios.

¹⁷ Os habitantes de Juchitán também estão de acordo em que a aceitação não é plena, pois, mesmo que os muxes tenham lutado muito para conquistar seu espaço e mesmo que a cidade seja tolerante, também há discriminação, o que inclui alguns assassinatos ou muxicídios recentes. Em virtude desses acontecimentos, raramente se vê um muxe vestida que ocupe uma posição destacada, e alguns muxes já não saem à noite. (BARBOSA; BENSUSAN, 2012, p. 3-4).

¹⁸ Jimbanda era um termo do Congo e da Guiné equivalente ao quimbanda descrito por Cardonega: ambos aludiam, no mínimo, a homens efeminados que se “vestiam de mulheres” (VAINFAS, 1997).



Assim, a presença das travestis no Brasil pode ser encontrada na literatura, já no período colonial e, no que se refere aos indígenas que habitaram as terras onde hoje é Brasil, não há relatos da experiência travesti, embora a homossexualidade indígena apareça em inúmeras fontes desde o início de nossa colonização.

3 PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E AS TRAVESTIS

Ao analisarmos as diferentes formas como as travestis performatizam seus corpos para vivenciarem suas experiências corpóreas-discursivas, convém deixar claro que, o que nos interessa nesta análise, é justamente a dimensão sócio-histórica desses sujeitos e, através dessa visão, buscar conceitos que sejam válidos nessa construção, entendendo que tais conceitos possibilitam-nos uma melhor apreensão do objeto e nos permitem um maior entendimento quanto às reivindicações das travestis pelo uso dos seus próprios corpos no processo de construção do feminino.

Quanto à conceituação de gêneros, Louro (1999, p. 11) escreve que:

A inscrição dos gêneros – feminino e masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto da cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, ela são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Apesar de ter ocorrido nos últimos anos, um crescente interesse pelos estudos de gênero, não há um consenso sobre tais discussões; apesar de haver uma ideia recorrente, em considerar essa categoria sob o prisma relacional e assimétrico, bem como aquele voltado para mostrar a pluralidade e maleabilidade. No entanto, se faz necessário considerar que o termo gênero está carregado de assimetria, desigualdade e hierarquia¹⁹. (KOFES, 1994). Assim, quando falamos de um homem e/ou uma mulher estamos nos referindo apenas a uma parte que não nos possibilita compreendê-los como são de fato. Quando afirmamos que alguém é um homem branco, católico, homossexual e de classe média, estamos utilizados de outros marcadores que constituem o humano e que se correlacionam mutuamente na constituição dos sujeitos.

¹⁹ Kofes (1994), em uma reflexão sobre duas “histórias de vida” – de uma patroa e de uma empregada doméstica –, percebe ambiguidades no que poderia se referir a uma identidade feminina. Em termos de “categorias”, a patroa seria “mulher” e a empregada seria “empregada”. Ou seja, não existe, por parte da patroa, um “nós mulheres”.



Jayme (2001) em suas discussões sobre diferença e identidade, revê também os debates sobre gênero desde a década de 1970 e percebe que um dos problemas estaria na forma como se teoriza a relação entre gênero e sexo. Para a autora:

O discurso antropológico acabaria por manter as diferenças de gênero como localizadas nos corpos sexuados. Dizer que o gênero é socialmente construído e manter o sexo na esfera do biológico, obscurece a ideia de que o sexo também é uma categoria construída, contextualizada. Uma das maneiras de resolver este impasse estaria, na perspectiva da autora, na aceitação de que - pensando em termos concretos - o feminino e o masculino são identidades incorporadas (...). (JAYME, 2001, p. 04).

Nesse sentido, se faz necessário perceber, que “... para além do discurso social e cultural, há uma experiência individual” (MOORE, 1994, p. 16) e que tal experiência é entendida pela autora como intersubjetiva e incorporada, portanto, social e processual.

Atualmente, os autores que teorizam sobre os gêneros, têm se preocupado com uma apreensão de gênero numa perspectiva relacional, “... atentando tanto para a relação entre masculino e feminino, como para as diferenças nas constituições de masculinidades e feminilidades, de acordo com outras diferenças, tais quais raça, classe, etnicidade, orientação sexual.” (JAYME, 2001, p. 05).

Nesse sentido Moore (1994 *Apud* JAYME, 2001, p. 05), esclarece que

[...] mesmo que as distinções sejam percebidas categoricamente, sua vivência é relacional, assim, os discursos de gênero sempre atravessam outras relações sociais. Dessa forma, o gênero seria apreendido em sua instabilidade e, nessa concepção, não se refere a homens e mulheres como opostos fixos, antes, diz respeito à categorização de diferenças ligadas ao corpo, à sexualidade, à raça, à etnicidade etc. Homens, mulheres, travestis, transformistas, transexuais, drag-queens são plurais e sua diferença não está apenas no gênero ou no corpo.

A perspectiva construcionista de gênero tem sido criticada porque ainda permanece essencializando o dimorfismo sexual, deixando escapar a historicidade da própria noção de diferença sexual. Strathern (1988) faz severas crítica a essa perspectiva, pois acredita que sendo observado apenas a concepção construcionista, as outras dimensões que atravessam os discursos sobre o gênero seriam prejudicadas, uma vez que, mesmo que se concorde que o gênero seja construído socialmente, ressalta o fato de que pensá-lo apenas através dessa ideia é deixar de lado outras dimensões fundamentais, ademais não se pode esquecer do essencialismo da diferença sexual.

Ainda de acordo com Strathern (1988), o gênero não deveria ser compreendido apenas com relação a homens ou mulheres e masculinidades e feminilidades, não seriam direcionadas



simplesmente a homens e mulheres. É preciso pensar gênero, sobretudo, como prática social, como performance que os diferentes indivíduos adotam para viver e se mostrar socialmente diante das relações sociais, de fato, é a forma como o humano quer ser visto e compreendido diante da vida, não sendo necessário um sexo que o formate a um gênero considerado corretamente.

4 O GÊNERO DAS TRAVESTIS

Estariam as travestis alocadas a um terceiro gênero? De fato as travestis desestabilizam, a partir de suas práticas sexuais e sociais, as premissas cristalizadas sobre os gêneros e as sexualidades, diante dos argumentos que radicalizam as fronteiras daquilo que pode ser concebido como sendo masculino ou feminino. Nessa perspectiva, Peres (2015, p. 38) acrescenta que:

O que está em jogo nesse raciocínio é a problematização a respeito das relações de poder e de saber que se articulam através das normas, das leis, contratos e instituições sociais, no sentido de controlar os corpos e regular as populações. Fica evidente a participação de determinados jogos de interesses por parte dos grupos dominantes, que querem dar continuidade a um sistema de opressão e violência que tenta a todo custo forjar estratégias de manutenção da dominação patriarcalista e heterossexista.

As travestis balizam as fronteiras estabelecidas pelo discurso dominante sobre o que é aceitável ou coerente em relação aos conceitos de sexo, gênero, sexualidade, prática sexual e desejo. Um desequilíbrio para os que concebem o mundo e a própria humanidade como “essência” e insistem em negar as identidades e as variações identitárias frente à produção das diferenças.

Frente a essa questão, Fernandez (2000 *Apud* PERES, 2015, p.38) acrescenta que

[...] o travestismo vai contra a biologia como fonte identitária irredutível, subvertendo a dicotomia corpo/gênero, a travesti intervém em seu corpo subvertendo sua origem (...) no gesto da travesti existiria também uma atitude política, na medida em que o exagero se atreve a mostrar esses desejos como um ato irreverente. A consequência disso é que as identidades masculino e feminino se inserem na diversidade, com o que amplia a sua gama de possibilidades.

Assim, se faz necessário pensar as identidades enquanto construção e não apenas atrelada às suas origens. As travestis, ao balizarem as fronteiras dos discursos dominantes com suas performatividades de gênero e da sexualidade, nos mostra a necessidade de revisão das premissas deterministas sobre os dois gêneros (masculino e feminino),



[...] nos limites da bipolaridade e do dualismo, para se pensar a respeito de um continuum de masculinidade e feminilidade que habitam e se processam em um mesmo corpo, desarticulando-se dos genitais e se conjugando com as experiências que esse mesmo corpo experimenta nas relações que mantém com as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais de seu tempo (PERES, 2015, p. 35).

Cabe aqui, buscar a construção de um olhar que possibilite ver a posição do gênero ocupada por uma pessoa que diz respeito à construção de um estilo de vida marcado por singularidades (PERES, 2015).

Fernandez (2000 *Apud* PERES, 2015, p. 35) defende o travestismo como “um conjunto – em si mesmo heterogêneo – das possíveis identidades de gênero que se distribuem em um continuum.” Também de acordo com a autora, “as categorias de homem e mulher, baseadas em critérios anatômicos, não são nem universais e nem conceitos válidos para um sistema de classificação de gênero” (FERNANDEZ, 2000 *apud* PERES, 2015, p. 34).

Em Butler (2006) a travesti vai ser citada pela primeira vez no livro *Bodies that matter* (Corpos que importam), em que a autora nos possibilita um aprofundamento e esclarecimento quanto ao conceito de performatividade. No capítulo intitulado “O gênero em chamas: questões de apropriação e subversão”, a autora analisa a competitividade nos bailes travestis do Harlem, afirmando que esse processo:

É a habilidade para fazer com que a personagem pareça crível para produzir o efeito naturalizado. Este efeito é, em si mesmo, o resultado de uma corporificação de normas, uma reiteração de normas, uma encarnação da norma racial e de classe que é, por sua vez, a figura de um corpo que não é nenhum corpo em particular, e também o ideal morfológico que continua sendo o modelo que regula a atuação, mas de que nenhuma atuação pode aproximar-se. Significativamente, esta é uma representação que surte efeito, que produz o efeito de autenticidade, na medida em que não pode ler-se. Porque a “leitura” significa degradar alguém, expor o que não funciona no nível da aparência, insultar ou ridicularizar alguém (BUTLER *apud* MIKOLCI e PELÚCIO, 2006, p. 264).

Assim, percebemos o quanto as travestis se esforçam na construção do feminino, não se trata de se tornarem mulheres, antes disso, desejam sentir-se como mulheres, articulando mecanismos de atributos femininos de modo artificializado e exuberante, produzindo um efeito discursivo contrário ao que é tido enquanto um “arbitrário cultural”.²⁰

Buscamos em Bourdieu (2003) o conceito que nos possibilite uma melhor compreensão quanto à performatividade das travestis, acionando novas formas de conceber um discurso alicerçado em paradigmas dominantes. O autor nos apresenta a noção de “arbitrário cultural” com base nas concepções antropológicas de cultura, postulando que

²⁰ Concepção cultural dos grupos e classes dominantes, que é imposta a toda a sociedade por meio do sistema de ensino.



nenhuma cultura pode ser entendida como superior a outra. Assim, tanto os valores quanto os significados que orientam cada grupo social em suas atitudes e comportamentos – e no caso das travestis em sua performatividade corpóreo-discursiva, seriam, por definição, arbitrários, não estando, portanto, fundamentados em nenhuma razão objetiva, universal.

Assim, para Bourdieu e Passeron (1975, p. 23):

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária na medida em que a estrutura e as funções desta cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à natureza das coisas ou a uma natureza humana.

Apesar de arbitrários, os valores e significados compartilhados por cada grupo, são vivenciados como os únicos possíveis, ou pelo menos, como os únicos legítimos. No entanto, a performatividade das travestis produz novos discursos que abalam aqueles já legitimados. Assim, a experiência de gênero radicalmente corporificada das travestis encontra seu paralelo nas questões dos/das transexuais e dos/das intersexuais²¹, já que, estes e estas têm na manutenção ou na transformação, via intervenções tecnológicas, desse corpo pretensamente natural à condição para seu reconhecimento dentro de um espectro ampliado de significações possíveis. (MIKOLCI; PELÚCIO, 2006).

Nesse sentido, o processo de adequação e/ou adaptação dos sujeitos que reivindicam gêneros passam a ser visto socialmente como sujeitos sem corpos, visto que o discurso legitima apenas a concepção binária de gênero em que o sexo corresponde ao gênero a ele assignado. Daí a necessidade de se repensar quanto à própria condição do que é humano, visto que a luta de diversos movimentos sociais passa, justamente, pela problematização do humano. Trata-se do tipo de humanidade que queremos construir. Na seção “Los Límites de los Derechos Humanos” do livro *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*, Bento (2017) nos apresenta um questionamento chave para que possamos refletir sobre a questão: O que significa Humano e quem pode demandar os direitos de pertencer a essa

²¹ Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais (JESUS, 2012, p. 14-17).



categoria? Para a resposta, a autora promove uma discussão do histórico progresso de estudos de gênero, afim de evidenciar sua tese de que a compreensão do que é humano repousa na diferenciação sexual natural dos corpos: para ser reconhecido como Humano, um corpo precisa ser estável para receber inscrições culturais e tornar-se inteligível. O corpo é um texto socialmente construído, não há corpos livres anteriores aos discursos que investem neles e o sexo é uma das normas pelas quais a pessoa se torna viável e se qualifica para uma vida autêntica no interior da categoria Humano. Pessoas *trans* personificariam a abjeção e só entram na categoria Humanidade mediante a patologização de sua existência. A autora menciona que se faz necessário desconstruir a própria retórica dos Direitos Humanos, desconstruindo um discurso que gera dor e exclusão, justificando atrocidades com o outro a partir do gênero que define o humano desde a diferença sexual.

Para Butler (2006, p. 16-17):

Há um certo caminho novo do humano que se dá com o fim de iniciar o processo de refazer o humano. Posso sentir que sem certos traços reconhecíveis não posso viver, mas também posso sentir que os termos pelos quais sou reconhecida convertem minha vida em inabitável. Esta é a conjuntura da qual emerge a crítica como um questionamento dos termos que restringem a vida com objetivo de abrir a possibilidade de modos diferentes de vida.

A autora posiciona-se na busca pelo reconhecimento das reivindicações identitárias que se afirmam e reafirmam a partir de novas políticas de linguagem – já que vivemos uma sociedade quase exclusivamente demarcada pela linguagem. Nas discussões sobre gênero e identidades se faz necessário compreender que as identidades são negociadas a partir de contextos políticos e sociais, situações diversas, conflitos e imposições hierarquizadas pela tradição social.

É necessário ainda, que compreendamos o conceito de performatividade como algo que se constrói a partir das rupturas de normas impostas aos sujeitos e com relação às quais eles podem viver ou entrar em conflito, normas que vêm de fora, mas são internalizadas e literalmente incorporadas. Dessa forma, a performatividade não deve ser entendida como dissociada dos contextos sócio-históricos, ainda assim, é necessário usar o conceito a partir de seu sentido programático, de seu “espírito”, e não a partir de sua equivalência a uma analogia explicativa que só faz sentido em seu local de origem. (MIKOLCI; PELÚCIO, 2007).

Aqui, ao abordarmos as identidades de gênero, entendemos que tal conceito refere-se às formas e significados que um sujeito elabora sobre si mesmo, conceito atravessado por características biopsíquicas e culturais, sendo elas masculinas, femininas ou ambivalentes. No



caso das identidades travestis, Borba e Ostermann (2008, p. 410) afirmam que são “indivíduos biologicamente masculinos que, através da utilização de um complexo sistema de *techniques du corps*²², moldam seus corpos com características ideologicamente associadas ao feminino”. Ou seja, indivíduos do sexo masculino que se vestem de mulher durante todo o dia, adotam nome, roupas, penteados, maquiagem, pronomes de tratamento femininos e moldam o corpo com o objetivo de adquirir aparência física feminina (BENEDETTI, 2006; IRIGARAY, 2007; KULICK, 2008; SILVA, 2009).

As travestis seriam homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que socialmente é tido como próprio do feminino. “Porém, não desejam extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Mas, não basta se vestir de mulher para ser travesti.”. (LOPES, 2008, p. 225). É preciso sentir-se como mulher, performatizando a própria identidade nesse processo de construção na experiência travesti.

Benedetti (2005) em seu trabalho sobre as travestis gaúchas, intitulado *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*, debruça-se sobre os processos de transformação do gênero pelas travestis profissionais do sexo a partir de práticas de modificação e transformação dos corpos, atravessado por aquilo que elas compreendem como sendo próprio do feminino, acionando assim, tais práticas nesse processo do construto corporal-discursivo.

Assim, a própria noção do que sejam masculinidades e feminilidades são construídas corporalmente pelas travestis em caráter provisório, para o autor:

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo, com o objetivo de moldá-los mais precisamente com o das mulheres, vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejarem explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. Em contraste, esta é a principal característica que define as transexuais neste meio: reivindicam a operação de mudança de sexo como condição *sine qua non* de sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social (BENEDETTI, 2005, p. 18).

Esta definição é a mais acionada pelo senso comum ao conceituarmos as travestis, a partir do processo de diferenciação com as transexuais, “evidenciado que a categoria transexual é muito recente e que nem sempre está presente no imaginário das travestis”. (PERES, 2015, p. 39)

²² As transformações no e do corpo também foram tratadas por Benedetti (2005), onde o autor apresenta uma descrição dos principais processos criados e experimentados pelas travestis para levar a cabo o projeto de ser feminina. Essa descrição é tratada nos tópicos apresentados entre as páginas 55 a 88.



De acordo com Saraiva (2012), as travestis são sujeitos que constroem e atribuem a si mesmas formas de identificação, baseadas em noções sobre o que se considera normalidade, para infligir níveis diversos de depreciação. Além disso, são pressionadas à invisibilidade, processo de redução ou nulificação das possibilidades de interlocução com a sociedade em função dessas diferenças.

Outra perspectiva interessante nos é apresentada por Pennycook (2007, p. 71), que esclarece: “Somos homens e mulheres porque agimos corpórea e discursivamente como tais: o nosso dizer-fazer nos constrói assim”.

Assim, se buscarmos entender os gêneros e as sexualidades como feitos e refeitos em performances, em uma ambiguidade que lhes é constitutiva, essa teorização, queremos crer, tem ganhos éticos, políticos e epistêmicos. (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2013).

O que buscamos analisar e refletir aqui é quanto à validade e coerência de determinados conceitos radicalmente cristalizados e, o quanto tais conceitos contribuem para o processo de invisibilidade daqueles que não se enquadram nesses discursos. As novas formas de existência e as novas formas de relações humanas exigem um novo posicionamento quanto aos discursos que regulam (regulavam) os gêneros e as sexualidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os discursos criados para regular e alocar os corpos, os gêneros e as sexualidades estão em declínio e, isso é extremamente significativo para que possamos repensar nossa própria humanidade, nossas trajetórias enquanto sujeitos políticos e culturais. Sujeitos que atuam e performatizam suas experiências de vida, que já não se sentem representados pelos discursos regulatórios, que não buscam se encaixar nos joguetes conservadores dos gêneros e das sexualidades. Sujeitos que buscam ter poder sobre seus próprios corpos, para além do poder disciplinador das regras e da moral que em nada contribuem para nossa formação humana.

Os novos olhares sobre os gêneros e as sexualidades, em especial aqueles produzidos pelos estudos queer no final do século passado, tem contribuído significativamente para acolher novos modelos que não precisam e nem desejam ser classificados como pertencentes a essa ou aquela categoria. O Queer, como afirma Louro (2016, p. 08) é “um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.”

Outrossim, é a crescente produção teórica de diversos autores e diversas autoras que, autoidentificados política e subjetivamente no discurso hegemônico, constroem outros pontos



de vista teóricos sobre os sujeitos culturais e contribuem para os estudos identificados como sendo da Homocultura²³. Definindo-se em vários contornos teóricos, assenhoreando-se de lugares antes não possíveis, adentrando o campo discursivo sem pressão e sem o aspecto militante, provando-se que espontaneamente a necessidade de discutir a homocultura em suas várias expressões e de lançar para leitores as visadas que se tem sobre sujeitos e produtos da homocultura é um exercício profícuo, resultando, de certa forma, em uma política (propaganda) afirmativa.

É fato que as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores. O próprio conceito de minoria que lhes é atribuída parece, contudo, bastante imprópria. Como afirma Louro (2003), as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho étnico, ou de gênero.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Cuerpo, performance y género en la experiencia transexual*. **Anais do SEMINARIO REALIZADO EN LA UNIVERSIDAD DE BARCELONA**, 2., 2002. Barcelona: [s.n.], 2002.

BORBA, R.; OSTERMANN, A. C. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Estudos Feministas**, v.16, n. 2, p. 409-432, maio./ago, 2008.

BORRUSO, Marinella Miano. Género y Homosexualidad entre los Zapotecos del Istmo de Tehuantepec: El Caso de los Muxe. In: CONGRESSO CHILENO DE ANTROPOLOGIA, 4., 2001. Santiago do Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Colégio de Antropólogos de Chile A. G, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 2003. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9656/9656_8.PDF> Acesso em: 06 jan. 2018.

²³ Estudos críticos, históricos e teóricos da literatura que aborda a homossexualidade e a subjetivação, seja para intervir como crítica da cultura, seja para ressaltar os aspectos de textos que dialogam com o homoerotismo numa perspectiva mais positiva.



BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Barcelona: Pardos, 2002.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006 [2004].

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. **Revista DoisPontos**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 243-251, abr. 2017.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins.; TORRES, Igor Leonardo de Santana. A vida como potência: entrevista com Luma Nogueira de Andrade. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 01, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/index>>. Acesso: 21 fev 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GRUZISNK, Serge. Las cenizas del deseo. Homosexuales novohispanos a mediados del siglo XVII. In ORTEGA, S. (org.). **De la Santidad a la Perversión (o de porqué no se cumplía la ley de Dios em la sociedad novohispana)**. México: Grijalbo, 1985, p. 255-281.

HEILBORN, M. Luiza. Do gênero: antropológicamente... **De Folhetins**, Rio de Janeiro, n. 3, 1990.

HERMANN, Nádia. A questão do outro e o diálogo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, 2014.

IRIGARAY, H. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.

JAYME, Juliana G. **Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais**: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. 2001. 189f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2001.

JESUS, Jaqueline G. Visibilidade transgênero no Brasil. **Correio Braziliense, caderno Opinião**, p. 13, 18 jan. 2012. Disponível em: <<https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/1/18/visibilidade-transgenero-no-brasil>>. Acesso em: 16 out. 2016.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.



LIMA, Rita de Lourdes de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. **Em Pauta**, n. 28, p. 165-182, 2011.

LOPES, Maycon Silva. Sapatilhas acanhadas: a homossexualidade na telenovela *Mulheres apaixonadas*. In: **Encontro Baiano de Estudos da Cultura**, 1., 2008. Salvador. Anais... Salvador: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/pesq_cult_sexualidade.htm>. Acesso em: 16 jul. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARTOS, Juan Antonio Flores. Travestidos de etnicidad zapoteca: una etnografía de los muxes de juchitán como cuerpos poderosos. **Anuario de Hojas de Warmi**, Talavera de la Reina, n. 15, 2010. Disponível em: <<http://revistas.um.es/hojasdewarmi/article/view/158881>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Sexo e Gênero**. [S.l.]: Dicionário Crítico do Feminismo, 2009, p. 222-231.

MISKOLCI, Richard.; PELÚCIO, Larissa. “Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, 1. sem. 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca. Desestabilizações Queer na sala de aula: "táticas de guerrilha" e a compreensão da natureza performativa dos gêneros e das sexualidades. In: PINTO, J.P; FABRÍCIO, B. **Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias**. Goiânia: Câne Editorial, 2013.p.283-301.

MOLINIER, Pascale e WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. **Dicionário Crítico do Feminismo**, v. 5, n. 2, p. 101-106. 2009,

MOORE, H. **A passion for difference**. Cambridge: Polity Press, 1994. Disponível em: <<https://doctiktak.com/cultura-contemporanea-identidades-e-sociabilidades.html>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MOTT, Luiz. Pagode português: a subcultura gay nos tempos inquisitoriais. **Ciência e Cultura**, v. 40, n. 2, p. 120-139, 1988.

PENNYCOOK, Alastair. “Transgressive theories” In: _____. **Global Englishes and transcultural flows**. Londres: Routledge. Cap. 3. p. 36-57. 2007.

PERES, William Siqueira. **Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.



REDONDO, Augustin. Les empêchements au mariage et leurs transgression dans l'Espagne du XVIe. Siècle. In: _____. **Amours Légitimes, Amours Illégitimes em Espagne**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1985, p. 89-106.

SARAIVA, L. A. S. Além dos estigmas profissionais. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Orgs.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 150-1.

SILVA, Hélio R. S. **Travestis**: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

STRATHERN, M. **The Gender of the Gift**. Berkley: University of California Press, 1988. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel3/JulianaJaime.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: sexualidade e inquisição no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WHITEHEAD, Harriet. *The bow and the burden strap*: a new look at institutionalized homosexuality in Native North America” 1980. In: ORTNER; WHITEHEAD (Eds.). **Sexual Meanings**: the cultural construction of gender and sexuality. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 80-115. Disponível em: < http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/114_1042_usoseabusosdacategoriaidegenero.pdf.pdf1> Acesso em: 06 jan. 2018.



O Tchikumbi: resistências e transformações nas formas de ritos de passagem feminino entre os Bawoyo de Cabinda (Angola)*.

Joaquim Paka Massanga¹

Recebido em: 30/08/2019

Aprovado em: 27/11/2019

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa realizada para a minha dissertação de mestrado. A mesma foi realizada junto ao sobado de Yabi com o intuito de se compreender e registrar as narrativas que os próprios autótones atribuem ao *Tchikumbi*, enquanto rito de passagem. Como a prática é uma manifestação cultural, um rito de transformação realizada entre os Bawoyo de Cabinda; tendo como cerne a preparação das meninas, é um chamamento para a vida adulta, uma metamorfose que se impõe de um ritual de transcendência e de significado enorme entre os Bawoyo de Yabi (em Cabinda). A partir de uma metodologia baseada na História Oral e numa perspectiva do tipo etnográfico nos permitiu observar e entrar junto da comunidade, onde foi possível ter acesso as falas e vozes das anciãs septuagenárias e das autoridades tradicionais da região. Entendemos que esta cerimônia se reveste de grande importância entre eles, pois, as famílias que de sua prole geram meninas ao realizarem esta cerimônia, mostram a comunidade que foram capazes de educar sua filha, por um lado, e por outro, a sociedade/comunidade reconhece valores e respeito aos pais e a menina, digna de ser admirada e respeitada, conseqüentemente, ela assume sua vida de adulta.

Palavras-Chave: O Tchikumbi. Rito de passagem. Resistências e transformações. Bawoyo de Cabinda (Angola).

The Tchikumbi: Resistances and transformations in the forms of female passage rites among the Bawoyo of Cabinda (Angola).

ABSTRACT

This article is part of a research done for my master dissertation. The same was held near the Yabi's house in order to understand and record the narratives that the autochthonous attribute to Tchikumbi, as a rite passage. As a practice is a cultural manifestation, a rite of passage and transformation that takes place among Bawoyo peoples of Cabinda; Having at its core the preparation of girls, it is a call to adulthood, a metamorphosis imposed by a ritual of transcendence and enormous significance among the Bawoyo inhabitants of Yabi (in Cabinda).

* A temática apresenta resultados parciais da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, para a obtenção do Grau de Mestre em Educação sob orientação da Professora Doutora Nilma Lino Gomes.

¹ Universidade Onze de Novembro (UON/Angola). Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do CFH/UFSC. Orientado pela professora Doutora Maria Bernardete Ramos Flores, linha de Pesquisa História da Historiografia, Arte, Memória e Patrimônio. Bolsista do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG/CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0443265427453346>. E-mail: jpakamassanga1@hotmail.com.



From a methodology based on Oral History and an ethnographic perspective allowed us to observe and enter the community, where it was possible to have access to the speeches and voices of the septuagenarian elders and traditional authorities of the region. We understand that this ceremony is of great importance among them, as whenever the families that has girls do this ceremony, they show the community that they were able to educate their daughter, and the society / community recognizes values and respect for these parents and the girl becomes worthy of being admired and respected, consequently, she takes on her life as an adult.

Keywords: The Tchikumbi. Rite of passage. Resistances and transformations. Bawoyo from Cabinda (Angola).

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de escrevermos sobre as práticas e rituais femininos das mulheres angolanas não é nova e nem recente, no intuito de propiciarmos leituras outras. A nossa busca pela realidade dos povos das aldeias do Yabi, realizadas durante a pesquisa para a escrita da minha dissertação de mestrado, nos levaram a observar uma de suas práticas, o *Tchikumbi*. Sua realização nos fez levantar várias indagações e procurar perceber melhor o seu enquadramento na cosmogonia dos Bawoyo do Yabi, por considerarem esta prática como um rito de passagem de extrema importância para a vida da jovem mulher, para a honra de sua família e para a constituição da sua futura família. A nossa pesquisa foi realizada no sobado de Yabi, constituído por cinco aldeias, sendo estas: Kabolombo, Yabi li Mambuko, Ngazi Yabi, N'quete e Tchpita.

Este trabalho é realizado a partir de relatos orais e de recurso à memória de nossos entrevistados², ou seja, a partir de uma metodologia baseada na História Oral e numa perspectiva do tipo etnográfico nos permitiu observar e entrar junto da comunidade, onde foi possível ter acesso as falas e vozes das anciãs septuagenárias e das autoridades tradicionais da região. O que nos permitiu compreender o que é o *Tchikumbi*, entendendo-o como uma prática, está estreitamente relacionada com a manifestação do ciclo menstrual que surge pela primeira

² É o saber e o protagonismo das mulheres que aqui nos interessa. Para compreendermos como se reinventam e como realizam suas práticas, como se educam e se transmitem valores, daí que não nos ativemos aos ritos masculinos, mas somente às práticas femininas. Tive também e desde cedo a preocupação de compreender como as mulheres vivem e como elas se identificam enquanto parte desta cultura a partir da atuação das próprias mulheres. Portanto, e isso só foi possível a partir de uma visão do entendimento que entre estes povos quando se trata de questões da cultura e vivências das comunidades, não somos nós quem definimos a quem entrevistar, já que os/as jovens não ousam tomar da palavra diante dos/as mais velhos/as, só se for por autorização e indicação destes (MILANDO, 2013, p. 28). Porém e para os/as jovens é reservado um lugar, o de escuta e aprendizagem com os/as mais velhos/as através de diálogos. Há, no entanto, uma hierarquia em função da longevidade, de experiências de vida que acumulam e de valores tradicionais que carregam.



vez na vida de uma adolescente, isto é, na faixa etária de 12 a 15 anos. Neste momento a família a prepara para realizar o rito de iniciação³ que lhe dará permissão para a vida adulta⁴.

Esta prática é também designada como “Casa de Tinta” que de acordo com Martins (1972), é nome muito genérico, designação dada pelos europeus. E diz-se das tintas por que as pessoas que entram nessas casas, para o cerimonial, pintam-se-lhes, durante todos os dias que lá passam, com túkula⁵. Pode aplicar-se também a designação: *Nzó Kumbi Kimpilo*, casa para onde ia a adolescente depois da primeira manifestação da puberdade; *Nzó kualáma*, casa onde a adolescente entra para as cerimônias que precedem a tomada de estado. Ou, mesmo, pode-se dizer *Nzó Kualáma*, também chamada *Nzó Kumbi (ou Ikumbi) ou Nzó Kumbi, Kumbi Kibuala e Nzó Kumbi Kinkuala*.

Esta cerimônia ocorre logo que a donzela sente os sinais inconfundíveis de que chegou à puberdade e trata de avisar a mãe ou alguma de suas companheiras de confiança, retirando-se para o meio de uma planície onde se esconderia no capim.

Por isso reuniam-se, então, todas as outras companheiras e, pela tardinha, iam procurá-la entre cânticos e bater de palmas. Iam cantando e chamando. Ela nunca responderia ao primeiro chamamento (MARTINS, 1972, p. 214).

Temos de lembrar que, para os Bawoyo, nenhuma adolescente deixará de passar pela *Nzó Kualáma* e com todo o cerimonial ou pelo menos o indispensável - incluindo mesmo o que, em tempos, se fazia na *Nzó Kumbi Kimpilo*, e com a maior solenidade que seja possível. A *Nzó Kumbi Kimpilo* é condicionada à idade de puberdade. A *Nzó Kualáma* é preparada com antecedência, pelo menos pela família da adolescente, e em ordem ao casamento, à tomada de estado. Ou seja, *Kualáma*, diz-se estar em idade de se casar; *Kualáma*, será, antes, o passar pelas cerimônias da puberdade ou das que antecedem as do casamento ou tomada de estado (MARTINS, 1972, p. 217).

³ Podemos entender as muitas semelhanças quando se realça que a iniciação é um processo de vínculo com o sagrado, com a centelha-divina-divindade- ancestral, com a divindade africana como guardiã da vida da criança, com a família – pais e parentes – se também o forem iniciados e, sobretudo, com a identidade africana-“preta”- “negra”- África- berço do mundo da criança. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/criancas-no-candomble-21-imagens-e-21-motivos/>, acesso: 25/agosto/2019.

⁴ Para estes povos é responsabilidade dos mais velhos e das mais velhas indicar e ensinar aos mais jovens como viver a vida, ensinando-lhes valores de sua ancestralidade como são os casos de a amar o próximo e a respeitar a cultura, de valorizar suas como companheiras e seus companheiros.

⁵*Takula* é o *Pterocarpus tinctorius* - Welw.

Túkula é o cerne desta mesma árvore reduzido a pó, a serrim e muito fino. A *túkula* tem uma cor avermelhada bastante viva.



2 AS PRÁTICAS CULTURAIS E OS SUJEITOS DA SUA REALIZAÇÃO

O *Tchikumbi* tem envolvimento no dia-a-dia dos povos Bawoyo e se manifesta nas relações sociais que estes estabelecem, por isso, ocupa junto com outras práticas como: o alambamento e os provérbios, um lugar mais denso e complexo na cultura que se consubstanciam em práticas.

E por isso, para nos inteirarmos de sua valorização e como as comunidades do Yabi se tornam sujeitos de suas próprias práticas recorrendo a apologia apresentada pelo Soba “*Mambuco li Yabi*”⁶, assim como pelo coordenador “*N’Gazi Yabi*”⁷ e as duas anciãs “*N’Kete*” e “*Tchipita*”, convidadas pelo soba para serem entrevistadas, estes falaram:

Quando éramos jovens, por onde passávamos ou íamos, era comum olharem pra nós e saberem que vínhamos do Yabi; o divertido é que a gente dançava e celebrava sempre as farás e as datas festivas animadas com o mayeye, a matáfala e a Maringá; muitas vezes tinha sempre confusão com outros jovens por causa e acima de tudo das mulheres (anciã entrevistada)

O exposto acima traduz como as gentes do Yabi são elas próprias protagonistas de sua própria história e como se têm firmado dentro de um contexto que muitas vezes não lhes tem dado muitas aberturas, ou outras vezes permitido o esvaziamento daquilo que os distingue como uma etnia com características culturais específicas. Estes se mostram dinâmicos às situações circunstanciais e tentam levar, transmitir, preservar os seus costumes e a sua identidade por esses anos todos e transmitindo fielmente e da melhor maneira possível esta herança de seus antepassados às novas e futuras gerações.

⁶ Ao ser entrevistado começa por dizer de que: “*E de mais a mais, nós os do Yabi não nos distinguimos dos demais povos de Cabinda, mas a cultura que mais predomina é o Tchikumbi... A tradição é uma força que os nossos mais velhos criaram para se afirmarem e que nós também estamos a seguir... E quanto a forma de vestir, de comer e de convivência, tudo isso faz parte da tradição e da cultura dos povos da área do Yabi*”. (Soba interino, 48 anos; foi anteriormente Secretário do então Soba. É professor e Diretor da escola do I Ciclo do Ensino Primário do Yabi; Entrevista realizada na aldeia de N’kete Yabi, na residência do entrevistado, no dia 30 de novembro de 2013).

⁷ Não sendo nome próprio, nota-se que entre os Cabindas, de um modo geral, é normal o uso de um nome me que não seja o seu próprio de registro. Por isso também preferimos chamar o coordenador com o nome a qual é mais conhecido. Importa ainda referir que sobre as “algunhas” e “apelidos”, raros são, entre os nativos, os que não têm uma alcunha. Neste senti até o europeu que pelas terras de Cabinda passou não escapará a este “baptismo”. O nativo raríssimas vezes alcunhará alguém baseado nos defeitos físicos dessa pessoa. Procura, sim, uma alcunha que lhe retrate o caráter, a pessoa moral. E nisto, afirma Martins (1972), são verdadeiros psicólogos. O autor ainda adverte de que quem viver entre os Cabindas - País de Cabinda - que procure saber a alcunha que lhe deram. Pode ser que leve tempo a sabê-la. Mas tem-na. Pois muitas das alcunhas, senão a maioria, são tiradas dos belos provérbios que possuem. Justifica a estas atribuições como sendo do seu conhecimento direto e, no que diz respeito a costumes e tradição, colhido da boca dos “velhos”. Os nomes, apelidos, alcunhas são todos de pessoas que com ele contataram (MARTINS, 1972, p. 200-201).



2.1 O Tchikumbi (Ou a Casa de Tinta)

Uma primeira análise que fazemos é a do entendimento sobre a denominação dessa prática cultural e que traz variações de como ela se expressa, fruto das vertentes linguísticas de Cabinda. Para Martins (1972) é *Kikumbi*, *Tchikumbi* para Nguma (2004), e há ainda outras oralidades que vem denominando-a como *Chicumbi*. Como a modernidade influencia tudo e todos, até as línguas nacionais africanas não ficam de fora.

Daí se verifica que o próprio termo sofre variações étnico-linguísticas de acordo com os seus utentes: uns a denominam por *Kikumbi*, outros *Tchikumbi* e ainda outros por *Ikumbi* e tem aqueles que por influência acentuada do português falado consideram-no de *Chicumbi*, no tom mais aportuguesado⁸. Independentemente destas, o que importa para nós é o fato de estarmos a nos referir de um mesmo fenômeno e do qual adotamos usar o termo *Tchikumbi* (MASSANGA, 2014, p. 168). É entendido como rito de iniciação e afirma-se que o mesmo nasceu com a própria existência da comunidade (NETO, 2012, p. 94).

Destarte, a organização dos Bawoyo mantém ainda a mulher como o eixo central de uma sociedade matrilinear, onde tudo se desenvolve em torno dela (NETO, 2012, p. 93). Curioso é o fato de a realização desta cerimônia, o *Tchikumbi*, não depender da sucessão matrilinear ou da descendência matrilinear, ou seja, ela é uma obrigatoriedade assegurada pela família paterna, é a ela quem cabe definir se as adolescentes passam ou não para o *Tchikumbi*, do lado materno apenas co-participam e a realizam de forma simbólica ou para se cumprir os desígnios da família paterna⁹.

⁸ A justificativa sobre essa variação, nos é apresentada por Nzau (2011), justificando que ela pode ser enquadrada em um conceito central da abordagem sociolinguística, onde se permite considerar as línguas como corpos dinâmicos em constante mudança. Sendo um conceito assente na mudança, a variação linguística pode ser entendida como fenômeno caracterizado pelas alterações que ocorrem nas línguas, motivadas por diversos fatores, quer sejam de natureza geográfica e cultural, quer estejam ligadas aos tipos de modalidade expressiva (NZAU, 2011, p. 37). Neste intento, a língua pode variar também em função dos usuários, em modalidades diferentes. Nesta perspectiva, o autor fala de variações diastráticas quando se analisam os diferentes usos linguísticos em função das camadas socioculturais dos falantes/usuários, incluindo neste lote a linguagem técnica, gíria, calão. Por isso, constituem, tecnicamente, sociolectos, ou seja, modos colectivos do uso da linguagem; Acrescenta, que pode-se também definir como códigos específicos de um grupo. Ao contrário do dialecto, que é determinado pelos factores geográficos, o sociolecto é influenciado pelo nível educativo ou posição social do falante/usuário. Em contrapartida, se forem salientadas diferenças entre os tipos de modalidade expressiva (língua falada e língua escrita, literária, linguagens especiais, linguagem dos homens e das mulheres), ou o uso que o falante faz da língua em função das suas intenções e da situação da comunicação, estamos perante as variações diafásicas. Pelo que se fazem corresponder ao idiolecto, ou seja, aquilo que é específico da fala de um determinado locutor; sendo que este tipo de variações tanto pode remeter para o estilo (traços que conferem um carácter distintivo a um conjunto de frases pronunciadas ou escritas), quanto para o registo, ligado aos locutores e às variantes da fala (NZAU, 2011, p. 37-38).

⁹ Contudo, havia constantes mudanças e trocas, como o explicita Kasembe em relação à resistência à poligamia. Nesse sentido, o feminismo conforme abordado pela autora apresenta múltiplas formas enraizadas em lutas que



A prática “*Tchikumbi*” sempre despertou interesse de estudo de muitos pesquisadores, até fora dos limites atuais de Angola, ou seja, sendo uma realidade cultural, esta cerimônia feminina pode ser considerada transnacional, por ser também realizada por alguns povos da região de Muanda (RDC), assim como entre os Bawoyo, Bakuakongo e Balingi situados dentro do território nacional, na província de Cabinda. Destacando que dela só poderiam participar as meninas e adolescentes “virgens”, de acordo com a denominação tradicional expressa em língua ibinda, *ikumbi ou tchimkumpa*, que significa menina “virgem”; mas também associam-na à primeira menstruação da menina, tal como as narrativas que apresentamos.

2.2 O Tchikumbi na aldeia

De acordo com o Soba “Mambuco li Yabi”:

[...] O Tchikumbi, de fato nós aqui do yabi não deixamos essa parte a cair [...]. Por que? Porque, para nós a menina depois de nascer e quando atinge os seus 13 ou 14 anos é obrigação dessa menina passar pela casa de tinta [...]. Se ela não passar pela casa de tinta não pode mantizar, não pode casar e poderá até ter seus filhos, mas não terá bons êxitos. Devido a força da tradição (Soba entrevistado).

Assim, entende-se que a prática do *Tchikumbi*, está estreitamente relacionada com a manifestação do ciclo menstrual pela primeira vez na vida de uma adolescente, isto é, na faixa etária de 12 a 15 anos¹⁰. É quando a menina atinge os seus 15 anos de idade e a família a prepara para realizar o rito de iniciação que lhe dará permissão para a vida adulta (NETO, 2012, p. 93). Considerando-se, ainda, que para a cultura local a maternidade é de grande regozijo, então, a família e os parentes festejavam o surgimento de mais uma mulher em condições de reproduzir e dar continuidade a perpetuação da linhagem que, por sinal, é matriarcal.

Se comemora com festa a entrada da menina no Tchikumbi onde vai cumprir todo o ritual de preparação para a vida adulta. Enquadra-se numa das fases de iniciação da mulher, ou seja, de passagem para a fase adulta, ou ainda forma de apresentá-la para a sociedade, pronta para a vida jovem/adulta. Reforça, ainda, a idéia de que sem essa passagem no Tchikumbi, ela não estaria autorizada a ter relações sexuais e nem mesmo casar-se (NETO, 2012, p. 93).

antecedem e podem, portanto, transcender as estruturas dos Estados Modernos. Vide: Caderno Seminal Digital, ano 23, nº 27, v. 1, jan/jun/2017, p. 131, e-ISSN 1806-9142; DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2017.28218>, acessado aos 25/agosto/2019.

¹⁰ Tal como se pode ver e constatar as semelhanças, “sendo assim, a criança é vista como um vir a ser e como a continuidade da família e da vida em família – ela é e deve ser elemento nuclear e protagonista neste universo africano”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/criancas-no-candomble-21-imagens-e-21-motivos/>, acessado; 21/julho/2019.



Se faz saber que a menina é isolada, por um período que varia de 6 a 8 meses, em local a que somente a iniciadora, geralmente uma tia da menina por parte materna, tem acesso (NETO, 2012, p. 93). Naqueles casos em que tal não foi possível, são estabelecidas multas¹¹, por se considerar que foi menosprezada uma prática, ou queimada uma fase importantíssima na vida da moça e da honra da família dela. Ainda para Neto (2012), no dia da cerimônia, com todos os convidados presentes, ela é apresentada pintada ao público.

Para muitos estudiosos a prática *Tchikumbi* possui relação com o “*nzó n`Ikumbi*” ou “*nzó kualáma*”¹², porquanto a moça terá de passar por algum tempo na casa (*nzó*) onde lhe é ensinada e transmitidos aspectos sobre a vida adulta e também conjugal¹³. A passagem pela “casa de tinta” e o seu devido cumprimento, significa a transição da adolescência para a emancipação, em outros termos. Por isto, a condição indispensável é que a moça deverá ser ou se apresentar ainda virgem¹⁴. Assim, o significado histórico-cultural do *Tchikumbi* começa com e na própria família, por ser um ato, uma cerimônia familiar, com envolvimento de toda família, no sentido parental da palavra. Enquanto rito de iniciação e enquanto prática, traz em si um determinado sentido das relações de gênero e do lugar do masculino e do feminino em sociedades matriarcais africanas¹⁵.

Muitos afirmam de que o tempo próprio foi capaz de corroer a distinção que existia entre a “*kikumbi kimpilo*” e a “*n`ikumbi kibuala*”. A primeira concentrava em si todas as

¹¹ O pagamento da multa ou de outra forma de sanção tradicional, não isenta de nenhuma forma a menina de passar por este ritual.

¹² De acordo com alguns dos nossos interlocutores, *Kuálama*, se diz o mesmo que estar em idade de se casar. O que reflete antes de nada, o passar pelas cerimônias da puberdade ou das que antecedem as do casamento. Pois que *Nzó Kuálama* é antes de mais, a casa (lugar, quarto) onde a rapariga ficara permanece era enquanto durar a cerimônia e que hoje antecedem a sua tomada de estado. É uma festa de preparação para o ato mais sagrado da vida humana de uma mulher da etnia dos Bawoio, pois ela é dedicada ao *Nkisi-nsi*. E por este habitar na terra, há uma preocupação, ou seja, a menina/adolescente que entra para a casa de tinta, *Tchikumbi*, não pode pisar na terra nem a calcar diretamente, por esta ser sagrada.

¹³ Ou seja, podemos notar que a criança se flexibiliza e, desde cedo, aprende que a vida é feita de espaços/deslocamentos e ela passa a ter o seu espaço – a esteira como sua cama, mesa e espaço também de diversão” e pelo uso da Tukula, essa “pintura sagrada do corpo do iniciado; a criança é pintada e isso também é uma forma de valorização”. Vide: <https://www.geledes.org.br/criancas-no-candomble-21-imagens-e-21-motivos/ acessado: 21/julho/2019>.

¹⁴ Hoje nem tanto por isso, pois este controlo sobre o corpo da menina deixou de ser corrente e cada vez mais elas tem domínio e poder sobre si mesma e sobre seus corpos; importando, porém, o ato simbólico e espiritual que a mesma se reveste.

¹⁵ A misoginia nunca teve lugar na Nganda, e a mulher ocupava (*e ainda hoje ocupa*) um lugar de destaque que lhe confere a própria natureza de mãe da humanidade, com uma intuição profunda e cautelosa que não possuía (*possuí*) o homem guerreiro e impulsivo. Ela era considerada como portadora da paz e da união. O poder de decisão cabia à mulher. Pode-se aqui avaliar a importância que ela tinha (*tem*) na sociedade (KASEMBE, 2010, p. 61. Grifos nossos). Pode-se ainda ver em Caderno Seminal Digital, ano 23, nº 27, v. 1, jan-jun/2017, p. 132, e-ISSN 1806-9142, DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2017.28218>, acessado aos 25/agosto/2019



atividades educativas em função da transição da infância para a fase da adolescência, porquanto, tinha como indicativo o início do ciclo menstrual, denominado na língua local de *mpilo*. Já a segunda, tratava-se do momento pré-nupcial, ou seja, sempre que havia um noivo e a moça iria ser recebida em núpcias. Por isto, quer seja para atender as formalidades ou para as vésperas de núpcias, a cerimônia passou a ser apenas uma, com a possibilidade de ela ser feita em um momento em que a moça deixou de ser virgem.

A proceder assim e dado a este último fato, se observa as mudanças no ritual do casamento tradicional. Este fica sem uma das suas fases, porquanto o ato que se configurava como “*kikumbi kibuala*” somente acontecia depois de alguém, já se ter apresentado como o interessado pela moça. Importa destacar que o casamento tradicional tinha 3 fases: a apresentação, depois da qual se procedia o ato do “*nzó kualáma*” para o “*kikumbi kibuala*”, o noivado e o casamento propriamente dito, que acontece simultaneamente com a entrega do alambamento, também denominado de dote para a família da moça (questões que abordaremos mais em frente).

De acordo com Martins (1972), na cerimônia de *Tchikumbi*, eram usados um pó “*túkula*”, que recebe o nome de uma árvore local na qual é obtida, denominado de *takula*¹⁶, cujo nome científico é *pteroscarpustinctorius*, de cor vermelhada, com a qual pintava-se a moça, fato que levou os portugueses a denominar o local do ato, de casa de tinta.

Nisso se ressalta de que quando se chega o período para a realização do *Tchikumbi* e após se terem verificado sinais de puberdade na(s) menina (s), as famílias reúnem-se, sempre por iniciativa dos pais (neste caso pai e mãe) ou de um(a) do(a)s tios/tias e começam a preparar todo um ritual para que a cerimônia ocorra sem sobressaltos. Espera-se o tempo próprio, neste caso é o tempo seco (*Ntangu Mvula*), de acordo ao nosso calendário, este período vai da segunda quinzena de maio à segunda quinzena de agosto. Chegado o momento próprio, dias ou semanas antes, a família volta a se reunir para se arranjar um meio de fazer ausentar a(s) menina(s) da

¹⁶ O “pó” de *Túkula* se consegue friccionado dois pedaços ou metades de pau de *túkula* (*Sika túkula*), um contra o outro e tendo colocado entre eles uma areia branca especial – a *nseka* – com um pouco de água. Essa qualidade de areia é tirada junto do *nkisi-nsi*. Quando a vão buscar levam dinheiro e aguardente para oferecerem ao *nkisi-nsi* (é o *kesumbi nseka* – comprar a *nseka*)... Esses paus de *takula* chamam-se *Lukungu* (pl. *Zinkunga*). Fixa-se, o melhor que se pode, o pau debaixo friccionado com o de cima. Este chama-se *issesse* e o debaixo é o *mbuli*. A tinta de *túkula*, que é de um vermelho vivo, consegue-se misturando o pó, o serrim, de *takula* com água e óleo de palma, o que se pode extrair de 9 grãos de dendém (MARTINS, 1972, p. 419-420).



casa dos seus pais ou do lugar escolhido para a realização da cerimônia¹⁷. Quando estas se ausentam, começa todo um preparativo para a realização do ritual.

Enquanto isso, se observa uma movimentação na aldeia, entre todos os familiares, cada um com uma atividade específica. Os homens se preocupam em organizar o local escolhido, se certificarem e buscarem as bebidas, desde o vinho de palma (*mandjevo*), a aguardente, a bagaceira, o vinho dentre outros; recebendo as contribuições dos outros membros familiares, afins e amigos que se vêm juntar aos preparativos; as mulheres preparam as comidas, dirigidas por uma senhora já de idade avançada que vai distribuindo as tarefas e os lugares para que todas se acomodem, uma mistura de ritual com comes e bebes, danças e falas na qual participam mulheres de várias gerações, pois durante estes momentos são transmitidos muitos dos ensinamentos (MASSANGA, 2014, p.173).

Durante a realização destas cerimônias se assistem cantos e as danças, como formas de fazer perceber e entender à comunidade e aos mais jovens os valores e os costumes enraizados na tradição, veiculados de geração em geração pela recitação da tradição oral desde as mais velhas às mais novas. Preparam-se refeições para acolherem a todos que participam das cerimônias (entre as famílias, parte materna e paterna). Apela-se aos participantes de forma a terem cautela para garantirem que a jovem *Tchikumbi*, após ser pega para o ritual, nunca poderá colocar os pés diretamente na terra. Em seus relatos as duas anciãs, nos falam que:

[...] a festa de Tchikumbi era minuciosamente preparada entre a família e os amigos. Todos os membros da família e alguns amigos se dão conta que a sua filha, ontem, menina é, hoje, uma mulher feita, pois são horas de casar. Ninguém pode dizer nada à menina ou às meninas; elas podem até desconfiar, mas não têm como confirmar as suas suspeitas, e todos se procedem como se nada soubesse Nos dias próximos a cerimônia, elas são mandadas para uma viagem ou um passeio, demorados e longos sobre qualquer desculpa ou pretexto de maneira que só retornem de noite ou no princípio da noite do dia marcado¹⁸[...] Muitas vezes para garantir segurança elas vão com uma amiga ou Irmã (anciã entrevistada).

¹⁷ Nesta conformidade, muitas famílias, que vivem na aldeia, mandam a filha em passeio para a casa de um familiar na cidade ou nas zonas urbanas, Da mesma forma, aquelas que vivem na cidade ou na zona urbana, muitas vezes enviam a(s) menina(s) para a aldeia.

¹⁸ Para muitos estudiosos e também pelo que pudemos ouvir de alguns relatos espontâneos, o que hoje se faz é aquilo que se conseguiu conservar ante uma colonização dura e penosa a qual fomos submetidos. Mas relatam que em tempos mais remotos, logo que a donzela, a *Tchikumpa*, desse conta da chegada da puberdade, esta avisa a mãe ou a irmã mais velha ou mesmo a amiga mais chegada e se retirava para uma região distante, normalmente para uma área de planície onde se pudesse esconder entre os arbustos e capins.

Enquanto isso na aldeia, todas as amigas, companheiras e familiares se reuniam e pela tardinha iam ao encontro dela, procurando-a com cantos, batiam palmas e cantavam pelo nome da *tchikumpa*, pois ela nunca poderia responder logo aos primeiros chamamentos; só depois de ter deixado passar algum tempo ela anuncia onde está escondida, responde ao chamamento do grupo que vai ao seu encontro, correndo para ela que neste momento se encontrar a chorar, lançam-lhe de imediato a *túkula*, que só pode ser feito por uma menina virgem e que não tenha atingido ainda a puberdade e quando o sol estiver a se pôr, voltam para a aldeia com cantos, gritos, assobios e a



De acordo com as nossas observações que aqui passamos a relatar:

após se ter recolhido e agarrado as meninas que durante algum tempo passaram na casa de seu tio fora da aldeia, enquanto os seus familiares criavam e preparavam todo um ritual e as condições para a realização da cerimônia, e uma vez, regressados à aldeia e apanhadas ou agarradas pela multidão a volta da casa de seus pais onde se realizava a cerimônia, as meninas (Ikumbi), choram¹⁹, já que muitos dos amigos e companheiros se aproveitam para zombá-las, elas apresentam alguma resistência por vezes, lutam e se defendem como podem das picardias ao ponto de se cansarem e, são transportadas e fechadas todas em um quarto preparado para o efeito e apenas com uma esteira, onde pernoitarão até ao término das cerimônias. Enquanto isso, lá fora a comunidade toda festeja, com batuque (hoje mais moderno, com música e com aparelhos mais modernos), a noite afora com bailes e muita diversão, já que é sempre feita nas noites de lua cheia. E é ao amanhecer, quando eram por volta das 4h da manhã que as avós e as tias se preparam e com todo cuidado organizam tudo para a coleta da *Túkula*. Às 5 horas da manhã, tendo tudo preparado (a madeira de cor avermelhada, a areia da praia e água); perfilam duas senhoras²⁰ (ao meio) e duas meninas²¹ nas laterais (estas devem ser virgens, por isso preferem sempre as adolescentes) que ajoelhadas cada uma com o seu material vão friccionado a metade da madeira com outra, colocando a água e a areia. São acompanhadas de outras senhoras que as apóiam e vão entoando canções até obtiverem extratos suficiente para a cerimônia e, preside todo esse ato uma velha ou será já adulta que terá também por objetivo ensinar a *tchinkumpa*, de modo prático, tudo o que ela precisa sabe para a nova vida. É a ela também a quem cabia a responsabilidade de averiguar a virgindade da menina sua pupila, diante de testemunhas idôneas e por último ela iniciará a ruptura do hímen para deste modo evitar sofrimento físico para a menina na noite de núpcias [...] ²²

Estas meninas, as *Ikumbi*, permanecem fechadas e vigiadas pelas tias e avós, em muitos casos são acompanhadas pelas amigas e existem certas horas em que os rapazes as poderão visitar, mediante pagamento de algum valor, muitos para as verem e matarem a curiosidade e há quem vai com o interesse de escolher uma delas como futura namorada, quiça esposa. As *Tchikumpa* ficam no quarto preparado para acolhê-las, onde se estendem várias esteiras e nas quais as meninas pernoitam e passam os seus dias e por um período que durava

levam até ao quarto específico, enquanto ela só chora; adornam o seu corpo com missangas, com a *túkula* e com cordões de fibras de palmeira e, colocam-lhe uma roupa molhada e também pintada com *túkula*..

¹⁹ Para as mais velhas e por aquilo que fomos coletando, justificam que o choro das meninas ou das *Tchikumpa*, nada tem a ver com vexame ou por dores, mas sim choram pela infância que se vai e pela responsabilidade a qual são chamadas a responder doravante porque agora e depois do ritual jamais se poderão comportar como uma menina.

²⁰ Chamadas em língua Ibinda *Kumbo li ndumba*, isto é as duas meninas e que extraem a *túkula* em pedaços de madeira redonda.

²¹ Estas são chamadas de *Kumbo li Tchinkumpa*, as duas senhoras que estando ao meio, vão transmitindo e ensinando as meninas o trabalho de extracção da *túkula* e estas fazem-na sob madeira retangular.

²² Todos estes preparativos, ritos e cerimônias que concorrem para a boa realização do *Tchikumbi* tem de ser acompanhada, de forma minuciosa, como muitos nos afirmaram, pelas mãe das *ikumbi* ou das *tchinkumpa*, pelo fato de que são nesses momentos que muitos aproveitam lançar seus mau olhar, podem ainda colocar determinadas coisas e que estes podem prejudicar as meninas, quando senhoras e casadas, a não terem um bom lar, a não ter filhos ou de procriarem, tal como é o desejo de todo a família.



de 7 dias (uma semana) a 3 meses, rapavam-lhes o cabelo²³ todo, cortam as unhas, e usam somente pano de algodão que com o passar de horas ou dias ganha a cor da tókula, saindo apenas do quarto para as necessidades fisiológicas e de higiene; e que depois de banho e todos os dias elas são pintadas com a tókula. Mas hoje, devido a modernização e a escolaridade, muitas já não cumprem estes prazos inquestionáveis e irredutíveis de dignidade, de auto-estima, e de respeito mútuo (NETO, 2012, p. 95). Como vemos, a cultura não se estatiza, mas se molda e de adapta as mudanças que o próprio tempo impõe aos seus sujeitos.

De acordo com o coordenador “N’GaziYabi” as festividades ocorrem durante três dias ou podendo alongar-se de acordo com o tempo que as meninas se mantiverem na casa de tinta. Pois afirma:

No primeiro dos três dias, na sexta-feira se começa os preparativos que envolvem danças, cantos, com bebidas e o preparo das refeições; no sábado com a chegada das miúdas que são agarradas e fechadas em um quarto e lhes pintam e borram todas as suas vestimentas e panos com a tókula e óleo de palma e por último no domingo, o dia do “clintchi”, dia na qual os pais matam animais como cabritos, patos e galinhas e dão de comer a toda aldeia, amigos e convidados em gesto de agradecimento e para demonstrarem gratidão por terem mais uma mulher na família (coordenador entrevistado).

Um dado importante a que tivemos acesso e que pudemos observar é o fato de que no dia que se buscam ou que as meninas regressam à aldeia e para serem agarradas e colocadas na “casa de tinta”, os pais das meninas, ficam o dia todo sem comer nem se sentar de forma relaxada até que as meninas são encontradas e colocadas dentro do quarto preparado para a cerimônia, só assim estes podem se sentir aliviados e assim se sentarem e se alimentarem, comerem e festejar com os demais familiares e convidados.

2.3 O Tchikumbi uma iniciação para a escola da vida

O *Tchikumbi* é uma das cerimônias que se enquadra naquilo que se define como um ritual de iniciação; também enquadrada no que Van Gennep chama de ritos de margem (VAN GENNEP, 2011, p. 30). Embora o autor procure demonstrar que há uma grande dificuldade de se estabelecer uma classificação de um rito, já que para este:

A dificuldade consiste apenas em saber exatamente, em cada caso, como interpretar o rito, e a dificuldade é tanto maior porque se o mesmo rito admite várias

²³ Quanto ao cabelo que deveria ser sempre cortado ou rapado, salvo exceções quando seu pai, ou um suposto pretendente e futuro namorado, pagassem um determinado valor (em dinheiro), para simbolizar a compra dos direitos sobre o cabelo da rapariga.



interpretações é também freqüente que uma mesma interpretação seja válida para diversos ritos muito diferentes quanto à forma (VAN GENNEP, 2011, p. 29).

Esta cerimônia além de ter a função primordial de transformadora, é óbvio para as suas gentes e para nós, até onde nos foi permitido entender, estes ritos procuram dar a adolescente, uma formação completa sobre vida humana e como esta deve se comportar, assumindo o lugar que a ela é destinado dentro da família e da comunidade. Considera-se o *Tchikumbi* como uma verdadeira escola de conhecimento da vida e sobre a vida na qual as iniciadas conhecem os valores que norteiam o seu ser social, estrutural, biológico e cultural; assumem-nas e as integram na sua própria personalidade e, adquirindo desta forma um valor educativo eficaz, corporificado e estruturado na nova personalidade que se tornará por toda vida.

2.4 Consequências de Tchikumbi

Por isso se chama atenção aos homens de Cabinda ou quem quer que seja e queira cortejar uma menina Woio, como se diz em uma frase de Cabinda: “*o homem é homem pelos dizeres de seu pai e sua mãe; a mulher “tchinkumpa” (virgem) não é mulher para homem algum se na terra, não se souber que ela já passou pela casa de tinta*”. De acordo as normas ancestrais, é vedado a qualquer homem fazer uso de uma menina (*tchinkumpa*), ainda não iniciada em qualquer lugar; advertindo que esta somente é mulher para a vida adulta²⁴ depois de passar pela casa de tinta²⁵.

²⁴ A autora ressalta o importante papel das mulheres ao longo das várias etapas da vida (desde a infância até a velhice). Também apresenta bastante destaque para a liderança, para a valorização e para a união das mulheres, vivenciadas a partir dos desdobramentos da relação delas com a tradição da qual descendem. Essas mulheres estavam inscritas em um processo que ia do aprendizado do prazer para si e para seu possível futuro companheiro³, ao aprendizado da partilha de seus afetos para conviver em um lar polígamo (Caderno Seminal Digital, ano 23, nº 27, v. 1, jan/jun/2017, p. 130, e-ISSN 1806-9142; DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2017.28218>, acessado aos 25/agosto/2019).

²⁵ Sobre isto Vaz (1970), chama de grande *tabu*; assim se refere as leis sobre coisas proibidas na terra de Ngoyo e como proceder para aqueles que as fazem: “*tu, homem, nunca podes levar uma virgem (não iniciada) como tua mulher, sem ela ter passado pela casa da takula. Uma virgem somente é mulher, para servir ao homem, depois de ter passado pela casa da takula*”.

Assim sendo, de acordo com o autor, a virgem e o homem, que tal fizeram cometem um grande crime. Somente os sacerdotes (feiticeiros) do Chizu (Tchizo) são competentes neste assunto. Estes sacerdotes (feiticeiros), hão-de reunir-se num lugar, por eles marcado; devem chamar o homem e a virgem, que fizeram tal coisa. Ambos, completamente nus, serão pintados com *mpezu* (espécie de gesso) e *ngunze* (barro especial). Hão-de pôr-lhes, colados, pedaços de pêlos na cara. Serão levados para fora, onde estará reunida toda a população da terra, e começarão a cantar e a dançar *bumba-bitika*. E será uma festa para toda gente (VAZ, 1970, p. 41).



Do relato do Soba “Mambuco li Yabi” foi possível identificar e extrair uma manifesta expressão de sua preocupação quanto ao não cumprimento ou desobediência a esta prática, pois assim se refere:

Quantos aos cuidados que a menina e o rapaz devem ter, nós aqui, a tradição aqui na área do sul da província que é o Yabi, a mulher não pode envolver-se com o homem antes de entrar na casa de tinta, nem tão pouco no chão, caso isso aconteça essa mulher é sujeita a morte. Não se pode fazer sexo no chão, é proibido. Ir mesmo na areia, deitar-se e fazer aquilo que é necessário não se pode... tem de se procurar um bom sítio, na cama ou um lugar adequado para evitar que haja esses acontecimentos. Podemos dizer que anteriormente no passado, mulheres há que tiveram estes casos foram tratados, mas neste preciso momento aqueles que tratavam estas pessoas já acabaram por morrer e é por isso que quando você apanha aquela doença a finalidade é a morte. Muitas das senhoras que tiveram estes problemas vivem na minha área e até lhe posso dar um sinal para as veres e verás que tem problemas nas pernas, tem as pernas todas quase como se estivessem a cair, ficou doente e ficou assim, são os efeitos de tal situação (...) Então para evitarmos aquilo, nós sempre conversamos com a juventude, falamos pra que eles pudessem deixar aqueles atos... (Soba entrevistado).

Nesta intelecção de ideia, encontramos-la descrita em Vaz (1970), que décadas antes tenha se referido ao perigo de homens e mulheres de Cabinda se envolverem sexualmente ao relento, descrevendo como um grande tabu²⁶, ou seja:

Nenhum homem pode ter relações com uma mulher sobre a terra, ou em casa que não esteja fechada. Assim é determinado pelos feitiços *Lusunzi* e *Mbonze*. Será na cama, nunca no chão. Homem e mulher que violam esta lei, fazem grande crime. Também isto é reservado aos sacerdotes (feiticeiros) do *chizu* [...] (VAZ, 1970, p. 42).

Por esta lógica de pensamento, uma família cuja filha tenha passado pela prática do *Tchikumbi* era honrada e respeitada (MASSANGA, 2014, p. 180). Mas, hoje existem casos e não poucos em que as moças passam pelo ritual quando já estão em estado de gestação, algo que pela tradição, nunca poderia acontecer, pelo menos do conhecimento público. É por isso que quando uma adolescente fica grávida, antes de entrar na “Casa da Tinta”²⁷, toda a família se junta para levar-lhe a fazer essa cerimônia e a do *Mbingo* ou *Luamba*. Esta falta se apelida de *muana kunsatika*, filha que faltou às leis de *Mbingo* (e de *Lusunzi*). E ao rapaz cúmplice dessa desonra teria de pagar uma multa pesadíssima que se subscrevem em alguns valores em

²⁶ Confrontados com a expressão usada pelo autor, nos preocupou saber do porquê do termo grande tabu, e assim nos foi garantido que tais práticas seriam uma grande ofensa e uma violação aos preceitos estabelecidos pelos ancestrais dos Cabindas.

²⁷ Uma contribuição acerca deste assunto é visto na questão do nome a atribuir a este filho cuja mãe não foi iniciada; ao recém-nascido é-lhe dado o nome de *Ntuti*, pelo facto de a rapariga violar as normas ancestrais, neste sentido, enquanto não passa pela “Casa da Tinta” e procede a todo o cerimonial que lhe permite tomar estado, não pode ter relações sexuais, seja com quem for e tenha a idade que tiver o filho que lhe nascer é filho da prevaricação, é *Ntuti* (MARTINS, 1972, p. 196).



dinheiro, um casal de porcos, algumas garrafas de bagaceira, um grande cobertor, etc. sem se falar na dança *Mbumba-Mbitika*, tal como frisam Vaz (1970) e Martins (1972).

Vemos aqui transparecer a ideia sobre a qual este ritual é considerado como um “sacramento tradicional”. Nele as iniciadas entram em contato com os ancestrais, com as suas raízes mais profundas que as revela e sacraliza o ser mulher para os Bawoio em particular e, para a sociedade no geral. Crê-se que nestas cerimônias a(s) adolescente(s) transfiguram-se, isto é, entra(m) como uma menina, uma adolescente, e sai(em) como uma senhora, independentemente da idade, é assim considerada porque a comunidade já a aceita como aquela que potencialmente pode casar-se; há aqui uma inevitável ruptura, acreditam os Bawoyo, do mundo infanto-adolescente para um mundo onde a adolescente tenha maior expressividade, em consequência da sua mutação corpórea, ainda que não visível exteriormente, mas internamente ela molda-se.

Contrariamente, caso a menina não cumpra este ritual, ela estará sujeita a discriminação por parte das outras meninas, sujeita a ser abandonada pela família ou então a mãe da menina sofre as consequências que podem custar o seu próprio casamento (NETO, 2012, p. 94).

Uma crítica que essa prática cultural recebe ao ser analisada, hoje, é a ideia de que nesses ritos, tal como afirma Neto (2012, p. 95), “*a transmissão de valores tradicionais se caracteriza em projetar o homem numa posição superior à da mulher*”. Refutamos essa ideia e concordamos com Vaz (1970) que, hoje, essa transmissão apenas se veicula no sentido de emancipar a adolescente e estabelecer o seu lugar na sociedade, não como inferior, mas companheira nascida e criada para se unir ao homem e juntos formarem a sua família. Todavia, não se pode negar que, mesmo compreendendo uma nova interpretação do *Tchikumbi* e tudo o que significa no momento atual essa prática cultural se encontra impenhada de uma determinada visão de família e de relações de gênero a qual se encontra fechada aos muitos e possíveis arranjos familiares dos nossos dias e a possibilidade de escolha das mulheres e direito sobre o próprio corpo (KASSEMBE, 2011).

Trata-se de discussão complexa que envolve rituais, tradição e mudança. Os Bawoyo nos possibilitam analisar todas essas dimensões de forma muito viva. Dentre aqueles que defendem a não inferiorização da mulher por meio da prática do *Tchikumbi*, Vaz (1970), afirma que a ideia de dependência da mulher, e a referência a uma possível condição de



inferioridade em relação ao homem é, evidentemente, uma referência desse ritual quando o mesmo era praticado em tempos já muito remotos (VAZ, 1970, p. 65).

Observamos as mudanças e a tensão entre os valores tradicionais e os novos valores e costumes entre os Bawoyo de Yabi ao analisar a prática do *Tchikumbi*, hoje. Para os mais velhos, embora reconheçam as mudanças das jovens da atualidade, ao participarem da festa e mesmo as famílias ao fazer questão de que suas filhas vivam essa prática como um ritual de passagem de um ciclo da vida ao outro e de iniciação para a vida adulta, o realizam de forma diferenciada. O próprio tabu da virgindade já foi superado pelas novas gerações. Seria interessante analisar o que pensam as jovens sobre tudo isso. Esse poderá ser caminhos para outros trabalhos de pesquisa. As anciãs em sua narração reafirmaram:

As adolescentes devem apresentar-se, ou seja, devem ser virgens, sem ainda ter conhecido homem algum, apesar que, lamentavelmente, hoje não acontecer... do contrário, se ela não for virgem, leva a humilhação dela, de sua família e principalmente da sua mãe que é a responsável por sua educação... (Anciã entrevistada).

Elas completam a sua fala, com um semblante de tristeza: “*se a menina aparecesse grávida, seria uma grande vergonha e desonra*”, lamentando a ideia na qual, hoje, muitos pais e familiares ajudam a esconder essa situação em relação às suas filhas. No entender de Neto (2012), o *Tchikumbi*, por ser um rito de iniciação onde se veicula a transmissão dos segredos da vida adulta e dos valores sociais e éticos da tribo, se torna o local ideal para a formação das futuras mulheres da comunidade. Pois, é durante esta cerimônia que as liberam para o casamento ou não, cumprindo a sua missão fundamental, baseada na crença dos seus antepassados, e podendo ou não ser mãe (NETO, 2012, p. 95).

3 CONCLUSÃO

Sendo parte das práticas culturais dos povos woio, o *Tchikumbi* pode ser interpretada enquanto momentos de ensinamentos que se elevam e se traduzem nos objetivos de moldar os comportamentos das jovens, preparando-os para a dinâmica da vida e conscientizando-as a continuarem com as tradições que são o fundamento e a essência do seu ser enquanto humano. É na realidade das vivências, das práticas e do cotidiano dos povos Bawoyo de Yabi que como sujeitos partícipes da nossa pesquisa, nos permitiram e facilitaram a desconstrução por um lado do nosso imaginário e por outro o entendimento da diversidade,



da força e do valor cultural que subjaz como herança cultural deste povo (MASSANGA, 2014, p. 234).

Pela pesquisa nos foi permitido constatar que é nas suas práticas cotidianamente vividas, ainda que moldadas pelo tempo, que reside o afirmar do seu ser. E é, porém, nesta certeza do seu ser do Yabi que levitam a sua alegria de viver, busca-se além das barreiras do tempo, das mudanças ofuscantes, dos tormentos da modernização, e nestas intempéries, os Bawoyo de Yabi se asseguram e se fortalecem mantendo e renovando sempre as suas práticas culturais.

Pelo Tchikumbi se asseguram o respeito às regras familiares, se transmitem ensinamentos válidos para a transformação que se quer da jovem menina que após esse rito de iniciação se torna potencialmente uma mulher. São nesses dizeres que se elenca o valor intrínseco e da cosmovisão dos Bawoyo, pois que “*nenhuma mulher é mulher sem antes passar pelo Tchikumbi*”. Sendo uma passagem obrigatória que dá honra e respeito à menina assim como aos pais e familiares (MASSANGA, 2014, p. 235).

Consideram-no ainda, como uma verdadeira escola preparatória, pois aceitando e cumprindo os seus preceitos, os rituais todos e as demais expressões e práticas culturais, estaremos todos imbuídos de audácia, coragem e domínio de nós mesmos, aprendemos a obedecer aos anciãos, guardar fidelidade aos ritos aos usos e costumes, a nos comportarmos veemente com dependência e autoridade sobre nós e sobre nossa relação e assim nos predisporremos ao serviço da comunidade e da humanidade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de Passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Trad. de Mariano Ferreira. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KASEMBE, Dya. **As Mulheres Honradas e Insubmissas de Angola**. 2ª ed. Revisada, Luanda-Sul\Angola: Mayamba, 2011.

MARTINS, Pe Joaquim. **Cabinda**: história- crenças- usos e Costumes, C.S.S.P. Cabinda: Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda- Angola, Santa Maria de Lamas: Rios e Irmãos, 1972.

MASSANGA, Joaquim P. **Diversidade cultural em Cabinda**: estudo sobre as Identidades e Práticas Culturais dos Bawoyo do Yabi. Dissertação de Mestrado (PPG em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2014.



MAVINGA, Maria C; RODRIGUES, Maria F. I. **Fatores que influenciam negativamente no papel educacional da mulher Cabinda na preservação da identidade cultural Bantu-Comuna de Malembo, Município de Cabinda.** Monografia (Licenciatura em Ciências da Educação). Cabinda/Angola: ISCED- UON, 2009.

MILANDO, João. **Desenvolvimento e resiliência social em África: dinâmicas Rurais de Cabinda-Angola.** Luanda: Mayamba Editora/Imprensa Nacional, 2013.

NETO, Teresa J. A. da Silva. **História da educação e cultura de Angola: grupos nativos, colonização e a independência, 2ª ed.** Portugal: Zaina Editores, 2012.

NGUMA, Victor. **Reflexões sobre a Colonização Portuguesa em Cabinda.** Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele. **A língua portuguesa em Angola: Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização, Tese para obtenção do Grau de Doutor em Letras (3º ciclo de estudos), Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Agosto de 2011.**

VAZ, José Martins. **No mundo dos Cabindas: estudo etnográfico,** Lisboa: Editorial: L.I.A.M., II volume, 1970.



Autoritarismos e o Brasil: uma fissura no silêncio.

Marco Túlio da Silva¹

Recebido em: 03/09/2019
Aprovado em: 10/12/2019

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Nós, os brasileiros, somos como Robinsons: estamos sempre à espera do navio que nos venha buscar da ilha a que um naufrágio nos atirou (Lima Barreto, “Transatlantismo”, Careta).

Em tempos de retrocesso, em que a esperança parece ter fugido do coração dos homens, é preciso voltar ao passado. Em momentos históricos conflitantes, nos quais a histeria e intolerância tornam-se a tônica do cotidiano, é preciso entender onde erramos, reencontrarmo-nos com o mais profundo de nós. Em momentos de frivolidades, mesquinhas, total apatia ao saber e à cultura, é preciso um pouco mais de poesia, de literatura, arte, diálogo. Como diria o poeta: “Precisamos adorar o Brasil! Se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens, porque motivo eles se ajuntaram e qual a razão de seus sofrimentos” (ANDRADE, s.d., s.p).

É preciso tentar entender, em suma, os caminhos percorridos por nós, brasileiros, na construção deste país que ainda se faz muito desigual e injusto, é preciso que nós, historiadores, inventores do passado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007), na lida com o seu inventariado, coloquemos a nu o Brasil, naquilo que ainda o faz um país do atraso e autoritário. Penso eu que foi essa responsabilidade, diante do caos, que provocou na antropóloga e historiadora brasileira, Lilia Moritz Schwarcz, a necessidade de escrever uma obra como a que foi recém-lançada pela Companhia das Letras em 2019, intitulada *Sobre o autoritarismo brasileiro*.

No atual momento da história brasileira, discutir temas como escravidão, racismo, mandonismo, corrupção, desigualdade social, violência, etc, constitui-se como uma tarefa fundamental, como que um lembrete aos incautos sobre os verdadeiros dilemas do país. Como

¹ SILVA, Marco Túlio da. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Núcleo de Estudos Históricos da Arte e Cultura (NEHAC-UFU). Bolsista CNPQ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2763247048100798>. E-mail para contato: marcotuliodasilva@hotmail.com.



diria o velho historiador: “o papel do historiador é lembrar aquilo que a sociedade insiste em esquecer”.

O livro é curto, cerca de 255 páginas que se entregam à uma viagem ao Brasil profundo, revelando aspectos não tão somente de seu passado, mas demonstrando claramente como este passado ainda ecoa no presente, produz mártires, heróis e muitos esquecimentos ao longo de sua história. É válido ressaltar que alguns temas que aparecem no livro já foram discutidos pela antropóloga em alguns de seus outros livros e artigos, como o capítulo *Escravidão e Racismo*, que aparece na coletânea *História da Vida Privada no Brasil* (volume 4, 1998), ou como também de seu outro recente livro, escrito em parceria com Heloísa Starling, intitulado *Brasil uma biografia*.

O livro é dividido em duas partes: uma primeira contém oito capítulos com os temas: *Escravidão e racismo; Mandonismo; Patrimonialismo; Corrupção; Desigualdade social; Violência; Raça e Gênero e; Intolerância*. Na segunda parte um breve panorama sobre o nosso presente, intitulado *Quando o fim é também o começo: Nossos fantasmas do presente*.

Em uma proposta honesta, já na introdução podemos sentir a que vêm as páginas seguintes. A autora se posiciona diante dos fatos, toma partido, sua obra não se torna panfletária deste ou daquele lado, num país dividido, mas propõe-se a ser mais que uma obra enunciativa, ela denuncia os mandos e desmandos pelos quais passamos ao longo de nossa história. E por falar em História, um aviso aos leitores: “história não é bula de remédio”. Isso para falar das várias vertentes que explicaram e explicam ainda hoje o Brasil, seja em suas teses validáveis, ou naquelas ainda hoje criticadas pela Academia, mas que fazem parte do imaginário popular acerca do país, algumas delas como a de *democracia racial*, difundida por Gilberto Freyre.

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros. Além da metáfora falaciosa das três raças, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático (SCHWARCZ, 2019, p. 19).

É em torno do binômio passado/presente que toda a narrativa do livro se dá. Parte-se do presente, do nosso presente, marcado por discursos autoritários, para mostrar-nos que sempre fomos autoritários, que as desigualdades entre nós, de tão oficializadas pelo Estado, já foram



por nós naturalizadas, não nos causando estranhamento e apatia, pelo contrário, é dessa naturalização de tais características nossas que novos sujeitos autoritários surgem e ganham total apoio do povo, culminando numa perpetuação de nossas desigualdades, só que agora mais cristalizada, edulcorada, aceitável e demandada.

A historiadora nos faz lembrar que, diante de toda a história brasileira o tema da escravidão se coloca como um problema ainda não superado pela sociedade. O racismo advindo dela, como a posse de uma pessoa por outra, só geraria um regime nefasto e sanguinolento. Por isso, no livro abundam dados de pessoas que sofreram na pele os desígnios da escravidão na época de sua vigência, como também daqueles que, pós abolição, encontraram-se sem qualquer tipo de assistência por parte do Estado, culminando nos atuais atrasos vivenciados por nós até hoje, como a constituição segregadora de nossas cidades, regiões específicas delas nas quais eclodem violências fruto da desigualdade.

Ao longo de sua análise é possível notar a perpetuação de antigos sujeitos no cerne do establishment brasileiro. Figuras frutos das antigas oligarquias do baronato brasileiro que, incrustando-se na vida política de determinadas regiões brasileiras, formam verdadeiros clãs no Estado. Como é o caso da família Sarney, dos Gomes e até mesmo, atualmente, da família Bolsonaro, na realidade carioca. Esse mandonismo brasileiro é um dos motivos de seu atraso, uma vez que esses clãs têm o Estado como um campo seu, particular, em atendimento aos seus interesses privados.

Surge daí a evidente noção de *Patrimonialismo* que desemboca em diversos tipos de corrupção na República. No livro, fica demonstrado que a corrupção é a palavra-chave de nosso dicionário político ao longo da história, desde a primeira carta de Pero Vaz de Caminha até os recentes escândalos de corrupção que malogram os dias brasileiros. Tais atos políticos, naturalizados pelos brasileiros de parte a parte, fazem do Brasil o que ele é hoje; um país democrático, é certo, mas que a qualquer tempestade vê a sua democracia se esvaindo e não sente no povo a sua inspiração de esperança e futuro melhor, pelo contrário, o povo, aqui, parece ter cumprido sempre o papel de apoiador alienado dos interesses das elites do momento.

Hoje, saltam aos nossos olhos milhares de homicídios pelas grandes cidades brasileiras. Suas vítimas? Na maioria das vezes jovens negros, habitantes das favelas. Onde erramos nós? O que fez com que estes homens brasileiros, tão guerreiros e trabalhadores, brutalizarem seus olhares para a vida e morte do próximo? Gays, lésbicas, trans e tantos outros morrem brutalmente, silenciosamente, todos os dias, a cada minuto no Brasil,



simplesmente por pertencerem a este ou àquele grupo a que chamamos “minorias”. Por serem minorias o Estado não os tem assistido de seus direitos, demandas, sonhos.

Raça e Gênero, outro problema tão grave, tão brutal, que parece ter se extrapolado no dia a dia brasileiro. Homens que têm em mente que suas parceiras são sua posse as matam, as encarceram e as agredem, física e existencialmente. Tudo se perdeu, as colorações político-partidárias parecem estar estampadas na face de cada um, sem diálogo, sem conversa, esquerda ou direita. Precisamos de mais poesia, de mais humanidade, de democracia e de história. “Precisamos descobrir o Brasil, escondido atrás as florestas, com a água dos rios no meio, o Brasil está dormindo, coitado, Precisamos colonizar o Brasil”.

Às vezes, na descoberta deste Brasil nos defrontamos com tão tristes histórias, a sua história, que a lida parece ser impossível. E nós historiadores, que nos posicionamos diante do caos, inventando e inventariando esse cipoal de tragédias por pouco perdemos as esperanças, de tão atacados, difamados, violentados que somos. Seja em nossos escritos, em nossos posicionamentos, em nossos recortes e escolhas, desvendemos o Brasil, esse jovem país, acochado por tantas precariedades. Este é o nosso papel, “farejar a carne humana”, numa história cada vez mais humana e voltada para os homens, problematizemos o Brasil, mesmo que seja sem esperança, vai que por aí, por sorte ou compaixão ela renasça novamente no coração dos homens. Não sei, na democracia tem dessas coisas!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP. Edusc, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Hino Nacional**. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/5668/hino-nacional> . Acessado em: 30/08/2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O perigo da fragmentação e o desafio do trabalho coletivo: uma entrevista com Magali Gouveia Engel.

Entrevista realizada por Ana Rita Fonteles Duarte¹

Sobre Magali Gouveia Engel



Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1979), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1985) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Foi professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de 1979 a 2006. Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro aposentada (2004-2017). Professora visitante do PPGH-UFBA. É autora de *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*, publicado pela editora Brasiliense, e *Os delírios da razão. Médicos, loucos e hospícios*, lançado em 2001 pela Editora Fiocruz. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, História Intelectual, História e Literatura, História da Imprensa, História das Mulheres e das Relações de Gênero, História Social da Cultura, Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: intelectuais, biografias, trajetórias e sociabilidades; intelectuais, imprensa e literatura; intelectuais identidade nacional, educação e saúde; cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2².

¹ Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em História -Profhistoria (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1294847348263407>. Email: anaritifonteles@uol.com.br.

² Informações coletadas no currículo lattes da historiadora: <http://lattes.cnpq.br/7177661266996096>.



1 Ana Rita Fonteles: Eu vou começar lhe perguntando sobre como você chegou aos estudos, em História das Mulheres e depois aos de gênero. Como se deu essa trajetória?

Magali Engel: O início dos meus estudos sobre mulheres foi no mestrado em que, primeiramente, eu não tinha pensado em trabalhar. Eu queria estudar Canudos. Tive um professor maravilhoso no curso de mestrado da UFF, o Calazans³, que é um profundo conhecedor do tema. Eu fiquei muito encantada. Só que como não tinha bolsa, já era professora, tinha que dar aula para várias turmas, às vezes em mais de um curso diferente, a minha condição me desestimulou a continuar porque a pesquisa teria que ser feita na Bahia e não tinha como eu me afastar, ficar licenciada e muito menos recurso financeiro.

E comecei a fazer cursos com o professor Falcon, que foi quem levou Foucault para a Pós-Graduação da UFF. A gente começou a ler Michel Foucault e eu comecei a querer trabalhar a prostituição como objeto, a investigar as experiências das prostitutas. Comecei a trabalhar com a documentação de polícia e com as teses da Faculdade de Medicina, que eu já tinha visto muitas referências. Mas ainda não tinha uma história das mulheres. Não se constituía numa pesquisa definida como campo de estudos da História das Mulheres porque era muito preliminar no final dos anos 1970. Mas eu queria estudar as prostitutas. Eu tinha sido formada na linha marxista bem ortodoxa, mas com as leituras que fazíamos do Foucault eu comecei a pensar nas questões discursivas, nas interpretações... E aí, ele falou assim: não vai dar, você não vai chegar às experiências dessas prostitutas, a documentação sempre são interpretações. E me sugeriu: porquê você não estuda os discursos médicos? Essa pergunta foi fundamental, pois nessa perspectiva eu conseguiria caminhar bem nas propostas do Foucault. E foi o que acabou acontecendo.

Depois que eu comecei a desenvolver a pesquisa é que eu adotei uma perspectiva direcionada a uma História das Mulheres, apesar de ter sido muito encaixada nos modelos analíticos do discurso, e que foi alvo de muitas críticas na própria época, mas depois, sobretudo com a publicação da *História das mulheres no Ocidente*, da Michele Perrot e do George Duby. A principal crítica é que não era uma História das Mulheres, mas dos discursos dos homens sobre as mulheres, porque os médicos eram homens e os discursos bastante masculinos.

A partir dessa experiência, quando eu fui fazer o doutorado, o meu projeto na Unicamp era sobre as mulheres internadas no Hospício Nacional de Alienados, já no momento

³ Magali Engel se refere ao Prof. Francisco José de Calazans Falcon.



republicano. A minha dissertação foi sobre o século XIX. No doutorado eu não abri mão das experiências e nem dos referenciais do Foucault, até porque o meu tema era a loucura. Eu lembro que eu fui muito criticada por uma das professoras lá no mestrado da UFF porque ela dizia que meu trabalho não era uma dissertação por ter apenas 150 páginas e que não era padrão para dissertação, que era preciso ter pesquisa empírica, com dados... E eu trabalhava com discurso, não aparecia, apesar de eu trabalhar com muitas teses, o volume quantitativo. Eu me senti um pouco em dívida.

No doutorado, apesar da dificuldade da documentação, do acesso às fontes, eu trabalhei com teses da Faculdade de Medicina, artigos médicos, com processos criminais, jornais e diversifiquei o material de pesquisa a partir da perspectiva da História Social. Eu segui muito a linha da Maria Clementina Pereira, minha orientadora, pois ela, no *Espelho do Mundo*⁴, se apropriou de contribuições do Foucault, mas não abandonou os referenciais da História Social. Mas eu tive que abrir mão de trabalhar exclusivamente com as mulheres por uma questão de fontes, pois era difícil de ter acesso naquele momento. O que é totalmente diferente agora. Hoje, você tem um avanço enorme em relação aos centros de documentação, há um banco de dados que a Professora Cristiane da COC Fiocruz⁵ organizou e está disponível na internet. Mas, naquele momento, era muito difícil. Eu, inclusive, não tive acesso direto aos prontuários que a Clementina teve, porque conseguimos encontrar uma parte dos prontuários, mas eles estavam em petição de miséria. Então, o máximo que eu e minhas bolsistas conseguimos fazer foi organizar a documentação do Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro, mesmo sem recursos.

Bom, eu tive que incorporar os homens na minha tese, mas, naquele momento, já tinha uma discussão de gênero no plano teórico, embora metodologicamente ainda fosse muito problemático. No plano teórico, o gênero era pensando a partir da perspectiva relacional, por uma leitura da Scott que, no Brasil, foi bem importante. Mas no momento das análises, de pensar os objetos, o gênero acabava sendo sinônimo de mulheres. E essa perspectiva relacional ainda é muito difícil de ser construída no âmbito da análise. No doutorado, eu mesmo trabalhando com os homens, acabei conseguindo realizar uma problemática melhor sobre as

⁴ O Espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo (1988), de Maria Clementina Pereira Cunha, publicado pela editora Paz e Terra.

⁵ Magali Engel se refere a Cristiana Facchinetti, docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Fundação de Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.



mulheres numa perspectiva já do campo, que é bem diferente da dissertação. Tanto que o último capítulo da tese era sobre sexualidade, loucura e sexualidade.

2 Ana Rita Fonteles: *Eu estou lembrando de um texto seu sobre os homens histéricos, que eu ainda acho novo porque a histeria é muito associada ao feminino. Como foi se deparar com essas questões?*

Magali Engel: Eu publiquei esse artigo num dossiê da revista da Fiocruz⁶. O do último capítulo da minha tese, que não foi publicado no livro por sugestão da banca, me rendeu 2 ou 3 artigos independentes, e em um deles foi esse sobre loucura e o gênero masculino. Acho que foi o último que eu escrevi com base na pesquisa do doutorado. Eu quis pensar não só nos exemplos masculinos, da homossexualidade, mas sim também de trabalhar os héteros. Eu acho que nesse artigo, por exemplo, ainda faltou, na análise, um aprofundamento maior da discussão relacional. Eu acho que dou mais visibilidade a esses sujeitos, mas não discuto muito profundamente a dimensão de gênero a partir da construção do histérico e da histérica.

Foi legal a pesquisa ter aberto para os homens também, e eu consegui trazer diferenças que passavam não só por questões de gênero, mas também de classe e de raça, uma questão que eu também não exploro muito na minha tese de doutorado. Para mim, a interseccionalidade é a chave. Não tem como pensar mais as questões, inclusive as próprias discussões e tensões no campo dos movimentos feministas, dos questionamentos por parte dos feminismos negros e dos movimentos LGBT, que não seja pela ótica da interseccionalidade.

E acho que, politicamente, é fundamental que haja uma interlocução e que se pautem nessa perspectiva da interseccionalidade, sem fragmentar. O perigo que nós estamos vivendo é de uma fragmentação cada vez maior. Isso é péssimo. O desafio pra mim, seja teórico, metodológico e político, é trabalhar com essas dimensões de respeito às diferenças, de compreensão das diferenças, das especificidades, mas numa perspectiva de luta comum, de agendas comuns, de projetos políticos comuns.

3 Ana Rita Fonteles: *A gente vai até voltar um pouco sobre a questão dos desafios nesse campo... Mas você ficou falando dessa sua experiência iniciada nos anos 1970 nos anos 1980,*

⁶ ENGEL, Magali Gouveia. *Sexualidades interditas: loucura e gênero masculino*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, Supl., p. 173-190, jun. 2008.



e, em vários lugares do mundo, a gente tem a formação desses núcleos de estudos das mulheres. Eu estou lembrando de um texto da Françoise Thébaud em que ela historiciza as experiências das primeiras historiadoras francesas a trabalharem com essas temáticas, das dificuldades que elas encontraram do apoio de orientadores, do ponto de vista teórico, da aceitação política, e você falou muito mais da dificuldade de fontes. De alguma forma, você percebia também esse mal-estar com relação a esses temas? Você também enfrentou isso?

Magali Engel: Sim, com certeza. Uma referência fundamental também para que eu tivesse uma visão mais clara de que eu estava tratando de objetos e problemáticas que se situavam dentro desse campo que estava começando a ser construído, foi a Rachel Soihet. Ela foi minha professora, colega e muito amiga. A minha trajetória, então, foi muito pelas mãos da Rachel.

Realmente, nós tivemos experiências bastante difíceis e que foram comuns. Foi, de certo modo, uma rejeição. Quer dizer, havia aquele famoso discurso de que: “Como assim? as mulheres não é uma coisa específica, não tem porquê ficar estudando as mulheres”. E tinha um certo pieguismo que era imputado a nós, tipo assim: “Ah, se elas querem, neh, deixa elas!” Mas sem levar muito a sério, embora não fosse algo muito explícito, porque o meio acadêmico é muito cuidadoso com certas posturas. Era muito difícil, muito difícil. Foi uma luta.

No caso da UFF, nós não chegamos a criar um grupo de estudos ou de pesquisa sobre as mulheres, mas nós fundamos o Núcleo de Estudos de História Cultural⁷. A Rachel Soihet foi a grande mentora, eu participei, Maria de Fátima Gouveia e algumas outras historiadoras. Mas dentro do núcleo sempre pesou bastante essa especificidade da história das mulheres e das discussões de gênero. Mas foi muito difícil.

Depois de muitos anos até inverteu um pouco porque a questão de trabalhar com gênero até facilitava determinados conhecimentos. Claro que agora mudou totalmente. Inclusive houve críticas no sentido de: “Todo mundo está colocando gênero nas suas pesquisas para conseguir ter um financiamento, facilitar publicação... porque é um tema que agora tá em voga”. Mas esse movimento foi de mais ou menos uns dez anos pra cá. Isso é muito recente e já está ameaçado de novo. Aquele velho episódio que todos citam do historiador que se levantou durante a conferência e falou: “Agora que eu sei que as mulheres atuaram na Revolução Francesa, o que isso muda?”. Isso é um desafio mesmo porque eu acho que, se por um lado é uma maneira de excluir, por outro, também colocou um desafio para todas nós porque era preciso pensar essa

⁷ Para conhecer o núcleo, acesse: <https://www.historia.uff.br/nupehc/>.



resposta. Como responder a essa pergunta? E aí eu concordo totalmente com a Scott, também com a Varikas⁸, com várias vertentes que acreditam que as mulheres, assim como os homossexuais, os LGBT's e todas as pessoas devem ser introduzidas e façam parte da História como sujeitos e como construtores e, portanto, suas trajetórias coletivas precisam ser recuperadas. Eu falei coletiva porque não é fazer uma história das grandes mulheres, pois eu acho que isso seria fazer a história tradicional e não traz nenhum tipo de contribuição inovadora.

4 Ana Rita Fonteles: Como você faz um balanço dessa área de estudos, que algumas pessoas consideram categoria, no campo da história?

Magali Engel: Eu acho que as conquistas foram fundamentais, muito importantes. Ontem mesmo eu estava conversando com uma aluna da UFAL que participou do simpósio e ela estava falando da descoberta das escritoras do século XIX⁹. Quer dizer, entre os primeiros romancistas existiram mulheres com Maria Firmina (dos Reis). A Maria Firmina é um exemplo incrível por situar-se no oitocentos, numa configuração inicial do campo literário brasileiro de construção de nacional. Primeiro se descobre uma escritora mulher, uma escritora mulher importante, que foi professora, que tem repercussão na época, que tem uma produção incrível, e, anos depois, sabe-se que ela é negra. Essas informações são importantes de serem mencionadas, pois primeira descoberta havia um silenciamento da cor. Ela não se trata apenas de uma mulher, é uma questão de interseccionalidade.

Nesse caso, você tem o silenciamento da memória de mulheres que escrevem, que atuaram politicamente nas greves, nos movimentos grevistas da Primeira República, por exemplo, e as novas pesquisas precisam deixar sua contribuição no sentido de dar visibilidade a essas mulheres e não só às das elites, mas da classe trabalhadora também. Eu acho que é a contribuição mais fundamental da produção historiográfica. Mas a gente continua tendo que enfrentar alguns desafios importantes, que perpassam por questões da militância e questões acadêmicas.

⁸ Refere-se à Eleni Varikas, professora emérita de teoria política e estudos de gênero na Universidade de Paris VIII e no Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris (CRESPPA/CNRS).

⁹ 11º Encontro Nacional de História da UFAL, realizado de 5 a 9 de setembro de 2019, em Maceió.



Aqui no Brasil, a interseção entre a questão acadêmica e a dimensão de militância ainda é muito problemática. Por exemplo, nos Estados Unidos você tem as trajetórias da Scott e a Butler¹⁰ que são entremeadas com a luta dos movimentos feministas e com outras lutas de outros movimentos sociais. Aqui tem uma resistência a isso, sabe? Pelo menos na minha experiência enquanto docente, inserida no campo acadêmico, eu ouço muito: “Militância é uma coisa, produção acadêmica é outra, elas não podem se misturar; a produção acadêmica não pode se contaminar pela militância política”.

Esse é um desafio que eu acho que permanece e que os tempos de hoje, que são tão difíceis, também contribuíram para dar uma sacudida nisso. Eu tenho exemplos de colegas que já firmaram claramente, em reuniões de colegiado, que a universidade não era o lugar da ideologia, da política, e hoje estão nas redes sociais engajados, até muitas vezes explicitamente partidárias e atuando através da defesa de uma militância pela democracia, pelas conquistas sociais. Elas estão em plataformas se apresentando como professores, pesquisadores e historiadores e historiadoras mais comprometidas com essa militância política e até a partidária. Por que isso aconteceu?

Eu acho que tem muito a ver com as transformações marcadas por um sistema reacionário, pela ameaça de perda de conquistas fundamentais e da própria democracia que nem sequer, no caso do Brasil, era tão consolidada assim e que agora está ameaçada de forma tão efetiva. E aí a questão de gênero, mais uma vez atrelada a questão de classe, raça e etnia, é fundamental nesse momento. Não é à toa que as cassações seguem nesse plano, vão nessa interseccionalidade.

5 Ana Rita Fonteles: Magali, você se deslocou e hoje está na Bahia, estudando escritoras cariocas do século XIX. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre esse seu novo momento de pesquisa e como essas discussões estão presentes no seu projeto de pesquisa atual.

Magali Engel: Eu trabalhei com crimes passionais de mulheres, em que as mulheres eram as acusadas e as vítimas eram os homens. Eu queria ter escrito um livro e não consegui porque nosso modelo de produção, agora, é tudo artigo. No doutorado eu dei uma mergulhada mais profunda ainda na História das Mulheres, mais mulheres do que gênero. Mas aí depois eu comecei a trabalhar com crônicas, por eu sempre gostar da relação entre Literatura e História e

¹⁰ Joan Scott e Judith Butler.



que sempre marcou a minha trajetória, inclusive de curso, de docência e não apenas de pesquisa. Tanto que no mestrado, quanto no doutorado eu trabalhei com literatura.

Eu comecei a trabalhar com cronista no Rio de Janeiro e a questão das mulheres ainda permaneceu como um dos eixos temáticos que eu trabalhava, mas eu fui mergulhando mais nesse universo muito masculino e eu acabei trabalhando mais com cronistas homens, com literatos homens. Eu me aprofundi nas crônicas do João do Rio e nas do Lima Barreto. Inclusive eu fui contemplada com uma bolsa da Biblioteca Nacional¹¹, em que a proposta inicial da pesquisa eram as redes de sociabilidade do Lima Barreto e o legado social e político, só que eu acabei produzindo um livro mais sobre o pai do Lima Barreto, o João Henriques, pois (o Lima) foi atravessado pela trajetória do pai dele. Mas eu sempre volto às mulheres.

Inspirada pelo trabalho da Lillian Schwartz, na biografia que ela fez sobre o Lima Barreto¹², pelas brechas de pesquisa que ela foi abrindo, eu comecei a me interessar pela mãe do Lima que tem uma trajetória encantadora! Ela era professora, negra e supõe-se que ela era filha de um médico descendente de fazendeiro. Mas a trajetória da avó e da bisavó, a Lillian explora bem isso não apenas na biografia, mas também numa coletânea de textos, de contos não publicados que eram manuscritos e que ela reúne. Alguns desses contos de manuscritos há uma presença dessa bisavó muito forte. E engraçado que ele perde a mãe muito cedo. Como é que essa memória se passa? Eu acho que tem a ver com pai dele que também era negro.

Eu fiquei muito encantada com essas mulheres. Eu tenho um projeto de voltar a elas. É um projeto, inclusive, que eu pretendo começar a desenvolver no ano que vem como professora visitante da UFBA. É um projeto pequenininho ainda. Na verdade, não é nem um projeto de pesquisa, é apenas um plano em que eu quero resgatar um pouco dessa trajetória familiar onde as mulheres negras tem uma presença fundamental. Porque a mãe do pai dele, certamente, criou os filhos sozinha, que a gente sabe que eram dois, o pai dele e o tio. E o pai acaba tipógrafo, letrado. Enfim, o pai do Lima é um intelectual e militante político. Monarquista, mas é.

Eu estou pensando muito sobre essas mulheres negras, da atuação delas nas famílias, que são mulheres livres ou libertas, e na importância que elas vão ter na criação de condições para a ascensão social dos filhos negros, mulatos através da educação. Alguns pais também têm, mas a figura das mulheres é fundamental, inclusive na memória negra. O desafio das fontes

¹¹ Entre 2016 e 2018, Magali Engel foi bolsista do Programa de Residência de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional brasileira, com o projeto Lima Barreto: trajetória intelectual e redes de sociabilidade (Rio de Janeiro, 1897-1922).

¹² SCHWARTZ, Lillian. **Lima Barreto**: um triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



precisa ser enfrentado. E pesquisas atuais têm mostrado que é possível. As mulheres no contexto da escravidão, das mulheres negras, escravas, libertas, livres vêm aparecendo em maior relevo.

Então, esse é um viés. E o outro, eu voltei pelo projeto do CNPq porque a partir dessa experiência com as crônicas, conto literários, redes de sociabilidade, eu voltei às mulheres de forma misturada nesse contexto da literatura e comecei a pensar mais nas especificidades. E aí eu construí esse projeto para o CNPq que é sobre 15 literatas no Rio de Janeiro, e eu me interessei, sobretudo, por isso: repensar as redes de sociabilidade como elemento não exclusivo, mas como um dos elementos fundamentais que viabilizou a essas mulheres a inserção no campo e o seu reconhecimento.

Essa pesquisa tem me estimulado a repensar os padrões machistas, masculinos que impõe restrições e dar o mesmo peso à capacidade de resistência e de negociação dessas mulheres. No caso essas são de setores médios e de elite. Criar estratégias e penetrar nesse mundo e conseguirem conquistar um lugar, não é pouca coisa. Estou questionando as visões que dizem que elas conseguiram mais por serem de elite, porque tinham pais que favoreceram, tinham irmão, amantes, apadrinhamento masculino. Embora isso não seja de todo falso, mas essa não é a única dimensão dessa realidade. Essas mulheres não foram fantoches nas mãos desses homens.

E havia uma discussão entre os homens sobre esses padrões, que defendiam a capacidade intelectual das mulheres, fazendo coro a um discurso que as mulheres são bem diferentes em termos de projetos, elas expressam perspectivas das mulheres muito diferenciadas. Mas, se existe uma coisa em comum, é a defesa do direito da mulher à educação, da igualdade das condições da escolaridade, da instrução e do direito da mulher produzir arte, literatura.

Ana Rita Fonteles: Se a gente lembrar da Virginia Woolf, podemos perceber que era difícil mesmo para as mulheres que tinham dotes, mesmo em famílias que descem suporte.

Magali Engel: Uma crítica que eu faço aos meus trabalhos, tanto o de mestrado quanto o de doutorado, é o de pensar muito os médicos como uma voz homogênea. E não é. Nada disso. Em relação a essa questão da mulher, eu acho que, ainda naquele discurso (que as define somente como) mãe, não é bem assim. Realmente esse é o discurso que predomina. O fato é



que se existe essa preocupação é porque o comportamento dessas mulheres de elite está destoando.

Nisso a Clementina Pereira tem uma contribuição fundamental naquele artigo “De historiadoras, brasileiras e escandinavas”, que é um pouco uma resposta ao questionamento que a Elizabeth Lobo¹³ fez a ela. Tem duas versões desse artigo: uma publicada na Revista Brasileira de História, num dossiê sobre mulheres, que foi organizado pela Maria Stella Bresciani¹⁴; e outra bem posterior, na revista *Tempo*, do Departamento de História da UFF¹⁵. Na segunda versão é que ela tenta responder a crítica. Ela mostra que os padrões de comportamento das mulheres de elite não são tão restritos à mulher do lar, às sensualidades.

No âmbito das experiências, a realidade é bem mais complexa, é bem mais permeada de tensões. Por exemplo, essas literatas liam de tudo. Muitas delas liam até Nietzsche. Tem uma delas, a Albertina Bertha, que fazia conferências sobre Nietzsche. Elas faziam conferências públicas sobre diversos autores. Nesse momento, no início do século XIX, e as conferências lotadas de público masculino e feminino, num ambiente predominantemente masculino, certamente. Mas também uma presença feminina grande.

A mim incomoda muito, ainda, ver as pessoas com aquela ideia de mulher, esposa mãe como se esse tipo de modelo ideal realmente conduzisse as vidas.

O João do Rio é outra fonte fundamental para mostrar os comportamentos femininos dessas mulheres, das classes médias urbanas do início do século XX e das elites que rompe completamente com os padrões de moralidade. É um universo complexo, extremamente diferenciado, que comporta mulheres negras, trabalhadoras, brancas, burguesas, de classe média, cujas experiências precisam ser resgatadas para se pensar que os padrões dos poderes e saberes dominantes nunca se impõe de forma homogênea. Por isso o tempo todo é um movimento de tentativa de reafirmar.

Isso também ajuda a gente entender essa guinada que estamos vivendo agora, que tem muito a ver com as conquistas. E aí você tem uma reação extremamente conservadora. São

¹³ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atuou no Departamento de História da UNICAMP como Professora Visitante, onde integrava o Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho e ajudou a construir um núcleo de estudos das relações de gênero.

¹⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, p. 121-144, 1989.

¹⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1881-215, 1998.



conquistas no campo das questões raciais, femininas e dos direitos LGBT's. Como veio essa reação? Porque essa tensão estava ali o tempo todo presente.

6 Ana Rita Fonteles: *Eu queria falar de outro deslocamento na tua carreira, na tua trajetória que é muito interessante e incomum, que é a saída da UFF, onde você trabalhava dando aula para universitários, e sua ida para a UERJ, para o Colégio de Aplicação, dando aulas para o Ensino Fundamental. Isso é difícil de se ver na academia brasileira. Eu queria saber como foi essa experiência, se te fez pensar sobre a formação dos historiadores que são em sua maior parte formados para atuação na escola pública, nas escolas de modo geral, mas especialmente na escola pública. O que lhe fez perceber?*

Magali Engel: A gente sempre deve muito aos nossos alunos e as nossas alunas. Sempre! Isso não é um lugar comum. Isso é realmente uma questão fundamental. E uma das dívidas que eu tenho é essa exatamente essa.

Quando eu entrei na universidade, o meu projeto era dar aula na escola. Eu não tinha um projeto de estar na universidade. O que aconteceu comigo foi alguma coisa muito incomum porque eu acabei tendo oportunidade de emprego na universidade. Olha que coisa rara! Foi ótimo, entendeu? Acho que não me arrependo, mas eu tinha essa coisa com o ensino, da sala de aula, com a escola.

Eu ministrei muitas disciplinas de curso básico, Brasil Colônia e, sobretudo Brasil Império, que é aonde eu fico depois. Sempre procurar exercícios cada vez mais e os alunos contribuíram muito pra isso. Na UFF, chegou um certo momento, com o currículo reformulado, que nós tínhamos algumas disciplinas instrumentais que possibilitaram trazer as questões do ensino de história aos alunos da graduação. Uma dificuldade que existia era que a formação deles, em termos de licenciatura, cabia a Faculdade de Educação. Eram professores de História, mas que pertenciam aos departamentos da Faculdade de Educação. E o diálogo era muito disso difícil. Muito difícil.

Tiveram várias tentativas, sempre complicadas, tortuosas, até que finalmente eu e um grupo de alunos falamos: vamos criar um laboratório de ensino de história aqui e vamos desenvolver projetos de extensão. E foi assim que, ainda na UFF, eu comecei a entrar nas escolas. A gente fez um projeto de extensão com o colégio importante que fica em Niterói, no Barreto, onde eu tinha o contato de ex-aluna UFF que era professora, e aí a gente começa a



desenvolver oficinas de História Ensino na nessa escola. Eu comecei a pensar que eu queria trabalhar mais de perto, mas na UFF não dava. Um dos motivos porque eu fiz o concurso para UERJ, para a Faculdade de Formação de Professores, foi exatamente para eu conseguir ampliar o campo de atuação, meu e dos meus alunos e das alunas, nas escolas. Porque o diferencial não era atuar na graduação da UERJ, que seria a mesma coisa de permanecer na UFF, apesar de ter o Colégio de Aplicação. E foi para a Faculdade de Formação de Professores que eu fiz o concurso, para a área de Metodologia do Ensino de História.

A ideia era me aposentar na UFF, mas eu não consegui por conta da idade, das novas regras. Depois de dois anos eu fiz a opção tomei a decisão de me exonerar da UFF e me dedicar à UERJ. Foi, então, o momento que eu comecei a me dedicar totalmente à Faculdade de Formação de Professores e ampliei as redes com as escolas de São Gonçalo porque a Faculdade de Formação fica lá e era mais próximo de onde eu morava. E aí aprofundei as relações, também, com o Henrique Lage, que era essa escola eu comecei atuar. Eu comecei outros projetos... Foi bem legal!

Mas chegou o momento que conseguir o acesso à sala de aula ainda continuava muito difícil. Aliás, a relação com as escolas, que eu achei que seria mais fácil na Faculdade de Formação de Professores, não era porque não tinha um projeto institucional da universidade com as escolas, nem mesmo com a Faculdade Formação. Você tinha que bater na porta das escolas e renegociar a cada semestre com o professor e seus agentes supervisionados e os estágios com seus estagiários em cada escola. Era muito difícil, sabe? Você tinha que ir nas escolas, conversar com os diretores e depois com os professores. Há uma rejeição muito grande, e eu entendo essa rejeição.

Quando eu fui apresentada lá na reunião de departamento, eu não lembro mais quem era o chefe, me apresentou rindo. Que tinha uma professora do CAp da UERJ¹⁶, de História, que queria uma permuta. Eu falei: eu quero! E todo mundo: como? Eu lembro que um colega meu falou assim: “escuta aqui, Magali, você está sabendo que você vai dar aula mesmo no ensino? Você não vai só ficar supervisionando?”. Aí eu falei: “é isso mesmo quero, eu quero ter as minhas turmas e quero receber os estagiários e estagiários nas minhas turmas”. Eu trabalhei 4 anos no CAp em condições muito precárias porque se a Faculdade de Formação de Professores já era muito precarizada, muito discriminada dentro da universidade, o CAp, então, era muito mais.

¹⁶ Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Eu particularmente defendo a existência concomitante CAP e redes municipais e estaduais de ensino porque o CAP tem suas especificidades e não é exatamente a realidade que os alunos e as alunas vão encontrar.

Eu queria finalizar dizendo que a formação de professores, todos aqueles problemas que já são discutidos há 50 anos ou mais, ainda continua existindo. Primeiro, essa relação escola e universidade é um diálogo difícil, permeado por preconceito. A impressão que eu tenho é a seguinte: o aluno e aluna da universidade chegam na escola com aquela postura que vão atualizar as pessoas que nada sabem, ou seja, amanhã esses alunos e as alunas serão os professores que vão rejeitar os estagiários e estagiárias, porque eles ingressam numa realidade completamente diferente para a qual eles não foram preparados, nem mesmo pela Faculdade de Formação.

Apesar de tudo, pelas minhas experiências, eu acho que a Faculdade de Formação prepara melhor do que a UFF, do que a UERJ do campus do Maracanã. Não sei como é nas outras universidades, mas creio que seja muito similar. Tudo é muito bonito na nossa formação, fazer a transposição didática. Mas na realidade do dia a dia das salas de aula, dos currículos com as quais a gente precisa trabalhar, mesmo no âmbito do ensino público, existem várias coisas que atravessam a dinâmica da sala de aula. O que realmente é possível fazer colocar e não é sequer pensado, nem colocado em discussão, nem pelas faculdades de educação e nem pelas licenciaturas. Eu acho que a gente precisa pensar muito sobre isso, como fazer essa interlocução de uma forma mais dialógica, pensando até no Bakhtin.

Nós somos permeados por hierarquizações e elas são reproduzidas por todas as partes. Daí a dificuldade de interação. Esse diálogo, essa troca, a construção do conhecimento a partir do diálogo e das trocas entre saberes escolares, acadêmicos e populares precisam ser efetivados como o Paulo Freire pensou, como um trabalho fundamental da universidade. Mas na prática falta muito para a gente atingir esses objetivos.

Eu lembro agora que em Salvador eu acabei participando de uma discussão com um artista da música, do Nordeste de Amaralina, e eu lembro dele fazendo críticas à universidade, que os projetos são maravilhosos, mas que eles continuam chegando prontos na comunidade. A universidade quer dialogar, mas já chega com os projetos formatados. Não é que há uma má intenção nisso, mas não consegue refletir que já está entrando ali num lugar de poder que deixa os sujeitos dessa comunidade em desconforto. Enquanto a gente não quebrar totalmente com essas questões, a gente não vai conseguir fazer uma diferença muito grande. Por isso o ensino



é a capilaridade. O ensino e a extensão é que dão sentido à pesquisa. São os três pilares da universidade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

 **Em Perspectiva**
Revista do PPGH/UFC